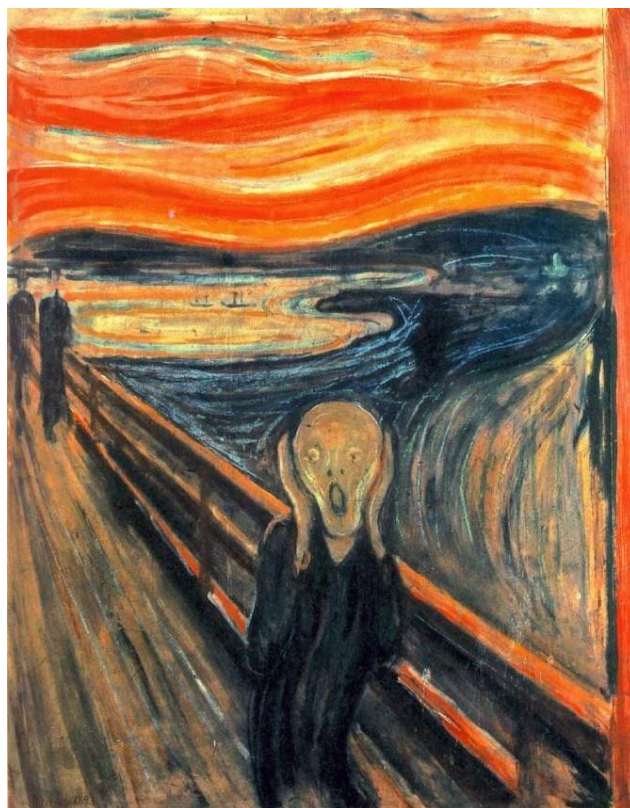


Campus de Presidente Prudente



GRANDES OBJETOS NA AMAZÔNIA: das velhas lógicas hegemônicas às novas centralidades insurgentes, os impactos da Hidrelétrica de Belo Monte às escalas da vida.

MARCEL RIBEIRO PADINHA

ORIENTADOR: DR ARTHUR MAGON WHITACKER

Presidente Prudente

2017

MARCEL RIBEIRO PADINHA

Área de concentração: Produção do Espaço Geográfico

GRANDES OBJETOS NA AMAZÔNIA: das velhas lógicas hegemônicas às novas centralidades insurgentes, os impactos da Hidrelétrica de Belo Monte às escalas da vida.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciência e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente, como requisito de avaliação para a obtenção do título de Doutor em Geografia, sob orientação do Prof. Dr. Arthur Magon Whitacker e financiamento da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Presidente Prudente

2017

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação - Diretoria Técnica de Biblioteca e Documentação - UNESP, Campus de Presidente Prudente.

P134g Padinha, Marcel Ribeiro.
Grandes objetos na Amazônia : das velhas lógicas hegemônicas às novas centralidades insurgentes, os impactos da Hidrelétrica de Belo Monte às escalas da vida / Marcel Ribeiro Padinha. - 2017
444 f. : il.

Orientador: Arthur Magon Whitacker
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2017
Inclui bibliografia

1. Amazônia. 2. Grandes projetos. 3. Política de escala. I. Padinha, Marcel Ribeiro. II. Whitacker, Arthur Magon. III. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. IV. Grandes objetos na Amazônia : das velhas lógicas hegemônicas às novas centralidades insurgentes, os impactos da Hidrelétrica de Belo Monte às escalas da vida.

Claudia Adriana Spindola
CRB-8ª/5790

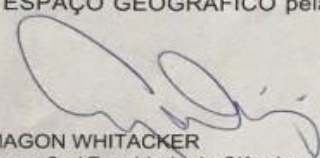
CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: Grandes objetos na Amazônia: das velhas lógicas hegemônicas às novas centralidades insurgentes, os impactos da hidrelétrica de Belo Monte às escalas da vida

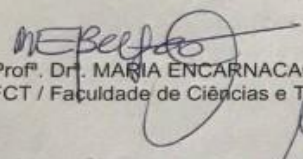
AUTOR: MARCEL RIBEIRO PADINHA

ORIENTADOR: ARTHUR MAGON WHITACKER

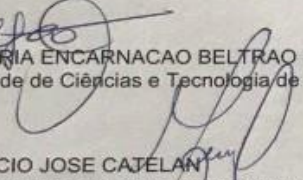
Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em GEOGRAFIA, área: PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO pela Comissão Examinadora:


Prof. Dr. ARTHUR MAGON WHITACKER

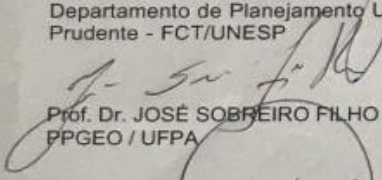
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/UNESP


Prof. Dr. MARIA ENCARNACAO BELTRAO SPOSITO

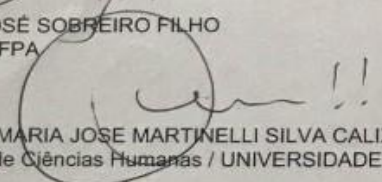
FCT / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/UNESP


Prof. Dr. MARCIO JOSE CA TELAN

Departamento de Planejamento Urbanismo e Ambiente / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/UNESP


Prof. Dr. JOSÉ SOBREIRO FILHO

PPGEO / UFPA


Profa. Dra. MARIA JOSE MARTINELLI SILVA CALIXTO

Faculdade de Ciências Humanas / UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Presidente Prudente, 25 de agosto de 2017

DEDICATÓRIA

Para o “meu lindo”, meu filho Murilo e
“meu anjo”, minha esposa Andréa.
Para meus pais, Maria Elza Ribeiro Padinha (dona Elza) e
Manoel Maria Coelho Padinha (seu Jambo).
Pessoas mais do que importantes em minha
formação humana e profissional
e
a todos os socioespacialmente atingidos por Belo Monte.

*A justiça tem que acontecer e a gente não pode se
calar diante das injustiças, a gente tem que
acreditar, a gente tem que denunciar, a gente tem
que... a justiça quem faz somos nós! Só o povo
unido e organizado é capaz de fazer a paz e a
justiça acontecerem! E isso tudo é uma caminhada
que não pára... não pode parar!*

Antônia Melo, Líder do MXVPS

AGRADECIMENTOS

Eu, sinceramente, agradeço a todos que contribuíram para que este projeto se tornar-se realidade, em especial, a minha família. Minha esposa e filhos (Murilo e Jasmine), tão penalizados por esses anos todos que dediquei à Tese. Sei o quanto vocês queriam minha presença em muitos dos momentos em que eu não pude me fazer presente. E, ao pedir desculpas, agradeço à compreensão de vocês. Eu os amo muito! Muito obrigado por me levantar nos momentos em que não tive forças!

Quero agradecer também, e como sempre, a minha Mãe, minha amada mãe, Maria Elza Ribeiro Padinha. Muito obrigado pelas boas energias, pelas orações e por ser minha maior incentivadora. Agradeço a meu pai, as minhas irmãs, Socorro, Mara, Micheline e Marcela e, ao meu irmão Michel. Agradeço ainda a leveza e alegria trazida por meus sobrinhos nos momentos em que estivemos próximos (Matheus, Melanie, Gabriel, Marco Antônio, Mariana, Antônio e Isabella). Peço desculpas por minha frequente ausência entre vós. Agradeço minhas cunhadas e aos meus cunhados. Aqui cabe menção especial ao Sérgio que, gentilmente, ajudou-me a traduzir um texto de Doreen Massey. Texto muito inspirador a este trabalho.

Agradeço a parceria e cordialidade fraterna de meu orientador Arthur Whitacker, muito obrigado pelos momentos de ensinamentos proporcionados ao longo da Tese. Pelo compartilhamento de algumas “sacadas” sem dúvida de grande valia, para meu trabalho e minha formação acadêmica. Aprendi muito!

Agradeço aos professores que participaram da avaliação de meu trabalho, quando da ocasião de meu exame de qualificação e de minha defesa, bem como as valorosas contribuições dadas, aos quais, Márcio, a Carminha, a Zezé e ao Nino, sou muito grato! Muito obrigado mesmo! Aos professores do PPGG da Unesp de Prudente, em especial: à professora Rosângela pela compreensão, ao João Oswaldo pelo apoio, ao Nécio pelos (muitos) ensinamentos sobre o quão importante é dedicar-se ao estudo sobre metodologia e técnicas de pesquisa.

Agradeço a todos meus (antigos e atuais) alunos de graduação, em especial: a Odete Rios, Hugo Coelho, Bruno Feitosa, Marcelo Barbosa, Sílvia *Butterfly*, Nazaré, mestre Jaime, Leonardo Sanches, Lucivaldo Teles, Márcio Brás. Obrigado pela força pessoal!

Agradeço a sempre gentil Aline e aos demais que trabalham junto a secretaria do PPGG. Agradeço a acolhida dos colegas Aline, Marlon, Natália e Renata aos quais, desejo sucesso (na vida) sempre! Agradeço ao Dr Rogério Marinho e a Doutoranda Priscila a gentileza durante a minha defesa. Vocês foram perfeitos!

A todos os movimentos sociais de Altamira, em especial aos militantes do Movimento Xingu Vivo para Sempre (Antônia Melo, Elena, irmã Inês, Daniela), bem como, a todos que vieram se somar ao movimento, vindos de vários lugares do Brasil e do Mundo. A todos os que não se cansam de lutar por um mundo livre da desigualdade e da doença do preconceito.

Agradeço e ressalto minha admiração a incansável Antônia Melo e ao bispo Dom Erwin, exemplos para a vida inteira. As incansáveis professoras Mariene e Mônica meu muito obrigado.

A Gilvane e sua filha Greice pelo apoio dado em momentos difíceis, quando (por exemplo) estivemos à frente da gestão da Faculdade de Geografia do Campus Universitário do Tocantins – UFPA/Cametá, justamente durante o último ano da Tese.

Aos amigos Rogério Miranda e Tiago Veloso; ao Marcus Benedito e ao Gilson “Colares”, Nádia, Osvaldo e Bruno Horta, muito obrigado! Amo vocês.

Agradeço, ainda, a CAPES pelo apoio para a realização da presente pesquisa.

RESUMO:

Esta tese analisou os impactos socioespaciais às escalas da vida das pessoas atingidas, por um “grandes projeto”, a UHE Belo Monte, construída no rio Xingu, Amazônia brasileira. Estes “grandes objetos” promovem a re(des)estruturação dos territórios onde são implantados, causando fortes impactos as espacialidades existentes e historicamente constituídas de ribeirinhos, camponeses, indígenas, bem como de moradores da periferia da cidade de Altamira – Pará – Amazônia. Analisamos então a força “espoliadora” destes grandes empreendimentos sobre as populações “subalternizadas”, a partir de uma proposição teórica de base escalar, que envolve considerar o espaço como “polimorfo”. Espaço-espacialidade, a técnica e a escala foram usados como instrumentais metodológicos para a realização da leitura de nossa realidade empírica. Os impactos à escala da vida das pessoas “desterritorializadas” seja na mobilidade seja na imobilidade se fazem sentir, tendo em vista à condição espacial de pertencimento, apropriação e identificação que diferentes sujeitos exercem junto a seus territórios e lugares. Não obstante, como respostas a esse processo espoliador, são verificados uma série de estratégias de luta e resistência em relação a projetos de cunho “desenvolvimentistas”. Apesar da condução da obra com mãos de ferro, por parte do Estado brasileiro, constituiu-se forte oposição ao projeto UHE Belo Monte. Movimentos Sociais de distintas escalas de atuação, de diferentes locais no planeta, juntaram-se aos impactados de Altamira e região, constituindo, assim, um grande campo de enfrentamento contra a concepção “biopolítica” aplicada pelo governo brasileiro e pelo capital nacional e internacional. Esse enfrentamento feito a partir dos pobres do campo e da cidade e pelas populações tradicionais, sob a liderança dos movimentos sociais (“Movimento Xingu Vivo Para Sempre”, “Movimento de Mulheres”) de Altamira e região, somados a importante atuação do Ministério Público Federal, Defensoria Pública do Estado do Pará e a atuação de ONGs (como Instituto Socioambiental), lutou e luta para garantir que a territorialidade e lugaridade dos sujeitos socioespacialmente atingidos, pelo conjunto de obras e ações que deram origem a UHE Belo Monte possa, de alguma forma, ser compensada. Uma intensa e duradoura luta social se travou/trava na região do Xingu para que os efeitos des(re)estruturadores deste “grande projeto” possam ser (de alguma maneira) compensados. Essa luta dos sujeitos hegemonzados/subalternizados a qual chamou-se “centralidades insurgentes”, que se estabeleceu entre sujeitos de poder político e econômico (acentuadamente) assimétrico e desigual, estando o Estado brasileiro e o Capital de um lado e, estando do outro os socioespacialmente atingidos e sua rede de proteção, gerou profundos conflitos de natureza espacial. Em que pese as importantes conquistas dos movimentos sociais e dos atingidos, a força do “estado de exceção” usado para implantar UHE Belo Monte pelo Governo Brasileiro, em pleno período democrático, promoveu impactos à escala da vida das pessoas que são imensurável e irreparável. Implicando a necessidade de proposição e de investimentos em outras e novas formas (fontes) de geração de energia no Brasil e na Amazônia como caminho para superação deste quadro de espoliações, que é produto do “ajuste espacial” do capitalismo.

Palavras-chave: Socioespacialmente Atingidos. Amazônia. UHE Belo Monte. Escalas da vida. Grandes Projetos.

ABSTRACT:

This thesis analyzed socio-spatial impacts on the life scales of people affected by a "big project", the Belo Monte HPP, built on the Xingu River, Brazilian Amazon. These "great objects" promote the re - de - structuring of the territories where they are implanted, causing a strong impact on the existing and historically constituted spatiality of river dwellers, peasants, natives, as well as residents of the outskirts of the city of Altamira - Pará - Amazônia. We then analyze the "spoiling" force of these large enterprises on "subalternized" populations, based on a scalar-based theoretical proposition, which involves considering space as a "polymorph". Space-spatiality, technique and scale were used as methodological tools for the realization of the reading of our empirical reality. The life-scale impacts of "deterritorialized" people on both mobility and immobility are felt in view of the spatial condition of belonging, appropriation and identification that different subjects carry out in their territories and places. Nonetheless, as a response to this spillover process, a series of strategies of struggle and resistance are verified in relation to "developmentalist" projects. Despite the Brazilian government's hand in hand with iron hands, it was a strong opposition to the Belo Monte HPP project. Social Movements of different scales of action, from different places on the planet, joined the impacted ones of Altamira and region, constituting, therefore, a great field of confrontation against the "biopolitical" conception applied by the Brazilian government and the national and international capital. This confrontation was carried out by the rural and urban poor and by the traditional populations, under the leadership of the social movements ("Xingu Movement Vivo Para Sempre", "Women's Movement") of Altamira and region, together with the important work of the Public Ministry Federal, Public Defender of the State of Pará and the work of NGOs (as a Socio-Environmental Institute), fought and struggled to ensure that the territoriality and place of the socio-residents affected by the set of works and actions that gave rise to Belo Monte HPP somehow, be compensated. An intense and enduring social struggle has caught on in the Xingu region so that the (re) structuring effects of this "big project" can be (somehow) offset. This struggle of the hegemonized / subalternized subjects, which was called "insurgent centralities", was established between subjects of politically and economically (asymmetric) and unequal economic power, the Brazilian State and Capital being on one side and, on the other spatially affected and its protection network, has generated deep conflicts of a spatial nature. Despite the important achievements of social movements and those affected, the strength of the "state of exception" used to implant Belo Monte Power Plant by the Brazilian Government, in the midst of a democratic period, has promoted impacts on the scale of people's lives that are immeasurable and irreparable. Implicating the need to propose and invest in other and new forms (sources) of energy generation in Brazil and the Amazon as a way to overcome this scenario of spoliation, which is a product of the "spatial adjustment" of capitalism.

Keywords: Socio-spatial Affected. Amazon. UHE Belo Monte. Scales of life. Great Projects.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: O OBJETO TÉCNICO ENQUANTO DESESTRUTURADOR DE TERRITÓRIOS, TERRITORIALIDADES.	94
FIGURA 02: ARRANJO GERAL UHE BELO MONTE	99
FIGURA 03: CARACTERIZAÇÃO DA UHE BELO MONTE	101
FIGURA 04: LUTA E RESISTÊNCIA DOS POVOS TRADICIONAIS PELA GARANTIA E/OU CONSTITUIÇÃO DE SEUS DIREITOS TERRITORIAIS.	177
FIGURA 05: IMAGENS DO I ENCONTRO DOS POVOS INDÍGENAS, CIDADE DE ALTAMIRA-PARÁ, 1989.	178
FIGURA 06: AUDIÊNCIA PÚBLICA UHE BELO MONTE, CIDADE DE ALTAMIRA-PARÁ, 2009.	179
FIGURA 07: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA	180
FIGURA 08: UM OBJETO (O FACÃO) E AÇÃO SÍMBOLO DAS LUTAS CONTRA A CONSTRUÇÃO DA UHE KARARAÔ: O PROTAGONISMO DA ÍNDIA TUÍRA.	186
FIGURA 09: IMAGENS “ENCONTRO XINGU VIVO PARA SEMPRE”.	203
FIGURA 10: A FÚRIA E REVOLTA DOS INDÍGENAS EM RELAÇÃO A BELO MONTE: O “DEDO FACÃO” DA ÍNDIA TUÍRA.	211
FIGURA 11: A UHE BELO MONTE, OBRA ORGULHO DO GOVERNO BRASILEIRO.	257
FIGURA 12: SLOGAN OFICIAL DA USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE.	260
FIGURA 13: O SIGNIFICADO DA UHE BELO MONTE PARA O EMPREENDEDOR: A USINA REPRESENTA A MAIS RELEVANTE OBRA DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC.	265
FIGURA 14: LINHA DO TEMPO UHE BELO MONTE (1)	269
FIGURA 15: LINHA DO TEMPO UHE BELO MONTE (2)	269
FIGURA 16: LINHA DO TEMPO UHE BELO MONTE (3)	270
FIGURA 17: LINHA DO TEMPO UHE BELO MONTE (4)	270
FIGURA 18: POR OUTROS PROJETO-MODELOS DE DESENVOLVIMENTO,	275

A UHE BELO MONTE ENQUANTO A FACE ESPOLIADORA DO CAPITAL.	
FIGURA 19: DOS IMPACTOS AOS POVOS INDIGENAS	311
FIGURA 20: DADOS RELACIONADOS À PIORA NO QUADRO DA SAÚDE	314
INDÍGENA (1).	
FIGURA 21: DADOS RELACIONADOS À PIORA NO QUADRO DA SAÚDE	315
INDÍGENA (2).	
FIGURA 22: A NARRATIVA ESCALAR DO EMPREENDEDOR.	326
FIGURA 23: NÃO HÁ CÉU AZUL EM BELO MONTE, OS IMPACTOS	378
SOCIOESPACIAIS AS ESCALAS DA VIDA.	
FIGURA 24: OS RUCs, OS NOVOS BAIRROS DA CIDADE DE ALTAMIRA-PA	382
FIGURA 25: BELO MONSTRO DE VIOLÊNCIAS.	412

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: UHE BELO MONTE, UMA RADIOGRAFIA ESCALAR (1)	110
QUADRO 02: UHE BELO MONTE, UMA RADIOGRAFIA ESCALAR (2)	111
QUADRO 03: UHE BELO MONTE, UMA RADIOGRAFIA ESCALAR (3)	111
QUADRO 04: UHE BELO MONTE, UMA RADIOGRAFIA ESCALAR (4)	112
QUADRO 05: UHE BELO MONTE, UMA RADIOGRAFIA ESCALAR (5)	112
QUADRO 06: COMPOSIÇÃO ACIONÁRIO UHE BELO MONTE	268
QUADRO 07: PLANOS E PROGRAMAS DE REPARAÇÃO E/OU	284
COMPENSAÇÃO	
QUADRO 08: DO SANEAMENTO DA CIDADE DE ALTAMIRA	318
QUADRO 09: SOBRE O PROCESSO DE REASSENTAMENTO DA	319
POPULAÇÃO RURAL RIBEIRINHA	

LISTA DE BOX

BOX 01 (seção A): DA RESISTÊNCIA DOS RIBEIRINHOS A FORMAÇÃO DO “CONSELHO RIBEIRINHO”.	55
BOX 01 (seção B): DA RESISTÊNCIA DOS RIBEIRINHOS A FORMAÇÃO DO “CONSELHO RIBEIRINHO”.	61
BOX 01 (seção C): DA RESISTÊNCIA DOS RIBEIRINHOS A FORMAÇÃO DO “CONSELHO RIBEIRINHO”.	65
BOX 01 (seção D): DA RESISTÊNCIA DOS RIBEIRINHOS A FORMAÇÃO DO “CONSELHO RIBEIRINHO”.	69
BOX 01 (seção E): DA RESISTÊNCIA DOS RIBEIRINHOS A FORMAÇÃO DO “CONSELHO RIBEIRINHO”.	70
BOX 02: QUANDO A “PRÁTICA SUJA” DA ORIGEM A “ENERGIA LIMPA”: A UHE BELO MONTE SOB DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO.	119
BOX 03: DESCUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS RELACIONADAS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL POR PARTE DA EMPRESA NORTE ENERGIA, EMPREENDEDOR DA UHE BELO MONTE.	125
BOX 04: BELO MONTE PARA QUE E PARA QUEM?	159
BOX 05: A AMAZÔNIA, AS PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS E A HISTÓRIA: A LÓGICA PERVERSA.	164
BOX 06: O CAMINHO DOS SUBALTERNIZADOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO MUNDO.	190
BOX 07: “CARTA XINGU VIVO PARA SEMPRE”, 23 DE MAIO DE 2008.	203
BOX 08: A CONVENÇÃO 169: OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS E TRIBAIS	212
BOX 09: GRANDES PROJETOS E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA	286
BOX 10: EFEITOS DO BARRAMENTO DO RIO SOBRE A ICTIOFAUNA	290
BOX 11: A NOÇÃO DE “SUSTENTABILIDADE” PRESENTE NO DOCUMENTO AHE BELO MONTE	293
BOX 12: PERGUNTAS DO “PAINEL DE ESPECIALISTAS”	295
BOX 13: DO ATRASO NAS CONDICIONANTES (1): LAMENTAR O	299

INTOLERÁVEL	
BOX 14: DAS PROMESSAS À REALIDADE: O SANEAMENTO BÁSICO DA	300
CIDADE DE ALTAMIRA.	
BOX 15: “O PESCADOR SEM RIO E SEM LETRAS”	305
BOX 16: A PESCA PARA ALÉM DO PEIXE: COMO QUANTIFICAR	312
CONHECIMENTOS QUE, PERMITEM A EXISTÊNCIA E REPRODUÇÃO SOCIAL	
DE GERAÇÕES DE COMUNIDADES DE RIBEIRINHOS-PESCADORES.	
BOX 17: DAS TRANSFORMAÇÕES (AGRESSÕES À ESPACIALIDADE)	321
PROMOVIDAS PELA UHE BELO MONTE ÀS ESCALAS DA VIDA.	
BOX 18: O OBJETO UHE BELO MONTE ENQUANTO REPRESENTAÇÃO DO	330
ETNOCÍDIO INDÍGENA	

LISTAS DE TABELAS

TABELA 01: OS 30 MUNICÍPIOS MAIS VIOLENTOS DO PAÍS NO ANO 2015	122
TABELA 02: DAS AÇÕES PREVISTAS À SITUAÇÃO REAL	334
TABELA 03: FAIXA ETÁRIA DOS ENTREVISTADOS (INTERVALO I)	383
TABELA 04: FAIXA ETÁRIA DOS ENTREVISTADOS (INTERVALO II)	384
TABELA 05: PROCEDÊNCIA DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS	386
TABELA 06: O QUANTITATIVO DE HOMENS E MULHERES	387
TABELA 07: COMO OS MORADORES DOS RUCS AVALIAVAM SUA	390
SITUAÇÃO ANTES DE BELO MONTE.	
TABELA 08: A FALA DOS ENRAIZADOS (OS TERRITORIALMENTE	393
IDENTIFICADOS): OS ANTIGOS MORADORES DA BEIRA-RIO/BEIRADÕES,	
DOS TRAVESSÕES E VICINAIS.	
TABELA 09: GASTOS COM ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E SERVIÇOS.	396
TABELA 10: EM RELAÇÃO À INDENIZAÇÃO RECEBIDA	397
TABELA 11: VOCÊ GOSTARIA DE TER SUA VIDA ANTIGA DE VOLTA?	402
TABELA 12: EM RELAÇÃO A VENDA DA CASA PARA MORAR EM OUTRO	402
LOCAL	
TABELA 13: ERA MAIS FELIZ ANTES OU DEPOIS DE BELO MONTE?	403

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01: PERCENTUAL DE HOMENS E MULHERES ENTREVISTADOS	387
GRÁFICO 02: FAMÍLIAS ENTREVISTADAS EM CADA BAIRRO	388
GRÁFICO 03: COMO CLASSIFICA A VIDA ANTES DE BELO MONTE	389
GRÁFICO 04: EM RELAÇÃO À MORADIA (ESTRUTURA FÍSICA,	395

LOCALIZAÇÃO, CONDIÇÃO DE HABITAÇÃO). COMPARANDO OS DOIS

MOMENTOS, ANTES E DEPOIS DE BELO MONTE.

GRÁFICO 05: EM RELAÇÃO À SITUAÇÃO FINANCEIRA DEPOIS DE BELO	398

MONTE

GRÁFICO 06: GASTOS DAS FAMÍLIAS ANTES E DEPOIS DE BELO MONTE	399
GRÁFICO 07: EM RELAÇÃO AO QUADRO DE SAÚDE DA FAMÍLIA.	399
GRÁFICO 08: COMO CLASSIFICA O RELACIONAMENTO COM OS	400

VIZINHOS?

ABREVIATURAS E SIGLAS

AAI- Avaliação Ambiental Integrada
AFP - Associação Floresta Protegida
AGU - Advocacia Geral da União
ANATEL- Agência Nacional de Telecomunicações
ANNEL Agência Nacional de Energia Elétrica
ATIX - Associação Terra Indígena Xingu
BIRD - Banco Mundial
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDH- Comissão de Direitos Humanos
CEBs (Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica)
CEDI- Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CJP - Comissão de Justiça e Paz
CNEC - Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores
COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CONTAG - Confederações e Federações de Agricultores como a Confederação

dos Trabalhadores na Agricultura
CPT- Comissão Pastoral da Terra,
DNAEE- Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
EIA - Estudo de Impacto Ambiental
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
EIA-Estudos de Impacto Ambiental
FADESP - Fundação de Amparo e Desenvolvimento de Pesquisas
FAOR – Fórum da Amazônia Oriental
FASE - Federação de Assistência Social e Educacional
FDHDS - Dorothy Stang
FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FIBESP – Fundação do Bem Estar Social do Pará
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FVPP Fundação Viver, Produzir e Preservar
GTA Grupo de Trabalho Amazônico
IBAMA. Instituto Brasileiro e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISA - Instituto Socioambiental
LI – Licença de Instalação
MAB- Movimento dos Atingidos por Barragens
MDTX - Movimento Pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu
MMA- Ministério do Meio Ambiente
MMCC - Movimento de Mulheres do Campo e Cidade

MME- Ministério de Minas e Energia
MMM- Movimento de Mulheres Maria Maria
MMTACC - Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo e Cidade
MNDH- Movimento Nacional dos Direitos Humanos
MPF – Ministério Público Federal
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONU - Organização das Nações Unidas
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas
PDRS - Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável
Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)
RIMA - Relatório de Impacto Ambiental
SDDH- Sociedade Paraense dos Direitos Humanos,
SINTEPP - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará
STF - Supremo Tribunal Federal
TCU – Tribunal de Contas da União
TVR – Trecho de Vazão Reduzida

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE BOXES

LISTA DE TABELAS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APRESENTAÇÃO DA TESE	21
PRÓLOGO (momento 1)	24
PRIMEIRA PARTE: (D)AS ESCOLHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS	41
CAPÍTULO 1 (INTRODUÇÃO): DA IDEIA INTENÇÃO A INTENCIONALIDADE DE	42
UMA TESE	
1.1. O que faz de uma tese uma Tese?	43
1.2 – Pensando o Objeto: a construção do objeto de pesquisa para além de	47
<i>aprioris e posteriori.</i>	
1.3 – Da construção do objeto (e das muitas escolhas que isso envolve) a	77
definição das armas teóricas que serão utilizadas: os (des)caminhos da	
pesquisa.	
CAPÍTULO 2: A INDISSOCIÁVEL ESPACIALIDADE DO SER	83
2.1 – Entre noções, conceitos e categorias: a UHE Belo Monte enquanto	84
expressão da “Totalidade do Diabo”	
2.2 – O ESPAÇO: uma Complexa Totalidade Inconclusa	91
2.3 – O Espaço é um Misto, um Híbrido, um composto de Formas-Conteúdo	95
2.3.1 – Apresentando o Objeto UHE Belo Monte: o elemento (Des)estruturador	97
2.4 – A ESCALA: de Estratégia Metodológica a Representação Potencial de	104
Distintas Intencionalidades Políticas	
2.4.1 – A UHE Belo Monte e as muitas maneiras de conferir visibilidade ao	106
real: o papel da escala geográfica	
PRÓLOGO (momento 2)	132

SEGUNDA PARTE: AS RAZÕES DE BELO MONTE	147
CAPÍTULO 3: A TRISTE SINA DA AMAZÔNIA: Uma região subalternizada pelo	148
Brasil e o Mundo	
3.1 – Os interesses corporativos do capital nacional e internacional e a	149
produção de energia na Amazônia: o Estado brasileiro enquanto vassalo do	
Capital	
3.1.1 – A Amazônia frentes aos interesses endógenos e exógenos	151
3.1.2 – Amazônia(s): diferentes concepções funcionais, distintas	157
funcionalidades socioespaciais	
3.2 – Contextualizando a Região de Perdas: a unidade subregional da	171
Transamazônica e Xingu	
3.2.1 – A Unidade Sub-Regional da Transamazônica e Xingu	174
3.3 – O Estado Brasileiro como o viabilizador mor do território para o Capital	181
3.3.1 – UHE Belo Monte: histórico das discussões e ações no que concerne a	182
proposição, implantação e operacionalização do “grande objeto”	
PRÓLOGO (momento 3)	217
TERCEIRA PARTE: POR UMA INTERPRETAÇÃO ESCALAR DOS GRANDES	246
PROJETOS	
CAPÍTULO 4: DESENVOLVIMENTO, PROJETOS	247
(NEO)DESENVOLVIMENTISTAS E O PAPEL DA ESCALA	
4.1 – Espacialidades subalternizadas: do jogo das escalas ao	248
Desenvolvimentismo as avessas, o (contra)exemplo de Belo Monte	
4.2 – A Usina Hidrelétrica Belo Monte para o Governo Brasileiro	254
4.3 – A Usina Hidrelétrica Belo Monte para o Empreendedor	264
4.4 - A Usina Hidrelétrica Belo Monte para os Cientistas	274
4.4.1. O que viu e sobre o que alertou o “Painel de Especialistas”?	278
4.4.2 – “Participação” da Sociedade Civil e Invisibilidade Social	292
4.5 – Belo Monte na pratica: os estudos do ISA e FGV	296
4.5.1 – Contextualizando o Dossiê	297
4.5.2 – Dos casos de “deslocamento compulsório”	318
4.5.3 – Degradação Ambiental e Desestruturação dos Territórios Indígenas	326
4.5.4 – O NADA “BELO” DE BELO MONTE: os impactos as atividades	336
pesqueiras e a escala da vida dos ribeirinhos do Xingu	
PRÓLOGO (último momento)	343
QUARTA PARTE: O LAMENTO E DOR DOS SOCIOESPACIALMENTE	373

ATINGIDOS

CAPÍTULO 5: USINA HIDRELÉTRICA BELO “MONTE” OU BELO “MONSTRO”? 374

5.1 – A UHE Belo Monte para os Socioespacialmente Atingidos. 375

5.2 – Os novos bairros de Belo Monte e as velhas lógicas hegemônicas: da 381

casa lar a casa prisão

CONSIDERAÇÕES FINAIS 406

REFERÊNCIAS 416

APÊNDICE 428

ANEXOS 439

APRESENTAÇÃO DA TESE

Esta tese está dividida em cinco momentos: a) os Prólogos da Tese; b) primeira parte da tese chamada “das escolhas metodológicas”; c) segunda parte da tese denominada “as razões de Belo Monte”; d) terceira parte da tese intitulada “por uma interpretação escalar dos Grandes Projetos” e; e) as considerações finais do trabalho.

Os prólogos da tese apresentam-se de forma compartimentada durante o trabalho, sempre antes de cada seção da tese e cumprem vários e importantes papéis. Servem para contextualizar a região, a partir da fala dos sujeitos, militantes políticos e atingidos socioespacialmente, onde se dar ênfase ao período pós-60 de ocupação da Amazônia. Este marcado pela forte intervenção do Estado junto ao território, a partir de grandes obras de engenharia, tais como: abertura de estradas e a implantação de “grandes projetos”; mas também, pelo surgimento dos movimentos sociais na região.

Serve ainda, para: a) propor uma contextualização, a partir de histórias, da espacialidade de/dos sujeitos da cidade e região de Altamira, em diferentes momentos espaço-temporal de sua história; b) discutir o processo de formação dos movimentos sociais da região, a partir, sobretudo, do que chamamos na tese de “narrativa escalar” dos sujeitos; c) discutir os impactos da UHE Belo Monte às escalas da vida das pessoas; d) apontar, por meio da apresentação de um histórico de lutas, os dilemas e as conquistas dos movimentos sociais de Altamira e região, o que na tese chamamos de “centralidades insurgentes”.

Ou seja, almeja-se demonstrar que os processos relacionados à construção/implantação da UHE Belo Monte, geraram/geram muitos impactos de natureza socioespacial mas, estes poderiam ser ainda maiores, e mais profundos, sem a atuação dos movimentos sociais de Altamira e região, em especial do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, do Movimento Atingidos por Barragens e do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade de Altamira. Estes foram agentes centrais na defesa de garantias

constitucionais e na exigência de reparações financeiras e materiais, bem como, no tratamento psicológico/psiquiátrico aos atingidos socioespacialmente.

A primeira parte da tese é composta de dois capítulos: o capítulo 1 possui *status* de introdução. Nele estão presentes as intencionalidades da tese, a temática da pesquisa, o objeto da pesquisa, bem como, os objetivos, a problemática e a metodologia adotada na pesquisa, desenvolvida ao longo de quatro anos. O capítulo 2 traz uma discussão sobre espaço, técnica e escala geográfica, categoria e conceitos fundamentais para compreensão e fundamentação analítica da tese. Neste capítulo, defende-se o uso da escala como recurso metodológico e estratégia analítico interpretativo para o entendimento (e intervenção) na/da realidade socioespacial.

A segunda parte da tese é composta de um capítulo, o terceiro. No capítulo 3 são discutidos que função cumpre, historicamente, a Amazônia, em diferentes escalas, para o Brasil e para o mundo. Onde é ressaltada a inserção subalterna desta região à economia mundo e onde se discute, ainda, a formação socioespacial da Transamazônica e Xingu. Os capítulos 4 e 5 compõe a terceira parte da tese. No quatro são apresentados e debatidos os agentes envolvidos em Belo Monte, analisados a partir de sua “narrativa escalar” (que envolve a oralidade dos eventos históricos e os discursos construídos pelos diferentes sujeitos).

O capítulo 5, nos fala especialmente sobre “os impactos socioespaciais às escalas da vida”. Destacando os processos de desterritorialização e reterritorialização promovidos pelos agentes hegemônicos de Belo Monte. E as marcas deixadas junto aos atingidos pelo processo espoliador de Belo Monte. A perda do lugar e a desconstrução da lugaridade de diferentes sujeitos envolvidos, no processo de deslocamento compulsório, promovidos pelos agentes responsáveis pelo objeto UHE Belo Monte.

As considerações finais, o último momento da tese, traz uma discussão sobre o significado da “espacialidade”, a partir do conceito de lugar, e a importância da atuação dos movimentos sociais, na luta pela garantia, e/ou reconhecimento, dos direitos dos socioespacialmente atingidos pelo “grande objeto” UHE Belo Monte. Traz ainda, as principais conclusões alcançadas pelo trabalho.

Onde se advoga o abandono deste modelo de geração de energia e sua substituição por um modelo, efetivamente, sustentável ao meio ambiente e ao modo de vida

das diferentes sociedades. Bem como, se defende o abandono de um modelo de “desenvolvimento” a partir de grandes obras, dos “grandes projetos”, produto deformado e mórbido do “ajuste espacial” do capital, tendo em vista seus intensos impactos, em diferentes escalas e sobre diferentes sujeitos sociais.

A tese traz ainda diversos box ao longo do texto. Estes tem por objetivo aprofundar o conhecimento e informação do leitor em relação a determinados assuntos e temas específicos, tratados ao longo da pesquisa, bem como, atualizar o leitor em relação ao processo de construção implantação da UHE Belo Monte, já que este “grande projeto” segue sendo construído.

Em um período marcado pela rapidez com o qual se constrói conhecimento é, obrigação do Estado e da sociedade, nacional e internacional, pensar em formas menos agressivas à biodiversidade e à sociodiversidade do planeta. A proposição de uma nova sociedade, mais justa e fraterna, passa pela construção cotidiana de um outro mundo, mais sustentável e digno socioespacialmente.

PRÓLOGO

(momento 1)

Voltando pra casa

As escalas do encontro

Certo dia... em tempos de chuva intensa na Amazônia Oriental, mais precisamente, em tempos de “muita água” no sudoeste do estado Pará – Amazônia brasileira, eis que se encontram na rodoviária da capital do estado, a cidade de Belém, dois amigos de longa data¹.

— Eh mestre!

— Opa! Que surpresa boa!

— O senhor vai viajar pra terra da barragem?

— Pois é... Vou viajar pra terrinha sim! Mas, prefiro falar que vou para a terra onde a estrada e o rio se encontram, onde a poeira e o barro se revezam durante o ano, onde o Brasil “não português”, “não brasileiro”, em outros termos, onde um “Brasil não colonial” ainda se faz presente. Onde o rio é sagrado apesar de ter sido sangrado, onde a Igreja entende que deve servir à sociedade e não o contrário, onde tudo se constrói na base da luta, seja esta cotidiana, local ou global, onde o espaço foi pulverizado no real, mas teima em permanecer vivo na memória das pessoas, onde o mal do país se alimenta a partir de negociatas milionárias. Enfim, vou para “o centro do país”, mesmo que o país não saiba disso.

— Eita que o “homi” tá pensativo (risos). Virou poeta (risos). Daqui a pouco vai gritar: “Pare Belo Monte!” (risos).

¹ Esta narrativa mistura elementos reais, baseados em fatos, histórias reais, de pessoas reais e elementos de cunho fictício, que compõe a história (a narrativa) que foram criados pelo autor do trabalho tendo por objetivo dar ligação (conexão) as diferentes histórias aqui apresentadas. As falas em *itálico*, ressalta-se, são falas reais, depoimentos reais, obtidos pelo autor durante a realização das pesquisas de campo na cidade de Altamira-PA, entre os anos de 2014 e 2016. Os textos em *itálico* pertencem: à militantes de movimentos sociais de histórica atuação na cidade e região de Altamira e a pessoas socioespacialmente atingidas pelas obras da UHE Belo Monte, tais como: ribeirinhos, religiosos, moradores da cidade de Altamira, em síntese, a todos que foram fortemente impactados pelo projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Projeto este conduzido pela empresa Norte Energia, mas viabilizado (do ponto de vista econômico, logístico infraestrutural e normativo/jurídico) pelo estado brasileiro (entenda-se governo federal).

— Esse grito, ainda vale. Ainda vale!

— Mas como? Já tá feito. Depois que o governo diz que vai fazer, já era. Pode esquecer. E digo mais, tá melhor hoje do que antes da barragem. Tá melhor! Contudo, melhorou mesmo durante a construção. Altamira ficou cheia de gente, correu muito dinheiro, só não se deu bem que não quis. Até helicóptero chegou à cidade. E segue melhorando...

— Segue é... Melhorando para quem? A que horas você parte em direção a Altamira meu amigo?

— As 23:30² em ponto!

— Então nós dois temos muito chão pela frente ainda para conversar. São duas noites de viagem pela frente ainda. Vou nesse horário também e já vou adiantando que a conversa vai continuar. Penso bem diferente do amigo! Pra mim a cidade teve todas as chances de melhorar, mas piorou. Opa! Vejo mais gente conhecida. Dona Antônia, seu Otávio, Dom Erwin, padre Alírio, Mariene e tantos outros conhecidos. Já vi que não vou sentir o longo tempo da viagem. A prosa vai ser boa, e quando a prosa é boa, a gente nem sente o longo e demorado percurso.

— Aí eu concordo com o amigo.

— Vamos guardar a boróca³ pra gente se acomodar logo no busão.

— Verdade. Vi uma conhecida ali também, dona NESA, gente boa demais.

— Não conheço. Ela é nova por lá?

— Chegou pra viver na região por conta da barragem. Mas, visita a Transamazônica desde anos 70 do século XX.

— Entendo. Oi Antônia⁴!

— Oi! Tudo bem? Voltando pra terra dos deuses e deusas?

2 Alusão ao horário real da partida dos que viajam de ônibus da capital do estado do Pará, Belém em direção à cidade de Altamira.

3 Expressão regional sinônimo de “bolsa”; “bagagem de mão”.

4 Referência a Antônia Melo que constitui-se a principal liderança da região Transamazônica e Xingu. Atualmente, dentre outras muitas funções que desempenha como militante junto ao Movimento de Mulheres de Altamira e região (dentre outros movimentos), ocupa o cargo de coordenadora do “Movimento Xingu Vivo Para Sempre”, principal movimento social de resistência a construção e implantação da UHE Belo Monte. É reconhecida nacional e internacional por sua luta e dedicação no concernente aos direitos humanos e socioambientais.

— É voltando. Acho que já dar pra morar de novo na cidade. Já diminuiu a bagunça...

— Foi horrível mesmo! Mas, a gente tem que se manter firmes na luta, firmes na luta!

— Até mais Antônia.

— Até professor.

— Então, qual a poltrona do amigo? A minha é a 23.

— Eita! Vamos juntos então! Estou sentado, coincidentemente, ao seu lado.

— Já vai sair.

— Já. Boa viagem pra gente.

A viagem

A voz dos socioespacialmente atingidos⁵

“E não foi uma questão isolada... em Belo Monte nada é isolado! O que agride você agride a mim. Agride a todo mundo”.

Mariene

— E o amigo tá com sono?

— Não. Ao contrário, estou sem sono.

— Vamos continuar o papo então. Antes, vou te apresentar Mariene.

— Olá boa noite.

⁵ “Ao abordar o conceito de atingido cabe deixar claro o contexto e o sentido do debate, de modo a explicitar o que é que está em jogo. Na verdade, embora o termo apareça em documentos técnicos e remeta a dimensões econômico-financeiras, a noção não é nem meramente técnica, nem estritamente econômica. Conceito em disputa, a noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se legitimação, de direitos e de seus detentores. Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. Isto explica que a abrangência do conceito seja, ela mesma, objeto de uma disputa” (VAINER, Carlos B. **O Conceito de Atingido: uma revisão de debates e diretrizes**, 2003).

— Que tal Mariene? Tudo bem?

— A gente vai levando, e o amigo?

— Vou levando também.

— Mariene, o meu amigo aqui é um entusiasta da barragem. É daqueles que diz inclusive que hoje Altamira é bem melhor enquanto cidade.

— Só se for pra ele (risos). A cidade piorou e muito, isso sim. E desde quando o amigo que afirma esse absurdo conhece Altamira?

— Desde 2011. Quando começou o movimento da barragem, cheguei por lá.

— Entendo. Pois eu cheguei um pouco antes... 1971.

— Nossa! Há quarenta e seis anos já.

— Isso. Vocês querem prostrar mesmo?

— Queremos!

— Então eu vou contar minha história, para o senhor que chegou “acompanhando” a licença de instalação da Usina (risos). *Eu sou Mariene, sou Maranhense, vim pra Altamira nos anos setenta. Em setenta e um (1971). Viemos a família toda do Maranhão, família de aproximadamente dez irmãos e um sonho de encontrar terra digna pra morar, já que lá nossa vida, no nordeste, estava muito difícil. Escassa a produção, a água, o modo de vida...*⁶ *O meu pai veio na frente e logo em seguida mandou nos buscar. Segundo ele contava, até cinco anos atrás, quando ele ainda era vivo, nós entramos aqui em um dos primeiros caminhões “pau de arara”⁷ que entrou na Transamazônica. Nós viemos morar justamente aqui perto da Betânia⁸. Estudamos em umas daquelas escolas, fomos morar no KM 18, mas, os lotes que nós encontramos por lá, todos alagavam, era terra ruim e, eu fui uma das filhas que resolveu vir pra cidade pra fazer tratamento e acabei ficando na cidade e não voltei muito pra roça. Eu ia, de vez em quando só, nas férias pra trabalhar. Depois eles vieram pra cidade e conseguimos viver, comprar uma casinha, morar no*

6 As Reticências presentes nas falas dos entrevistados significam quebras em um determinado assunto e/ou mudança de assunto sem concluir o último.

7 Veículo de transporte de cargas, “adaptado” para realizar o transporte de pessoas nas carrocerias de caminhonetes ou caminhões de médio e grande porte.

8 Propriedade rural pertencente a Prelazia do Xingu (igreja católica). Utilizada para retiros espirituais, encontros de leigos e grandes assembleias políticas.

Bairro Aparecida, tinha uma boa vizinhança. Trabalhava com agricultura e estudava. E, como eu sou de tradição da religião católica, nós conseguimos fazer um bom trabalho na igreja, um bom relacionamento e, quando eu vim pra cidade, eu consegui entrar na pastoral catequética, pastoral da juventude, eu era adolescente e isso me fez criar esse sonho, essa vida de militante, foi o primeiro passo que me deu pra ser “militante cristã”, como a gente chamava na época, a gente achava que só os cristãos faziam essa loucura. Foi à igreja católica da Imaculada Conceição através das irmãs, dos padres que fez com que nós enxergássemos que nós precisávamos viver em comunidade, que a gente precisava partilhar, que tinham muitos desafios pela frente, que a gente precisava cuidar um do outro e, no conjunto, a gente precisava enxergar as necessidades e partir pra luta, que essa era nossa missão... a gente sempre trabalhava com essas questões. É que naquela época a Prelazia tinha muitos padres italianos e a gente tinha um foco de vida diferente não é? Eles enfrentavam muito! Eles eram uma espécie de Dom Oscar Romero⁹, enfrentavam mesmo as lutas e então, a gente tinha um grande apoio do Dom Erwin¹⁰, das comunidades franciscanas e isso nos entusiasmou. Então, desde crianças a gente cuidava da casa, estudava, trabalhava, mas achava tempo pra se reunir, não tinha esse negócio de dizer “É domingo, é sábado, estou cansada, eu tenho que cuidar da casa”, não! O pouquinho que a gente tinha a gente ia pra luta. E aí começou os grupos se formando na Transamazônica, de trabalho fora da igreja, ligado à igreja católica e os movimentos sociais começaram a se organizar. Nessa época, Eu já lutava com as questões de violência contra mulher; comecei a trabalhar na FBESP¹¹ com criança e adolescente, meninos de rua, que a gente chamava de “menor infrator” no antigo código penal do menor e, lá nós começamos a perceber o tanto que as crianças precisavam de apoio, o tanto que

9 Dom Oscar Romero, religioso assassinado enquanto celebrava a eucaristia na cidade de San Salvador, em 1980. O autor do crime foi um atirador de elite do exército salvadorenho, treinado na Escola das Américas. Esta, um órgão do Departamento de Defesa dos Estados Unidos responsável pela formação das forças de repressão que atuaram em vários dos regimes de ditaduras militares colocadas em marcha na América Latina na segunda metade de século XX. Oscar Romero era então arcebispo de San Salvador e, na véspera de seu assassinato, havia feito um forte pronunciamento pedindo pelo fim dos conflitos em El Salvador. O país havia sofrido um golpe militar, a mando e arquitetado pelos Estados Unidos, temerosos de ver se repetir ali uma nova Revolução Cubana. “Em nome de Deus e desse povo sofredor, cujos lamentos sobem ao céu todos os dias, peço-lhes, suplico-lhes, ordeno-lhes: cessem a repressão”, foi o que disse Dom Oscar Romero na véspera de seu assassinato.

10 Dom Erwin Kräutler religioso da Congregação do Preciosíssimo Sangue, bispo católico, bispo prelado emérito do Xingu, Estado do Pará. É considerado como a maior liderança social de Altamira e da região da Transamazônica e Xingu.

11 A Fundação foi criada em 1967, com a denominação de Fundação do Bem-Estar Social do Menor (FBESP). Posteriormente, em 1993, passou a ser denominada de Fundação da Criança e do Adolescente do Pará (FUNCAP). Hoje, a FASEPA (Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará) tem cerca de 1.655 servidores nas 15 Unidades de Atendimento Socioeducativo (UASES) que mantém na região metropolitana de Belém e nos municípios de Marabá e Santarém, atendendo 319 adolescentes e jovens masculinos e femininos. A Fundação não mais assiste o público infantil, apenas adolescente.

nossas crianças eram violentadas e naquela época, nós não tínhamos muita retaguarda pra criança e adolescente. Era assim, fez alguma coisa, que na visão do Ministério Público, da Polícia e da Escola (ou de qualquer órgão público) era errado, era chave de cadeia! Pra cadeia então cansei de ir. Fui muito nas delegacias tendo que às vezes ir tirar “menino” da cadeia com juiz e promotores, através da FBESP. E isso começou a motivar muito mais a minha luta em defesa da dignidade da criança e também da mulher.

— Mariene, me permita perguntar uma coisa: por que você escolheu essas “bandeiras”? O quê a levou a se dedicar a essas causas?

*Porque, eram três coisas que as pessoas não defendiam: **a criança, a mulher e o negro**. Então eu me baseio muito nesse tripé e, até hoje, é minha luta! É a criança, a questão da negritude, da nossa negritude e, a questão da violência contra a mulher. Trabalhei muito em creche, a gente sempre recebia crianças vítimas de violência, de estupro, de pedofilia só que a gente nem sabia o que era isso; trabalhava, cuidava, mas não tinha muitas leis que ajudavam a combater essa violência. E as mães? (Por outro lado) também violentadas. Aí nas escolas, sempre eu fazia o trabalho da questão da violência contra mulher e na igreja católica eu tinha passado por três “Campanhas da Fraternidade” voltadas para essas grandes áreas de violência, da questão da nossa cidadania. E na igreja católica a gente sempre junto, na catequese e na pastoral da juventude, na liturgia, sempre trabalhando com a irmã Dorothy¹², com outros padres, com outras comunidades, fazíamos as grandes assembleias do Xingu e aí se formou o “Movimento de Mulheres”. Logo que a Melo¹³ começou a puxar o trabalho do Movimento Mulheres, pouco tempo depois eu entrei. Não a conhecia, mas, eu fui e me achei dentro dessa luta, porque a gente já tinha, já vinha debatendo (por conta da igreja católica) e aí, eu também, eu... não era educadora mas, sempre ia para as reuniões do SINTEPP¹⁴, trabalhava numa área social, sempre estava nas lutas do SINTEPP e no*

12 Referência a religiosa Dorothy Stang, conhecida como “Irmã Dorothy”. Freira norte-americana que naturalizou-se brasileira. A religiosa participava da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) desde a sua fundação e acompanhou com determinação e solidariedade a vida e a luta dos trabalhadores do campo, sobretudo na região da Transamazônica, no estado do Pará. Defensora da reforma agrária, Irmã Dorothy mantinha intensa agenda de diálogo com lideranças camponesas, políticas e religiosas, na busca de soluções para os conflitos relacionados à posse e à exploração da terra na Região Amazônica. Dentre suas inúmeras iniciativas em favor dos mais empobrecidos, Irmã Dorothy ajudou a fundar a primeira escola de formação de professores na rodovia Transamazônica, que corta ao meio a pequena cidade de Anapu. Era a Escola Brasil Grande. Irmã Dorothy recebeu diversas ameaças de morte. Pouco antes de ser assassinada declarou: “Não vou fugir e nem abandonar a luta desses agricultores que estão desprotegidos no meio da floresta. Eles têm o sagrado direito a uma vida melhor. Numa terra onde possam viver e produzir com dignidade. Sem devastar!”.

13 Refere-se a Antônia Melo, já apresentada aqui.

14 O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará – SINTEPP, é uma associação sem fins lucrativos fundada em 23 de outubro de 1988, quando da realização do VI Congresso Estadual da

PT¹⁵. Assim foi o tripé: **a igreja, o PT (Partido dos Trabalhadores) e os movimentos sociais**. E a gente se apoiava muito um no outro. Não tinha racha, não tinha barragem, não tinha Belo Monte¹⁶. Então a gente se unia muito nessa luta. Aonde a gente chegava, tratava do assunto (de um problema qualquer), a gente ia em busca de resolver. E aí, a violência contra a mulher ia aumentando cada dia mais ou nós íamos enxergando essa violência com outros olhos. Porque a violência aqui em Altamira, sempre foi grande. Uma cidade de “Grandes Projetos”, desde a borracha, da castanha, depois a Transamazônica, depois a SUDAM¹⁷ – Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia – e vem outros projetos por aí, sempre trazendo gente de fora como eu sou vítima, o povo daqui é vítima desse grande... desses grandes impactos. Eu vim por conta disso! Eu também me tornei vítima, mas tornei uma que sempre lutei. Então, quando você começa a lutar, você começa a enxergar a realidade com outros olhos, você começa a ver a violência em vários espaços que antes você não enxergava. Você achava que era normal, que era comum e começamos a lutar. Muitas mulheres foram mortas por ex-companheiros e... comecei a trabalhar também na Prelazia, a gente se reunia várias vezes, muitos encontros e conseguia ir lutando contra esses grandes impactos que esses projetos traziam pra nós.

— Mas... Essas “lutas” que você fala, trouxe (trouxeram) algo de concreto, alguma conquista que vocês podem falar: “fomos nós que conseguimos”?

— Sim! Por exemplo, conseguimos lutar para que os governos criassem esse mecanismo de tolerância ou, de uma forma de coibir a violência contra a mulher. E, conseguimos criar a Delegacia da Mulher; a mudança do código penal do menor que eu trabalhava também na pastoral do menor. Ótimo trabalho então desses nossos movimentos sociais. Foi um grande desafio trabalhar com meninos e meninas de rua, era muito difícil pra gente que não tinha espaço, não tinha local, mas, eu consegui trabalhar onze anos nessas pastorais. Tinha a FBESP e tinha a Pastoral da Igreja Católica “Meninas e Meninos de rua”, “Movimento Nacional de Meninas e Meninos de Rua” e tinha a “Pastoral do Menor” mesmo assim a gente conseguia trabalhar, mas aí

Federação Paraense dos Profissionais da Educação Pública (FEPPEP). O SINTEPP tem por finalidade defender jurídica e socialmente, no âmbito administrativo e judicial, inclusive por meio de Ação Civil Pública, os interesses e direitos individuais e coletivos dos trabalhadores em educação pública, das redes estadual e municipal de ensino do Estado do Pará, independente do regime jurídico a que estejam submetidos, em todos os seus direitos e lutas, assim como promover a formação política dos trabalhadores em educação e a solidariedade entre todos os trabalhadores.

15 Referência ao Partido dos Trabalhadores, um dos partidos políticos que conformam o sistema político brasileiro. Sistema este presidencialista que possui por base uma democracia representativa.

16 Refere-se à cisão do movimento, ocorrida como consequência do novo contexto trazido por Belo Monte.

17 Autarquia criada em 1966 (Lei 5.173/66) pelo governo federal (período da ditadura militar), responsável por elaborar e gerir os planos e projetos de desenvolvimento pensados para a região amazônica.

isso foi mudando, a constituição veio, trouxe novas mudanças, eu acompanhei todas essas mudanças porque trabalhava nos dois órgãos que estavam ligados à Constituição, que estavam ligados à cidadania, aos direitos, não só como movimento social, mas, como profissão também. Isso me ajudou muito a alavancar esse trabalho e fui acompanhando de perto, aí criou o movimento de mulheres eu pulei dentro.

— Aí tem história mestre (risos), te prepara pra essa viagem!

— Tô acompanhando, com bastante atenção. Mas até aqui, pelo que percebo, só faz confirmar o quê disse: “Altamira melhorou depois de Belo Monte!”.

— Calma, não se precipite. Vamos continuar ouvindo a Mariene...

— Olha eu falo muito (risos).

— Estamos achando ótima a prosa... por favor, continue Mariene.

— Bem, vou continuar então... *Em oitenta e sete (1987) que foi a campanha da fraternidade¹⁸ sobre criança e adolescente foi que nós fizemos, nós tentamos, a igreja católica aqui da Brasília (refere-se ao bairro de Brasília, um dos mais populosos da cidade de Altamira), nós tentamos fazer uma grande caminhada contra a violência de crianças e contra a barragem. Aí caímos na besteira de avisar a juíza, aí ela mandou os soldados pra inibir a gente. Nós pegamos... assim, as crianças entravam mas, não podiam sair. E eles (os soldados enviados a mando da juíza da época) diziam que iam prender a gente, iam bater, se a gente saísse com as crianças. Então foi o momento que nós ficamos, em cima de um trapichezinho, cantando assim: “Nossos direitos vêm, nosso direito vem, se não vier nosso direito o Brasil perde também”. E ficamos até dez onze horas (da manhã), depois nós liberamos as crianças. Foi à primeira, acho que pouca gente sabe dessa história, foi a primeira tentativa de caminhada na cidade contra a violência, contra as barragens, contra essas coisas que aconteciam que hoje tem nome mais naquela época não tinha esses nomes específico, tipo: meio ambiente, segurança pública. Então, era uma mistura e a gente ia aprender isso na igreja católica e aí, nós não fizemos a caminhada, ficamos só dentro do espaço e fazendo um círculo, caminhando e cantando e, eu sempre animando, uns com microfone, outros com panelas mas, eu ainda me lembro assim, nós não saímos mas, nós fizemos!*

— Para entender melhor Mariene, a juíza não deixou vocês saírem de onde?

— Da igreja.

¹⁸ Estratégia usada pela Igreja Católica visando dar visibilidade a um tema colocado como relevante para o debate público. O assunto/tema eleito é trabalhado em todas as atividades coordenadas pela igreja, em formato de tema transversal ao longo de um ano. Desta forma entende a Igreja contribuir para que Políticas Públicas e outras ações sejam pensadas, elaboradas como forma de minimizar, ou mesmo acabar, com determinado “problema social”. Para o ano de 1987 o tema tratou sobre questões que atingiam crianças e adolescentes em condições de vulnerabilidade social. O *slogan* da campanha foi “Quem acolhe o menor, a mim acolhe”.

— Da igreja?

— Sim, do Centro Padre Tore. Ela não deixou! É porque nós organizamos uma caminhada pra sair do Padre Tore, em frente à (Igreja) Imaculada Conceição, de um espaço que tem grande lá fechado, e a gente ia até na prefeitura, que era aí onde é a Secretaria de Saúde (refere-se à mudança de endereço, da época do acontecido para o presente), era lá que funcionava a prefeitura. Mas, nós mandamos avisar a juíza e ela disse: “Se vocês forem eu mando prender!”. E, no outro dia, cheguei lá com a minha bicicletinha, parei... já tinha uns policiais e nós entramos, entrar podia só não podia sair com a meninada, que era menino da catequese, as crianças eram da catequese. Estavam todos animados pra gente ir pra rua, a gente lutaria pelos nossos direitos, mas, a gente não tinha ideia de que pra ela (referência à juíza) aquilo ali seria um desafio (no sentido de desrespeito) à segurança pública, nós estávamos enfrentando a lei, que não podia. Altamira ainda era área de segurança nacional nesse tempo e nós ficamos lá cantando as nossas músicas, dizendo as nossas frases, que a campanha da fraternidade chamava “quem acolhe o menor, a mim acolhe” e depois, como eu trabalhava na FBESP e era da igreja e dos movimentos, começou a surgir, em oitenta e nove (1989), nós... já percebemos morte e desaparecimento de crianças. O padre Sávio já estava na igreja, aqui na Conceição, que tinha em Belém Chaverianos e, ele começou a acompanhar a gente e, junto com o Dom Erwin e outros padres, deram muito apoio. A Prelazia do Xingu foi a mãe de toda essa luta contra a violência que acontece (aconteceu) com criança e adolescente. Nós, através do Movimento de Mulheres e a Igreja Católica conseguimos organizar, algumas lutas e organizamos um “Conselho de Direito”, porque já tinha o ECA, estava surgindo o ECA e a partir do conselho de direitos que passou a fazer o trabalho do Conselho Tutelar, que era formado por vinte e dois (22) órgãos, começamos as reuniões e combater essa violência, ir atrás de delegado, ir atrás de polícia, ir pra Belém, ir pra Brasília então, eu fiz muitas e muitas viagens nesses atoleiros da Transamazônica. Até que criamos o “comitê” e ficou mais sólido, o “Comitê das Crianças Emascaradas de Altamira”. **Eu fui à primeira presidenta.** Eu era presidenta do Conselho Tutelar, do Comitê das Crianças Emascaradas e ia trabalhar junto com as famílias, fazer visitas a todas as famílias, acompanhar o processo e ir pra Belém, ir e vir. Nessas lutas nossas a gente sempre juntava as forças pra dizer que essa barragem (refere-se à Kararaô, atual UHE Belo Monte) não poderia vir. E teve até uma época que nós descansamos e achamos que ela tinha morrido, que tinha se afogado e não voltava mais. De repente, quando ela voltou, ela voltou com novas forças e, a realidade nossa, já estava um pouco diferente porque algumas pessoas, porque muitas (pessoas) dos nossos grupos foram para as escolas, para as universidades, não voltaram mais para as lutas. Ocuparam espaço de governo e quando ocupa espaço de governo, cargo de confiança, também começaram a ficar um pouco distante. Nós percebemos que, não tinha mais aquela luta de antes, aquele grupo de cinco mil, de dez mil pessoas de caminhada, de luta e dizendo “não a barragem!” e, eu comecei a perceber que nós estávamos enfraquecidos porque, por conta disso – tem gente que... cada um tem sua opinião mas –, eu imagino que, o governo do PT fez com que nos ficássemos um pouco mais distantes da luta, ficássemos achando que estávamos felizes e tínhamos tudo o que queríamos e, na realidade, não era bem assim. Mas, mesmo assim, as escolas também começaram a se distanciar porque antes quando a gente, eu passei a trabalhar na educação, quando a gente falava de uma luta, de uma caminhada contra ou a favor da segurança pública, contra a violência que acontece com mulher, contra a violência que acontece com criança, todas as escolas iam, mas, num determinado tempo, as escolas começaram

a se distanciar da luta contra a barragem. Tirando uma a outra escola do ensino médio, são poucas escolas do município que participam dessas lutas, mesmo das lutas de quando desaparece uma criança, como a Evelyn¹⁹ que foi morta o ano passado, mais ou menos também nessa época. O Natan²⁰ que desapareceu. As pessoas, parece-me que estão acostumadas com a violência e, nos anos que a violência contra criança foi muito forte, nós conseguimos, fazer a primeira Conferência da Criança e do Adolescente. Como eu era a presidenta do conselho, eu coordenei essa conferência e o Felício Pontes (procurador da república) veio pra cá, e disse algumas vezes pra nós, nos nossos encontros: “Não deixem! Vocês não podem se acostumar com a violência, porque o povo que se acostuma com violência ele morre, porque ele acha que tudo é natural, que tudo é normal”.

— E hoje, mais de vinte anos passados, eu lembro da frase dele. **A gente não gosta, mas também não luta e isso, é fruto da barragem.** Eles conseguiram trazer a barragem pra cá, destruiu nosso meio ambiente, acabou com o rio Xingu, está acabando com as nossas vidas e a gente senta numa poltrona e diz “Ah meu Deus acabaram com a Ilha do Arapujá, acabaram com o Rio Xingu, a violência está grande”. Mas é sentado(!) Querendo que o governo resolva(!) mas é sentado... Menino vamos fazer isso? “Ah não isso é coisa do governo”. Isso é o que me indigna ainda, fico indignada e ainda bem que tenho um espaço na escola, na escola eu trabalho...

— Mariene, falando em escola, conte-me sobre o processo de reforma das escolas da cidade de Altamira, previstas como compensações sociais, tendo em vista os impactos provocados pela UHE Belo Monte? Aliás, foram de fato reformadas as escolas?

— As nossas escolas foram reformadas, tiraram as janelas antigas, fizeram tanta coisa que não presta (!), há janelas quebradas, não tem água, eles não colocaram água, eles não fizeram biblioteca, eles não fizeram uma sala de professores, eles não fizeram uma sala de informática é... eles só pensam em máquina, o povo do PDRS (Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu), o povo da Norte Energia, os projetos deles são voltados pra máquina! Se você fizer um projeto pra comprar dez motos você consegue, agora se fizer projeto pra trabalhar com dez crianças sobre cidadania, sobre valores que ajudam na construção da dignidade, sobre segurança pública, sobre violência contra criança, sobre abuso sexual você dificilmente consegue. Porque não é interessante trabalhar com gente, educar gente em valores cristãos e humanos, porque todos os valores humanos são importantes e... **eu acredito que esse é um grande impacto que a barragem trouxe: a violência.** A violência está aí na rua, na estrada, aqui na minha porta. Todo dia tem assalto na escola, já entraram pra assaltar lá dentro a nossa escola, tem tráfico de drogas pra lá e pra cá. Nós estamos desprotegidos! As escolas que foram reformadas, na maioria não foi colocada energia de qualidade, não foi colocado transformador, não se pensou nas crianças, fizeram simplesmente uns saguões aí de sala de aula, alguma coisinha e pronto, pra eles (para o empreendedor de Belo Monte) a escola é isso. Não se tem curso de formação para os professores. Como lidar com essa nova violência que temos? E com esse novo adolescente que tem dentro dessa informática, vivendo essa nova realidade de Altamira? Não se preocupam com a nossa formação!

19 Criança, do sexo feminino, de nove anos de idade, estuprada e morta em Altamira no ano de 2014.

20 Criança, do sexo masculino, desaparecida na cidade de Altamira, no dia 25 de setembro de 2014. A criança nunca foi encontrada.

*A gente chega no hospital tem uma fila enorme pra poder ser atendido! Na rua a gente não tem onde estacionar; a água, que é um dos quatro elementos fundamentais à vida humana, Belo Monte levou, porque o meu poço está secando. Muita gente querendo usufruir, vendendo terrenos e terrenos, a cidade está aumentando, mas, não tem uma estrutura adequada e, na Delegacia e no Ministério Público, eles não dão conta de suprir a nossa necessidade. **Não tinha isso aqui (!), e era tranquilo aqui.***

— Ouviu aí? Ouviu a última frase dela? Quando da comparação com a realidade de Belo Monte ela afirmou: “*era tranquilo aqui*”. Mas Mariene, de onde vem essa sede de justiça, essa vontade de mudar as coisas, de lutar pela dignidade do ser humano que demonstras?

— *Essa vontade de mudar as coisas têm várias origens. A força de meu pai, as coisas que ele fazia os mutirões que organizava. Ele não esperava pelo tempo do governo, ele agia. Ele é minha referência pessoal. A Igreja Católica foi muito importante também em minha formação humana.*

— A tal da interação fé e vida.

— E o que é esse negócio de interação fé e vida que vocês estão falando?

— É assim... ***Eu não fico só com a fé, eu fico com a ação que é a vida.*** Então, fé por que a gente acredita (crença em relação a um ser superior), por que a gente vai pra igreja pra reestabelecer as forças, pra pedir a Deus e aos anjos a força e a luz pra gente continuar nessa luta, pra gente enxergar no outro que ele precisa de ajuda e, enxergar naquele outro que precisa no conjunto ser ajudado, então é a vida, é a ação. A minha luta é abastecida pela minha reza, pela minha fé, que eu acredito muito. E eu acredito muito no conjunto, eu não consigo trabalhar sozinha, porque eu aprendi a trabalhar no coletivo.

— E qual a sua primeira bandeira de luta? Quando e como você começou?

— *A causa da criança, porque em mil novecentos e oitenta e seis (1986) eu passei a trabalhar na FBESP. Como eu já trabalhava com as crianças na catequese, a gente já tinha uma ideia dentro da nossa catequese. Porque foi a partir de lá que nós começamos a organizar os meninos de rua, os picolezeiros. Organizar eles, dizer “Olha vocês são vendedores de picolé. Vocês tem que se organizar!”. Os engraxates, organizar os engraxates. Então, a gente trabalhava com o trabalho escravo. Não era tido como trabalho escravo, mas era. O pai que ficava em casa se balançando numa rede e o menino de dez anos, de oito ia pra rua trabalhar vender picolé e aí quando eu fui chamada me vi no desafio “do menino” (refere-se à criança e ao adolescente) me xingar, me desobedecer, menino que não tinha norma, menino que não tinha lei, aí quando ele chegava na sala de aula ele estava dormindo em cima do banco, ele não tinha almoçado, ele não tinha comido, ele tinha levado uma surra do pai, estava todo machucado e aí foi que comecei também a sofrer mais ainda, eu até adoeci de tanto ver essas coisas e presenciar essa violência, aí eu criei essa frente de trabalho de dizer assim: “Nós vamos fazer algo diferente com esses meninos!”. A gente ajuda eles sempre a perceber onde é que está o seu direito, a perceber que você é importante e que você tem direitos e, a FBESP me dava esse conteúdo, porque a gente tinha curso de formação, eles ajudavam nisso foi aí que eu conheci Paulo Freire, que comecei a trabalhar com a linha Paulo Freire, fui muito apaixonada pela linha do Paulo Freire, trabalhar com essas questões a partir daí.*

— Alguém com sono aí?

— Nem um pouco! Isso não é uma prosa, é um evento! Um acontecimento! E depois de você trabalhar com as crianças e jovens? Qual o novo desafio que apareceu para você?

— Veio o movimento de mulheres.

— Veio o movimento de mulheres, em que ano?

— *Organizado assim em mil novecentos e noventa (1990). A minha chefe lá da FBESP, também trabalha com a infância lá em Goiás, Minas Gerais, ela me apresentou uma revista (chamada) “Presença da Mulher” que é do PCdoB²¹. Ela era do partido, do PCdoB. Espírita e do PCdoB. Pra mim foi um grande desafio (começar no movimento). Cada um de um partido chegava lá tinha um do PMDB, um do PC do B e eu era PT, mas foi bom isso, porque a gente aprendeu a conviver no coletivo, a respeitar o outro e a si respeitar e a dizer “Poxa, não é só eu que sei das coisas, o outro também sabe!”. E aí, a partir dessa revista, Presença da Mulher, eu comecei a lutar contra o preconceito com a mulher. Mais tarde comecei a participar do movimento de mulheres, acho que no mesmo ano noventa (1990), noventa e um (1991) por aí. **Comecei a militar no movimento de mulheres e sou militante até hoje, com muito orgulho!** Nós começamos a trabalhar essa questão da mulher e das famílias das crianças que a gente trabalhava. As mulheres vítimas de violência e aí apareceram essas mulheres violentadas, quase todo dia a gente via uma mulher apanhada ou até morta, aí foi criado o movimento de mulheres e aí fortaleceu a minha luta, porque a minha angústia passou a ser a angústia de outros também. Comecei a trabalhar na Prelazia, acho que em noventa e pouco (não me lembro bem) e na Prelazia, também na igreja católica, através do Padre Sávio, fortaleceu muito os movimentos sociais, o movimento de mulheres.*

— Sempre a Igreja presente. Por que essa presença marcante e atuante da Igreja Católica?

— *Porque assim, os movimentos sociais aqui em Altamira eles foram liderados pelos católicos. Depois foram surgindo outras pessoas, de outro partido e de outra religião, mas quase todos eram católicos e noventa e nove por cento eram do PT. Então quando surgiu o PT em Altamira há uns vinte anos atrás, eu já somava junto.*

— E nessa luta toda aí, nesses anos de luta, o que vocês podem apontar como as principais conquistas do movimento, dos movimentos, da luta de vocês?

— *Nós ajudamos muito na descentralização da saúde em Altamira. Teve uma época que o movimento de mulheres tinham três lutas: a criança, as crianças emasculadas vítimas de violência; a questão da mulher; mais a saúde. Nós fazíamos grandes seminários, assembleias. Naquele tempo não tinha conferência da mulher pelo governo, nossas conferências eram por conta dos movimentos sociais. Então nós ajudamos a descentralizar em Altamira os preventivos, que era feito só pelo médico, só com ordem médica e só aí no posto de saúde. Nós passamos... nós lutamos na justiça e passou, “eu posso fazer sem precisar de encaminhamento médico”. Foram feitos em vários setores, em vários postos de saúde. **A descentralização foi um marco! A Delegacia da Mulher foi um marco! Foi luta nossa! Nós conseguimos fazer com que o governo, construísse o***

21 Referência ao Partido Comunista do Brasil, um dos partidos políticos que conformam o sistema político brasileiro. Sistema este presidencialista que possui por base uma democracia representativa.

espaço para a mulher, o abrigo da mulher. É também, foi uma luta nossa, a criação do Conselho de Direito, do Conselho Tutelar, foi luta do movimento de mulheres. Luta assim, muito grande do movimento de mulheres e tem outras. Essas questões do atendimento da delegacia; a questão da educação, nós lutamos muito para melhorar a educação. A gente ficava dez, dois, três dias na fila pra conseguir uma vaga para a primeira série, pro sexto ano e para o ensino médio era como se fosse um vestibular. Nós conseguimos uma coisa interessante que foi a questão do registro da criança. Aqui (refere-se à Altamira e região) a gente ficava dez dias, quinze dias na fila pra tirar um registro, pagando! E nós fizemos, não como movimento de mulheres, mas eu estava na luta com a Pastoral do Menor, para que mudasse o código penal do menor na constituinte. A gente conseguiu levar um ônibus com oitenta e sete crianças pra Brasília então, aqui em Altamira, nós fizemos muitas lutas. **O asfalto da Transamazônica apesar de que, ele está do jeito que está, mas, foi luta nossa (!), dos movimentos sociais (!), em especial do movimento de mulheres(!). A criação das universidades também nós participamos, de alguns cursos, ajudamos a criar cursos na universidade.** Ajudamos na promotoria a criar varas da infância, a ter outro espaço da infância, mas na universidade nós lutamos muito e também uma das coisas que mudamos aqui em Altamira, na nossa luta de movimento social, foi à questão do júri, do júri popular, porque o juiz só escolhia aqui (refere-se à Altamira) quem ele queria, só era classe média e aí era muito difícil classe média julgar classe média. **E nós conseguimos com que eles fizessem aquela pauta de chamar todos os anos, pessoas de todos os órgãos particulares, de públicos, para que houvesse também, um júri de forma séria e adequado.** E, na universidade, nós tivemos grande luta na universidade para criar vários cursos têm muito o nosso dedo de movimento social, inclusive do movimento de mulheres!

— Ou seja, em se tratando de Transamazônica e Xingu, nada foi dado. Tudo foi conquistado na base da luta, de muita luta! Tendo as mulheres como as principais protagonistas. As mulheres! Mas, essa força toda, foi abalada em algum momento? Por contradições internas aos próprios movimentos? O que você pensa sobre isso Mariene?

— *Eu penso assim...*

— Existiam várias frentes de luta do movimento social, isso há muito tempo, desde a década de 1970 só que, num determinado momento, essas várias frentes de luta acabaram se fragmentando... Essa história ligada ao PT, à construção do PT, o fortalecimento dele e a eleição do Lula, um líder carismático, isso foi representativo para o movimento e, de um ponto de vista simbólico, fortaleceu o movimento! Não obstante levar ao enfraquecimento do próprio movimento. Concorde com essa linha argumentativa?

— *Eu penso assim... Quando eu e muitos de nós votamos no Lula a nossa expectativa além das outras coisas, era que ele não fizesse Belo Monte. E, quando o Lula – eu votei e não estou arrependida de ter votado, mas – quando ele apoiou Belo Monte foi uma crise muito grande entre nós, os movimentos sociais. Porque nós ficamos com a cruz e a espada na mão, e aí enfraqueceu porque algumas pessoas saíram dos movimentos, criaram outras facções do movimento, houve racha de homens e mulheres por conta de Belo Monte. O governo que eu tanto sonhei que queríamos e conseguimos e ele melhorou muita coisa, muita coisa sim (!) eu acredito! Mas, por outro lado, ele facilitou a entrada de Belo Monte na região Transamazônica, pra mim e pra outras*

peessoas, que não queriam Belo Monte, foi uma entrada franca, passagem livre, e que custou muito caro para nós essa história. Os colegas, os companheiros que sonhavam que não queriam Belo Monte, e agora tem que conviver com ele (refere-se ao empreendimento). E quem permitiu isso foi o nosso governo, que a gente tinha lutado em cinco ou seis eleições na sequência, tendo colocado ele (refere-se ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva) no poder e muita gente se arrependeu por conta disso. Eu fiquei indignada, muito... fiquei anos e anos, dois anos ou três assim, sem saber o quê fazer. Mas, eu não vou sair do partido, porque as pessoas não são eternas, mas também quando eu olho para trás e vejo a desgraça de Belo Monte, que vejo que foi o partido que eu sou militante, foi ele que foi o causador de tudo isso, eu fico triste sim, então... pra mim foi uma entrada assim livre... assim sem pagar aquele pedágio.

— Agora... vamos voltar ao ponto colocado pelo colega antes, de que Belo Monte melhorou as coisas na Transamazônica e Xingu. Em sua opinião, Altamira era melhor antes de Belo Monte? Por que essa Altamira, a de Belo Monte não lhe agrada e, por que a Altamira, de antes de Belo Monte, sim?

— Assim, as duas têm coisas boas e ruins. A Altamira de antes era mais tranquila, a gente tinha mais uma vizinhança, a gente tinha mais um costume, nós não tínhamos tanta violência. Altamira sempre foi uma cidade violenta, essa falta de saúde já tinha, mas a gente conseguia trabalhar com essas questões e, principalmente, a gente tinha certa paz. Temos um Hospital Regional, que foi construído antes de Belo Monte, porém, se não fosse essas questões de Belo Monte hoje eles atenderiam a gente de forma adequada, sem estar superlotado. Hoje tem roubos em todas as esquinas. Nós conseguimos ganhar algumas estruturas tipo: Banco do Brasil, conseguimos ganhar duas agências por conta de Belo Monte, mas, a gente não consegue ser atendido bem em nenhuma! Então, pra min, não adiantou. Não tenho água descente! A água que eu tinha acabou! **E não foi uma questão isolada... em Belo Monte nada é isolado! O que agride você agride a mim. Agride a todo mundo.** A educação está aí hoje do jeito que está dobrou-se o número de escolas? Dobrou-se. Mas triplicou o número de habitantes. As possibilidades que surgiram não foram no centro da cidade, foi criar bairros distantes. Nós não temos um coletivo. E as pessoas que iam a pé pro serviço hoje, se for no coletivo, é um absurdo. Se for pagar uma moto é um absurdo! Então, essa questão de Belo Monte não me agrada, a estrutura nova da cidade não me agrada. A cidade foi quebrada todinha e foi remendada. Foi feito um pedaço da Transamazônica em troca de Belo Monte (refere-se ao trecho asfaltado entre as cidades de Pacajá e Altamira), mas em compensação o desmatamento, o calor, a falta de água. Essa cidade de hoje a violência, a insegurança, a violência no trânsito, a carestia, a falta de vizinhança, a falta de amor-próprio... porque hoje você corre lá e vê uma pessoa morta que morre num acidente, a pessoa esticada lá no chão, a pessoa morrer esfaqueada todo dia! Isso pra mim não é vida! Isso pra mim não é dignidade! Isso pra mim não é progresso! Não é que a gente queria aquela vidinha coitadinha, a gente estava lutando pra ter uma Altamira com progresso, mas não dessa forma! Com essa violência, com essa falta de segurança, falta de energia pública. **Eu acuso a Norte Energia, acuso Belo Monte!** Veio benefício? Veio, mas, à custa de quê? Tem pessoas que estão doentes porque foram remanejadas, perderam vínculo com a própria família. Antes (refere-se ao período antes de Belo Monte) a gente conhecia todo mundo. Eu gosto de conhecer as pessoas de... de encontrar com as pessoas. Pra mim isso é importante!

— Essa Altamira (a de Belo Monte) provoca nos moradores que são mais antigos, e nas pessoas inseridas na luta, nos movimentos sociais, estranhamento? Porque, quando a gente se insere em uma luta na nossa rua, em nossa comunidade, em nossa sociedade a gente pode dizer que constrói a cidade também. E por ajudar a construir, nós nos enxergamos como parte dela. Enfim... essa Altamira de hoje, a de Belo Monte, causa estranhamento a você?

— *Causa estranhamento, muito estranhamento! A gente chega na escola, a gente não conhece ninguém. Cada professor que chega é estranho. Cada ano muda os contratados. Antes você conhecia o pai da criança, você conseguia falar. Hoje, você faz um dia de reunião, o pai não aparece, faz um dia de encontro pedagógico, que o pai ou responsável pode ir durante o dia todinho escolher o momento pra ir lá assinar o boletim, conversar, eles não vão! Manda o tio, manda avó. A gente consegue esse contato com os pais só quando é na briga mesmo. “Ou você vem ou eu vou ao ministério público!”. Os pais estão mais distantes, as escolas também não tem interesse, não tem mecanismo de como tratar dessa situação. Além da violência no trânsito, essa insegurança... Mas tem essa estranheza da própria educação que hoje a gente tem um distanciamento muito grande da família das crianças que estão nas escolas, então, todo espaço que você chega você conhece pouca gente. Tem lugar que não consigo ir (Mariene fez uma pausa aqui, ficou em silêncio e demonstrou tristeza). Eu ainda estranho muito (outra pausa em silêncio, esta mais longa). **É muito difícil olhar pro bairro todo destruído...** o bairro que eu morava quase todo foi destruído... não era área alagada! Mais a frente, a escola que eu trabalhava, as crianças foram remanejadas (demonstra tristeza). As pontes que eu passava (aqui uma pausa longa em silêncio)... não consigo mais passar (aqui Mariene chora)... as duas pontes que eu ainda passo é muito estranho, eu tenho medo ainda de passar... eu ainda não me acostumei, eu evito... eu faço o possível pra não passar nesse lugar, porque eu ainda tenho muita dificuldade, muita mesmo. Já tive várias oportunidades de conhecer Belo Monte (refere-se a conhecer a obra, a Usina, fazer visita agendada) e eu não tive coragem. Na escola já foram várias turmas, eu me recuso (longo silêncio) ... pra min ainda é muito estranho.*

— Nessa questão dos espaços, o que dói mais? Por que você não consegue ir nesses espaços?

— *Porque está tudo destruído! Eu.... só imagino aquele lugar invisível, eu olho e vejo destruído ao mesmo tempo, ainda vejo aquelas casinhas na minha imaginação... todas aquelas casas, porque aquelas áreas alagadas a gente sabia que tinha que sair dali, mas não dessa forma! Nós lutamos muito pra que tivesse conjunto habitacional, que aquelas pessoas pudessem mudar dali, essa era uma luta nossa, da igreja e do movimento social a mais de vinte, há trinta anos! Mas, não dessa forma! Esperávamos uma forma menos traidora eu diria. **Então, eu me sinto traída e aí eu fico triste...** Será que eu não lutei tanto (o suficiente)? Será que a minha luta foi tão pouca? (o questionamento é acompanhado de um longo silêncio e choro). Poderia ter feito mais? Perdemos... As vezes eu digo, perdemos. **Eu luto, eu choro, eu fico triste. Não durmo direito muitas vezes olhando para as coisas...***

— E o quê você acha que pode ser feito para mudar toda essa situação?

— *Olha, eu acredito, eu sempre acreditei muito na educação. Apesar de que a educação está vazia, é um espaço vazio. Os nossos alunos hoje, a educação está tão vazia, que eles não sabem interpretar, eles não sabem sentir dor, eles não sabem sonhar, eles não sonham! Sabe, a gente*

sonha por eles! A gente quer que eles sonhem. **Assim mesmo, apesar de todas essas dores, eu acredito que a educação pode ajudar. E os movimentos sociais.** Eu acho que nos movimentos sociais a gente precisa dar uma balançada e começar a repensar essas ações em cima do que está acontecendo e, enfrentar os desafios, para que no futuro, a gente tenha uma velhice (quem já está na minha idade) e os mais novos tenham uma vida digna e feliz. **Porque não é só rezar que vai resolver, não é só se lamentar, é enfrentar!** Agora precisamos é achar uma dinâmica, um mecanismo, que possa ajudar a gente a ir se recompondo dessa perda. Como se recompõe parte do corpo e uma arvorezinha que a gente corta os galhos que não estavam bons e, daqui dois anos a gente percebe que ela está com as plantinhas brotando, uma vida diferente. Eu ainda acho que a educação e os movimentos sociais são uma porta de saída, acredito muito nesses dois. E que nós também, através das nossas lutas, da organização social, possa também ajudar a ser um baluarte nessa nossa continuidade da nossa vida nesse planeta, de ter uma vida digna, melhor do que agora.

— É... Acho que tá bom por hoje. Vou buscar uma água pra você molhar a garganta antes de dormir. E, desde já, obrigado. Obrigado por nos dar atenção e compartilhar sua vivência/experiência conosco. Obrigado Mariene pela fala. Gostaria de deixar com um você um poema, em agradecimento a atenção que nos oferecestes²². Muito obrigado!

22

**“Assim eu vejo
a vida”**

Cora Coralina

A vida tem duas faces: Positiva e negativa

O passado foi duro mas deixou o seu legado

Saber viver é a grande sabedoria

Que eu possa dignificar

Minha condição de mulher,

Aceitar suas limitações

E me fazer pedra de segurança

dos valores que vão desmoronando.

Nasci em tempos rudes

Aceitei contradições

lutas e pedras como

lições de vida e

delas me sirvo

Aprendi a viver.

— Olha... Eu também agradeço sua fala Mariene. Agora vamos descansar um pouco. Ainda tem muito chão pela frente²³.

Continua...

²³ A distância por estrada entre as cidades de Belém e Altamira é de aproximadamente 750 km. O que representa em média 18 horas de viagem, tendo em vista parte deste trecho da Transamazônica se encontrar pavimentado nos dias de hoje. Antes do asfalto a viagem durava entre 24 e 36 horas.

PRIMEIRA PARTE:
(D)AS ESCOLHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

CAPÍTULO 1 (INTRODUÇÃO)

DA IDEIA INTENÇÃO À INTENCIONALIDADE DE UMA TESE

1.1. O que faz de uma tese uma Tese?

Essa pergunta ficou por certo tempo em meu pensamento, provocando inquietação. Penso que uma Tese, não deva ter como objetivo único, e nem mesmo o principal, a atribuição de um título de doutor a outrem ou a conquista deste por alguém. Isso me causa(va) incômodo. Não pretendo (ou pretendia) fazer um trabalho para ter um título. Por mais pomposo que este seja. Trata(va)-se, individualmente (e politicamente), da busca pela construção de um trabalho que pudesse ter uma contribuição social mais consistente; que, realmente, cumprisse uma função social. Função ampla faz-se importante ressaltar.

Uma Tese deve servir a ciência certamente, mas, em especial, deve ter fins práticos (que não devem ser reduzidos, ou confundidos, com fins pragmáticos) e, estes devem estar voltados para o cumprimento de um papel, um propósito frente a sociedade. Uma Tese nunca deve ser um trabalho a mais, pautada (portanto) no trivial. Ao contrário. Deve poder causar incômodo; incomodar não somente a ciência diretamente ligada ao desenvolvimento epistemológico do trabalho, mas sim, os diversos setores da sociedade em geral; devendo proporcionar, e não somente propor, mudanças.

Definido isso (que uma Tese não deva ser qualquer trabalho e que deva cumprir uma função social), o passo seguinte deveria comportar a escolha de *o quê* estudar e a partir *de onde* (em termos de escala espacial e teórica) estudar, para, por conseguinte, definir os “*por quês*” de contribuir e “*como*” contribuir. Para um brasileiro, um brasileiro amazônida, essa é uma tarefa que, ao mesmo tempo, é pródiga e ingrata. Pródiga no sentido da amplitude em relação ao universo de observação, interpretação e análise possibilitado pela região.

Poderia estudar diferentes espaços na/da Amazônia e muito provavelmente teria um ambiente de pesquisa rico e complexo e, portanto, desafiador pela frente para dar conta. Mas, minha escolha (ou toda escolha) pressupõe deixar de lado uma infinidade de outras realidades e “recortes” que, não só são analítica e concretamente diferentes, como também possuem necessidades politicamente diferentes. A partir desta segunda definição, sobre os propósitos de uma tese, fiz a opção por atender “os pacientes” em estado mais grave. Alguns em “estado terminal” inclusive.

Da opção entre realizar um estudo sobre uma Rede Urbana em particular ou um dado Sistema Urbano, certamente valioso objeto de pesquisa, o quê, em um primeiro momento me seduzia, voltei-me, não obstante, para buscar o entendimento da questão de como a vida de determinados sujeitos sociais na Amazônia é ceifada, ainda que estes continuem a perambular pelo mundo. Seres que ocupam um lugar no espaço, mas perderam sua condição espacial (CARLOS, 2011). Transformando-se em “vagantes”, seres existenciais, seres corpóreos, porém “sem vida”.

“Vida” aqui entendida como a representação de uma condição espacial digna, onde o social e os diferentes espaços de/da sociabilidade representam mais satisfação, ao indivíduo e à coletividade, do que “lamento e dor” (MAGALHÃES, 2007). A Amazônia é um espaço onde muitos “vagantes ganham vida”, e quem atribui essa “vida” aos vagantes são, em especial, o Estado (seja este de atuação local, regional e/ou nacional) e o Capital, sobretudo, o grande capital, seja este de atuação nacional e/ou internacional. Ou seja, falar de Amazônia é (também) falar das mazelas de sua sociedade, e isso, constitui-se no ingrato da/na história desta região.

As impossibilidades de pesquisar discutir diferentes realidades nesta “formação socioespacial” (SANTOS, 2005 [1977]), trouxeram-me a necessidade de escolher. Precisava reduzir para ampliar. Fiz, então, a escolha por discutir os impactos, os agravos socioespaciais à vida das pessoas que moram e constroem suas trajetórias tendo por intuito (pensado desde o princípio ou não) enraizar-se em um dado lugar e que, em virtude de vários e distintos eventos, passam a experienciar à condição de mortos-vivos da noite para dia, tendo em vista a agressividade do que é chamado na região de “Grandes Projetos” – e aos quais vamos nos referir, tal qual SANTOS (1995) o fez como “grandes objetos” – buscando assim evidenciar as diferentes intencionalidades que acompanham a fabricação de um objeto técnico e sua implantação em um dado espaço, ou “formação socioespacial”.

Para quem um dado projeto é “grande”, no entanto, seria só uma das muitas questões a serem feitas. O fato é que, estes “grandes objetos” (SANTOS, 1995) acabam por promover, a partir de suas dinâmicas, a desestruturação da “condição espacial” de distintos e múltiplos sujeitos, promovendo assim, a morte espacial destes. Morte essa não somente expressa pela perda de um território (substrato material); ou pela perda de uma casa (entendida enquanto um bem imóvel patrimonial).

A morte, a que estamos nos referindo, é expressa a partir da perda de referência material e simbólica de um dado sujeito; o que implica, indissoluvelmente, a perda de uma dada “condição espacial” (CARLOS, 2011), de uma dada espacialidade (MASSEY, 2000; 2004; 2008). Sujeito este que teve não “somente” sua casa (seu ponto de apoio logístico, sua moradia) subtraída e destruída, tendo, portanto, algo muito maior arrancado de si, ou seja, não há de se falar em “território recurso” somente, mas, principalmente, em “território abrigo” (SANTOS, 2000). O subtraído e destruído destes sujeitos são: sua dimensão cotidiana de vida, seu modo de vida e suas referências de mundo; bem como, suas lembranças (lembranças feridas!), sua lugaridade (lugaridade agredida!), seu sentido de reconhecimento existencial e identitário.

Seus sentidos de orientação espacial foram apagados, destruídos. Alguém que comanda a *matrix* amazônida e que a comanda, muito possivelmente, de fora; que está longe dali, quilômetros e quilômetros, apertou o botão “*delete*” da vida de muitos. Mas, (pode o leitor indagar) é possível um cenário deste? É possível que isto aconteça? Isso existe na Amazônia? No que respondemos: Sim existe! E tem nome pomposo: “Belo Monte”.

O Grande Projeto em evidência neste trabalho, e sobre o qual dedicamos anos de estudo (mais de seis anos), é a Usina Hidrelétrica de Belo Monte²⁴, objeto técnico localizado no Estado do Pará, em plena Amazônia brasileira. Por que Belo Monte? E para quem Belo Monte? São algumas das perguntas que buscamos responder ao longo do trabalho.

Não obstante, para entender a lógica da geração de energia – a partir da exploração dos rios e da degradação da vida em sua dimensão integradora, ou seja, a socioespacial –, é preciso (primeiro) entender a lógica de atuação do capital ligado à extração mineral, à expansão (ininterrupta) do agronegócio, e o aumento da demanda de diferentes setores da indústria no Brasil (setores que destinam seus produtos quase sempre à exportação). A comercialização do Alumínio no cenário internacional, por exemplo, é garantida pela construção e operação, de cada vez mais numerosas usinas eletrointensivas, indispensáveis a viabilidade desta atividade extrativa, industrial e comercial de grande impacto socioambiental.

24 A UHE Belo Monte está sendo construída no rio Xingu, em área que abrange os municípios de Vitória do Xingu, Altamira e Brasil Novo na Amazônia Oriental, Estado do Pará (sudoeste paraense).

Não obstante, a qual “Belo Monte” se faz alusão? A Belo Monte do Governo Brasileiro? A Belo Monte do empreendedor e seus apoiadores? A Belo Monte/Monstro combatida pelos defensores dos direitos humanos e dos órgãos de assistência jurídica? Ou a Belo Monte dos atingidos socioespacialmente? Falaremos sobre cada uma delas. Melhor que isso, veremos, como cada uma destas “Belo Monte”, é concebida e apresentada pelos diferentes agentes em questão e pelos distintos sujeitos socioespacialmente atingidos pela obra.

Para tanto, é importante ressaltar, que a apresentação destas “Belo Monte” é dada a partir de pesquisa realizada em diferentes documentos (a exemplo de documentos oficiais de instituições e/ou repartições públicas, de empresas, secretarias de governo, autarquias, institutos, universidades, relatórios técnicos, parecer técnico de cientistas e estudiosos do empreendimento) que foram lidos e estudados há, pelo menos, seis anos, portanto, antes do início desta tese e a partir de distintas fontes, tais como: reportagens de veículos de comunicação os mais variados (jornais televisivos, jornais impressos, site de notícias da mídia grande, sites de notícias não hegemônicos, sites de notícias contra hegemônicos, documentários, publicações científicas).

Soma-se a essas ações, uma minuciosa pesquisa de campo realizada *nos municípios* (portanto, não somente *nas cidades*) de Altamira e Vitória do Xingu, ambas no Estado do Pará, Amazônia brasileira tendo por intuito enxergar/conversar com os socioespacialmente atingidos pelo objeto UHE Belo Monte. Contudo, o que se fazia/fez nessas repetidas viagens²⁵ ao referencial empírico da pesquisa, qual seja a região do Xingu – *como é chamada pelos integrantes dos movimentos sociais à formação socioespacial onde se encontra o grande objeto UHE Belo Monte* – e, como se buscou enfrentar os desafios lançados e postos pelo desenvolvimento do trabalho, é o que buscamos evidenciar no item subsequente.

25 Ao todo foram seis viagens à região objeto de observações e pesquisa, tendo por intuito, ao longo destes quatro anos, o levantamento de dados e informações para a Tese. O tempo de permanência na cidade de Altamira e região variavam conforme os interesses e objetivos estabelecidos para as diferentes etapas da pesquisa. Houve ocasiões em que o tempo de permanência foi de três meses e outras, em que este tempo foi de dez dias. Os trabalhos de campo, sempre muito cansativos e caros, mostraram-se, também, recompensadores. O convívio junto aos socioespacialmente atingidos e aos movimentos sociais nos proporcionaram experiências extraordinárias, seja do ponto de vista acadêmico seja do ponto de vista humano. Em síntese, muitas foram as lições e os ensinamentos herdados a partir dos mesmos.

1.2 – Pensando o Objeto: a construção do objeto de pesquisa para além de *aprioris* e *posteriori*.

Conforme Marre (1991), quando da construção do objeto de pesquisa (de nossas pesquisas), deve-se atribuir atenção e importância às “descontinuidades” presentes na transformação do pensamento científico. Segundo este, o capital cultural assimilado pelo sujeito, dialetizado através do conhecimento dessas descontinuidades, é o passo principal, no processo de construção de um objeto científico. Afirma esse autor que, o fazer científico dar-se a partir de um recomeço crítico do passado (de um passado) e, da criação/construção de novos produtos. Não obstante, quais os caminhos (passos, fases) envolvidos na construção de um objeto científico?

Dialogando com Bourdieu e outros, Marre (1991) defende que as etapas do processo de elaboração do objeto científico encaminham-se a partir de “dois momentos”, quais sejam: a) o da proposição/construção da “dialética ascendente”; e b) da operacionalização da “dialética descendente”, sendo o da “dialética ascendente da construção do objeto” o primeiro destes. Neste primeiro momento, o importante é mostrar que, a ciência, quando da interpretação e análise da realidade, diferentemente de uma “sociologia espontânea” (a do senso comum), se faz por outras perspectivas teórico-analíticas.

Objetiva-se mostrar ainda que,

“(…) a construção do objeto, e a eficácia de um método de pensar nunca se manifesta tão bem como na sua capacidade de constituir objetos socialmente insignificantes em objetos científicos ou, o que é o mesmo, na sua capacidade de reconstruir cientificamente os grandes objetos socialmente importantes, apreendendo-os de um ângulo imprevisto” (BOURDIEU, 1989, p. 20 *apud* MARRE, 1991, p. 09).

Não obstante, faz-se importante ressaltar que, a construção de um objeto de pesquisa, passa antes pela escolha do tema de pesquisa, a definição do que estudar, sendo essa etapa de suma importância. Escolher um tema é eleger um dado aspecto da realidade como relevante para uma investigação e, isso, segundo Marre (1991) guarda relação com o ato de adotar uma atitude política em presença de um sistema de valores.

Sistema de valor este que, pode inclusive está ligado à crença e concepções de mundo do pesquisador o que, de forma alguma, invalida a escolha do tema²⁶.

Não obstante, como se escolhe o tema?

Por meio da adoção de uma atitude científica! Atitude que deve ser capaz de expressar um momento de ruptura em relação a um modo menos rigoroso e sistemático de pensar. Colocado isso, podemos agora tratar sobre a definição do tema deste trabalho: os impactos, de natureza socioespacial, causados pela construção de grandes empreendimentos, “os Grandes Projetos”, à escala da vida das pessoas há muito localizadas nos espaços onde são implantados estes empreendimentos. Almeja-se, portanto, discutir as transformações socioespaciais desencadeadas por “grande projeto” de reconhecido impacto territorial à dinâmica de uma dada porção do espaço geográfico: a subregião da Transamazônica e Xingu.

Como, todavia, optamos por desenvolver o tema?

O desenvolvimento da temática proposta deu-se a partir da eleição de subtemas, dentre os quais vale destacar: a) a relação entre Estado e Capital na Amazônia e o processo de construção/reconstrução do espaço e preparação do território por meio, de um “sistema de engenharia” (SANTOS, 2004) capaz de atender aos interesses do grande capital que atua na região; b) a importância de lideranças de movimentos sociais e suas práticas de resistência e (re)existência na Amazônia paraense a partir, de uma discussão que valoriza o debate sobre o lugar e a lugaridade e; c) por fim, por meio da proposição de um debate que aborda o “desenvolvimento geográfico desigual e os direitos universais” (HARVEY, 2004), tratando assim a Amazônia sob uma perspectiva escalar (multiescalar).

Para tanto, faz-se necessário construir uma relação entre o tema (subtemas) escolhido e a abordagem teórica a ser adotada, isto porque, conforme (MARRE, 1991, p. 11),

Quando se considera a história da ciência como um todo, verifica-se que nenhum objeto relevante do ponto de vista científico foi constituído

26 Sobre este ponto afirma o autor: “[...] o fato de esse ato envolver valores próprios a uma personalidade e relativos à sua concepção da vida, não quer dizer que o tema escolhido não seja objetivo. Pelo contrário, pode ser dotado de um significado altamente valioso, não somente para o indivíduo que o escolhe, mas igualmente para outros que adotam ou simplesmente reconhecem aquele sistema de valores .” (MARRE, 1991, p. 10).

somente a partir da observação imediata e pura do processo em si mesmo. Pelo contrário, essa observação imediata, da realidade dada na sensibilidade, tende a ser relativizada, para introduzir no modo de observar um ponto de vista teórico, que modifica substancialmente a percepção e a constituição do conteúdo empírico do objeto a ser investigado. Não se trata apenas aqui de referir o objeto a valores que orientaram sua seleção, mas de mostrar que a construção qualitativa do mesmo não ocorre sem a inserção do cientista dentro de um quadro teórico de referência, que lhe fornece um ponto de vista muito diferente da observação imediata.

Ou seja, para Marre (1991) não é possível desvencilhar teoria e prática. E, a partir de outros epistemólogos, afirma este autor que “*a experimentação é teoria materializada*” (BARCHELARD, 1984; 1990 apud MARRE, 1991) e que, a demonstração empírica na realidade é uma “*teoria em ato*” (Bourdieu, 1989 apud MARRE, 1991), demonstrando ainda, que não somente as experiências consideradas válidas pelo pesquisador são fundadoras sobre uma teoria, mas o(s) próprio(s) meio(s) pelo(s) qual(is) é possível construí-la, realizá-la, materializá-la, constituindo assim uma “*teoria encarnada*” (Koyré, 1966 e 1986 apud MARRE, 1991).

Não obstante, qual a importância, e quais os propósitos, de todo este cuidado metodológico? Conforme Marre,

“(…) na perspectiva ascendente e dialética de uma construção do objeto, o que se deseja salientar é justamente a introdução de um ponto de vista teórico no processo de construção do objeto. O passo que consiste em introduzir na observação uma perspectiva teórica, na realidade é, ao mesmo tempo a negação de qualquer observação imediata e sua substituição qualitativa por um modo novo de perceber o fenômeno ou processo ou fato observado. Não se vêem as mesmas coisas no fenômeno observado, se essa observação é feita a partir da observação imediata ou a partir de um ponto de vista teórico (…)” (1991, p. 12)

Outro momento na/da construção do objeto, etapa subsequente à escolha do tema e a relação deste com a abordagem teórica é o que possibilita a criação de um sistema de relações hipotéticas, capazes de estabelecer estreita ligação com processo observado. No momento da “dialética ascendente” é necessário atribuir ao objeto um tratamento teórico, posto que, é da relação entre abordagem teórica e objeto científico que surge (insurge) um conteúdo renovado e/ou original do objeto.

Renovado e/ou original, tendo em vista ser a resultante da relação empiria *versus* teoria estabelecida, por ocasião da construção do objeto. Para tanto, adverte-nos o autor,

deve-se ter cuidado com “os *desejos de realidade*”, pois existindo desacordo entre o material empírico e o (os) preceito(s) teórico(s), tem-se como produto a falsificação da teoria²⁷.

Daí a necessidade de se aprofundar no concernente à proposição da teoria, bem como em formular (caso necessário) questões secundárias. E de pensarmos sempre em termos relacionais a partir da formulação da(s) hipótese(s) para que assim, a realidade não seja distorcida pelo acúmulo de teoria do pesquisador. Por exemplo, quando da discussão sobre os agentes contrários à construção da UHE Belo Monte e dos agentes favoráveis à mesma, um olhar apressado, poderia afirmar que, de um lado estariam os empresários e de outros os trabalhadores. No entanto, a realidade é bem mais complexa que nossas clássicas polarizações sociológicas.

Para o caso de Belo Monte, “dispositivos de alianças” foram criados como forma de “amansar” os críticos mais vorazes, silenciando-os a partir de uma espécie de cooptação econômica, mas também ideológica, jogando, dessa forma, toalhas quentes em um quadro de conflitos abertos e historicamente construído. A cooptação de lideranças indígenas e de alguns movimentos sociais (lideranças e movimentos estes que eram antes, fervorosamente, contrários a construção da UHE Belo Monte), complexifica e ao mesmo tempo destrói, a clássica polarização analítica entre burgueses e operários. No que se destaca ainda, a postura de empresários e políticos de posicionamento majoritariamente favorável à obra, mas que, vieram a mudar de lado, ao longo do processo de implantação da mesma.

A compreensão das articulações políticas que permeiam as relações que envolvem os bastidores de Belo Monte (uma plausível compreensão), deve se atentar para a existência de micropoderes locais. Seu funcionamento e articulações, bem como atentar-se para a conjuntura de interação integração de poderes (distintos poderes) em diferentes escalas de ação.

Aos moldes de Bachelard (apud MARRE, 1991), a de se falar aqui em “*totalidade sintética a priori*” que, nada mais são do que proposições teórico-conceituais não retiradas

27 Ou seja, “No que diz respeito à construção dialética ascendente, a relação assim formulada ou o conjunto de relações entre objeto e teoria são na realidade proposições formuladas teoricamente por antecipação. São proposições capazes de veicular e expressar as propriedades de determinado material empírico evidentemente de um modo hipotético (MARRE, 1991, p. 13)”.

diretamente da teoria, mas formuladas a partir das pressuposições da teoria. Ou seja, no próprio objeto empírico, terão de se encontradas e apontadas às propriedades que derivam das relações constituídas no (e constituintes do) nível teórico.

Para Marre (1991), é possível, a partir da escolha de um tema, desenvolver-se todo um sistema de hipóteses teóricas por meio de uma dialética ascendente! Adverte-nos, entretanto, o autor, sobre não ser possível avaliar um problema de pesquisa se não quando todo o processo ascendente tenha sido, pelo menos, formulado hipoteticamente. Essas são, em síntese, as etapas da dialética ascendente. Avancemos, então, a fase seguinte, “*a construção da dialética descendente*”²⁸.

A partir do entendimento e da concordância em relação à proposição de Marre (1991), buscamos construir nosso quadro contexto hipotético, fundamentando este a partir da defesa de três premissas centrais, que se apresentam enquanto estruturantes mesmo da pesquisa. **A primeira** é de *caráter epistemológico* e refere-se ao entendimento de que o espaço geográfico deve ser compreendido, analisado e explicado como uma tríade, qual seja: o *espaço-tempo* (sempre como unidade); a consideração da *técnica* como expressão maior da força criadora e destrutiva dos homens sobre o espaço; e a *escala*, dimensão analítica (espacial-conceitual-metodológica) de qualquer investigação geográfica. Ainda sobre a escala, é importante ressaltar que,

Nada pode ser explicado apenas numa escala, mesmo que estejamos nos referindo à escala internacional. Toda a compreensão requer a articulação entre as escalas, ou seja, a avaliação dos modos, intensidades e arranjos, segundo os quais os movimentos se realizam e a dinâmica e os processos se desenvolvem, combinando interesses e administrando conflitos que não se restringem a uma parcela do espaço (...) (SPOSITO, 2013, p. 130).

A segunda premissa busca contemplar, de maneira mais intensa, a dimensão política dos processos de natureza social. Trata-se da leitura da ação dos movimentos sociais, que atuam na formação socioespacial do Xingu desde os anos 70 do século XX. Buscar-se-á demonstrar aqui, por meio da apresentação da fala/depoimento de alguns

28 Para MARRE (1991, p. 16): “(...) A questão que se coloca na análise da dialética descendente, agora, é saber como transformar o problema formulado em uma sequência de atos operacionais, de tal forma que se permita a concretização e viabilidade empírica da investigação. A questão não é fácil de solucionar porque ela implica como Bachelard o expressou que aquilo que foi objeto de raciocínio ascendente, na realidade não se afastou do real: pelo contrário, pode ser experimentado e demonstrado através de técnicas e procedimentos que de um lado se adequam ao esquema teórico das hipóteses formuladas e, de outro, possibilitam a demonstração, corroboração e verificação empírica dessas hipóteses teóricas”.

destes sujeitos militantes²⁹, que estes movimentos, desde sempre, tiveram bandeiras políticas de viés mais amplas (não restritas, portanto, ao atendimento de interesses de um dado coletivo social, ou representando pautas somente da escala local/regional).

Podem ser apresentado como exemplo do acima exposto: a) a luta pela pavimentação da BR 230 – conquistada parcialmente; b) a implantação de Políticas Públicas de incentivo aos produtores rurais, visando assim dar condições para estes fixarem-se no campo e dinamizar a economia local-regional; c) a luta pela criação e/ou instalação na região de instituições importantes, a exemplo de Universidades (Federal e Estadual), Conselho Tutelar, Ministério Público Federal, Delegacia da Mulher, Defensoria Pública do Estado do Pará, dentre outras.

Pensamos, propomos e defendemos que a luta destes movimentos acabou por gerar, criar, a partir do atendimento de seus pleitos (atendimento fruto de muitos anos de luta), uma “malha institucional” de reconhecível destaque local e regional, junto ao centro urbano mais importante da região, qual seja, a cidade de Altamira. O que, por conseguinte, possibilitou o reforço do poder de polarização deste centro urbano perante os demais, resultando ainda, no aumento do poder de barganha de suas elites. Ou seja, defendemos que, a centralidade urbana exercida por Altamira junto às dez cidades da unidade subregional da Transamazônica e Xingu foi, em parte, construída a partir das conquistas, das lutas sociais de uma instituição como a Igreja Católica bem como, da atuação dos movimentos sociais. Mesmo que, contraditoriamente, os ganhos políticos de tais lutas tenham ajudado a fortalecer representantes políticos das oligarquias locais/regionais e invisibilizado a ação (vitoriosa) de seus movimentos sociais.

Mas, e quanto ao *capital*, o *Estado* e a *atuação dos políticos “profissionais”* (as velhas raposas políticas)? Estes não foram importantes nesse processo de criação e reforço da centralidade de Altamira? Sim o foram e, não negamos isso. Porém, pleitos que, definitivamente não são do interesse dos agentes hegemônicos destacados, tais como: Conselho Tutelar, Delegacia da Mulher, Universidades e Institutos de Ensino e Pesquisa, Ministério Público Federal, Defensoria Pública do Estado, por exemplo, só se fazem presentes em Altamira, em virtude de terem se constituído em bandeira dos movimentos sociais da região. Movimentos estes de expressão ativa, e atuação histórica, é importante ressaltar.

29 A partir das entrevistas apresentadas no prólogo desta tese.

Em outras palavras, podemos afirmar, a partir da análise do depoimento de algumas lideranças que, os movimentos sociais, da unidade subregional da Transamazônica e Xingu, são os maiores responsáveis pela conquista de uma malha institucional à cidade de Altamira. Malha esta, que permitiu/permite a este centro urbano desenvolver sua centralidade na região. Por meio dos relatos de lideranças históricas dos movimentos sociais da região (constante no prólogo desta tese) é possível, portanto, propor/defender que a centralidade da cidade Altamira é fruto de uma atuação de base multiescalar insurgente. Particularidade (ou seria singularidade?) regional essa que força os governos e as empresas (de atuação escalar distinta) a terem que ouvir e atender as demandas destes grupos sociais há muito organizados, nesta porção territorial da Transamazônica e Xingu.

Podemos afirmar ainda, que a exigência sobre o cumprimento das condicionantes socioambientais da obra, a revisão destas em relação a pontos julgados prejudiciais à população atingida pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte e mesmo, o apontamento e/ou a criação de novas demandas sociais, são decorrência, da forte atuação, de uma persistente atuação, dos movimentos sociais de Altamira. Dos quais destacamos o Movimento Xingu Vivo Para Sempre, o Movimento de Mulheres, o Movimento Atingidos por Barragens que, com o apoio de organizações de atuação nacional e internacional e da igreja católica, por meio da Prelazia do Xingu, encamparam as lutas contra a UHE Belo Monte, tendo como objetivo garantir a defesa dos direitos socioambientais das populações e povos atingidos(as), pelo conjunto de obras e ações provocadas pelo objeto técnico UHE Belo Monte.

A terceira premissa possui uma valorização de dimensão ontológica. A partir da dinâmica reestruturadora imposta pela construção da UHE Belo Monte, no rio Xingu, Estado do Pará, Amazônia brasileira, percebemos que as críticas e resistências de algumas lideranças dos movimentos sociais de Altamira e região, a fala dessas pessoas, continham algo que, para nós, representava mais do que a defesa de uma concepção de vida (o que já expressa algo de extremamente válido e grande); mais que a defesa de princípios ideológicos distintos. Representava uma espécie de luta pela permanência.

“Permanência” aqui significando não a negação da possibilidade de mudar (em termos locacionais, o ato de ser deslocado no espaço) ou de mudança (em termos de vida), mas, significando sim, a luta pela permanência de laços de vizinhança, de laços de

amizade, de formas de apropriação do(s) espaço(s) e/ou de espaços, tais como: os espaços da(s) rua(s), do(s) bairro(s), da(s) vila(s) ou mesmo de comunidades (antes) situadas nas margens de uma estrada (vicinal ou travessão) ou na beira do rio. Em síntese, a permanência significa a defesa da lugaridade, da espacialidade existente “antes” de Belo Monte. O que outrora consistia em posição saudosista, hoje, a partir do estabelecimento do “Conselho ribeirinho”, passa a ter potencialidade real.

Os ribeirinhos que viviam na região onde hoje é o lago da usina de Belo Monte, não contentes com sua nova “condição espacial” se organizaram para exigir do IBAMA e da empresa Norte Energia (o empreendedor de Belo Monte) seu retorno para a beira-rio. Muitos foram alocados (deslocados) no espaço e no tempo. Saindo da condição de “ser” integrado a natureza, livres e sem medo, tal qual o ribeirinho o é, para viver trancados em casas há muitos quilômetros de distância do rio, presos e escravos do medo e de suas lembranças. Trocando assim seu “habitar” por um “habitat” alheio (LEFEBVRE, 2016). A construção de um conselho que represente o anseio destes sujeitos deslocados compulsoriamente de seus lugares, representa um sopro de esperança para os que desejam voltar a existir. E voltar a existir implica em voltar aos seus territórios. Em regressar ao seu lugar.

O Box 01 abaixo, traz uma das últimas matérias publicadas na imprensa nacional e internacional sobre os impactos da UHE Belo Monte às sociedades da região de Altamira, tendo por foco retratar a situação dos ribeirinhos (beiradeiros) “espoliados” (HARVEY, 2004) pelo empreendimento. Possibilitando-nos o entendimento sobre como estes, os ribeirinhos, estão buscando a reconstrução de suas vidas; como estão a buscar alcançar uma vida dotada de propósitos, cheia de significados. “A vida de antes” que Belo Monte tomou.

Pensamos que a criação do “Conselho Ribeirinho” abre um leque de possibilidades futuras a todos aqueles que buscam atribuir significado a sua existência; servindo como um ato encorajador e exemplo, para outros sujeitos e agentes socioespacialmente atingidos. A criação do Conselho representa ainda uma nova forma de fazer política, onde os sujeitos organizados passam a lutar diretamente por seus direitos (feridos), cobrando do Estado, do capital ou de quem quer que seja, a viabilização das saídas (medidas) apontadas/pensadas pelo coletivo. O novo aqui não diz respeito a capacidade de se

organizar e decidir do povo, já que isto é bastante antigo na escala do tempo de organização das sociedades humanas.

O novo aqui é representado pelas estratégias criadas pelos movimentos sociais do Xingu, com o objetivo de dar visibilidade aos historicamente invisibilizados. Por meio da associação dos subalternizados, neste caso os ribeirinhos, temos o envolvimento estratégico da academia (universidades e demais centros de pesquisa), das Organizações Não Governamentais, de uma imprensa alternativa e contra-hegemônica, do envolvimento do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública do Estado do Pará, e de uma miríade de apoiadores que, organizados em rede, em diversas escalas e em distintos lugares do Brasil e do mundo, conseguiram fazer com que a voz dos ribeirinhos atingidos por Belo Monte pudesse ser ouvida e aproveitada.

Demonstrando que a pressão popular ainda funciona e que, portanto, não pode ser abandonada enquanto estratégia de luta política. Mas, demonstra também que a associação de um aglomerado da indignação, a partir da eleição de uma bandeira específica (no caso dos ribeirinhos o retorno para a beira-rio), precisa ser pensada e conduzida a partir de um, cada vez mais múltiplo e diverso, corpo político orgânico. A junção de forças está muito além do entendimento da relação capital-trabalho.

Extrapolando isso representa uma composição política de base identitária territorial, espacial portanto. Ao que chamamos aqui de centralidades insurgentes, tendo em vista serem ações que fazem o caminho inverso (partindo de baixo para cima, a partir de vários sujeitos e de distintas escalas), o que nos impulsiona a pensar outras formas-conteúdos da vida política do mundo contemporâneo. A motivação dessas centralidades insurgentes tem a ver com a forma, como os diferentes sujeitos e agentes do mundo percebem, concebem e vivem o/no espaço.

BOX 01 (seção A): DA RESISTÊNCIA DOS RIBEIRINHOS À FORMAÇÃO DO “CONSELHO RIBEIRINHO”.

“Bem ali, onde está aquele pé de cajá morto, era a casa de Diano, irmão de seu Dinaldo. Logo ali era a minha, pode encostar.” Cleo vai até a beira da voadeira, que na impossibilidade de atracar em terra é amarrada a uma árvore seca. A casa de Cleo, assim como as árvores, está debaixo da água. “Isso aqui era onde eu morava. Era onde eu morava até que nos mandaram sair.” O Paratizão, localidade em que Cleo vivia, é uma das muitas ilhas e pedaços de terra firme no Rio Xingu que foram alagados em novembro de 2015 para dar lugar ao reservatório principal da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. As mais de duzentas famílias ribeirinhas que viviam nas ilhas e margens do rio foram compulsoriamente removidas de suas casas em

um processo caracterizado por sistemáticas violações aos direitos humanos. Embora essas famílias tenham uma história e modo de vida profundamente ligados ao seu território, não foram consideradas em suas particularidades e não lhes foi oferecida, no momento de sua retirada do Rio Xingu, uma alternativa que permitisse continuar a viver do modo como faziam. Do cadastro das famílias que seriam removidas, feito de forma arbitrária por não ter sido elaborado para aplicação junto a um grupo social com particularidades culturais, à destinação de áreas impróprias para moradia para o reassentamento, a Norte Energia, empresa concessionária da usina, segue uma trajetória de constantes violências contra essa população. Expulsos para o centro urbano e a zona rural da região de Altamira, distantes do rio, os ribeirinhos lutam para ter seus direitos garantidos e, principalmente, voltar para a beira do Xingu. Em um processo de intensa articulação, foi criado, em novembro de 2016, o Conselho Ribeirinho. *“Antigamente a gente esperava tudo da Norte Energia. Toda vida nós estávamos debaixo do sapato da Norte Energia. Ela que dava as ordens, se a gente iria, se a gente não iria. Agora nós temos autonomia para poder responder”*, conta Cleo. **Composto pelos próprios ribeirinhos, o conselho é a instância coletiva reconhecida como soberana para enfrentar o desafio do reordenamento territorial de forma participativa e digna. É um processo inédito na história da construção de hidrelétricas na Amazônia: o retorno dos ribeirinhos para a beira do rio, por meio de um reassentamento dentro da área do reservatório principal da usina.** *“Cada um tem uma história diferente, mas todas apontam para o mesmo rumo: queremos voltar para a beira do rio. O lugar do ribeirinho é na beira do rio, não tem outro lugar para botar o ribeirinho. Senão, deixa o cara morrer à míngua porque é ruim demais...”*, explica Raimunda Gomes, ribeirinha que, após ser expulsa de sua casa na ilha da Barriguda, foi reassentada na região do Trindade.

RESISTÊNCIA

Em um território radicalmente transformado para dar lugar à hidrelétrica de Belo Monte, os ribeirinhos lutam para serem ouvidos e tratados com dignidade. O retorno para a beira do rio é a condição fundamental para que essa população possa manter seu modo de vida. No dia 11 de novembro de 2016, o auditório do Centro de Convenções de Altamira estava lotado. Cerca de oitocentas pessoas, a maioria ribeirinha, deslocaram-se até a cidade para finalmente serem ouvidas em uma audiência que durou doze horas. Na reunião, os ribeirinhos tomaram o lugar da fala. Denunciaram as sistemáticas violações aos seus direitos e exigiram das autoridades presentes, Norte Energia, IBAMA e Ministério Público Federal, o respeito às condicionantes já há muito violadas. Resultado de um longo processo de articulação, os ribeirinhos criaram, então, o Conselho Ribeirinho. Instância soberana para travar o diálogo com a Norte Energia, o conselho tem como prerrogativa trabalhar no reordenamento territorial da região, ou, nas palavras de Cleo, *“procurar arrumar quem está mal-arrumado”*. **A luta se fortaleceu. O retorno para a beira do rio não é mais uma demanda individual, mas uma exigência coletiva de uma população tradicional do Rio Xingu. O grupo de conselheiros é formado por representantes das localidades do Costa Júnior, Bacabal, Bom Jardim, Meranda, Poção, Barriguda, Babaquara, Arapujá, Paratizão, Paratizinho, Palhal, Cotovelo, Trindade e Arroz Cru, todas atingidas pela formação do reservatório da usina. Por conhecerem o território e seus usos, os ribeirinhos são, por meio do conselho, os únicos que podem indicar de fato quem são os ribeirinhos e qual é a correta atribuição de áreas para o reassentamento, tendo em vista reconstruir o território desmantelado pela construção da usina.** *“O ribeirinho é quem sabe quem é ribeirinho”*, continua Cleo. É o conselho, e não mais a Norte Energia, que vai determinar quem é ou não é ribeirinho. Para a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, uma das coordenadoras de uma pesquisa multidisciplinar solicitada pelo Ministério Público Federal para a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) sobre o deslocamento forçado dessa população, *“não há outra via de identificar com segurança quem é e quem não é membro de um grupo (neste caso, os ribeirinhos do reservatório) a não ser um conselho de pares, com critérios por eles estabelecidos.*

A autoridade dos pares é a única que pode evitar ou dirimir conflitos e encaminhar a reparação de injustiças”. Em frente ao Rio Xingu (...), Cleo senta-se em um banco e explica em poucas palavras como se constituiu o conselho e seus objetivos “Vamos tentar reassentar todo mundo nas suas áreas, para todo mundo viver nos seus grupos familiares... É por aqueles que já voltaram e por aqueles que ainda não voltaram para a beira do rio. Essa é a alegria que eu sinto”.

Fonte: <http://diplomatie.org.br/sera-que-todo-mundo-evaporou/>, acessado em 05 de Julho de 2017³⁰. Texto adaptado pelo autor. (grifo nosso).

O bombardeio de positivities que possibilitou a existência da UHE Belo Monte foi longo e intenso. A empresa responsável pela obra, a Norte Energia S.A, utilizou de todas as estratégias possíveis, como forma de diminuir a resistência, da população que seria removida, à implantação da obra. Para tanto, no PBA – Plano Básico Ambiental, fora garantido que, as populações deslocadas, por força da construção do lago da UHE Belo Monte, deveriam ser realocadas em local, com características semelhantes ou melhores, as condições socioespaciais encontradas antes da implantação da UHE Belo Monte.

Não obstante, os gastos feitos com propaganda e o dinheiro direcionado para diminuir a resistência em relação à construção deste grande projeto, a efetivação dos locais de reassentamento, o processo indenizatório (garantidos por meio de pagamento em dinheiro ou carta de crédito) desencadearam uma onda de revolta em relação às áreas oferecidas para reassentamento, e em relação aos valores oferecidos como indenização. Dos muitos elementos aqui envolvidos, é importante ressaltar o total desconhecimento, ou mesmo desprezo, por parte do empreendedor, sobre aspectos relacionados ao cotidiano e a reprodução, deste grupo social, os ribeirinhos. Em outros termos, houve uma total desconsideração, por parte do empreendedor e do Estado brasileiro, do que significa (ou do significado), o/do espaço para os ribeirinhos.

Que, a semelhança dos demais grupos socioespacialmente atingidos (indígenas, moradores dos baixões de Altamira, camponeses), foram incompreendidos em sua dimensão espacial, seja esta territorial, seja esta relacionada à lugaridade destes grupos sociais. O território e o lugar destes sujeitos socioespaciais, fora suplantado pela força de verticalidades exógenas, hegemônicas, que se impuseram com força, como típicas entidades que seguem e servem ordens vindas de “espaços do mandar” (SANTOS,

30 A matéria do Jornal **Le Monde Diplomatique Brasil**, datada de 05/07/2017, é assinada pela antropóloga Ana de Francesco e pela jornalista Isabel Harari.

2004), localizados a quilômetros de distância do epicentro do objeto técnico, através do qual se dissemina o caos social, qual seja: a Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Como afirmado, houve total desconsideração do território. Este aqui concebido como um espaço definido e delimitado por um ator (sujeito/agente), ou conjunto de atores, a partir de relações de poder, manifestas em múltiplas dimensões. Ou seja, todo território, ou cada território, é produto da intervenção e do trabalho de um ou de diversos atores (e/ou diversos agentes), sobre determinada parcela do espaço geográfico. O território, portanto, não se reduz a sua dimensão material ou concreta, sendo um campo de forças, uma teia ou rede de relações projetadas (e construídas) no espaço (RAFFESTIN, 1993)³¹.

Devendo o território ser tratado/concebido para além da Geopolítica, posto que estivesse para além da visão de mundo de um único agente, o Estado Nacional. Importa aqui tratar sobre uma geografia política, sobre uma multiplicidade de poderes, de interesses de atores/agentes sobre um dado espaço, portador de uma dada situação geográfica e de uma dada historicidade. Em outras palavras, território, tem a ver com poder, porém não somente “poder político”. Ele está para além do sentido mais concreto de poder, expresso pela dominação (possessão, propriedade).

Ou seja, ele (também) se faz presente por meio de uma perspectiva simbólica, de apropriação³². Os grandes projetos costumam simplificar a leitura do espaço. Mas, sobretudo nos tempos de hoje, é de suma importância à realização (necessária realização) do contrário. Ou seja, a relação que envolve a implantação de um “grande objeto técnico” (um grande projeto) e os impactos socioespaciais, deve ser feita a partir da consideração de um cenário, por essência, complexo. Em especial, quando este “cenário” envolver povos tradicionais.

Há duas intencionalidades que possuem lógicas opostas aqui. Uma valoriza “o uso” e por isso, está em constante conflito com a lógica que valoriza “a troca”. O uso implica

31 Na perspectiva de Raffestin (1993), é possível entender o território como sendo a manifestação espacializada do poder, materializada por meio das relações sociais, relações determinadas em distintos graus, contidos nas ações e estruturas concretas e em ações e estruturas simbólicas. Essa compreensão permite pensar o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização baseado, sobretudo, no grau de acessibilidade à informação; em outras palavras, de símbolos e/ou significados que pode fazer surgir novos territórios (territorialização), destruí-los (desterritorialização) ou reconstruí-los (reterritorialização).

32 Para Lefebvre é possível distinguir apropriação de dominação. Por apropriação entende-se um processo de dimensão mais simbólica, expresso pelo “vivido”. Por dominação, entende-se um processo relacionado à dimensões concretas, funcionais, identificado com “valor de troca”.

apropriação, não propriedade. Implica tempo em tempos, ritmo ou ritmos, prática socioespacial dotada de simbolismo. Já a troca implica o uso do espaço de maneira mais funcional. E, quanto mais ele é funcionalizado, mais é dominado por agentes que o manipulam e o tornam (uni)funcional. E assim, menos este se presta a apropriação. Por que isto acontece? Em virtude de ter sido colocado fora do tempo vivido, aquele dos usuários, marcado pela diversidade e complexidade (LEFEBVRE, 1986).

Enquanto “espaço-tempo vivido”, o território é sempre múltiplo, diverso e complexo, ao contrário do território “unifuncional” proposto pela lógica capitalista hegemônica. Todavia, como já ressaltamos, faltou (também) considerar, a dimensão do lugar destes sujeitos. Este pode ser definido como a porção do espaço apropriado à vida – apropriado através do corpo e dos sentidos e significados que ser humano atribui/confere a um espaço.

Lugar, portanto, está para além do sentido de localização. Referindo-se a tipos de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança (RELPH, 1979). O espaço só adquire o *status* de “lugar” quando serve a intencionalidade humana. O lugar, portanto, é criado pelos seres humanos para os propósitos humanos (TUAN, 1983). Processo de criação este que envolve e demanda tempo. O lugar é o espaço que o homem “recorta” utilizando-se de sua afetividade.

Não obstante, por ser o lugar, condição e suporte de relações globais, é possível, a partir do lugar, perceber empiricamente o mundo. Ou seja, cada lugar é a sua maneira uma mediação entre o mundo e os indivíduos. Cada lugar é o mundo e, virtualmente, todos os lugares são mundiais (SANTOS, 2004). Daí, no entendimento dos agentes hegemônicos do capitalismo, todos os lugares serem convertidos, ou poderem ser convertidos, em recursos³³. É necessário, portanto, repensar a relação entre o local e o mundial, tendo em vista a formulação de um entendimento mais sistemático do mundo contemporâneo (CARLOS, 2007).

Posto o mundial que existe no lugar, ser determinante para a redefinição do conteúdo do lugar. Este é o *locus* de reprodução da vida, devendo ser analisado pela relação habitante – identidade – lugar. As relações que os indivíduos mantêm com os

³³ Por esses caminhos da reflexão, o lugar ganha importância no mundo contemporâneo, sendo ele um conceito, uma construção social e, assim, deve ser compreendido tanto como uma localização quando uma configuração de permanências relativas internamente heterogêneas, dialética e dinâmica contida na dinâmica geral de espaço e tempo de processos sócio-ecológicos, ou seja, processos específicos contidos e expressos dentro de um processo global (FERNANDES, 2013).

espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, apropriado e vivido através do corpo (CARLOS, 2007). E, quando da consideração de um “grande projeto”, é o lugar o “ente” mais afetado, sendo a lugaridade dos sujeitos a dimensão socioespacial mais ferida, a mais fortemente impactada.

Como exemplo do que está sendo tratado/retratado, é importante darmos continuidade a leitura de outro fragmento da matéria que compõe o Box 01. Tendo em vista a importância de pensar sobre a escala do lugar. Considerar o desenvolvimento, ao longo de um dado tempo, de uma cultura, de uma tradição, uma língua, de uma prática socioespacial bem como, da hibridização de culturas, tradições, línguas e práticas socioespaciais diversas. Isto é importante para que tenhamos a perspicácia de enxergar onde o mundial é opressor do lugar, e ao mesmo tempo, e de forma contraditória perceber, onde o mundial é parceiro (estratégico) deste mesmo lugar. A constituição do Conselho Ribeirinho possibilita-nos ter este tipo de reflexão. Não fosse a ajuda externa recebida, o Conselho não seria constituído e pensado como o foi.

BOX 01 (seção B): DA RESISTÊNCIA DOS RIBEIRINHOS À FORMAÇÃO DO “CONSELHO RIBEIRINHO”.

TRAJETÓRIA DA VIOLÊNCIA

Em 2011, após muita resistência e mudanças estruturais no projeto inicial, a Hidrelétrica de Belo Monte começou a ser instalada na região. **Para compensar os grandes e inevitáveis impactos socioambientais da usina, em uma das regiões de maior diversidade social e ecológica do mundo, foi elaborado um Plano Básico Ambiental, que continha obrigações que a empresa concessionária deveria cumprir para mitigar os efeitos da instalação. Parte desse plano era destinado a compensar os impactos sofridos pelos povos indígenas. Os ribeirinhos, no entanto, não foram considerados um grupo social diferenciado e nenhuma ação ou tratamento específico lhes foram destinados. No total, cerca de 40 mil pessoas foram removidas para dar lugar à usina e seus reservatórios. Os ribeirinhos foram os últimos a serem deslocados, sem que houvesse sido realizado um estudo sobre suas especificidades históricas e culturais e, conseqüentemente, sem que houvesse sido definido um caminho que garantisse a continuidade de seu modo de vida. Ao todo, são aproximadamente 235 famílias ribeirinhas, cerca de 1.175 pessoas, que viviam na região que hoje é o reservatório principal de Belo Monte.** Em grande parte posseiros, já que eram moradores das ilhas do Xingu, eles não foram indenizados pela terra ao serem removidos, apenas por aquilo que haviam construído. Sendo suas moradias bastante simples, construídas com madeira, palha e barro, os valores recebidos foram insuficientes para que conseguissem comprar uma nova casa. **Ao realizar o deslocamento forçado das famílias ribeirinhas, a concessionária não levou em conta o vínculo que essas famílias tinham com o território, tampouco a centralidade que os grupos domésticos e as redes de vizinhança tinham em sua organização social.** A dispersão das famílias, tanto na cidade de Altamira como na área rural, provocou o esgarçamento do tecido social e a paralisação das atividades econômicas.

Fonte: <http://diplomatie.org.br/sera-que-todo-mundo-evaporou/>, acessado em 05 de Julho de 2017³⁴. Texto adaptado pelo autor. (grifo nosso).

Para poder compreender, e assim poder explicar, o ocorrido é preciso debatermos sobre o conceito de espaço que move a ação espoliativa do empreendedor e de resistência dos socioespacialmente atingidos. “Existem vários métodos, várias abordagens no que concerne ao espaço, e isso a diferentes níveis, de reflexão, de recorte da realidade objetiva” (LEFEBVRE, 2016, p. 37)³⁵. O empreendedor de Belo Monte concebe o espaço a partir de uma lógica capitalista, o tendo por mercadoria. Já os socioespacialmente atingidos o concebem a partir de uma lógica ligada à sobrevivência.

34 A matéria do Jornal **Le Monde Diplomatique Brasil**, datada de 05/07/2017, é assinada pela antropóloga Ana de Francesco e pela jornalista Isabel Harari.

35 “Pode-se elaborar uma semântica dos discursos sobre o espaço. Poder-se-ia conceber também uma semiologia do espaço, parte de uma semiótica geral. Todo espaço é significante? Em caso positivo, de quê? Mais precisamente, todo espaço ou fragmento de espaço não seria um texto social, ele próprio contexto de textos específicos, isto é, escritos: inscrições, anúncios etc.? De sorte que é preciso ou reencontrar, ou construir os códigos dessas diversas mensagens para decifrá-las” (LEFEBVRE, 2016, p. 38).

O empreendedor tem o espaço como “puro”, como “neutro” como “passivo”. A forma pura do espaço arranca deste todo o seu conteúdo (sensível, material, vivido, prático). Esse espaço é vazio, lugar de números e proporções, é visual, desenhado, constituído de coisas e usuários. Em síntese, uma abstração, posto que, é desprovido de tempo, de histórias (de estórias), de vivências, em uma palavra é destituído de espacialidade. Já os socioespacialmente atingidos tem o espaço como “vivo/vivido” e, dentro desta perspectiva, o espaço nunca é “neutro e puro”, muito menos passivo. “Ele articula o social e o mental, o teórico e o prático, o ideal e o real” (LEFEBVRE, 2016, p. 41). O espaço, para os atingidos, é produto da história (de uma certa história), de um passado, geral ou particularizado.

É produto – sempre em (re)construção – das diversas atividades humanas. É resultado (sempre inacabado) do trabalho humano, da divisão do trabalho das diferentes sociedades. Sendo, assim, o espaço, “o lugar geral dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que o ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, portanto, ‘funcional’” (LEFEBVRE, 2016, p. 43). Cumpre ser importante lembrar que a construção/produção do espaço se realiza no cotidiano, assumindo formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado local, em um momento específico e se revela pelo uso como produto da divisão social e técnica do trabalho que produz uma morfologia espacial fragmentada e hierarquizada.

Para Carlos (2007), cada sujeito se situa em um espaço, o lugar permite pensar, o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno. Quando, de forma abrupta, se corta este vínculo social, técnico e familiar construído ao longo de anos e anos (caso dos ribeirinhos e de outras populações tradicionais), impõe-se o estranhamento ao lugar. O espaço é

“um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção de dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial (o caso do reordenamento territorial promovidos pelos grandes projetos). É um meio nas mãos de ‘alguém’, individual ou coletivo, isto é, de um poder (por exemplo, um Estado), de uma classe dominante (a burguesia) ou de um grupo que tanto pode representar a sociedade global, quanto ter seus próprios objetivos, como os tecnocratas, por exemplo” (LEFEBVRE, 2016, p. 44). Grifo nosso.

Deste modo, a análise do lugar/lugaridade, do território/territorialidade se converte em simultâneas e múltiplas formas de conflito, tendo em vista a confluência de espaços

sociais que se justapõem e interpõem; quer seja no cotidiano, com as diferentes situações de conflito abertas e/ou ocultas, geradas por essas práticas de deslocamento forçado e pelo processo de indenizações indecentes desenvolvidas pela empresa; seja em outros momentos da construção social do espaço/das espacialidades dos diferentes grupos sociais que nele se reproduzem.

Ou seja, a representação do espaço (as representações) está sempre a serviço de uma estratégia, sendo ao mesmo tempo abstrata e concreta, pensada e desejada, em uma palavra: projetada. Quando (e se) a estratégia é pensada por grupos hegemônicos, o espaço é povoado por “decretos de poder”. Mas, por não ser destituído de história este mesmo espaço subalternizado, de sujeitos subalternizados, reage, resiste. São as centralidades insurgentes. Os lugares e os territórios destes sujeitos, expulsos de seus territórios e suprimidos de seus lugares convertem-se no mundo vivido da violência humana, onde se gestam problemas relacionados à “condição espacial”, tendo em vista o impacto em grande escala, e de grande intensidade, produzido/gerado à existência social de grupos mais enraizados e covardemente subalternizados, explorados, espoliados.

A não consideração dos ribeirinhos como um grupo social diferenciado, provocou/provoca danos irreversíveis a esses sujeitos marginalizados, expressando uma violência que pode ser concebida em termos teórico-científicos, morais, filosóficos. Mesmo que não seja possível de mensurar subjetivamente a outro ser, que não seja o próprio sujeito atingido. O dano causado a estes sujeitos têm muito de totalitário em sua lógica e é totalizante em seus efeitos. Posto que, a experiência vivida por estes, expressa pela violência da forma e pela sistemática violação de direitos (dos seus direitos), já se faz incutida na vida, na experiência espacializada do homem no mundo, está inscrita em cada ribeirinho sujeitado a processos espoliadores (HARVEY, 2004). Um caso clássico de biopolítica (FOUCAULT, 2008).

E o que justifica(ria) isso? Ignorância? Não conhecimento das particularidades deste grupo social? Acreditamos que uma possível resposta está para além dessas suposições. Itaipu, Tucuruí e tantas outras hidrelétricas há muito construídas representam aos seus formuladores, Estado e grandes empresas, um corpo de conhecimento (acumulado) considerável sobre a temática. Então, por que os erros se repetem(repetiram)? E mais, por que os erros se repetem em um contexto de democracia? Há algo de totalitário na ação do capital e do Estado. Há algo de totalitário no tratamento

dispensado aos povos da Amazônia durante todo o processo de constituição desta formação socioespacial. Belo Monte representa um caso clássico de “estado de exceção” (AGAMBEN, 2004).

A seção C, do Box 01, possibilita-nos enxergar a proibição em vida do viver. “Não pode plantar”, “não pode trabalhar”, “não pode estudar” até segundo a ordem da empresa. A pesca, a caça, a coleta e o plantio já não mais constituíam uma saída para fome, para a descapitalização. O que se esquece é que o ritmo da vida não acompanha o tempo (soberbo tempo) do capital e do Estado e suas “institucionalidades”. A época dos “grandes projetos” desenvolvimentistas, são sinônimos de época das “vidas nuas” (AGAMBEN, 2002a) para as sociedades da Amazônia.

BOX 01 (seção C): DA RESISTÊNCIA DOS RIBEIRINHOS À FORMAÇÃO DO “CONSELHO RIBEIRINHO”.

O CADASTRAMENTO

Cláudio Pessoa, que morava na terra firme, em uma localidade bem próxima ao canteiro de obra da usina, conta como foi o processo de cadastramento: *“A Norte Energia passou no lote fazendo o cadastro e falaram que tinha que sair. Avisaram que não era para fazer nenhuma benfeitoria porque eles não iriam reconhecer mais nada que fosse feito depois do cadastramento. Ouvia o barulho de explosões a noite toda e meus filhos não podiam mais estudar porque desativaram a escola. Mas a Norte Energia não dava resposta. Fiquei dois anos sem trabalhar, comprando tudo na cidade, depois disso acabei botando a roça de novo porque não tinha o que comer. Veio o Conselho Tutelar e a assistência social para pressionar porque meus filhos não estavam estudando, não tinha mais escola”*. Por serem cadastradas, as famílias eram encorajadas a não mais produzir em suas terras, pois perderiam todo o investimento e não sabiam se teriam tempo para a colheita. Ao mesmo tempo, a pesca, que garantia parte importante da alimentação e renda, era cada dia menos produtiva. As constantes explosões e a iluminação dos canteiros de obra afugentavam os peixes, tornando difícil sua captura. Para piorar a situação, as escolas foram desativadas antes da saída dos moradores. Cabia às famílias esperar por uma compensação, sem saber para onde iriam e tendo sua vida paralisada por um cadastro que formalizava a obrigação de saírem de suas terras. Em 2011, a Norte Energia começou a fazer o cadastramento das pessoas que seriam atingidas. Na região onde hoje é o reservatório, os cadastros foram refeitos diversas vezes entre 2011 e 2014, obrigando as famílias, que já não tinham mais nenhuma segurança para produzir em suas terras, a esperar por uma definição sobre qual tratamento receberiam. **Foi a partir do cadastro que a empresa definiu quem era ou não atingido pelo empreendimento, ou seja, quem deveria ser reparado pelos danos sofridos, quem seria deslocado e quem não era considerado interferido. O cadastro seguiu a linha da falta de diálogo e descolamento da realidade local levada a cabo pela Norte Energia desde o início do projeto. Muitos não entraram no cadastro por não estarem na localidade no momento em que a equipe da concessionária chegou para a entrevista; diversos núcleos familiares foram considerados como apenas uma família; outros não tiveram suas roças avaliadas – e contabilizadas para posterior indenização –, pois estas não eram compatíveis com o que a empresa considerou “atividade produtiva”**. Em muitos casos, por exemplo, pomares e açazais foram considerados nativos, sem direito, portanto, a compensação. Diante desse contexto e motivado pela grande procura dos ribeirinhos, o Ministério Público Federal convocou, em junho de 2015, uma Inspeção Interinstitucional para verificação em campo do processo de deslocamento dos ribeirinhos. A ação resultou em um relatório com 55 constatações que indicavam uma grave ameaça aos direitos humanos e à possibilidade de manutenção do modo de vida ribeirinho³⁶. Em resposta, o Ibama, órgão licenciador da obra, mandou suspender as remoções e incluiu na licença de operação da usina a obrigação do empreendedor em garantir o reassentamento dos ribeirinhos nas margens do Rio Xingu. **Contudo, a empresa passou a decidir quem era ribeirinho ou não e, portanto, quem tinha ou não direito ao retorno, com base em cadastros que não haviam sido elaborados para tal finalidade**. Os critérios para a identificação das moradias, por exemplo, não se basearam na declaração do morador, mas na avaliação de funcionários da empresa “se a ocupação é algo mais que um rancho de lona”. **A empresa não havia considerado no momento do cadastro que os ribeirinhos, tradicionalmente, viviam em um sistema de dupla moradia, ou seja, tinham uma casa na cidade e outra no beiradão. A primeira lhes garantia acesso aos serviços e comércio da cidade, a segunda era onde realizavam suas atividades produtivas, ligadas à lavoura, à pesca e ao extrativismo. No momento do cadastro foram coagidos a optar por uma das moradias, tendo de escolher entre serem classificados como urbanos ou rurais**. A família de dona Virgínia Batista, que trabalhava em um sistema familiar agroextrativista no Paratizão, foi

36 O referido Relatório intitulado “RELATÓRIO DE INSPEÇÃO INTERINSTITUCIONAL: áreas ribeirinhas atingidas pelo processo de remoção compulsória da UHE Belo Monte” compõe o Relatório da missão do CNDH (Conselho Nacional dos Direitos Humanos) está disponível, a quem de interesse for a partir do endereço eletrônico: <http://www.sdh.gov.br/noticias/pdf/relatorio-final-belo-monte-1>.

dispersada com o processo de deslocamento forçado, e apenas um dos filhos, Dinaldo, foi reconhecido como ribeirinho, com direito ao retorno para a beira do rio. Os demais membros da família estão espalhados pela cidade de Altamira ou vivendo com parentes em reassentamentos na beira do Rio Xingu. *“Antes todo mundo morava junto, com os pais, com a mãe, agora está todo mundo separado. O pai acolá, o filho para lá, a mãe para outro canto. Como é que vive desse jeito? Não tem condição. Eu quero meus parentes aqui, eu quero meus parentes aqui perto de mim”*, pede Dinaldo, o seu Bêja. A casa, a roça, a rede de relações, o rio e a rua são elementos estruturantes na vida dessa população; são condições de sua existência e reprodução social. Ao serem desconsiderados na ocasião do cadastro e colocados “em avaliação”, os ribeirinhos do beiradão tiveram toda sua organização social ferida. Com base no cadastro, a Norte Energia balizou toda sua relação com os ribeirinhos, propondo, segundo seus próprios critérios, diferentes compensações para cada um, chegando ao extremo de definir a própria identidade das pessoas.

Fonte: <http://diplomatique.org.br/sera-que-todo-mundo-evaporou/>, acessado em 05 de Julho de 2017³⁷. Texto adaptado. Grifo nosso.

Fica claro, a partir do exposto no box acima, que a concepção de espaço da empresa Norte Energia, empreendedor da UHE Belo Monte buscou valorizar a dimensão funcional e instrumental do espaço. Enquanto um instrumento/um instrumental passa, o espaço, a desempenhar função específica. É ele quem defini agora a realização-reificação das relações sociais, ao mesmo tempo que a falsa consciência dessas relações. E, quando isso é feito, entende-se o ser humano enquanto força de trabalho e o que é mais grave, vincula-se à reprodução desta força de trabalho as necessidades do mundo do consumo. O espaço da empresa é um espaço reificado, um lugar fora do tempo, sem vida e desprovida de práxis.

Como enfrentar os impactos às escalas da vida? Um caminho é o fortalecimento de instituições democráticas, representativas da garantia de direitos. Outra é a necessidade de atuação mais incisiva da academia, quando da ocorrência de obras de infraestruturas geradoras de grandes impactos socioambientais, por motivos óbvios, é o planeta e as sociedades que estão em discussão. Muitas vezes inclusive, a continuidade existencial de sociedades inteiras.

Outro caminho passa por considerar outros modelos de geração de energia. Enfim, há caminhos, resta saber se há vontade em conduzir de outra maneira as questões postas pela realidade, ou, se existe interesse em abandonar um modelo predatório ao meio ambiente e espoliador as populações, que torna o país subserviente a outros países no cenário internacional. Há interesse em romper com isso? A quem interessa manter as

³⁷ A matéria do Jornal **Le Monde Diplomatique Brasil**, datada de 05/07/2017, é assinada pela antropóloga Ana de Francesco e pela jornalista Isabel Harari.

coisas como estão? Por que não garantir formas de reprodução social mais dignas, aos historicamente subalternizados? Quanto vale a destruição do lugar do outrem? Quanto vale a desterritorialização de grupos sociais inteiros? E mais, até quando a sociedade brasileira vai arcar com os custos socioambientais de grandes obras de engenharia, construídas com o dinheiro do contribuinte, mas destinada a servir ao grande capital, seja este nacional ou internacional?

Estas outras saídas e caminhos não nos deixam conceber/tratar o espaço como um outro (qualquer),

“objeto ou soma de objetos, coisa ou coleção de coisas, mercadoria ou conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que se trata simplesmente de um instrumento, o mais importante dos instrumentos, o pré-suposto de toda produção e de toda troca. O espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção.

[...] O espaço seria, desse modo, uma espécie de esquema num sentido dinâmico comum às atividades diversas, aos trabalhos divididos, à cotidianidade, às artes, aos espaços efetuados pelos arquitetos e pelos urbanistas. Seria uma relação e um suporte de inerências na dissociação, de inclusão na separação.

Seria, portanto, um espaço ao mesmo tempo abstrato-concreto, homogêneo e desarticulado, que se deveria reencontrar nas cidades novas, na pintura, na escultura e na arquitetura, e também no saber” (LEFEBVRE, 2016, p. 47).

A “seção D” do box 1 abaixo possibilita-nos entender o espaço enquanto o *lócus* da reprodução das relações de produção. Os antes tidos por elementos naturais: o ar, a água, a luz e o calor, hoje já não mais o são. “A natureza, como espaço, com o espaço, é simultaneamente posta em pedaços, fragmentada, vendida por fragmentos e ocupada globalmente. É destruída como tal e remanejada segundo as exigências da sociedade” (LEFEBVRE, 2016, p. 52). A proposição de outros e novos caminhos, por parte dos subalternizados, hegemonzados, espoliados passa por combater a venalidade (banal) da própria natureza.

BOX 01 (seção D): DA RESISTÊNCIA DOS RIBEIRINHOS À FORMAÇÃO DO “CONSELHO RIBEIRINHO”.**QUANTO VALE?**

Diane anda firme pela plantação de cacau, no Paratizão. *“Só neste pedaço dava mais de 2 mil pés, e a gente colhia uns 500 quilos. Também tem pé de laranja, mamão que a gente tinha no meio.”* Diane vai colhendo do chão um ou outro fruto, parte da plantação que já não lhe pertence. Diane é filha de Virgínia Batista e trabalhava com cacau na beira do Xingu, em um lote onde sua família foi assentada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) há mais de quarenta anos. Ela, juntamente com seu marido e cinco filhos, recebeu uma carta de crédito da Norte Energia e comprou uma terra longe do rio e de todos os seus familiares, em Anapu. *“Eu trabalhava aqui no cacau roçando, tirava bastante fruta, e no final de semana íamos pescar lá perto da casa do meu irmão e da minha mãe. Era uma vida boa. Hoje em dia está todo mundo espalhado”*, conta. Muitas famílias venderam a carta de crédito entregue pela Norte Energia como indenização e usaram o dinheiro para garantir uma casa na cidade. Foi o caso dos familiares de Diane: seus tios e irmãos compraram casas no bairro Paixão de Cristo. **Sem terra para produzir e distantes do rio, as famílias ficaram sem uma fonte de renda. Diante desse cenário, Diane foi embora para o Riozinho do Anfrísio, uma reserva extrativista localizada há dias de viagem da cidade de Altamira.** Só voltou quando ouviu que *“estavam devolvendo as terras para os ribeirinhos”*. Como Diane não foi reconhecida pela Norte Energia como ribeirinha, hoje vive com os filhos no reassentamento de seu irmão, o seu Bêja, o único da família a ser reconhecido como ribeirinho pela Norte Energia. *“Um lugar desse é para criar neto... Se eu conseguir esse pedaço de terra, eu vou terminar de criar meus filhos e depois os netos. Minha vida vai ser nessa terra, se eu conseguir ela de volta”*.

Fonte: <http://diplomatie.org.br/sera-que-todo-mundo-evaporou/>, acessado em 05 de Julho de 2017³⁸. Texto adaptado. Grifo nosso.

Como pode ser percebido pelas passagens presentes no box acima, as pessoas costumam valorizar o que constroem. Justamente porque o espaço não é algo *a priori*. Este se faz por meio do desenvolvimento de uma atividade social. O espaço social é muito diferente do geométrico ou mesmo do mental. Toda a sociedade produz seu espaço, toda a sociedade produz um espaço (LEFEBVRE, 2016).

Daí ser tão difícil para as pessoas socioespacialmente atingidas, pelo conjunto de obras e ações da UHE de Belo Monte, se desprenderem de seus territórios, de seus lugares. Posto que isto implica o desprendimento de sua própria condição de ser social; significa se desprender de uma trajetória de vida construída ao longo de toda sua vida. É difícil, em especial, para sujeitos mais enraizados, se acostumar com o fato de que não mais se “é” no mundo. Daí a luta para voltar a “ser”.

38 A matéria do Jornal **Le Monde Diplomatique Brasil**, datada de 05/07/2017, é assinada pela antropóloga Ana de Francesco e pela jornalista Isabel Harari.

O box abaixo, “seção E” do box 01, é a representação, de uma das formas, de como, ao longo da implantação do grande projeto UHE Belo Monte, as escalas da vida foram submetidas a um rolo compressor. Retirados do lugar onde se reproduziam socialmente e eram identificados espacialmente, onde eram vistos enquanto sujeitos do mundo, de um mundo onde se reconheciam, foram submetidos a um local, a outro mundo; mundo este onde não se reconhecem, que é estranho aos seus olhos. Seu Leonardo (Aranor) e seus familiares, ribeirinhos que tinham na pesca sua principal fonte de alimentos e recurso hoje, vivem em um mundo que não somente se apresenta como estranhos a ele, sua esposa e seus filhos, como é hostil a sua forma integrada de viver.

BOX 01 (seção E): DA RESISTÊNCIA DOS RIBEIRINHOS À FORMAÇÃO DO “CONSELHO RIBEIRINHO”.

“SOU PESCADOR, MAS NÃO TENHO COMO PESCAR”

Com o deslocamento forçado, muitos ribeirinhos perderam também sua casa na cidade. Houve uma dispersão das famílias para bairros periféricos da cidade de Altamira onde estão os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), construídos pela Norte Energia. *“A minha mulher falou que é prisioneira, porque quem vive atrás das grades aqui somos nós”*, conta seu Leonardo Aranô. Ele e sua esposa, dona Antônia, vivem no RUC Jatobá. Distante do rio, ele não consegue pagar um vigilante para deixar sua embarcação na beira com segurança, muito menos pagar um frete diário para deslocar seu material de pesca de casa até o rio. Seu Aranô é pescador, mas não consegue acessar o rio para exercer seu ofício. *“Eu sou pescador, mas não tenho como pescar”*, constata. Mesmo com uma embarcação emprestada, ele não pode ficar mais de um dia fora, pois teme que sua casa seja assaltada – o aumento da violência nos centros urbanos é mais uma consequência da instalação da usina. Sem o rio e sem sua roça, seu Aranô busca serviço “onde dá”. *“Nesse último final de semana, eu tive que trabalhar sexta, sábado e domingo até de noite para poder dar um jeitinho de pagar as contas. Se você não fizer, você passa fome.”* **Segundo as premissas do Plano Básico Ambiental, deveriam ter sido ofertadas aos moradores atingidos opções equivalentes ao que tinham antes do deslocamento forçado, ou melhores. Não foi o que aconteceu.**

Fonte: <http://diplomatie.org.br/sera-que-todo-mundo-evaporou/>, acessado em 05 de Julho de 2017³⁹. Texto adaptado. Grifo nosso.

Antes de Belo Monte, a casa para seu Leonardo, quando de sua morada na ilha, era o dentro e o fora. Não obedecia a medidas métricas 10x20, 10x30 etc. Em seu lugar, o de antes de Belo Monte, ele e a família não conheciam grades, portões e não tinham gastos com segurança privada. O barco e seus instrumentos de pesca estavam (sempre) na porta da casa. Seus conhecimentos acumulados por várias gerações eram o que garantiam o sustento da família. A vida não era fácil, mas estavam longe da família de seu

39 A matéria do Jornal **Le Monde Diplomatique Brasil**, datada de 05/07/2017, é assinada pela antropóloga Ana de Francesco e pela jornalista Isabel Harari.

Leonardo, velhas conhecidas de milhões de brasileiros: a fome e a violência. Em sua antiga vida, o dinheiro não era item obrigatório. Hoje, constata ele e seus familiares, tudo piorou.

Os dramas vividos pela população atingida foram convertidos em estratégia de luta para recuperar a sociabilidade-espacialidade que havia antes da barragem. Lutar para voltar a “ser”, hoje já “não se é”. Para os ribeirinhos a vida é intrinsecamente ligada à condição espacial. Como esta foi totalmente alterada, estes sujeitos não se reconhecem na nova vida. A formação do “Conselho Ribeirinho” é a expressão da defesa, da *permanência* de um cotidiano escalar em contraposição a certeza sobre uma *não permanência* nas novas áreas, nos novos locais destinados à população removida (expulsa, espoliada) em virtude das obras da UHE Belo Monte, produto da reestruturação urbana e da cidade, promovida pela construção da hidrelétrica.

A nova vida a que foram relegados os povos tradicionais, em nada guarda semelhança com sua vida anterior. O que tornar a permanência destes, nos novos bairros, ou melhor, nas novas periferias da cidade de Altamira, um fato cada dia mais difícil, desafiador e penoso. Essa resistência à mudança na(s) escala(s) da vida das pessoas, e os imensuráveis traumas que lhes foram causados pela violência da obra, é o que aqui chamamos de *impactos à lugaridade*. Expressa na perda de referência existencial do sujeito.

Não mais existe a casa – a casa “lar”, o habitar (LEFEBVRE, 2016); nem o bairro – a segurança; nem a ilha – o abrigo; nem os vizinhos – o apoio; tudo se foi! Nem mesmo a antiga atividade laboral resistiu. O pescador já não pesca, o agricultor não mais cultiva, não cria mais. Tudo fora, de maneira mais ou menos intensa, apagado, ceifado mesmo.

No livro “Espaço e Política” Lefebvre faz a seguinte afirmação:

“As contradições do espaço não advêm de sua forma racional (...). Elas advêm do conteúdo prático e social e, especificamente, do conteúdo capitalista. Com efeito, o espaço da sociedade capitalista pretende-se racional quando, na prática, é comercializado, despedaçado, vendido em parcelas. Assim, ele é simultaneamente global e pulverizado. Ele parece lógico e é absurdamente recortado. Essas contradições explodem no plano institucional. Nesse plano, percebe-se que a burguesia, classe dominante, dispõe de um duplo poder sobre o espaço; primeiro, pela propriedade privada do solo, que se generaliza por todo o espaço (...). Em segundo lugar, pela globalidade, a saber, o conhecimento, a estratégia, a ação do próprio Estado. Existem conflitos inevitáveis entre estes dois aspectos, e notadamente entre espaço abstrato (concebido ou conceitual, global e

estratégico) e o espaço imediato, percebido, vivido, despedaçado e vendido. No plano institucional, essas contradições aparecem entre os planos gerais de ordenamento e os projetos parciais dos mercadores de espaço” (2016, p. 55).

Fazemos alusão a esta passagem por entender que os processos desencadeados na região de Altamira, tendo em vista a dinâmica “destrutiva-criativa” do “grande objeto” Belo Monte, estão em total consonância com os pressupostos teóricos oferecidos a todos nós por este filósofo. Há de fato uma reificação do espaço. Há de fato, um processo responsável pela acumulação do capital, em outros termos e em outros patamares. Que dar-se a partir de dinâmicas espoliadoras (HARVEY, 2004). O que implica há anos na Amazônia a subalternização de sua sociedade em geral e, de suas populações tradicionais, em particular. Não obstante e a partir da consideração das necessidades dos socioespacialmente atingidos, o quê fazer?

Como recomeçar a vida? Com que força? Sobre quais propósitos? A implantação do “Conselho Ribeirinho” é um sopro de esperança para esses questionamentos. É importante dizer que, lugar e lugaridade, embora guardem relações são indubitavelmente distintos. O lugar é um substantivo e como tal é, por sua vez, dotado de materialidade. Eu encontro o lugar. A lugaridade é um adjetivo, uma qualidade. Não é possível encontrar a lugaridade; somente sendo possível encontrar-se nela. Ela é sentida, sentida por todos aqueles que um dia tiveram a oportunidade de viver um lugar, de serem apropriados pelo espaço (LEFEBVRE, 2006). Daí a casa, a rua, o bairro, a vila não serem expressos em termos de localização, mas sim de relações. Não obstante, cabe reforçar, não existir lugar e lugaridade sem história, sem tempo-espaço vividos.

Daí a carga (enorme carga) de sofrimento socioespacial provocada pelos grandes empreendimentos técnicos, quando da necessidade de deslocar, remover, quase sempre de forma compulsória, expressivo quantitativo de pessoas, grupos sociais e étnicos. A brutalidade imposta pelos “Grandes Objetos” (SANTOS, 1995) à vida das pessoas na Amazônia tem muito de totalitário, de desumano, de desolador. E é a partir deste quadro teórico apresentado que serão defendidas nossas convicções ao longo do trabalho. Tendo em vista, a exemplo de Marre, entender-se que,

“(...) com a formulação das hipóteses dentro de um quadro teórico, tem-se mostrado que a realidade empírica não é imediatamente observável e observada, mas que a observação se fará através do ponto de vista teórico, adaptado na elaboração das hipóteses” (1991, p. 16).

A partir desta perspectiva, qual seja a que advoga não ser possível dissociar teoria e metodologia, dar-se a construção do objeto de forma permanente. Bachelard, Koiré, Bourdieu (apud MARRE, 1991) estão entre os que defendem isso, pois entendem que deve haver a integração da teoria à experimentação, no processo de investigação científica. Para tanto, adverte Marre (1991, p. 17),

“Se isso for verdade, haverá necessidade de mostrar como, no processo de dialética descendente, se pode alcançar uma descrição dos métodos, técnicas e procedimentos de coleta de dados que não seja uma metodologia separada, mas pelo contrário, uma teoria materializada numa sucessão de atos sucessivos, capazes de apreender a realidade empírica que o quadro de relações teóricas sugere (...).”

Não obstante, como apreender a realidade empírica?

Na etapa da dialética descendente, as “dimensões operacionais e indicadores – DOI” (MARRE, 1991) se constituem no caminho para alcançar este objetivo. As DOI são um efeito das causas hipotéticas, que devem ser igualmente operacionalizadas. Intitula-se, portanto, de dimensões operacionais, o modo pelo qual se imagina que um conceito teórico possa ser concretizado na realidade empírica.

Ou seja, consideram-se aqui, que os dados não existem em si mesmos, exteriores (e dados) a um sistema de dimensões operacionais, ao contrário, a procura dos dados é norteadada, de maneira absoluta, pelas dimensões operacionais que devem estar relacionadas entre si, tanto verticalmente quanto horizontalmente. Não obstante, “a dialética descendente não para no nível da operacionalização; quando essa última está efetivada, convém perguntar que tipo de amostra se podem fazer, através de que técnicas se poderão coletar os dados” (MARRE, 1991, p. 20).

Após se proceder assim, se faz, então, necessário a definição da amostragem. Uma amostra segundo Marre (1991) é função de certa forma da problemática colocada. **Não se apresenta, necessariamente, enquanto cálculo estatístico.** Esta pode ser escolhida de maneira qualitativa e, sua relevância ou diversificação relaciona-se com a escala empírica da análise, **podendo ser assim qualitativa e/ou quantitativa.**

As amostras, na presente pesquisa, são de cunho qualitativo e quantitativo, e do tipo “qualitativo alternativo” conforme MARRE (1991). Para tanto, se fez necessário recorrer a documentos variados, tais como: documentos históricos, registros culturais e de natureza econômica. Além de atas, dossiês históricos, referentes ao período estudado e a

uma quantidade de instâncias, instituições ou organizações ligadas aos desdobramentos sócios reestruturadores promovidos pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte à escala da vida das pessoas diretamente impactadas pela obra.

Fora também realizado um conjunto de entrevistas-chave, feitas junto às lideranças de movimentos sociais da região, lideranças de atuação e mobilização histórica em defesa da garantia e do reconhecimento dos direitos dos (quase sempre) negligenciados pelo Estado ou mesmo a sociedade. Em virtude dos anos de experiências e conhecimento acumulados sobre a realidade em análise, optamos por dar prioridade à voz destes sujeitos, para, assim, compreender suas narrativas. Buscando entender conhecer, de maneira pormenorizada, o que os motiva a “continuar na luta”, como eles próprios afirmam.

A jornada de luta destes sujeitos inicia-se com a abertura da BR-230 (fim dos anos 60 e início dos anos 70 do século XX – a de alguns sujeitos antes mesmo desse período), a Rodovia Transamazônica. E de lá pra cá, apesar de se transmutarem as pautas (tendo em vista as mudanças que se processam na escala espaço-temporal), as bandeiras se mantêm – todas ligadas à defesa/garantia e reconhecimento de direitos civis constitucionais e, mais do que isso, ligados à defesa do que os militantes de Altamira e região costumam definir como “a luta por uma vida digna”.

Todavia, a complexidade de situações analíticas expressas em Belo Monte, imputava-nos a necessidade de ir ao encontro de um universo de narrativas que são diversas em várias dimensões e intencionalidades⁴⁰. Daí a importância de conversar com barqueiros, com agentes de trânsito, com agentes de saúde, policiais, estudantes, moradores dos antigos baixões⁴¹ da cidade de Altamira, religiosos, indígenas, lideranças indígenas, militantes de movimentos sociais, sindicalistas, “realocados”, ou seja, os atingidos socioespacialmente pela construção da obra da UHE Belo Monte, que tiveram que deixar seus antigos lugares, na beira do rio ou nas vicinais; que tiveram que deixar suas antigas casas, em seus antigos bairros para ir morar nos novos bairros (novas

40 Para tanto, utiliza-se também, amostras “qualitativa alternativa”, tendo em vista que, não fora determinado o percentual numérico a ser pesquisado, nem estabelecido cálculo estatístico amostral. Já que a amostra deve expressar relação com o quadro das “hipóteses teóricas e das relações estabelecidas conceitualmente nessas hipóteses (...) em outras palavras, a técnica ou as técnicas de estabelecimento da amostra são técnicas que estão relacionadas com a teoria” (MARRE, 1991, p. 21).

41 Áreas periféricas da cidade de Altamira, sujeitas à inundação periódica (anual) do rio Xingu.

periferias de Altamira) construídos pelo empreendedor, frutos da “compensação” pelos impactos provenientes da dinâmica des(re)estruturadora de UHE Belo Monte.

Realizamos, ainda, aplicação de questionário (200 ao todo) junto a essas pessoas, aos moradores dos novos bairros, tendo por objetivo averiguar como elas avaliam as muitas mudanças promovidas pela UHE Belo Monte à escala de suas vidas cotidianas. Na medida em que ampliávamos nossos canais de informação, e, por conseguinte os dados coletados ampliava-se também nossa visão sobre o “grande objeto” (SANTOS, 1995) UHE Belo Monte e seus impactos a(s) escala(s) da vida das pessoas na/da formação socioespacial do Xingu.

As viagens feitas a Altamira durante a construção da Tese e o conhecimento prévio sobre a cidade e sua dinâmica socioespacial, acumulado quando do tempo de morador e professor em Altamira, garantiram certa otimização do/no tempo da pesquisa. Ou seja, não precisávamos, não tínhamos a necessidade de a todo tempo nos “encontrar” em Altamira. Os laços sociais e a rede construída alhures (quando da condição de morador por três anos de Altamira – de 2010 a 2013, professor universitário e colaborador dos movimentos sociais e sindicais), ajudavam a guiar nossos passos no sentido da elucidação do que representava Belo Monte para os diferentes agentes e sujeitos envolvidos (por vontade própria ou não) na dinâmica des(re)estruturadora de Belo Monte.

Isso não quer dizer que não estranhávamos as cidades, de Altamira e Vitória do Xingu, cada vez que voltávamos. O estranhamento era muito intenso. Ruas novas, bairros inteiros surgiam em espaços muito curto de tempo, tendo em vista a expansão abrupta da malha urbana, casas novas eram erguidas para tentar acompanhar a demanda por moradia exigida pelo empreendedor; assim como, para tentar fugir a ação do capital imobiliário que saltou os aluguéis a níveis intoleráveis, multiplicando em média por cinco os preços praticados no período anterior a “chegada” de Belo Monte⁴².

Edifícios novos eram erguidos para responder a um novo momento vivido pela cidade e região; lojas fechavam, tendo em vista o aumento dos aluguéis dos prédios comerciais e a perda de funcionários para o empreendedor de Belo Monte, capaz de

42 Como o aluguel da primeira casa que morei com minha esposa e filho em Altamira, em área considerada pelos promotores imobiliários de médio-baixa valorização urbana, composta de três quartos, garagem, área de serviço e um banheiro, onde o aluguel de R\$ 700,00 (seiscentos reais) saltou para R\$ 3.000,00 (três mil reais).

remunerar melhor o trabalhador; lojas que abriam, resultado da chegada à cidade de redes ligadas ao circuito das barragens, ao poder do empresariado em trazer franquias novas à cidade, e/ou mesmo a capacidade do empresariado em ter um giro de capital que pudesse não somente ser alimentado pela movimentação local mas, também regional, já que, muitos empresários tinham atuação ao longo de toda a Transamazônica.

Bairros inteiros foram suprimidos, varridos literalmente do mapa, enquanto novos bairros foram construídos. Casas de colegas e amigos não eram mais nos locais onde antes conhecíamos. Transformações socioespaciais devidamente acompanhadas do/no aumento dos casos de violência urbana e não urbana, dos casos de violência contra a mulher, do aumento nos números de atendidos nos hospitais, postos de saúde, escolas, Conselho Tutelar, dentre outras tantas mudanças. Era como visitar o “rio de Heráclito”. O rio não era mais o mesmo em cada uma das vezes que retornávamos, nós também não.

Essas transformações produzidas pelo grande objeto UHE Belo Monte produziram longas entrevista de até duas horas e meia de duração (como a que fizemos junto ao Bispo do Xingu – hoje bispo emérito do Xingu, constante no prólogo desta tese). Os impactos de Belo Monte, permitiram que nós reencontrássemos sujeitos sociais conhecidos alhures, em situação muito adversa. A exemplo de Raimunda, Antônia Melo, Elena, Mônica e Mariene, conhecidas quando de nossa ação colaboradora junto ao Movimento Xingu Vivo Para Sempre ou junto ao Sindicato dos Professores de Altamira, entre os anos de 2011 e 2013.

Assim como, os impactos da obra nos permitiram conhecer seu Otávio, “o pescador sem rio e sem letras” do texto/reportagem da jornalista Eliane Brum, colunista do jornal *El País*. Conhecemos ele e sua família, e pudemos constatar as informações (fortes e impactantes informações) relatadas na reportagem. E pudemos (mais do que isso) atestar que, a situação de seu Otávio e de sua família (esposa e filhos) havia, sob muitos aspectos, piorado.

O momento de análise das amostras deste conjunto de informações deu-se, a partir da reconstrução dos dados coletados, e essa reconstrução se deu através de várias técnicas de coleta subordinada ao quadro teórico, dentre elas, a partir de Marre (1991), destaca-se: a codificação, o experimento, a interpretação.

Tudo isso, tendo por intuito demonstrar que esses passos, são constitutivos das etapas qualitativas necessárias à construção do objeto, porém postas no caminho da dialética descendente. Ainda sobre esses passos, vale dizer que,

“a interpretação não é apenas subjacente a toda a construção do objeto: ela é a alma da dialética ascendente e descendente da construção do objeto (...) é o foco que ilumina a demonstração empírica das relações” (MARRE, 1991, p. 25⁴³).

O esforço metódico que as etapas e momentos aqui mencionados trazem, são importantes para lermos o mundo contemporâneo em diferentes níveis escalares, tentando desta forma se aproximar de uma leitura que dê conta de entender e explicar a complexidade do “sistema mundo” atual, marcado por imponderabilidades. “Ler” a redefinição incessante das “relações espaço-temporais”, implica em buscar entender os meandros da redefinição de uma “diferenciação socioespacial” proveniente e geradora de novas desigualdades socioespaciais, etapa fundamental para analisar, de forma fundamentada, as implicações promovidas pela construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte à escala da vida das pessoas.

1.3 – Da construção do objeto (e das muitas escolhas que isso envolve) à definição das armas teóricas que serão utilizadas: os (des)caminhos da pesquisa.

A partir (e após a) da apresentação dos intentos da pesquisa e do percurso metodológico trilhado, objetiva-se a partir de agora, tratar de um contexto que envolve: 1) discutir a Amazônia a partir da apresentação de seu processo de ocupação ao longo da história e da lógica (ou das lógicas) que permeiam sua exploração ⁴⁴; 2) destacando, quais foram os agentes centrais no processo de construção do que hoje é a Amazônia⁴⁵.

43 Segundo MARRE (1991) é importante fazer o confronto de uma leitura teórica ou empírica determinada com a formulação do problema para, posteriormente, comparar os argumentos das teorias revisadas. Para o autor: “Na prática, a questão do debate é a seguinte: não se trata de fazer uma apresentação da revisão da literatura em si mesma e por si mesma, mas de contrapor os argumentos teóricos revisados aos argumentos teóricos que justificam as hipóteses da pesquisa, partindo daqueles que se negam, para pouco a pouco reforçar os que sustentam ou corroboram a argumentação usada na formulação do problema. Assim, a própria pesquisa projetada adquire uma base teórica maior (MARRE, 1991, p. 27).

44 Entendemos ser isso importante para apreendermos os motivos que levam agentes, internos e externos, ao longo da história, voltarem seu interesse por ocupar e explorar a região amazônica, hoje tendo como um dos principais focos a exploração de seu potencial hidroenergético.

Além de 3) identificar o papel relegado aos núcleos de povoamento e, posteriormente, as cidades⁴⁶ no processo de consolidação da ocupação do espaço amazônico. Periodizando-o desde a época da economia das “drogas do sertão”⁴⁷, até chegarmos ao momento de redefinição dos “fixos e fluxos” (SANTOS, 2004, 2008) na região, marcado pela abertura de eixos rodoviários a partir dos anos 1960 do século XX; momento de intensificação do processo de urbanização da sociedade e do território regionalmente.

O processo de urbanização da Amazônia a partir do final dos anos 60 está ligado, de modo geral, a apropriação capitalista da fronteira, intensificada pela atuação combinada do capital e do Estado na criação e recriação do espaço amazônico que, viabilizadas por medidas oficiais, geraram a implantação dos “Grandes Projetos”, dentre eles os ligados à atividade industrial, de mineração e madeireiros, e a crescente acessibilidade aos mercados, nacional e internacional inserindo, dessa forma, a Amazônia, em uma nova Divisão Internacional do Trabalho, mantendo, entretanto, sua condição subalterna, mediante o exercício do papel/da função de fornecedora de produtos minerais e bacia energética (RIBEIRO, 2001).

Não obstante, o presente trabalho visa contribuir também, como fonte de informação importante sobre a atuação de outros agentes no território amazônico, dentre os quais destacamos: 4) o papel da Igreja Católica e dos movimentos sociais, nascidos por meio do trabalho desenvolvido pelas Comunidades Eclesiais de Base na Amazônia, a partir de meados da década de 1960 do século XX, possibilita-nos conhecer a história dessa região sobre outra perspectiva, a perspectiva dos subalternizados⁴⁸.

45 Para que desta feita, possamos compreender as razões que explicam o tratamento conferido pelos agentes hegemônicos aos grupos hegemonzados, ao longo da história de consolidação desta “formação socioespacial” (SANTOS, 2005).

46 No Brasil colônia, bem como nas demais possessões portuguesas, [...] o conceito de cidade vinculava-se, nos séculos XVII e XVIII, à questão da estratégia de domínio territorial, na qual a cidade era considerada como lugar de apoio logístico, com ênfase na apropriação e expropriação de riquezas. Vinculava-se, também, às construções idealizadas da cristandade – tratando-se de Colônias Portuguesas – como tarefa missionária junto aos homens selvagens da América, caracterizando, desta forma, as cidades jesuíticas e as cidades colônias barrocas (VICENTINI, 2004, p. 62).

47 As “drogas do sertão” eram produtos extraídos da floresta amazônica nos séculos XVII e XVIII. As drogas do sertão destinavam-se a substituir no mercado europeu as drogas e especiarias das Índias, cujo monopólio os portugueses perderam, ainda no século XVI. A busca desses produtos foi importante fator de estímulo à colonização do Pará e da região do rio Negro, no Amazonas.

48 Isto é feito ao longo do prólogo da tese. Momento em que se explora as entrevistas realizadas junto à lideranças sociais, historicamente, importantes para a região, tais como: a professora Mariene, o bispo emérito do Xingu Dom Erwin, Padre Alírio e Antônia Melo.

As racionalidades desenvolvidas pelos povos da floresta, dos rios e das cidades, constituídas a partir de diferentes e distintas territorialidades (indígena, cabocla, quilombola, de colonos posseiros etc.), dota a Amazônia de certa organicidade, representativa de um “tempo lento” aos moldes de Santos (2004), que merece atenção e pesquisas mais profundas, tendo em vista o potencial revolucionário que emana desses grupos, no concernente a relação sociedade-ambiente.

Buscou-se evidenciar ainda no trabalho (5) o tratamento conferido aos povos tradicionais da Amazônia na atualidade. Por meio de uma concepção neodesenvolvimentista (SAMPAIO JÚNIOR, 2012; GONÇALVES, 2012; 2014), o Estado brasileiro, continua a desconsiderar essas populações, em especial os povos indígenas, em termos identitário e territoriais, o que as mantém “precariamente incluídas” (SOUZA, 2002) junto à sociedade nacional não indígena.

Para tanto, foi preciso analisar a ideia-força dos “Grandes Projetos” (D’INCAO e SILVEIRA, 1994); (ACEVEDO e CASTRO, 1995), (BUARQUE, 1995), (MOURA e MAIA, 1995), (HÉBETTE, 1995), (COSTA, 1995), (CARNEIRO, 1995), (SANTOS, 1995), (PINTO, 1995, 2012), (BRITO, 2001), (TRINDADE JR e ROCHA, 2002); como modelos de desenvolvimento (desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo) para a região, posto ser esta ideia-força há, pelo menos, setenta anos, a via encontrada pelo Estado brasileiro para fomentar o desenvolvimento na Amazônia e, a partir dela pensar a execução de Políticas Públicas.

Analisar os impactos dos “Grandes Projetos” à escala da vida das pessoas, nos ajuda (ao falar dos problemas causados a partir da implantação destes), a fomentar o debate (a fomentar debates) em busca do apontamento de soluções e/ou alternativas para este quadro. Para tanto, foi preciso delimitar, verticalizar nossa análise para que pudéssemos dar conta de desenvolver uma pesquisa, capaz de deixar uma contribuição à temática, qual seja a dos impactos causados a uma grande parcela da sociedade da região de Altamira (constituída majoritariamente de pobres do campo e da cidade), por um modelo de desenvolvimento pautado na implantação de um “Grande Projeto”.

A partir do que fora colocado ressaltado, buscou-se, por fim, 6) estudar, compreender e analisar o processo de construção teórica e operacional que envolve o “grande objeto” (SANTOS, 1995) Usina Hidrelétrica Belo Monte, atentando-se para os impactos conferidos à “escala da vida” das pessoas que moram no entorno da obra,

demonstrando assim a perversidade e, acima de tudo, o anacronismo presente na concepção política (hegemônica) formulada e estabelecida, quando do trato do/sobre o desenvolvimento da Amazônia, a partir de uma concepção “neodesenvolvimentista” (SAMPAIO JÚNIOR, 2012); (GONÇALVES, 2012; 2014).

A partir de uma dada dimensão analítica e epistemológica foi escolhido um conjunto de autores, eleitos como interlocutores do trabalho. A seleção destes foi feita respeitando a especialidade e tradição de um autor sobre determinado tema e sua capacidade de apontar questões novas e inquietantes sobre a realidade do país e do mundo. A dimensão escalar é adotada durante todo o processo teórico-conceitual analítico. Sociólogos, antropólogos, economistas, filósofos, jornalistas e geógrafos (amazônidas e não amazônidas; brasileiros ou não) são nossos interlocutores principais.

Uma temática complexa, sobre uma realidade complexa, pressupõe uma integração uno diversa de um conjunto de autores. Ou seja, caminharemos a partir de uma perspectiva teórico-metodológica (e também política) escalar. Daí o termo “uno” aparecer aqui. Porém, esta construção será feita a partir da diversidade de ideias, concepções e práticas científicas de diferentes nomes, de distintas formações acadêmicas e perfis metodológicos. O maior desafio foi encontrar um elo integrador entre nossa realidade empírica e nossas bases teóricas fundantes/fundamentais.

Pois, segundo Marre (1991), a revisão da literatura conforma item central para o pleno desenvolvimento de uma “dialética ascendente e descendente” já que nesta etapa dar-se a descoberta de conceitos operacionais, a seleção das técnicas assim como, dos procedimentos estatísticos que foram eleitos como centrais para a pesquisa. A revisão de literatura corresponde desta feita, a escolha que se faz de uma corrente teórica relacionada com o tema escolhido pelo pesquisador, sendo de suma importância o aprofundamento dentro de uma dada concepção teórica: “respirá-la, transpirá-la” como afirma o autor.

Para tanto, “(...) *É preciso (...) saber ler uma teoria, comparar os problemas colocados, discernir as diferentes correntes de uma mesma tradição teórica*” (MARRE, 1991, 19). É necessário ir além dos autores e buscar construir proposições novas a partir dos enunciados já dados, tendo em vista a constante transformação do mundo e as desiguais formações socioespaciais que ele contém.

Existem, segundo Marre, três⁴⁹ critérios capazes de guiar o pesquisador, nesta etapa,

O primeiro critério se relaciona com o que diz o autor teórico. É preciso saber o que o autor deseja expressar, pelo menos da maneira mais aproximada possível, se é verdade que nunca, como Foucault diz, se pode encontrar a intuição originária do próprio autor, e o argumento ou os argumentos centrais. Mas isso não é suficiente [...]. **Convém desvendar [...] quais são os procedimentos metodológicos, conceitos operacionais, as técnicas que ele usa e como os concatena com uma teoria, para chegar ao resultado final,** no caso de uma obra empírica revisada.

Finalmente, [...] Cabe ainda mostrar a posição que ocupam (suas ideias, impressões e interpretações) na tradição ou na corrente teórica escolhida, ou em oposição a outras correntes teóricas próximas. Ora, não se pode mostrar isso, senão instaurando um debate que é próprio da revisão da literatura. O debate será entre o que o autor diz, em oposição à posição do pesquisador [...] (MARRE, 1991, p. 27). (grifo nosso)

As sugestões foram adotadas neste trabalho, tendo como foco mais as contribuições e menos as críticas a determinado autor. Não nos interessa desconstruir um determinado processo de reflexão, mas sim, apresentar o nosso, a partir da “soma” de tantos outros. Como partimos do entendimento de que o espaço geográfico é definido a partir da tríade *espaço-tempo, técnica e escala*, dificilmente concordaríamos integralmente com um único autor. Posições teóricas adotadas em distintas formações socioespaciais, sobre distintas realidades empíricas, implicam um número considerável de interpretações distintas e divergentes. Daí a escolha, quando da seleção dos autores, pelo que nos aproxima e não, a valorização do que nos afasta.

Para tanto, e por se tratar de um texto acadêmico, fez-se necessário percorrer cada uma das *premissas* levantadas aqui em outro momento, tendo por objetivo a apresentação de sua base científica, tornando assim, inteligível ao leitor, nosso percurso teórico-analítico. Retomemos então a discussão sobre a primeira de nossas premissas, qual seja a defesa de que o espaço geográfico é formado pela tríade: *espaço-tempo, técnica e escala*. Acreditamos que ao tratar o espaço geográfico desta perspectiva é possível nos aproximarmos de uma melhor compreensão, contextual e estrutural, sobre uma dada realidade.

49 “[...] tanto na sua leitura das obras teóricas necessárias à formulação do seu problema de pesquisa, como na descoberta dos conceitos operacionais passíveis de utilização nas leituras mais empíricas” (1991, 19).

Como o objetivo básico de um texto é se fazer entender, no capítulo seguinte são tratados analiticamente cada um dos elementos constituintes desta tríade, buscando garantir assim a compreensão do leitor sobre nossas ideias e propósitos. A tríade é antes de tudo uma *unidade dialética*⁵⁰ e, como tal diversa, contraditória e em (re)construção permanente. Ou seja, a tríade representa uma unidade analítico interpretativa maior, onde estão inseridos a realidade “em si” (o espaço-tempo dado, totalizante, sempre inconcluso), a “realidade percebida, vivida e concebida” (a escala e suas variações analíticos interpretativos) e a “intencionalidade que age sobre o mundo” (o elemento mediador do mundo, a técnica) a partir da “prática espacial” de um sujeito e/ou agente(s).

50 Expressão fruto da contribuição da professora Dr^a Maria Encarnação Beltrão Sposito, quando do momento de nosso exame de qualificação, em setembro de 2016.

CAPÍTULO 2**A INDISSOCIÁVEL ESPACIALIDADE DO *SER*⁵¹**

51 O “ser” é aqui tratado como sendo a expressão síntese, uno diversa do espaço-tempo, da escala e da técnica.

2.1 – Entre noções, conceitos e categorias: a UHE Belo Monte enquanto expressão da “Totalidade do Diabo”⁵²

“O Grito”, famosa obra expressionista de Edvard Munch, considerada a pintura mais importante do ano de 1893, retrata o profundo desespero e angústia de um ser (andrógino) em momento penoso e desesperado de sua existência. Por meio desta obra, descortinam-se as intencionalidades do artista, tais como: a força expressiva das linhas, a redução das formas, a exploração do simbolismo das cores, a expressividade das emoções humanas, em síntese; as formas distorcidas e a expressão do personagem principal, capazes de revelar a dor e as dificuldades que a vida pode apresentar para os diversos sujeitos do mundo.

A paisagem “ao fundo do ser” é a doca de Oslofjord, em Oslo, Noruega, mas poderia ser a representação de um sujeito social (pessoa humana) que, junto com sua família foi arrancado de sua base de referência espacial e simbólica (concreto-abstrato) há muito percebida, concebida e vivida de um dado lugar na Amazônia. A pintura bem que poderia expressar, portanto, o sofrimento, angústia e dor relacionados à perda da lugaridade de um socioespacialmente atingido(a) graças à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no sudoeste do estado do Pará, Amazônia brasileira. Retratando assim a angústia, a dor de mais de 40 mil socioespacialmente atingidos, impactados diretamente, pelo processo, atropelado, de construção de uma das obras mais controversas da história do país, qual seja a Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Pode a referida obra servir como representação do grito, do clamor desesperado, indignado, angustiado por justiça socioambiental provindo de um morador de Altamira e região, bem como, de qualquer outro habitante do planeta. Ou seja, serve para representar as milhares de pessoas diretamente impactadas pelo “grande objeto” UHE Belo Monte, podendo, não obstante, representar ainda, o grito de milhares de pessoas indiretamente impactadas pelo mesmo empreendimento. Por este motivo compõe “O Grito” a capa deste trabalho.

Os impactos de uma obra como os da UHE Belo Monte, definitivamente não respeitam fronteiras. Alastrando-se pela vida, pelo cotidiano de todos aqueles que

⁵² O título tem inspiração no artigo do geógrafo Milton Santos (publicado no livro *Economia Espacial: críticas e alternativas*) chamado “A Totalidade do Diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais” (SANTOS, 2003, p. 187-204).

almejam outras formas de produção de energia, outros modelos ou, como preferimos outras experiências de desenvolvimento. Pois, entendemos que a diversidade do sistema capitalista, expressa em suas diversas “formações econômicas”, não pode expressar-se como modelo (modelo único) junto às (não menos) diversas “formações socioespaciais” existentes.

Dito isto, gostaríamos de retomar a seguinte reflexão proposta por Santos (2003, p. 187) quando de suas inflexões sobre a “forma geográfica” e/ou os “objetos geográficos”. Indagou este: “Podem os objetos geográficos desempenhar um papel instrumental, levando a efeito transformações na sociedade?”. O autor responde positivamente a essa questão, mas antes, faz a ressalva de que não se trata de um determinismo mecânico das formas, mas sim, de um resultado complexo do mundo trabalho humano, organizado em várias e distintas escalas.

O que o leva a afirmar, em outro momento do mesmo texto, que “Na atualidade (...) formas transferidas de uma formação socioeconômica para outra podem comportar a forma de modificar esta última” (Ibid, p. 187). Qual o motivo de recuperarmos essas passagens? Entendemos que a implantação da UHE Belo Monte na região de Altamira, ou seja, a implantação deste “objeto geográfico”, desta “forma geográfica” desencadeou profundas alterações em relação ao meio geográfico que existia anteriormente a UHE Belo Monte. Mudanças essas que implicaram, igualmente, profundas modificações nas “práticas espaciais” dos agentes e sujeitos da região. As condições históricas encontradas na região onde instalou-se o “grande projeto” (“grande objeto”) facilitou o mecanismo de expansão do capital no espaço, através do uso das formas.

Segundo Santos,

“[...] Não mais se pode ver as formas como desprovidas da força de criar ou de determinar relacionamentos. Como um resultado de outro sistema de relações, em uma outra Temporalidade e em uma outra Totalidade – em poucas palavras, num sistema diferente de determinações –, elas tornaram-se dotadas da força de gerar novos relacionamentos” (Ibid p. 188-189).

Para o caso da UHE Belo Monte “as formas” se tornaram instrumentos ideais para promover a introdução do capital tecnológico internacional/multinacional junto a uma economia de fronteira (visto não encontrar-se plenamente estruturada), o que visa impulsionar o processo de superacumulação do capital ligado diretamente a indústrias e mercados de base eletrointensiva, cuja contrapartida é a superexploração da região receptora e de sua população. Santos defendia que “[...] Aqueles países em que isto

ocorre têm sua economia distorcida, suas tradições sacrificadas e suas populações empobrecidas” (Ibid, p. 198).

Quando paramos para pensar sobre os efeitos da implantação da UHE Belo Monte ao meio ecológico e as populações que sofreram o dinamismo “espoliador” do empreendimento, temos a impressão de que as palavras de Santos se referem a cidade de Altamira e região. Os processos desencadeados pelo “grande objeto” em destaque promoveram desestruturação dos diferentes modos de vida que antes existiam. Não obstante, conforme pontua este autor como sendo importante para a leitura de outras realidades do Brasil e do mundo,

“Não é suficiente falar-se em processo. Os processos nada mais são do que uma expressão da totalidade, do que uma manifestação de sua energia na forma de movimento; eles são o instrumento e o veículo da metamorfose da universalidade em singularidade por que passa a totalidade. O conceito de totalidade constitui a base para a interpretação de todos os objetos e forças” (Ibid, p. 199).

E, em nossa interpretação, a totalidade a que faz referência Santos, carrega como marca ou expressão – quando da consideração dos efeitos desestruturadores da UHE Belo Monte – maior de sua força perante o território, a implantação de diferentes “ajustes espaciais” (HARVEY, 2004). Compreender o “ajuste espacial” do capital é fundamental para entendermos a lógica de concepção/implantação de/dos “grandes projetos” na Amazônia. Para, entretanto, compreendermos essa totalidade complexa, é preciso proceder a escolha de um conjunto de categorias analíticas, capazes de auxiliar no/o entendimento do movimento da totalidade. Segundo Santos, autor com o qual estamos a dialogar e concordar,

Devemos levar em consideração, além das categorias **tempo e escala** que funcionam externamente, as categorias internas **estrutura, função e forma**. A noção de processo permeia todas essas categorias. O processo, entretanto, nada mais é do que um vetor evanescente cuja vida efêmera; é um breve momento, a fração de tempo necessária à realização da estrutura, que deve ser geografizada, ou melhor, espacializada, através de uma função, isto é, **através** de uma atividade mais ou menos duradoura e pela sua indispensável união a uma forma. A forma geralmente sobrevive à sua função específica” (SANTOS, 2003, p. 199, grifo do autor).

Segundo a passagem acima, não é possível voltar ao que antes existia. O processo de modificação do que antes da implantação da UHE Belo Monte existia, vai continuar até completar seu momento desestruturador, só terminando quando a estrutura encontrada e confrontada/destruída for objetificada em uma nova forma, dotada de nova função. Somente “quando” e “se” o momento desestruturador for/é completado é que se

começa um novo processo. O que pode levar dias ou décadas para ocorrer em sua plenitude.

“O ponto essencial é que as categorias estrutura, função e forma, bem como a de processo (tempo e escala), são indissociáveis tanto enquanto categorias analíticas como enquanto categorias históricas. Elas são as categorias que definem a totalidade concreta, a totalidade em seu processo permanente de totalização” (Ibid, p. 200).

Ou seja, em cada momento histórico correspondente a implantação de novas/outras forças produtivas em um território (este dotado de outras forças produtivas, menos tecnicamente avançadas em relação as forças hegemônicas que se implantam no território) as novas formas representam o modo usual de produção, o presente que será, a partir da chegada das novas forças produtivas convertido em velho, atrasado, descartável. Somente sendo possível de ser “lido”, em sua forma concreta, qual seja, a que a concebe como “formação socioeconômica” (MARX, 2008)⁵³.

A “formação socioeconômica” é realmente uma totalidade.

“Não obstante, quando sua evolução é governada diretamente de fora, sem a participação do povo envolvido, a estrutura prevalecente – uma armação na qual as ações se localizam – não é a da nação, mas sim a estrutura global do sistema capitalista. As formas introduzidas deste modo servem ao modo de produção dominante em vez de servir à formação socioeconômica local e às suas necessidades específicas. Trata-se de uma totalidade doente, perversa e prejudicial” (SANTOS, 2003, p. 202, grifo nosso).

“Doente, perversa e prejudicial” que, no entanto, poderia ter sido evitada, e pode ser superada. No capitalismo há tantos caminhos a seguir, quantos forem as resistências em relação ao mesmo. Ou seja, ele, embora se apresente sempre como “uma via de mão única”, é, por natureza, heterogêneo. A proposição que caminha a partir de modelo único, tem por objetivo padronizar o mundo; homogeneizar suas sociedades.

Pensar a partir do modelo único implica em negar o espaço como socialmente produzido (LEFEBVRE, 2006)⁵⁴. Pensar assim implica em negar que o espaço seja

53 “[...] os modos de produção garantem a continuidade histórica, inclusive a continuidade histórica das formas. Mas, é apenas dentro da formação socioeconômica específica que as formas adquirem um papel social que já têm dentro do modo de produção dominante que é o modo de produção dos países difusores do centro do sistema” (SANTOS, 2003, p. 201).

54 [...] O espaço não pode mais ser concebido como passivo, vazio, ou então, como os “produtos”, não tendo outro sentido senão o de ser trocado, o de ser consumido, o de desaparecer. Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais [...] (LEFEBVRE, 2006, p. 5).

produto de inter-relações, que seja gerador de multiplicidades. Pensar dessa forma implica em não concebê-lo como gerador “do novo”. Pensar dessa maneira é afirmar “uma história”, “um modelo”; é negar (a existência/ocorrência de) outras experiências históricas, representativas de muitas estórias. É negar que exista na historicidade, muitas espacialidades.

Posto que não existe história que não seja história espacializada! Ou seja, não existe tempo sem espaço e espaço sem tempo. O que há é um dinâmico tempo-espaço. Um tempo-espaço em constante mudança e, como tal, gerador de infinitas possibilidades. Destacamos isso, imbuídos de três propósitos.

Primeiro, demonstrar que os impactos à escala da vida das pessoas atingidas pela construção de grandes obras de engenharia, estão intrinsecamente relacionados à dimensão espacial (a territorialidade, a lugaridade) destes sujeitos, bem como, da relação que estes guardam com o meio em que vive. E, portanto, é necessária a apresentação (adoção e defesa) de uma dada concepção de espaço-espacialidade.

Seja esta concepção defensora do território (de um território) e/ou de um lugar (de uma lugaridade. Este último pode ser compreendido como o espaço marcado pela experiência direta do/no mundo e do/no ambiente em que se vive. Para Carlos (2007, p.17) o lugar é a porção do espaço apropriável para a vida — apropriada através do corpo — dos sentidos — dos passos de seus moradores. Sendo, assim, o lugar, o espaço da subsistência/sobrevivência e da realização existencial. É ele o espaço em que se vive, que se conhece e onde se reconhece, a nós e aos outros.

Podemos ainda afirmar, a partir de Carlos, que o lugar é a dimensão do espaço próximo, do palpável, do cotidianamente vivenciado, construído na relação imediata com o mundo. Em outras palavras, o lugar é diverso, diversidade. Multiescalar e multidimensional. Pode ser a rua, o bairro, a comunidade, uma cidade, uma ilha, um travessão. O lugar é o espaço que nós nos apropriamos e que se apropria de nós.

Para Santos (2004b), mais que uma consciência do lugar devemos buscar a consciência do mundo, obtida por meio do (de um) lugar. Segundo este autor, o global está em todo lugar, assim, para apreender essa nova realidade do lugar, não basta adotar um tratamento localista, já que o mundo encontra-se em toda parte. Nesta perspectiva, o lugar é definido a partir das relações que mantém com a totalidade, não meramente, como símbolo de particularidade e diferença.

As proposições de Santos são importantes para que possamos pensar (repensar) acerca de nossos lugares-mundo e de seus (muitos) significados. A floresta é a mesma mas, o significado desta para latifundiário e para o posseiro são distintos. O rio (Xingu) é um só mas, este representa coisas completamente diferentes. O estado o tem como “recurso”, as comunidades ribeirinhas o tem como “abrigo”. E assim poderíamos ir pensando sobre o significado de “coisas para um” e de “vida para outros”.

Qual o significado de uma cidade, de uma festividade, de uma etnia, de uma casa, de ter uma vizinhança? E qual o significado em não se ter mais nada disso? Para os socioespacialmente atingidos, os que foram desapropriados (LEFEBVRE, 2006) de seus lugares e territórios pela “força espoliadora” (HARVEY, 2004) do capital e pelos (des)mandos de um “estado de exceção” (AGAMBEN, 2002a).

Ou seja, está o lugar muito além de uma objetiva relação com o espaço que nos cerca. Este compreende um espaço marcado por construções subjetivas, relações afetivas e de pertencimento. Dessa forma, nós enquanto membros de uma comunidade, estamos conectados com o mundo por meio de lugares de nomes e identidades específicas (OLIVEIRA, 2014). O lugar reúne os elementos de nossa experiência com o mundo, construído por meio de nossa relação junto a outras pessoas. É um híbrido de hábitos, modos de uso e cotidianidades. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido pelo e através dos corpos.

As relações que se constroem com/em lugar levam a consolidação de um sentimento de pertença, um vínculo de afetividade entre os sujeitos e/ou grupos para com determinados espaços. Não obstante, é importante destacar que este sentimento de pertença em relação a um determinado lugar, é um processo há muito construído, podendo envolver gerações. É no lugar que se constrói o modo de vida (a lugaridade) dos mais diversos grupos, sendo também neste, que emerge a resistência ao novo e ao demasiadamente fluido. Isso acontece porque,

“O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. Deste modo o lugar se apresentaria como o ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento. É no lugar que se manifestam os desequilíbrios, as situações de conflito e as tendências da sociedade que se volta para o mundial. Mas se a ordem próxima não se anula com a enunciação do mundial, recoloca o problema numa outra dimensão, neste caso o lugar enquanto construção social, abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço” (CARLOS, 2007, p. 22, grifo nosso).

Esse “lugar”, marcado por certa coerência e estabilidade, nos ajuda (ainda) a pensar sobre a realidade de muitas cidades e comunidades na Amazônia. Embora a crítica de autores como Massey sejam dignas de consideração, proposições de entendimento mais tradicionais sobre o lugar, ainda possuem validade teórico-analítica.

Em especial, as relacionadas ao entendimento de realidades urbanas e não urbanas, muito menos complexas em termos de relações, quando da comparação, por exemplo, com realidades objeto de observação-interpretação-análise de autores como Massey, que constroem seus entendimentos sobre as mudanças na/da categoria “lugar”, a partir de cenários de observação bem mais complexos, tais como, as realidades metropolitanas das grandes centros globais. Para esta autora,

“A noção (idealizada) de uma época em que os lugares eram (supostamente) habitados por comunidades coerentes é contraposta à fragmentação e a rupturas atuais (...) a saudade de tal coerência é um sinal da fragmentação geográfica e da ruptura espacial de nosso tempo. E também, de vez em quando, tem feito parte do que dá origem a reações defensivas e reacionárias (...) um dos efeitos de tais reações é que o lugar em si e a procura por um sentido de lugar acabam sendo vistos por alguns como necessariamente reacionários (MASSEY, 2000, p. 178)”.

A autora chega a classificar como problemática a noção defensiva e reacionária do lugar, na medida em que não mais compreende os lugares como possuidores de identidades “coesas, singulares e essenciais”. Dessa forma, mesmo os lugares que comportam comunidades tradicionais, a exemplo das populações ribeirinhas, dos povos indígenas na Amazônia, e de comunidades camponesas não seriam capazes de possuir e construir relações socioespaciais homogêneas, pois os lugares tendo os lugares não possuírem identidades únicas ou singulares. Sendo estes repletos de conflitos internos. (MASSEY, 2000).

Como **segundo propósito**, objetiva-se defender/demonstrar que um “sujeito atingido”, é um sujeito socioespacialmente atingido. Não há de se falar em termos de separação entre “forma e conteúdo” (SANTOS, 2004). E por fim, como **terceiro propósito**, defende-se que, a partir da consideração do espaço-espacialidade, é possível tratar/conceber a territorialidade⁵⁵, a lugaridade e as distintas dimensões que envolvem as

⁵⁵ A territorialidade é concebida aqui nos termos de Haesbaert (2005), para quem “A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está **“intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”**. Ao citar Sack (1986) completa este autor sua concepção de territorialidade “A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado” (SACK, 1986, p. 219, apud HAESBAERT, 2005, p. 6776, grifo nosso).

escalas da vida de uma dada sociedade. A razão para pensar agir assim, visa garantir o pleno entendimento sobre as demais seções do trabalho, propostas sempre, a partir da noção de escala, da relação espaço-tempo e da técnica.

É oportuno, para o pleno desenvolvimento do trabalho, que possamos conceber a tríade, que conforma nossa interpretação da realidade, qual seja: *o espaço-tempo, a escala, e a técnica*. Começamos por espaço-espacialidade, a partir das contribuições de Massey (2000; 2004; 2008), Carlos (2011) e Santos (2002; 2003; 2004a; 2004b; 2005; 2006; 2008a; 2008b; 2008c) como forma de pensarmos a lugaridade e as escalas da vida dos atingidos socioespacialmente pela dinâmica promovida/gerada pela UHE Belo Monte.

2.2 – O ESPAÇO: uma Complexa Totalidade Inconclusa

Segundo Doreen Massey o “espaço” é uma das coisas mais óbvias, usada como “termo” nas mais diversas situações/contextos, cujos significados potenciais são raramente explicados (MASSEY, 2004; 2008). Situação que obriga os geógrafos, e a todos os demais estudiosos que trabalham a partir do espaço, a explorar as mais distintas conexões ligadas ao desenvolvimento de uma nova maneira de conceitualizar o espaço. E assim poder oferecer as demais ciências sociais (em particular) e as demais ciências humanas (de maneira geral), nova perspectiva de análise sobre o espaço, a espacialidade, dentro da teorização da Ciência Social. Afirma, então, Massey sobre o espaço:

1. **O espaço é um produto de inter-relações.** Ele é constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno;
2. **O espaço é a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade;** é a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; é a esfera da possibilidade da existência de mais de uma voz. Sem espaço não há multiplicidade; sem multiplicidade não há espaço. Se o espaço é indiscutivelmente produto de inter-relações, então isto deve implicar na existência da pluralidade: Multiplicidade e espaço são co-constitutivos;
3. Finalmente, e precisamente porque o espaço é o produto de relações-entre, relações que são práticas materiais necessariamente embutidas que precisam ser efetivadas, **ele está sempre num processo de devir, está sempre sendo feito - nunca está finalizado, nunca se encontra fechado** (MASSEY, 2004, p. 8, grifo nosso).

A partir do que hora se apresenta, podemos afirmar ser o espaço de Massey, um espaço humano por essência. Já que é atribuído ênfase à interação (inter-relação,

“relação entre”) humana. Dar-se a partir dela, da interação, o surgimento, da diferença. Nos termos de Massey, da “multiplicidade”. E, por fim, o espaço é concebido como entidade aberta e em constante transformação e, como tal, potencial gerador de novas realidades, realidades novas⁵⁶.

Acreditamos que o ser humano não se relaciona apenas entre si, mas com o meio que o cerca. E que essa relação homem-meio, possui um elemento mediador: a técnica. *“As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço (SANTOS, 2004, p. 29)”*. As técnicas são, portanto, a maneira pela qual o ser humano humaniza o mundo, dotando-o de cultura, por meio do trabalho humano.

A relação de um cidadão do mundo, seja este indígena, ribeirinho e/ou camponês com seu meio, é marcada por particularidades e mediada por uma infinidade de técnicas e de objetos técnicos. Não é possível assim, ler o espaço sem considerar a importância das técnicas; sem considerar a existência de um sistema técnico, que opera sobre o mundo a partir da ação humana. Ao ler as transformações no/do espaço é necessário considerar o papel estruturador, desestruturador das técnicas.

Em especial, se um dado objeto técnico for produto de ordem alheia, for estranho ao lugar. Seus efeitos estruturadores desestruturadores serão significativamente intensos sobre o espaço; sobre os territórios, sejam estes zonais ou reticulares; e sobre os lugares, sejam estes mais ou menos globalizados. O simples anúncio de um dado objeto técnico já é, potencialmente, impulsionador de mudanças, de dinâmicas novas. E, se estivermos tratando de um grande objeto técnico, a escala de sua abrangência (as escalas de sua influência) se faz acompanhar de novos métodos de produção e de existência (PIERRE GEORGE, 1974, p. 13, apud SANTOS, 2004, p. 33).

Santos (2004a; 2004b; 2008a; 2008b) adverte ser necessário precisar o grau de eficácia dessas técnicas; sua agressividade paisagista, seu controle sobre largos espaços durante longos períodos de tempo, em síntese o controle sobre um grande número de homens, sobre uma grande extensão (seja esta areal ou reticular) durante longos

56 “Este último ponto é, provavelmente, de particular importância, pois ele implica que existem sempre – em algum momento ‘no tempo’ - conexões ainda por serem realizadas, justaposições ainda por se transformarem em interações (ou não, pois nem todas as conexões potenciais precisam ser estabelecidas), relações que podem ou não ser efetivadas. Assim, nesta forma de imaginar as coisas, o espaço é sem dúvida um produto de relações (primeira proposição) e, por ser assim, deve ser também multiplicidade (segunda proposição). Entretanto, estas não são absolutamente relações de um sistema coerente, fechado, dentro do qual, como se diz, ‘tudo está (já) relacionado com tudo’” (MASSEY, 2004, p. 8-9).

períodos de tempo. Só o fenômeno técnico, na sua total abrangência, permite alcançar a noção de espaço geográfico.

Afirmar isso é importante para avançarmos sobre a proposição de Massey (2004) apresentada aqui, qual seja a de que o espaço é um produto de inter-relação, gerador de multiplicidade e em constante devir. A consideração da técnica torna o espaço mais palpável às sociedades que, por meio desta, da técnica, transforma o meio geográfico que as acolhe, atribuindo a este uma coerência (SANTOS, 2004a; 2008a). Porém, pode a técnica implicar para sociedades territorialmente distintas o contrário, ou seja, a incoerência. Daí a importância em compreender o estudo das técnicas seja a partir dos instrumentos de trabalho que compõe um território em um dado momento seja a partir das transformações do/no próprio mundo do trabalho.

Em outras palavras, é preciso tratar a técnica de modo a que esta sirva como base para uma explicação geográfica do mundo. De modo que, o espaço de referência imediata (o meio), dos diferentes sujeitos sociais possa ele próprio ser lido a partir da técnica, o meio geográfico de que fala Santos (2004b; 2008a; 2008c). Quem produz o espaço são as sociedades humanas, que se utilizando da técnica e a partir da criação de um verdadeiro sistema de objetos, dão vida e atribui valor ao que nós aqui estamos a chamar de espaço.

Cabe aqui reforçar que, embora o espaço seja formado de objetos, não são estes que determinam os próprios objetos. É o espaço que determina os objetos.

[...] o espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica. Essa lógica da instalação das coisas e da realização das ações se confunde com a lógica da história, à qual o espaço assegura a continuidade. É nesse sentido que podemos dizer com Rotenstreich (1985, p. 58) que a própria história se torna um meio (um *environment*), e que a síntese realizada através do espaço não implica uma harmonia preestabelecida. Cada vez se produz uma nova síntese e se cria uma nova unidade. É o espaço que redefine os objetos técnicos, apesar de suas vocações originais, ao incluí-los num conjunto coerente onde a contiguidade obriga a agir em conjunto e solidariamente. Essa discussão deve ser aproximada da ideia de Simondon de *naturalização do objeto concreto*, isto é, sua completa imissão no meio que o acolheu, o que ele chama de processo de adaptação-concretização. É dessa forma que se cria o que ele vai chamar de meio tecnogeográfico [...] (SIMONDON 1958, 1989, p. 56 apud SANTOS, 2004b, p. 40-41).

Em que pese, não obstante, o entusiasmo de Santos nessa passagem, presente na obra “A Natureza do Espaço”, adverte-se aqui sobre os perigos da própria inteligência

humana. Quando os objetos técnicos são inseridos em um espaço que se constitui de outra racionalidade, essa inteligência humana perde sua qualidade “humana”.

Os impactos ao meio (os espaços de referência imediata) e a vida das pessoas atingidas, pela construção de grandes obras de engenharia, acabam por provocar mudanças irreversíveis junto ao cotidiano, ao modo de vida, de grupos sociais distintos, caracterizados por uma proximidade em relação aos elementos “naturais” tais como: o rio, as florestas, as regiões de serra, e etc. Levando, historicamente, a dizimação física e cultural de sociedades inteiras. Processo esse que não ficou circunscrito ao passado, ao contrário, mantém-se vivo no presente.

A imagem abaixo serve para elucidar o aqui comentado. Traz a UHE Belo Monte, obra bilionária, e de nível técnico/tecnológico altíssimo. Ao centro da imagem uma camiseta pintada a partir de cores fortes, com predomínio do vermelho, sobre a paisagem cinzenta estampada. Vermelho representativo da dor, do sangue e da resistência, dos grupos indígenas, em relação à defesa de seus territórios. Ao centro da camiseta a imagem de um indígena pintado de vermelho, pronto para guerra. Guerra pela defesa de seu “território abrigo”.

FIGURA 01: o Objeto Técnico enquanto destruidor de territórios, territorialidades.



Fonte: Hugo Coelho, UHE Belo Monte, Vitória do Xingu, 2016.

Não pode, portanto, a técnica ser convertida no meio pelo qual as diferentes sociedades humanas buscam homogeneizar o espaço. Embora seja esta função que o capital e o Estado atribuem a ela, deve-se caminhar para além disso. As técnicas, os objetos técnicos, devem garantir “a inter-relação, a multiplicidade e o devir do espaço” (MASSEY, 2004); tendo em vista ser o próprio espaço um híbrido, composto de formas-conteúdos representativas dos mais diversos lugares do planeta. Se a concebermos assim, teremos a chance de garantir aos povos indígenas (e demais sociedades tradicionais) os meios para uma existência duradoura.

2.3 – O Espaço é um Misto, um Híbrido, um composto de Formas-Conteúdo

A relação entre técnica e espaço pressupõe uma propagação desigual da primeira. Em um mesmo território, podem conviver subsistemas técnicos diferentemente datados, elementos técnicos provenientes de épocas diversas (SANTOS, 2004b; 2008a; 2008c). Se tomarmos isso enquanto uma proposição coerente, devemos partir do fato de que esses diferentes sistemas técnicos **formam uma situação**, conformando uma existência num dado lugar. Isso é importante para o entendimento de como, por meio da relação entre técnica e espaço, as ações humanas se realizam. Mas, por que seria esse aspecto importante? A combinação (a relação, as relações) entre sistemas técnicos de diferentes idades implicam o impulsionar de novas dinâmicas (dinâmicas novas) sobre as formas antigas de sociabilidade, espacialidade de um dado território, um dado lugar.

A implantação de um sistema técnico dominante (de um objeto hegemônico em seus efeitos), sobre uma particular realidade socioespacial, implica a esta, a modificação de sua herança socioespacial. A força estruturadora, desestruturadora da técnica, do sistema técnico, da forma, do objeto hegemônizador (aquele operado por agentes hegemônicos), atua como um removedor dos resíduos do passado, pois o tem como obstáculo à difusão do novo. E enquanto obstáculos devem ser superados, eliminados. Seu tempo, temporalidades diversas; seu espaço, espacialidades diversas, não permitem a continuidade de ações simultâneas e levam a desestruturação nos antigos modos de sociabilidades existentes.

Embora a diferença se faça presente, como parte da expressão do espaço geográfico, esta se faz enquanto rugosidade. Como afirmou Santos “*as rugosidades não podem ser apenas encaradas como heranças fisicoterritoriais, mas também como*

heranças socioterritoriais ou sociogeográficas (SANTOS, 2004b, p. 43)". Em outros termos, o valor de um dado elemento do espaço (em nosso caso um grande empreendimento hidrelétrico), seja ele o objeto técnico mais concreto ou mais performante, é dado pelo conjunto da sociedade, expressando-se por meio da realidade do espaço em que fora implantado como prótese.

E tal qual uma prótese, exige por parte do sujeito, dos sujeitos (da sociedade, das sociedades) novos aprendizados, novos ritmos, novas dinâmicas. Ou seja, não há dúvida que

[...] a técnica é um elemento importante de explicação da sociedade e dos lugares, mas, sozinha, a técnica não explica nada. Apenas o valor relativo é valor. E o valor relativo só é identificado no interior de um sistema da realidade, e de um sistema de referências elaborados para entendê-la, isto é, para arrancar os fatos isolados da sua solidão e seu mutismo (SANTOS, 2004b, p. 45-46).

[...] o conteúdo técnico do espaço é, em si mesmo, obrigatoriamente, um conteúdo em tempo – o tempo das coisas – sobre o qual vêm agir outras manifestações do tempo, por exemplo, o tempo como ação e o tempo como norma. Não é que esta suprima o espaço e o tempo, apenas os altera em sua textura, e pode também alterá-los em sua duração (SANTOS, p. 46).

Toda construção dotada de intencionalidade que dar-se sobre o espaço é uma construção social. E como tal possuidora de determinada lógica, de determinada linha de entendimento/encaminhamento das coisas e processos, da história e da produção em sentido amplo (para além do econômico). A utilização da mediadora da relação homem-mundo, a *técnica*, permite a análise dos elementos que constroem os dados históricos, posto que toda técnica possui história, histórias⁵⁷.

Posto isso, cabe-nos agora lançar uma contribuição para um problema epistemológico antigo (e ao mesmo tempo caro à) da ciência geográfica, qual seja, o de proporcionar o encontro entre o caminho trilhado pelos sistemas técnicos e a dinâmica que este impulsiona junto a um sistema de ações, propositor das mais diversas situações relacionais entre: técnica, tempo e espaço (SANTOS, 2004a; 2004b; 2008a; 2008c). Por que estamos a destacar esse aspecto? Por entender que, o uso dos objetos (objetos técnicos) através do tempo, exhibi-nos as mais diversas histórias. Histórias que se sucedem, desenrolam, e efetivam em um *lugar*, mesmo que tenham sido concebidas fora dele.

57 [...] Na realidade, toda técnica é história embutida. Através dos objetos, a técnica é história no momento da sua criação e no de sua instalação e revela o encontro, em cada lugar, das condições históricas (econômicas, socioculturais, políticas, geográficas), que permitiram a chegada desses objetos e presidiram à sua operação. A técnica é tempo congelado e revela uma história (SANTOS, 2004b, p. 48).

Entre outras palavras, cada objeto é utilizado segundo equações de força originadas em diferentes escalas, que se realizam em um dado lugar, transformando-o com o passar do tempo. *“Assim, a maneira como a unidade entre tempo e espaço vai dando-se, ao longo do tempo, pode ser entendida através da história das técnicas: uma história geral, uma história local [...]”* (SANTOS, 2004b, p. 48-49).

História esta que em nada é desprovida de intencionalidades, que possui na Usina Hidrelétrica de Belo Monte um de seus muitos exemplos já materializados no espaço. Exemplos de como a técnica (o fazer, o meio e/ou o objeto) proporcionam mudanças às várias escalas da existência social. Complexificando, assim, a leitura dos lugares. Alterando a dinâmica dos territórios. Modificando o cotidiano e a ação dos agentes. Redefinindo, desta forma, o próprio espaço geográfico.

Falemos, então, deste objeto, deste elemento (des)estruturador.

2.3.1 – Apresentando o Objeto UHE Belo Monte: o elemento (Des)estruturador

Os estudos sobre o aproveitamento hidrelétrico da Bacia do Rio Xingu foram iniciados ainda na década de 1970, pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil (ELETRONORTE). Em 1980 foram concluídos os estudos de inventário e, ao longo de toda a década, foram desenvolvidos os estudos de viabilidade do que era chamado “Complexo Hidrelétrico Altamira”.

Em março de 1988, foi aprovado pelo então Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) o Relatório Final dos Estudos de Inventário. Em 1999, a Centrais Elétricas Brasileiras S/A (ELETROBRÁS), *holding* estatal do setor no país, solicitou à ANEEL autorização para realizar, em parceria com a ELETRONORTE, sua subsidiária, novos estudos de viabilidade da UHE Belo Monte, entregues parcialmente em 2002, **em virtude de embargos judiciais que determinaram a interrupção dos estudos ambientais.**

Em julho de 2005, o Congresso Nacional publicou o Decreto Legislativo nº. 788/2005 pelo qual autorizou a ELETROBRÁS a concluir os estudos. Em agosto de 2005, a estatal e as construtoras **Andrade Gutierrez, Camargo Correa e Norberto Odebrecht** assinaram Acordo de Cooperação Técnica para a conclusão dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Socioambiental da já “Usina Hidrelétrica Belo Monte”. Os estudos

foram entregues à ANEEL em março de 2009, com a incorporação de resultados dos estudos ambientais EIA/RIMA, concluídos no período e entregues paralelamente à análise do IBAMA.

Segundo informações presentes no Plano Básico Ambiental da obra, em sua versão final (setembro/2017), o arranjo geral da Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte, contido no Projeto Básico de Engenharia, documento referência para elaboração do Plano Básico Ambiental (PBA) é bastante similar ao arranjo definido nos Estudos de Viabilidade⁵⁸ elaborados pela Eletronorte/Eletronorte no ano de 2002.

Segundo a empresa Norte Energia (agente responsável pela UHE Belo Monte), a concepção do empreendimento dar-se por meio do aproveitamento de cerca de 90 metros de desnível natural existente ao longo de 150 km da Volta Grande do Xingu, entre a cidade de Altamira e as localidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal, respectivamente situadas nos municípios de Vitória do Xingu e Anapu.

Esse aproveitamento se faz através da configuração de um reservatório com dois setores: a casa de força principal e o vertedouro complementar. O trecho do rio Xingu, ao longo da chamada Volta Grande, está submetido, ao o que a empresa chama de **“regime de restrições de vazão”** determinado por um **“hidrograma ecológico”**.

Conforme ainda o PBA, o arranjo geral da UHE Belo Monte, caracteriza-se por apresentar “sítios de obras (locais de construção) distintos e distantes entre si”, desde as obras do barramento propriamente dito do rio Xingu, no sítio denominado Pimental, até o sítio Belo Monte, onde foi construída a Casa de Força Principal.

A distância entre estes dois sítios, em linha reta, é de aproximadamente 40 km. Entre estes dois sítios foi construído um sistema de adução à Casa de Força Principal, constituído pelo Canal de Derivação e pelo Reservatório Intermediário, formado por diques e canais de transposição. Esses canais de transposição foram escavados (em selas topográficas), ao longo do Reservatório Intermediário, com a finalidade de condução das vazões para geração de energia no Sítio Belo Monte.

As obras da Usina deram-se de maneira fragmentada no território. Dentre os principais locais de obras cita-se: os sítios Belo Monte, Pimental e Canais. O Sítio Belo

58 Documento que serviu de base para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (Rima) – elaborados pela Eletronorte, no ano de 2009, com o título de “Usina Hidrelétrica Belo Monte – Relatório Final do Projeto Básico de Engenharia”, elaborado pelas empresas Intertechne Consultores, Engevix Engenharia e PCE Projetos e Consultoria de Engenharia, e apresentado pela Norte Energia S.A. (NESA) à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), para fins de análise e aprovação.

Monte fica na margem esquerda do rio Xingu, localizado a 52 km da cidade de Altamira pela rodovia Transamazônica e a cerca de 10 km a jusante da interseção do rio Xingu com essa rodovia, no local denominado Belo Monte. Na verdade, neste mesmo local havia uma antiga comunidade, a Comunidade de Santo Antônio. Esta foi removida para dar lugar a casa de força principal da UHE Belo Monte.

FIGURA 02: Arranjo Geral UHE Belo Monte.

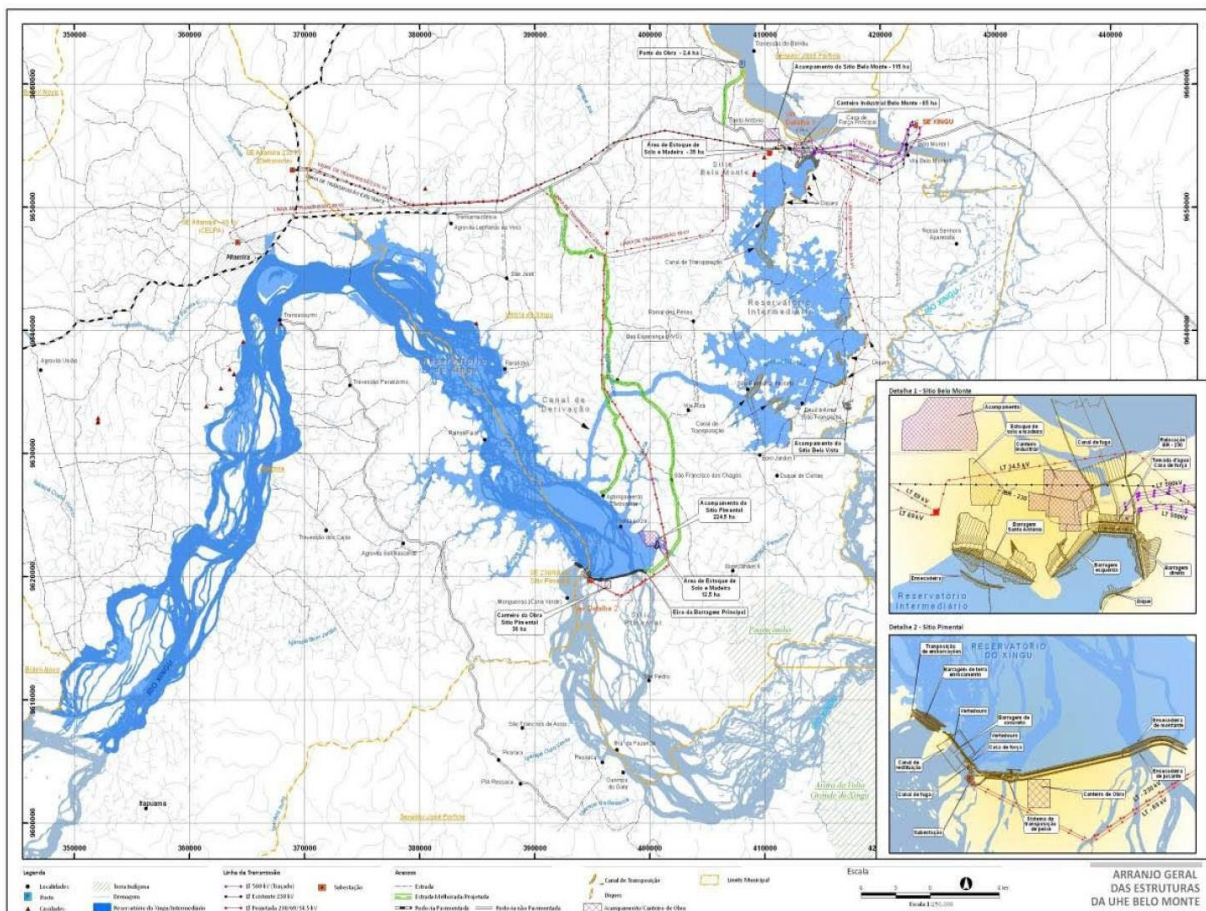


FIGURA 1.2-1 - Arranjo geral da UHE Belo Monte segundo Projeto Básico de Engenharia (NESA, 2010)

Fonte: Extraído de NORTE ENERGIA, PBA – versão final, 2011.

Nesse local, portanto, foram construídos a Casa de Força, a Tomada de Água Principal e o Canal de Fuga Intermediado por barragens, em particular, a Barragem de Santo Antônio. O Sítio Pimental está localizado a 40 km a jusante da cidade de Altamira, nele foram implantados o barramento principal do rio Xingu, o Vertedouro e a Tomada de Água e Casa de Força Complementares. A figura acima permite um panorama visual do empreendimento.

Quanto à ocupação de territórios municipais, o Sítio Belo Monte situa-se inteiramente dentro dos limites do município de Vitória do Xingu, enquanto que o Sítio Pimental ocupa áreas dos municípios de Vitória do Xingu e Altamira, com seu eixo de barramento posicionado na calha do rio Xingu, elemento geográfico de divisão municipal. Cabe mencionar ainda que a manutenção no Projeto Básico de Engenharia das estruturas do aproveitamento, em especial, do eixo de barramento principal definido nos Estudos de Viabilidade de 2002 manteve as características da área destinada a servir como reservatório da Usina.

Com isso foi possibilitado ao reservatório, segundo o empreendedor, acumular um volume da ordem de $4.802,3 \times 10^6 \text{ m}^3$, ocupando uma área de 516 km^2 . Desta área, 386 km^2 correspondem ao reservatório da calha do rio Xingu e 130 km^2 ao Reservatório Intermediário. Conforme ainda a empresa Norte Energia, o Projeto Básico Ambiental da UHE Belo Monte foi elaborado tendo por base as diretrizes e requisitos presentes no Edital do Leilão da Aneel⁵⁹ 006/20091 e as recomendações, critérios e normas preconizados pelo setor elétrico brasileiro.

Das promessas...

Segundo a Aneel⁶⁰, a UHE Belo Monte, quando de sua operação, irá compor o Sistema Interligado Nacional (SIN), contribuindo assim para expansão da oferta em todo o País. Assim, nos períodos de cheia do Rio Xingu, será possível gerar muita energia, promovendo a acumulação de água nos reservatórios das usinas de outras regiões, tirando proveito da sazonalidade hidrológica decorrente das dimensões continentais do País. Complementarmente, nos períodos de seca do rio Xingu, essas usinas com água armazenada suprirão a diferença da menor geração em Belo Monte.

Conforme ainda a Aneel, o estado do Pará e os municípios diretamente afetados pelo reservatório receberão Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH). Pelas estimativas do governo e da Norte Energia, deverão ser gerados R\$ 174,8 milhões por ano, a serem

⁵⁹ A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), autarquia em regime especial vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Cabe a ela a elaboração de toda a normatização necessária sobre o sistema elétrico brasileiro, desde as geradoras (onde ocorre a produção de energia) até sua distribuição junto à rede de fornecimento (onde ocorre a distribuição de energia). É função dela ainda: regular a geração (produção), transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica; fiscalizar diretamente ou mediante convênios com órgãos estaduais, as concessões, as permissões e os serviços de energia elétrica; implementar as políticas e diretrizes do governo federal relativas à exploração da energia elétrica e ao aproveitamento dos potenciais hidráulicos; estabelecer tarifas; dirimir as divergências na esfera administrativa, entre os agentes e entre esses agentes e os consumidores, **e promover as atividades de outorgas de concessão, permissão e autorização de empreendimentos e serviços de energia elétrica, por delegação do Governo Federal.** Grifo nosso

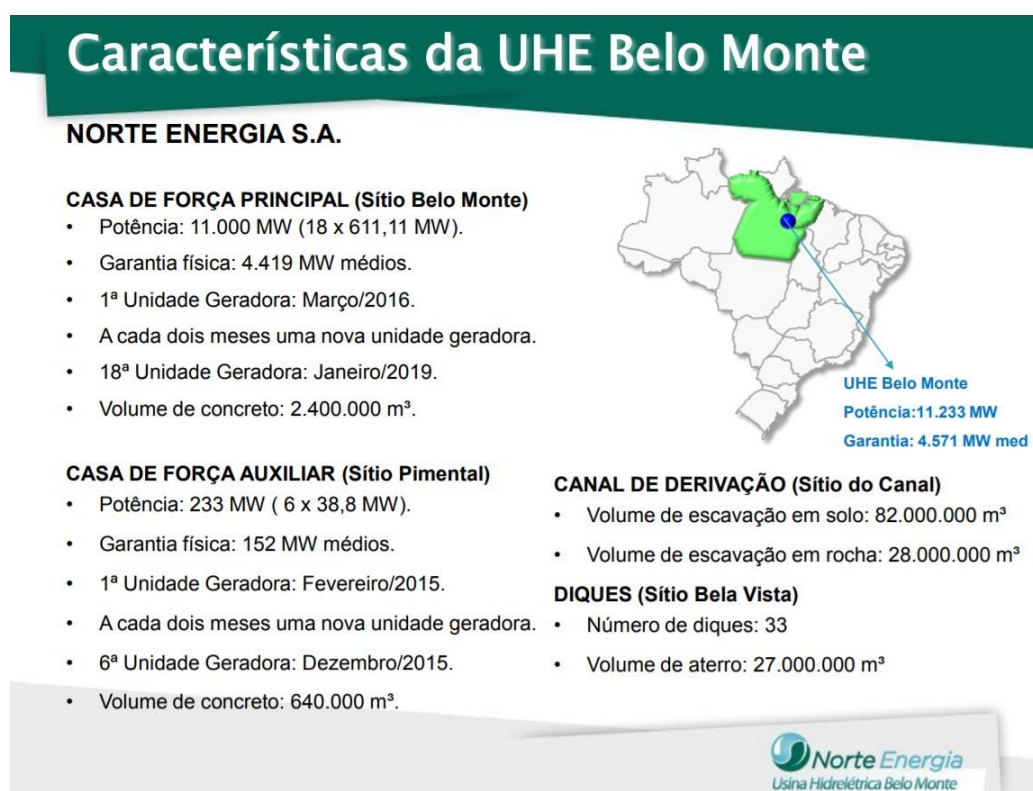
⁶⁰ Informação disponível em: <http://www.aneel.gov.br/a-aneel>.

distribuídos ao estado do Pará e aos municípios afetados, além dos ministérios de Meio Ambiente e Minas e Energia, e Fundo Nacional de Desenvolvimento de Científico e Tecnológico (FNDCT). Além disso, o município de Vitória do Xingu, onde estarão instaladas as Casas de Força Principal e Complementar, também será beneficiado pelo recolhimento do ICMS incidente sobre a geração de energia.

Em síntese, a UHE Belo Monte (para o Estado brasileiro e para o empreendedor), não representa somente um “objeto técnico” em muito aperfeiçoado social e ambientalmente. Representa um verdadeiro projeto de desenvolvimento. Capaz de conjugar os mais nobres princípios da eficiência técnica, do crescimento econômico, da justiça social e da sustentabilidade ambiental.

O Estado e a Empresa alimentam a crença de que, apesar de alguns impactos, classificados como de natureza “leve” e “compensável”, e de alguns “imprevistos” ao longo de todo o processo de concepção do empreendimento, a UHE Belo Monte é o futuro, o espaço aberto, o espaço enquanto expressão de infinitas possibilidades às populações da região Xingu.

FIGURA 03: Caracterização da UHE Belo Monte.



Fonte: NORTE ENERGIA, disponível em <http://norteenergia.com.br/siee/>, acessado em 16 de outubro de 2015.

Das ponderações...

Porém, como pode/poderia o objeto UHE Belo Monte representar/cumprir este papel? Os impactos “leves”, as “compensações” e os “imprevistos” na verdade são representações de uma forma de conceber o espaço, o desenvolvimento e as identidades (territoriais). Forma esta que nada possui de aberto, tendo em vista ser produto de práticas espaciais condenáveis socioambientalmente. Bem como, de concepções há muito conhecidas, capazes de representar racionalidades hegemonizadoras, em outras palavras, subalternizadoras.

Concepções que caminham a partir do apontamento de “uma trilha”; trilha esta feita pelos outros, pensada fora do lugar, a partir da crença no poder econômico e repressivo do Estado, que atua como parceiro do capital. Seja este local ou global. E que entende “as vidas”, enquanto sinônimo de espacialidades (de territórios, lugares) que podem (sempre) ser “compensadas”.

Onde a territorialidade indígena, a lugaridade camponesa e ribeirinha e a sociabilidade das periferias dos centros urbanos são negadas. Negação esta expressa por meio da “espoliação” dos sujeitos de seu espaço de referência identitária. E que, justamente por ser concebida a partir dessa racionalidade, fecha o espaço, posto ser incapaz de enxergar outros horizontes. De aceitar e propor outras racionalidades.

As espacialidades existentes antes da implantação junto ao território, da UHE Belo Monte, foram marginalizadas e/ou marginalmente consideradas, deram-se ainda enquanto formalidades. Exigências a serem cumpridas enquanto “condicionantes” para a efetiva realização do conjunto de obras, responsáveis por viabilizar, a UHE Belo Monte. Ou seja, negou-se a construção relacional das distintas “*subjetividades políticas*” que conformam um território.

Já que, a identidade e a inter-relação dos diferentes grupos sociais dar-se conjuntamente. Ou seja, o espaço é, necessariamente, parte integrante e produto desse processo de constituição identitária.

Assim, não somente existe um paralelo entre a maneira de conceitualizar o espaço e a maneira de conceitualizar identidades/entidades (tais como sujeitos políticos), mas também o espaço é, desde o início, parcela integrante da constituição daquelas subjetividades políticas (MASSEY, 2004, p. 9).

E como tal, aberto a apresentação/construção de novas proposições de desenvolvimento. Posto que, o caminho efetivo para um reconhecimento sério da

multiplicidade e da diferença, passa pelo reconhecimento da espacialidade. Em síntese, *“para que haja multiplicidade (e, por extensão, para que haja diferença) deve existir espaço”* (MASSEY, 2004, p. 10).

[...] O argumento é que, para a conceitualização de espaço/espacialidade, é crucial o reconhecimento de sua relação essencial **com** e de sua constituição **através da** coexistência da(s) diferença(s) - a multiplicidade, sua habilidade em incorporar a coexistência de trajetórias relativamente independentes. Trata-se de uma proposta para reconhecer o espaço como a esfera do encontro, ou não, dessas trajetórias – onde elas coexistem, afetam uma a outra, lutam. O espaço, então, é o produto das dificuldades e complexidades, dos entrelaçamentos e dos não-entrelaçamentos de relações, desde o inimaginavelmente cósmico até o intimamente pequeno. O espaço, para repetir mais uma vez, é o produto de inter-relações (MASSEY, 2004, p. 17, grifo nosso).

Entendimento este que, em nossa concepção, deve ser valorizado. Mas que, historicamente vem sendo negado, tendo em vista a natureza dos projetos de inspiração “desenvolvimentistas” ou “neodesenvolvimentista”, a exemplo de Belo Monte. A concepção que alimenta os grandes projetos, pensados para Amazônia, desde o início do século XX, negam ou mesmo suprimem espacialidades.

Oferecendo aos territórios e lugares espacialidades alienígenas. Estranhas ao lugar. Negando, portanto, a espacialidade como a esfera da justaposição potencial de diferentes narrativas, do potencial forjar de novas relações, posto que a espacialidade é (também) uma fonte de produção de *novas* trajetórias, de *novas* histórias. É uma fonte de produção de novos espaços, de novas identidades, novas relações e diferenças, tal qual nos fala Massey (2000; 2004 e 2008).

Dentro desta perspectiva é que trataremos sobre o significado, em termos de práticas espaciais, representadas em objetos como a UHE Belo Monte.

“As práticas espaciais resultam, de um lado, da consciência que o Homem tem da diferenciação espacial. Consciência que está ancorada em padrões culturais próprios a cada tipo de sociedade e nas possibilidades técnicas disponíveis em cada momento, que fornecem significados distintos à natureza e à organização espacial previamente já diferenciadas. Resultam, de outro lado, dos diversos projetos também derivados de cada tipo de sociedade, que são engendrados para viabilizar a existência e a reprodução de uma atividade ou de uma empresa, de uma cultura específica, étnica ou religiosa, por exemplo, ou a própria sociedade como um todo” (CORREIA, 1995, p. 35).

E, em que pese toda a complexa estruturação, reestruturação espacial que objetos de tal envergadura promovem (são capazes de promover), focamos nos impactos às “escalas da vida”. Para, assim, continuarmos a demonstrar ao longo do trabalho, o quanto os grandes projetos, imbuídos de uma concepção de desenvolvimento, contribuem para

“desfigurar” territórios, cidades, lugares e concomitantemente, territorialidades, espacialidades, lugaridades.

Isso, não obstante, pressupõe uma escolha metodológica. Uma estratégia de apreensão da realidade. E a definição do que deva ser “objeto de evidencialização”. Por isso, é importante realizarmos um debate sobre a escala, e como esta vem, nos trabalhos mais recentes, sendo tratada pela ciência geográfica.

2.4 – A ESCALA: de Estratégia Metodológica à Representação Potencial de Distintas Intencionalidades Políticas

O desafio lançado a qualquer pesquisador ou estudioso de determinada temática é o de buscar, junto à realidade, os elementos explicativos válidos capazes de dar coerência para a leitura interpretação e análise dos fenômenos. Em que pese, não obstante, o destaque aos elementos e ao fenômeno em si, é importante dar visibilidade, notoriedade ao fenômeno. E neste sentido, a escala cumpre importante papel junto à Geografia, tendo em vista servir (como “espaço concebido” e “representação do real” que é) como um importante instrumental metodológico para o entendimento e análise de partes da totalidade social (CASTRO, 2014).

E como “representação da realidade” que é, está, a escala, aberta à formulações espaço-temporais igualmente concebidas como abertas. É importante ressaltar que nossa concepção de escala nada tem a ver com a proposição da ciência matemática. Em outros termos, trataremos aqui de “*escala geográfica*” e não de “*escala cartográfica*”. Apesar de termos a última como um importante recurso, de natureza instrumental, de representação da realidade.

E como “escala geográfica”, concebemos (a escala) enquanto “um artifício analítico que confere visibilidade à parcela ou dimensão da totalidade social” (CASTRO, 1995; 2014). Temos a compreensão de que a realidade só pode ser apreendida por representação e por fragmentação. Constituindo assim, a escala, uma prática, de observação interpretação e análise do mundo, da totalidade mundo.

Em que pese, todavia, à escala geográfica possibilitar a representação da realidade, a delimitação “do fragmento do real” a ser representado e a escolha da melhor maneira de representar o real objeto de análise, não se resume à representação gráfica. Pois, entendemos que, a simplicidade matemática da escala, como medida de

representação gráfica, esconde a complexidade do conceito quando se trata de recortar a realidade.

[...] Este recorte supõe, consciente ou inconscientemente, **uma concepção que informa uma percepção do espaço total e do “fragmento” escolhido**. Em outras palavras, **“a utilização de uma escala exprime uma intenção deliberada do sujeito de observar seu objeto”** (BOUDON, 1991, p. 123, apud CASTRO, 2014, p. 90).

As diversas escalas supõem, portanto, campos de representação a partir dos quais é estabelecida a **pertinência do objeto**; mas cada escala apenas indica o espaço de referência no qual se pensa a pertinência, mais geralmente a pertinência do sentido atribuído ao objeto. **Na realidade, todo fenômeno tem uma dimensão de ocorrência, de observação e de análise considerada mais apropriada**. Mas a escala é também uma medida, não necessariamente do fenômeno, mas aquela escolhida para melhor observá-lo, dimensioná-lo e mensurá-lo. Não é possível, portanto, confundir a escala, medida arbitrária, com a dimensão do que é observado⁶¹ (CASTRO, 2014, p. 90, grifo nosso).

Para Castro (1995; 2014) a escala é então: a) a escolha de uma forma de dividir o espaço, definindo uma realidade percebida/concebida (acrescentaríamos “vivida”); b) é uma forma de dar-lhe um significado (significado este que, em nosso entendimento, varia conforme a espacialidade, territorialidade, conhecimento-historicidade do sujeito em relação ao meio), um ponto de vista (advertiríamos: ponto de vista embasado e estratégico) capaz de modificar a percepção da natureza deste espaço e; finalmente, c) um conjunto de representações coerentes e lógicas, capazes de definir modelos espaciais de totalidades sucessivas, não dada em progressão linear, de medidas de aproximação graduais.

Portanto, **para o campo de pesquisa da geografia não há recortes territoriais sem significado explicativo**, o que há, muitas vezes, são construtos teóricos que privilegiam a explicação de fenômenos pertinentes a determinadas escalas espaciais em detrimento de outros fenômenos e de outras escalas (CASTRO, 2014, p. 90).

Neste sentido, nunca é demais ressaltar que **a escala como estratégia de apreensão da realidade, define o campo empírico da pesquisa, ou seja, os fenômenos que dão sentido ao recorte espacial objetivado**. Embora este seja passível de representação cartográfica, os níveis de abstração para a representação que confere visibilidade ao real são completamente diferentes da objetividade da representação gráfica – o mapa ou a planta e a maquete (...) o lugar, a região, o território nacional, o mundo, numa perspectiva dos espaços convencionais (CASTRO, 2014, p. 91).

⁶¹ Desse modo, Boudon (1991, p. 186 apud CASTRO, 2014, p. 90) define um sentido epistemológico concreto: [...] a escala não existe, por isto mesmo ela constitui um problema. (...) Como pertinência da medida ela recobre uma infinita variedade de possibilidades. Ela é por natureza multiplicidade, e como tal irredutível a um princípio único, a menos que um tal princípio seja arbitrariamente colocado.

Se concebermos, não obstante, “a escala como a medida escolhida para conferir visibilidade ao fenômeno” (CASTRO, 1995; 2014), é importante partir do entendimento do espaço como sendo construído. O espaço (concebido enquanto: localização do fenômeno, recorte do fenômeno e enquanto fenômeno) é socialmente construído, ou seja, produto das relações sociais e da escolha do pesquisador.

Definir, por conseguinte as escalas local, regional, nacional e global como recortes significativos, não obedece a qualquer formalismo restritivo das possibilidades heurísticas da análise de quaisquer fenômenos nessas escalas, há muitas outras possibilidades de estabelecer escolhas sobre fenômenos e recortes do espaço. O que não se deve (metodologicamente) é negar uma escala em detrimento de outra, ou mesmo negar a relevância da escala. Proceder assim implica “um desserviço à pesquisa em geografia” (CASTRO, 2014, p. 91).

Dito isto, voltemos a falar sobre o “grande objeto” UHE Belo Monte e seus impactos socioespaciais como forma de exemplificarmos o que estamos teoricamente discutindo. Sempre a partir da consideração da escala, seja como estratégia metodológica de interpretação da realidade, seja enquanto o apontar de práticas políticas renovadas. Por meio da proposição de um debate sobre Belo Monte, é possível inferir várias possibilidades analíticas.

Caso queiramos entender como se expressa a relação entre os setores público e privado no Brasil, Belo Monte serve como uma espécie de exemplo emblemático; e, caso queiramos entender a envergadura dos impactos socioespaciais promovidos pelos “grandes projetos” na Amazônia, por meio do uso ou adoção de uma perspectiva de base escalar, é possível alcançar uma leitura renovada dos processos e práticas socioespaciais.

2.4.1 – A UHE Belo Monte e as muitas maneiras de conferir visibilidade ao real: o papel da escala geográfica

Procuramos mostrar, no subitem anterior, que a escala, corresponde a uma estratégia de apreensão da realidade e, como tal, acaba por definir o campo empírico da pesquisa e, conseqüentemente, em que direção devemos olhar e o que se deve destacar a partir da realidade empírica em análise. Ou seja, por meio da escala geográfica é possível fazer a escolha dos fenômenos que atribuem significado a um dado recorte

espacial objetivado. Esse caminho, que é metodológico mas, político também, garante-nos duas coisas básicas. Primeiro, identificar, ter clareza, sobre a ação dos agentes que fazem Belo Monte a partir de várias perspectivas de atuação e intervenção. É possível, por meio da escala, conhecer suas intencionalidades.

Segundo, se entendemos que *a escala é a expressão e/ou “a medida escolhida para conferir visibilidade ao fenômeno”*, podemos, a partir deste pressuposto, colocar sob evidência as práticas socioespaciais (impregnadas de poder) dos agentes hegemônicos responsáveis pelo empreendimento, desde a concepção do projeto UHE Belo Monte, até o momento de condução da obra (do objeto, do grande projeto), ou seja, até o momento da administração e viabilização, no espaço, do empreendimento.

Seguir este percurso metodológico permite-nos entender o quê motivou/motiva a participação e o apoio, ao projeto, por parte de diferentes agentes e sujeitos da sociedade. É possível ter/alcançar clareza sobre suas intencionalidades. Estas são, sobretudo, políticas e econômicas! Mas, como fruto de uma ampla campanha de divulgação, que deixaria *Paul Joseph Goebbels* (ministro de propaganda do governo Hitler), admirado, convertem-se em “técnicas” e “necessárias ao país”. Sendo assim apresentadas à sociedade brasileira e internacional.

Objetivando desconstruir discursos e destacar as intencionalidades das práticas dos agentes e sujeitos hegemônicos responsáveis pela concepção e condução do projeto UHE Belo Monte, apresentamos a partir daqui, vários eixos de atuação, ou seja, o caminho trilhado, pelos agentes que viabilizaram Belo Monte, demonstrando suas decisões e estratégias e, o efeito (os impactos) à escala da vida de diferentes grupos sociais da cidade e da região de Altamira. Ou seja, demonstraremos quais os responsáveis pelo “legado” deixado por meio do “grande projeto” UHE Belo Monte.

Da (in)visibilidade do real: a territorialidade da corrupção.

A partir de dados obtidos junto às publicações do ISA, Instituto Socioambiental, organização que atua em Altamira, acompanhando o cumprimento, ou o não cumprimento, das condicionantes da obra pelo empreendedor (a empresa Norte Energia); das publicações da Fundação Getúlio Vargas; dos relatórios técnicos do IBAMA; da leitura de diversas Ações Civil Públicas movidas pelo Ministério Público Federal; dentre outros documentos importantes, além de entrevistas junto a lideranças de movimentos sociais e da aplicação de questionários junto aos socioespacialmente atingidos pelas obras de Belo Monte, foi possível construir uma linha interpretativa sobre os efeitos, sobre os impactos socioespaciais gerados seja pela construção da obra (do conjunto de obras) de Belo

Monte seja pelo não cumprimento das medidas mitigatórias (obrigatórias) previamente acordadas entre o IBAMA, órgão fiscalizador e o empreendedor de Belo Monte, a empresa Norte Energia S/A.

A escolha por dar visibilidade aos impactos à vida das pessoas representa uma maneira de conferir visibilidade ao real. Somos conscientes sobre as muitas outras possibilidades de escolhas e eleição de “rotas e caminhos”, a exemplo, dos que elegem a potencialidade econômica da obra e a reestruturação do território, pelo Estado para o Capital, como fundamentais ao país. Somos conscientes do quanto a implantação da UHE Belo Monte significa (a partir de outras perspectivas analíticas e políticas) ganhos à sociedade amazônica e brasileira. Deixamos essa tarefa, qual seja a defesa, sobre qualquer hipótese, da importância da obra para país, a seus agentes hegemônicos.

Nossa escolha implica em falar a partir da experiência dos hegemonizados, dos subalternizados, dos desterritorializados (HAESBAERT, 2004), dos deslocados (SOUZA, 2013), dos precariamente incluídos (SOUZA, 2002). Este trabalho não caminha, portanto, a partir de um estilo de redação e narrativa que fala/aborda acerca dos aspectos positivos e negativos de Belo Monte. Em nosso entendimento, uma obra cujo orçamento foi superior a 30 bilhões de reais⁶², dos quais se destinou às compensações socioambientais o montante de 3,7 bilhões, não deveria gerar como produto “lamento e dor” (MAGALHÃES, 2007).

A UHE Belo Monte, projeto da ditadura militar, mas somente executado no período democrático, por governos considerados progressistas (os governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidenta Dilma Rousseff) é a expressão de um lado sombrio da corrupção brasileira (BRUM, 2015). Corrupção esta historicamente constituída e que tantas mazelas sociais já causou ao país. Segundo, as palavras de uma intérprete do Brasil contemporâneo, que há muito acompanha o debate sobre Belo Monte, a jornalista Eliane Brum,

[...] Belo Monte revela as vísceras de um modo de operação que se consolidou na ditadura, atravessou vários governos da democracia e permanece até hoje. A Amazônia, tanto como criadora de sentidos para o Brasil quanto como lugar concreto onde as disputas entre os vários atores se dá, **não é a periferia do país, mas o centro**. O que precisamos, talvez, seja deslocar o olhar para ajustar o foco (ELIANE BRUM, Jornal El País, 7 de julho de 2015, grifo nosso).

⁶² O custo da hidrelétrica, segundo o Tribunal de Contas da União, é estimado em 33 bilhões de reais. Na época do leilão estava orçado em 19 bilhões de reais. A maior parte destes recursos foi garantida por meio de um banco público, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

A fala provocativa da jornalista evidencia a natureza escalar presente em sua análise. A Amazônia é o centro do Brasil para esta, tendo em vista a região possibilitar uma forma mais objetiva de entendimento do país, a partir da leitura das relações público-privado estabelecidas para dar vida à Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A jornalista “recortou o real” a partir de um grande projeto implantado na Amazônia, e tratou “o fenômeno”, a corrupção, como fruto da relação existente entre os setores público e privado ocorrida durante a fase de concepção e implantação da UHE Belo Monte (estratégia adotada para conferir visibilidade ao real). Esse foi o caminho escolhido pela jornalista. Ou seja, por meio da eleição de determinadas fontes de informação e da geração/produção de dados é possível à construção de uma linha interpretativa sobre um dado problema, problemática social.

A Justiça Federal do Brasil em conjunto com o MPF e a Polícia Federal estão empenhados em demonstrar que, o projeto UHE Belo Monte serviu, a exemplo de outras grandes obras de engenharia no país, como fonte para o financiamento ilícito de campanhas eleitorais ocorridas no país. Era esta a principal fonte de alimentação do caixa dois, fundo ilegal de campanha, garantido por empreiteiras à Partidos Políticos e a políticos no/do Brasil. A prática ilícita tinha por objetivo garantir, as empresas, as empreiteiras, a continuidade de projetos de engenharia em andamento/execução no país ou a preferência em relação novos projetos e licitações a ocorrer. A apuração sobre as inúmeras denúncias de caos de corrupção, ligados diretamente ao projeto UHE Belo Monte segue em andamento no país.

Da (in)visibilidade do real: os impactos as escalas da vida.

A resolução dos impactos socioambientais gerados, a partir dos grandes projetos, não pode ser pensada somente enquanto compensação monetária. A partir da lógica “destruímos depois pagamos/indenizamos/compensamos”. Esse modelo de geração de energia, adotado no Brasil e outros países da América do Sul deve ser repensado ou mesmo abandonado. O período técnico atual já nos permite conceber outro meio técnico para o nosso tempo⁶³. E o mais o importante, ter a clareza de que nem tudo é possível de ser compensado.

Os impactos promovidos pelos grandes empreendimentos técnicos no mundo atestam isso. Em outras palavras, não é possível falar em desenvolvimento sem alcançar a promoção de uma plena satisfação socioespacial. A esse respeito, Henri Lefebvre (no

⁶³ Expressos no desenvolvimento de outras fontes de energia, a exemplo da biomassa, da energia eólica, da força dos mares, energia solar dentre outras.

livro Espaço e Política) quando do trato do que chamou de “economia política do espaço”) afirma, de forma categórica, que não devemos mais confundir “crescimento econômico e desenvolvimento social” (LEFEBVRE, 2016). Afirmando ainda, que

[...] A ideologia do crescimento foi ferida de morte; antes, acreditava-se, com um otimismo tenaz, no crescimento ilimitado da produção e da produtividade (...). Pensava-se, com o mesmo otimismo que esse crescimento econômico cedo ou tarde propiciaria a satisfação de todas as necessidades: materiais e ‘espirituais’ como se diz. [...] acreditava-se no carácter promissor das empresas gigantes, no carácter benéfico do crescimento demográfico e técnico. Essa vasta construção ideológica se esboroa lenta, mas certamente.

[...] O crescimento pelo crescimento é, doravante, algo ultrapassado. E transformações importantes já acontecem, ligadas mais ou menos a essa mudança de orientação (LEFEBVRE, 2016, p. 137-138).

Conforme este autor ainda, isso se deve a uma mudança de interpretação sobre a economia política. Esta é (deve ser vista) enquanto uma “economia política do espaço”. Trata-se de um processo que busca a mercantilização do espaço, por meio de sua homogeneização. Ou seja, atribuir valor de troca a todos os espaços do planeta. Dentro desta perspectiva, a Amazônia, passa a ser trada enquanto mercadoria a ser negociada e trocada, nos “mercados”, mundo afora.

E, enquanto mercadoria, a Amazônia deixa de ser “espaço do consumo” para passar a garantir, dentro de uma lógica capitalista, o “consumo do(s) espaço(s)” (LEFEBVRE, 2016). Perdendo, desta forma, seu carácter garantidor da reprodução social (socioespacial). A “coisificação” do espaço, o destitui de história, de cultura, de identidade territorial. O resultado disso é a não consideração dos diferentes povos e sociedades que o fazem. Abaixo são apresentados uma sequência de quadros temáticos sobre Belo Monte, e suas intencionalidades, como forma de contextualizar o debate sobre os impactos às escalas da vida.

QUADRO 01: UHE BELO MONTE, UMA RADIOGRAFIA ESCALAR (1)

Elementos de análise	Situação/implicações
Suspeitas de Corrupção e Tráfico de Influência	1) O Tribunal de Contas da União (TCU) desenvolve investigação sobre o uso de recursos públicos na construção da hidrelétrica de Belo Monte; 2) A investigação do TCU atende a um pedido do Ministério Público Federal; 3) As empreiteiras investigadas pela “Operação Lava Jato” da Polícia Federal são as mesmas que constroem Belo Monte.

Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/06/opinion/1436195768_857181.html. Quadro elaborado/atualizado pelo autor. Grifo nosso.

QUADRO 02: UHE BELO MONTE, UMA RADIOGRAFIA ESCALAR (2)

Elementos de análise	Situação/implicações
A Relação entre Governo e Empreiteiras para o caso da UHE Belo Monte	1) Em 2010, pouco antes do leilão da hidrelétrica, duas gigantes do setor de construção, Odebrecht e Camargo Corrêa, anunciaram que haviam se retirado do processo, por falta de “condições econômico-financeiras que permitissem sua participação na disputa”; 2) Às pressas, o governo formou o consórcio “Norte Energia”, para assegurar a disputa junto ao outro consórcio candidato, o “Belo Monte Energia”, do qual participavam a Andrade Gutierrez, Vale, Eletrosul, Furnas, Companhia Brasileira de Alumínio e Neoenergia; 3) O consórcio formado pelo governo foi o vencedor do leilão; 4) Era composto por uma subsidiária da Eletrobras, a Chesf, e algumas construtoras de menor porte. Na ocasião, o então presidente do consórcio Norte Energia afirmou que as condições de financiamento oferecidas pelo BNDES para a construção de Belo Monte poderiam ser consideradas as melhores do mundo; 5) As construtoras que participavam do consórcio vencedor deixaram-no depois do leilão. Hoje, a Norte Energia é formada principalmente por estatais do setor, como Eletrobrás, Eletronorte e a própria Chesf, e por fundos de pensão (Petros e Funcef). Cerca de 50% da composição acionária pertence a empresas controladas direta ou indiretamente pela União; 6) Para construir a hidrelétrica, a Norte Energia contratou o Consórcio Construtor Belo Monte, composto pelas gigantes do setor de construção, Odebrecht e Camargo Corrêa, que desistiram de participar do leilão por falta de “condições econômico-financeiras”; e a Andrade Gutierrez, que participava do consórcio perdedor; além das construtoras que participavam do consórcio vencedor, mas o deixaram após vencer o leilão.

Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/06/opinion/1436195768_857181.html. Quadro elaborado/atualizado pelo autor. Grifo nosso.

QUADRO 03: UHE BELO MONTE, UMA RADIOGRAFIA ESCALAR (3)

Elementos de análise	Situação/implicações
Violações constitucionais	1) Constatações de violações de direitos socioambientais e o descumprimento das condicionantes por parte da empresa Norte Energia, levaram o Ministério Público Federal a acionar a justiça contra a empresa em 25 ocasiões⁶⁴; 2) O MPF conquistou, para o caso de algumas dessas ações decisão liminar favorável, implicando na suspensão das obras da Usina até que as medidas (condicionantes) acordadas para a construção da hidrelétrica fossem cumpridas; 3) Para estes casos, a Advocacia-Geral da União fez uso de um instrumental jurídico chamado “suspensão de segurança”. Este é concedido pela presidência de um tribunal, que não analisa o mérito da questão, apenas se limita a mencionar razões como “ordem, saúde, segurança e economia públicas”. Nestes casos a Obra não poderia ser paralisada por uma

	decisão judicial provisória; 4) Na prática, o uso da “suspensão de segurança” garantiu/garante morosidade ao andamento das ações impetradas junto às diferentes instâncias judiciais, possibilitando assim a consumação da obra antes, portanto, de terem sido considerados, por parte dos tribunais, o mérito das ações movidas.

Fonte: Jornal *El País* https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/06/opinion/1436195768_857181.html; e Ministério Público Federal http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2016/tabela_de_acompanhamento_belo_monte_atualizada_mar_2016.pdf/.

Quadro elaborado/atualizado pelo autor. Grifo nosso.

QUADRO 04: UHE BELO MONTE, UMA RADIOGRAFIA ESCALAR (4)

Elementos de análise	Situação/implicações
Repressão Estatal e Criminalização dos Movimentos Sociais	1) O governo fez uso da Força Nacional para reprimir tanto as manifestações de indígenas, ribeirinhos, agricultores e moradores urbanos atingidos pela hidrelétrica, quanto as greves de trabalhadores nos canteiros da obra; 2) Linha de ação questionável se tratando de um período democrático da história do país.

Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/06/opinion/1436195768_857181.html.

Quadro

elaborado/atualizado pelo autor. Grifo nosso.

QUADRO 05: UHE BELO MONTE, UMA RADIOGRAFIA ESCALAR (5)

Elementos de análise	Situação/implicações
Conflito de Interesse entre o Empreendedor de Belo Monte e Estado Brasileiro Onde acaba o público e começa o privado em Belo Monte?	1) Belo Monte é uma obra controlada por estatais (são as maiores acionistas); 2) Financiada por Banco Público (o financiamento via BNDES são majoritários em relação a outras fontes de financiamento); 3) As implicações jurídicas “mais densas” destinadas à empresa “Norte Energia S/A” são defendidas pela Advocacia-Geral da União; 4) O governo é o responsável, por meio do IBAMA e da FUNAI por fiscalizar o cumprimento dos acordos e o respeito aos direitos das populações atingidas; 5) As informações sobre as ações e o impacto da construção de Belo Monte vem dos relatórios feitos e enviados periodicamente pela Norte Energia (NESA). O IBAMA, órgão fiscalizador, age com base no que é dito pelo objeto de sua fiscalização a NESA; 6) Ao longo do processo de licenciamento e implantação de Belo Monte, a Norte Energia foi autuada 27 oportunidades pelo IBAMA, as multas somam mais de 76 milhões de reais (dos quais 33 milhões por ocasião da morte de mais de 16 toneladas de peixes, quando do funcionamento experimental da Usina; e 7,5 milhões pelo atraso na entrega das obras relacionadas à construção e distribuição da rede de água e esgoto que atenderá a cidade de Altamira)⁶⁵; 7) Em síntese, trata-se de obra pertencente ao Governo Federal, a

⁶⁵ Não se tem informações sobre o pagamento das multas.

	um só tempo, executada, financiada e fiscalizada pelo próprio governo.

Fonte: Jornal *El País* https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/06/opinion/1436195768_857181.html; Portal de Notícias G1 <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/ibama-autua-norte-energia-em-r-75-milhoes-por-descumprir-exigencias-no-licenciamento-de-belo-monte.ghtml>.

Quadro elaborado/atualizado pelo autor. Grifo nosso.

Os quadros acima trazem vários elementos analíticos para podermos pensar o “grande projeto” UHE Belo Monte em diversas perspectivas escalares. Que vão desde as acusações sobre a existência de casos de corrupção, envolvendo políticos e empreiteiras, passando por denúncias de “vícios” em contratos firmados entre empresas privadas e empresas públicas, até a denúncia de casos (graves) de violação de direitos socioambientais. Além da adoção de um conjunto de medidas que, nos permitem pensar o objeto UHE Belo Monte dentro de um contexto que lembra, sobre muitos aspectos, um “estado de exceção” (AGAMBEN, 2004). Expresso na utilização deliberada do mecanismo de “suspensão de segurança” e do uso da Força Nacional⁶⁶ para reprimir greves nos canteiros de obra e manifestações dos socioespacialmente atingidos.

Em que pese todas as aberrações e arbitrariedades presentes nos quadros acima, os efeitos do conjunto de ações impetradas pelo empreendedor de Belo Monte (a Norte Energia S/A) e o Estado Brasileiro sobre as populações atingidas são profundos e de difícil mensuração. As transformações causadas pelas obras e ou dinâmica da UHE Belo Monte, bem como os impactos à escala da vida das pessoas direta e indiretamente atingidas pela Obra, vem sendo denunciados por organizações socioambientais, movimentos sociais, lideranças da região da Transamazônica e Xingu e pesquisadores independentes.

Denúncias que são diversas, tendo em vista as várias problemáticas causadas em virtude da implantação da UHE Belo Monte, aos não menos diversos agentes e/ou sujeitos socioespacialmente atingidos pelo empreendimento. A partir da consideração da escala é possível criar diferentes tipologias para interpretação e análise da realidade em observação-estudo. Tipologias estas que variam da “escala do corpo” ao “mundo”, sem que isso implique de maneira mecânica o estabelecimento de hierarquias ou níveis analíticos. Garantindo assim a pertinência do sentido atribuído ao objeto de análise, tendo

⁶⁶ A Força Nacional de Segurança Pública é um programa de cooperação do governo federal, criado para executar atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública, à segurança das pessoas e do patrimônio, atuando também em situações de emergência e calamidades públicas. [...] Seu trabalho consiste em apoiar operações de segurança pública, que podem ser realizadas em qualquer ponto do país. [...] A Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública está subordinado à Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Senasp/MJSP). (Fonte: Portal do Ministério da Justiça).

por intuito melhor observar, mensurar e dimensionar um dado fenômeno (CASTRO; 1995; 2014). Segundo Castro,

[...] mudança de escala implica transformações qualitativas não hierárquicas do fenômeno observado que precisam ser explicitadas. **Nunca é demais realçar que considerar a escala na geografia é basicamente pensar em recortes significativos para a análise dos fenômenos.** Nesta perspectiva, Le Moigne (1991 apud CASTRO, 2014) aponta o significado heurístico da escala como recurso para fazer face às múltiplas possibilidades de medidas de um mesmo fenômeno. Para ele, a escala, além de ser um operador de correspondência com o real, é também percepção, concepção e um operador de complexidade (2014, p. 91-92, grifo nosso).

Dito isto e a partir da consideração do que representa a UHE Belo Monte para os socioespacialmente atingidos, verifica-se que por meio da escala é possível considerar diferentes perspectivas de análise e de apresentação/representação de aspectos da realidade. Tais como: os impactos à territorialidade/identidade dos grupos indígena presentes na região do Xingu; os efeitos desestruturadores sobre a vida de ribeirinhos e camponeses, fruto da espoliação destes de seus locais, de seu lugar.

Além das implicações socioespaciais causadas aos moradores da cidade de Altamira, em espacial, aos que moravam nas porções sujeitas a alagamentos periódicos do rio Xingu (e que foram obrigados a sair de suas casas para ir morar nos novos bairros construídos, os chamados RUCs – Reassentamento Urbano Coletivo – estes, muito distantes do centro da cidade), os chamados “baixões da cidade” que, embora possuísem precárias condições de infraestrutura eram, não obstante, excelentes do ponto de vista da localização na cidade, estando próximos à rede comercial e de serviços.

Há um completo desencontro entre o discurso do Estado e do empreendedor de Belo Monte e o das populações socioespacialmente atingidas pelo “grande projeto”. Para os primeiros Belo Monte é progresso, é o caminho para o desenvolvimento. Já os segundos a tem como destruidoras de espacialidades, violadora de direitos, o avesso do desenvolvimento, a natureza insana do quê se autointitula progresso.

Trata-se de duas concepções de espaço em conflito, uma que o trata como “instrumental”, “um meio geográfico passivo”, “um meio geométrico vazio” (LEFEBVRE, 2016). E outra que o concebe como sendo a “morada do homem”. Sobre estes “repousa o futuro do princípio segundo o qual o espaço tem um valor de uso e não apenas um valor de troca” (LEFEBVRE, 2016, p. 147). Essas duas concepções de espaço que são, concomitantemente, concepções de mundo, travam uma verdadeira guerra nesta porção da amazônia.

A concepção de mundo das classes dominantes e a concepção de mundo das classes subordinadas. Sobre isso refletiu Lefebvre da seguinte forma:

Hoje as classes dominantes se servem do espaço como de um instrumento. Instrumento para vários fins: dispersar a classe operária, reparti-la nos lugares prescritos; organizar os fluxos diversos subordinando-os a regras institucionais; subordinar, por conseguinte, o espaço ao poder; controlar o espaço e reger, tecnocraticamente, a sociedade inteira, conservando as relações de produção capitalistas. As classes dominantes conseguem isso? Eu digo que não, pois contradições novas aparecem. São as que chamo de contradições do espaço, e que não são mais exatamente aquelas do tempo histórico analisado por Marx, depois de Hegel. **Há uma contradição entre a capacidade técnica de tratar o espaço globalmente e o esmigalhamento do espaço em parcelas para a venda e a troca.** Essa é a forma tomada, atualmente, pela contradição entre as forças produtivas e as relações de propriedade. Uma outra contradição do espaço, que apenas se começa a descobrir, **é a contradição entre o movimento, os fluxos, o efêmero, de um lado e, de outro, as fixidades, as estabilidades, os equilíbrios pretendidos** (LEFEBVRE, 2016, p. 145, grifo nosso).

Embora este filósofo tenha produzido suas reflexões/inflexões a partir da consideração de outras realidades diferentes da brasileira, em especial, da realidade amazônica, suas contribuições teóricas nos ajudam em demasia. Há de fato, forte contradição(ões) quando da consideração da relação escalar global-local, por exemplo. O global tende a eliminar o local, o transformando em caricatura de um mundo que não mais existe. Não obstante, o local, por meio de inúmeras formas de resistência e de luta por (re) existência, tende a negar a velocidade, a mudança imposta pelo global.

Esse conflito, produto de uma economia política renovada do espaço, guarda em seu seio a disseminação do velho, expresso na expansão do capital a partir de seus “ajustes” e, do novo. Este defensor de uma nova ideia, a que advoga a “qualidade do espaço”. Mas, o que isso quer dizer? “[...] trata-se da ideia de um espaço social elaborado, complexo e exitoso, numa palavra, *apropriado*, e não *somente dominado* pela técnica e pelo poder político; o que estaria associado com o ‘mudar a vida’” (LEFEBVRE, 2016, p. 136-137, grifo do autor).

Esse “mudar a vida” não se relaciona, ou refere-se, ao que existe nas diferentes culturas mundo afora. Mas, a capacidade necessidade, de negar o modo de vida ocidental hegemônico, consumista e predador usado pelos agentes do capitalismo. As práticas socioespaciais de grupos “tradicionais” como os indígenas, os ribeirinhos, revelam as formas mais “avançadas” existente, no que concerne a relação sociedade-natureza. A compreensão deste “mudar a vida” requer de nós uma mudança de mentalidade. Que, na

escala do tempo cronológico, pode durar décadas ou mesmo centenas de anos. Desenvolver uma relação com o ambiente capaz de o utilizar sem o destruir exige uma radical mudança de pensamento e comportamento. Que, embora pareça utópica é, necessariamente, “utopiana”⁶⁷ (LEFEBVRE, 2016, p. 147).

Da (in)visibilidade do real: os impactos aos povos indígenas.

O indígena é um sujeito territorial por excelência. A UHE Belo Monte significou para este a completa descaracterização de seus modos de vida.. A alteração em seu território, o impacta diretamente. A implantação de Belo Monte, implicou na dependência destes em relação ao empreendedor. Tornando-os dependentes de sestas básicas e consumidores de produtos industrializados. Prática essa que, antes de Belo Monte, não existia. A obra fragmentou grupos indígenas, desintegrou aldeias, tornando-os mais fracos politicamente e os deixou doentes. Segundo Garzón,

A usina hidrelétrica (UHE) de Belo Monte trouxe impactos significativos, de longa duração ou mesmo irreversíveis, para os povos que habitam Terras Indígenas (TIs) do médio rio Xingu, já historicamente afetados pelos diversos ciclos de exploração de recursos naturais na região (seringa, peles, madeira, garimpo etc.), bem como pela ocupação desordenada da mesma após a abertura da rodovia Transamazônica, nos anos de 1970. Os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) da UHE previram, em 2009, que o impacto mais grave derivaria do adensamento populacional e da ocupação desordenada do território no entorno das TIs, com a chegada de milhares de pessoas para trabalhar na obra. Como consequência, haveria um aumento de atividades, dentro e fora das TIs, que poderia comprometer a sobrevivência física e cultural dos povos da região. Atividades como garimpo, extração ilegal de madeira, pesca, caça, abertura de estradas e de novas áreas agrícolas floresceriam em um ambiente caracterizado pela precariedade da situação fundiária das TIs e da estrutura de fiscalização da Fundação Nacional do Índio (Funai) e demais órgãos competentes (GARZÓN, 2015 In: DOSSIÊ BELO MONTE, 2015).

Mas para etnias Arara e Juruna, os impactos previstos foram mais intensos, tendo em vista essas comunidades estarem localizadas no trecho de “vazão reduzida”, ou seja, no trecho interrompido do rio. Dos 100% de água que corria rio abaixo antes de Belo Monte, reduziu-se esse percentual para somente 30%. Impactando de forma acentuada as comunidades indígenas localizadas nesta porção, fortemente modificada, do rio. Estas comunidades são 100% dependentes do rio, seja para locomoção até a cidade de Altamira, seja para fazer suas atividades diárias e para alimentação (a prática da pesca). As Terras indígenas Arara da Volta Grande do Xingu e Paquicamba sofreram profundas alterações no que concerne às condições ambientais encontradas antes da implantação da UHE Belo

67 “[...] Chamo de **utopiano**, opondo a utópico, o que não é possível hoje, mas pode ser amanhã” (LEFEBVRE, 2016, p. 147, grifo nosso).

Monte. Como houve mudança do regime hidrológico, essa impactou fortemente a pesca. A tal ponto de não se ter garantia se essas comunidades conseguirão manter-se em seus locais ancestrais.

A chegada do grande projeto UHE Belo Monte promoveu a desestruturação dos territórios indígenas.

De acordo com a Funai, durante os últimos cinco anos têm acontecido aumento de invasões por caçadores e expansão dos loteamentos rurais nas TIs Arara, Koatinemo e Ituna/Itatá; aumento de invasão de pescadores comerciais nas TIs Trincheira Bacajá, Paquiçamba e Arara da Volta Grande do Xingu; crescimento de abertura irregular de estradas e extração ilegal de madeira nas TIs Cachoeira Seca, Paquiçamba, Arara, Trincheira Bacajá, Xipaya e Kuruaya; e intensificação da presença de garimpos ilegais nas TIs Xipaya e Kuruaya, e no entorno da TI Arara (GARZÓN, 2015 In: DOSSIÊ BELO MONTE, 2015).

Essas ações intrusivas sobre as terras indígenas, fez com que os índices de exploração ilegal de madeira disparassem na área de influência da obra e, a Terra Indígena Cachoeira Seca, foi uma das mais afetadas pela presença do objeto técnico UHE Belo Monte no território. Foram extraídos mais de 200.000 metros cúbicos de madeira só no ano de 2014. Quantia suficiente para encher mais de 13.000 caminhões madeireiros, e atribuir a TI Cachoeira Seca o título de mais desmatada do Brasil.

Processo este que delega ao indígena

[...] um lugar como alegoria no imaginário nacional, como um componente de formação cristalizado no passado, quase uma gravura. Mas sua existência concreta, sua história em movimento, e, principalmente, sua resistência como protagonista histórico, o torna perturbador. A ideia dos povos indígenas como “entraves”, agora não mais ao progresso, mas ao “desenvolvimento”, persiste no senso comum. E “entraves” precisam ser “removidos”. Seja pelo extermínio direto, o que já não é possível numa democracia (**será?**), seja pelo extermínio cultural, como a Norte Energia e o governo fizeram – e estão fazendo – em Belo Monte (ELIANE BRUM, Jornal El País, 7 de julho de 2015, grifo nosso).

Tratar os povos indígenas como entraves ao “desenvolvimento” é a expressão concreta do poder derramado sobre os territórios destes. Mas, de que poder estamos a falar? É possível afirmar que existem três grandes formas de manifestação do “poder” (FOUCAULT, 2008). O “poder soberano”, representativo do poder do (de um) Estado Nacional, que o exerce tendo por objetivo salvaguardar e proteger suas fronteiras (seus limites territoriais) e, ao mesmo tempo, impor sua autoridade internamente. O “poder disciplinar” reproduzido por meio das instituições e suas normas. Poder este que está para além do “poder formal” do Estado, manifestando-se em escalas outras (em escalas

“microfísicas”), nas mais diferentes instituições existentes (escolas, hospitais, prisões etc.).

E o “biopoder”, o que rege “a sociedade de controle e segurança”. Expresso no poder sobre a vida (genérico/abstrato) e sobre as populações (genérico/abstrato), o que “animaliza o homem”, tendo em vista o conceber a partir de sua natureza física, de sua reprodução biológica. Segundo Haesbaert “Foucault faz uma relação interessante entre cada um desses (*tipos de poder*) e o tipo de espacialidade, um tipo de geografia que se desenha a partir de cada um dessas manifestações do poder” (2010, p. 08, grifo nosso).

A partir da proposição de poder de Foucault, é possível afirmar que os indígenas impactados, desterritorializados, pelo “grande projeto”, pelo projeto de hegemonia que este representa, são expressões do que foi negado, marginalizado, não considerado. Seja pelo poder soberano, que os vê como entrave; pelo poder disciplinar, que os marginaliza, tendo em vista o estado brasileiro ter passado por cima de determinações jurídicas nacionais e internacionais, específicas, da causa indígena; seja, ainda, pelo biopoder já que, o indígena é tratado como espécie primitiva, perdido ou deslocado no tempo histórico, fadado, portanto, a desaparecer, a ser incorporado pela cultura dominante, o modo de vida ocidental (capitalista).

Biopoder este expresso, em sua agressividade, em várias escalas. Da escala do território à escala do corpo. Não é simples a eleição da melhor maneira de tratar o assunto. É importante destacar que, para os indígenas, ou seja, para os hegemonzados,

[...] o território adquire muitas vezes tamanha força que combina com intensidades iguais funcionalidade (“recurso”) e identidade (“símbolo”). Assim, para eles, literalmente, retomando Bonnemaison e Cambrèzy (1996), **“perder seu território é desaparecer”**. O território, neste caso, **“não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser”**. É interessante como estas dimensões aparecem geminadas, sem nenhuma lógica *a priori* para indicar a preponderância de uma sobre a outra: muitas vezes, por exemplo, é entre aqueles que estão mais destituídos de seus recursos materiais que aparecem formas as mais radicais de apego às identidades territoriais (HAESBAERT, 2005, p. 6777, grifo nosso).

A situação/contexto dos diferentes povos indígenas que vivem em Altamira e região é representativa do que se apresenta na citação acima. De um lado preocupa de outro traz esperança, a esperança na força dos fracos (SANTOS, 2004b) em vencer este biopoder a partir da articulação desses (os indígenas), junto a mais grupos de resistência, em diferentes escalas.

Da (in)visibilidade do real: o Estado brasileiro e as Empreiteiras.

As empreiteiras são agentes de territorialidade antiga na Amazônia. Chegaram a região com função definida, qual seja servir de braço direito ao Estado como viabilizadoras do território para o Capital. Os grandes eixos rodoviários e os grandes projetos/grandes objetos são expressão deste tempo-espço marcado pela associação quase sempre problemática entre empresas (as empreiteiras) e o Estado.

A efetivação do processo de ocupação “moderno” da Amazônia, ocorrido a partir da segunda metade do século XX, e todo o rastro de violências deixado por essa experiência, marcado pelo extermínio de indígenas e colonos/posseiros não poderia ter sido consumado sem a associação do capital privado nacional (entenda-se grandes conglomerados da construção civil, bancos e trustes), grandes proprietários de terras (em especial: madeireiros, pecuaristas e sojeiros) e o Estado brasileiro. A riqueza de um punhado de empresas se deu a partir da condenação de milhares de pessoas as mais representativas mazelas sociais.

Não bastasse isso, políticos de partidos diversos seguem sendo acusados de corrupção por conta de possíveis desvios de dinheiro e tráfico de influência em Belo Monte. Por meio da leitura do box abaixo, de autoria do Jornalista Lúcio Flávio Pinto, é possível constatar que papel coube a UHE Belo Monte exercer junto ao cenário político brasileiro.

BOX 02: Quando a “prática suja” dá origem a “energia limpa”: a UHE Belo Monte sob denúncias de Corrupção.

Os ministros da Casa Civil, Erenice Guerra, que foi uma das principais conselheiras da presidente Dilma Rousseff desde 2013, da Fazenda, Antônio Palocci, e das Minas e Energia, Silas Rondeau, desviaram 45 milhões de reais das obras da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, diretamente para as campanhas eleitorais do PT e do PMDB em 2010 e 2014. Os três ministros tiveram acesso aos R\$ 25 bilhões aplicados na obra durante o período em que integraram o governo. A informação consta do documento de delação premiada do senador Delcídio do Amaral, que foi líder do governo petista no Senado e no Congresso Nacional (...). Nas duas disputas presidenciais os partidos estavam coligados na chapa liderada por Dilma Rousseff. “A propina de Belo Monte serviu como contribuição decisiva para as campanhas eleitorais de 2010 e 2014”, afirmou o senador aos procuradores. [...] Os relatos feitos pelo senador (...) mostram que a operação montada para desviar dinheiro público de Belo Monte foi complexa e contínua. “Começou a ser arquitetada ainda no leilão para a escolha do consórcio que tocava a empreitada, em 2010, e se desenrolou até pelo menos o início do ano passado, quando a Lava Jato já estava em andamento. Tida como obra prioritária do governo e carro chefe do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), Belo Monte era acompanhado de perto pela chefia da Casa Civil (...). Em sua delação, o senador explicou que os desvios de recursos do projeto da usina vieram tanto do pacote de obras civis como da compra de equipamentos. Ele afirmou que as obras civis consumiram cerca de R\$ 19 bilhões e a compra de equipamentos chegou a R\$ 4,5 bilhões.

Delcídio (...) chefiou as obras da hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins, também no Pará, entre 1979 e 1985. Garantiu que em todas as etapas da construção de Belo Monte, no rio Xingu, houve superfaturamento. O esquema teria começado a operar três dias antes da data marcada para o leilão que escolheria o consórcio responsável pelas obras, em 2010. O grupo formado pelas maiores empresas de engenharia do país desistiu da disputa. “Em algumas horas foi constituído um novo grupo de empresas que venceu o leilão, tendo sido a única proposta apresentada”, afirmou o senador. Entre essas empresas estavam a Queiroz Galvão, Galvão Engenharia, Contern, JMalucelli, Gaia Engenharia, Cetenco, Mendes Jr Trading Engenharia e Serveng-Civilsan. Alguns meses depois da realização do leilão, várias empresas que dele não participaram, se tornaram sócias do empreendimento e contrataram como prestadoras de serviço as empresas do consórcio vencedor. Com essa operação, as maiores empreiteiras passaram a mandar na construção sem se submeterem às regras impostas nas licitações convencionais. Durante as campanhas eleitorais aumentava o valor das propinas e por isso as empresas recorriam a “*claims*”, instrumento usado para readequar valores de contratos. “Os acordos com relação aos *claims* eram uma das condições exigidas para aumentar a contribuição eleitoral das empresas”, explicou Delcídio. O senador destacou ainda a existência de várias ilicitudes envolvendo o fornecimento de equipamentos para a usina de Belo Monte. De acordo com ele, houve uma enorme disputa entre fornecedores chineses (...) e fabricantes nacionais, entre eles Alston, Siemens, IMPSA e IESA. “O triunvirato agiu rapidamente definindo os nacionais como fornecedores, tudo na busca da contrapartida, revelada nas contribuições de campanha”, denunciou Delcídio. Pelo lado das empresas, segundo Delcídio, o principal negociador de Belo Monte foi o empreiteiro Flávio Barra, da Andrade Gutierrez. No anexo sete de sua delação, o senador Delcídio do Amaral detalhou o esquema de corrupção armado na construção de Belo Monte [...].

Fonte: LÚCIO FLÁVIO PINTO, “Corrupção em Belo Monte”, disponível em <https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2016/03/12/corruptao-em-belo-monte/>, acessado em 23 de maio de 2016.

O debate sobre a corrupção é emblemático posto ser ela uma das razões de nossa (imensa) desigualdade e injustiça social. A corrupção representa (deve representar) fator importante para o entendimento da “formação socioespacial brasileira”. Além de ser elemento não menos importante para a interpretação das diferentes “formações econômicas” existentes no mundo capitalista. O dinheiro que se esvaia com a corrupção, é o que falta nos postos de saúde, escolas e hospitais, nas estradas e vicinais. Neste cenário a arquitetura do “mudar a vida” e a da liberdade não consegue sobreviver. É a corrupção que permite a perpetuação de relações de dominação e as estruturas de poder, enfim, é esta que garante o (poder do) atraso.

Da (in)visibilidade do real: escalas do cotidiano: a explosão dos casos de violência.

Como consequência das mudanças promovidas pelo objeto técnico UHE Belo Monte à cidade de Altamira, centro urbano mais afetado pelos efeitos desestruturadores do empreendimento, constatou-se um aumento nos casos de assassinatos, entre os anos de 2011 e 2014. O número de assassinatos por ano em Altamira saltou de 48 para 86 casos, representando um aumento de 80%. Para o ano de 2015 a taxa de homicídio foi de 114 por

100.000 habitantes, muito superior ao índice de homicídios considerado pela organização mundial da saúde como “não epidêmico” (DOSSIÊ ISA, 2015). Taxa esta que creditou a Altamira o título de cidade mais violenta do país.

Em relação aos municípios mais violentos, em 2015, com mais de 100 mil habitantes, Altamira, no Pará, lidera a lista, que tem representantes de Unidades Federativas das cinco regiões brasileiras. [...] A forma e a velocidade como o crescimento econômico afeta o território é outro aspecto relevante. Por exemplo, um crescimento rápido e desordenado das cidades **(como aconteceu em Altamira, no rastro da construção da Usina de Belo Monte)** pode ter sérias implicações sobre o nível de criminalidade local (IPEA/FBSP, 2017, p. 19-20, grifo nosso).

Segundo Antônia Melo, coordenadora do movimento social “Xingu Vivo Para Sempre”, a situação calamitosa dos casos de violência, não expressa surpresa e poderia ter sido evitada ou minorada/atenuada. Os movimentos sociais que desde o início se contrapuseram à UHE Belo Monte sabiam que muitas mazelas chegariam, ou seriam intensificadas, com a implantação do grande projeto. E que um caminho para enfrentar as diversas problemáticas advindas da implantação do projeto deveria, necessariamente, ser submetido a fóruns de discussão mais amplas, como as audiências públicas por exemplo. Mas, estes espaços, segundo constatação dos movimentos sociais, foram usados/subtraídos por parte do agente empreendedor, a empresa Norte Energia, para legitimar juridicamente e junto a opinião pública o empreendimento. Por meio de forte uso da mídia (emissoras de TV e rádio), responsáveis por apresentar uma imagem sempre positiva e responsável do empreendedor de Belo Monte. Estratégia de manipulação denunciada inúmeras vezes, por parte dos movimentos sociais. Segundo Antônia Melo

O Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS) nunca teve qualquer expectativa positiva em relação a Belo Monte. Pelo contrário: sempre alertou, informou as populações indígenas e não indígenas sobre os perigos de destruição e morte que a construção da usina hidrelétrica (UHE) traria. O governo federal e a empresa responsável pela obra, a Norte Energia S.A., para obter as licenças ilegais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), promoveram “audiências públicas”, em 2011, somente para usar a população para legitimar Belo Monte. A empresa responsável pela obra continuou as ilegalidades e montou todo um esquema de cronogramas, com espaços sociais, como comitês e um Fórum de Acompanhamento dos atingidos, formado por pessoas manipuladas. Mesmo que alguém protestasse contra as regras e propostas apresentadas pela Norte Energia, de nada adiantava. Ao fim da reunião, o que a empresa reunia era somente as fotos do grupo e as assinaturas para fazer a ata e dizer que estava cumprindo as reuniões para o Ibama. **As reuniões eram, e continuam sendo, reuniões fechadas. Quando as pessoas tentavam participar, eram impedidas por seguranças da empresa e até por reforço policial, eram ameaçadas, criminalizadas, indiciadas e**

processadas! Em suma, a população rural e urbana não tinha, e não tem, no decorrer desse processo, nenhuma informação das decisões desse fórum e dos comitês, como também não tem do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX) (MELO, 2015 In: DOSSIÊ BELO MONTE, 2015, p. 134, grifo nosso).

Se estes fóruns de discussões fossem públicos e ampliados, como exigia o IBAMA, garantindo e incentivando ampla participação da sociedade civil, os inúmeros casos de violência urbana, por exemplo, talvez pudessem ter sido menos alarmantes. Já que, a partir da junção de diferentes sujeitos e agentes nessas audiências seria possível construir estratégias de enfrentamento em relação aos problemas, ou situações-problema, ali apresentados. Como isso não foi feito, apesar das críticas e ações (protestos) dos movimentos sociais, muitas mazelas sociais acabaram por ser potencializadas. No que concerne à temática da violência, pede-se atenção para os dados apresentados na tabela abaixo, extraídos do estudo do IPEA/FBSP (2017). Este traz os 30 municípios mais violentos do país no ano de 2015, quando se considera o quantitativo populacional superior a 100 mil habitantes.

TABELA 1: os 30 municípios mais violentos do país no ano 2015.

#	UF	Município	População	Número de Homicídio	Número de MVCI	Taxa de Homicídio	Taxa de MVCI	Taxa de Homicídio +MVCI
1	PA	Altamira	108.382	114	2	105,2	1,8	107,0
2	BA	Lauro de Freitas	191.436	177	10	92,5	5,2	97,7
3	SE	Nossa Senhora do Socorro	177.344	159	12	89,7	6,8	96,4
4	MA	São José de Ribamar	174.267	159	9	91,2	5,2	96,4
5	BA	Simões Filho	133.202	112	11	84,1	8,3	92,3
6	CE	Maracanaú	221.504	172	26	77,7	11,7	89,4
7	BA	Teixeira de Freitas	157.804	114	25	72,2	15,8	88,1
8	PR	Piraquara	104.481	83	8	79,4	7,7	87,1
9	BA	Porto Seguro	145.431	123	2	84,6	1,4	86,0
10	PE	Cabo de Santo Agostinho	200.546	147	24	73,3	12,0	85,3
11	PA	Marabá	262.085	201	15	76,7	5,7	82,4
12	RS	Alvorada	206.561	162	4	78,4	1,9	80,4
13	CE	Fortaleza	2.591.188	1729	295	66,7	11,4	78,1
14	BA	Barreiras	153.918	1	119	0,6	77,3	78,0
15	BA	Camaçari	286.919	207	16	72,1	5,6	77,7
16	PA	Marituba	122.916	94	0	76,5	0,0	76,5
17	PR	Almirante Tamandaré	112.870	72	14	63,8	12,4	76,2
18	BA	Alagoinhas	154.495	103	14	66,7	9,1	75,7
19	BA	Eunápolis	113.191	66	19	58,3	16,8	75,1
20	GO	Novo Gama	106.677	79	1	74,1	0,9	75,0
21	GO	Luziânia	194.039	143	2	73,7	1,0	74,7
22	PB	Santa Rita	134.940	100	0	74,1	0,0	74,1
23	MA	São Luís	1.073.893	758	36	70,6	3,4	73,9
24	GO	Senador Canedo	100.367	74	0	73,7	0,0	73,7
25	PA	Ananindeua	505.404	352	3	69,6	0,6	70,2
26	GO	Trindade	117.454	82	0	69,8	0,0	69,8
27	CE	Caucaia	353.932	209	38	59,1	10,7	69,8
28	PE	Igarassu	112.463	60	18	53,4	16,0	69,4
29	ES	Serra	485.376	315	21	64,9	4,3	69,2
30	BA	Feira de Santana	617.528	218	205	35,3	33,2	68,5

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios no município de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. taxa de homicídios por 100 mil habitantes. Elaboração Diest/Ipea.

Fonte: IPEA/FBSP, 2017.

Que modelo de desenvolvimento é esse que proporciona a uma cidade do interior da Amazônia ocupar o primeiro lugar em homicídios do país?

Um grande projeto como a UHE Belo Monte faz com que à escala do território, várias práticas venham a se reproduzir, tais como: a prostituição, a violência contra a mulher, a exploração de crianças e adolescentes, a violência urbana, o aumento do tráfico de drogas e do comércio ilegal de armas, do alcoolismo etc. Todos esses fatores contribuíram/contribuem para transformação de uma cidade tranquila, a exemplo de cidades como Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo, em um cenário pré Belo Monte, para a transformação em cidades “sei lei”, propícias a implantação de um verdadeiro “faroeste caboclo”.

Este cenário complexo, produto de Belo Monte, deveria ter sido “atacado” a partir de um conjunto de Políticas Públicas, fruto de discussões, amplas e públicas, advindas dos Fóruns de debates e acompanhamento que deveriam existir cumprindo assim seu papel. Porém, onde o diálogo é escasso, o poder repressivo é chamado a se fazer presente. Segundo Oliveira,

[...] a estruturação dos órgãos policiais empreendida (...) não conseguiu reduzir a maioria dos índices de violência social. Isso se justifica, por um lado, pela ineficácia da redução do “problema” da violência social a investimentos de cunho repressivo, desconsiderando-se um leque mais amplo de medidas que venham a atacar as desigualdades sociais acirradas pela violência estrutural, que é o *modus operandi* do grande projeto. Por outro lado, a estruturação policial não parece mesmo ter vindo servir a esse intento: **trata-se de um fator crucial para o cumprimento do cronograma físico da obra. Mais que uma condicionante voltada à população, o investimento em segurança pública acaba servindo aos interesses do empreendedor, especialmente quando há manifestações sociais nos canteiros de obra e greves de trabalhadores. Em tais situações, sob o discurso da garantia da ordem social, boa parte do aparato policial é direcionado para intervir e buscar a manutenção ou retomada da atividade empresarial.** Isso, aliado à presença massiva e permanente da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) nas instalações da UHE Belo Monte, reforçando o caráter emblemático da militarização das grandes obras – como estratégia do regime democrático brasileiro de redução dos espaços de crítica e resistência aos empreendimentos – e de ocultamento de violações de direitos humanos, com maior incidência nos trabalhadores [...]. (OLIVEIRA, 2015 In: DOSSIÊ BELO MONTE, 2015, p. 139, grifo nosso).

Além das informações apresentadas acima, destaca-se ainda o número de acidentes de trânsito ocorridos na cidade de Altamira entre os anos de 2011-2014 os quais saltaram de 456 ocorrências anuais para 1.169, representando um aumento de 144%. Só em 2014, o número de pacientes vítimas de acidentes de trânsito registrados

no Hospital Regional de Altamira aumentou 213% quando da comparação com o ano de 2013.

Em nosso entendimento isso representa uma forte ação do capital e do estado sobre a escala do corpo e do território (a escala da comunidade local/do local), a partir de diferentes estratégias de movimentação e garantia de um “desenvolvimento geográfico desigual” sempre em busca de seus “ajustes espaciais” (HARVEY, 2004). O interesse do grande capital por novas e estratégicas áreas no “sistema mundo” (DOLLFUS, 2002) faz com que as garantias constitucionais dos países objeto desse ajuste sejam, no mínimo, “flexibilizadas”. Impondo assim uma “vida nua” (AGAMBEN, 2002) aos sujeitos e as sociedades socioespacialmente atingidos pelos “grandes projetos”.

Os “grandes projetos” como exemplo de grandes intervenções no espaço, ferem social e simbolicamente os corpos das populações que se encontram nos territórios impactados em uma perspectiva multiescalar. O corpo como a representação do local físico primário da identidade pessoal, e por ser socialmente construído, é um dos elementos mais atingidos pelas ações que buscam o permanente “ajuste do capital”. Como o corpo marca a fronteira entre o eu e o outro, em sentido tanto físico quanto social, é ele quem recebe a maior carga de conflitos advindos desse novo contexto social trazido por um grande empreendimento (SMITH, 2000).

O corpo é uma construção social e como tal, envolve a construção de um “espaço pessoal”, além de um espaço fisiológico literalmente definido. Se este, o corpo, é invadido e agredido em um contexto de “estado de exceção” (AGAMBEN, 2004)⁶⁸, tem ele dificuldade de se expressar em suas mais diversas escalas de representação. “O cuidado com o corpo, o acesso físico ao corpo e pelo corpo e o controle sobre o corpo são as avenidas centrais da disputa nessas escala” (SMITH, 2000, p. 146). Os acidentes e as mortes no trânsito, bem como o aumento nos casos de violência urbana evidenciam essa invasão/agressão à escala do corpo.

Não obstante, a escala do território local vivido, a escala da(s) comunidade(s), concebida como o lugar da reprodução social, são concomitantemente atingidas. “As

68 Em nome da “segurança”, a presença de força policial dentro dos canteiros de obras tem se mostrado como a regra para garantir os interesses do Consórcio [Consórcio Construtor Belo Monte] e é imposta de maneira **que os trabalhadores não podem reagir, reclamar, reivindicar, sob pena de sofrer agressões, prisões, violência e demissão; portanto, estas situações são claras evidências de violação de direitos humanos**”. Tânia Sena Conceição, *Trabalhadores nos canteiros de obra da UHE Belo Monte-Altamira: condições de saúde e políticas públicas*, Dissertação de Mestrado (Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido), Belém, Universidade Federal do Pará, 2014, pp. 2014, 168-169. Grifo nosso.

comunidades são socialmente definidas e podem assumir formas espaciais muito diferentes” (SMITH, 2000, p. 149). Isso faz com que a espacialização das lutas nessa escala (a da comunidade) seja fundamental para a identidade social da comunidade. As lutas baseadas no lugar, território local vivido, podem também galvanizar uma resposta mais progressista frente a uma ameaça comum, na medida em que, grupos sociais anteriormente fragmentados possam vir a se unir estrategicamente visando se fortalecer para enfrentar um poder hegemônico.

Essa união da comunidade, que se define por critérios políticos existenciais é uma das mais importantes marcas da contra-hegemonia praticada em desfavor dos proponentes da UHE Belo Monte. As frequentes manifestações nos canteiros de obras e nas ruas, os processos movidos por meio de Ação Civil Pública, as denúncias dos casos de violação dos direitos humanos no Brasil e no exterior, conduzidas pelos socioespacialmente atingidos (movimentos sociais, pescadores, indígenas, moradores dos baixões de Altamira) são a expressão desse enfrentamento político da comunidade frente ao poder do estado e do grande capital.

Da (in)visibilidade do real: escalas do cotidiano: a (crítica) situação do saneamento básico.

A situação do saneamento é aterradora. Foram construídos 220 quilômetros de redes de esgoto e 170 quilômetros de redes de abastecimento de água, mas nenhuma casa foi ligada ao sistema (DOSSIÊ ISA, 2015). No box abaixo é possível atestar o descompasso entre o ritmo moroso das obras públicas, que compõe o rol das compensações socioambientais do empreendimento e o ritmo acelerado das obras de engenharia da UHE Belo Monte.

BOX 03: Descumprimento de Exigências Relacionadas ao Licenciamento Ambiental por parte da Empresa Norte Energia, Empreendedor da UHE Belo Monte.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) decidiu aplicar seis multas à Norte Energia, empresa responsável pela construção e operação da hidrelétrica de Belo Monte, no sudoeste do Pará, pelo descumprimento de exigências relacionadas ao Licenciamento Ambiental Federal. Somadas, as multas ultrapassam R\$ 7,5 milhões. A maior autuação, no valor de R\$ 7,5 milhões, ocorreu pelo descumprimento da condicionante que determinava a realização das ligações domiciliares à rede de esgoto da área urbana de Altamira, no sudoeste do Pará, até 30 de setembro de 2016. Outra multa diária foi aplicada porque a empresa não cumpriu a condicionante que exigia a realização, até outubro de 2016, das obras de urbanização e da relocação ou indenização dos moradores do Bairro Jardim Independente II atingidos pelo enchimento do reservatório da usina. O parecer elaborado pela Diretoria de Licenciamento Ambiental do Ibama apontou ainda que a empresa também falhou em disponibilizar serviços para limpeza de fossa em período integral na área urbana de Altamira até a conclusão das ligações intradomiciliares de esgoto, resultando na emissão do auto de infração no valor de R\$ 251.050,00 por dia. Outras duas multas diárias foram aplicadas porque não foram efetivados Projetos de Assistência Técnica de pesca nas reservas

extrativistas e da relutância da Norte Energia, que deveriam realizar o cadastramento dos moradores do Bairro Jardim Independente I, ação importante para avaliar o fluxo populacional para o local e assegurar o tratamento de impactos relacionados à operação do empreendimento. A multa mais recente, fixada em R\$ 50.050,00 por dia, foi aplicada no último dia 26 de abril (de 2017) porque a empresa não teria feito o pagamento retroativo da verba de manutenção e aluguel social às famílias que optaram pelo Reassentamento em Área Remanescente (RAR). Desde a emissão da Licença de Operação (LO) nº 1317, em novembro de 2015, o Ibama realizou 37 vistorias técnicas para monitorar o cumprimento das exigências do licenciamento da hidrelétrica. De acordo com o órgão, a Norte Energia já havia sido multada outras 27 vezes, em autos de infração que somavam R\$ 76.183.605,60.

Fonte: Portal de notícias G1 <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/ibama-autua-norte-energia-em-r-75-milhoes-por-descumprir-exigencias-no-licenciamento-de-belo-monte.ghtml>, acessado em 01 de maio de 2017.

É possível reafirmar aqui, a partir do apresentado no box acima, que “as relações sociais no capitalismo, isto é, as relações de exploração e de dominação, se mantêm pelo e no espaço inteiro, pelo e no espaço instrumental” (LEFEBVRE, 2016, p. 142). Posto que, a maioria das multas e/ou autuações, cometidas pelo empreendedor de Belo Monte, a empresa Norte Energia, descumpre obrigações ligadas ao licenciamento ambiental. Obrigações estas que afetam direta e intensamente a milhares de pessoas, em diferentes locais.

Seja na cidade de Altamira, seja nos travessões (nas comunidades rurais), seja, ainda, nas aldeias indígenas e/ou vilas ribeirinhas. Todos são impactados! Todos seguem vítimas da ação negligente do empreendedor, conforme denúncia dos movimentos sociais. O ritmo acelerado da construção da obra, visando sua finalização e operação foi surpreendentemente rápido. Já o ritmo das “compensações socioambientais”, em contrapartida, foi irritavelmente lento. O que demonstra a prática do “biopoder” do/nos “grandes projetos”. Este, representativo de um Poder que está para além da atuação do Estado nacional, reproduzindo-se também a partir da ação do Grande Capital.

Da (in)visibilidade do real: escalas do cotidiano: os impactos à educação.

Segundo informações levantadas junto ao Instituto Socioambiental e a Fundação Getúlio Vargas, as taxas de reprovação escolar nos cinco municípios que compõe a área direta e indireta afetada pela UHE de Belo Monte, registraram um crescimento de 40,5% no ensino fundamental, entre os anos de 2011 e 2013, e 73,5% no ensino médio, entre os anos de 2010 e 2013. Somente na cidade de Altamira, o abandono da escola por alunos do ensino fundamental sofreu um aumento de 57%, de 2011 para 2013.

Professores da rede pública relatam que um grande número de adolescentes trocou a escola pelos canteiros de obras da usina. Como o custo de vida nas cidades da região da Transamazônica e Xingu, em especial, Altamira, Brasil Novo e Vitória do Xingu

aumentou em virtude da construção da Hidrelétrica; alunos (adolescentes) e das turmas do “EJA” (educação de jovens e adultos) abandonaram suas escolas para ajudar na complementação da renda familiar. O professor Lucas Souza assim comenta a situação trazida por “grande projeto” UHE Belo Monte:

Eu trabalho com ensino médio e vejo que há uma ideia difundida para muitos de que vale ir para a obra, dirigir um caminhão, uma máquina pesada. Muitos têm esse desejo, que é o comum, sonho que faz parte da cultura local agora. Pensam em trabalhar um, dois anos, pegar o dinheiro da rescisão contratual e poder comprar coisas depois. Eles sabem que a obra é temporária e justamente por isso querem ir, é como se fosse o período de um “El Dourado”, você garimpar o que der neste momento. Por isso eles não se preocupam, pensam “depois eu volto para a escola”. **Depois que acabar a obra, esses jovens, que já poderiam estar na universidade, e preferiram ir para a obra, vão ter muitas dificuldades e ter que recomeçar tudo de novo** (REIS, 2015 In: DOSSIÊ BELO MONTE, 2015, p. 93, grifo nosso).

É bom lembrar que o próprio Estudo de Impacto Ambiental (EIA) de Belo Monte previu um afluxo populacional de 74 mil pessoas para a Área de Influência Direta (AID) do empreendimento e que, segundo ainda o EIA, este afluxo pressionaria o sistema educacional das cidades afetadas pela construção da UHE Belo Monte. Visando dar respostas ao aumento real da demanda por novas vagas, projetou-se um conjunto de ações antecipatórias, objetivando a (re)estruturação dos equipamentos existentes ou a serem construídos (REIS, 2015 In: DOSSIÊ BELO MONTE, 2015).

Não obstante, a reforma e construção de novos espaços voltados ao ensino, a avaliação das ações e dos projetos entregues as secretarias de educação municipal da região, como expressão material das condicionantes pensadas para a educação, pelos proponentes de Belo Monte, foi julgada insuficiente pelos educadores. Na avaliação conduzida pelo SINTEPP, os educadores defenderam a construção de uma necessária visão coletiva, ampla e integral sobre educação. O professor Lucas Moura posicionou-se assim sobre este assunto:

Sempre criticamos que a visão de educação do projeto [PBA] se restringiu à questão de infraestrutura (reforma e construção de escolas) e pouco pautou a formação pedagógica ou se realizaram estudos para entender o cenário antes da obra e o que viria depois – como, por exemplo, a formação de professores, índices de reprovação e outras questões da política pedagógica. Uma das principais perdas de oportunidade foi a falta de planejamento do que se desejaria ter na educação em Altamira com a construção da usina. Vamos ter uma obra terminada, com prédios novos de escola e infraestrutura somente. **Não houve aumento na qualidade, capacidade, salto na educação depois da obra de Belo Monte** (REIS, 2015 In: DOSSIÊ BELO MONTE, 2015, p. 94, grifo nosso).

Ou seja, enquanto que o empreendedor da UHE Belo Monte buscou priorizar a construção de equipamentos, preocupado em cumprir mais um requisito legal da obra, visando assim suprir a insuficiência de vagas nas escolas, os educadores, sendo sujeitos que enxergam outros sujeitos (os alunos) e não números e, estando preocupados em pensar para além de carteiras, salas e prédios não tiveram dúvidas em defender e apresentar uma visão negativa sobre o empreendimento, a partir da educação, afirmando ser o “grande projeto” Belo Monte, a expressão de grandes e numerosas lacunas para o campo educacional.

Da visibilidade do real: a espoliação dos grandes projetos desenvolvimentistas (os casos de “deslocamento compulsório”)

Como produto do complexo de obras que deu origem a UHE Belo Monte, até o momento (já que a obra segue sendo construída) mais de 8.000 famílias – cerca de 40.000 pessoas – tiveram que deixar o lugar onde viviam, trabalhavam, tinham laços de parentesco e vizinhança, memória e cotidiano. Em outras palavras, onde viviam suas diferentes espacialidades (territorialidades e lugaridades).

Segundo informações do Instituto Socioambiental, a população socioespacialmente atingida pelo objeto hidrelétrico, em boa parte analfabeta, só teve Assistência Jurídica Estadual no início de 2015, quando o empreendedor (a empresa Norte Energia) já se preparava para pedir ao IBAMA a “licença de operação” da usina. Ou seja, durante o processo de “remoção das famílias”, evento de maior tensão promovido por Belo Monte, quando as pessoas tiveram sair de suas antigas moradias, propriedades e comunidades, sem receber qualquer tipo de assistência jurídica por parte do Estado. Ficando assim, a mercê da empresa Norte Energia (BRUM, 2015).

Não são poucos os casos de assédio relatados pelos “removidos”, em especial, os que foram deslocados para um dos cinco Reassentamentos Urbano Coletivos já construídos na cidade de Altamira⁶⁹. Os movimentos sociais denunciaram em várias frentes e por diversos meios (passeatas pelas ruas de Altamira; denúncias aos meios de comunicação de atuação escalar diversa; queixa ao Ministério Público Federal e até mesmo junto à Organização das Nações Unidas) o tratamento negligente do Estado brasileiro para com as milhares de pessoas socioespacialmente atingidas pela obra.

Em que pese o foco em dois agentes historicamente mapeados, o Capital e o Estado, quando da leitura dos grandes projetos na Amazônia, é importante destacar a

⁶⁹ Existe um sexto em construção, fruto da pressão dos grupos indígenas, dos movimentos sociais e ONGs que atuam em Altamira e região.

ação das empresas empreiteiras que atuam/atuaram em Belo Monte. Para a jornalista Eliane Brum,

O “empreendedor”, a nova roupagem, muito mais palatável, do conquistador ou colonizador, reproduz a lógica da dominação: para conquistar ou para colonizar é preciso impor ao outro a sua visão de mundo. Para conquistar e colonizar – ou para “empreender” – é preciso partir do princípio de que o outro que está lá não tem conhecimento nenhum. Ele, o “empreendedor”, é o sujeito do corpo que domina. Primeiro ao esvaziá-lo: no passado, de humanidade; no presente, de identidade. Depois, há o domínio concreto, ao tornar esse corpo aquilo que ele faz dele. Altamira vive essa realidade (BRUM, JORNAL *EL PAÍS*, caderno Opinião de 7 de julho de 2015).

Segundo ainda a mesma jornalista, uma das poucas que acompanharam desde o início as transformações socioespaciais promovidas pela UHE Belo Monte,

As histórias das “remoções” lotam páginas e páginas com relatos de violências. Houve quem tivesse saído e ao voltar para casa não encontrou nada no lugar. Houve quem assinou com o dedo um papel que não sabia ler. O que atravessou o processo, além da completa omissão do governo e do abuso de poder da Norte Energia, foi o total desinteresse em compreender qual era o modo de vida das famílias que arrancavam do lugar. Entender, para começar, o que era uma “casa” para elas. Para quem fez o cadastro, a ideia de casa e de cotidiano era aquela que traziam com eles de seus lugares de origem, tanto geográficos quanto de classe. É possível perceber em vários textos e discursos, inclusive da imprensa, o desprezo pelo que se chama de “casebres” ou mesmo “palafitas” (BRUM, JORNAL *EL PAÍS*, caderno Opinião de 7 de julho de 2015).

Dados e informações levantados pelo ISA (DOSSIÊ, 2015) atestavam que somente “4% dos removidos” haviam recebido, até julho de 2015, uma casa, por total falta de informação e de orientação na realização do cadastro e na negociação simulada que marcou o processo. Outros 75% receberam uma indenização que não lhes permitiu comprar uma moradia, tendo em vista a mudança no preço da terra na cidade de Altamira e região. A especulação fundiária foi intensa. Os 21% restantes receberam uma indenização em forma de carta de crédito.

A partir desse problemático quadro, o procurador da república Felício Pontes, assim se pronunciou após ouvir inúmeros e diversos relatos da população socioespacialmente pelo conjunto de obras e pela dinâmica destruturadora do “grande projeto” UHE Belo Monte:

“A situação que vimos, de pessoas humilhadas, violadas, afrontadas pelo empreendedor torna Belo Monte um dos piores exemplos de licenciamento de hidrelétricas no país. **As violações que constatamos são até mais graves do que em usinas feitas durante a ditadura militar.** Não se pode destruir o modo de vida de populações tradicionais, eliminar tradições,

conhecimento tradicional e o sustento dessas pessoas”, afirmou o procurador Felício Pontes Júnior após conversar com dezenas de pescadores e ribeirinhos atingidos (PALMQUIST, 2015 In: DOSSIÊ BELO MONTE, 2015, p. 125, grifo nosso).

A população “realocada” ou “reassentada” pela empresa responsável pelo “grande projeto” Belo Monte, hoje estão distantes de seu modo de vida, de seu trabalho, de seus laços de afeto e de solidariedade, da única vida que conheciam. Distância que é física e psíquica. Constituem-se em pescadores sem rio e sem peixe; em camponeses sem terra; em extrativistas sem florestas, tendo em vista terem sido arrancados de suas ilhas e comunidades para serem jogados em um dos novos bairros construídos a partir do objeto Belo Monte; distante dos serviços, do centro da cidade, do afeto familiar e do companheirismo proporcionado por vizinhos e demais membros do grupo social. Em outros termos, sendo desterritorializados, foram ceifados de uma espacialidade que lhes conferia identidade.

Sobre o abordado no parágrafo acima, a procuradora da república Thais Santi, especificamente sobre a condição espacial dos ribeirinhos, assim se pronunciou:

“A destruição do modo de vida ribeirinho e a transformação compulsória de populações tradicionais, que sempre tiraram o sustento do rio e da terra, em moradores desempregados e subempregados da periferia de Altamira é a prova definitiva de que as regras do licenciamento da usina, maior obra civil promovida pelo governo federal, não estão sendo cumpridas”, afirma a procuradora da República Thais Santi (PALMQUIST, 2015 In: DOSSIÊ BELO MONTE, 2015, p. 122).

O que fizemos aqui foi apresentar algumas situações representativas dos densos e distintos impactos socioespaciais, promovidos pela UHE Belo Monte à escala da vida das pessoas de Altamira e região. Todos os temas aqui objetivamente apresentados serão retomados e tratados de forma pormenorizada em outra seção do trabalho. Seja por meio da apresentação de novos e mais detalhados dados secundários seja mediante a apresentação dos dados primários da pesquisa, fruto em especial, de entrevistas e da aplicação de questionário semiestruturado. Os casos de “lamento e dor” (MAGALHÃES, 2007) possuem uma indissociável natureza espacial. Daí a carga de tormento provocada as populações atingidas pelo “grande objeto” UHE Belo Monte.

Por meio da síntese e apresentação dos diferentes assuntos aqui cobertos, buscamos evidenciar nossa estratégia metodológica, de interpretação e análise da realidade. Onde a escala cumpre função primordial. Tendo em vista ser um meio para a reflexão, para a construção do objeto e para a pesquisa.

Não obstante, conforme CASTRO (1995; 2014) é importante ter cuidados metodológicos e ser fiel a premissas teóricas quando do uso da escala, dentre os quais destaca-se os seguintes: i) é preciso ter claro que a escala não existe, o que existe é o fenômeno; ii) é preciso ter claro que a escala é uma estratégia intelectual para abordar o real; iii) e, enquanto tal é esta uma medida, uma abstração ou convenção; iv) é preciso ter claro ainda que a escolha da escala define o que é significativo no fenômeno, em outras palavras, define o que terá visibilidade; v) é imperativo lembrar que quando a escala muda, as variáveis significativas do fenômeno mudam; vi) tendo em vista que as variáveis explicativas para fenômenos numa escala não são transferíveis, seja para o mesmo fenômeno ou para outro, em outra escala; vii) não sendo assim possível falar, apontar hierarquias entre escalas, posto que, cada escala revela um conjunto de causalidades específicas; e por fim, ter como certo que viii) a microescala não é menos complexa do que a macroescala.

Assim,

numa perspectiva conceitual, é possível, por meio da escala, refletir sobre o problema da polimorfia do espaço, sendo a articulação entre escalas um complexo jogo de relações entre fenômenos de amplitude e natureza diversas. A flexibilidade espacial institui, portanto, uma dupla questão: a da pertinência das relações como sendo também definida pela pertinência da medida na sua relação com o seu espaço de referência. Este é um problema fundamental na busca de compreensão da articulação de fenômenos em diferentes escalas, na medida em que os fatos sociais são necessariamente relacionais (CASTRO, 1995 apud CASTRO, 2014, p. 92).

Dito isso e a partir da exposição deste complexo quadro, temos (agora) a necessidade de teorizar sobre o conjunto de dados e informações apresentados. Daí a importância de retomarmos o debate da tríade: espaço-tempo, escala e técnica. Tendo por objetivo o desenvolvimento de uma compreensão/leitura de nossa realidade empírica, qual seja a porção territorial afetada pelo objeto UHE Belo Monte.

Não obstante, faremos isso a partir de uma discussão sobre as distintas racionalidades (concepções de realidade) presentes, quando da consideração analítica da UHE Belo Monte. Primeiro a partir das entrevistas, dos relatos, dos socioespacialmente atingidos (contidas nos prólogos), depois por meio de outra dimensão escalar de leitura e interpretação da realidade, qual seja, o formato e tradição acadêmica de discutir e dialogar sobre a temática em questão, qual seja, os impactos socioespaciais de grandes projetos desenvolvimentistas.

PRÓLOGO

(momento 2)

A parada do Café

Dos deslocamentos compulsórios⁷⁰ à destruição de lugaridades

“É na beira do rio! Porque na beira do rio nós sabemos! E nós não compramos o peixe e essas coisas”

(Otávio das Chagas)

— (Motorista) Bom dia pessoal! Meia hora para tomar café e usar o banheiro!

— A gente tá onde?

— Em Tucuruí já. Ao lado da rodoviária da cidade. Eles sempre param aqui.

— É verdade. Lembro daqui. Vamos descer e tomar um cafezinho?

— Vamos sim!

— Essas duas pessoas que estão aqui em nossa frente, foram impactadas pelo projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, sabia?

— Bom dia seu Otávio! Bom dia seu Leonardo⁷¹!

— Bom dia!

— E como vão os amigos?

— Estamos levando...

⁷⁰ “Autores como Carlos Vainer e Shiv Visvanathan destacam a dimensão de violência e o substrato de intolerâncias presentes em projetos de desenvolvimento, como as barragens. A violência está presente também na suposta inevitabilidade do deslocamento, ao qual **não se apresenta outra opção: é compulsório, forçado**. Decisões políticas travestidas de critérios técnicos, geralmente pautadas por grandes corporações, tais como empreiteiras, são tomadas de antemão e só depois apresentadas à sociedade. Quando existem, os mecanismos de participação popular são transformados em meras formalidades legitimadoras dos empreendimentos. A opção de rechaçar o empreendimento ou de considerar outras alternativas viáveis, embora previstas, são inoperantes” (NOBREGA, 2011, p. 134, grifo nosso).

⁷¹ História de Leonardo e sua família é apresentada, em detalhes, mais a frente no corpo desta tese.

— Vou contar a história de um deles para você. Eu acompanhei o caso de ambos, mas, para não se alongar muito aqui, vou contar a história de seu Otávio, para que possas ir refletindo sobre alguns elementos que se fazem envolvidos, quando o assunto é “Grandes Projetos” na Amazônia. Essa região que nunca foi uma “terra sem homens”. Seu Otávio nem nascido era quando os pais dele chegaram por aqui, pelo Xingu. A família dele é um das mais antigas em uma localidade ribeirinha chamada de “Ilha de Serra”.

— Antiga quanto? Quando o senhor, realmente, chegou por lá seu Otávio?

— *Na ilha*⁷²?

— Sim.

— *Olha, eu mesmo não lembro, porque eu não era nascido. A mamãe chegou com idade de nove anos, ela morreu morando lá na ilha com 66 anos.*

— E como era mesmo o nome da ilha?

— *Ilha de Serra. Ilha de serra, onde está o paredão da barragem bem em cima. O papai é enterrado na ilha mesmo, ele viveu... Eu acho que ele tinha mais de 60 anos lá quando ele morreu, ele é enterrado na ilha mesmo.*

— A sua família veio de onde? Os seus pais vieram de onde?

— *Os meus pais eram daqui mesmo.*

— Daqui da região?

— *É, daqui da região, os pais dos meus pais que vieram do Ceará.*

— Do Ceará?

— E no caso, eles trabalhavam com o quê?

— *Eu não sei com o quê, mas... eles trabalhavam, nesse tempo, em algo que chamo Cauchu*⁷³... *Aí depois que eu já me entendi como gente (que eu era menino, era criança), aí nós já trabalhávamos com a seringa né?*

— Então o seu pai era seringueiro?

72 Como já ressaltado antes, as falas em itálico, que compõe o prólogo deste trabalho, expressam o depoimento real, seja de um militante de movimento social de atuação histórica na região, seja de um socioespacialmente atingido pelo conjunto de obras do “grande projeto” UHE Belo Monte. Para ambos os sujeitos a UHE Belo Monte não representa um projeto de desenvolvimento, mas sim, um projeto “desenvolvimentista”, que, em termos gerais, visa (tão) somente o crescimento econômico de seus proponentes, destinando-se a atender interesses externos à região. Em outras palavras, projetos que buscam atender “lógicas exógenas”, “verticalizadas” (SANTOS, 2004b).

73 Árvore que atinge mais de 35 metros de altura (*Castilloa ulei*), da família das moráceas, nativa do Brasil (da região amazônica), com madeira própria para pasta de papel, látex de que se faz borracha, folhas oblongas, frutos com polpa mole, comestível, e sementes oleaginosas; cauchu.

— *Era seringueiro! Criou nós todos cortando seringa e eu criei esses meninos (referência aos filhos) cortando seringa também. Depois foi que eu parei, foi acabando o valor, porque naquele tempo tinham os patrões (referência aos seringalistas) que a gente comprava as coisas e ia cortar seringa para eles. Aí depois que acabou essas coisas, ficou difícil para a gente trabalhar.*

— O seu pai era seringueiro e o senhor trabalhava na mesa atividade que o seu pai.

— *Isso. Eu tinha carteira como seringueiro.*

— Carteira de seringueiro esta que seu Otávio teve que emprestar para um tal “Bananal”, famoso por matar os outros nessa região. A carteira de seringueiro dava acesso “a casa grande”, casa de venda de produtos alimentícios e estivas em geral localizada na cidade de Altamira, destinada aos seringueiros. Segundo relato dos seringueiros como seu Otávio, os produtos saíam a um preço menor para quem tivesse a tal carteira⁷⁴. Porém, o tal “Bananal” foi morto tempo depois. Mataram-no envenenado e, junto com ele, se foi a carteira que comprovava os anos de trabalho como seringueiro de seu Otávio. O fato é que, só pelo relato da atividade exercida pelos pais dele, para sustentar a família, e depois pelo próprio Otávio, com o mesmo propósito, demonstrava-se o quanto esta família era colona antiga nesta região. Mas, os anos e anos como morador da “Ilha de Serra”, uma das inúmeras localidades ribeirinhas impactadas pela construção da UHE Belo Monte, não lhe garantiram ser reconhecido pelo empreendedor como atingido e, portanto, sendo um “não atingido”, não tinha direito a qualquer espécie de compensação.

— Nossa! Que coisa revoltante. Antes, porém de chegar neste momento, permita-me indagá-lo sobre um aspecto. Seu Otávio depois que a seringa não foi capaz de gerar mais renda (durante a década de 1980 em diante), o senhor passou a viver do quê? Como fazia para sustentar a família?

— *Aí eu pescava. Eu trabalhava assim, se alguém saía eu trabalhava para ele, na ilha mesmo, nós trabalhávamos de roça, era assim...*

— Ele trabalhava para ele e para outras pessoas se preciso fosse. Seja como trabalhador braçal seja como vigia de propriedade alheia.

— Entendo. O senhor morou durante 60 anos na Ilha?

— *É sim, 60 anos.*

— E o senhor nunca teve casa nenhuma na cidade?

— *Nunca tive... casa que eu tinha, eram os lotes dos outros que eu trabalhava, tinha vez em que eu fazia roça na terra dos outros para plantar as coisas para comer, mandioca, banana e essas coisas, na terra dos outros.*

— E na ilha? O senhor tinha casa na ilha?

⁷⁴ Não obstante, o tal “preço menor”, tinha por propósito tornar o seringueiro dependente da casa grande, também chamada de barracão, fazendo com que este, o seringueiro, se transformasse em devedor por longos anos do proprietário da casa de venda. O transformando em um eterno endividado, um típico caso de escravidão por dívida.

— *Olha... lá nós tínhamos casa, tínhamos plantação, tinha reboque, tinha motor.*

— E, no período de cheia do Rio Xingu, o senhor trabalhava em outro local?

— *Isso! Em outra terra.*

— Trata-se de prática comum na Amazônia caro amigo. Seu Otávio trabalhava em uma área que não lhe pertencia, que não era sua, mas, o proprietário cedia a terra para que seu Otávio pudesse ali plantar e tirar dela o que precisasse. Com isso o proprietário, que por algum motivo se fazia ausente de seu lote, ganhava (em troca) um caseiro, um vigia, para sua propriedade, além de todas as benfeitorias construídas e feitas por seu Otávio na propriedade, tais como uma área de horta, a área frutífera, uma área de cultivo de mandioca, criação de animais, etc. Sem a necessidade de criar, junto a seu Otávio, qualquer vínculo empregatício de caráter formal.

— Ah... Era na meia, na parceria, o senhor dava uma parte para ele?

— *Não, eu não dava nada para ele (refere-se ao dono da propriedade) não.*

— O proprietário do local cedeu lá, para o seu Otávio para que, no período de cheia do rio, ele e sua família tivessem um local para plantar e tirar o sustento. Em troca, a propriedade ficava sempre sobre a presença de alguém, uma espécie de caseiro, de vigia da propriedade, inibindo assim a ação de eventuais posseiros. E esse local não inundava, não alagava. Aí se armou a confusão. A empresa Norte Energia dizia que seu Otávio era dono deste lote, do lote cedido para ele trabalhar. E, como este era em local não sujeito a inundação por Belo Monte, a empresa concluiu que seu Otávio não tinha direito à indenização. Entendeu agora?

— Sim, sim. Mas que confusão...

— E por isso a empresa não o considerou atingido.

— *Eles não consideraram e ainda diziam que o lote era meu, aí foi preciso o dono do lote vir para poder fazer a declaração*⁷⁵.

— E tem mais... Como o seu Otávio trabalhava fora de sua propriedade durante boa parte do tempo, no dia em que a empresa fez o cadastro das pessoas que seriam indenizadas, ele não entrou na lista dos que tinham direito à “compensação”. Coloco aspas aqui porque entendo que não existe indenização/compensação para determinadas situações. Nem tudo pode ser convertido em uma quantia monetária. Ou seja, como os funcionários da empresa não encontraram seu Otávio em seu lote, eles o classificaram como “apenas um pescador” da região da ilha onde ele morava, a “Ilha de Serra”. Não o reconheceram como morador da ilha. E por não ser morador da ilha, não tinha direito a indenização como morador.

— *É porque não botaram no cadastro (refere-se à empresa), fizeram como se eu não fosse morador e sim pescador. Não tinha nada a ver!*

⁷⁵ Ou seja, o imbróglio somente foi resolvido quando o verdadeiro dono da propriedade, que a empresa Norte Energia dizia pertencer a seu Otávio, apresentou junto a empresa os documentos comprobatórios do título da terra. Dando-se por encerrado a questão.

— E, em virtude dessa confusão (feita pela empresa!), foi atribuída indenização irrisória a seu Otávio, apenas doze mil reais (R\$ 12.000,00). Segundo o entendimento da empresa, o valor era mais do que suficiente para compensar os anos devotados a atividade da pesca por seu Otávio. A quantia indenizatória era justa quando da compensação de suas atividades como pescador.

— Eita! Sinto cheiro de confusão a vista.

— Exatamente! Seu Otávio procurou o Movimento “Xingu Vivo Para Sempre”⁷⁶ e o movimento acionou a procuradora da república Thais Santi sobre o caso. E, por ocasião de uma audiência pública, que contou com a presença do IBAMA, do MPF, da Norte Energia e das populações socioespacialmente atingidas pelo “grande projeto” UHE Belo Monte, a questão da compensação atribuída a seu Otávio voltou a ser tratada. Tendo em vista a convocação, pelos movimentos sociais e pelo MPF, de todos aqueles que se sentiam prejudicados, penalizados e/ou injustiçados pelo empreendedor de Belo Monte, a empresa Norte Energia.

— E o que aconteceu na reunião seu Otávio?

— *Nós fomos à reunião⁷⁷ aí tem um rapaz lá da Norte Energia... Aí quando eu falei que a minha indenização tinha sido 12 mil, ele disse “**vá lá no escritório da Norte Energia de manhã para você escolher a sua casa**” (grifo nosso). Ele falou isso na frente da doutora Thais⁷⁸ e do povo que estava lá. A doutora Thais disse “Pegue o meu cartão e o senhor, amanhã, fale comigo lá no Ministério Público. E você não deve aceitar nada que lhe derem que não seja a casa”. Aí, no outro dia cedo eu fui lá, chegando lá, o homem veio dizer para mim **que nunca tinha me prometido isso** (grifo nosso).*

— Que absurdo! E o senhor, o que fez?

— *Aí, eu fiquei até sem rumo. Aí, eu digo “rapaz você me prometeu, mas se está dizendo que não...”, Aí eu saí e fui direto lá na doutora Thais, chegando lá ela disse “Não, ele vai fazer o que prometeu! Ele vai fazer porque eu escutei!”. Aí fizeram outro processo para a juíza, aí por causa disso foi que saiu esta casa⁷⁹.*

76 Em Altamira, em virtude de tradicional atuação de lideranças e movimentos sociais na região, os moradores dessa cidade ou de cidades vizinhas, quando entendem que foram tolhidos de/em algum direito, costumam procurar primeiro os movimentos sociais para relatar algum fato. Estes por sua vez, os movimentos, a partir de uma espécie de “triagem”, encaminham os reclamantes para as instituições que julgam credenciadas para solucionar os diferentes problemas sociais. Passando a acompanhar os casos julgados mais graves. Os movimentos mais procurados nesses casos são: o Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS) e o Movimento Atingidos por Barragem (MAB).

77 Refere-se a uma das audiências públicas ocorridas em Altamira por ocasião da solicitação dos movimentos sociais e do Ministério Público Federal, na presença do IBAMA, da Norte Energia, dentre outras instituições e organizações, cujo objetivo era debater sobre as possibilidades de compensação, dos diversos grupos sociais atingidos por Belo Monte.

78 Refere-se a uma das procuradoras da República do MPF de Altamira, Thais Santi.

79 Refere-se à casa que conseguiu junto à empresa Norte Energia, em um Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) na cidade de Altamira, como “compensação” por sua moradia na “Ilha de Serra”, fruto de sua luta, em conjunto com o Movimento Xingu Vivo para Sempre e o MPF.

— Mas que história. Agora, me deixa perguntar uma coisa, como era a sua vida na beira do rio, como era a vida de vocês, sua e de sua família, lá na Ilha de Serra? Como era a vida antes de Belo Monte?

— *A minha vida lá era muito melhor, muito melhor! Lá, qualquer coisa que eu quisesse comer, tinha, aqui não interessa, os meus meninos trabalham, arruma dinheiro, mas não dá para nada, pelo tanto que nós somos, arrumamos 25 reais para comprar uma coisa para comer e amanhã já não tem mais nada. Está 25 reais o quilo da carne né? Aqui todo dia é vinte que é gasto, todo dia. Aqui eu pago, dessa casa aqui, estou pagando 100 reais de água. A energia, ainda ontem chegou de 114 reais, é desse jeito. Para mim ficou muito ruim, para mim ficou muito ruim. Eu, no mato, sei fazer tudo no mato. Qualquer hora da noite eu saio e não tenho medo de bicho nenhum me encontrar, porque todo bicho do mato eu conheço. É como eu falo para os meninos, esses negócios desses biólogos que aprendem estudando, isso daí eu sei indo no mato, eu duvido qual é o bicho do mato que eu não conheço, duvido qual é esse bicho... eu estou com 60 anos e me criei andando no mato...*

— Seu Otávio, o senhor disse ainda a pouco que seu pai está enterrado...

— ***Na mesma ilha em que o paredão da barragem está em cima*** (grifo nosso).

— E, o senhor tem quantos filhos? E onde eles nasceram?

— Seu Otávio tem nove filhos.

— Nove?! E todos nasceram na Ilha de Serra?

— *Todos os nove nasceram lá, nascidos e criados! Nós conhecemos esse rio, como eu falo, nós conhecemos para que em qualquer hora da noite nós possamos andar.*

— E o senhor sente falta de lá? Do seu lugar?

— *E muita... Rapaz, a gente morando assim pelo mato, é bom demais e os meus meninos todos sentem falta porque aqui eles não andam muito e os poucos conhecidos que temos, mora longe daqui. E, os que eu não conheço eu não vou lá, porque eu não sei quais são os bons e quais são os maus. Aí, a gente fica assim, porque a pessoa lá do mato tem até medo de certas coisas, mas os daqui da rua (referência à cidade) não tem. Eu falo para os meninos “faz um ano que nós saímos de lá e eu nunca mais trabalhei, só andando dentro de uma casa”. É difícil... ver o dia amanhecer e anoitecer, é difícil. Todos os vizinhos lá, todos eles eram gente boa com nós. Se eu estiver mentindo, se tinha algum que não prestava, eu estou mentindo. Todos eles faziam festas lá e todo mundo ia, quando um não ia, mandavam atrás para saber por que. Se não tivesse uma embarcação que coubessem todos, eles mandavam buscar e era assim. Ainda hoje, quando eles topam a gente (referência a encontros casuais pelas ruas de Altamira) é bom demais. Hoje em dia, não tem um morador na beira do rio, não tem! É porque aqui (refere-se à vida na cidade) eu estou em uma coisa sem futuro, porque aqui eu não estou fazendo nem raiva para os outros, pois eu não saio para que faça raiva a alguém. Aqui, os meus meninos ainda estão trabalhando porque eles sabem, nós não somos sabidos para uma coisa assim, aí o que eles arrumam, em um dia dá para comer,*

porque é na diária, mas eles não são pedreiros nem nada. Agora, se for para pilotar em um rio desses, se for para trabalhar na roça, tudo nós faz.

— Vou lhe fazer uma pergunta: Quando o senhor deita na sua rede, na sua cama à noite, em o quê o senhor pensa?

— *Eu fico pensando que ainda não arrumaram um lugar para mim trabalhar...*

— Um lugar pro senhor trabalhar. E, esse lugar para trabalhar é onde?

— ***É na beira do rio! Porque na beira do rio nós sabemos! E nós não compramos o peixe e essas coisas***⁸⁰ (grifo nosso).

— Entendo.

— É... Tá na hora de voltar pro ônibus.

— sim, tá na hora.

— Obrigado por compartilhar sua história seu Otávio. Obrigado mesmo!

— Obrigado e boa sorte para o senhor e sua família.

Seguindo viagem: Lamento, dor e revolta no Xingu

“Eu falo sempre assim, que eu não estou vivendo, eu estou vivenciando os outros viverem”

(Raimunda Gomes)

— O amigo viu o quanto que Belo Monte “melhorou” a vida do povo? Sentiu o quanto as pessoas que, compulsoriamente, tiveram que sair de suas casas, de seus lugares, estão “contentes” e são “gratos” por este “projeto de desenvolvimento”?

— Olha... eu estou até agora pensando na última frase dele, de seu Otávio.

— Há muita violência expressa naquela frase mesmo. Quando ele afirma que é na beira do rio que deseja viver ***“Porque na beira do rio nós sabemos! E nós não compramos o peixe e essas coisas”*** isso é muito violento para mim. Como podemos naturalizar o fato de milhares de pessoas serem forçadas, obrigadas a deixar suas casas, sua rede de vizinhança, de parentesco, suas vidas, seus

⁸⁰ Neste momento do depoimento, da entrevista de seu Otávio, os olhos dele lacrimejaram e a tristeza se instalou.

lugares para proporcionar a outros, a estrangeiros, a desconhecidos o tal “desenvolvimento”, a tal “segurança energética”. Por que temos que aceitar como natural a forma como se pensa, concebe e conduz os “grandes projetos” de geração de energia no país. Quem ou o quê nos dar esse direito de provocar estranhamento nas pessoas? De arrancá-las de suas terras, de seus territórios? De torná-las ignorantes e pobres da noite pro dia. Por que devemos arrancá-las do local onde estas “sabem”; onde elas “são” e delegá-las à ignorância, ao “não ser”. Que lâmpada acessa no país vale mais do que a fome de um sujeito, de uma família, de uma comunidade, de uma rua inteira? Como a fome de centenas, ou mesmo milhares de pessoas, pode funcionar como um fator qualquer, na análise dos custos e/ou benefícios de outrem? O que nos dar o direito de dizer, de decidir que o sofrimento, a dor e a fome desses sujeitos são um mal necessário. A forma como se produz e gera, majoritariamente, energia no Brasil nos impõe a necessidade de esquecer. Esquecer dos outros. E, esquecendo dos outros esquecemos de nós. Quando esquecemos quem são os humanos. Já esquecemos que somos (ou seria fomos?) humanos.

— Forte o que dizes. Muito forte.

— Vou apresentar o amigo a mais um sujeito socioespacialmente atingido. Mais um que foi compulsoriamente deslocado. Vamos conversar, vamos ouvir o que tem a dizer Raimunda. Se o amigo pensa que já ouviu tudo que tinha que ouvir de violência, descasco e arbitrariedades está enganado. Raimunda, essa mulher que está em sua frente neste momento teve a casa queimada durante o processo de remoção, ou melhor, durante o deslocamento compulsório, desterritorializante/desterritorializador comandado pela empresa Norte Energia, a partir de suas dezenas de empresas terceirizadas.

— Queimaram sua casa?!

— Sim. Queimaram minha casa. *Sou a única que foi queimada no beiradão⁸¹ que eu me lembre. Por conta que eu não me calo. Eu falei foi na cara do advogado deles (refere-se a um advogado da empresa Diagonal, terceirizada da Norte Energia), quem fez curso pra mentiroso aqui foi você, não foi eu não, cê me respeite, deu até vontade de dar uma mãozada na cara dele aí na Norte Energia, pra ele criar vergonha, esse safado. [...] Eles queimaram, se eles disserem que não queimaram, é mentira, está aqui a foto (mostra várias fotos no aparelho celular), eu sei o dia, eles queimaram no dia 31, eles queimaram dia 30, me ligaram dia 31 (de agosto de 2015) e eu fui lá dia primeiro, deu tudo de polêmica para lá, e eu fui na Polícia Federal, porque a Polícia Civil não quis me atender, pois não era competência deles, eles que me mandaram para a Polícia Federal, por isso que eu fui.*

— Onde estava localizada sua casa Raimunda?

— *No Pau Rolado. Estava embargado, então eu pensei: “eles vão respeita a justiça”.*

— O amigo está entendendo o que Raimunda diz? O processo de remoção compulsória na região das ilhas estava suspenso pela IBAMA.

— Que absurdo!

81 Ou seja, foi a única ribeirinha a ter a casa queimada. A única moradora da beira do rio (beiradão) que teve sua casa queimada durante o processo de deslocamento compulsório da UHE Belo Monte.

— A empresa não poderia fazer nada durante este período, porque o Ministério Público Federal entrou com uma ação na justiça solicitando a revisão de alguns casos de desapropriações.

— *É, pediu pra rever o expulsório das famílias. Eu me acomodei achando que eles respeitariam a justiça, mas foi isso que eles não fizeram.*

— Quando você chegou lá no Pau Rolado, a casa estava queimado?

— *Não meu amigo, foi pior. No domingo eles queimaram a casa, na segunda eles me ligam e eu vou na terça, porque eles me ligaram segunda perguntando se eu tinha retirado “meus resíduos”. Eu falei: “eu vou cedo, tiro a madeira que eu quero pego minhas coisas e boto no barco, quando eles chegarem lá, está desocupada a casa para eles tomarem de conta né?” Mas estava embargado (refere-se ao processo de desapropriação), só que quando eu cheguei lá, eles já tinham queimado. Eles queimaram no domingo e me ligaram na segunda.*

— Raimunda, como você explica o que aconteceu com você?

— *É por conta, que eu sou bagunceira, não vou mentir não. Eu não me calo não. Eu digo o que eu sinto, nem que eu apanhe, na cara. Embora que eu apanhe, mas eu falo o que eu penso.*

— A empresa pediu para Raimunda retirar “os resíduos” dela da casa. Na verdade do “barraco”. A empresa disse que Raimunda tinha um “barraco” na ilha. Ou seja, classificou a casa de Raimunda de “barraco” e seus pertences de “resíduos”. Sensível não?

— E como você fez após ter tido a casa incendiada Raimunda?

— Por sorte tinha outra casa na cidade.

— Entendo. E, onde se localizava a casa da cidade?

— *Em uma comunidade chamada “Invasão dos Padres”.*

— Eu ainda estou imaginando a casa queimando. E estou tentando me colocar em seu lugar. Você é forte Raimunda.

— *Tu não viu que eu sou uma Pindoca? Que quanto mais cascas de mim arrancam, mais eu me renovo?*

— E você gostava de lá do Pau Rolado? Gostavas da vida lá?

— ***Isso ali era a minha vida, o Xingu. Entendeu?*** (grifo nosso).

— E a casa da cidade Raimunda?

— Raimunda teve que ser indenizada pela casa da cidade também. Pois, o local onde morava na cidade de Altamira, segundo a empresa, seria inundado tal qual a ilha do Pau Rolado, quando do momento do enchimento do reservatório da Usina.

— Entendo. E a casa da cidade? Julgas que foste justamente indenizada?

— *Não. E fui roubada também, porque eles me pagaram 84 mil (R\$ 84.000,00 MIL REAIS) em uma casa construída 10 por 14, entendeu? Eles me deram 84 mil na minha casa, e não pude reclamar, porque eu não tinha para quem. Para quem eu iria falar? Se a justiça está aí, fazendo injustiça cada vez mais. A justiça está feita, é só a justiça se manifestar e ela acha defeito. O defeito está na justiça, porque a injustiça no mundo e aqui em Altamira está total, veja, estamos há oito dias sem água. E eu queria empurrar isso na minha cabeça? A casa que eu queria era de alvenaria, eles me deram? Não me deram!*

— E a propriedade do Pau Rolado? A empresa ao menos indenizou vocês pela propriedade?

— *Essa é a burocracia meu querido, foi 23 mil, eu entrei na justiça porque eu não estava satisfeita. Eu só assinei isso, porque este daqui estava quase morto (referência ao marido João acometido por um derrame após uma discussão tensa, junto a equipe responsável pelo processo de desapropriação da Norte Energia), e está aí a prova, porque ainda está doente até hoje o homem.*

— 23 mil reais?

— *23 mil por uma história!*

— Como era a propriedade de vocês lá no Pau Rolado?

— *Era um sítio. No meio da Amazônia eles alegaram que na argila não dá nada, eu provei para eles, dá sim senhor! Nós regávamos a terra botávamos estrume de gado, merda de boi, de galinha, e está aqui: banana, mandioca. Eu tenho prova onde eu entregava o meu material, na Panela de Barro (um restaurante tradicional da cidade de Altamira), no Alvorada (referência a um supermercado de grande porte que havia em Altamira). Eu tenho o documento da SPU (referência a Secretaria de Patrimônio da União) eu era assentada lá, eu vivia de extrativismo lá na terra, eu não estava lá por acaso, chega lá que nem um jarro, eu estava lá porque ali era onde eu vivia, e tudo isso.*

— E quantos anos você, seu marido, sua família passaram lá no Pau Rolado?

— *Olha, na área, para ficar fixo, nós começamos lá em 2005, mas desde 1995 que a gente frequentava, entendeu? De 2005, nós ficamos em definitivo.*

— Desde 95?

— *Lá era um ponto de apoio, mas aí, como a história da pesca estava ficando escassa, nós começamos a cultivar a terra, a plantar. Lá não tem um toco, até hoje pode ir lá, a terra era cultivada, deixa eu te mostrar a foto aqui e você vai ver (mostra no aparelho celular algumas fotos de sua antiga propriedade), para não dizer assim, vocês são doidos, mas nós não somos não. Nós limpávamos, tinha rastelo de vassoura, quatro tarefa de terra, não é para qualquer um não. Olha o plantio de milho, plantei dentro da água. Desde o abacaxi, a gente cultivava. Olha o tanto de macaxeira. Era aguado no balde. Pegava no rio e ia aguando. Começava às 5 da manhã e 9 horas tinha aguado a roça todinha. Muito serviço, cara, te juro, dá raiva até de pensar. Pepino, tudo*

zerado, tudo piverado, aguado. É isso (aqui houve uma longa pausa no relato de Raimunda, um longo silêncio acompanhado de tristeza e choro).

— Durante vinte anos? De 1995 até o momento do incêndio.

— *Durante vinte anos.*

— Como vocês faziam para trazer a produção da ilha? Para comercializar todos esses produtos que você mostrou pra gente?

— *Era de barco, trazia no barco.*

— Com que frequência? Todos os dias?

— *Todo fim semana. É, todo sábado. Na sexta. No sábado. Trazia no barco. Chegava lá, encostava o barco, botava o motor na poupa da canoinha e ia pescar. Na época que estava proibido, eu parava. Nós parávamos 15 de novembro a 15 de março (referência ao período em que a pesca é proibida, período do defeso), esse período a gente cultivava mais a terra, vivia dela. Nós mudamos para a ilha lá, no mês de março (de 2005) e para a casa da invasão dos padres em novembro, porque a invasão fez um ano dia 2 de novembro e nós nos mudamos dia 17, eu não invadi, eu comprei o direito de alguém, entendeu, aí, a gente se mudou para lá. Então as duas coisas andavam juntas. A moradia era a ilha e a moradia era o bairro.*

— Raimunda, permita-me fazer uma última pergunta, como é viver sem uma rotina construída ao longo de 20 anos? Como é que vocês vivem hoje?

— *Hoje eu tirei assim uma frase do nada, assim, uma frase que ninguém escreveu, eu falo sempre assim, que eu não estou vivendo, eu estou vivenciando os outros viverem, é diferente, vivendo eu estaria quando eu tinha a minha vida, o meu dinheiro do peixe, meu dinheiro, quando eu ia na feira todo domingo, na feira vendendo e comprando o que eu tinha por direito, hoje eu nem vendo e nem compro, então eu não estou vivendo, estou vivenciando os outros viverem, da maneira que eu já vivi um dia. É isso, porque, eu imagino que se eu tivesse lá, da minha casa para o rio eu levava as coisas no colo, que era pertinho. **Então, a minha vida ali era,** eu já estava acostumada naquela rotina. No sábado eu já sabia que eu tinha dinheiro, oitocentos, mil, mil e duzentos por semana, era o que eu vivia. Em uma fase na história, eu cheguei a fazer até mil e quatrocentos em uma venda de sábado para domingo, fazia a feira, deixava pra mim levar quando ia em casa para onde ele (referência ao marido), ele sempre mais na roça e eu na rua (refere-se a cidade), porque eu sou mais cricri na cidade mesmo, mas sempre eu não deixava ele abandonado. Estava sempre indo lá, dormia, passava uns dois dias e voltava de novo para a cidade. **Então, hoje, eu não vivo, eu vivencio os outros viver.** Pode abrir a minha geladeira aí e vê se tem um pepino, se tem uma folha, mas de tudo isso eu gosto, eu sou quase vegetariana, eu gosto de muita folha como eu não gosto de carne, mas hoje eu não tenho mais, o que eu comprava a rodo, o que eu comprava mais era a alface, o pepino, a cebola, essas coisas para mim já foram extintas.*

— Quantos filhos você e João tiveram Raimunda?

— *Sete! Todas mulheres, o único homem morreu. De sete filhos eu tenho seis filhos, mas eu criei mais uma, dá a mesma coisa.*

— *Você deve sentir muita falta de suas casas. Como você se sente sem suas antigas casas, sem os vizinhos de antes?*

— *Eu estou perdida! Digamos que eu fui para uma cidade grande que eu não conhecia, fui assaltada e fiquei sem nada, digamos assim. Lá eu tinha a farmácia perto, tinha o açougue, tinha a parada do mototáxi, tinha ponto de táxi, aqui eu não tenho nada disso, estou no meio do nada (referência ao local onde está localizada a nova moradia, onde o dinheiro deu pra comprar). Aqui são aproximadamente sete quilômetros para que eu chegue no centro, lá eu estava no mesmo em dez minutos. Eu estou tentando me achar, para te falar a verdade, eu fiz assim, eu estou perdida, não de consciência, mas perdida de endereço. Eu, nem a casa, eu botei a porta na frente, coloquei de lado, para que eu tire a metade do que eu sinto, sei lá, eu estou isolada aqui (referência ao novo local onde mora com o marido), é isso. Eu não me sinto bem aqui, eu não vou mentir, aqui é meu, eu posso chegar, abrir, entrar, é meu, mas não era isso aqui que eu pensei em ter um dia, não era para está aqui. Não fui eu que escolhi está aqui, aconteceu! Eu não planejei morar no Bacana (novo bairro fruto da expansão urbana de Altamira, a partir da dinâmica imposta por Belo Monte), mas aqui foi onde eu encontrei uma forma de comprar e fazer a minha casa. Eu não queria ficar inadimplente, comprar um lote e demorar um bocado de tempo para pagar, não era isso, eu queria comprar um e ficar igual ao que eu tinha lá e poder falar é meu! Aqui, eu comprei o lote por 20 mil, isso aqui foi 20 mil, dei 25 mil para o homem deixar no jeito está aqui e 39 de material, acabou-se aí o dinheiro. Então é assim, eu não me encontrei, ainda, de verdade aqui nessa casa, as vezes eu me acordo procurando a porta do quarto, eu já peguei moto lá no centro achando que ainda morava lá, me perdi para lá, chegando lá percebo que não morava mais lá. A última vez que eu fiz isso, não tem nem um mês ainda, não sei o que aconteceu comigo, estava conversando com a dona Graça, peguei um mototáxi e mandei ele me lavar para a Invasão dos Padres, então o homem me disse que lá não morava mais ninguém e o que eu iria fazer lá, eu disse: desculpa aí eu estou maluca. Eu até brinquei com ele, eu estou perdida em Hollywood, eu moro é no Bacana na Airton Sena. **Então é assim, eu ainda não me sinto assim, como uma planta que foi tirada do seu lugar e ainda não pegou, é isso** (grifo nosso). Estou tentando viver onde eu estou.*

— *E, mas do que você sente mais falta de lá? Porque que você se agarrou lá? O que permitiu que tu te enraizasses lá? Que aqui essa planta ainda não se firmou. Porque que vingou lá e aqui ainda não?*

— ***Lá, foi uma coisa desejada.** Lá, eu queria estar lá. Lá, eu imaginei que eu iria morar na terra firme, pois eu morava em palafita na peixaria. Lá, eu estava sonhando com a terra firme. **Lá, eu me vi naquele lugar antes mesmo de morar nele e aqui, eu estou morando e ainda não consegui me encontrar.** [...] Ali, eu me encontrei antes mesmo de chegar, ali eu já fui uma planta pronta para tirar da saca e ser plantada no chão. Aqui não, eu estou tentando, sei lá, eu nem se te explicar como é que me sinto aqui, para te falar a verdade eu me sinto bem na rua, lá pelo menos eu fico conversando com as pessoas, quando chega a hora de vir para casa eu logo penso se quero vir ou se quero ficar.*

— *Prometo que esta é minha última pergunta. E aquelas pessoas que você tinha contato, semanalmente ou até diariamente? Fossem estas do beiradão ou da rua, há quanto tempo que você não tem um encontro com essas pessoas? Os amigos do peito, os vizinhos queridos.*

— *Não sei nem onde eles moram. Eu sei o rumo em que eles moram. Só sei porque alguém me disse que eles foram, não os vi mais e o único que eu ainda vi depois de toda essa história da mudança, de queima e de tudo, foi uma senhora que está com o filho internado. A minha vizinha mesmo, ela está morando no São Joaquim, uma, a outra mora aqui no Casa Nova e o resto mora no Jatobá, mas eu não sei onde ninguém mora, sei o rumo, mas não os vi mais.*

— Obrigado Raimunda por ter compartilhado sua experiência conosco. E espero que dias melhores não tardem para você e sua família.

— *De nada. Assim... você desabafar é muito bom. Você contar sua história e ser uma história assim que foi vivida na pele... é bom. Você se sente mais leve.*

— Essa é Raimunda... Sua força e sua história me lembram o poema “Aninha e suas pedras” de Cora Coralina⁸².

— Obrigado Raimunda.

— Estamos chegando na cidade de Novo Repartimento. A cidade trevo desta região. É ela quem liga por terra as três cidades mais importantes do sudeste e sudoeste do Pará: Marabá – Tucuruí e Altamira.

— Cidade trevo (risos). Interessante metáfora. Metáfora que me faz pensar, mais um pouco, sobre os casos de seu Otávio e Raimunda. Se estou em uma cidade trevo tenho opções de escolha a minha frente. Escolhas estas que podem ter diferentes “determinantes”, por exemplo: posso escolher por voltar ou continuar próximo da família, posso escolher uma oportunidade de trabalho, posso escolher

onde julgo ser melhor para continuar e/ou iniciar os estudos, ou ainda escolher onde financeiramente é mais adequado as minhas condições materiais de existência, etc.

— Onde o amigo deseja chegar?

— Em todas ou para todas as situações que apresentei nesta estória conjectural afirmei que se tratava de uma “escolha”. Ninguém me impôs nada. Ninguém me forçou a nada. Eu tive o “poder” de escolher.

— Já entendi...

— Já né? A pessoas como seu Otávio e Raimunda e tantas outras, milhares de outras, foi apresentada uma “opção de caderno”, não uma escolha. A escolha pressupõem uma decisão individual e/ou coletiva construída acima de tudo. E não “apresentada”, ou seja, imposta. Esses grandes projetos, essas grandes obras, esses empreendimentos são por natureza autoritários. Por isso “atingem” as pessoas; por isso a necessidade de “realocar” expressivos contingentes humanos; por isso muitos atingidos e realocados são vítimas de uma “migração forçada”; o “reassentado” é, sobretudo, um desterritorializado, um deslocado. Quando o arrancam de seu território há um profundo abalo em sua “identidade territorial”; a “transferência de população”, é na verdade a transferência de corpos números, a-históricos, implica em transferir abstrações; o “remanejamento” de pessoas significa, concretamente, remanejar sonhos, projetos, vidas, vidas concretas, prenhe de historicidade, de espacialidade. Os “deslocamentos forçados”, “os deslocamentos compulsórios” embora nos leve a pensar sobre o quão agressivo é esse processo, posto se configurar como um componente quase que obrigatório dos grandes projetos, ainda sim, não são, e nunca serão, capazes de mensurar o “lamento e dor” destes sujeitos atingidos. Nunca pois, o trauma de toda essa mudança vivida, mudança imposta sobre vidas, tem um indissociável componente espacial. A “condição espacial” de diferentes sujeitos foi radicalmente alterada. Não por sua escolha, mas, pela escolha de outrem. Trata-se assim, de um processo que leva à criação de uma espécie de refugiado, o qual eu chamaria de “refugiados de espoliação”.

— Refugiados de espoliação? Por quê?

— Porque foi a necessidade inerente ao sistema capitalista de procurar seus “ajustes espaciais” a causa maior das alterações fulcrais nas vidas dessas pessoas. O processo de “acumulação por espoliação” tem como resultado, quando da prática dos grandes projetos, a criação de refugiados vítimas da espoliação do capital. E só mais uma coisa, o “lamento e dor” dos atingidos é ligado as suas experiências de vida e, como tal, possui uma natureza espacial. Perder a casa, o sítio, os vizinhos, a comunidade, a ilha, o cotidiano, em outras palavras, perder o território, a territorialidade e o lugar, a lugaridade são os motivos do “sofrimento e dor” das pessoas. São a essência de seu “lamento e dor”.

— Interessante... gostaria apenas de acrescentar um viés, explicitamente, político a interpretação do amigo. Como forma de deixar bem claro o papel do Estado nisso tudo. Concordo com a ideia de “refugiados de espoliação” mas, também penso que estes sujeitos são “refugiados de exceção”, posto que são produtos de um regime, de um “estado de exceção”.

— (Motorista): “Senhores, Senhoras, chegamos em Novo Repartimento. Vamos parar 10 minutinhos aqui”.

— Chegamos. Preciso de um café.

— É, um café ajuda nessas horas.

Continua...

SEGUNDA PARTE:
AS RAZÕES DE BELO MONTE

CAPÍTULO 3

A TRISTE SINA DA AMAZÔNIA: Uma região subalternizada pelo Brasil e o Mundo

3.1 – Os interesses corporativos do capital nacional e internacional e a produção de energia na Amazônia: o Estado brasileiro enquanto vassalo do Capital

A economia ligada à extração mineral e a necessária produção de energia, que dar-se de maneira intensiva para atender os complexos industriais têm, historicamente rendido frutos ingratos ao país. Sejam estes de ordem ambiental, econômica ou mesmo política. A construção, operação e manutenção de Usinas Hidrelétricas, componente fundamental para a viabilização da extração mineral, exigem muito do meio ambiente. Não obstante, as receitas (os proventos tributários) deixadas por este setor (o elétrico) aos estados e ao país são pírias, quando se considera o potencial gerador de emprego e a acentuada degradação ambiental que acompanha a atividade extrativa mineralógica no Brasil e, em especial, na Amazônia. Fearnside (2015) aponta que

Planos para construir hidrelétricas na Amazônia preveem dezenas de grandes barragens e mais de uma centena de pequenas barragens. Brasil, Peru e Bolívia são os países mais afetados, mas também existem planos para o Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname. A tomada de decisões no Brasil é fundamental para estas tendências, não só devido ao grande número de barragens planejadas na Amazônia brasileira, mas também porque o Brasil é o financiador e construtor de muitas das barragens em países vizinhos (FEARNSIDE, 2015, p. 10).

As articulações políticas que viabilizam o funcionamento e expansão deste setor da economia têm sido cada vez mais, avaliadas negativamente por parte da sociedade civil organizada, seja no Brasil ou em outros países. O que se justifica tendo em vista os (muitos) impactos socioespaciais causados pela construção de grandes objetos técnicos hidroelétricos. Os impactos causados por estas

[...] incluem efeitos sobre os povos indígenas, como a perda de peixes e de outros recursos dos rios. Impactos do reassentamento de pessoas urbanas e rurais representam uma concentração do custo humano desta forma de desenvolvimento. Isto também é verdade em relação aos impactos sobre os moradores a jusante, que perdem a subsistência baseada na pesca e agricultura na várzea. Impactos dos reservatórios sobre a saúde incluem a proliferação de insetos e a metilação de mercúrio (transformação deste metal na sua forma tóxica). A perda de vegetação pode ocorrer não só por causa da inundação direta, mas também pelo desmatamento por residentes deslocados pelo reservatório e por imigrantes e investidores atraídos para a área (inclusive pela construção de estradas até os locais das barragens), e o agronegócio viabilizado pelas hidrovias associadas às barragens (FEARNSIDE, 2015, p. 10).

Como, portanto, desenvolver pesquisas que contemplem a complexidade que permeia essa temática? Qual seja a que envolva interpretar e analisar os “grandes projetos” (e seus circuitos econômicos), a partir da evidencialização dos impactos socioespaciais gerados à sociedade local? E, até que ponto se pode falar em termos de impactos restritos a escala local?

Segundo nosso entendimento, a(s) estratégia(s) para vencer as dificuldades postas, passa pelo desenvolvimento de um esforço teórico-metodológico voltado à construção de um objeto de pesquisa, capaz de priorizar a análise espacial a partir da consideração da técnica e da escala.

Conforme as reflexões/contribuições de Santos (2004b) e Massey (2004) vimos que é possível conceber o espaço como: a) um produto de inter-relações, pois sua constituição dar-se por meio de interações que se materializam em distintas escalas, variando desde a imensidão do global até o intimamente pequeno; b) um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações; c) enquanto esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, esfera essa marcada pela coexistência de distintas trajetórias, o que implica a existência da pluralidade; e d) finalmente, e precisamente porque o espaço é o produto de relações-entre, relações que são práticas materiais necessariamente embutidas e que devem ser efetivadas, ele está sempre em um processo de devir, está sempre sendo feito – nunca está concluído, nunca se encontra fechado.

E ao concebê-lo assim, buscamos desenvolver um entendimento próprio da Amazônia e de seus “processos de espoliação”. Além dos autores mencionados acima, o trabalho intitulado “A Produção do Espaço Urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais” (SPOSITO, 2011) possibilitou que construíssemos impressões e desenvolvêssemos reflexões/interpretações mais coesas acerca de nossa realidade empírica. Buscamos unir, portanto, a contribuição de Sposito (2011) – no que concerne a leitura dos processos no/do mundo – e as “recomendações metodológicas” feitas por Marre (1991), em relação à construção do objeto de pesquisa, à tríade que estamos a desenvolver. Tendo por objetivo explicar a lógica que alimenta a construção de novas usinas hidrelétricas na Amazônia.

Esse caminho teórico-metodológico nos proporcionou entender que a intensificação das relações econômicas dadas no plano nacional e internacional, incide de forma cada

vez mais intensa sobre a Amazônia brasileira, especialmente em suas porções central e oriental. Processo este garantido por meio da atuação, de conglomerados econômicos que agem nacional e globalmente, a partir de uma intensa articulação entre escalas. Em outros termos, estamos a afirmar que, a análise de fenômenos e/ou de processos desencadeados na região, deve ser entendida a partir da atuação (e das ordens) de agentes exógenos ao espaço amazônico. Agentes esses capazes de reconfigurar e impor novas dinâmicas de produção ao espaço urbano regional.

Como? Por meio da atribuição de novos conteúdos e significados, ao processo de produção social do espaço nesta formação socioespacial. Processo este, capaz de revelar e redefinir particularidades no concernente à “diferenciação socioespacial”, conforme nos fala (SPOSITO, 2013). Não obstante, para que possamos desenvolver um pleno entendimento dos processos do presente, é necessário recorrer ao passado, atentando-se, especialmente, para as lógicas que possibilitaram a ocupação da região. As intencionalidades presentes desde a colonização ajudam-nos na elucidação dos acontecimentos da atualidade.

3.1.1 – A Amazônia frentes aos interesses endógenos e exógenos

Segundo Becker (2001) distinguem-se três níveis conceituais de análise quando da análise do processo de ocupação da Amazônia. **O primeiro** refere-se ao histórico padrão econômico *voltado para o atendimento do mercado externo* que, desde o início do processo de colonização até os dias atuais, é a motivação dominante na ocupação regional.

É importante ressaltar que a ocupação da região se fez por meio da extração intensiva de dados produtos valorizados conjunturalmente no mercado internacional, que possibilitavam vida socioeconômica em dados pontos do território, seguidos de longos períodos de estagnação. A esse padrão podem ser atribuídas duas características básicas quanto a ocupação regional. *Primeira, a ocupação se fez ontem e, se faz hoje ainda, a partir de iniciativas externas.* Característica segunda, sem uma boa estratégia Geopolítica, o controle de tão extenso território, seria inviabilizado (BECKER, 2001). **O segundo** nível conceitual,

[...] refere-se à experiência histórica e ao confronto de modelos de ocupação territorial. Tratam-se de duas concepções distintas. *Uma, predominante, baseada numa visão externa ao território, que afirma a soberania privilegiando as relações com a metrópole; ou seja, um modelo exógeno. A outra, baseada numa visão interna do território, fruto do contato com os habitantes locais e privilegiando o crescimento endógeno e a autonomia local*, como foi o projeto missionário (...). Os efeitos econômicos governamentais foram desagregadores para o Vale do Amazonas, mas foram condição para a unidade política da Amazônia (MACHADO, 1989; BECKER, 2000b apud BECKER, 2001, p. 136, grifo nosso).

Um **terceiro** nível conceitual diz respeito aos “modelos/padrões espaciais” em si. No que concerne ao atendimento das demandas externas, o modelo/padrão exógeno é o de maior uso e o que utiliza redes de articulação externa, compostas por vias de circulação e seus respectivos “nós”, ou seja, núcleos que garantem a produção e sua concentração voltada para a exportação. O modelo/padrão endógeno é, de maneira geral, fundamentado em áreas relativamente extensas e isoladas, tendo em vista serem constituídas por populações que vivem de produtos naturais locais (BECKER, 2001).

E, complementando a autora, podemos afirmar que historicamente há valorização do exógeno em detrimento do endógeno. Seja este exógeno as outras regiões do Brasil ou o mercado internacional. Cabe, todavia advertir que tanto os modelos exógenos como o endógeno são mais complexos que a leitura apresentada pela autora. Formas de produção variadas na Amazônia, que respondem, por exemplo, pela dinâmica e diversidade dos chamados “sistemas produtivos inovativos locais” dão-se a partir de ordens exógenas ao território. E que, modelos cujo discurso se sustenta no desenvolvimento local e na autonomia dos lugares, na verdade servem para desestruturar os lugares e promover a dependência (e não o desenvolvimento) local.

Não obstante, em que pese a advertência sobre a existência de um quadro social mais diverso, o que poderia ser apontado como diferença importante entre os dois padrões de uso e ocupação do território proposto por Becker (2001)? Segundo esta autora, o privilégio conferido à exportação (pelo exógeno) *versus* o desenvolvimento local (do endógeno), e a predominância de sua utilização é um aspecto de diferenciação importante no que concerne a distinção entre estes (BECKER, 2001).

A partir da segunda metade dos anos de 1950 do século passado, um projeto geopolítico para a modernidade passa a ser desenhado para a Amazônia brasileira e este passa pela adoção de um conjunto de redes técnicas ao espaço amazônico, tendo em vista, a abertura da região a um novo momento de extração de suas riquezas. Todavia, a

fase inicial da formulação deste projeto de modernidade dar-se entre os anos de 1930-1960 e corresponde em boa parte à forma como o Governo Vargas enxergava e pretendia explorar a Amazônia. Esta deveria ser integrada rapidamente ao mercado nacional, associando-se assim ao avanço da industrialização.

Este processo acabou por desencadear a abertura da região aos interesses nacionais. Não sendo mais possível falar em termos de um “arquipélago amazônico”. Todavia, foi no governo de Juscelino Kubitschek, que ações efetivas desenvolveram-se tendo por intuito integrar *efetivamente a região amazônica ao coração econômico do país*. A partir da implantação das rodovias (1958) Belém-Brasília e Brasília-Acre, o processo de ocupação regional antes dado pelos rios se reconfigura e processos de dinâmicas novas se fazem presentes na Amazônia, motivados dentre outros aspectos pela migração intensa em direção à porção norte do país. Atestado pelo expressivo crescimento populacional regional que salta de um (1) para cinco (5) milhões de habitantes, entre os anos de 1950 e 1960 (BECKER, 2001).

Crescimento demográfico este que exigiu, por parte do Estado, a proposição de políticas de planejamento regional para a Amazônia, entre os anos de 1966 e 1985, a partir de uma forte atuação estatal.

[...] O Estado tomou a si a iniciativa de um novo e ordenado ciclo de devassamento amazônico, num projeto geopolítico para a modernidade acelerada da sociedade e do território nacionais. Nesse projeto, a ocupação da Amazônia assumiu prioridade por várias razões. Foi percebida como solução para as tensões sociais internas decorrentes da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e do Sudeste pela modernização da agricultura. Sua ocupação também foi percebida como prioritária, em face da possibilidade de nela se desenvolverem focos revolucionários (BECKER, 2001, p. 137).

Importante considerar ainda as preocupações, por parte do Estado brasileiro, no concernente à migração dos demais países amazônicos em direção a Amazônia brasileira. Esta região na década de 1960 do século XX começava a vivenciar um processo de modernização de suas instituições. “*Em 1966, o Banco de crédito da Borracha é transformado em Banco da Amazônia (BASA), e a SPVEA é transformada na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)*” (BECKER, 2001, p. 137). Além disso, ainda nos anos 60, é criada a Zona Franca de Manaus, com característica de enclave industrial, situado entre um meio de base extrativista e a fronteira norte do país.

Seguindo o pensamento de Lefebvre (1978 apud BECKER, 2001, p. 137) sobre o Estado, Becker explica a lógica de atuação do estado brasileiro na Amazônia. Afirma a autora que

[...] a construção do território, fundamento concreto do Estado, passa a produzir um espaço político – o seu próprio espaço – para exercer o controle social, constituído de normas, leis, hierarquias. Para tanto, impõe sobre o território uma malha de duplo controle – técnico e político – constituída de todos os tipos de conexões e redes, capaz de controlar fluxos e estoques, e tendo as cidades como base logística para a ação. Essa malha, que denominamos ‘malha programada’, foi implantada entre 1965-85, no estado brasileiro da Amazônia, visando completar a apropriação física e o controle do território (BECKER, 2001, p. 137).

Em outros termos, é possível afirmar que a partir da segunda metade dos anos 1950, a lógica de exploração da riqueza e de produção social do espaço, em diferentes lugares do planeta, reconfigura-se em um “sistema mundo” (DOLLFUS, 2002) cada vez mais expresso na abrangência da vida econômica tendo escalas maiores e mais complexas de fenômenos e/ou processos. O fundamento e o reflexo “ *dessa ampliação escalar de ações é a redefinição, em qualidades (tipos), quantidade (número) e intensidade (frequência), do modo como às interações espaciais se estabelecem no período atual*” (SPOSITO, 2013, p. 125).

A lógica de ocupação do espaço amazônico se altera de maneira significativa pós anos 60 do século XX, a partir da abertura das estradas (dos grandes eixos rodoviários), fazendo com que se constitua uma Divisão Social e Territorial do Trabalho entre as cidades da Amazônia marcada por uma progressiva ampliação nas escalas de fenômenos e processos potencializadores de dinâmicas des(re)estruturadoras junto às sociedades e territórios amazônicos.

Este processo, marcado pela simultaneidade de tempos, provocada pela dinâmica do capital e pelo poderio estratégico das ações dos Estados nacionais, permite que ocorra uma redefinição das escalas, vetores e fluxos (de ações, pessoas, mercadorias e /ou informações), implicando na redefinição de lógicas de localização das atividades produtivas e de circulação de bens e serviços ao redor do mundo, viabilizando desta feita taxa de lucro exorbitante ao capital internacional e multinacional. É o “ajuste espacial” do que nos fala Harvey (2004).

Esse conjunto de ações pensadas (e não pensadas), chamadas por Sposito (2013) de “imponderabilidades”, resultam em sistemas urbanos de alto grau de integração, complexo padrão de organização e níveis de natureza diversos. Essa linha de interpretação serve para entender a função delegada a Amazônia desde de a segunda

metade do século XX. Cujas transformações de ordem socioespacial promovidas pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte à cidade e à região de Altamira são expressões concretas.

Em síntese, podemos afirmar que, a “formação socioespacial” (SANTOS, 2005) amazônida, em especial, quando da consideração do papel que exercem sobre o território suas cidades, são importantes exemplos desta dinâmica renovada e renovadora do mundo atual. Nas palavras de Sposito, que jogamos importante também para pensar a realidade amazônida, temos que

A redefinição do escopo e da qualidade das relações entre as cidades pode ser apreciada segundo muitas perspectivas, entre as quais destaco duas. De um lado, observa-se *a intensificação das relações no âmbito de diferentes redes urbanas, tomadas e reconhecidas em diferentes escalas*, o que se pode notar pelo aumento da quantidade e da frequência das interações. De outro, há *a possibilidade e a realização de interações espaciais entre cidades componentes de redes urbanas distintas*, o que implica em mudança na qualidade das interações, gerando também o aumento na quantidade e na frequência delas (...)” (SPOSITO, 2013, p. 126, grifo nosso).

De fato isto nos serve, serve para pensarmos a Amazônia tendo em vista que, a partir da segunda metade do século XX, a um processo dinâmico e acelerado de reestruturação regional comandado a partir das cidades, conforme ordenamento territorial proposto por um Estado que é centralizador e tem por objetivo viabilizar o território para a atuação do grande capital, seja este nacional ou estrangeiro.

Desta forma, acreditamos que, a proposição de “grandes projetos” (grandes objetos técnicos), permitiram, para o caso da Amazônia, o surgimento de “sistemas urbanos abertos” (SPOSITO, 2013), que conformam e permitem entender as redes urbanas hoje (no mundo, no Brasil e, por conseguinte na Amazônia), à luz da consideração de relações em múltiplas escalas, dotadas de contornos “mutantes e imponderáveis” (SPOSITO, 2013), a semelhança da velocidade do Capital.

É importante destacar ainda, que

[...] além de divisões interurbanas do trabalho que se estabelecem no âmbito de diferentes redes urbanas, temos a conformação de diferentes sistemas urbanos, compostos por relações entre várias redes urbanas, sistemas esses estruturados e articulados em escalas geográficas (e não cartográficas) de diversas dimensões e importâncias.

Não se trata, apenas de mudar a escala, a partir da qual as dinâmicas vão ser estudadas, mas sim de articular entre si escalas cujos âmbitos de realização social e econômica se sobrepõem, se combinam e entram em conflito simultânea e continuamente. (SPOSITO, 2013, p. 127)

A partir do referencial teórico apresentado, temos que a Amazônia (historicamente concebida como região subalterna do Brasil e do mundo), por meio de seus centros urbanos e a partir das ordens do Estado brasileiro, serve aos interesses do capital, dos grandes conglomerados de atuação nacional e internacional. E que, as mais claras demonstrações dessa subserviência são, justamente, os “grandes projetos”. Estes, por sua megaescala de impacto sobre territórios e sociedades, buscando a entender interesses outros, diferentes e divergentes dos interesses regionais, são a expressão da hegemonia das verticalidades sobre as horizontalidades historicamente constituídas.

Há muito conectada à economia mundo, a Amazônia continua a ser vista como fornecedora de produtos primários, de baixo valor agregado (apesar de o alto valor estratégico). Sendo ainda o “território recurso” de importantes setores da economia nacional e internacional, tais como: o agronegócio da soja e da celulose; a mineração, a produção de alumínio dentre outras atividades, concretizadas por meio da exploração de suas bacias hídricas, bacias energéticas, tidas como estratégicas pelo Estado e o capital.

A Amazônia brasileira

[...] tem um grande potencial para geração hidrelétrica, graças às quantidades enormes de água que passam pela região e às quedas topográficas significativas nos afluentes do Rio Amazonas, quando esses descem a partir do Escudo Brasileiro (na parte sul da região) ou do Escudo Guianenses (no lado norte).

A escala de desenvolvimento hidrelétrico planejada para a Amazônia é tremenda. **O “Plano 2010” listou 79 barragens na Amazônia** (FEARNSIDE, 2015, p. 11, grifo nosso).

Ou seja, tal como no passado, continua a Amazônia a atender, de forma prioritária, os interesses e as ordens que lhe são exógenos. Mesmo que distintas estratégias de resistência estejam postas na realidade. O que, portanto, estamos a afirmar é que, para se ler o mundo de hoje, devemos entender o espaço e tempo como unidade; a escala como um problematizar constante frente as nossas teorizações e a realidade social; e a técnica, como um mediador da leitura totalizante de uma dada realidade, seja esta qual for.

Continuemos, não obstante, a caracterizar a Amazônia enquanto região subalterna, marcada por uma cada vez mais complexa sociobiodiversidade, expressa por meio de não menos complexas práticas socioespaciais.

3.1.2 – Amazônia(s): diferentes concepções funcionais, distintas funcionalidades socioespaciais

Trindade Júnior, no ano 2006, publica um pequeno trabalho, no que se refere a número de páginas, porém grande em termos de possibilidades de análise e consistência teórica tendo por tema a Amazônia. O trabalho intitulado “Pensando a concepção de Amazônia” possui vários pontos importantes, dos quais destacaríamos os seguintes: i) a apresentação de uma Amazônia diversa em todos os aspectos (social, ambiental, econômico e cultural); ii) a apresentação de diferentes visões e projetos para a região; e iii) o reconhecimento e destaque dado a força do “tempo lento”⁸³.

Segundo este autor, no entendimento do que seja a Amazônia, duas posições têm se feito notar.

[...] Uma delas trata a Amazônia a partir de uma pretensa unicidade. Fala-se da região como um espaço homogêneo. Na verdade, trata-se de uma ideia pronta e acabada do seja a Amazônia, inventada a partir de pressupostos a-histórico, sem a presença do homem e de sua história e com critérios de delimitação rígidos.

Em outro polo, contrapondo-se a essa concepção formatada de região, fala-se de Amazônia como conceito arbitrário, uma representação imposta, em geral por quem a olha de fora. Denomina-se como único o que é diverso, impõe-se uma identidade única a uma pluralidade de culturas, de naturezas e de sociedades. Nesta concepção, a Amazônia é uma invenção, que não é capaz de explicar muita coisa (TRINDADE JÚNIOR, 2006, p. 356).

E para este as duas posições são problemáticas: a *primeira* por desconsiderar a natureza humana e social do espaço geográfico; e a *segunda* por negar uma realidade objetiva que, serve de referência para o entendimento desta porção do espaço brasileiro e sul-americano quando de sua interação com o mundo, qual seja, a presença marcante do domínio Amazônico. O autor defende então, a necessidade de compreendermos a

⁸³ Destaca-se aqui que, nos pontos ii e iii, há um claro apelo à importância da dimensão política, justamente a que se busca enfatizar nesta seção da Tese.

Amazônia enquanto uma região, ou seja, enquanto um espaço dotado de particularidades específicas.

Para Trindade Júnior (2006) a ideia de homogeneidade geográfica não ajuda a compreender um espaço, como o amazônico, muito diverso, tanto do ponto de vista da natureza, como do ponto de vista da existência humana. Sendo assim, segundo o geógrafo em questão, deve-se buscar reconhecer a Amazônia como um espaço particular, como uma região, que serve de mediação entre o universal e o singular. Para tanto, quais seriam as particularidades que ajudariam a compreender a Amazônia enquanto uma região? Segundo o autor (2006), diferentes respostas têm sido oferecidas ao longo do tempo para esta questão.

Amazônia enquanto Região Natural. Uma diz respeito ao reconhecimento da natureza como conformadora de um quadro geográfico próprio. Esta forma de conceber a Amazônia privilegia um quadro natural, que: desconsidera a presença do homem, desconsidera processos históricos e identidades culturais conformadoras de um espaço humanizado. Desconsidera ainda a formação territorial e sua dimensão humana e histórica como elemento importante para compreender o papel do espaço amazônico no Brasil e no mundo⁸⁴.

Não obstante as críticas apontadas a esta visão de Amazônia, o autor defende a consideração do quadro natural como importante particularidade regional (Trindade Júnior, 2006). Quadro “natural” este responsável por dar visibilidade à região junto à sociedade global.

Outra Amazônia apresentada pelo autor é a que a entende como **espaço estratégico de ação**. Espaço estratégico para a ação e o planejamento do Estado. Trata-se de uma visão discurso sobre a região, bastante presente nos documentos que estabelecem ações e intervenções nesse espaço. A particularidade da região nessa perspectiva é a de tê-la enquanto fonte de recursos a ser explorada, expressa na riqueza de “recursos naturais” do solo, do subsolo, dos recursos hídricos, assim como a de tê-la enquanto um composto de espaços vazios que devem ser ocupados (Trindade Júnior, 2006).

84 A compreensão do espaço regional como isotrópico e homogêneo, desconsidera as diferenças sociais e ecológicas da formação sócio-espacial amazônica.

Segundo, ainda, Trindade Júnior (2006), o espaço aqui, não é tido na sua dimensão social, mas como base material a ser ocupada, sendo, portanto, um espaço sem homem, a-histórico. Em outras palavras, um substrato passivo para o desenvolvimento dos fenômenos. Para este autor, o “Homem na Amazônia”, dentro desta visão, é tratado como recurso humano, como população, como contingente de mão de obra, como mera força de trabalho. Trata-se de um homem genérico, abstrato, homogêneo. É um homem objeto que ocupa espaços vazios, sendo apenas um habitante e não um criador de espaços.

Essa é a visão de Amazônia que alimenta os formuladores dos “grandes projetos” para a região. Conforme Nahum (1999 *apud* TRINDADE JÚNIOR, 2006), o que prevalece nessa concepção de espaço é a ideia de uma região funcional onde o novo e o velho se polarizam e se estranham. O velho se apresenta como obstáculo ao novo, daí a necessidade de ser superado. Daí nos discursos oficiais, proferidos pelos mandatários do estado brasileiro, ser necessário desenvolver a região. Des-envolver significa descaracterizá-la. Pensá-la não a partir de suas necessidades socioambientais, mas sim, a partir da lógica da modernização do território e do crescimento econômico (concentração da riqueza e de investimentos).

O box 4 abaixo é representativo desta forma de conceber a Amazônia. Por meio da leitura do primeiro é possível entender as intencionalidades gerais que demarcam a função que cabe a Amazônia exercer, servindo assim ao país e o mundo, qual seja: a de bacia energética. Atentando-se para diferentes interesses envolvidos na produção de energia a partir de grandes centrais hidrelétricas. E de como os interesses que viabilizam esse modelo de geração de energia no Brasil servem a interesses de distintos grupos políticos e empresariais no país e no exterior. E, por fim, de como esse modelo de geração de energia vendido como “limpo” pelo governo brasileiro promove a invisibilidade de milhares de pessoas nos centros urbanos, nos espaços rurais ou mesmo junto às diferentes comunidades tradicionais.

BOX 04: Belo Monte para quê e para Quem?

Eliane Brum – Por que o senhor, assim como outras pessoas que estudam o setor, afirma que a área energética do país é uma “caixa preta”. Afinal, que caixa preta é essa?
Célio Bermann – A política energética do nosso país é uma caixa preta e é mantida dessa forma por uma série de razões. Primeiro, porque a baixa escolaridade da população brasileira não permite que entendam o que é terawatts-hora. Mas seria interessante que a população toda tivesse conhecimento e pudesse, com informação, começar a definir junto com empresas e

governo os rumos que são mais adequados. Acho importante que a academia preste esse tipo de informação, já que governo e empresas não o fazem.

Eliane Brum – Sim, mas por que o setor energético tem sido uma caixa preta por décadas?

Célio Bermann - A governabilidade foi encontrada através de uma aliança que mantém o círculo de interesses que sempre estiveram no nosso país. É a mesma turma que continua na área energética. E isso é impressionante. A população não participa do processo de decisões. Não existem canais para isso. Ainda no governo FHC, durante a privatização, o governo criou um Conselho Nacional de Política Energética. Nos dois mandatos de FHC participavam os dez ministros, mas havia um assento para um representante da academia e um da chamada sociedade civil. Eles sentavam, discutiam as diretrizes energéticas de uma forma aparentemente saudável, mas, no frigor dos ovos, na prática não mudava nada. De qualquer forma, havia pelo menos esse sentido de escutar. Isso, com Lula, acabou. O resultado do governo "democrático popular" do Lula, nos dois mandatos, e da Dilma, agora, é a negação de escutar outros interesses que não sejam aqueles que sempre estiveram junto ao poder. [...] Por isso que eu falo que não é o governo Lula, é o governo Lula/Sarney. E agora Dilma/Sarney. Constituiu-se um amálgama entre os interesses históricos do superfaturamento de obras, sempre falado, nunca evidenciado. Não se trata de construir uma usina para produzir energia elétrica. Uma vez construída, alguém vai precisar produzir energia elétrica, mas não é para isso que Belo Monte está sendo construída. O que está em jogo é a utilização do dinheiro público e especialmente o espaço de cinco, seis anos em que o empreendimento será construído. É neste momento que se fatura. É na construção o momento onde corre o dinheiro. É quando prefeitos, vereadores, governadores são comprados e essa situação é mantida. Estou sendo muito claro ao expor a minha percepção do que é uma usina hidrelétrica como Belo Monte.

Eliane Brum – E Belo Monte ocupa que lugar nesse jogo?

Célio Bermann - É a oportunidade de se fazer dinheiro e de se reconstituir as relações de poder. Essa obra tinha sido sepultada em 1989, por conta da mobilização da população indígena, e voltou à tona no governo Lula, aprovada pelo Congresso (em 2005) com o discurso de que era um novo projeto. [...] Em 2006 o projeto foi anunciado com um custo de R\$ 4,5 bilhões. Você sabe, as cifras avançaram violentamente. Antes de ir para o leilão, a usina foi avaliada em R\$ 19 bilhões. Foi feito o leilão e se definiu um custo fictício de geração de energia elétrica de R\$ 78 o megawatt-hora.

Eliane Brum – Por que fictício?

Célio Bermann - Fictício porque esse custo não remunera o capital investido. É por isso que várias empresas caíram fora do empreendimento, sob o ponto de vista da geração da energia elétrica. Mas as grandes empreiteiras estão presentes, porque não é na venda da energia elétrica, mas sim na obra que se dá uma parte significativa da apropriação da renda. Com o consórcio constituído com 50% entre Eletrobrás e Eletronorte, as empreiteiras voltaram para fazer a obra. A elas interessa a obra – e não ficar vendendo energia elétrica. Essa situação é entendida pelos dirigentes, pelo governo, como normal. Para o governo federal, é uma parceria público-privada que está dando certo. Em que termos? A obra hoje está oficialmente orçada em R\$ 26 bilhões. Imagine, de R\$ 4,5 bilhões para R\$ 26 bilhões...

Eliane Brum – Em cinco anos, o valor da obra avançou em mais de R\$ 20 bilhões?

Célio Bermann – Oficialmente está hoje orçada em R\$ 26 bilhões. Mas existem estimativas de que não vai sair por menos de R\$ 32 bilhões. Isso sem falar em superfaturamento.

Eliane Brum – Deste valor, quanto sairá do BNDES, ou seja, do nosso bolso?

Célio Bermann – Oitenta por cento da grana para isso é dinheiro público. O que estamos testemunhando é um esquema de engenharia financeira para satisfazer um jogo de interesses que envolve empreiteiras que vão ganhar muito dinheiro no curto prazo. Um esquema de relações de poder que se estabelece nos níveis local, estadual e nacional – e isso numa obra cujos 11.200 megawatts de potência instalada só vão funcionar quatro meses por ano por causa do funcionamento hidrológico do Xingu. Então, é preciso entender que a discussão sobre a volta da

inflação não se dá porque está aumentando o preço da cebola, do tomate, do leite... É por causa da volúpia de tomar recursos públicos que será necessário fabricar dinheiro. O ritmo inflacionário vai se dar na medida em que obras como Belo Monte forem avançando e requerendo que se pague equipamento, que se pague operários, que se pague uma série de coisas e também que se remunere com superfaturamento.

Eliane Brum – Quem perde a gente já sabe. Agora, quem ganha, além das empreiteiras envolvidas na obra?

Célio Bermann - Há as pessoas que ganham pela obra - fabricantes de equipamentos, empreiteiras. E há quem ganhe não financeiramente, mas politicamente, por permitir que essa articulação seja possível, porque é esse pessoal que vai bancar a campanha para o próximo mandato. É a escolinha ou o posto de saúde que eventualmente aquele vereador, aquele prefeito vai dizer: "É obra minha!". É isso que está em jogo. É dessa forma que a cultura política se estabelece hoje no nosso país. Isso precisa mudar. Como? É complicado.

Eliane Brum – O senhor costuma usar a expressão “Síndrome do Blecaute” para se referir ao pânico da população de ficar à luz de velas devido a um apagão energético. Acredita que essa “síndrome” é manipulada pelo governo federal e pelos grandes interesses empresariais para emprestar um caráter de legitimidade a megaobras como Belo Monte?

Célio Bermann – O que eu tenho chamado de "Síndrome do Blecaute" conduz à legitimação de empreendimentos absolutamente inconsistentes. Belo Monte, como foi provado pelo conjunto de cientistas que se debruçaram sobre o tema (painel dos especialistas), é uma obra absolutamente indesejável sob o ponto de vista econômico, financeiro e técnico. Isso sem falar nos aspectos social e ambiental. Mas se dissemina uma ideia do caos e, hoje, há 77 projetos de usinas hidrelétricas somente na Amazônia que utilizam a "Síndrome do Blecaute" para se viabilizarem. O fato de hoje o aquecimento global dominar a mídia e o senso comum, assim como a própria academia, ajuda a mostrar a hidroeletricidade como uma grande maravilha, independentemente do lugar em que a usina vai ser construída e dos impactos que ela vai causar. Mas o que é preciso compreender e questionar? Hoje, seis setores industriais consomem 30% da energia elétrica produzida no país. Dois deles são mais vinculados ao mercado doméstico, que é o **cimento e a indústria química**. Mas os outros quatro têm uma parte considerável da produção para exportação: **aço, alumínio primário, ferroligas e celulose**.

Eliane Brum – As chamadas indústrias eletrointensivas...

Célio Bermann – Isso. Eu não estou defendendo que devemos fechar as indústrias eletrointensivas, que demandam uma enorme quantidade de energia elétrica a um custo ambiental altíssimo. Mas acho absolutamente indesejável que a produção de alumínio dobre nos próximos 10 anos, que a produção de aço triplique nos próximos 10 anos, que a produção de celulose seja multiplicada por três nos próximos 10 anos. E é isso que está sendo previsto oficialmente.

Eliane Brum – O que poucos parecem perceber e menos ainda questionam, quando essas metas são comemoradas, é a forma como o Brasil está inserido no mercado internacional em pleno século XXI. O quanto o fato de nossa economia estar baseada na exportação de bens primários tem a ver com a necessidade de grandes hidrelétricas?

Célio Bermann – Desde a ditadura militar, passando pela redemocratização, pelos sucessivos governos até FHC, tem sido assim. Nós imaginávamos que, com Lula, essa questão ia ser reorientada. Porque o programa de governo em que eu me envolvi preconizava a necessidade dessa mudança. E o que aconteceu? Se você comparar os dados de 2001 com os dados de 2010, vai constatar que a economia brasileira está se primarizando cada vez mais. Isto é: cada vez mais são produzidos no Brasil bens industriais primários, sem agregação de valor. E são justamente os bens primários que consomem muita energia e geram pouco emprego. Além disso, satisfazem uma demanda marcada pelo consumismo. E o Brasil se mostrou incapaz de dizer: "Não, nós não vamos fazer isso".

Eliane Brum – E depois esses produtos retornam para o Brasil, via importação, com valor

agregado...

Célio Bermann – É. Eu sempre chamo a atenção para o fato de que, do alumínio primário que o Brasil produz, 70% é exportado. E o alumínio consome muita energia. Para se pegar um barro vermelho, que é a bauxita, e transformá-la em alumínio, é preciso um processo de produção extremamente devastador sob o ponto de vista ambiental. Há um primeiro refino para obter a alumina, que é um pó branco. Esse pó branco tem como consequência ambiental uma borra chamada de “lama vermelha”. Um ano atrás, na Europa, na Hungria, houve uma catástrofe em função do rompimento de uma barragem que continha essa lama vermelha e tóxica. Ela se espalhou pelo Rio Danúbio e foi um horror. E cada vez mais se faz isso no nosso país – e, claro, não se faz mais isso nos países centrais. Isso não está acontecendo agora no Brasil, está acontecendo desde os anos 70⁸⁵.

Eliane Brum – Houve acentuação desse processo no governo Lula e agora no de Dilma Rousseff?

Célio Bermann – O que acontece a partir de Lula é o que eu tenho chamado de “reprimarização da economia”. Agora, vivemos a reprimarização da economia. E não é uma questão do governo, simplesmente. O governo poderia tornar essa questão pública, dar condições para que a população compreendesse e debatesse o que está em jogo, e isso pudesse servir como base de apoio para uma tomada de decisão do tipo: “Olha, Alcoa (corporação de origem americana com grande presença no Brasil, é a principal produtora mundial de alumínio primário e alumínio industrializado, assim como a maior mineradora de bauxita e refinadora de alumina), vocês não vão continuar aumentando a produção aqui no Brasil. Procurem um outro lugar. A produção de energia elétrica gera um problema ambiental enorme, um problema social enorme, e nós vamos priorizar a demanda da população”. Mas, infelizmente, isso não é feito.

Eliane Brum – As usinas hidrelétricas são as melhores opções para a geração de energia no Brasil de hoje? Quais são as alternativas a elas?

Bermann – Não podemos olhar a questão da produção de energia sem questionar ou considerar o outro lado, que é o consumo de energia. Parece meio prosaico, porque envolve hábitos culturais da população. E a população sempre entendeu que energia elétrica se resume a você apertar o botão e ter eletricidade disponível. E por isso fica em pânico com a “Síndrome do Blecaute”. Mas é preciso pensar além disso. Não estou dizendo para fechar as fábricas de alumínio, de aço e de celulose no Brasil. O que estou dizendo é o seguinte: parem de ampliar a produção. Parem, porque diversos países desenvolvidos já fizeram isso. O Japão fez mais do que isso. O Japão produzia, em 1980, 1,6 milhões de toneladas de alumínio. Nós estamos produzindo quase 1,7 milhões de toneladas hoje. Só que a energia elétrica necessária para produzir alumínio tornou-se da ordem do absurdo. Então o governo japonês, as empresas japonesas produtoras de alumínio e os trabalhadores da indústria do alumínio realizaram um debate que culminou com o fechamento de todas as usinas de produção de alumínio primário no Japão, exceto uma. Isso ainda nos anos 80. Hoje, o Japão produz apenas 30 mil toneladas. De 1,6 milhões para 30 mil toneladas. Diante da necessidade de gerar muita energia para produzir alumínio, o que o Japão fez? O governo e a sociedade japonesa disseram: “Vamos priorizar a eficiência, o maior valor agregado. Nós não precisamos produzir aqui. Tem o Brasil, tem a Venezuela, tem a Jamaica, tem os lugares para onde a gente pode transferir as plantas industriais e continuar a assegurar o suprimento para a nossa necessidade industrial. A gente pega esse alumínio, agrega valor e exporta na forma de chip. Parece uma coisa tão besta, né? Mas foi isso o que os japoneses fizeram. Eles mantiveram o crescimento econômico e reduziram a demanda por energia. Nós estamos caminhando no sentido inverso. Estamos aumentando o consumo de energia a título de crescimento e desenvolvimento, e, numa atitude absolutamente ilógica, porque a gente exporta hoje a tonelada de alumínio a US\$ 1.450, US\$ 1.500 dólares. E, enquanto o Brasil exporta o alumínio por US\$ 1.450, US\$ 1.500, o preço da tonelada de esquadria importada é o dobro: cerca de US\$ 3 mil a

85 Um caso emblemático do apontado pelo entrevistado é o rompimento da barragem de Mariana, anos depois do alerta dado por Bermann.

tonelada. [...] Agora, vai perguntar isso para a ABAL (Associação Brasileira de Alumínio). Veja se eles estão pensando dessa forma. Billiton, Alcoa, mesmo o sempre venerado Antônio Ermírio de Moraes, com a Companhia Brasileira de Alumínio. A perspectiva desse pessoal é a cega subordinação ao que define hoje o mercado internacional, o mercado financeiro. E é assim que o nosso país fica desesperado com a ideia de que vai faltar energia.

Eliane Brum – O que o senhor diria para a parcela da população brasileira que faz afirmações como estas: "Ah, se não construir Belo Monte não vai ter luz na minha casa". O que se diz para essas pessoas para que possam começar a compreender que a questão é um pouco mais complexa do que parece à primeira vista?

Bermann – Não é verdade que nós estamos à beira de um colapso energético. Não é verdade que nós estamos na iminência de um “apagão”. Nós temos energia suficiente. O que precisamos é priorizar a melhoria da qualidade de vida da população aumentando a disponibilidade de energia para a população. E isso se pode fazer com alternativas locais, mais próximas, não centralizadas, com a alteração dos hábitos de consumo. É importante perder essa referência que hoje nos marca de que esse tipo de obra é extremamente necessário porque vai trazer o progresso e o desenvolvimento do país. Isso é uma falácia. É claro que, se continuar desse jeito, se a previsão de aumento da produção das eletrointensivas se concretizar, vai faltar energia elétrica. Mas, cidadãos, se informem, procurem pressionar para que se abram canais de participação e de processo decisório para definir que país nós queremos. É importante a percepção de que, cada vez que você liga um aparelho elétrico, a televisão, o computador, ou a luz da sua casa, você tenha como referência o fato de que a luz que está chegando ali é resultado de um processo penoso de expulsão de pessoas, do afastamento de uma população da sua base material de vida. E isso é absolutamente condenável, principalmente se forem indígenas e populações tradicionais. Mas também diz respeito à nossa própria vida. É necessário ter uma percepção crítica do nosso modo de vida, que não vai se modificar amanhã, mas ela precisa já estar na cabeça das pessoas, porque não é só energia, é uma série de recursos naturais que a gente simplesmente não considera que estão sendo exauridos e comprometidos. Eu não sou catastrofista, não tenho a percepção maléfica da hidroeletricidade. Não demonizo a hidroeletricidade. Eu apenas constato que, da forma como ela é concebida, particularmente no nosso país nos últimos anos, é uma das bases da injustiça social e da degradação ambiental. [...] é preciso repensar a relação com a energia e o modelo de desenvolvimento, é preciso mudar o nosso perfil industrial e também é preciso mudar a cultura das pessoas com relação aos hábitos de consumo. Nós precisamos mudar a relação que nos leva a uma cega exaustão de recursos.

Fonte: ELIANE BRUM⁸⁶, Revista Época, Caderno Sociedade. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2011/10/belo-monte-nosso-dinheiro-e-o-bigode-do-sarney.html>, publicado em 31 de Outubro de 2011, acessado em 10 de Janeiro de 2012. Texto adaptado pelo autor.

86 Disponibilizamos aqui os links sobre as respostas que a referida reportagem recebeu por parte de alguns dos citados (o ex-presidente José Sarney (1); a empresa Norte Energia S/A (2); Ministério de Minas e Energia (3); Associação Brasileira do Alumínio – ABAL (4)).

Disponível em (1) <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2011/10/gabinete-de-jose-sarney-divulga-resposta-colunista-eliane-brum.html>;

Disponível em (2) <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2011/11/norte-energia-divulga-resposta-colunista-eliane-brum.html>

Disponível em (3) <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2011/11/ministerio-de-minas-e-energia-responde-colunista-eliane-brum.html>

Disponível em (4) <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2011/11/associacao-brasileira-do-aluminio-divulga-resposta-colunista-eliane-brum.html>

O box acima apresenta de maneira objetiva uma interpretação sobre a finalidade da expansão de nosso setor elétrico. Demonstrando que este não atende as necessidades prioritárias de nossa população. Mas sim, que é pensado e concebido para viabilizar investimentos estrangeiros no país. Estes investimentos são, absurdamente, desprovidos de maiores responsabilidades socioambientais. Não empregam o suficiente para serem classificados como positivos, quando da análise sobre o custo-benefício destes empreendimentos. Aumentam a dependência do Brasil em relação aos países de ponta do sistema capitalista. Contribuem para a prática da reprimarização da economia nacional. Concentram renda. Concentram investimento na escala do território. Contribuem para a consolidação e perpetuação de práticas políticas condenáveis. E por fim, naturalizam a destruição do meio ambiente, invisibilizando o processo de desestruturação de diversas e distintas sociedades impactadas pelos efeitos destes grandes projetos desenvolvimentistas.

O box abaixo trata especificamente, sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins, Pará, e a compara com a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, erguida no rio Xingu. A primeira planejada e construída durante a ditadura militar, a segunda, em período considerado democrático. O autor do texto (PINTO, 2012) critica a falta de transparência e os indícios de corrupção na história de Tucuruí, afirmando que esses problemas parecem se repetir em Belo Monte, trinta anos após a construção da UHE de Tucuruí; e conclui que, o Governo Federal, em outros termos, o Estado brasileiro, responsável por ambas às obras, continua a desconsiderar os efeitos perversos dos grandes projetos de infraestrutura na Amazônia.

BOX 05: A Amazônia, as práticas socioespaciais e a história: a lógica perversa.

A hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, a quarta maior do mundo, ultrapassou, em setembro de 2011, um quarto de século de funcionamento. A usina fica no sudeste do Pará, a 310 quilômetros de Belém. A obra começou a ser pensada no governo do general Emílio Garrastazu Médici, em 1973, em plena ditadura militar e, não por acaso, durante o primeiro choque do petróleo. Foi inaugurada durante o governo do general João Batista Figueiredo, o último do regime militar (1964-1985). O projeto executivo de Tucuruí foi concluído em 1975, com o empreiteiro principal, a Construtora Camargo Corrêa, já no canteiro de obras, do qual não saiu até hoje. A usina iria abastecer de energia, paga pelo governo federal e pela sociedade, as indústrias de alumínio de capital japonês (em associação com a então estatal Companhia Vale do Rio Doce), a Alumínio Brasileiro SA (Albrás) e a Alumina do Norte do Brasil SA (Alunorte), em Barcarena, no Pará, além do Consórcio

de Alumínio do Maranhão (Alumar), formado pela BHP Billiton e pela Alcoa, em São Luís. As empresas beneficiam a bauxita, matéria-prima para a reprodução de alumínio e alumina, extraída nas regiões do rio Trombetas, de Paragominas e de Juruti, todas no Pará. Em setembro de 1974, quando o projeto executivo da fábrica foi concluído, o custo estimado da Albrás, inicialmente projetada para ser a maior metalúrgica de alumínio do mundo (com capacidade para 640 mil toneladas, reduzida depois à metade, mas ainda a maior da América do Sul), era de 2,5 bilhões de dólares. Desse total, quase um terço, ou US\$ 700 milhões, seriam para a construção da hidrelétrica. Tinha lógica: a Albrás absorveria um terço da energia firme da usina, o equivalente a três vezes o consumo de todo o estado do Pará. Em junho de 1975, a parte da Albrás no custo da hidrelétrica duplicou para US\$ 1,4 bilhão e o orçamento da fábrica de alumínio pulou para US\$ 3,5 bilhões. Foi quando o governo federal decidiu assumir completamente o custo da usina. A construção de Tucuruí incentivou a migração desordenada de trabalhadores de outras regiões para a Amazônia. Outro saldo que a barragem provocou foi a união de vários segmentos populares para a busca de direitos não respeitados na construção de barragens. Na mesma luta estavam pescadores, trabalhadores rurais, extrativistas e ambientalistas. Além de enfrentar problemas como a malária, esse conjunto de atores começou a discutir uma indenização mais justa, para os casos dos que conseguiram receber alguma. Outra reivindicação tratava da criação de uma reserva extrativista a ser coordenada pelo conjunto das entidades populares, luta que durou mais de dez anos e que não teve o resultado esperado. Até hoje, o movimento popular trava uma batalha judicial contra a Eletronorte, responsável pela hidrelétrica, pelo pagamento de indenizações às famílias desapropriadas. **(O lago gerado pela UHE Tucuruí) É o segundo maior reservatório do país. Na região, apesar da hidrelétrica, várias comunidades não têm acesso à energia elétrica ou só passaram a dispor dela recentemente.** As 23 enormes turbinas da usina, movidas por 14 milhões de litros de água por segundo, fornecem o equivalente a 8% de toda a produção nacional de energia elétrica. Sua construção absorveu mais de 10 bilhões de dólares. Oficialmente, o governo federal só admite US\$ 4,5 bilhões. A Comissão Mundial de Barragem, em seu estudo de caso, chegou a US\$ 7,5 bilhões. Numa época em que o 'milagre' econômico brasileiro respirava através das máquinas de dinheiro dos bancos internacionais, por não dispor de poupança interna, Tucuruí foi como uma botija de ouro. A 'saga' foi pródiga, por exemplo, para a Construtora Camargo Corrêa. Até hoje, a empresa continua fazendo obras – e faturando – no canteiro de Tucuruí. Em 1975, a fortuna do seu dono, Sebastião Camargo, era calculada em 500 milhões de dólares. Uma década depois, quando a usina começou a funcionar, ele se tornou o primeiro bilionário brasileiro na lista das revistas americanas "Fortune" e "Forbes". Tucuruí contribuiu decisivamente para os 500 milhões de dólares adicionados ao patrimônio de Camargo. O subsídio concedido às tarifas de energia da Alumar e da Albrás, responsáveis por 3% do consumo de todo o Brasil, somou uns US\$ 2 bilhões durante a vigência do primeiro contrato, de 20 anos, encerrado em 2004. O valor equivalia ao de uma metalúrgica de alumínio inteiramente nova. Tucuruí só saiu – da forma como saiu – porque foi toda construída sob um regime de exceção, sustentado pelas Forças Armadas brasileiras, em especial o Exército. É preciso ter isso em mente quando estão sendo construídas três novas e grandes hidrelétricas na Amazônia: Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, em Rondônia, e Belo Monte, no rio Xingu, Pará. E, se os planos oficiais forem mantidos, São Luiz será a primeira de seis barragens no rio Tapajós. O governo democrático de hoje repete os mesmos procedimentos da ditadura de ontem. Está certo de que este é o melhor caminho para manter o ritmo de desenvolvimento do Brasil (...). Aos responsáveis pelos empreendimentos hidrelétricos não interessa o confronto, e eles sempre procuram escapar da controvérsia. A história do projeto de aproveitamento energético da bacia do Xingu, com um dos maiores potenciais de geração do país, tem sido de desvios e ziguezagues, ainda mais do que a de Tucuruí. Depois de 35 anos de estudos e levantamentos de campo, pode-se perceber que a trajetória irregular de Belo Monte se deve tanto à resistência dos seus críticos e adversários quanto às inconsistências e inseguranças dos idealizadores da obra. Quando não puderam evitar o debate, imposto pela própria legislação ambiental, por meio das necessárias audiências públicas, que antecedem o licenciamento, os responsáveis pelo projeto recuaram em certos momentos e modificaram o desenho da hidrelétrica. Na concepção original, Belo Monte, para ser viável, teria que contar com outros reservatórios a montante do rio. As três barragens previstas anteriormente, inundando uma área cinco vezes superior ao lago de Tucuruí, acumulariam água no inverno para suprir a usina

durante o verão amazônico, quando a estiagem costuma reduzir o volume do Xingu em até 30 vezes. Sem essas bacias de acumulação rio acima e com a redução do lago da própria usina, Belo Monte não terá água suficiente para funcionar durante metade do ano. Por isso, sua potência firme (a energia disponível em média) será inferior a 40% da capacidade nominal, abaixo do ponto de viabilidade. Tantas mudanças no projeto fizeram o orçamento de Belo Monte subir de 19 para 28 bilhões de reais, e sem contar mais uns 15 bilhões a serem gastos na enorme linha de transmissão de energia, de três mil quilômetros, não incluída no cálculo do consórcio construtor, a Norte Energia. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) se comprometeu a entrar com 80% do custo de Belo Monte. Como é uma despesa gigantesca, o dinheiro sairá do caixa do Tesouro Nacional, fonte de R\$ 200 bilhões incorporados ao banco nos últimos dois anos (recorde em todos os tempos). Se o equilíbrio financeiro ficar ameaçado ou for comprometido, sabe-se de onde virá a salvação. [...] para o governo, o que importa é a meta traçada no novo Plano Decenal, apresentado no final de maio de 2011: extrair da Amazônia, em 2020, 23% da necessidade brasileira de energia. A participação atual da região é de 10%. Para atingir a meta, além de Tucuruí, Santo Antônio, Jirau e Belo Monte, cinco usinas serão construídas no vale do rio Tapajós, no Pará. Se acontecer esse incremento, de 265%, com a oferta de mais 28 mil megawatts extraídos dos rios amazônicos, a participação das demais regiões cairá: do Sudeste/Centro-Oeste, de 60% para 46,6%; e do Sul, de 16% para 14% (apenas o Nordeste terá um ligeiro aumento, de 14% para 17%). A Amazônia se tornará, de vez, a grande província energética brasileira. Cederá a força motriz da sua bacia hidrográfica, a maior do mundo, para ser transformada em produtos acabados a milhares de quilômetros de distância.

Fonte: Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 7, n. 3, p. 777-782, set.-dez. 2012.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n3/a10v7n3.pdf>, acessado em 13 de setembro de 2013. Texto adaptado pelo autor.

Por meio da leitura do Box 4 é possível constatar que, desde os tempos da UHE Tucuruí, a forma de agir do Estado brasileiro, em relação a sua região mais estratégica, expressa um pensamento que a concebe enquanto uma fonte infindável de recursos para diferentes conglomerados de atuação nacional e internacional. É possível constatar ainda o tratamento subalternizado conferido à região e suas populações. E que UHE de Tucuruí a UHE Belo Monte, apesar de temporalmente separadas na linha da história, são muito semelhantes em seus impactos socioambientais. Constituindo-se em irmãs siamesas em relação aos impactos e violências impostas às sociedades socioespacialmente atingidas.

Em síntese, o box demonstra também que não aprendemos com os erros do passado, ao contrário, potencializamos estes e continuamos a atuar como verdadeiras colônias de exploração. A Amazônia continua a ser a região central no concernente a ação do Estado e do Capital mas, está longe de ser vista enquanto região estratégica por parte do Estado brasileiro. Ela é estratégica para atuação do grande capital de atuação internacional e, como tal, auxilia a este a superar os momentos de crise do sistema. O choque de interesses entre agentes de perspectiva escalar diversa, favorece os que tem a região como fronteira de recursos para a expansão do capital internacional. Os movimentos

que representam a contra-hegemonia ao que está posto não alcançaram força suficiente para propor um novo modelo. Enquanto isso não acontecer suas populações seguirão sendo invisibilizadas. E a Amazônia seguirá sendo uma região de grandes rios e floresta, de rica diversidade sem, não obstante, se fazer menção a história humana (as histórias humanas) que a constrói no presente, e a construiu no passado.

Amazônia enquanto fronteira. Outra maneira de enxergar e debater a Amazônia é entendê-la enquanto fronteira. Trata-se de considerá-la como o mais recente espaço de expansão e projeção das relações capitalistas de produção. Nessa interpretação, a região apresenta-se enquanto fronteira econômica de ação do capital e de controle político do Estado no processo de estruturação do território brasileiro. “Para o capital, a fronteira tem valor como espaço onde é possível implantar rapidamente novas estruturas e como reserva mundial de energia” (BECKER, 1990, p.11).

Fala-se, então, de diversas fronteiras compondo a fronteira econômica: a madeireira, a agrícola, a industrial, a energética, a urbana, dentre outras. Traz também implícita a ideia de ocupação de novas terras e de uma nova direção do processo de colonização e de incorporação de novos espaços à economia de mercado (TRINDADE JÚNIOR, 2006). E, enquanto representação de um espaço não plenamente integrado no espaço global (entenda-se a economia global)

[...] a fronteira pode ser definida como espaço de manobra das forças sociais. É também o espaço de projeção para o futuro, da expectativa, um espaço ideológico. A virtualidade histórica contida em tão ampla escala geográfica, torna a fronteira amazônica a região estratégica por excelência da ação do Estado que se empenha em sua rápida estruturação e controle para integrá-la no espaço global, mas, ao mesmo tempo, faz concessões aos diversos segmentos sociais e na dimensão ideológica manipula a preservação da imagem do espaço alternativo (BECKER, 1983; 1985 p. 359).

Não por acaso, nas quatro últimas décadas, a região amazônica vem acumulando as maiores taxas de crescimento urbano do Brasil. Em 1970, a população urbana era de 35,5% quando comparada a população total. Esta proporcionalidade aumentou para 44,6% em 1980, para 58% em 1991, 61% em 1996 e aproximou-se de 70% em 2000 segundo informações levantadas junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008).

Entre os recenseamentos de 2000 e 2010, a região apresentou crescimento populacional de 2,09%, quase o dobro da taxa nacional, que ficou em 1,17%. Nesse

período, a região ganhou mais 2.963.750 moradores –14,1% do total do incremento nacional, enquanto a população da região representa apenas 8,3% dos moradores brasileiros.

A região concentra os cinco Estados com as maiores taxas de crescimento populacional do país. Na primeira década do século, o Estado do Amapá foi o que registrou o maior aumento populacional (3,45%). Já Roraima (3,34%) e Acre (2,78%) aparecem na segunda e terceira posições, respectivamente. Em seguida vêm Amazonas (2,16%) e Pará (2,04%) [...] Nos últimos dez anos, ao contrário do restante do país, a região ganhou mais 313.606 moradores na zona rural. Já o país registrou, entre os Censos 2000 e 2010, uma redução de 2 milhões de moradores nas zonas rurais nos Estados [...] O grau de urbanização do Norte também é bem menor que a média nacional e, em 2010, ficou na casa dos 73,5%, contra 84,4% do restante do país (MADEIRO, 2011. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/04/29/com-migracao-agricola-norte-e-regiao-onde-populacao-mais-cresce-no-pais-mostra-ibge.htm>, acesso em 29 de abril de 2015).

A Amazônia contemporânea possui padrões e arranjos espaciais cristalizados e mutantes. Em meio à floresta tropical um tecido urbano complexo erigiu-se, modificando o espaço em diferentes escalas, transformando formas e introduzindo novos conteúdos à sociedade e ao território. Não obstante, o aumento da população urbana e a expansão de seu modo de vida, não fora acompanhado de melhorias infraestruturais capazes de prover níveis básicos de qualidade de vida. Desprezíveis indicadores de alguns serviços (saúde, educação, por exemplo) e baixos salários além da insuficiência de equipamentos urbanos, expressam e concretizam a precária qualidade de vida de boa parcela da população amazônida (MCT/INPE, 2001 *apud*, PADINHA, 2010).

Alterações socioespaciais promovidas em âmbito regional, por intermédio de ações do Estado e do capital, diversificaram a economia e aumentaram o contingente populacional. Não obstante, o processo histórico de ocupação humana e a urbanização da Amazônia não se verificaram de forma linear, o contexto político-econômico, ao longo do tempo, fora determinante destas flutuações. Hoje, a urbanização da região encontra-se em fase de estruturação, caracterizando-se ainda como uma região de “fronteira”, donde a dinâmica das cidades segue intensa e constante, abarcando o surgimento de novos assentamentos urbanos (PADINHA, 2010).

A Amazônia apresenta-se, ainda, como região de novas possibilidades, seja por parte do capital por meio da exploração de distintos recursos, seja em virtude dos deslocamentos da força de trabalho, que define novas formas de territorialização no interior do espaço em estruturação. O entendimento da Amazônia enquanto fronteira para

ciência geográfica traz como tripé: o a) destaque a uma preocupação econômica dos processos que modelam o espaço regional; o b) impacto do modo de produção capitalista e suas formas recentes de reprodução nas organizações espaciais anteriores, e c) a necessidade de explicar o desenvolvimento desigual e combinado no interior do território nacional conforme ressalta (TRINDADE JÚNIOR, 2006).

Esta discussão da fronteira amazônica carece, contudo, de maior atenção e debate acerca da dimensão cultural. Ainda que incompleta, como bem sugere Nogueira (2001 *apud* TRINDADE JÚNIOR, 2006), trata-se de uma maneira de conceber e interpretar a Amazônia tendo em vista a eleição de elementos importantes para a compreensão da particularidade que caracteriza a Amazônia enquanto espaço socialmente produzido, em uma escala nacional, ou mesmo internacional.

De acordo com as reflexões de Trindade Júnior (2006), devem se fazer presentes na caracterização/delimitação das particularidades de uma Amazônia que se constrói a partir de outra perspectiva, os seguintes aspectos: i) o homem deve está no centro da compreensão da Amazônia enquanto região. Devendo, a particularidade regional ser dada pelo papel dos homens na produção social do espaço amazônico. Associado a esse fator, deve-se destacar ii) a presença da natureza e a forte ligação do homem com ela, trata-se de uma natureza reconhecida a partir de uma identidade de vida, ligada a várias identidades de vida e de culturas, presentes em diferentes porções do espaço regional.

Bem como, iii) a predominância e a combinação de várias temporalidades, se apresenta enquanto importante elemento de composição desta particularidade regional, ou seja, temos na Amazônia a força de uma temporalidade hegemônica, a capitalista, que se impõe e que se caracteriza, principalmente, como processo econômico, não obstante, esta temporalidade ser enfrentada por outras, que inclui também “tempos lentos” (SANTOS, 2004b), como aqueles das populações tradicionais. Na atualidade o objeto técnico UHE Belo Monte talvez seja a expressão mais concreta desse complexo contexto/processo.

Além dessas particularidades, Trindade Júnior (2006), destaca ainda iv) os intensos conflitos que se dão em decorrência do convívio dessas diversas temporalidades. Tempos sociais estes capazes de definir uma infinidade de territorialidades, quantitativa e qualitativamente diversas. Em função da pluralidade de relações com a natureza, de distintas temporalidades e espacialidades que aqui se apresentam, é, a sociedade

amazônida, uma sociedade com fortes raízes territoriais, caracterizada pela pluralidade de resistências, sejam estas operárias, indígenas e/ou camponesas. Nesse aspecto, vale ressaltar que

[...] são vários os elementos de resistências que se revelaram na Amazônia nas últimas décadas, mobilizados pela criação de reservas extrativistas, a exemplo dos seringueiros no Acre; pela defesa de territórios de populações tradicionais (...), em razão da implantação de grandes empreendimentos, como no caso da construção da hidrelétrica de Kararô (atual Belo monte) no rio Xingu, no Estado do Pará; pelo acesso a direito de permanência na terra agrária, que resultaram em conflitos de várias naturezas, a exemplo do episódio de Eldorado de Carajás, no sudeste do Pará. Relevante é também a resistência cultural, que resguarda importantes territórios, como no caso dos negros, descendentes de quilombos do rio Trombetas, que lutam pelos seus recursos naturais e pela permanência de sua cultura; dentre muitas outras resistências que marcam a pluralidade de temporalidades e de conflitos, nos quais se coloca como centro da questão a defesa, da terra, da natureza e da cultura contra temporalidades hegemônicas. ***Nesse sentido, a fronteira não é apenas o espaço do externo, do que se impõe, mas também do interno, do que resiste*** (TRINDADE JÚNIOR, pág. 362, 2006, grifo nosso).

Aliando-se ainda a esses elementos, conformadores de uma particularidade amazônica, v) a intensidade da expropriação dos recursos, da terra, da cultura; por meio de uma forte, expressiva e evidente presença do Estado que, inclusive, insere outras identidades a serem reconhecidas como identidades amazônicas; e vi) o fato de a Amazônia se constituir em região de perdas, mais do que espaço de ganhos e de comando (TRINDADE JÚNIOR, 2006). Para Becker (2001), o privilégio conferido aos grupos dominantes e a violência da implantação acelerada da malha tecno política, resultou em danos muito perversos nos espaços onde fora incutida, destruindo, até mesmo, territorialidades e saberes locais construídos ao longo de décadas ou mesmo séculos.

A Amazônia, ainda que seja pontilhada de tempos rápidos, definidos por espaços luminosos, como nos ensinou teoricamente Santos (2008), é, majoritariamente um espaço-tempo onde há um predomínio do “tempo lento”. E aqui, não se faz uso deste atributo de maneira pejorativa, mas como um qualificativo de potencialidade política e de vida; tendo em vista afinal, a força dos fracos advir de seu tempo lento, conforme Santos (2008). *“É o tempo lento que nos faz reconhecer vivências, sociabilidades e, por conseguinte, identidades e, também, resistências”* (TRINDADE JÚNIOR, 2006, pág. 363).

A partir desses pressupostos teóricos, iremos agora apresentar/caracterizar a região de Altamira, ou como preferimos, a unidade subregional da Transamazônica e Xingu.

3.2 – Contextualizando a Região de Perdas: a unidade subregional da Transamazônica e Xingu

Desde a ocupação do Brasil, ao longo dos séculos XVI e XVII, pelos portugueses, o rio e a floresta sempre foram notados como recursos mercadófilos importantes para o enriquecimento da metrópole portuguesa, assim como, das elites locais (portuguesas ou não). Os povoados eram sempre construídos em locais que permitiam uma situação geopolítica favorável (do ponto de vista militar e religioso) e que, ao mesmo tempo, pudessem proporcionar um fluxo de mercadorias entre centros mais complexos e centros de baixa ou simples funcionalidade.

Retomamos Becker (2001), para afirmar que, é possível distinguir três níveis conceituais de análise, referentes ao processo de ocupação (e utilização) da Amazônia. Um nível econômico voltado para a exportação existente desde a colonização presente ainda hoje, como motivação hegemônica para ocupação regional. Hegemonia esta vinculada ao processo de expansão marítima das empresas comerciais europeias (séculos XV e XVI). O segundo nível conceitual é político-ideológico e refere-se à experiência histórica e a confrontação de arquétipos de ocupação territorial.

E, o terceiro nível de natureza conceitual refere-se aos modelos espaciais propostos para a região. Em um modelo tem-se o domínio de relações externas, exógenas (verticais), onde o arranjo de configuração reticular de articulação externa é constituído por vias de circulação e seus nós, consistindo na formação de centros capazes de garantir a produção e sua concentração para a exportação. Em outro modelo, chamado de endógeno, há o predomínio de relações internas (horizontais). Este funciona, necessariamente, por intermédio de áreas relativamente extensas e isoladas, dependentes que são de populações que vivem de produtos naturais locais (BECKER, 2001).

Por meio de informações de base históricas, podemos melhor compreender as ideias/proposições de Becker,

Quando da chegada dos conquistadores europeus, a região Amazônia com mais de quatro milhões de quilômetros quadrados já constituía-se em dois ambientes naturais: a *terra-firme* e a *várzea*. [...] o ecossistema da *várzea* favoreceu a concentração demográfica das populações indígenas ao longo das margens do rio Amazonas, cujas aldeias eram caracterizadas por suas grandes dimensões, contrastando com o povoamento mais rarefeito da *terra-firme*. Não é à toa, portanto, que ao longo da rede hidrográfica do vale amazônico ocorrera à penetração e fixação do conquistador europeu [...] (MAIA, 2001, p. 11, grifo nosso)

À medida que estes aldeamentos “vingavam” (por meio da atuação da Igreja e/ou de colonos portugueses) economicamente e avançavam para condições de Freguesias e Vilas, esses passavam a ser melhores dotados de infraestrutura, adquirindo um incipiente aparato institucional, capaz de permitir a consolidação do processo de ocupação do território. Os rios representam, neste período, o principal meio de transporte para a região. A partir destes era garantida a circulação intra-regional, quadro que perdura até o momento da implantação dos grandes eixos rodoviários, a partir da década de 60 do século XX (embora, mesmo depois de 1960, para algumas cidades e algumas porções da Amazônia o rio continue a ser o meio de circulação mais importante, permanecendo, em muitos casos, enquanto única via de circulação).

O Rio Xingu, por exemplo, da colônia até os dias atuais, possui importância múltipla para a região do ponto vista econômico, político e simbólico. O processo de ocupação da região Xingu, porção do território paraense onde está localizada a cidade de Altamira, insere-se no contexto da formação socioespacial amazônica, tratando-se, portanto, de uma região particular, cuja interpretação geo-histórica tem sido feita de forma fragmentada e incipiente.

Diz-se que o primeiro homem não indígena a explorar o rio Xingu, ultrapassando o trecho encachoeirado da “Volta Grande”, ainda no século XVII, foi o jesuíta Roque de Hunderfund, responsável por fundar uma missão (aldeamento de silvícolas mantido por meio da catequese e da atuação comercial da Igreja) no médio Xingu, próximo à foz do igarapé Pannels, um dos três igarapés que cortam o sítio urbano de Altamira (IBGE, 2010). Consolidando um processo de ocupação dado pelo rio, associado a exploração da floresta, a partir do estabelecimento em áreas de várzea.

O padrão de povoamento “rio – várzea – floresta” (PORTO GONÇALVES, 2001) era (ainda) alicerçado no sistema de aviação e na economia de base extrativista, com destaque para a exploração da borracha, e da atividade pesqueira. Tal padrão possuía seu sistema de locomoção circunscrito aos cursos d’água, em especial no rio Xingu, estendendo-se até a foz do Rio Amazonas e do Rio Iriri. Permitindo assim a concentração da população (historicamente) junto às margens dos rios, em vilas e cidades.

Segundo Cardoso e Lima (2006), o padrão de ocupação relacionado ao uso e aproveitamento dos rios é o mais antigo, estando associado à natureza extrativa das atividades econômicas praticadas na Amazônia durante séculos. As cidades que apoiaram ciclos econômicos (extração de drogas do sertão, exploração da borracha ou mesmo de produtos madeireiros) prosperavam na medida em que funcionavam como entrepostos comerciais, em geral localizadas nas calhas dos rios mais importantes (ex: Negro, Amazonas, Tapajós, Tocantins, Xingu), onde a atividade portuária e a concentração das casas de aviação indicavam a extensão de seus *hinterlands*, até que fossem construídas as rodovias. Deste conjunto fazem parte cidades históricas, tais como Cametá, Santarém, Belém, Bragança todas com mais de 300 anos de existência (PADINHA, 2010).

É importante ressaltar que o padrão de ocupação às margens dos grandes rios e a formação de aglomerados que exerciam função de entrepostos comerciais (pontos de coleta e troca) contribuíram para formação de uma rede urbana do tipo dendrítico que só, posteriormente, pós década de 1960 do século XX, como resultado de uma redefinição na divisão territorial do trabalho, em diferentes escalas, no concernente à porção oriental da Amazônia, veio a sofrer transformações.

A mudança para outro padrão de rede, não mais restrito aos rios, mas que agora associava o rio e a estrada implicou alterações profundas na esfera da produção, circulação e consumo regional. Alterações estas que são promovidas por determinados (e contextualizados) agentes. E que, para a Amazônia, tem como marco espaço-temporal o fim os anos 1950 e início da década seguinte, com a construção da Belém-Brasília e posteriormente, nos anos 1970 com a abertura da Transamazônica. Este sim, o evento mais significativo até Belo Monte, em termos de reestruturação regional; tão forte e profundo, ao ponto de transformar a forma-conteúdo da cidade de Altamira (antes ribeirinha), em cidade de confluência rio-estrada. Onde o ritmo desta, da estrada, se impôs.

Os dados do Censo de 2000 do IBGE são representativos, desta nova dinâmica territorial, impulsionada a partir da abertura de grandes eixos rodoviários, tendo em vista ser capaz de demonstrar a multiplicação do número de centros urbanos na Amazônia. Na década de 1960, eram 165, em 1980 somam 212, em 1991 já são 264, e em 2000 449. Somente na última década do século XX, foram criadas 185 cidades, número superior em vinte centros à quantidade de cidades existentes em 1960. Tratam-se em sua maioria de pequenos núcleos que se emancipam respondendo a interesses políticos, compostos de frágil ou nenhuma infraestrutura, cuja base de sustentação é o repasse de recursos públicos, tais como Fundo de Participação dos Municípios – FPM e Previdência (OLIVEIRA e SCHOR, 2008).

Segundo Becker (2003) essa multiplicação dos centros urbanos é acompanhada de uma transformação sumamente importante, o desenvolvimento da conectividade, o aprimoramento das redes e a urbanização da sociedade e do território. A introdução na Amazônia de redes de suporte e serviços acaba por desencadear intensa migração para a mesma, o que acaba por impulsionar nesta, maior mobilidade do trabalho gerando desmatamento e queimadas, a partir do incentivo a novas aberturas de estradas e a expansão de localidades rurais e ou cidades, proporcionando assim, a ampliação e diversificação dos grupos sociais da região.

Esta urbanização, “extensiva” e intensiva, levou a região amazônica a ter 70% de sua população vivendo em locais considerados urbanos, segundo uma matriz de interpretação da realidade inspirada em Lefebvre, caracterizando-a enquanto uma “floresta urbanizada” (BECKER, 2001).

3.2.1 – A Unidade Sub-Regional da Transamazônica e Xingu

Mas, quais as implicações, em termos socioespaciais, das transformações apresentadas no tópico anterior? Em nosso entendimento, algumas *particularidades* se desenvolveram durante o processo de ocupação dessa porção territorial do sudoeste paraense, das quais elegemos: a **i) presença marcante de uma população de origem migrante**, fruto de ações promovidas pelo Governo Federal para a região (a política de incentivo a formação dos soldados da Borracha, durante a segunda guerra mundial; a

abertura da Transamazônica; a atividade de mineração; os grandes projetos e o surgimento de novas cidades; e a construção da UHE Belo Monte).

Dentre outras atividades mais ou menos importantes como, o extrativismo da seringueira, extração do látex, para a produção da borracha (prática desenvolvida desde o século XIX e que até o fim dos anos de 1980, ainda se constituía em fonte de renda para muitas famílias da região); passando pela “economia da pele do gato”, entre os anos de 1950, 1960 e 1970 (onde se praticou a caça deliberada de espécie animais a exemplo da ariranha, da jaguatirica e da onça-pintada) tendo por intuito a comercialização de seus couros.

Passando, ainda, pela atividade garimpeira exercida ao longo dos anos 70 e 80, principalmente, desenvolvida nas Ilhas da Ressaca e Fazenda, municípios de Senador José Porfírio e Altamira, respectivamente, tendo por objetivo a exploração do ouro. Complementado a inserção dessa população migrante junto à dinâmica regional, citam-se ainda as funções de peão nas fazendas de gado (abertas ao longo das margens da Transamazônica) ou o exercício de atividades ligadas à extração madeireira, particularmente entre as décadas de 1970 e fim dos anos 1990.

A esperança em conseguir trabalho, associado às ações desenvolvidas pelo Governo Federal, atraíram um significativo quantitativo de pessoas, vindas de vários estados do Brasil, especialmente os da região Nordeste. As dificuldades encontradas por essa população quando de sua chegada em Altamira e região, especialmente no contexto de abertura da Transamazônica, acabaram por criar condições favoráveis à mobilização social. Por meio das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica) surgem e/ou se organizam diferentes movimentos, associações, sindicatos, partidos políticos. A precária situação a qual foi relegada essa população migrante contribuiu para o surgimento de lideranças sociais importantes na região.

Outra particularidade da região é a de ser marcada pela ocorrência de **ii) intensos conflitos no campo**. Fruto da disputa pela terra e do choque de concepções de mundo, resultantes do convívio de sujeitos sociais com distintas temporalidades sociais. Atrelado a este elemento, citamos uma terceira particularidade subregional **a iii) forte atuação dos movimentos sociais** que, como já apontado surge por meio da atuação da Igreja Católica (CBEs), inspirados por uma filosofia prática (que unia fé e ação), proporcionado pela adoção de uma corrente filosófica de base cristã: a Teologia da Libertação. Movimentos sociais estes que conseguiram alcançar (e construir por meio do

estabelecimento de redes de cooperação político técnica), como fruto das lutas contra a construção da UHE Belo Monte, ampla visibilidade internacional.

A força da igreja, por meio da Prelazia do Xingu, e a atuação política de seus representantes (o engajamento político em causas sociais) conforma o quarto elemento particularizador do eixo que uni, na diversidade, a Transamazônica e o Xingu; **a iv) presença marcante (e atuante) da igreja católica**. Linha de atuação esta garantida pelo comando da igreja católica na região. Por meio da liderança do Bispo do Dom Erwin Krautler, dos padres lazaristas, das freiras da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, da comunidade de leigos constituída. A Igreja se apresenta enquanto instituição política que cumpre uma importante “responsabilidade territorial” na região.

Por ser a cidade de Altamira um centro urbano localizado na confluência das vidas do rio, da floresta e da estrada, encontra-se aí o quinto elemento caracterizador da unidade sub-regional em destaque, ou seja, esta cidade, a mais importante da formação socioespacial da Transamazônica e Xingu é **v) o ponto de encontro, o elo, entre dois padrões socioespaciais distintos**, marcado por espacialidades diversas: o *rio – várzea – floresta*; e o *estrada – terra firme – subsolo* aos moldes de (PORTO GONÇALVES, 2001).

Esta confluência híbrida e complexa possibilita as cidades desta região, o estabelecimento de um **vi) diálogo entre os mundos urbano, rural, indígena e ribeirinho**, conformando assim o sexto elemento de caracterização da unidade sub-regional em questão. Trata-se do encontro entre mundos de sujeitos socioespaciais distintos, que atuam sobre uma forma-conteúdo própria, e que por isso desenvolvem/possuem práticas espaciais diferenciadas. O sétimo elemento caracterizador contextualizador é a **vii) forte presença indígena e a atuação política expressiva dos povos tradicionais**, suas lutas pela garantia e/ou constituição de seus direitos territoriais.

FIGURA 04: Luta e Resistência dos povos tradicionais pela garantia e/ou constituição de seus Direitos Territoriais.



Fonte: <http://amazonia.org.br/2016/11/o-ritmo-da-fome-nao-e-o-da-burocracia/>,
acessado em 15 de novembro de 2016.

Para além do reconhecimento de regionalismo e de territorialidades diversas, recentemente bastante enfocadas pela Geografia e mesmo por outras ciências, há de se falar, na luta em defesa de seus espaços de identificação imediata, defesa de seus espaços cotidianos, de suas referências histórico existenciais.

FIGURA 05: imagens do I ENCONTRO DOS POVOS INDÍGENAS, cidade de Altamira-Pará, 1989.



Fonte: Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/>.

Trata-se aqui de falarmos da ação de sujeitos que politicamente “demarcam posição”, onde a defesa de territorialidades é de suma importância. Sujeitos que se contrapõem a forças hegemônicas desestruturadoras, a exemplo do objeto técnico UHE Belo Monte, a partir da defesa de sua espacialidade (MASSEY, 2004), de sua “forma-conteúdo” (SANTOS, 2004b). Espacialidade esta que não pode ser confundida com “propriedade”, já que o que se busca valorizar não é a posse, mas o uso do espaço. Este é o meio pelo qual se existe no mundo, significando também o meio pelo qual nos identificamos com este. É a luta pela “permanência” de uma espacialidade, territorialidade, de uma lugaridade.

FIGURA 06: Audiência Pública UHE Belo Monte, cidade de Altamira-Pará, 2009.



Fonte: <http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/capitulo-2-ambiente.html>.

Como oitavo elemento caracterizador da unidade subregional da Transamazônica e Xingu, cita-se **a viii) instabilidade política regional**. Trata-se de um espaço que possui a presença de municípios jovens, que passaram, e passam, por um processo de crescimento populacional e expansão urbana intensos⁸⁷.

Como nono elemento particularizador, cita-se **a ix) controversa representatividade dos Governo Federal e Estadual na região**. Materializado em um sentimento de revolta em relação a estes, expresso (até mesmo) por meio de um sentimento de cunho separatista, que defende a criação do Estado do Xingu⁸⁸.

E por fim, fazemos alusão a um décimo elemento caracterizador, **x) à localização estratégica de seu principal centro urbano, qual seja a cidade de Altamira**. Situada entre centros regionais e nacional de grande importância, tais como Santarém e Marabá, e da metrópole Belém. Sua localização possibilitou/possibilita a Altamira ser um ponto de distribuição estratégico à força de trabalho nacional/regional e um ponto logístico importante de gerenciamento do território por parte de diversos grupos políticos e empresariais.

⁸⁷ Citam-se os exemplos das cidades de Vitória do Xingu e de Brasil Novo, onde a sociedade local sofre com a troca de prefeitos antes do cumprimento de seus mandatos. O município de Brasil Novo, antigo distrito de Altamira, por exemplo, sofreu no intervalo de quatro anos três trocas de prefeito.

⁸⁸ Aqui não se trata de uma crítica declarada à ausência do governo do Estado, a exemplo do que ocorre na cidade de Santarém no oeste paraense, aqui a crítica é mais profunda, tendo em vista ser direcionada também a União.

3. 3 – O Estado Brasileiro como o viabilizador mor do território para o Capital

O Governo Brasileiro define a Usina Hidrelétrica Belo Monte como “*uma obra de dar orgulho*”⁹⁰. O empreendedor diz ser a hidrelétrica “*estratégica e fundamental para o país*”. Os movimentos sociais se referem a ela como “*Belo Monstro*”, geradora de miséria e violências. O Ministério Público Federal a acusa (desde sempre) de passar por cima da constituição, e a classifica como “*uma obra etnocida*” encampada pelo governo brasileiro, só para termos um parâmetro dos “sentimentos” gerados pelo grande objeto UHE Belo Monte.

Não obstante, uma ressalva importante precisa ser feita, não cabe a este trabalho a realização de uma “análise do discurso” dos (inúmeros e distintos) agentes e sujeitos envolvidos na dinâmica da obra. Não é nosso propósito! Não obstante, é importante para a defesa do que aqui está sendo (e será) apresentado, o conhecimento do objeto UHE Belo Monte, a partir das falas dos principais envolvidos na temática. “Falas” essas expressas ora no discurso desses agentes, ora expressa em seus próprios documentos oficiais.

Faremos isso tendo por objetivo preparar o leitor para uma melhor compreensão dos propósitos do trabalho e fundamentar as reflexões e análises do que aqui será apresentado por nós. Além de adotar aqui o que concebemos como recurso “de ida e volta no texto”. Entendemos que esse estilo de redação tornar o trabalho mais compreensível e menos cansativo ao leitor. Possibilitando a este ter conhecimento sobre o conteúdo principal do trabalho durante todo o texto e não somente ao final, como tradicionalmente e de costume se faz.

Para isso, é importante a apresentação do percurso de construção e viabilização, de nosso objeto de pesquisa, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, para que possamos, por meio da análise da(s) dinâmica(s) impulsionada por este “grande projeto”, discutir e apontar quais os impactos às escalas da vida promovidos pela construção/implantação

90 Trecho da fala da presidenta Dilma Rousseff no dia da inauguração da UHE Belo Monte: “(...) Além disso, eu quero dizer que esse empreendimento Belo Monte me orgulha muito pelo que ele produziu, de ganhos sociais e ambientais (...)”. Disponível em: <https://soundcloud.com/palacio-do-planalto/integra-discurso-da-presidenta-dilma-na-usina-hidreletrica-de-belo-monte>, acesso em 06 de maio de 2016.

deste “grande objeto” implantando na formação socioespacial do Xingu, porção sudoeste do território do Estado do Pará, Amazônia brasileira.

3.3.1 – UHE Belo Monte: histórico das discussões e ações no que concerne à proposição, implantação e operacionalização do “grande objeto”

As polêmicas em torno da construção da Usina de Belo Monte na Bacia do Rio Xingu, Amazônia Oriental, sudoeste do Estado do Pará, ultrapassaram 30 anos de existência. Entre muitas idas e vindas, o objeto técnico UHE Belo Monte considerado, quando de seu lançamento a maior obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, segue sendo alvo de intensos debates, travados em distintas escalas (políticas, acadêmicas e judiciais).

No ano de 2009 foi apresentado o novo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da obra. A partir de fevereiro de 2010, o Ministério do Meio Ambiente – MMA concedeu licença ambiental prévia para sua construção. Os movimentos sociais da região e as lideranças indígenas, camponesas e ribeirinhas, historicamente contrários à obra, continuaram a se posicionar pelo NÃO À BELO MONTE, seja pelo fato de possuírem outra concepção de desenvolvimento e de produção de energia, seja por considerarem os impactos socioambientais deste “grande projeto” não suficientemente dimensionados.

Em outubro de 2009, um painel de especialistas debruçou-se sobre o EIA e questionou os estudos e a viabilidade do empreendimento. Um mês antes, em setembro, diversas audiências públicas haviam sido realizadas, sendo levantadas nestas muitas críticas, por parte de vários setores da sociedade, especialmente por meio de sua representação jurídica o Ministério Público do Estado do Pará e o Ministério Público Federal que ali estavam a reforçar as solicitações feitas pelos movimentos sociais e, pelos povos tradicionais contrários à construção da UHE Belo Monte.

Muitos foram os problemas apontados quer pelo MPF quer pelo MPPA sobre o então projeto da UHE Belo Monte. Sendo o próprio formato das audiências públicas questionado por estas instituições. Mas, em outubro de 2009, a Funai liberou a obra sem saber exatamente que impactos causaria sobre os índios. As lideranças indígenas kayapó

contrárias ao posicionamento da Funai enviaram carta ao presidente da república, a época o senhor Luiz Inácio Lula da Silva, na qual afirmavam que, caso fosse dado continuidade ao projeto, ou seja, caso se construísse a UHE Belo Monte, haveriam conflitos no Xingu.

Mesmo sob clima tenso e diante de um contexto de leitura imprevisível, em fevereiro de 2010, o Ministério do Meio Ambiente concedeu a licença ambiental ao Ministério de Minas e Energia, proponente de Belo Monte, sem que fossem esclarecidas questões importantes em relação a possíveis impactos de natureza socioambiental do empreendimento. Em abril de 2010, o governo realizou o leilão da usina, apesar da existência de ações na justiça, contrárias à realização deste.

É importante, não obstante, frisar que, o aproveitamento hidrelétrico dos rios da Amazônia, cujo potencial representa 60% do total do país, figura entre as prioridades do projeto desenvolvimentista do governo brasileiro. Sendo pensado ainda na década de 70 do século XX. Em 1975, a recém-criada Eletronorte, subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, inicia os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu. A tarefa de mapear o rio Xingu e seus afluentes, para que assim pudessem ser definidos os pontos mais favoráveis para possíveis barramentos, ficou sob a responsabilidade do Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores – CNEC, integrante do grupo Camargo Corrêa.

No ano de 1980 foi finalizado o relatório dos Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu. Na ocasião, objetivando o aproveitamento integral da Bacia do Rio Xingu foi previsto sete barramentos, que em caso de conversão em usinas hidrelétricas gerariam 19 mil megawatts (MW), o que representava a metade da capacidade instalada nas hidrelétricas brasileiras à época. Esse conjunto de usinas implicaria na inundação de mais de 18 mil km², e no deslocamento compulsório de mais sete mil índios, pertencentes a 12 Terras Indígenas, além de impactos as populações camponesas, ribeirinhas, a grupos indígenas isolados e a população de vários municípios localizados nesta porção territorial do estado do Pará.

Ainda nos anos de 1980, e a partir das recomendações do relatório final referentes aos estudos do inventário hidrelétrico do Xingu, a Eletronorte inicia os estudos de viabilidade técnica e econômica do chamado a época “Complexo Hidrelétrico Altamira”,

formado pelas Usinas de Babaquara – atual Usina Hidrelétrica Altamira, em projeto – com potência de 6,6 mil MW e Kararaô – atual Belo Monte – com mais de 11 mil MW de potência. E inclui, no ano de 1986, a construção destas no “Plano Nacional de Energia Elétrica”, documento que formaliza o planejamento estatal para o setor, com vigência estabelecida para os anos compreendidos entre 1987 e 2010.

O referido plano previa a construção de 165 usinas hidrelétricas até o ano 2010. Deste montante, 40 deveriam ser erguidas nos rios da Amazônia Legal. O que implicava à época no aumento da potência instalada da ordem de 43 mil MW para 160 mil MW. O plano afirmava ainda que, tendo em vista à dimensão do aproveitamento do Rio Xingu, este seria o maior projeto de exploração de energia sob a responsabilidade do governo brasileiro. As conclusões do inventário do Xingu, afirmavam ser Kararaô a melhor opção para iniciar a integração das usinas do Rio Xingu ao Sistema Interligado Brasileiro.

No ano de 1988, o Relatório Final dos Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu é aprovado pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), extinto órgão regulador do setor elétrico. No mesmo ano, no mês de janeiro, os indígenas Paulinho Paikan, líder Kaiapó, Kube-I Kaiapó e o etnobiólogo Darrel Posey, do Museu Emílio Goeldi do Pará, participam de um simpósio sobre manejo adequado de florestas tropicais na Universidade da Flórida, em Miami (EUA).

Neste evento, os indígenas denunciaram que o Banco Mundial (BIRD) iria financiar um projeto que previa um conjunto de barragens no Rio Xingu. Projeto este que inundaria sete milhões de hectares e desalojaria 13 grupos indígenas. E que, apesar de serem diretamente atingidos, os índios não tinham sido consultados. A força da denúncia, levou os indígenas a apresentar a mesma em Washington.

Os indígenas tinham saltado escalas. Não somente escalas espaciais. Mas, principalmente, escalas políticas (SMITH, 2000). Sua resistência à construção do complexo hidrelétrico no rio Xingu ganhava apoio internacional. A resistência à continuidade do projeto não mais estava restrita a Amazônia, nem mesmo ao Brasil. Tinha alcançado os olhos e ouvidos do mundo. Como represália as declarações dadas em Washington, Paikan e Kube-I, em 1988, são processados, enquadrados na Lei dos Estrangeiros e presos. Quando, não obstante, retornam ao Brasil, recebem o apoio do

Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI)⁹¹. Segundo informações do Instituto Socioambiental, o apoio desta organização foi importante para que a luta pela não construção de barragens no Xingu alcançasse um nível de “campanha nacional e internacional”.

O CEDI passa a mobilizar a opinião pública brasileira e estrangeira contra as arbitrariedades promovidas pelo Estado brasileiro na condução dos projetos hidrelétricos da bacia do rio Xingu. A pressão exercida pelo CEDI e outras organizações da sociedade civil, leva o Tribunal Federal de Recursos a decidir pela concessão de *habeas corpus* aos dois indígenas presos e também pelo trancamento da ação penal. A luta contra as barragens do Xingu ganhava força.

Em novembro, lideranças Kaiapó se reúnem na aldeia *Gorotire* para discutir as barragens projetadas para o Rio Xingu, ocasião em que decidem convidar autoridades brasileiras para um grande encontro com os povos indígenas que seriam afetados pelas usinas. A convite de Paiakan, uma equipe do CEDI participa da reunião na aldeia Gorotire, assessorando os Kaiapó na formalização, documentação e encaminhamento do convite às autoridades. Os indígenas representavam a linha de frente dos contrários ao projeto, mas, sabiam que deveriam constituir alianças. E isso foi feito em diferentes escalas.

Estava construído o alicerce que barraria as barragens, a saber: a forte mobilização e associação local (região amazônica); e a estratégica atuação/mobilização nacional e internacional. Altamira, no concernente às lutas sociais, constituía-se no centro do mundo no ano de 1989.

Ano marcado pela realização, no mês de fevereiro, na cidade de Altamira, estado do Pará, do I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu. Sob a coordenação dos índios Kaiapó, o evento contou com a participação de diversos parceiros (movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, igrejas, ongs dentre outros), tendo como objetivo maior protestar contra todos os projetos e decisões tomadas, enquanto Políticas Públicas, na Amazônia, sem a participação dos indígenas. E, é claro, pretendendo ser a voz do mundo contra a construção do Complexo Hidrelétrico do Xingu.

91 Uma das organizações que originou o Instituto Socioambiental (ISA).

O encontro acaba ganhando imprevista notoriedade, com a maciça presença da mídia nacional e estrangeira, de movimentos ambientalistas e sociais. Reúne cerca de três mil pessoas. Entre elas: 650 índios de diversas partes do país e de fora, lideranças como Paulo Paiakan, Raoni, Marcos Terena e Ailton Krenak; autoridades como o então diretor e durante o governo FHC, presidente da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, o então presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Fernando César Mesquita, o então prefeito de Altamira, Armindo Denadin; deputados federais; 300 ambientalistas, em torno de 150 jornalistas e o cantor inglês Sting (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2011).

Durante a exposição de Muniz Lopes sobre a construção da usina Kararaô, a índia Tuíra, prima de Paiakan, levanta-se da plateia e encosta a lâmina de seu facão no rosto do diretor da estatal num gesto de advertência, expressando sua indignação. A cena é reproduzida em jornais de diversos países e torna-se histórica.

Na ocasião, o diretor da Eletronorte, Muniz Lopes, anuncia que, por significar uma agressão cultural aos índios, a usina hidrelétrica de Kararaô – palavra que expressa um “grito de guerra” em Kaiapó – receberia outro nome e não seriam mais adotados nomes indígenas em usinas hidrelétricas. O evento é encerrado com o lançamento da Campanha Nacional em Defesa dos Povos e da Floresta Amazônica, que tinham por objetivo exigir a revisão dos projetos de desenvolvimento planejados para a região.

FIGURA 08: um objeto (o facão) e ação símbolo das lutas contra a construção da UHE Kararaô: o protagonismo da índia Tuíra.



Fonte: <https://kararao.wordpress.com/tag/india-tuira/>, acessado em 20 de Outubro de 2016.

É produto deste evento também a “Declaração Indígena de Altamira”, documento importante quando da proposição, defesa e garantia dos direitos dos povos indígenas do Brasil. O encontro de Altamira é considerado um marco do socioambientalismo em nosso país. O evento tem como produto o abandono do projeto que previa construção de hidrelétricas no rio Xingu. O principal financiador da obra, o Banco Mundial, cede à pressão internacional e diz não ter interesse em financiar Kararaô. Atitude esta que força o Estado brasileiro a recuar em relação ao projeto. Recuo, entretanto, que não significou, em momento algum, o abandono do mesmo.

No ano seguinte ao grande encontro do Xingu (1989), a empresa Eletronorte envia ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) o Relatório Final dos Estudos de Viabilidade do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte, antiga Kararaô, solicitando sua aprovação e outorga de concessão. E, passados alguns anos, um novo projeto, é apresentado ao DNAEE e à Eletrobrás (1994). O reservatório da usina, por exemplo, é reduzido de 1.225 km² para 400 km² evitando a inundação da Área Indígena Paquichamba (etnia juruna). Em 1996, a Eletrobrás solicita autorização à Aneel para, em conjunto com a Eletronorte, desenvolver o complemento dos Estudos de Viabilidade do Aproveitamento Hidrelétrico da agora UHE Belo Monte (antiga Kararaô).

Em 2000 um acordo de Cooperação Técnica é celebrado entre a Eletrobrás e a Eletronorte tendo por objetivo a realização de Estudos de Complementação da Viabilidade do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Neste mesmo ano, o projeto de construção da UHE Belo Monte é incluído no Plano Plurianual de 2000-2003. O plano representa a política de planejamento do Governo Brasileiro. O plano nomeado de “Avança Brasil”, passar a ser objeto de discussão no Congresso Brasileiro. Neste documento Belo Monte é apresentada como obra estratégica para país. No ano 2000 ainda a Fundação de Amparo e Desenvolvimento de Pesquisas (Fadesp), vinculada a Universidade Federal do Pará, é contratada para elaborar os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) do (agora) Complexo Hidrelétrico Belo Monte.

Em maio de 2001, o Ministério das Minas e Energia anuncia um plano de emergência, no valor de 30 bilhões de dólares, tendo, por fim, aumentar a oferta de energia no país. Neste plano aparece contempladas a construção de 15 usinas hidrelétricas, das quais o Complexo Hidrelétrico de Belo Monte é a principal. Este plano, não obstante, antes de entrar em operação, deveria ser avaliado pelo Conselho Nacional

de Política Energética (órgão de caráter técnico, criado no ano de 1997, destinado à formulação de políticas e diretrizes para o setor de energia). O referido Conselho era subordinado ao Ministério de Minas e Energia, ou seja, o caminho institucional, para a construção do complexo de Belo Monte tinha sido montado, conforme interpretação do Instituto Socioambiental.

Em maio de 2001 o Ministério Público move Ação Civil Pública pedindo a suspensão dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) de Belo Monte. A solicitação jurídica é atendida através de uma liminar, expedida pela 4.^a Vara Federal de Belém que, constatou que “não houve licitação no processo que envolvia a escolha de quem realizaria os estudos de impacto ambiental”, cancelando assim os estudos feitos pela Fapespa. A Justiça determinou que a obra deve-se ser licenciada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e não pelo governo do Pará, já que o elemento de intervenção em análise era o rio Xingu que, por atravessar vários estados, está localizado em área de competência da União. A decisão judicial determinava ainda que os estudos de impacto ambiental deveriam examinar toda a Bacia do Xingu e não apenas uma parte dela, como feito pela Fapespa.

Em 2001

[...] o Governo edita a Medida Provisória 2.152-2, em junho, conhecida como MP do Apagão, que, entre outras medidas, determina que o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) estabeleça licenciamento simplificado de empreendimentos do setor elétrico de “baixo impacto ambiental”. Estabelece também o Relatório Ambiental Simplificado, aplicável às hipóteses de obras em que não se exigirá o Estudo de Impacto Ambiental (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2011).

No mesmo ano, o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), que reunia 113 organizações sociais à época (de atuação em diversas escalas seja no Brasil ou em outros países do mundo), elabora em agosto um documento intitulado “SOS Xingu: um chamamento ao bom senso sobre o represamento de rios na Amazônia”. A íntegra do documento pode (e deve) ser lida abaixo. Por meio da leitura desta “carta” é possível desconstruir muitos dos mitos que envolvem o debate sobre a atuação dos movimentos sociais no Brasil e no Mundo. Como, por exemplo, o que advoga que estes movimentos não possuem conhecimentos técnico algum e, por não o possuírem, acabam por não apresentar proposições relevantes, seja para o Estado seja para a sociedade.

As informações apresentadas e/ou questionadas pelo movimento são acompanhadas da apresentação de possíveis alternativas para a região, expressas em outras concepções de desenvolvimento, capazes de gerar renda e promover justiça social. A estratégia utilizada pelo MDTX de enfrentamento perante a proposta oficial apresentada e defendida pelo governo brasileiro, implicou a este movimento, a necessidade de buscar novas articulações, em diferentes níveis escalares, visando assim a defesa de projetos endogenamente formulados, o que neste trabalho aqui estamos a chamar de centralidades insurgentes.

A pressão, dos de baixo, pelos de baixo e para os de baixo, pela construção/proposição de outras linhas de debate público sobre questões importantes para o país, foi acompanhada de igual pressão para que se ampliassem os canais de participação popular. Em síntese, estava pautada a defesa de uma espacialidade expressa em uma nova racionalidade. A que defendia que é possível (e hoje cada vez mais necessário) explorar sem degradar o meio ambiente, permitindo assim a este servir a muitas gerações.

A leitura desta carta, possibilita-nos abrir os olhos para enxergar novos (outros) horizontes para as populações dos rios, dos campos, das cidades, populações historicamente subalternizadas; possibilitando-nos ainda ocupar um lugar, escolher uma posição pela defesa dos mais fracos. Atitude essa que nada tem de compaixão, de pena, posto que não ver os fracos como coitados ou condenados, mas que, ao contrário, os enxerga como propositores de um novo caminho para a humanidade. Caminho este construído com base na força de suas lutas, na luta de todos os dias, pela equidade social e reconhecimento dos direitos e garantias constitucionais. O que implica o não abdicar de pensar o espaço-tempo como aberto e múltiplo.

A concepção tida como a mais moderna, em termos de desenvolvimento técnico e econômico que exista hoje, é, na verdade a mais primitiva, já que é incapaz de conservar/preservar o meio que garante a reprodução social e identitária dos diferentes sujeitos do mundo. A discussão sobre um novo desenvolvimento precisa considerar outras racionalidades. E, quando isso for feito, a “sociabilidade do homem simples” será vista como o caminho para o alcance de novas espacialidades, espacialidades essas menos modernas, posto que mais adaptadas ao meio; e mais primitivas, posto que menos dependentes de objetos e meio técnicos artificializados, desumanizados. Em síntese, uma

saída rápida para mundo passa por abandonar a velocidade frenética do capital (dos agentes do capital) que o comandam.

Box 06: O caminho dos subalternizados para a construção de um novo mundo.

Carta – SOS Xingu – Um chamamento ao bom senso sobre o represamento de rios na Amazônia

Saudações Amazônicas,

O MDTX (Movimento Pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu), que sempre lutou e propôs um modelo de desenvolvimento sustentável, baseado no uso racional das riquezas naturais e na preservação dos rios e florestas e na distribuição da renda a todos e todas, vem através desta carta pedir apoio e convocar todas as entidades ambientalistas e sociais do Brasil e do Mundo para junto nos opormos ao modelo de desenvolvimento que vem sendo implantado na Amazônia pelo Governo Brasileiro baseado na construção de Hidrelétricas, Hidrovias, fomento à agricultura intensiva com elevada carga de insumos químicos (soja e outros grãos), pecuária extensiva e a exploração mineral sobre nossa floresta. Precisamos de ajuda para enfrentar essa nova luta contra a insensatez dos políticos de velha mentalidade.

Atenciosamente,

MEMBROS DA COORDENAÇÃO DO MDTX

ADEMIR ALFEU FEDERICCI⁹²

Membro da Federação dos Trabalhadores em Agricultura Reverendo

LUCIO MENDONÇA DA FONSECA

Pastor da Igreja Metodista

TARCÍSIO FEITOSA DA SILVA

Membro do Conselho Indigenista Missionário

⁹² Ademir Alfeu Federicci, um dos coordenadores do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu, foi assassinado em 25 de agosto de 2001, exatamente um mês após ter coordenado a formação do coletivo que construiu a carta “SOS Xingu: um chamamento ao bom senso sobre o represamento de rios na Amazônia”. A época ele era tido como a principal liderança social da região. O “Dema”, como era conhecido, era o principal interlocutor público para o projeto de desenvolvimento sustentável da região. Além de ter sido um apoiador e colaborador na ação da Polícia Federal, ocorrida no município paraense de Medicilândia, que tratava sobre o desvio de recursos destinados a projetos financiados pela SUDAM e de ser defensor da criação de três grandes Unidades de Conservação, o que contrariava os interesses de madeireiros na região. Enquanto integrante do MDTX, Dema, atuava no movimento de resistência contra a construção das barragens no Xingu, buscando esclarecer e mobilizar as comunidades, sindicatos, cooperativas e associações da Transamazônica para a elaboração de um projeto de desenvolvimento sustentável para região.

BRUNO KEMPNER

Membro da Federação dos Trabalhadores na Agricultura

ANTONIA MELO DA SILVA

Membro do Grupo de Trabalho Amazônico

ADÃO ARAÚJO DE JESUS

Membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória do Xingu

Carta

SOS Xingu: um chamamento ao bom senso sobre o represamento de rios na Amazônia

Esta carta chama a atenção para o autoritarismo como o governo brasileiro, por meio da Eletronorte, vem tentando empurrar mais um projeto de grande impacto na Amazônia. **1.** Governo Brasileiro está prestes a cometer mais um crime contra a Amazônia. Favorecido pela crise gerada pelos planejadores do setor elétrico, o governo investe na construção de novas hidrelétricas. O alvo prioritário dos novos megaprojetos são os rios da Amazônia, pois os rios das outras regiões estão entrando em colapso. **2.** A Usina Hidrelétrica da vez é Belo Monte, em Vitória do Xingu, no Pará. Essa hidrelétrica está planejada desde os anos oitenta, tendo sido suspensa, principalmente pela pressão dos movimentos ambientalistas locais, nacionais e internacionais, quando era chamada de Kararaô. **3.** Em 2000, a Centrais Elétrica do Norte do Brasil S/A - Eletronorte retomou os trabalhos na região, sendo que, ao mesmo tempo em que assenta construções de apoio já em funcionamento, dando a usina como fato consumado, desenvolve um intenso trabalho de convencimento da opinião pública regional e estadual com recursos públicos. **4.** A opinião pública é aliciada pelas velhas e conhecidas promessas de progresso para todos, pelo discurso simplista de que as soluções técnicas da nova barragem não ocasionarão danos ambientais e ancorado na legitimidade criada pela crise energética que atinge o país, criando-se uma situação de fato consumado e de terror para qualquer pessoa /ou grupos que se oponham ao empreendimento anunciado. **5.** A novidade que ancora o discurso de novos métodos na construção da UHE de Belo Monte é um "Plano de Inserção Regional" da obra e a promessa da criação de um Fundo de Compensação e de Mitigação de Impactos, medidas que, segundo a Eletronorte, minimizariam os efeitos negativos da obra. O Plano de Inserção seria a forma de evitar a prática de "enclave" de triste história na região. Mas, igualmente frágil e enganador, pois pelo que a Eletronorte anuncia, o forte de seu "Plano de Inserção Regional" é a capacitação de empreendedores para a população se viabilizar em outras atividades depois do fim da obra. **6.** A capacitação nunca foi uma solução em si, é apenas um meio que deve estar voltado para uma política de desenvolvimento estruturada em atividades sustentáveis, diversificadas e apropriadas às condições especiais da região da Amazônia. A construção de hidrelétricas e grandes barramentos nunca foram atividades sustentáveis ao meio amazônico. Ao contrário, têm sido as intervenções do capital com maior poder de desordem e destruição ecológica, econômica e social. **7.** Paralelamente, a Eletronorte faz um trabalho de aliciamento dos prefeitos e vereadores da região, com base na promessa de financiamento de planos diretores para zonas urbanas dos municípios, prometendo construir

infraestrutura local. Essa prática política, de questionável legalidade, usando dinheiro público como moeda em troca ao apoio público e acrítico desses grupos políticos, repete a história da empresa em outros lugares. Ou seja, a busca de apoio nos aliados das empresas madeireiras, mineradoras e grandes agropecuárias animadas pela perspectiva de ganhos extraordinários com a vinda da Usina. **8.** A mentalidade imediatista dos governantes locais e do Estado combina com os interesses políticos da Eletronorte. Os prefeitos vêem na Eletronorte uma financiadora direta de suas reeleições através das obras prometidas e se tornam um filtro ao questionamento e ao verdadeiro processo democrático que deveria envolver a discussão de um projeto de barramento de um rio Amazônico. **9.** Do lado do governo do Estado, a sociedade também está prejudicada em seu direito de receber informações sérias e críticas, contestar e / criticar o projeto. O governo Almir Gabriel⁹³, também interessado nos dividendos políticos e financeiros da obra, tem simplesmente fechado os olhos para os efeitos negativos deste projeto, limitando-se a propor apenas barganhas, fragmentadas e imediatistas, interessado no horizonte eleitoral dos próximos anos. Essas propostas são precárias tecnicamente e insignificantes para responder aos efeitos encadeados do ponto de vista ecológico, social e econômico e cultural na região. **10.** Ou seja, antes da conclusão dos estudos de impacto ambiental e do licenciamento da obra, a Eletronorte já vem negociando com prefeitos e o governador do Pará, o aporte de recursos para várias obras, o tal "Plano de Inserção Regional" e várias ações locais para aliciar as organizações populares. **11.** Essas obras e ações mitigatórias deveriam ser indicadas e debatidas exaustivamente no EIA-RIMA com fundamentação científica, buscando a articulação entre as diversas ações de minimização dos impactos caso a Usina fosse construída. **12.** Ora, o modo de contratação dos estudos junto à FADESP foi contestado na Justiça (Ministério Público Federal) paralisando os trabalhos por dois meses. Isso indica irregularidades. Ou seja, os resultados desses estudos merecem um exame cuidadoso por parte de todos os interessados, pois são eles que vão dizer quais serão as obrigações das empresas que vão construir a Usina. Se já é difícil negociar com o governo que trabalha com nosso dinheiro, imaginem como será com as empresas que querem custos reduzidos e lucros aumentados! **13.** Quem está financiando essas obras-meio, de objetivos persuasivos e com base em que estudos? **14.** As evidências indicam que a Eletronorte está utilizando dinheiro público na barganha de apoios e adesão, construindo uma imagem negativa e excluindo quem deseja discutir em outros termos com processos mais amplos de análises e estudos. **15.** O que se observa com extrema preocupação, é que a história autoritária da construção de grandes projetos na Amazônia se repete. Os mecanismos de diálogo social criados são voltados para a pressão e persuasão e não para o debate aberto, honesto e transparente. **16.** Presidente da Eletronorte, em palestras na região e na imprensa do Estado, demonstra que já esgotou a paciência em apenas seis meses de discussão pública da obra. Da parte da empresa, são seis meses de ação propagandística junto aos segmentos empresariais e poder público. E a população continua sem saber o que pode acontecer se for construída tal hidrelétrica. **17.** Os

93 Menção ao então Governador do Estado do Pará, já falecido

movimentos sociais começaram o debate público, com todas as suas dificuldades de mobilização, em abril, em Altamira, quando reuniu cerca de mil pessoas no primeiro embate público de ideias. A partir de então, a Eletronorte intensificou a pressão via os meios de comunicação locais e estaduais dizendo ser a Hidrelétrica de Belo Monte mais uma dádiva de Deus. Na busca do convencimento de lideranças locais, oferece meios para atender demandas sociais e dividir, no velho estilo maquiavélico, para governar. **18.** Algumas atitudes da empresa lembram os tempos da ditadura militar no Brasil, como o registro audiovisual de todos os momentos dos eventos promovidos pelos movimentos sociais, a filmagem das lideranças, o estudo do discurso de quem a empresa considera seus opositores e o mapeamento das forças contrárias e favoráveis para uma estratégia de comunicação social mais eficaz. **19.** Uma questão merece atenção sobre esses métodos: a empresa tem competência para lidar com essa abordagem de controle e uso das informações de inteligência ou estaria sendo assessorada pelos remanescentes do SNI e da ABIN?

20. Que rumo e que usos são dados a essas imagens e análises do discurso das lideranças locais? **21.** Essa prática é denunciadora de um Estado autoritário, repelido pelas forças democratizantes no mundo inteiro a partir dos anos oitenta do século passado. É uma prática inaceitável no debate em relação a grandes projetos na Amazônia, bioma cujas fragilidades ecológicas ainda são pouco estudadas e conhecidas. Ninguém da Eletronorte nem dos técnicos do governo estadual e nem das equipes de estudo do EIA-RIMA pode afirmar com segurança como será a reação da natureza com o fechamento do rio, principalmente para três hidrelétricas como está anunciado.

22. A ação propagandística da Eletronorte usa a UHE Tucuruí, onde a empresa corre atrás do atendimento de demandas das prefeituras, sem ter resolvido o problema central da regularização fundiária das populações das ilhas formadas pelo Lago. Não existe um programa de desenvolvimento eficaz e incluyente para a região do entorno do Lago. Tucuruí está sendo arrumada para venda (privatização) e seus conflitos / sociais com a população local estão sendo colocados embaixo do tapete para não espantar os possíveis compradores. **23.** O debate sobre a construção de novas hidrelétricas na Amazônia é mais complexo do que a agenda governamental atual pode comportar. Por isso chamamos a atenção para tornarmos esse debate de interesse nacional com o máximo engajamento crítico para não referendarmos mais um desastre em nome do desenvolvimento.

24. Entre os pontos a serem discutidos com compromisso ético e conhecimento científico apropriado, pelo conjunto da sociedade, estão os seguintes: **25.** Apesar da energia hidrelétrica ser a opção mais limpa que a nuclear - como exemplo extremo, colocado pelo governo Federal - e outras fontes com capacidade de armazenamento em grande escala, é a Amazônia o bioma mais apropriado para a extração desse recurso? **26.** Num quadro de escassez e de *commoditização* da água doce do planeta e de iminência da crise dos recursos hídricos, é inaceitável que os rios da Amazônia, nossa principal reserva hídrica, sejam alvos prioritários de barramento. As barragens

sempre trazem efeitos de desordem ecológica, econômica e social que comprometerão a qualidade dessas águas num futuro próximo. **27.** Mesmo que valesse a pena provocar os distúrbios nesses rios para atender a demanda imediata de fornecimento de energia, o país dificilmente terá dinheiro para arcar com os custos de despoluição para o aproveitamento dessas águas no futuro. **28.** Não nos parece consequente, um planejamento governamental que enfoca a obra hidrelétrica em si, enquanto intensifica-se o desmatamento das matas ciliares e das cabeceiras dos rios represados, provocando a alteração do regime hídrico, o assoreamento e a morte desses mananciais a médio e longo prazos, ao alcance das gerações presentes. O rio Tocantins, o Araguaia, o São Francisco estão morrendo e agora querem matar o Xingu. **29.** Porque sacrificar o Rio Xingu com o uso hidrelétrico se sua Bacia representa um capital ecológico dos mais importantes do país em seu estado natural, podendo converter-se em instrumentos de desenvolvimento econômico sustentável e harmonioso, com outras opções de investimento como turismo verde, a pesca, o lazer e tantos outros usos de importância estratégica como a própria fonte de água?

30. Não parece insensato que os países do G-7 invistam cerca de 300 milhões de dólares para minimizar o desmatamento da Amazônia, enquanto seus mesmos bancos públicos (Banco Mundial e outros) financiam bilhões em obras que comprometem ecossistemas gigantescos na região para um único fim, com os recursos da sociedade desses países? **31.** O governo brasileiro irá repassar as usinas hidrelétricas construídas e, as em processo de construção, para as empresas privadas. Se aceitarmos estaremos autorizando a privatização dos rios da Amazônia e pagaremos caro por isso no futuro. **32.** No caso do Xingu, com três usinas programadas para os próximos anos, o que restará do rio para uso de igual importância para os seres humanos como os povos indígenas (Kayapó, Parakanã-Apiterewa, Araweté do Igarapé Ipixuna, Assurini do Xingu, Arara do Pará, Juruna, Xipaia e Curuaia)? E para as / populações ribeirinhas que dependem desses ecossistemas? E o que restará das florestas que devem ser protegidas por Florestas Nacionais, Terras Indígenas e Reservas Comunitárias desde a cabeceira do rio até sua foz no Rio Amazonas?

33. Num país ainda marcado pela lógica do planejamento autoritário, onde quem decide o destino dos investimentos públicos são as empresas privadas (no caso do setor elétrico, as barrageiras, ávidas por novas obras!), será impossível proteger os mais pobres que serão atraídos pelas promessas de emprego. Assim como serão barrados milhares de trabalhadores que virão de fora. Outros que já estão estabelecidos na região, terão que deixar suas propriedades para dar lugar à barragem em troca de indenizações que nunca compensam os investimentos deixados para trás. Considerando que a Usina vai atrair trabalhadores do Pará inteiro e de outros estados, nas diversas etapas e após a conclusão do empreendimento, quem garante que a empresa que vai comprar a Usina vai cuidar do futuro desse povo? **34.** Será impossível evitar o aumento da pressão sobre a floresta, milhões de hectares de mata serão colocados abaixo com a chegada de mais madeireiras, especuladores de terra, pecuaristas e famílias de agricultores que ocuparão as terras distantes para produzir comida.

35. Quem irá financiar os efeitos da multiplicação da pobreza estrutural gerada pela Usina? Certamente não serão as empresas premiadas pelo governo na venda da Usina. Elas querem apenas os lucros bilionários da construção da obra. E o Fundo de Compensação e Mitigação que a Eletronorte está prometendo? Será controlado pelos empresários e políticos da região. E a arrecadação dos Estados e municípios? Isso depende do rumo que a economia da região tomar.

36. Que setores da economia irão gerar essa arrecadação? Em Tucuruí, a economia continua estagnada, gerando poucas oportunidades no comércio e nenhuma novidade na indústria, pois os principais fornecedores da Eletronorte são de fora. Quem cresceu lá foi a Camargo Corrêa que montou uma indústria de silício metálico na beira do Lago, após ter descoberto o minério durante a construção da obra. **37.** As imperfeições da atual lei dos *royalties* não permitem controle social e a segurança da aplicação correta dos recursos pelos governos. Os fundos de compensação criados para corrigir danos ambientais não são administrados com transparência nos outros grandes projetos. Esses recursos são remetidos para um fundo ambiental estadual, sem controle social. **38.** A regulamentação ambiental no Brasil é muito recente e sua operacionalização ainda carece de capacidade institucional, recursos humanos qualificados e independência política para os licenciamentos nos estados. Isso compromete o conteúdo dos licenciamentos e a real possibilidade de implementação de suas recomendações.

39. Mesmo que as ações mitigatórias estejam inscritas no Edital que será lançado para a venda da Usina de Belo Monte, não temos segurança de sua aplicação pela empresa que comprar a obra. A experiência reguladora do país após as privatizações demonstram fragilidade dos instrumentos como Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEL), Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e outras. **40.** Não concordamos com a construção de hidrelétricas do porte de Belo Monte na Amazônia. Esse tipo de obra não combina com os padrões de desenvolvimento apropriados para a região. A modernidade na Amazônia significa ganhar dinheiro e gerar oportunidades de negócios lucrativos com o uso racional das florestas, dos rios, dos solos e dos subsolos. A Construção de projetos que destroem essas riquezas e esses estoques de capital são pouco inteligentes e estão na contramão da modernidade na região e no país.

41. Isso nos remete para a necessidade dos estudos da Bacia do Xingu, com um macrozoneamento participativo que defina seus múltiplos usos. Desta forma, qualquer projeto para essa região deverá ser embasado cientificamente e com ampla aceitação social. Já sofremos e aprendemos o suficiente com os grandes projetos na Amazônia para cair na armadilha da realização de estudos isolados por hidrelétricas, sem considerar as interdependências de todos esses macroecossistemas e dinâmicas mais amplas. **42.** Nossa avaliação é que a agenda governamental implementada pela Eletronorte sobre a construção da usina de Belo Monte é incompatível com a necessidade de uma discussão responsável e profunda sobre todos os aspectos que envolvem uma intervenção de grande porte num dos ecossistemas amazônicos mais protegidos, a Bacia do Xingu. **43.** Consideramos também, que o EIA-RIMA, apenas atualizando os estudos anteriores e, limitando-se a seis municípios, não refletirá os efeitos prováveis em toda a

sua extensão no espaço, nas dinâmicas econômicas e sociais. Nesse sentido, o estudo não terá a eficácia necessária para orientar as decisões sobre deslocamentos populacionais e pressão sobre os recursos naturais da região, como os remanescentes florestais, redes hídricas secundárias, pressão sobre as espécies-alvo de caça e demais interações de reprodução biológica que se estendem por um espaço superior ao foco do estudo. **44.** A desordem que já vem sendo provocada por Belo Monte, ameaça a reprodução social da agricultura familiar na região pela intensificação dos problemas fundiários, o aliciamento dos especuladores de terra sobre as famílias empobrecidas e as expectativas de emprego temporário oferecido pela empresa sem sustentabilidade no tempo e no espaço, as invasões de Terras Indígenas e a exploração ilegal de madeira na região. **45.** Essa Hidrelétrica é inaceitável, pois está vinculada à privatização de rios na Amazônia. **46.** Pedimos a suspensão de todas as negociações que estão sendo feitas entre a Eletronorte e as prefeituras e o governo do Estado, visando / troca de apoio; **47.** *Exigimos que nosso projeto de desenvolvimento sustentável para a região da Transamazônica, que tem por base a agricultura familiar, criação e uso de reservas florestais, verticalização da produção, fomento à educação e eletrificação rural, trafegabilidade dos travessões e a rodovia transamazônica, demarcação e proteção das terras indígenas e a viabilização de alternativas economicamente sustentáveis para as comunidades ribeirinhas e indígenas seja discutido e viabilizado imediatamente pelos ministérios do Meio Ambiente, Ministério da Justiça Planejamento Orçamento e Gestão e Integração Nacional, assim como Ministério Público e Agência Nacional de Águas, Governo do Estado e IBAMA.* **48.** *O Projeto dos movimentos sociais da região, denominado "Fortalecimento da Produção Familiar e Contenção dos Desmatamentos da Transamazônica e Xingu", elaborado em vinte anos de resistência nessa região, é um ponto de partida para a discussão de um macrozoneamento responsável para uma área que envolve 13 municípios, definindo rumos para um desenvolvimento em bases democráticas. Inclusive, corrigindo vários erros do projeto de colonização como a estrutura fundiária.* **49.** Não aceitamos que a Eletronorte seja a única interlocutora do governo Federal para liderar as discussões sobre a Usina de Belo Monte e nem para discutir ações de desenvolvimento. **50.** *Convocamos todas as entidades ambientais no Brasil e os parceiros no mundo para nos dedicarmos ao debate do uso sustentável do rio Xingu junto com sua população, famílias de agricultores, ribeirinhos, comunidades tradicionais e povos indígenas. Precisamos unir nossas forças para impedir que a Amazônia sofra mais um golpe trágico em seus ecossistemas com efeitos desastrosos para suas populações e para o país.* **51.** A Amazônia é um patrimônio natural fundamental para todos os brasileiros e cidadãos do mundo. Merece cuidado e responsabilidade no uso de seus recursos naturais e evitar o represamento de seus rios que mudam a disposição dos elementos que a natureza construiu para outros fins. **52.** Conclamamos os movimentos ambientalistas que vieram em nosso socorro e em socorro dos povos indígenas em 1989, a se unirem a nós mais uma vez para convencerem o governo brasileiro a mudar seus procedimentos em relação a Grandes Projetos na Amazônia. Precisamos desacelerar a agenda de construção de barragens, inclusive a de UHE Belo Monte

prevista para ser licitada ainda este ano, ou seja, vendida a empresas particulares e iniciada a construção para 2002. **53.** Precisamos de tempo para assimilar o que está acontecendo, informar a sociedade local, nacional e ONGs internacionais sobre o que representam os impactos e a relação custos-benefícios da obra. **54.** *Nesse sentido, propomos uma conferência sobre Belo Monte para setembro próximo, reunindo entidades ambientais do Brasil e do mundo para refletirmos e tirarmos uma posição que interesse não apenas aos setores que estão fazendo lobby sobre o governo para viabilizar a obra, mas aos interesses do país a longo prazo.*

Transamazônica e Xingu, Altamira, Pará. Quarta-feira, 25 de Julho de 2001
Movimento Pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu.

Fonte: Rios Vivos. Disponível em: <http://riosvivos.org.br/a/Noticia/Carta+++SOS+Xingu++Um+chamamento+ao+bom+senso+sobre+o+represamento+de+rios+na+Amazonia/236>, acesso em 20 de maio de 2012, grifo nosso.

Como resta claro a partir da leitura do box acima, há um abismo em relação ao que pensa, a partir de fora, o Governo Brasileiro para a região e o que defendem e propõem, a partir de dentro, os movimentos sociais, pesquisadores, Ongs e povos tradicionais da Transamazônica e Xingu. A conferência proposta pelo Movimento MDTX não aconteceu. Em virtude do assassinato de sua liderança mais expressiva. O trágico episódio impactou profundamente o movimento. O governo se aproveita deste contexto de desmobilização e medo e acelera as discussões sobre Belo Monte. Em setembro de 2001, a Resolução do Conselho Nacional de Política Energética reconhece Belo Monte como de interesse estratégico no planejamento de expansão de hidreletricidade até 2010. Em janeiro de 2002, a Eletrobrás aprova a contratação de uma consultoria para definir a modelagem de venda do projeto de Belo Monte.

No mesmo ano,

[...] uma Resolução do Conselho Nacional de Política Energética cria um Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de estudar e apresentar um plano de viabilização para a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O GT, formado por representantes da Casa Civil da Presidência da República, dos ministérios de Minas e Energia, do Meio Ambiente, da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Eletrobrás, da Eletronorte, da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), da Furnas Centrais Elétricas S.A, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Governo do Estado do Pará, deveria envolver também dois representantes da sociedade civil. Wilson Quintella, presidente da Agência de Desenvolvimento Tietê Paraná, parceira da

Eletronorte, entretanto, é o único representante nomeado (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2011).

Em março do ano de 2002, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura da Transamazônica promove debate público na cidade de Altamira (PA). Participam representantes indígenas, igreja, políticos locais, ONGs, confederações e federações de agricultores como a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Ministério Público.

Ainda em março de 2002 a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri/Regional) e o Conselho Indigenista Missionário – CIMI Norte II enviam carta ao então presidente Fernando Henrique Cardoso, solicitando a suspensão de todas as obras de grande impacto na Amazônia, até que se reunissem todas as condições para a realização de ampla discussão sobre a temática (a construção da UHE Belo Monte).

No mês seguinte, abril de 2002,

[...] a Comissão de Minas e Energia realiza audiência pública sobre a construção de Belo Monte, apenas com participantes totalmente favoráveis à obra, entre eles, os deputados federais Nicias Ribeiro (PSDB-PA), Antônio Feijão (PSDB-AP), Josué Bengtson (PTB-PA), Juquinha (PSDB-GO), Marcos Lima (PMDB-MG), Fernando Ferro (PT-PE) e Asdrubal Bentes (PMDB-PA). Ainda em abril, o presidente Fernando Henrique Cardoso afirma que “a birra de ambientalistas atrapalha o país”, referindo-se à oposição e construção de usinas hidrelétricas. *“Além do respeito ao meio ambiente, é preciso que haja também respeito às necessidades do povo brasileiro, para que a ‘birra’ entre os diferentes setores não prejudique as obras, porque elas representarão mais emprego.”* Ele menciona que o projeto de Belo Monte foi refeito diversas vezes e que tem um “grau de racionalidade” bastante razoável (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2011).

Como o governo se mantia forte em seus propósitos de construir Belo Monte, em maio de 2002, os movimentos sociais de Altamira e região promovem o Encontro das Comunidades da Volta Grande do Rio Xingu. O produto deste evento é uma “carta-manifesto” que possui por objetivo a realização de proposições e solicitações diversas às autoridades que estudam e discutem sobre o setor elétrico brasileiro. O movimento pretendia com isso envolver a sociedade nacional no debate sobre a matriz energética brasileira e, conseqüentemente, sobre Belo Monte.

Ainda em maio de 2002 é realizado o “I Encontro dos Povos Indígenas da Região da Volta Grande do Rio Xingu”, do qual participam mais de 250 representantes da sociedade civil e lideranças indígenas. O objetivo do encontro era reafirmar a posição contrária à construção de Belo Monte por parte das populações tradicionais da região. Em junho, cópias dos Estudos sobre a Viabilidade de Implantação do Complexo Hidrelétrico Belo Monte são colocadas à disposição dos interessados na sede da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o governo seguia com o ritual que daria vida a usina de Belo Monte, desconsiderando o apelo popular pela garantia de mais transparência e pela proposição de canais que permitissem a sociedade civil opinar sobre o projeto.

Em agosto do ano de 2002, por meio da resolução do Conselho Nacional de Política Energética é prorrogado para o mês de novembro, o prazo para a apresentação do plano de viabilidade para a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Em setembro do mesmo ano, o MDTX, a Fundação Viver, Produzir e Preservar, a Prelazia do Xingu, a Comissão Pastoral da Terra e a Arikafú – Associação dos Povos Xipaya da Aldeia Tukamã enviam carta aos membros do Conselho Nacional de Política Energética exigindo que o órgão tome as providências cabíveis, começando por ouvir todas as partes envolvidas nesse projeto, em especial, os povos indígenas, que permaneciam à margem das discussões do projeto.

Os movimentos se mantinham firmes em sua estratégia de manter as discussões sobre Belo Monte na ordem do dia. E, apostavam em dias melhores, tendo em vista o crescimento do Partido dos Trabalhadores nacionalmente e a possível eleição de uma liderança política conhecida por ouvir os anseios populares. O então candidato à presidência, Luiz Inácio Lula da Silva lança em setembro do ano de 2002, o documento “O Lugar da Amazônia no Desenvolvimento do Brasil”. Este compunha o quinto caderno temático de seu programa de governo.

Além de citar Belo Monte como um dos projetos de intensos debates na região, o documento também afirma que *“a matriz energética brasileira, que se apoia basicamente na hidroeletricidade, com megaobras de represamento de rios, tem afetado a Bacia Amazônica. Considerando as especificidades da Amazônia, o conhecimento fragmentado e insuficiente que se acumulou sobre as diversas formas de reação da natureza em relação ao represamento em suas bacias, **não é recomendável a reprodução cega da receita de barragens que vem sendo colocada em prática pela Eletronorte**”* (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2011, grifo nosso).

A partir do que se apresentava ali escrito, os movimentos sociais de Altamira e região se animaram em relação ao futuro, ao novo governo. Chegando mesmo a afirmar que se tratava de um “governo nosso”, “agora é o nosso governo” afirmavam militantes de partidos como PT e PCdoB e demais lideranças sociais da Transamazônica e Xingu. Outro sopro de esperança vinha do STF. Em 2002 ainda, o então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Marco Aurélio Mello, nega, pedido da União e mantém suspensos os Estudos de Impacto Ambiental de Belo Monte.

O ministro baseou sua decisão no artigo 231 da Constituição Federal que prevê ser nulo e extinto “todo e qualquer ato” que tenha por objeto a ocupação, o domínio e a posse de terras indígenas, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. Ainda em novembro, advogados da Eletronorte analisam com a Advocacia Geral da União (AGU) a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). O governo que representava para parte dos movimentos sociais de Altamira, a certeza de que o projeto da UHE Belo Monte não sairia do papel, começava a mudar a direção do barco, ou melhor, nada fez para alterá-la.

E, em maio do ano de 2003 o Governo Federal anuncia a retomada dos estudos de impacto ambiental para a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, obedecendo às recomendações do IBAMA e do Ministério do Meio Ambiente. Em fevereiro de 2004 o novo Presidente da Eletrobrás, Luís Pinguelli Rosa, passa, por meio da imprensa a apresentar a Hidrelétrica de Belo Monte como um projeto de desenvolvimento estratégico ao país e, como tal deveria este ser concebido enquanto um “projeto nacional”. Comprometendo-se o governo a realizar consultas e de debates em relação à obra. Em outros termos, o governo decidia, segundo entendimento do Instituto Socioambiental, por continuar a ouvir os críticos, mas sem ter (em momento algum) o interesse de abandonar o projeto de construção do complexo hidrelétrico no rio Xingu.

No mês de julho do ano de 2005,

[...] o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 1.785/05, que autoriza a implantação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte (PA), é aprovado pela Câmara, no dia 6 de julho. **Comunidades locais atingidas não foram ouvidas, conforme determina a Constituição Federal**, que afirma que o aproveitamento dos recursos hídricos em Terras Indígenas só pode ser efetivado com “autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas”. **Uma semana depois, o Senado também aprova**

o projeto (agora denominado PDS nº 343/05) **que autoriza implantação de Belo Monte** (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2011, grifo nosso).

Os movimentos voltam a se organizar. Militantes históricos falam em “baque”, “golpe” e “traição” do Governo Lula, defendendo a necessidade da retomada das mobilizações contra Belo Monte. Em 13 a 15 de julho de 2005, na cidade de Altamira, é organizado um seminário que conta com a presença de vários especialistas tendo por objetivo discutir junto às comunidades as possíveis implicações socioespaciais (socioambientais) da construção da usina.

Em 14 de julho de 2005, é lançada uma importante publicação (o livro Tenotã-Mõ, Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no Rio Xingu) sobre os possíveis impactos da UHE Belo Monte, ao ambiente e as populações do Xingu. Já nesta publicação é destacada a baixa eficiência energética de Belo Monte, tendo em vista expressiva variabilidade hidrológica do Xingu. A publicação dava voz e possibilitava o debate a partir dos que eram contrários à Obra, contrapondo-se assim, as publicações divulgadas pelo Governo, todas favoráveis ao empreendimento.

No mês de Julho ainda, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), o Greenpeace, o Centro dos Direitos das Populações da região do Carajás e o Instituto Socioambiental entram com representação, na Procuradoria Geral da República, contra a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A representação submetida ao procurador-geral da República estava baseada no fato de que o Congresso Nacional havia autorizado os estudos de impacto ambiental, sem ter ouvido as populações potencialmente afetadas pela obra.

No mês seguinte,

[...] com base na representação encaminhada pelas organizações da sociedade civil, a Procuradoria Geral da República ingressa, no dia 26 de agosto, com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) no STF, contra o decreto que autoriza a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e a realização de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) sobre a obra. O procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, pede o deferimento de medida liminar para suspender os efeitos do decreto. Depois de ter apresentado representação ao Procurador Geral da República denunciando irregularidades no Decreto Legislativo 788/05, que autoriza a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Rio Xingu, na região de Altamira (PA), o Instituto Socioambiental, em conjunto com o Greenpeace, o Fórum Carajás e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), ingressa, no dia 10 de outubro,

com um pedido de *Amicus Curiae* (amigo da causa, em português) junto ao Supremo Tribunal Federal para que possa participar da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3573 e demonstrar os problemas existentes com a usina e com o processo que pretende autorizar sua implantação. Na petição apresentada, as organizações trazem ao STF uma série de informações relevantes sobre o projeto e suas consequências socioambientais, para que o tribunal possa contextualizar a questão. Por sete votos a quatro, o Supremo Tribunal Federal (STF) julga inapropriado o meio utilizado, isto é, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), para questionar a constitucionalidade do Decreto Legislativo nº 788/05, que autorizou a implantação de Belo Monte, na região de Altamira, no Pará. A decisão contraria o relator do processo, ministro Carlos Britto, que havia julgado pela aceitação da ação (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2011).

Em março de 2006, o processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte é suspenso por meio de liminar. Diante da suspensão do “licenciamento ambiental prévio” por força de uma liminar, impediu-se o prosseguimento de qualquer estudo na área antes que as populações indígenas que viriam a ser afetadas fossem ouvidas pelo Congresso Nacional. Embora a decisão liminar tenha sido favorável ao Ministério Público Federal, a decisão de mérito não foi. Um ano depois da concessão da liminar, a Justiça Federal em Altamira (PA) julgou improcedente o pedido do MPF para anular o licenciamento ambiental prévio de Belo Monte.

A decisão abre precedente negativo ao afirmar que o Congresso Nacional pode autorizar a implantação de usinas hidrelétricas em terras indígenas sem necessidade de lei específica e tampouco de consulta aos povos afetados. Em encontro promovido pelo Ministério Público Federal (MPF) no Pará, reunindo especialistas na questão energética e representantes de comunidades do rio Xingu para discutir os empreendimentos hidrelétricos na Amazônia, são apresentados os planos da Eletrobrás para barragens no rio Xingu. A informação, contida na revisão do inventário energético do rio, é de que, pelo menos, cinco barramentos foram considerados possíveis e importantes pela estatal. Segundo informações do Instituto Socioambiental, caso todos virem realidade, o alagamento total gerado, pelo represamento das águas, pode chegar a 12 mil km².

Em maio do ano de 2008, acontece na cidade de Altamira o “Encontro Xingu Vivo para Sempre”. Este reúne representantes de populações indígenas e ribeirinhas, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, pesquisadores e especialistas. O objetivo do encontro é promover o amplo debate sobre os impactos de projetos hidrelétricos junto a Bacia do Rio Xingu, dentre os quais o mais importante é a construção da usina de Belo Monte, considerada (já a época) como a principal obra de engenharia do

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O encontro ocorria 19 anos depois da realização do I Encontro de Povos Indígenas, realizado em Altamira, em 1989.

FIGURA 09: Imagens “Encontro Xingu Vivo Para Sempre”.



Fonte: http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=6479&action=read, acessado em 15 de junho de 2014; <https://www.socioambiental.org/pt-br/isa-em-imagens/exposicao-xingu-diversidade-socioambiental-no-coracao-do-brasil>, acessado em 23 de maio de 2016.

Durante o encontro de 2008, índios entram em confronto com responsável pelos estudos ambientais da hidrelétrica de Belo Monte. Após o evento, o Movimento divulga a “Carta Xingu Vivo para Sempre”, documento final que avalia as ameaças ao Rio Xingu, apresenta à sociedade brasileira um projeto de desenvolvimento para a região e exige das autoridades públicas sua implementação. O box abaixo traz a carta produto desse encontro.

Box 07: “Carta Xingu Vivo para Sempre”, 23 de maio de 2008.

Nós, representantes das populações indígenas, ribeirinhas, extrativistas, dos agricultores e agricultoras familiares, dos moradores e moradoras da cidade, dos movimentos sociais e das organizações não governamentais da Bacia do rio Xingu, nos reunimos no encontro Xingu Vivo para Sempre, realizado na cidade de Altamira (PA), entre os dias 19 e 23 de maio de 2008, para discutir, avaliar e denunciar as ameaças ao rio que nos pertence e ao qual pertencemos nós e reafirmar o modelo de desenvolvimento que queremos. Nós, que somos os ancestrais habitantes da Bacia do Xingu, que navegamos seu curso e seus afluentes para nos encontrarmos; que tiramos dele os peixes que nos alimentam; que dependemos da pureza de suas águas para beber sem temer doenças; que dependemos do regime de cheias e secas para praticar nossa agricultura, colher os produtos da floresta e que reverenciamos e celebramos sua beleza e generosidade a cada dia que nasce; Nós temos nossa cultura, nossa espiritualidade e nossa sobrevivência profundamente enraizadas e dependentes de sua existência. Nós, que mantivemos protegidas as florestas e seus recursos naturais em nossos territórios, em meio à destruição que tem sangrado a Amazônia, nos sentimos afrontados em nossa dignidade e desrespeitados em nossos direitos fundamentais com a projeção, por parte do Estado Brasileiro e de grupos privados, da construção de barragens no Xingu e em seus afluentes, a exemplo da hidrelétrica de Belo

Monte. Em nenhum momento nos perguntaram o que queríamos para o nosso futuro. Em nenhum momento nos ouviram sobre a construção de hidrelétricas. Nem mesmo os povos indígenas, que têm esse direito garantido em lei, foram consultados. Mesmo assim, Belo Monte vem sendo apresentada pelo governo como fato consumado, embora sua viabilidade seja questionada. Estamos cientes de que interromper o Xingu em sua Volta Grande causará enchentes permanentes acima da usina, deslocando milhares de famílias ribeirinhas e moradores e moradoras da cidade de Altamira, afetando a agricultura, o extrativismo e a biodiversidade, e encobrindo nossas praias. Por outro lado, o barramento praticamente secará mais de 100 quilômetros de rio, o que impossibilitará a navegação, a pesca e o uso da água por muitas comunidades, incluindo aí várias terras e comunidades indígenas. Também estamos preocupados com a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) nos rios formadores do Xingu. Algumas já foram construídas, outras já estão autorizadas e até hoje não houve qualquer tipo de avaliação dos impactos que esse conjunto de obras causará aos 14 povos indígenas do Parque Indígena do Xingu. Essas barragens profanam seus sítios sagrados e podem acabar com os peixes dos quais se alimentam. Assim, nós, cidadãos e cidadãs brasileiras, vimos a público comunicar à sociedade e às autoridades públicas federais, estaduais e municipais a nossa decisão de fazer valer o nosso direito e o de nossos filhos e netos a viver com dignidade, manter nossos lares e territórios, nossas culturas e formas de vida, honrando também nossos antepassados, que nos entregaram um ambiente equilibrado. Não admitiremos a construção de barragens no Xingu e seus afluentes, grandes ou pequenas, e continuaremos lutando contra o enraizamento de um modelo de desenvolvimento socialmente injusto e ambientalmente degradante, hoje representado pelo avanço da grilagem de terras públicas, pela instalação de madeireiras ilegais, pelo garimpo clandestino que mata nossos rios, pela ampliação das monoculturas e da pecuária extensiva que desmatam nossas florestas. Nós, que conhecemos o rio em seus meandros, vimos apresentar à sociedade brasileira e exigir das autoridades públicas a implementação de nosso projeto de desenvolvimento para a região, que inclui:

A criação de um fórum de articulação dos povos da bacia que permita uma conversa permanente sobre o futuro do rio e que possa caminhar para a criação de um Comitê de Gestão de Bacia do Xingu; A consolidação e proteção efetiva das Unidades de Conservação e Terras Indígenas bem como o ordenamento fundiário de todas as terras públicas da região da Bacia do Xingu. A imediata criação da Reserva Extrativista do Médio Xingu. A imediata demarcação da TI Cachoeira Seca, com o assentamento digno dos ocupantes não indígenas, bem como a retiradas dos invasores da TI Parakanã. A implementação de medidas que efetivamente acabem com o desmatamento, com a retirada de madeira ilegal e com a grilagem de terras. O incremento de políticas públicas que incentivem o extrativismo e a consolidação da agricultura familiar feita em bases agroecológicas e que valorizem e estimulem a comercialização dos produtos da floresta. Efetivação de políticas públicas capazes de promover a melhoria e instalação de sistemas de tratamento de água e esgoto nos municípios. O incremento de políticas públicas que atendam as demandas de saúde, educação, transporte, segurança, adequadas às nossas realidades. Desenvolvimento de políticas públicas que ampliem e democratizem os meios de comunicação social. O incremento de políticas públicas para a ampliação das experiências de recuperação de matas ciliares e de áreas degradadas pela agropecuária, extração de madeira e mineração. Que nenhum outro dos formadores do Xingu venha a ser barrado, como já aconteceu ao rio Culuene com a implantação da PCH Paranatinga II. Proteção efetiva do grande corredor de sociobiodiversidade formado pelas terras indígenas e unidades de conservação do Xingu.

Nós, os que zelamos pelo nosso rio Xingu, não aceitamos a invisibilidade que nos querem impor e o tratamento desdenhoso que o poder público tem nos dispensado. Nos apresentamos ao País com a dignidade que temos, com o conhecimento que herdamos, com os ensinamentos que podemos transmitir e o respeito que exigimos. Esse é o nosso desejo, essa é a nossa luta. Queremos o **Xingu Vivo Para Sempre**.

Altamira, 23 de maio de 2008.

Assinam:

Kayapó da Aldeia Kriny, Kayapó do Bacajá Xikrin, Kayapó de Las Casas, Kaiapó de Gorotire, Kayapó Kubenkrākênh, Kayapó Moikarakó, Kayapó Pykarārākre, Kayapó Kendjâm, Kayapó Kubenkàkre, Kayapó Kararaô, Kayapó Purure, Kayapó Tepore, Kayapó Nhàkin, Kayapo Bandjunkôre, Kayapó Krânhãpari, Kayapó Kawatire, Kayapó Kapot, Kayapó Metyktire, Kayapó Piaraçu, Kayapó Mekrãnoti, Kayapó Pykany, Kayapó da Aldeia Aukre, Kayapó da Aldeia Kokraimoro, Kayapo Bau, Kayapó Kikretum, Kayapó Kôkôkuêdja, Mrotidjam Xikrin, Potikrô Xikrin, Djudjekô Xikrin, Cateté Xikrin, Ôodja Xikrin, Parakanã da aldeia Apyterewa e Xingu, Akrâtikatejê, Parkatejê, Munduruku, Araweté, Kuruwaia, Xipaia, Asurini, Arara da aldeia Laranjal e Cachoeira Seca, Arara do Maia da terra Alta, Panará, Juruna do Km 17, Tembê, Kayabi, Yudja, Kuikuro, Nafukua, Kamaiurá, Kalapalo, Waurá, Trumai, Xavante, Ikpeng, Apinayé, Krahô, Associação das Mulheres Agricultoras do Assurini, Associação de Mulheres Agricultoras do Setor Gonzaga, Associação dos Moradores do Médio Xingu, Associação dos Moradores da Resex do Iriri, Associação dos Moradores da Resex Riozinho do Anfriso, AFP- Associação Floresta Protegida do povo Kayapó, Associação Indígena Kisedje – povo Kisedje (Parque Indígena Xingu), Associação Pró-Moradia do Parque Ipê, Associação Pró-Moradia do São Domingos, Associação Yakiô Panará – Povo Panará, Associação Yarikayu – povo Yudja (Parque Indígena Xingu), Articulação de Mulheres Paraenses, Articulação de Mulheres Brasileiras, ATIX – Associação Terra Indígena Xingu (Parque Indígena Xingu), CJP- Comissão de Justiça e Paz, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Prelazia do Xingu, CPT- Comissão Pastoral da Terra, FAOR – Fórum da Amazônia Oriental, Federação de Assistência Social e Educacional (FASE), FETAGRI- Federação dos Trabalhadores na Agricultura Regional Altamira, Fórum de Direitos Humanos Dorothy Stang (FDHDS), Fórum Popular de Altamira, Fundação Elza Marques, Fundação Tocaia, Fundo DEMA, Grupo de Mulheres do Bairro Esperança, Grupo de Trabalho Amazônico Regional Altamira (GTA), IPAM- Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), MAB- Movimento dos Atingidos por Barragem, STTR-Altamira, Pastoral da Juventude, S.O.S. Vida, Sindicato das Domésticas de Altamira, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará – SINTEPP, Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo e Cidade – MMTACC, Movimento de Mulheres do Campo e Cidade do Pará – MMCC, Movimento de Mulheres do Campo e Cidade Regional Transamazônica e Xingu, Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense, SDDH- Sociedade Paraense dos Direitos Humanos, MNDH- Movimento Nacional dos Direitos Humanos, MMM- Movimento de Mulheres Maria Maria, SOS Corpo, Instituto Feminista para a Democracia, Instituto Socioambiental – ISA, Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP).

Fonte: <http://reporterbrasil.org.br/2008/05/carta-xingu-vivo-para-sempre/>, acessado em 23 de março de 2013.

Grifo nosso.

O texto da carta apresentada no box acima traz a fala enraizada dos defensores do Xingu, dos contrários à construção da UHE Belo Monte. Há uma nítida defesa de uma dimensão espacial neste documento. Onde destaca-se a luta pela defesa dos territórios e das identidades, dos diferentes grupos sociais que conformam a espacialidade múltipla da região para onde foi planejada a construção do “grande projeto” UHE Belo Monte. A forte resistência destes grupos sociais sobre uma possível saída de suas terras demarca o quanto a luta em defesa de um território é muito mais ampla do que a luta pela garantia de uma dada propriedade.

O território, absolutamente, não pode ser confundido e muito menos restringido a um conceito estático e a-histórico. É ele uma construção histórica e social e, enquanto tal é este o *locus* de apropriação de um indivíduo e/ou coletividade, podendo ser, em alguns casos, elemento conformador de uma identidade territorial. O território cumpre forte função simbólica, afetiva. Representando, muitas vezes, uma dimensão sagrada para o grupo social que o compõe. Não há, portanto, compatibilidade entre o proposto pelos agentes que defendem o “grande projeto” Belo Monte, que entendem ser o território uma fonte de recursos e um obstáculo a ser superado para se alcançar o dito “desenvolvimento” e, a concepção de território que alimenta indígenas, ribeirinhos, e demais povos tradicionais. As visões de mundo que aqui se chocam, estão separadas por níveis escalares de entendimento sobre como se deve usar o espaço, que são, absolutamente, distintas. A tal ponto de, a predominância de uma ser, necessariamente, a subjugação da outra. Há um fosso abissal separando essas concepções de mundo.

No ano de 2008, o Ministério Público Federal move nova ação contrária à realização dos Estudos de Impacto Ambiental. O foco da ação é a participação de empreiteiras no Licenciamento. Segundo o MPF, foram concedidos privilégios as empresas Camargo Corrêa, Norberto Odebrecht e Andrade Gutierrez nos Estudos de Impacto Ambiental da hidrelétrica de Belo Monte. O MPF advogava à época sobre a necessidade da realização de processo licitatório para a escolha dos responsáveis pelo EIA-Rima, era do entendimento desta instituição, que o EIA devia ser objeto de construção por parte de uma instituição independente em relação ao projeto. A justiça Federal de Altamira julga procedente a ação do MPF e suspende o processo de licenciamento por meio de liminar. Mas, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, de Brasília, derruba a liminar e garante continuidade ao processo de realização do EIA.

Em maio de 2009, o Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS), constituído a partir do encontro de 2008, por meio de carta reivindicatória, exige que sejam estabelecidos canais de diálogos em relação à Avaliação Ambiental Integrada (AAI), evento onde seriam discutidos como se realizariam os Estudos de Impacto Ambiental do complexo UHE Belo Monte. Caberia a esta AAI gerar diretrizes para compor a versão final dos estudos. A carta apresentada pelo MXVPS exigia que a tal Avaliação Ambiental Integrada só ocorresse mediante análise e consentimento dos povos atingidos pelos empreendimentos. As ações de mobilização social e os processos movidos via justiça

incomodavam o governo, que tinha pressa em consumir a UHE Belo Monte como projeto estratégico nível 1 do Estado Brasileiro.

O governo brasileiro, não obstante, mantém-se firme em relação ao projeto e se utiliza de estratégia para desmobilizar (e ganhar tempo) em relação (as ações) dos movimentos sociais. A estratégia consistia em ouvir e receber a todos os críticos de Belo Monte mas, não mudar em nada o que internamente era/estava decidido pelos setores pró UHE Belo Monte do governo. Em setembro de 2009 são realizadas quatro audiências públicas sobre Belo Monte, no intervalo de seis dias, em quatro cidades diferentes: Brasil Novo, Vitória do Xingu, Altamira (na região de integração do Xingu) e na capital do estado do Pará, Belém.

Os movimentos sociais, o MPF e os pesquisadores independentes (os especialistas), seguiam revelando/denunciando as fragilidades dos estudos apresentados, apontando uma série de lacunas no processo de licenciamento ambiental. É importante destacar que, o EIA completo é disponibilizado para análise da sociedade civil dois dias antes da primeira audiência, não permitindo assim o tempo necessário para que pudesse ser feita uma análise qualificada e minuciosa por parte dos críticos do projeto.

O Ministério Público Federal (MPF) apresenta recomendação ao IBAMA para realização de pelo menos mais treze audiências, de forma a incluir mais municípios nas discussões sobre a obra. No mês de outubro de 2009, organizações e redes da sociedade civil divulgam moção contra a proposição/construção de Belo Monte durante o seminário “Clima e Floresta em debate: REDD e mecanismos de mercado como salvação para a Amazônia?”, realizado em Belém.

A moção de solidariedade aos povos originários e às populações tradicionais do Xingu e contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte buscava afirmar que a aliança entre os povos da floresta seria capaz de barrar a ofensiva do grande capital sobre a Amazônia e que, o projeto de Belo Monte, seria abandonado. Atendendo ao chamado dos movimentos sociais de Altamira e região, é formado um grupo de pesquisadores com o objetivo de analisar o EIA de Belo Monte. Ao grupo se dar o nome de “Painel de Especialistas”. Em 2009 ainda, este grupo, por meio de uma publicação, traz novos elementos as análises do projeto hidrelétrico de Belo Monte.

Este documento consiste em uma série de pareceres, nas mais diferentes temáticas sobre o EIA. Este conjunto de pareceres é entregue ao IBAMA para que assim pudesse servir como insumo da análise sobre a viabilidade ambiental do projeto, e ao MPF, para que este pudesse verificar a ocorrência de possíveis violações legais por parte do projeto, dadas as graves consequências da obra. Além disso, é realizado, em 26 de outubro de 2009 na cidade de Altamira, um seminário para apresentar e debater, junto a sociedade, os resultados da análise do painel de especialistas sobre o Estudo de Impacto Ambiental da hidrelétrica de Belo Monte.

Após o seminário, lideranças indígenas Kayapó enviam carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pedindo para serem ouvidos via a realização de audiência pública sobre Belo Monte. Entre as lideranças que assinam a carta está o cacique Raoni, maior liderança indígena brasileira à época. Mesmo com os resultados do Painel de Especialistas e com a pressão dos indígenas para que ocorresse a consulta prévia, a FUNAI libera a construção de Belo Monte, sem saber quais seriam seus impactos sobre os povos indígenas, contrariando parecer técnico emitido antes pela própria FUNAI.

Em ofício ao IBAMA, o órgão oficial indigenista considera o empreendimento viável, em caso de cumprimento de um conjunto de condicionantes por parte do empreendedor da usina, embora reconheça que o EIA/Rima de Belo Monte não dimensionou corretamente todos os impactos e tampouco apresentou propostas concretas de como evitar ou diminuir os esperados impactos sobre os povos indígenas da região (isto é feito só posteriormente, já com a obra em andamento).

Os técnicos do IBAMA, após realizar análise do EIA-Rima, concluem que o projeto é viável desde que sejam cumpridos 14 Planos, 52 Programas e 62 Projetos propostos. Além deste conjunto de condicionantes, o IBAMA por meio do EIA determina que sejam feitas algumas mudanças no Projeto de Engenharia da UHE Belo Monte tendo por objetivo diminuir os efeitos negativos sobre o meio ambiente e as sociedades locais.

Em novembro de 2009 Belo Monte ganha oficialmente os holofotes internacionais. O projeto da UHE Belo Monte é apresentado em audiência pública junto a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em Washington, capital dos Estados Unidos. O encontro trata do impacto causado pelas grandes barragens na América Latina no que se refere a direitos humanos e meio ambiente. A audiência é uma solicitação de mais de 40

organizações ambientalistas nacionais e internacionais, e das comunidades potencialmente afetadas. Durante a audiência são apresentadas as conclusões do relatório “Grandes Barragens na América. É o remédio pior que a doença?”, preparado pela Associação Interamericana para a Defesa do Ambiente (AIDA), em parceria com várias entidades.

Enquanto isso, no Brasil, por iniciativa dos grupos indígenas contrários a construção da UHE Belo Monte, ocorre uma reunião na aldeia Piaraçu (Terra Indígena Capoto-Jarina, estado do Mato do Grosso) tendo por objetivo pensar em estratégias de enfrentamento em relação ao projeto da usina. A referida reunião contou com a presença de 284 representantes de 15 diferentes etnias. Após este evento, representantes de povos indígenas, ribeirinhos, extrativistas, ONGs, agricultores e movimentos sociais analisam os impactos da construção de Belo Monte, por meio da produção de parecer próprio sobre o projeto, por ocasião da realização do “II Encontro dos Povos da Volta Grande do Rio Xingu”. Por meio de carta divulgada ao final do encontro, os participantes manifestam indignação ao projeto e denunciam (uma vez mais) a falta de transparência e a inexistência de canais efetivos de participação nas discussões do EIA da UHE Belo Monte.

A pressão local/global leva a Justiça Federal, no dia 09 de novembro de 2009, a suspender o licenciamento e determinar novas audiências para Belo Monte, acatando pedido do Ministério Público para que as comunidades atingidas fossem, de fato, ouvidas. Mas, no dia 11 de novembro de 2009, a liminar é derrubada. O IBAMA volta assim a analisar o projeto. A morosidade na condução das etapas obrigatórias pelo qual deveria passar o projeto prejudica as ações orquestradas pelo Governo. Sem a emissão da licença prévia por parte do IBAMA, o governo não poderia realizar o leilão de concessão do projeto da hidrelétrica, previsto para dia 21 de dezembro. O governo precisava dar celeridade a seu projeto estratégico nível 1.

O governo movimenta, então, suas peças no tabuleiro de xadrez do jogo de escala representado por Belo Monte e o “grande projeto” vira tema de audiência pública no Senado no dia 19 de novembro de 2009. A Comissão de Direitos Humanos de Legislação Participativa debate os termos dos Estudos de Impacto Ambiental do projeto com a presença do procurador da República de Altamira (PA), Rodrigo Timóteo. Durante a audiência o secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, à época o senhor

Márcio Zimmerman, levanta a possibilidade de que o leilão para a concessão da hidrelétrica, previsto para 21 de dezembro de 2009, seja adiado para janeiro de 2010, tendo em vista o prazo original ter sido prejudicado pelo atraso na emissão da licença prévia ambiental por parte do IBAMA, órgão licenciador. O ministro do Meio Ambiente, à época o senhor Carlos Minc, diz que a licença do IBAMA somente seria emitida quando todas as pendências do projeto estivessem solucionadas.

As mobilizações contrárias à construção da UHE Belo Monte crescem novamente, ganhando os holofotes internacionais. Em evento em São Paulo, o cantor britânico Sting e o cacique kayapó Raoni reúnem-se após 20 anos do fatídico encontro de 1989 em Altamira, quando o facão de uma mulher, a índia Tuíra, freou as intenções do Banco Mundial e do Governo Brasileiro de construir Belo Monte. O evento ajuda a dar visibilidade e força aos movimentos de resistência ao projeto.

Em dezembro de 2009,

[...] a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (Índios e Minorias) do Ministério Público Federal promove Audiência Pública sobre a construção da usina, dia 1º, em Brasília, com o objetivo de obter explicações definitivas sobre a insistência do governo federal em construir o empreendimento e seus reais impactos e consequências, com a presença das autoridades envolvidas na construção da usina. Entretanto, o governo não comparece. FUNAI, IBAMA, Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás e Eletronorte, órgãos diretamente relacionados à obra, nem mandam representantes (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2011).

O governo, antes tido por popular e democrático, mostrava, segundo a opinião de ambientalistas e movimentos sociais, sua feição antipopular e autoritária. Diversos representantes de povos indígenas (Arara, Guarani, Juruna, Kaiapó, Xavante, Xipiaia, Xicrin e Yanomami) presentes na audiência pública, proposta pelo MPF, lançam um manifesto, denunciando o descaso do governo federal. O texto fala de 20 anos de luta dos povos indígenas contra o projeto de Belo Monte e conclui com a mensagem de que o Rio Xingu pode virar um “Rio de sangue”.

No dia 2 de dezembro do ano de 2009, um ano longo para os movimentos sociais e para o governo brasileiro no que se refere a Belo Monte, após a ocorrência de audiência pública proposta pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal, esvaziada novamente pelo governo, indígenas e ribeirinhos fazem ato na rampa do

Senado contra o projeto da Hidrelétrica de Belo Monte. A Eletrobrás e o IBAMA não enviam representantes para a audiência.

Durante o evento, a mesma índia kayapó, Tuíra, que em 1989 empunhou um facão contra o atual presidente da Eletrobrás, o senhor José Antônio Muniz Lopes, então diretor da Eletronorte, em um protesto em defesa dos povos indígenas do Xingu, fica de pé em frente à mesa da Comissão de Direitos Humanos e aponta o dedo para o representante da FUNAI, dizendo que o governo os abandonou e passando a ser uma ameaça aos povos indígenas.

FIGURA 10: a fúria e revolta dos indígenas em relação a Belo Monte: o “dedo facão” da Índia Tuíra.



Fonte: <http://freeanimals-freeanimals.blogspot.com.br/2016/06/il-fiume-non-si-tocca.html>, acessado em 10 de abril de 2017.

Os indígenas participam, ainda, de reuniões no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) e no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA). Na mesma semana, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) envia ao relator da Organização das Nações Unidas (ONU), à época o senhor James Anaya, uma carta denunciando a violação do direito de consulta livre, prévia e informada, previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a qual o Brasil é signatário, e à Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas. O documento descreve o processo unilateral e atropelado do licenciamento e a violação do direito de consulta prévia, confirmando o descaso do governo brasileiro e a falta de diálogo com os povos indígenas quando da análise de Belo Monte. Coiab e ISA solicitam que o relator recomende ao Estado brasileiro que realize as devidas consultas antes do

leilão da obra. No box abaixo é possível ter mais detalhes sobre a Convenção 169 da OIT, entendendo assim seu papel estratégico e importância histórica.

Box 08: A Convenção 169: os direitos dos povos indígenas e tribais

A Convenção nº 169, sobre povos indígenas e tribais foi adotada a partir da 76ª Conferência Internacional do Trabalho, ocorrida no ano de 1989. Ela constitui o primeiro instrumento internacional vinculante que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas e tribais. A Convenção aplica-se a povos em países independentes que são considerados indígenas pelo fato de seus habitantes descenderem de povos da mesma região geográfica que viviam no país na época da conquista ou no período da colonização e de conservarem suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas. Aplicando-se, também, a povos tribais cujas condições sociais, culturais e econômicas os distinguem de outros segmentos da população nacional. A autoidentidade indígena ou tribal é uma inovação do instrumento, ao instituí-la como critério subjetivo, mas fundamental, para a definição dos povos sujeito da Convenção, isto é, nenhum Estado ou grupo social tem o direito de negar a identidade a um povo indígena ou tribal que se reconheça como tal. Os conceitos básicos que norteiam a interpretação das disposições da Convenção são a consulta e a participação dos povos interessados e o direito desses povos de definir suas próprias prioridades de desenvolvimento na medida em que afetem suas vidas, crenças, instituições, valores espirituais e a própria terra que ocupam ou utilizam. Outra inovação é a distinção adotada na Convenção entre o termo “populações”, que denota transitoriedade e contingencialidade, e o termo “povos”, que caracteriza segmentos nacionais com identidade e organização próprias, cosmovisão específica e relação especial com a terra que habitam. A Convenção dedica uma especial atenção à relação dos povos indígenas e tribais com a terra ou território que ocupam ou utilizam de alguma forma, principalmente aos aspectos coletivos dessa relação. É nesse enfoque que a Convenção reconhece o direito de posse e propriedade desses povos e preceitua medidas a serem tomadas para salvaguardar esses direitos, inclusive sobre terras que, como observado em determinados casos, não sejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais tenham, tradicionalmente, tido acesso para suas atividades e subsistência. Os povos nômades ou itinerantes são também objeto de atenção da Convenção, que, além de reconhecer seu direito aos recursos naturais das terras que ocupam, garante-lhes o direito de utilizá-los, administrá-los e conservá-los. Ao ratificarem a Convenção, os Estados membros comprometem-se a adequar sua legislação e práticas nacionais a seus termos e disposições e a desenvolver ações com vistas à sua aplicação integral. Assumem também o compromisso de informar periodicamente a OIT sobre a aplicação da Convenção e de acolher observações e recomendações dos órgãos de supervisão da Organização. **Ao ratificar a Convenção em julho de 2002, o Brasil, que além de Estado membro da OIT é um dos dez países com assento permanente no seu Conselho de Administração, aderiu ao instrumento de Direito Internacional mais abrangente para essa matéria, que procura garantir aos povos indígenas e tribais os direitos mínimos de salvaguardar suas culturas e identidade no contexto das sociedades que integram, se assim desejarem. A Convenção nº 169 entrou em vigor no Brasil, em julho de 2003, um ano após ser ratificada internacionalmente.**

Fonte: Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, volume 1, 2011. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf, acessado em 30 de novembro de 2016. Grifo nosso.

Em fevereiro do ano de 2010, o Ministério do Meio Ambiente libera a construção do grande projeto UHE Belo Monte sem potencializar plenamente os impactos da obra. A

licença ambiental para construção da usina, publicada no dia 1º de fevereiro de 2010, demonstra que questões centrais para avaliar o impacto da obra ainda não estão esclarecidas. Mesmo assim, tendo por intuito viabilizar a contratação de um consórcio de empresas para construir e operar a usina, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) concedeu um financiamento de 80% do investimento total necessário para a construção e operação do empreendimento. Esse montante corresponde ao mais alto valor já concedido por essa instituição para uma obra de infraestrutura, superando os 22 bilhões de reais⁹⁴ naquela ocasião.

É importante ressaltar, entretanto, que o Parecer Técnico do IBAMA⁹⁵, do final de novembro de 2009 (Parecer 114/09), que não foi disponibilizado à sociedade brasileira, denuncia pressão política da Presidência da República para liberar a obra e indica que os estudos, superficiais, não conseguem prever o que acontecerá com os peixes num trecho de mais de 100 km de rio, e consequentemente com as pessoas que deles sobrevivem, sobretudo as comunidades indígenas ribeirinhas, segundo informações do (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2011).

Mesmo assim, a primeira licença ambiental exigida pela legislação brasileira – a Licença Prévia – foi concedida pelo IBAMA em 1º de fevereiro de 2010, após análise e aprovação do EIA de Belo Monte. Esta licença (Licença Prévia nº. 342/201033) foi concedida, por meio da imposição de quarenta condicionantes que deveriam ser cumpridas pela Norte Energia⁹⁶, e pelo Governo Federal. A concessão dessa licença foi

94 Informação disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/2917622/bndes-aprova-financiamento-de-r-22-bilhoes-para-belo-monte>, acesso em 16 de setembro de 2013.

95 “Quando da publicação da licença prévia, no dia 1º de fevereiro de 2010, várias questões centrais para avaliar o impacto da obra ainda não haviam sido esclarecidas. Parecer Técnico do Ibama, do final de novembro de 2009 (Parecer 114/09), denunciou pressão política da Presidência da República para liberar a obra e indicou que os estudos não conseguem prever, por exemplo, o que acontecerá com os peixes num trecho de mais de 100 km de rio e, consequentemente, com as pessoas que deles sobrevivem, sobretudo as comunidades indígenas ribeirinhas. Também revelou que não há medidas suficientes para controlar o afluxo de pessoas, que podem colapsar os serviços públicos e aumentar a disputa pela terra na região, já conhecida pela violência no campo.

A Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – Plataforma DHESCA denunciou, em 2010, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, que a Licença Prévia foi emitida pela presidência do Ibama à revelia da avaliação dos próprios técnicos do órgão, como demonstrou o Parecer 114/09, que era contrário à liberação da licença para construção da usina. Além disso, a participação da sociedade no processo de licenciamento foi prejudicada nas quatro audiências públicas realizadas pelo Ibama”. Informação disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/865119.pdf>.

precedida das quatro audiências públicas mencionadas, ocorridas nas cidades de Brasil Novo, Vitória do Xingu, Altamira e Belém.

A segunda licença ambiental concedida para viabilizar a construção da UHE Belo Monte foi a Licença Parcial de Instalação nº. 770/201134, emitida pelo IBAMA em 26 de janeiro de 2011, autorizando a instalação dos canteiros de obras da usina. Essa licença válida por um ano também estava condicionada ao cumprimento das condicionantes já mencionadas, as quais impõem a implantação de programas socioambientais e programas de monitoramento socioeconômicos, à empresa concessionária de Belo Monte (a Norte Energia) e ao Governo Federal. Os programas visavam o estabelecimento de ações nas áreas da saúde, educação e saneamento junto às comunidades afetadas.

O MPF do Estado do Pará ingressou com nova Ação Civil Pública requerendo a declaração de nulidade da licença de instalação nº. 770/2011, emitida pelo IBAMA para a remoção da vegetação e a instalação dos canteiros de obras da usina. Segundo o MPF esta licença não poderia ter sido emitida sem o cumprimento das condicionantes impostas na concessão da Licença Prévia nº. 342/2010. A ação movida por este, sustentava ainda não existir a figura do “licenciamento parcial” no ordenamento jurídico brasileiro.

Segundo ainda o Ministério Público Federal, o projeto UHE Belo Monte não havia cumprido (mesmo de forma parcial) com vinte e nove condicionantes⁹⁷ antes de receber a licença parcial de instalação em 26 de janeiro de 2011. Outras 04 condicionantes haviam sido cumpridas apenas parcialmente e para outras trinta e três não havia qualquer

96 A Norte Energia S.A. é a dona da obra. A empresa é composta principalmente por estatais (Grupo Eletrobras) e empresas privadas do setor elétrico, fundos de pensão e empresas autoprodutoras de energia. A empresa Norte Energia S.A. ganhou a concessão para explorar o aproveitamento hidrelétrico do Rio Xingu por 35 anos, a partir de agosto de 2010, em leilão público.

97 As *condicionantes* são uma série de compromissos que o empreendedor e o Governo Federal assumiram com o órgão ambiental fiscalizador (IBAMA) para obter e manter a autorização do empreendimento, garantindo a sustentabilidade ambiental do empreendimento. O IBAMA além da obrigação de fiscalizar também é o responsável por analisar avaliações de órgãos como FUNAI, ICMBio, Iphan, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância Sanitária e Agência Nacional de Águas. Sete analistas ambientais do IBAMA são encarregados de fazer o monitoramento e fiscalização da usina e das condicionantes de Belo Monte. Em relação às análises de relatórios e elaboração de pareceres técnicos: a equipe técnica depende principalmente dos relatórios que a Norte Energia, empresa responsável pela construção de Belo Monte, encaminha semestralmente sobre o cumprimento das obrigações da licença ambiental. Além de avaliar os relatórios enviados pela empresa, os analistas do IBAMA, sediados em Brasília, também fazem vistorias de campo com o objetivo de verificar *in loco* parte das informações dos relatórios feitos pela empresa. A partir daí os técnicos do IBAMA emitem semestralmente pareceres técnicos sobre o atendimento das condicionantes que é de sua responsabilidade direta. As condicionantes de responsabilidade de órgãos como FUNAI, ICMBio, Iphan, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância Sanitária e Agência Nacional de Águas não obedecem a mesma rotina de fiscalização. Por exemplo, o IBAMA, que delegou à FUNAI o acompanhamento integral das condicionantes relativas aos povos indígenas (<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/entenda-o-que-sao-as-condicionantes-que-envolvem-a-construcao-da-hidreletrica-de-belo-monte>), acessado em 05 de fevereiro de 2014. Grifo nosso.

informação. Diante do não cumprimento das condicionantes, o MPF sustentou que o licenciamento não poderia prosseguir. Em 25 de fevereiro de 2011, esta licença foi cassada pela Justiça Federal do Pará, pois prevaleceu o entendimento de que a licença era ilegal por não ter cumprido as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA.

Em 1º de julho de 2011, entretanto, o IBAMA anunciou, a concessão da terceira licença ambiental: a Licença de Instalação nº. 795/201141, que autoriza ao consórcio vencedor⁹⁸ dar início à construção da usina. O MPF ingressou com uma nova Ação Civil Pública, cinco dias após a concessão da Licença de Instalação, objetivando a declaração de nulidade desta licença. Segundo o MPF, esta licença foi emitida pelo IBAMA sem o cumprimento das condicionantes impostas na concessão da Licença Prévia nº. 342/2010. Esta ação, no entanto, foi julgada improcedente pelo governo se quem tenha sido analisado o mérito da ação. A decisão judicial recorreu ao mecanismo de “suspensão de segurança” para dar continuidade à obra.

A partir da emissão da licença de instalação, o Governo anunciou uma série de medidas para reduzir os impactos ambientais da construção de Belo Monte. Tendo por intuito tornar a obra palatável a seus críticos. Sendo assim, decide pela criação do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu. Este, um amplo programa de fomento regional, tinha por objetivo preparar “a região de integração do rio Xingu” para suportar os efeitos desestruturadores das obras da UHE Belo Monte⁹⁹.

Fazem parte do plano de desenvolvimento “sustentável” ações na área de regularização fundiária, licenciamento ambiental, capacitação da população local, ampliação de escolas e universidades públicas, universalização do acesso à energia elétrica, melhoria dos transportes rodoviário e hidroviário, entre outras. Ainda no âmbito do PDRS, cabe a Norte Energia a aplicação de um montante de recursos, que devem ser gastos em período de 20 anos; da ordem de 500 milhões de reais.

O dinheiro uniu as elites econômicas e políticas dos municípios contemplados pelo PDRS Xingu, ao mesmo tempo em que, provocou um racha nos movimentos sociais da região. Uns entenderam que tinham que transformar o PDRS num campo de disputas,

98 Sobre este ponto é importante esclarecer que o Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM) foi contratado pela empresa Norte Energia S.A. para executar as obras civis e de engenharia da hidrelétrica de Belo Monte. É formado por 10 empresas do setor de construção pesada lideradas pela Construtora Andrade Gutierrez. O CCBM reúne ainda as construtoras Camargo Corrêa, Odebrechet, Queiroz Galvão, OAS, Contern, Galvão, Serveng, J. Malucelli e Cetenco.

99 O texto deste detalhado histórico que descreve o processo de concepção, desenvolvimento e implantação do “grande projeto” UHE Belo Monte, texto que subsidiou em demasia este trabalho, foi produzido pelo ISA, podendo ser encontrado no seguinte endereço eletrônico: <https://site-antigo.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp>.

capitaneando assim recursos para programas e causas sociais historicamente debatidas e vislumbradas na/para região. Outros, porém o viram enquanto um “comprador de silêncios”, tachando de traidores os movimentos e militantes sociais que submetiam projetos de fomento junto ao PDRS. Os mais resistentes entendiam que estar dentro do PDRS era o mesmo que legitimar a UHE Belo Monte, por tantos anos combatida. E que os efeitos deste Plano implicariam em resultados pífios a Altamira e aos demais municípios da região.

O fato é que, no fim das contas, o Governo tinha preparado o caminho para suas ações. O objeto, a UHE Belo Monte, tinha vencido as ações dos grupos historicamente constituídos na região. As sociabilidades dos moradores dos baixões da cidade de Altamira, de indígenas, ribeirinhos e camponeses estavam à mercê agora do que os outros entendiam ser adequado, justo e bom para eles. Suas vidas não os pertencia mais. A escala de suas vidas não era a representação de algo micro, de uma microescala, posto que suas ações cotidianas estavam agora ligadas, de forma subordinada a outras ordens.

A escala de suas vidas cotidianas tornou-se macro, posto que, a decisão sobre pescar, plantar, morar, ir à escola já não mais estava em suas mãos. Os impactos a escalas de vida provocaram nos socioespacialmente atingidos por Belo Monte um sentimento de estranhamento, de desorientação. Suas espacialidades foram radicalmente modificadas. Sua forma-conteúdo desfeita, arrancada. Era preciso novamente aprender o que era o mundo. Tal qual uma criança para quem tudo é novo. Mas, há aqui um agravante quando da comparação com uma criança. Esta por não conseguir mensurar suas perdas, adapta-se facilmente a nova realidade, mesmo que isto implique em choros eventuais.

Não obstante, para o ser humano “formado” o processo de adaptação é lento, sofrido e se apresenta como incerto. Os anos de convivência em uma dada forma-conteúdo dificultam sobremaneira a habilidade de se adaptar. Isto implica sofrimento aos mais territorializados, aos mais lugarizados. Implicando ainda a incerteza sobre o novo mundo que lhe foi imposto. A incerteza fruto do monstro devorador de vidas, águas e florestas. Incerteza nascida do ventre de um monstro. Daí porque para muitas pessoas no Xingu a usina não ter nada de belo, sendo na verdade um monstro.

PRÓLOGO

(momento 3)

Seguindo viagem:

Contornos de uma política espacializada: centralidades insurgentes: a narrativa escalar dos subalternizados

(...) tudo foi feito sem levar em conta a cultura, a maneira de ser, as expressões culturais, essas questões todas não foram pensadas, foi feita em Brasília, nos gabinetes confortáveis, aí se faz tudo. E eu pergunto, o que é feito aqui é para quem? O progresso que eles estão falando, onde é que fica?

Dom Erwin, bispo emérito do Xingu

Esta hidroelétrica aqui, ela foi construída para não acender nem uma lâmpada na casa de ninguém. Ela foi construída unicamente para explorar o minério que tem aqui no Xingu e para mandar energia para o sudeste, para as grandes empresas.

Padre Alírio

— Rapaz... Depois de ouvir todos esses relatos, todas essas histórias, parece que, por um instante, durante o momento das narrativas deles, parece que, o tempo passou mais lentamente. Porém, quando olho para o relógio vejo que passou foi rápido (risos).

— Deve ser porque em um mundo cheio de lugares, a exemplo do de seu Otávio e Raimunda, o tempo parece passar mais lentamente. E, quando reduzimos o mundo a um único lugar, uma única concepção de sociedade, o tempo se tornar soberano e apressado, pois, o capital tem pressa! Ou seja, em uma dada unidade espaço-temporal, o espaço-tempo percebido é dado a partir da escala, da “pertinência dos fenômenos”.

— Bom dia senhores. Estou acompanhando a conversa de vocês e achando muito interessante o que está sendo colocado ao debate por vocês. Há que defenda a obra certamente, mas nós, que sempre fomos contrários à obra, falamos a partir de vivências. As falas que afirmam ser Belo Monte uma experiência da globalização perversa, certamente devem se fazer ouvir, para o que aconteceu por aqui, em nosso sagrado Xingu, não cai jamais no esquecimento, ao contrário, que possa servir para que, a partir deste contraexemplo de obra e de proposta de desenvolvimento, possamos pensar em outros e novos “modelos”. Modelos que sejam compatíveis com a humanidade, às culturas e o meio ambiente.

— Bom dia Dom Erwin. Bom dia padre Alírio. Concorde com o senhor Dom Erwin. Belo Monte expressa um determinado modelo e uma lógica de desenvolvimento que a mim também se apresenta como perversidade. Os tais “grandes projetos” tem servido neste país a busca de um “desenvolvimento”¹⁰⁰ baseado no alcance dos seguintes objetivos: promover a desindustrialização do país, por meio de uma política que busca incentivar setores como mineração, agropecuária e indústria de transformação; desenvolver um padrão de comércio baseado na reprimarização das exportações, onde há uma expressiva valorização das *commodities*; aumentar a dependência tecnológica em relação aos países mais tecnicamente desenvolvidos do mundo capitalista, tendo em vista o aumento dos gastos com aquisição de bens e serviços intensivos em tecnologia, comprados do/no exterior, e, em contrapartida, a drástica diminuição de investimento em ciência e tecnologia; promover a desnacionalização do país, tendo em vista uma clara tendência de elevação da relação entre as remessas de lucros e dividendos ao exterior e o PIB. Fenômeno este que guarda relação direta com a reprimarização da economia do país. Nos últimos 15 anos houve um aumento da participação das empresas estrangeiras no valor da venda das 497 maiores empresas que atuam no Brasil, em contrapartida, atesta-se a queda da participação das empresas estatais e das empresas de capital nacional. O processo de desnacionalização da economia brasileira está, também, associado ao processo de concentração de capital no Brasil; enfraquecer o país no que concerne a competitividade internacional. O país registrou crescimento da competitividade de seus produtos primários¹⁰¹ mas, concomitantemente, registrou perdas de competitividade de seus produtos manufaturados¹⁰²; aumentar a vulnerabilidade externa do país¹⁰³; promover o aumento da concentração de capital estrangeiro junto a economia brasileira; além de desenvolver uma política econômica que garantiu que os grandes bancos se beneficiassem do abuso do poder econômico, com a leniência do Banco Central, baseada na certeza da impunidade de uma política monetária restritiva, caracterizada por elevadas taxas de lucro. Em síntese, senhores, um conjunto de medidas que devolveram o país sua condição de colônia no cenário internacional¹⁰⁴.

100 Segundo (GONÇALVES, 2012, p. 05) o chamado Nacional-desenvolvimentismo está assentado no trinômio: industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo. Mas, “Durante o Governo Lula os eixos estruturantes do Nacional-desenvolvimentismo foram invertidos. O que se constata claramente é: desindustrialização, dessubstituição de importações; reprimarização das exportações; maior dependência tecnológica; maior desnacionalização; perda de competitividade internacional, crescente vulnerabilidade externa estrutural em função do aumento do passivo externo que expressa a subordinação da política de desenvolvimento à política monetária focada no controle da inflação”.

101 “Ou seja, a reprimarização das exportações envolve, por um lado, maior competitividade internacional em *commodities* (produtos agrícolas, matérias-primas e minerais) e, por outro, menor competitividade em produtos manufaturados intensivos e recursos naturais. **Esta divergência implica menor capacidade de geração de renda e emprego no país**” (GONÇALVES, 2012, p. 17, grifo nosso).

102 Segundo (GONÇALVES, 2012, p. 16) “A maior perda de competitividade internacional é no grupo de produtos intensivos em mão de obra. A partir de 2008 a queda de competitividade também é marcante nos ramos da indústria de transformação que são intensivos em recursos naturais. Ou seja, constata-se perda generalizada da competitividade na indústria de transformação brasileira independentemente da característica quanto à intensidade fatorial”.

103) Conforme destaca Gonçalves (2012, p. 19) “Um indicador relevante de vulnerabilidade externa financeira é o peso relativo das remessas de juros, lucros e dividendos – que expressam a magnitude do passivo externo (desequilíbrio de estoque) e a taxa de retorno referente a este passivo. Considerando que na conta de serviços (não relativos balança comercial de bens. Portanto, a relação entre remessas de juros, lucros e dividendos e o superávit da balança comercial revela a dinâmica entre desequilíbrio de estoque de fluxo. Para mais informações consultar os trabalhos de (GONÇALVES, 2012a e 2012b); e o trabalho de (SAMPAIO JR, 2012).

— Bom dia senhores. Eu também estou acompanhando a conversa. Permitam-me apresentar. Eu sou a NESA. Acompanho há bastante tempo as discussões sobre a construção da UHE Belo Monte. Desde pelo menos a década de 1970. E entendo que apesar de alguns probleminhas, será muito grande o legado deixado para a cidade de Altamira por este projeto, a UHE Belo Monte. Bem como, para sua região como um todo. São mais de 4 bilhões de reais investidos em melhorias socioambientais, como compensação pelos impactos causados a esta região. Creio, inclusive, ser perfeitamente possível compensar as diferentes situações problemas advindas do empreendimento. Neste momento precisamos menos de críticas e mais de paciência. E digo isto, pois penso que temos que preparar o bolo, deixá-lo crescer para, só depois, reparti-lo.

— É, mas este bolo vai demorar para ficar pronto? E quanto aos que tem fome? Quanto tempo deverão ficar esperando o bolo ser preparado, crescer etc.? O tamanho da fatia será proporcional as necessidades de cada um? Ao tamanho da fome de cada um, por exemplo? Ou este bolo terá tamanhos maiores, com belos e suculentos recheios para uns (poucos, mas seletos) e outros (muitos, porém precariamente incluídos) não?

— Bem, como a conversa ficou ampla, sugiro, como forma de organizar nosso bate-papo, que nos apresentemos e coloquemos/apresentemos nossas diferentes perspectivas. É claro que a fala de cada de nós expressará “o lugar de nosso olhar”. E o nosso olhar expressará, concomitantemente, nossa perspectiva de pensamento sobre o assunto em questão, ou seja, se Belo Monte tem mais de Belo ou mais de Monstro. Estamos todos de acordo? Quem começa?

— Sim. De acordo.

— Certamente.

— Bom, estou de acordo e posso começar, ou melhor, continuar a conversa, necessariamente pausada para que pudéssemos organizar o momento de intervenção de cada um. Aliás, quando nós queremos, nós conseguimos ser muito objetivos, práticos e organizados para com os demais. E nos dias de hoje, marcado pela intolerância e pela cultura do ódio, é importante que sejamos capazes de concluir nossas conversas, ainda que tenhamos pensamentos bem distintos uns aos outros.

— Perfeito Dom Erwin. Então, vamos ouvi-lo.

— *Bom, eu estou aqui há cinquenta anos (refere-se ao tempo de estada na cidade e região de Altamira). Eu completei cinquenta anos! E hoje são exatos, hoje são 21¹⁰⁵, faz exatos 50 anos que cheguei aqui em Altamira, 21 de dezembro de 65 (referência ao ano de 1965). E, passei aqui 15 anos como padre e depois, em 1980, o papa me nomeou bispo. E, logicamente, quando eu era padre, a situação era mais restrita a Altamira, Vitória e Souzel¹⁰⁶, depois de bispo tinha toda essa imensidão desta prelazia, que faz extremo ao sul, com Mato Grosso e ao norte, com Amapá, através de todo o*

105 Entrevistamos Dom Erwin no dia 21 de dezembro de 2015, por ocasião de um de nossos trabalhos de campo realizados na cidade de Altamira.

106 Referência aos demais municípios da região de influência de Altamira, Vitória do Xingu e Souzel. “Souzel” é o antigo nome do atual município de Senador José Porfírio.

estado do Pará, e é a maior circunscrição¹⁰⁷ eclesiástica do Brasil e logicamente, nessa extensão tem problemas, conflitos, uma conjuntura muito complexa.

— Cinquenta anos! São muitos anos de Xingu certamente. O senhor acompanhou então o processo de formação da cidade e da região nestas cinco décadas.

— *Sim sim.*

— O que havia, quando de sua chegada por aqui, que foi mudando com o passar dos anos?

— *A época existia os seringais, exploração do extrativismo da castanha-do-pará, com as peles de onça, couro de onça e por aí afora, era mais na base do extrativismo.*

— Até quando mais ou menos isso foi predominante?

— *Década de 1970. Depois, nos anos 70, veio à Transamazônica e, tudo que a Transamazônica significa. Para mim, mudou tudo por completo a região porque, primeiro nós éramos esquecidos e ilhados aqui, única maneira de ir para a capital, para Belém que foi através de barco, de barco até Vitória e não tinha estrada, avião era raro. Estávamos ilhados e de repente vem a Transamazônica, nas duas direções, Marabá e Itaituba. A vinda de inúmeras famílias, primeiro do nordeste (...). Depois veio o pessoal mais do centro e do sul. (...) Eu era professor nos anos 70, aqui no instituto¹⁰⁸, eu me lembro que as salas de aulas mudaram por completo, ao lado do neguinho, de repente uma menina loira dos olhos azuis, com um sobrenome alemão, polaco ou italiano, foi impressionante, então a gente notou a mudança, agora essa... como chama isso?*

— Miscigenação?

— *Isso! Essa miscigenação entre as diversas raças, custou, era a primeira, custou uma geração, hoje já são os filhos, eles já são altamirenses (...). Então, a gente já se sente como oriundos daqui, como nascidos daqui, não interessa se os pais são do Rio Grande do Sul, Paraná ou de Minas ou do Espírito Santo. Então já tem um novo povo, eu diria, eu sou paraense, mas a gente acha até graça quando uma menina loira e com um sobrenome difícil de escrever e falar diz “eu sou paraense da*

¹⁰⁷ Divisão territorial para fins administrativos, eleitorais, eclesiásticos etc.

¹⁰⁸ Referência ao Instituto Maria de Mattias. O Instituto é uma instituição de ensino implantada na cidade de Altamira, fundada em 03 de Março de 1953, hoje é conveniada com (Município/ Estado/ Igreja Católica). O nome “Maria de Mattias” foi escolhido em homenagem à fundadora da Sociedade das Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo.

gema”, como é que pode né? (risos). Bem e aí, nos anos 70, eu era ainda professor do instituto, veio uma senhora... quando foi? Em 75 (1975) ou em 76 (1976) talvez, veio uma senhora e queria falar comigo, porque eu era padre aqui e como professor a juventude Altamirense estava em minhas mãos, também eu estava muito ligado. E essa senhora veio comigo e perguntou pelas lideranças de Altamira. “Como que se chega as lideranças”? Eu fiquei encucado naquela vez, mas então depois eu respondi. Já era a previsão daquilo que ia acontecer, já estavam fazendo uma sondagem, como a gente pode trabalhar esse povo, tu tem que falar com as lideranças para ter um contato com a massa, então o padre que era professor e era conhecido em toda a Altamira, então eu era tido como a liderança forte, como professor e acompanhante da juventude, então ela queria saber quais seriam as outras lideranças, então eu fiquei encucado. Depois de anos, nunca me esqueci daquilo, o porquê dessa pergunta. Por que alguém aqui pergunta e depois se dirige a mim? Certamente alguém indicou. Então, já era, para mim, era consequência de um sistema que essa gente ia implantar. Naquele tempo não se sabia bem o quê, mas que iria implantar algo, que iria mexer com a população e muito. Depois, começou a nossa luta.

— E o senhor não lembra o nome dela?

— Não, mas era uma pessoa com aparência e discurso similar ao de dona NESA.

— E ela era uma dessas pessoas que tinham chegado com a abertura da estrada?

— *Sim, ela era de fora, depois da abertura da Transamazônica, bem depois. E aí, isso já posteriormente, descobri que a ideia de hidrelétrica veio já junto com a Transamazônica, porque o traçado da Transamazônica tinha que ser feito do jeito como exatamente está agora, justamente para que no futuro pudessem fazer essa obra (referência a UHE Belo Monte). Que é o maior absurdo que andou passando por aqui. Quando se agride o povo, com o direito de tirá-lo de seu habitat, de suas casas e dizer: “olha vocês vão ter que sair daqui!”, isso mexe com o coração da população.*

— Dom Erwin permita-me fazer uma pergunta. Pelo que sei, a respeito da implantação ou não da UHE Belo Monte na região, as discussões sobre esse assunto foram tensas. Foi um processo longo e muito tenso. E que dividiu mesmo a população de Altamira entre os contra e os pró Belo Monte. E hoje, com os produtos de Belo Monte a vista, o grupo dos “pró” continuam com força? Os políticos, por exemplo, que defendiam Belo Mone, o que aconteceu deles?

— *Os políticos que encheram a boca falando que Belo Monte era a salvação do oeste do Pará, não se escuta mais nada. O nosso grupo (refere-se ao grupo contrário à construção de Belo Monte), não sou o dono, mas os que estão afinados em defesa dos direitos humanos, da dignidade humana, ficou. Embora que, reduziu, porque tem que ver, eu me lembro que tinha casos que nós colocamos 5 mil ou até mais pessoas na rua. Faça hoje uma manifestação, não consegue mais...*

— Dom Erwin, desculpe interromper, mas, eu tenho uma pergunta. O senhor acha que o outro grupo, o dos que queriam/defendiam Belo Monte, muitas vezes por meio da força do dinheiro, acabou por desarticular o movimento, por enfraquecer o movimento de resistência contrário à obra? Agindo por meio de estratégias diversas e em relação à diferentes grupos sociais, tendo por objetivo eliminar a resistência?

— *Então, para mim, isso foi estratégico, a gente tem que fazer com que esse povo acredite e que pensem que é bom e aí, é o que eu estou dizendo, o que realmente aconteceu com o nosso povo para mim não é apenas a transferência compulsória de um bairro para o outro distante, cinco ou dez quilômetros. Para mim, é outra coisa. Podemos dizer, Santo Antônio (refere-se à comunidade rural de Santo Antônio, localizada às margens da rodovia Transamazônica, no local onde é hoje a casa de força principal da Usina de Belo Monte), você deve conhecer e eu também tomei conta quando era padre naquela comunidade. Ali se falava primeiro que eles iam simplesmente fazer uma nova vila com as casas, com a igrejinha, com escola, com o resto e tudo, que iam simplesmente transferir a vila. Juntar o povo que lá morava e transferir para aquela nova vila. A mesma comunidade. Não se alteraria a comunidade. Hoje, eu não sei onde esse povo está. Quer dizer, o rompimento ou a quebra da própria comunidade. Conhecia esse povo desde os 30 anos de idade, quando estive a primeira vez aqui. Não sei onde estão. Uns aqui, outros acolá, se rasgou tudo.*

— Podemos, a partir de seu depoimento afirmar que, Belo Monte é sinônimo de destruição de modos de vida. De territórios, territorialidades. De lugares, de lugaridades. Ou seja, começamos de certa forma a refletir sobre os possíveis significados de Belo Monte. A destruição do sentimento de pertencimento nutrido por um espaço e a eliminação da espacialidade antes existente. Ou seja, o senhor aponta um aspecto muito grave dos “grandes projetos” e da forma como se gerencia estes grandes projetos, em especial, na Amazônia. Agora eu pergunto, foi só isso “o legado”, ou podem ser destacados outros pontos?

— Não não... podemos destacar outros pontos. Por exemplo, *um golpe na cultura do paraense! A cultura do paraense é da casa aberta. Se eu chego (eu tenho essa experiência de 50 anos), se eu chego em uma casa perguntam: “você quer dormir aqui?”, quero, “então pode atar sua rede aqui e pode escolher, tem um gancho aqui e tem um gancho acolá”, etc. e tal, hospitaleiro! [...] As casas estão abertas. É que nem coração de mãe, tem sempre um lugar. Por exemplo, o pessoal que morava em Altamira e que também era filho de Porto de Moz, de Souzel, de Gurupá¹⁰⁹ e de outras cidades e tinham a sua casa aqui ou o pai e a mãe moravam no interior ou moravam nessas cidades, vieram e se trataram aqui (referência a cidade de Altamira, cidade polo da região da Transamazônica e Xingu). Agora, nessas casas que estão fazendo aí (refere-se ao modelo de casas dos Reassentamentos Urbanos Coletivos), essas gaiolas, não cabe mais, se tem pai e mãe de três filhos, se vem mais alguém, não tem lugar! Quer dizer, a filha tem que dizer: “papai não tem lugar para o senhor”, “O*

109 Referência há municípios que compõe a região de influência de Altamira. São prática comum nesta região os parentes, residentes em outro município ou cidade, procurarem os seus conhecidos e familiares que moram em Altamira quando estão precisando de algum serviço, em especial os relacionados à saúde, ficando alojados em suas casas. De características simples, porém amplas e com inúmeros pontos para arma/arta redes. Pensados justamente para esses momentos de encontros e acolhimento de parentes e amigos vindos de outros locais.

senhor vai ter que ir para uma pousada ou qualquer coisa”. Olha, isso para o bom paraense é golpe, golpe no coração da família. Para mim, eles nunca levaram em conta a cultura desse povo e a cultura é essa, então agora pega esse povo que morava aí na baixada, ninguém sabe para onde está, uns trabalham comigo, ele agora está a não sei quantos quilômetros, mas o vizinho ele não sabe quem é, aos poucos certamente vão conhecer, mas com esse desconhecimento do vizinho ou dos vizinhos, ele não sabe de onde ele é, aí, quem é daqui mesmo está meio desconfiado. Aí, surge nessas novas vilas, surgem o alto índice de violência e droga, isso para mim, o mais grave é isso, que uma família seja transferida para outro local, isso para mim não é grave. Desde que tenha lá o ambiente que ele estava acostumado. E tem gente que morava aqui na beira do rio, é pescador, toca um comércinho ou, então, pilota uma voadeira etc e tal. Eles foram transferidos para onde? Por que o pescador sem água como é que ele vai ficar? Para mim isso é gravíssimo!

— É o caso de seu Otávio, de seu Leonardo, de Raimunda e tantas outras famílias.

— **É... tudo foi feito sem levar em conta a cultura, a maneira de ser, as expressões culturais, essas questões todas não foram pensadas, foi feita em Brasília, nos gabinetes confortáveis, aí se faz tudo. E eu pergunto, o que é feito aqui é para quem?** Essa é a primeira pergunta. Faz uma praia aqui na frente da casa, praia artificial, estão alarmando aí que tem quatro praias novas, mas alguém pergunta quem é que vai? (...) Então eu pergunto: “essas coisas aí, para quem servem”? **O progresso que eles estão falando, onde é que fica?**

— Mas o que seria o progresso para o senhor?

— O progresso para mim é melhoria de qualidade de vida, então a habitação, claro, o saneamento básico muito bem, a questão de saúde, a questão de educação, a questão de transporte, a questão de segurança pública. E onde estamos nesse sentido? O pessoal não tem acesso aos mais elementares serviços de saúde, têm que esperar ficar com a perna quebrada ou com a clavícula quebrada, sem hospital?! Lá em casa com uma dor infernal?! Simplesmente estão dando paliativos, sei lá, para passar a dor, mas isso não resolve e tem casos desses tipos que me contam, um atrás do outro. A gente ver que esse povo está sempre pisado pelo “progresso” chamado. Educação, pode ir perguntar nas escolas (...) o povo que vem perguntar se tem alguma vaga, não tem mais vaga! Não tem mais isso e aquilo outro. Outra coisa, a questão do transporte, pelo amor de Deus! Eu vejo, agora na Transamazônica, quando estive chegando de Placas (referência ao município de Placas), (...) o pessoal com as crianças em pau-de-arara. Em uma poeira de dois palmos, escurece tudo. Mas ver se pode um negócio desses? E se gasta para fazer praias artificiais? Em Placas, não tem uma ambulância, tem 28 mil habitantes, não existe uma ambulância, agora, a partir desses dias até o ano novo quem tiver qualquer problema é azar, porque não tem médico! Todo mundo viajou! Tem que esperar. Agora, a doença não espera. Então, essas coisas... isso não se faz com o povo! alardearam por tudo quanto é canto que o progresso está chegando, prometendo uma casa aí, outra acolá, uma praia artificial, não sei mais o quê, isso é conversa, isso é até insulto! Ou gastaram dinheiro em estádios e lavai coisa, já que o povo tem que ser entretido com jogos, com competições e torneios, etc e tal. Mas o real, o pé no chão não existe! Ele simplesmente vai te estapear. Então para mim, isso é

algo que não admito e não posso admitir, enquanto eu estiver vivo, enquanto me der fôlego eu vou gritar, e nós gritamos nesse sentido. Belo Monte é fato consumado. Agora, não é fato consumado a questão de o povo sofrer!

— Dom Erwin eu queria voltar para o assunto das tais “estratégias”. Falando dessa questão, do agrado financeiro a políticos e empresários, de indenizações robustas a fazendeiros, enfim das estratégias. Será que a gente pode observar outros mecanismos, como, por exemplo, o próprio PDRS Xingu como sendo um grande “cala boca regional”? Quer dizer, como o senhor pensa que esse silêncio, por parte das prefeituras e de certa forma, por parte de algumas organizações que estão dentro do PDRS Xingu, que abandonaram uma linha de enfrentamento e hoje estão buscando financiamento para projetos, que não necessariamente são projetos de reestruturação; são projetos contingenciais. São projetos de contexto. Não são projetos de desenvolvimento dentro desta concepção apresentada pelo senhor do que deveria ser o progresso, de como poderíamos buscar o desenvolvimento.

— *Eu penso que... os líderes que aqui tem, estão, para mim venderam a alma. Eu não sei! Se politizaram partidariamente, quer dizer, eles são cabos eleitorais (...). Até gente amicíssimas minhas, nunca mais os vi, nunca mais me mandaram envio, nada (...). Se venderam digamos assim (...).*

— Ou acreditaram demais em seus líderes, ou foram subservientes as ordens vindas de cima pra baixo de seus partidos. Mas Dom Erwin, e o estado do Pará nessa história? Que função/papel lhe é delegado?

— *Eu sempre sentir que o Pará, ou a Amazônia toda, mas de modo especial o Pará, é considerado província. O quê significa província? Província é quintal, é sítio, a gente vai para lá e tem um sítio, você planta alguma coisa lá, depois vai colher, vive ou mora em outro canto (...). É província madeireira, é província mineral, é província energética, agora é província! Como o Brasil era província de Lisboa, todas as cidades só eram portuárias, exatamente porque o Brasil só existia para buscar as coisas para se levar para lá, por isso tem o nome de Brasil, até. Mas, assim é o Pará, nós somos o quintal, nós somos o estado mais rico do Brasil, não tem outro estado com subsolo como o nosso, daqui a duzentos anos eles ainda vão continuar a explorar o Carajás, a Serra Norte por aí vai. E o que sobra para nós? [...] É o projeto que é o sujeito da história, não as famílias.*

— Como assim? Pergunto, como pode “o projeto” ser o sujeito?

— *Eu sempre digo assim, quando a gente escreve a história daqui, de que tem que fazer uma hidrelétrica porque as condições ambientais são favoráveis; tem o desnível de não sei quantos metros de Altura; então tem que fazer e depois disso, já está planejado, geograficamente, tudo já está planejado. E, **de repente, você se dar conta de que tem gente.** Primeiro não se fala em gente, fala só do projeto, mas não se fala em gente, quando já está perto de terminar a obra, se “descobre” que tem gente. E o que vão fazer? Não se questiona o projeto, mas para esse povo temos que achar uma solução e essa solução é aquela que vimos. Não se leva em conta, cultura, modo de ser, história e não se pergunta. Isso que me revolta! Quantos paraenses foram chamados para Brasília? Ou, quando o povo daqui foi chamado para Brasília para dar opinião? Eu fui com o Lula, duas vezes, mas o Lula naquele tempo, ele queria falar, mas já estava tudo marcado e essa conversa com o Lula, para mim, foi pura encenação, mas ele queria porque não queria negar para o bispo, porque isso não era bom para ele (...) mas, era encenação, tudo já estava entre cartas marcadas etc e tal. Então, simplesmente, é uma visão invertida ou valores invertidos, para mim vem o povo em primeiro lugar,*

a família humana, o meio ambiente. (...) que o Brasil precisa investir em energia, precisa, não resta a menor dúvida! Agora eu pergunto: a única maneira de se capitar a energia é isso que estamos fazendo aqui? Por que não se investiu, no Brasil, em energia solar? Nós somos abençoados por termos o sol, das seis (6h) as seis (18h). O Brasil teria todas as condições de energia eólica, biomassa, tudo isso, e tem outra coisa, (...) a rede de alta-tensão, os linhões, são obsoletos e com isso se perde não sei quanto em energia. (...) as hidrelétricas que existem, não estão funcionando com completa capacidade, poderiam gerar mais (energia) se o tivessem.

— Dom Erwin, se me permites, gostaria de fazer um comentário, expor uma leitura. Eu pensei que esse momento de reestruturação de Belo Monte fosse possibilitar uma retomada no que se refere à articulação dos movimentos de resistência ao projeto. Por outro lado, quando o processo se deu, a compra do silêncio de determinadas lideranças sociais, a força do dinheiro, o cala boca foi tão grande e tão diversificado, tanto daquele empresário que já era a favor de Belo Monte, como de lideranças indígenas, como de lideranças sindicais, como de lideranças partidárias. Os que foram agraciados com alguma coisa. Hoje consigo vislumbrar, entretanto, que se está vivendo um momento, de certa forma, semelhante ao momento de abertura da Transamazônica. Porque o momento de abertura desta rodovia foi um momento de incerteza porém, também, de esperança em dias melhores. Só que depois, as pessoas viram que o progresso não vinha mais e começaram a se articular, começaram a viver, “esqueceram” do Estado. Disseram: “vamos começar a viver, vamos começar a se ajudar e vamos começar a cobrar a quem de direito for”. Eu tenho a impressão, de que esse contexto de compra da dignidade e do caráter das pessoas vai passar. E, baixando essa poeira, sobre os escombros, há possibilidade de uma reestruturação de uma renovação desse movimento político. E aí, falando sobre essa questão da rearticulação do movimento político, entendo que, o papel da igreja é/será central dentro dessa possível, e, penso necessária, retomada da mobilização e conscientização popular. A semelhança do que aconteceu nos anos de 1970 e 1980, sob a inspiração da teologia da libertação.

— *Sem dúvidas...*

— Como, naquele contexto do surgimento da estrada e das transformações promovidas pela rodovia, a igreja conseguiu articular um grupo de pessoas e, esse grupo de pessoas, foi se fortalecendo politicamente e, como uma árvore que dar galhos, foi se estendendo, por meio (sempre) de um trabalho de base, junto a sindicatos, a partidos políticos progressistas, à organizações de princípios sustentáveis e pautadas na defesa dos direitos humanos. Em síntese, eu queria ouvi-lo dentro desta perspectiva. Ou seja, é possível, a exemplo do que aconteceu no passado, a igreja ser protagonista no que concerne ao processo de formação de “intelectuais orgânicos” nesta região? Qual foi a metodologia utilizada pela igreja católica que atuou na Transamazônica e Xingu no passado, capaz de possibilitar a formação de importantes lideranças sociais? Qual era o passo a passo? E, reforçando, o que é possível fazer hoje nesta perspectiva, qual seja, a da formação, fortalecimento ou mesmo recuperação dos movimentos e lideranças sociais?

— Bem, a primeira coisa, foi a articulação das comunidades, do pessoal que nós acompanhamos desde o início da Transamazônica. O pessoal se reunia, nós também não nos conhecíamos, mas entorno do terço, você sabe o que é? Uma mulher puxava o terço e depois, até umas horas, nós conversávamos, tentando descobrir o que nós podíamos fazer mais, um pouco mais que uma celebração. Às vezes surgiam comunidades sem o padre saber, chamavam o padre depois e diziam:

“olha nós temos uma comunidade e temos uma missa”. E aí a gente ver de fato. São as quatro dimensões.

— Quatro dimensões? Como assim? Explique melhor por favor.

— Creio que o povo ajuda a si mesmo, sabe que o vizinho está passando a mesma situação que eu, mas, com o pouco que eu tenho, eu ajudo. Essa é **a dimensão samaritana**. Depois vem **a dimensão profética**. Quem gerou os mártires não foi a dimensão samaritana, foi a dimensão profética. Porque a gente começou a denunciar em nome da comunidade. Nós precisamos de escolas. Nós precisamos de centros. Nós precisamos disso ou aquilo outro. Quando fomos lá, a associação, o sindicato e naquele tempo não existiam partidos políticos, mas aquela compreensão de partido que sai da base e defende a base. Tem gente que nem fez campanha. O Dema foi um desses, o que foi assassinado, virou vereador, e não precisava fazer campanha, porque todos diziam, ele defende as nossas causas, então vai para lá! A terceira seria **a dimensão familiar**, que nós somos uma grande família. A gente se conhece ou queremos nos conhecer melhor. Nós somos de origem diferente, tem os que são lá do sul, norte, leste e oeste, mas nós formamos uma família. E depois, junto com isso, **a dimensão mística**. A dimensão contemplativa. Porque sem essa motivação, que era a motivação do evangelho, o pessoal começa a arriar as asas, então sempre se precisava. Dia de domingo tinha reza, tinha o culto dominical ou, quando o padre estava lá, tinha a missa, simplesmente, para fortalecer esse ânimo. **Aí surgiram os sindicatos, praticamente, surgiram a partir dessas experiências das Comunidades Eclesiais de Base.** (...) mas essa militância, eu não vejo mais em todos os cantos que eu escuto. (...) o futuro bispo vai ter que insistir nisso, que as comunidades realmente assumam essa visão que a igreja tem. **Nós insistimos muito na formação de leigas e leigos. Não é só formação, vamos dizer, religiosa, mas é formação também para ser líder, formação de lideranças.** Depois, o meio ambiente para nós, a família, a defesa do meio ambiente, que a gente tenha uma visão política no sentido profundo da palavra, política é “a luta” é “a arte de defender a sociedade”. Então eu creio que eu nunca abri mão disso, as Comunidades Eclesiais de Base são uma dádiva divina para essa região e de fato a história, as nossas Assembleias do Povo de Deus de 1984, de cinco em cinco anos, foram sempre eventos que não se restringiram as regras, vamos dizer, como se faz em batizados que é necessário casar, etc e tal, e a preparação para a crisma sempre foram assembleias que partiram da situação, do chão concreto em que esse povo vive e me acusaram muitas vezes que eu estava descuidando, que eu estava mais ligado a dimensão social ou, que bispo é isso e aquilo. Mas, eu nunca descuidei do resto. Porém, eu entendi que ser bispo, você não é bispo só dentro da igreja, da catedral ou quando você ministra o sacramento da crisma, você é bispo desse povo do jeito como ele é. Então, nem pergunta se esse agora é católico praticante ou não é, se ele agora é crente ou não sei o quê, se é ateu ou atoa, não se pergunta isso. Esse povo está nessa situação, então a igreja tem o papel ou a missão de defender os direitos humanos e a dignidade humana. A gente tem que juntar **fé e vida**, não se pode separar isso, quando você diz: “a minha fé é aleluia aleluia”, mas o meu irmão lá fora está morrendo a míngua, então não adianta nada. Jesus foi bem claro, no capítulo 25 de São Mateus, ele não disse: “vão fazer alguma coisa pelos pobres, vão fazer alguma coisa pelo aquele faminto, por aquele sedento, por aquele prisioneiro, por aquele que não tem roupa para se vestir”. Ele disse: “eu tenho fome, eu estava nu, eu estava doente, eu estava na prisão!”. Ele se identifica como o próximo. Então, aí que para mim era a visão, a mística, a motivação ou a fé, que eu digo que seja a missão da igreja aqui hoje na Amazônia. **Tem que partir da realidade concreta desse povo.** O quê eu vou fazer? O quê eu posso fazer? Partindo do papel de que a igreja tem um papel convocatório, a igreja tem possibilidades de convocar.

— E, Dom Erwin, quem é que “sonhava junto” na época?

— Bom, nós investimos muitos nos leigos (...). Nós temos em torno de 800 comunidades nessa prelazia e tem 31 padres e vários deles estão com mais de 70 anos. Então, como é que se vai fazer? Se você não investe na formação dos leigos, na capacitação do leigo e da leiga e em nossas comunidades. Quem mais dirige ou coordena comunidades são os leigos. Isso para mim é um fato. Então, nós investimos sempre nisso, o multiplicador, exatamente, não é o padre que anda por tudo quanto é canto a cada duas ou três vezes, mas, são esses leigos também, que se reúnem na paróquia para se articular e para fazer as prioridades de toda a prelazia, mas para ver como isso se traduz em medidas concretas. [...] em Santarém, em 72 (1972) ocorreu o grande encontro dos bispos da Amazônia. Em Santarém. E, esse foi para mim o encontro que abriu novos horizontes para toda a igreja na Amazônia. E é exatamente aí que se fala (imagine... em 1972!), se fala na reencarnação da igreja; quer dizer, a igreja no chão concreto, não a igreja no ar (...). A igreja no meio do povo! [...] os bispos naquele tempo queriam que, por assim dizer, amazônizar o concílio. Então, chão concreto, a igreja dentro do povo.

— Então nesse encontro, podemos dizer assim, se definiu a identidade da igreja, a igreja deveria partir do chão concreto e estar dentro do povo. Entendi. Mas, o senhor disse: “a primeira coisa foi articular as CEBs”. E, o próximo passo, qual foi?

— A segunda coisa é a perspectiva da libertação. A libertação de todas as amarras, de todas as injustiças, de toda a violência, de tudo que atrapalhe ou impossibilite a vida em comunidade. Quer dizer, é uma declaração contra todo e qualquer egoísmo e contra uma certa política que só visa favores. É a libertação de fato, quer dizer, da violência, da corrupção, de tudo que não presta para uma vida em fraternidade e solidariedade. [...] A orientação seria essa, **a igreja no chão concreto da realidade amazônica e numa perspectiva de libertação**. E tinha quatro prioridades, lá naquele tempo, em 72 (1972). A **primeira era a formação**. A **segunda, eram as pequenas comunidades**. Naquele tempo chamado de comunidades cristãs, lá manifestada nas Comunidades Eclesiais de Bases. A **terceira era a Pastoral Indígena** (já pensou? Isso em 72!) e quarta, **Grandes Projetos**, isso em 72. Claro, que era a Transamazônica e por aí vai. Creio que isso para mim foi uma orientação que até hoje tenho um imenso valor. Nós temos que voltar. Eu diria até, eu não tenho nada contra os movimentos, as associações religiosas e por aí vai, mas a pastoral genuinamente amazônica seriam a partir destas comunidades, na formação de leigas e leigos e depois enfrentando também a questão indígena como uma maneira de defender os direitos, que estão garantidos inclusive na própria constituição, dos indígenas. Aí é que eu amarro, a nossa missão aqui, eu não estou fazendo uma coisa particular, eu estou fazendo algo que está previsto no próprio conceito de ação pastoral e evangelizadora da igreja. Então, tudo o que eu fiz em defesa dos direitos indígenas, que fui presidente do CIMI durante quatro mandatos, eu sempre tive o aval do povo e em nenhum momento a CNBB ou a presidência da CNBB disse para mim: “alto lá!”. Quando eu precisava eu tinha o apoio da CNBB embutido, diziam: “você pode contar com a nossa solidariedade, com o nosso apoio”. Isso para mim é fundamental.

— Foi-lhe garantido autonomia.

— Sim.

— Dom Erwin, eu gostaria de perguntar algo. Essa questão da articulação dos leigos (lá no princípio, início da década de 1970), ela tinha quais etapas? Por exemplo, ocorriam às reuniões durante os domingos, os encontros menores nas comunidades. Mas, e depois? Como se fazia para essas comunidades, pulverizadas no território, se encontrarem?

— A reunião começou de fato nas comunidades. Começaram em suas... acho que noventa por cento, começaram a partir da vontade de fazer no domingo. Já que não temos padre, vamos rezar um terço! Muitos fizeram isso. E depois, nós vamos fazer o culto, o culto dominical era sem eucaristia, era lendo as leituras. Primeiro a leitura e depois o evangelho. E aí já se fez a meditação com o povo, muitas vezes, eu lembro que naquele tempo, quando a gente ia ler um profeta ou atos dos apóstolos, o povo teve uma reação: “isso foi igual, a situação naquele tempo, foi igual à nossa”. Quer dizer, o povo se identificou com a leitura e também, em descobrir, na leitura, um ímpeto, um impulso, para pular para frente. E se cantava, se faziam preces, se agradecia etc e tal., mas, depois do culto, o pessoal se reunia e então falava e trocavam, cada um contou a sua história, “o quê é”, e “o quê estava fazendo” e “o quê estava pensando”. Aí surgiu já aquela vontade de a gente se organizar: “nós não podemos sozinhos, ninguém se salva sozinho”. Deus quer nos articular também com outras comunidades. Então tinham as várias comunidades, por exemplo, no rio, nas cabeceiras do rio até a boca do rio, se reuniam nas comunidades, a paróquia então assumia. A paróquia de Uruará tem mais de 80 comunidades, Portos de Moz 75, Gurupá 70¹¹⁰, aqui (referência a Altamira) tinham as comunidades. E aí surgiu o primeiro desejo de como nós podemos nos fazer ouvir, quer dizer, nossas reivindicações têm que ter um alcance fora da comunidade. E aí vamos recuperar o sindicato, tinham associações também, mas o sindicato nos representa, porque o sindicato é um organismo legal e respeitável. Então, era a mão (no sentido de ação). Naquele tempo se falava no esperneio (com vibração), “nós temos que assumir o sindicato que nos represente, iremos eleger um sindicato”. O terceiro passo, então foi: “nós também queremos nos manifestar na política”. Isso não significa que a comunidade virou uma célula de partidos políticos, mas o pessoal teve a percepção que nós temos de ir lá dentro, se só tem gente que não vale nada lá dentro e nós ficamos de braços cruzados, aí não muda nada. Vamos mandar nossa gente, de nossa confiança lá para a Câmara Municipal. E quem sabe vamos ter um deputado estadual ou federal mais tarde! Esse foi o caminho. Agora, em parte deu certo, outra parte, claro que... todos com todos os defeitos humanos, lamentavelmente tinham os dispersos. Não podemos generalizar dizendo que todas as comunidades foram as mil maravilhas, etc. e tal. Mas, a ideia subjacente que engloba cada comunidade, especialmente na dimensão profética foi essa. E aproveitar todo o instrumentário que nós temos para nos manifestar e exigir os nossos direitos constitucionais.

110 Referência a outras importantes cidades da região.

— E esse fórum que o senhor fez menção? Como funcionava?

— Ah sim, a “*Assembleia do Povo de Deus*”. Isso foi assim. As paróquias, 15 paróquias, cada paróquia tem entre 30, 40, 80, 90 comunidades, se reuniam na assembleia do povo de Deus de cinco em cinco anos. Era preparado minuciosamente, há muito tempo, através de pesquisas nas comunidades e consultas nas comunidades, cada uma podia se manifestar. [...] E aí que a gente começa a perceber através do ver, agir e celebrar, ver como é a nossa situação atual, a conjuntura atual. A gente também usa essa expressão: “*que bom*” “*que pena*” “*que tal*”. **Que bom que foi a avaliação. Que pena, não conseguimos. E que tal, o quê que faremos? Era nesse sentido.** E depois, a gente, a partir de um uma percepção do que era a realidade atual, decidíamos o que podíamos fazer? A luz do evangelho, a luz da palavra de Deus, a luz do clima social da igreja, nós estávamos muito ligados a isso. O qual também era o objetivo da CNBB. Qual o objetivo nosso? Como nós podemos aplicar aquilo que, em nível de igreja, especialmente a latino-americana ou em nível de Brasil, está sendo computado? E como nós podemos tratar desta comunidade e por isso, como nós podemos viver, a partir, dessa realidade concreta? A iluminação pela palavra de Deus e a doutrina social da igreja. O que faremos no futuro? Quais as prioridades da nossa ação? Então, é aí que eu vejo um grande progresso, o povo saiu dessa letargia ou “*quem manda é eles lá*”, “*nós não temos direito de dizer*”. Se hoje eles sabem o que sabem foi graças a nós. Isso para mim é coisa que salva realmente a vista. [...] mas isso, de certa maneira, é consequência de uma conscientização que era lenta, não foi assim “*pá pá pá*”. Foi aos poucos que o pessoal começou a descobrir que o caminho era esse. Eu penso que nas comunidades a experiência foi essa e foram vitoriosas naquela luta. Não tínhamos escola e hoje temos escolas. O travessão estava péssimo e foram lá e mandaram, não foi só um, foi uma delegação que foi para lá; em outro, o pessoal da comunidade foi na prefeitura, não queria recebê-los e eles sentaram no corredor até eles receberem, e por aí vai.

— Dom Erwin, todos sabem que o senhor não é de mandar recado, ao contrário, gosta de entregar pessoalmente. Mas, se tivesse que mandar um recado para alguém, por conta de tudo isso aqui, quem seria o escolhido principal? Por quê?

— Bom, eu acho que **primeiro o governo**. O governo seja lá quem for, tem que aprender e repensar o termo desenvolvimento e progresso. Porque houve o desenvolvimentismo, **crescimentismo**, que não leva em conta as reais necessidades do povo brasileiro. Então, o progresso não é o desenvolvimento. Não é aumento do PIB e o crescimento das exportações, das safras recordes. Isso é tudo bonito, mas infelizmente não se tornou o progresso para o povo. **O recado que eu dou é a revisão do conceito, o quê que significa ordem e progresso?** Para mim, **desenvolvimento é qualidade de vida do povo**. Então, **investir em primeiro lugar em saúde e educação**. Isso que é para mim desenvolvimento. Então, o recado eu dou para o governo: “*Vamos sentar com gente que entende mais e vamos repensar as prioridades do governo*”. Quais são as prioridades? [...] então eu acho que é exatamente aí, que essa gente que decide, não leva em conta que o pessoal tem uma psique, tem uma vida interior, não é só o ser biológico¹¹¹.

— Concordo. As pessoas têm relações uma com as outras e muitas adoram o seu lugar. Possuem toda uma vida ligada ao desenvolvimento de redes de confiança, que levam anos para se constituir. O nosso planejamento está intrinsecamente ligado a uma dimensão espacial. Nós, sem dúvida, somos

111 Enqusneo serres sooisiss, são os serres humsnos, muieo msis do que O “Homo Ssoert” de “vids nus” de que fsis (AGAMBEN, 2002s)c

seres sociais e topológicos, ou seja, seres espaciais em totalidade. E, falando sobre isso, gostaria de lhe fazer uma última pergunta. Por que o Xingu? Por que escolheste Altamira e região como o seu lugar?

— *Bom... Assim... eu sou brasileiro nascido na Áustria (risos). Quem fez a decisão de vir aqui fui eu. Eu não fui forçado. Dois tios meus chegaram aqui em 1904, um deles era Dom Eurico. E, quando eu virei padre, tive que me decidir se ia trabalhar no lugar onde eu nasci e me criei ou, se ia para um lugar que tem uma enorme necessidade de mão de obra eclesial. Naquele tempo lá (referência a Áustria), acho que não precisava. Tinha tantos (no sentido de muitos) padres. E eu fiz a decisão madura, (eu com 24 anos), “eu vou para o Brasil e vou trabalhar lá”. **Para mim, vir para o Brasil era vir para o Xingu.** Então cheguei a Belém do Pará (...), no dia 25 de novembro (de 1965) eu cheguei a Belém do Pará, eu lembro muito bem. Depois, que cheguei aqui, em Altamira, eu amei. Eu não vou dizer “eu gostei”, “eu amei essa cidade”. Desde que cheguei, amei o povo, gostei do povo, o povo de Altamira gostou de mim, isso eu sei, o povo me tratou muito bem. Padre novo, tiveram dificuldades de dizer meu nome, já que eu era padre novo. Eu fui aceito de coração aberto. Então, eu considero, hoje Altamira a minha terra. Não vou negar as raízes. Eu nasci na Áustria, mas, também, fiz a opção de ser brasileiro. Eu me naturalizei, exatamente porque eu sabia que ia ficar. Então, eu queria me emanar, ou me juntar a esse povo, me juntar a esse povo também na perspectiva civil e política. Até carteira de reservista eu tenho (risos). Então... eu não posso dizer eu sou daqui, mas eu sou Altamirense, não nasci aqui, mas sou Altamirense. E sou Xinguara. Também gosto das cidades de Porto de Moz, Souzel, alto Xingu e tudo, eu me identifico com isso, esse é o meu chão completo. Mas a sede, onde mais tempo eu passei foi em Altamira, e foi também onde eu aprendi. E eu não cheguei também aqui querendo ensinar o povo, eu nunca tive essa ideia: agora que chegou o padre e ele vai, abre aspas, “civilizar esse povo”. Quando aqui cheguei, tinha universidade, tinha diploma e lavai história, mas, eu tive que me tornar criança, o povo me ensinava, o jovem me ensinava e eu descobri a cultura desse povo. Primeiro muita coisa eu estranhei, mas depois eu comecei a amar, eu dizia, esse é o meu povo. Eu nasci em um povo, as vezes você pode até dizer, não, eu estou traindo o povo onde eu nasci, mas eu fiz essa opção e é essa opção que eu me naturalizei, tem brasileiro nato que nasceu no solo pátrio. Tem brasileiro que nasceu fora do país, mas, tem pais brasileiros. E eu sou um brasileiro que fez a decisão, quando eu recebi, quando eu jurei a bandeira, o então prefeito era o doutor Jorge, era o prefeito em exercício, ele me disse: “eu tenho aqui um brasileiro que fez a opção de se naturalizar por esse país”. Então, aí depois, cantamos o hino nacional, um dos que soube cantar fui eu, porque eu cantei com os meninos o tempo todo lá na época da ditadura militar, todos eram obrigados a jurar a bandeira e eu me identifiquei com isso até hoje. Por isso, às vezes me perguntam: “você vai se aposentar”? Claro que vou me aposentar. Com 75 anos (eu já fiz a carta em 2014) né? Mas o povo pensa que eu estou “vasando” depois (risos). O bispo aposentou e ele “vazou” (risos). Não é isso não, eu não vou “vazar”. [...] Quando a polícia, o comandante da polícia militar veio, em 29 de julho de 2006, trazer dois policiais fardados, dizendo que eu estava sob escolta eu não queria aceitar. Aí depois ele disse: “o senhor nunca cogitou em ser transferido? O senhor não poderia ser transferido, já que é o bispo, de uma diocese para outra? Aqui o senhor está em dificuldade, está sendo ameaçado, então o senhor não quer pedir ao papa que ele o transfira para uma diocese no nordeste ou no sul?”. [...] Eu disse: “não! Eu não vou sair daqui. E depois assim estarei fazendo a vontade de uns e outros que me ameaçaram”. Então, eu me identifiquei. Para mim, é uma vida, 50 anos, eu cheguei com 26 anos, desde os 26 anos que estou aqui. Estou com 76. Então é uma vida toda. Eu sou paraense, sou altamirense e sou brasileiro.*

— Tô, neste exato momento, com a música “Meu Lugar”¹¹² na cabeça. Dom Erwin, tem uma frase que diz que, quando você passa muito tempo em um lugar você se torna o lugar...

— *É de fato, concordo! E também tem outra coisa, às vezes tem padres (que vem de fora) e eles se apresentam: “eu sou italiano”, “eu sou espanhol”. Eu nunca me apresentei como austríaco. Nunca disse isso. Não sei o porque. Não estou negando. Se você me pergunta onde eu nasci, eu vou dizer: “eu nasci na Áustria”. Mas, se me perguntam: “o senhor é de onde?” Sou do Xingu. Sou de Altamira.*

— Dom Erwin... obrigado. Obrigado pela fala.

112

“Meu Lugar”

Arlindo Cruz

O meu lugar
 É caminho de Ogum e Iansã
 Lá tem samba até de manhã
 Uma ginga em cada andar
 O meu lugar
 É cercado de luta e suor
 Esperança num mundo melhor
 E cerveja pra comemorar
 O meu lugar
 Tem seus mitos e Seres de Luz
 É bem perto de Osvaldo Cruz
 Cascadura, Vaz Lobo e Irajá
 O meu lugar
 É sorriso, é paz e prazer
 O seu nome é doce dizer
 Madureira, iá laiá
 Madureira, iá laiá
 O meu lugar
 É caminho de Ogum e Iansã
 Lá tem samba até de manhã
 Uma ginga em cada andar
 O meu lugar
 É cercado de luta e suor
 Esperança num mundo melhor
 E cerveja pra comemorar
 O meu lugar
 Tem seus mitos e Seres de Luz
 É bem perto de Osvaldo Cruz
 Cascadura, Vaz Lobo e Irajá
 O meu lugar
 É sorriso, é paz e prazer
 O seu nome é doce dizer
 Madureira, iá laiá
 Madureira, iá laiá
 Ai, meu lugar
 A saudade me faz lembrar
 Os amores que eu tive por lá
 É difícil esquecer
 Doce lugar
 Que é eterno no meu coração
 E aos poetas traz inspiração
 Pra cantar e escrever

— Obrigado bispo. Eu me sentir aqui, durante seus relatos sobre as CEBs, por exemplo, como se estivesse lendo um livro. É sempre bom ouvir alguém que sabe. E, é muito bom ouvir quem participou do que narra. Isto, por várias razões, torna a narrativa sobre algo muito mais interessante. Por isso, agradeço, também, sua fala Dom Erwin.

— Não foi nada. Eu agradeço também. Podes passar o bastão agora (risos). A prosa está boa, por isso é importante ouvir os demais.

— Padre Alírio o espaço está aberto. Para não esfriar a conversa (risos).

— Concordo (risos). E só para registrar, estamos atravessando a cidade de Pacajá. A terceira maior cidade da região de Integração do Xingu¹¹³. Ficando atrás apenas das cidades de Altamira e Uruará.

Ai, meu lugar
 Quem não viu Tia Eulália dançar?
 Vó Maria o terreiro benzer?
 E ainda tem jongo à luz do luar
 Ai, meu lugar
 Tem mil coisas pra gente dizer
 O difícil é saber terminar
 Madureira, iá laiá
 Madureira, iá laiá
 Madureira
 Em cada esquina, um pagode, um bar
 Em Madureira
 Império e Portela também são de lá
 Em Madureira
 E no Mercado você pode comprar
 Por uma pechincha, você vai levar
 Um dengo, um sonho pra quem quer sonhar
 Em Madureira
 E quem se habilita, até pode chegar
 Tem jogo de ronda, caipira e bilhar
 Buraco, sueca pro tempo passar
 Em Madureira
 E uma fezinha até posso fazer
 No grupo dezena, centena e milhar
 Pelos 7 lados eu vou te cercar
 Em Madureira
 E lalalaia, lalaia, lalaia
 E lalalaia, lalaia, lalaia
 E lalalaia, lalaia, lalaia
 Em Madureira.

113 Formada por dez municípios (Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu). Tem um quantitativo populacional de 356.009 habitantes (segundo dados do IBGE para o ano de 2010). sendo uma das doze (12) regiões de integração do Estado do Pará. Região fruto de um processo de regionalização que tem, por fim, pensar o estado do ponto de vista do planejamento territorial. Compõe o macro setor político-administrativo do Xingu. Um recorte territorial que divide o estado do Pará em 4 grandes fragmentos ou porções. O macro setor Xingu é o que menos recebe investimento por parte do Estado do Pará. O PIB da região de integração do Xingu (R\$ 2,7 bilhões) representa apenas 3% do PIB do Estado do Pará. Nela se registram 5% dos empregos formais do estado. É a região que mais produz cacau (81%) e banana (36%) do estado. Sendo a terceira região com maior rebanho bovino (13%) do estado. Nela se registra 8% das atividades madeireiras do estado do Pará. Possui a quinta maior taxa de pobreza do estado em comparação as demais regiões de integração. Possui a 4ª maior taxa de mortalidade infantil do estado e; a 4ª maior taxa de analfabetismo do estado do Pará.

— Padre Alírio conte-nos um pouco sobre sua história e apresente suas impressões sobre esta região de indígenas, movimentos sociais e grandes projetos.

— Então vamos lá. *Eu nasci em 31 de Maio de 1947, no Rio Grande do Sul em uma pequena cidade, hoje, chamada Ivoti, a 80 quilômetros, eu acho que um pouco por aí, da capital (Porto Alegre). Em direção a serra Gaúcha. Eu nasci em um lugar chamado, em Alemão, de “Buraco do Diabo”, é um lugarzinho que, no tempo em que eu nasci, meu pai trabalhava em um entreposto comercial, era um comércio. Ele trabalhou 9 anos e 6 meses lá nesse comércio, que era tipo um entreposto onde o povo trazia a mercadoria, vendia tudo, e ao mesmo tempo se abastecia. E hoje esse lugarzinho foi tombado. Ele é tombado por que tem a característica das casas típicas daquele tempo, em chancel. E depois nós nos transferimos, quando eu tinha pouca idade, 2 anos por aí, por que a metade da família, somos 11 irmãos, a metade nasceu lá e a outra metade já nasceu a seis... cinco ou seis quilômetros mais pro interior, chamada de “Cata Feijão”, é um lugarejo também. Lá que a gente tomou consciência um pouco do mundo, fez o primário e tudo, e também a parte religiosa, entrosamento social, e todo esse desenvolvimento e lá também plantou essa vontade de querer ser padre. Em 1959 eu comecei os meus estudos no seminário. Com 11 anos de idade, eu completei 12 anos no seminário.*

— O senhor lembra da ordem religiosa do seminário?

— *Era diocesana. É diocesana, da própria diocese de Porto Alegre, naquele tempo. Hoje é a localidade que é dentro da diocese de Novo Hamburgo. E nos anos de 1973 pra 1974. Especificamente 1974, o Dom Eurico (tio de Dom Erwin) foi para o Rio Grande do Sul solicitar padres para vir em socorro do povo que vinha exatamente do Rio Grande do Sul para a Transamazônica. Por que nessa parte aí do quilômetro 80, 70, quer dizer, nesta região aí pra cima, 70, 80 e depois de Medicilândia/PA, tinha muita gente Gaúcha, que saiu do Rio Grande do Sul e veio pra cá. Então o Bispo achou que devia também os padres de lá, acompanhar o seu povo aqui, então em 1974, ele iniciou a abertura da igreja irmã, que começou com a sua fé aí. Então foi enviado pra cá 2 padres, em 1974, chegaram o padre Léo e o padre Oscar. E depois em 1976 (eles vieram em maio de 1974), eu cheguei aqui. Em Fevereiro de 1976, exatamente no dia 24 de Fevereiro, eu baixei com a “TABÁ”, primeira viagem de avião, né? (risos). E chegando aqui, como eu era jovem e formado, vamos dizer, na igreja mas, não para o enfrentamento da sociedade, da luta, isto lá entre nós, era muito pouco conhecido. E, nós chegamos aqui então dentro desse grande projeto da abertura da Transamazônica.*

— Um mundo, um Brasil, totalmente diferente de lá...

— *Totalmente diferente de lá. O padre Oscar, ele tinha sido preso já no Sul, no tempo da ditadura por criar, com os jovens, teatros de protestos contra a ditadura, ele foi preso. A pedido do Cardeal, que interveio para que o padre fosse libertado, ele, então, se dispôs a vir para cá. Ele veio então pra cá e ele tinha mais essa percepção já de trabalhar com o povo e tudo mais, e aos poucos, também nós entramos aqui porque o “Regional Norte 2”, principalmente por parte de Santarém, estava muito despertado para o sindicalismo, para o cooperativismo.*

— Já nessa época. É impressionante como esta igreja dos anos 60, 70, 80 do século XX era engajada. É muito interessante perceber como esta instituição à época buscava dar lucidez ao povo. Dotar este

de uma capacidade de leitura sobre sua vida, sobre sua realidade. Formando, assim, sujeitos políticos que repudiavam as estruturas de dominação. Era nessa linha padre Alírio?

— Sim. Como diz a frase: *“Se um boi soubesse a força que tem, ninguém ia colocar carga nele”*. Então era fazer com que o boi, nesse caso representado pelo homem, tomasse consciência da sua força, da sua capacidade, e também para que eles vissem que a estrutura da sociedade não era uma coisa imexível, quer dizer, ela foi montada para alguém que estava usufruindo dela sozinho. Então, tomando consciência de toda essa situação, então você é atizado para interferir, para interagir. E que você pode ser protagonista de um novo processo de desenvolvimento. Com isso, na transamazônica, surgiu exatamente depois, frases que caracterizava muito a caminhada. Se foi um erro abrir esse projeto de colonização e reforma agrária, o Incra, então... se foi um erro, é um crime agora abandonar. Então, é como se diz: *“o antes, o durante e o depois”*. Quer dizer então nós temos que pegar essa situação e transformá-la em uma realidade possível de ser vivida por nós. Nós vamos fazer a nossa história aqui, uma nova história, mas que os protagonistas dessa história seremos nós, se nós fomos jogados aqui por um projeto que os outros tinham, mas esse projeto nós podemos mudar, para que ele seja favorável a nós. Porque a Transamazônica, segundo alguns falavam, que os agricultores vieram de tudo que é lugar, jogados aqui para *“amansar a região”*, mas, para não ser dono dela. Outros viriam depois como latifúndio, por que a Transamazônica tinha sido aberta para ser latifúndios, por isso, nunca se preocupou em abrir estradas, por que o boi não precisa de estradas, ele com os pés ele vai em tudo que é lugar. Quem precisa de estrada é saco de Cacau, Pimenta, Café, etc., que não tem perna pra caminhar, precisa de um carro pra ser levado. Mas o boi não precisa disso. Então, toda essa compreensão... e a partir disso então, se começou todo um trabalho, a partir das CEBs que a igreja também estava despertando, das CEBs, como formar Comunidades Eclesiais De Base.

— Padre Alírio, permita-me lhe indagar algo. Sobre essa questão das CEBs eu já entendi quem forma “os alunos”, ou seja, quem formou os leigos e a metodologia adotada para esse ou neste propósito. A fala de Dom Erwin foi bastante elucidativa neste sentido. Mas, e “os professores dos alunos”? Ou melhor, e os formadores dos leigos? O que desejo saber/entender é o seguinte: quem “formava” os “formadores”?

— Então, eu tive um lance muito interessante quando cheguei aqui. Cheguei em 1976. Logo em 1977, o padre Erwin e o padre Frederico, me levaram para o aeroporto aqui em Altamira e me colocaram em um avião para ir à Belém fazer curso, sobre coordenação de pastoral. E nós ficamos lá uma semana. E, cada dia nós enfrentamos um voto sobre esse trabalho de coordenação de pastoral, isso se tornou para mim a plataforma da minha caminhada, que são 5 (cinco) pontos, que até hoje, como se diz, se tornaram a missão de todo trabalho. Quando eu chego em um lugar, eu sempre tenho essa plataforma diante de mim. **O primeiro ponto era partir do povo, sem nunca fazer nada, sempre partir do povo.** Então este foi um ponto, por exemplo, que me ajuda muito, porque eu como padre sempre achava que eu tinha que levar coisas. Eu levei tão a sério aqueles pontos... E, o primeiro ponto era esse de partir do povo, de tal maneira que eu chego na comunidade e pergunto: *“o que, que vai ter hoje aqui”*, *“como é que vocês estão caminhando?”* *“quais os problemas que vocês estão sentindo?”* *“onde estão os pobres aqui?”* *“Por que vocês estão com esse problema?”*. Partir sempre, sempre, sempre, sempre, partir do povo. **O segundo ponto era, não faça nada que não seja, que não incida na vida no povo, que não encaixe na vida do povo, não fique fazendo coisa atoa, que não tem nenhum futuro.** Então, nada faça que não incida, que não encaixe na vida do povo,

que não ajude em alguma coisa para a caminhada. **Terceiro ponto: estar aberto ao novo.** Você não sabe a surpresa que o povo traz. Trabalhei 10 anos no seminário aqui, na formação de padres, formou-se 15 padres aqui em Altamira, 7 já desistiram do ministério, mais 8 ainda estão no ministério, 7 também estão por aí pelo mundo, mas são gente boa. Então, mais 15 padres, então, é... estes padres, esses seminaristas, esses jovens eles aprontavam diariamente muitas coisas, e eu nunca estranhava nada, mas estar aberto ao novo, a surpresa. É por isso que eu não estranho nada, nada, nada, nada, nada de humano, porque o humano ele pra mim é divino, ou seja, ele as vezes vem enrolado de coisa humana, mas lá no fundo da história tem algo de muito importante que deve ser valorizado para a construção de alguma coisa. [...] Então essa abertura pro novo. Aí tem o outro, **o quarto ponto que eu achava muito importante. Valorizar tudo que é organização do povo. Não tem ninguém que não esteja articulado, organizado de uma ou de outra maneira.** Os pinguços estão organizados, por que aquele ponto lá é o cantinho dos pinguços, até eles estão organizados. Os meninos da pelada, alguém é líder lá no meio daqueles meninos, eles estão articulados. Valorizar toda a articulação existente na sociedade. Valorizar tudo, isso é muito importante. Depois de valorizar tudo isso aí, (o curso) fechou com **o quinto ponto que era** (O curso era sobre coordenação de pastoral. Então, coordenação de pastoral significa exatamente) **conseguir fazer o elo de toda essa mobilização, do micro até o macro.** Isto tudo bem articulado e caminhado, isto vai criar força para qualquer transformação na sociedade. Então, eu vim com esse fermento desse curso, e comecei a trabalhar, porque eu sempre digo: “toda a caminhada começa quando a gente leva a sério aquilo que a gente decide”. Que nem esse curso, pode ser que todos que estiveram neste curso não estiveram essa encarnação desse curso na vida deles como eu tive. Mas, pra mim, isso foi uma luz pra minha caminhada porque eu também fui pra lá, com a maior seriedade, sinceridade e vontade inteiramente de botar em prática isso.

— E, quando foi que o senhor transformou essa formação, esse curso, essa “encarnação” como o senhor diz, em prática?

— Quando eu voltei, eu comecei esse tipo de processo na paróquia de Medicilândia. Comecei a partir do povo. E o povo começou sentir que podia se articular em pequenos grupos de vizinhos que eram depois as CEBs, para não precisar caminhar muito e ao mesmo tempo se encontrar. E a gente abastecia esses grupos com alguma coisa que de fato era a realidade que eles refletiam e, com a palavra de Deus, também iluminando e formavam depois esses pequenos grupos e esses formavam depois a comunidade, “as comunidades” formavam todos “os setores”, que formavam “a paróquia” e aí depois nós criamos dentro da Transamazônica, aqui desse lado, nós criamos 3 paróquias. Padre Léo, padre Oscar e Eu. Padre Oscar lá em Placas, Padre Léo aqui em Brasil novo. Então, nós criamos um “ENCONTRANSA”, para unir a Transamazônica nessa caminhada. E realizamos vários trabalhos coletivamente. Em 1979, realizamos um grande congresso de jovens na Transamazônica. 500 jovens reunidos, uma semana inteira, debruçados em cima das 40 parábolas da bíblia. Mas essas parábolas foram trazidas pelos jovens a partir da base. Um ano inteiro de reflexões, debates, de articulações em forma de poesias, de cantos, de jograis, de contar a mesma história, de interpretação, e também de fatos que aquela parábola estava a manifestar hoje. Então foi “CONBIJOTRAN” (Congresso Bíblico de Jovens da Transamazônica). Mas aí foi um fato. 500 Jovens, de grupos de jovens de tudo quanto é lado dessa Transamazônica, de Brasil Novo até Placas. E os grupos de jovens caracterizados do jeito que eles queriam; eles escolhiam os nomes, eles faziam bandeiras, bonés, camisetas, enfim. E tudo que eles quisessem fazer eles faziam. Então, foi assim uma mobilização fantástica da juventude. 500 jovens vieram, passaram uma semana, durante o dia

refletiam com palestras que eram dadas, depois debatiam, faziam plenárias e tudo, e durante o dia também iam preparando toda essa bagagem que eles já vinham trazendo das comunidades, e toda noite um show para o povo, feito pelos jovens mesmo. Então foi uma coisa muito especial. Isso em 1979. E também quando eu cheguei aqui, foi feito uma assembleia, só dos padres praticamente, e eles optaram pela pastoral familiar e, nós começamos a nos reunir com os casais aqui da Transamazônica, muito ainda intraeclesial. Muito dentro da igreja. Mas nós atingimos em 2 anos 1500 (Mil e Quinhentos) casais e todo mês a gente levava um assunto, refletia com eles, escutava e entregava uma folhinha com perguntas e tudo e, durante o mês eles se encontravam lá nas comunidades e refletiam. E no outro mês eles traziam as suas reflexões e a gente de novo abria outro leque de reflexões e entregava mais um fôlder. Outro mês e assim o ano inteiro virando e recebiam até um diploma de participação. Então, foi também um trabalho muito interessante com os casais e depois com os jovens, e quando terminou esse congresso de jovens, nós estávamos projetando o “CATA” (Congresso de Agricultores da Transamazônica), só que quando nós estávamos nesse projeto no ano de 1980 ou 1981 por aí, os jovens iam continuar a sua caminhada com PUEBLA (por que saiu até uma cartinha “Puebla para o povo”, que também tinha Medelim em 1968, e em 1979 Puebla), esses dois documentos eram muito pesados, no sentido dos bispos, trazer a rédia, trabalhar o despertar.

— Padre Alírio, esclareça-me uma coisa, qual o objetivo da igreja, a partir destes documentos que o senhor faz referência? Eles foram feitos para quê exatamente?

— Para o povo brasileiro e o povo Latino Americano, abrir os olhos pra realidade, para tomar conta, como se diz: ajudar a ser protagonista na caminhada. Então, isso que a gente realizava aqui, tanto a CEBs, como também a caminhada jovem, a caminhada dos casais, isso também tinha já folego nacional e também aqui tinha **duas caminhadas muito interessantes**, quando nós aqui no regional, fizemos a caminhada dos coordenadores de pastoral era muito mais avançado, sabe? A irmã Dorothy teve também contribuição, ela já veio também com toda essa bagagem do nordestino, ela veio por essa parte aí do Maranhão, depois também do Sul do Pará, com toda essa caminhada, essa bagagem de Marabá. Então, veio e também explodiu ainda no Anapú. Uma caminhada maravilhosa que ela fez aí. Trabalhei 12 anos com ela. E, ao mesmo tempo, o padre Júlio também lá em Gurupá, teve um conflito grande, explodiu a conquista sindical, caminhada política, consciência política, e tudo. E nós aqui também começamos a ferver porque com a chegada nossa, o padre Júlio da Itália, ele passou lá por Ponta de Pedras, aí ele já está agora há quase 50 anos aqui eu acho, ele também trouxe muita bagagem, e também tinha o abastecimento de Santarém. Boa nova, cursos de “boa nova”, cursos de novembro, grandes debates em Santarém, e aquilo já vinha de outro lugar. Então o IPAR (Instituto de Pastoral Regional), também alimentava toda essa formação de preparar lideranças, e aqui também vieram os padres Lazaristas e eles prepararam o professorado todo da Transamazônica, do Xingu, os padres Lazaristas. O carisma deles é escola né? Então se formou professores, porque aqui não tinha. Tinha mal o primário, tudo minguido. Então começou a surgir a nova formação de professores e o avanço, aos poucos, na medida do possível das escolas que foram abrindo, 1º Grau, depois 2º Grau e até inserção universitária, já se projetando nesse sentido também. É neste contexto que surge a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Surgiram então todos esses movimentos de dentro da igreja mas que, tinham uma repercussão muito forte, também fora da igreja. Então a gente tinha uma mesclagem de intercâmbio de formação. Então nós éramos um grupo de pessoas, com esses irmãos Lazaristas, com esse professorado que foi despertando, com esses sindicalistas despertando, com esta... Depois então,

como se diz... Diante dessa caminhada que foi criado o Movimento Pela Sobrevivência Da Transamazônica, para juntar lideranças, para juntar forças, fizeram várias caminhadas para Brasília, escreveram no congresso nacional: “A transamazônica não pode parar”, escreveram na frente do Collor (Ex-presidente Fernando Collor de Melo), com gente, que foi tirado foto, escrito com pessoas, “a Transamazônica não pode parar”. E levando essa caminhada pra frente, reivindicando coisas para cá, e o padre Chico sempre dizia: “nós temos que preparar lideranças que vá entrar também na política, que vá entrar no sindicalismo, no cooperativismo”.

— Padre Alírio, essa narrativa que o senhor está comentando, ela tem uma base de fundamentação Religiosa. Mas, ela também possui uma base de fundamentação Filosófica que, pelo seu comentário, muito se assemelha ao que se chamou de “Teologia da Libertação”.

— *Claro!, Claro! Totalmente. Nós navegávamos dentro da Teologia da Libertação. Exatamente como o papa João Paulo II. [...] Mas, o Episcopado Brasileiro era muito divergente, né? [...] Eu também ia me projetando em nível regional e depois em nível nacional, né? De tal maneira que, eu estive 4 anos, mais diretamente à frente dos padres do Brasil, em assembleia nacional. Eu dirigir dois. Quer dizer, “nós”, “a comissão”, dirigiu mas, comigo a frente. Dois encontros nacionais muito quentes, né? Porque também, esta nossa caminhada ela ia exigindo que a igreja também abrisse espaço cada vez mais para padres, para leigos, para religiosos, e não só ficar confinado com os bispos, né? Hoje os bispos, os bispos de hoje, estão puxando muito para trás, né? Têm medo de se opor, né? Como se diz? “Assembleias do povo de Deus” politizadas. De uma igreja mais democrática. A igreja não é democrática. Quer dizer, você pode ir até um certo. Então, nós viemos em 84, nós reestruturamos a Transamazônica toda. Porque a partir de 1980, tivemos uma manifestação no 90 e outra no 40, então a coisa foi fervendo, no 46 nós tivemos muitos conflitos, queimaram o centro de formação, queimaram a igreja do 20, ameaçaram os padres de morte, a liderança se matou por não conseguir suportar o impacto, o Joseni se enforcou diante do impacto, [...] então, teve tudo isso, mas surgiram também as Casas Familiares Rural que hoje estão por todas as partes também.*

— Esse enfrentamento ao qual o senhor se refere, esses conflitos, foi com os fazendeiros?

— *Fazendeiros, madeireiros. [...] Porque os fazendeiros queriam que o pessoal ficasse como peões deles né? Não queriam que eles tivessem terras e também, quando esses fazendeiros vieram, compraram essas terras a preço de bananas, dos maranhenses, vamos dizer, então criou-se toda essa situação e também todos esses povos que vieram, os capixabas, os mineiros, os goianos eles vieram para fazer um novo Espírito Santo aqui. Uma nova Minas Gerais aqui. E o processo era grande, o latifúndio era grande, de tal maneira que esses capixabas eram muitas famílias que tinham até uma aldeia logo quando eles chegaram aqui. Eles hoje são aí os maiores fazendeiros do Brasil Novo. Outro dia teve até acusações de trabalhos escravos, exploração.*

— Agora Padre Alírio me responda uma coisa: o que faz com que esse contexto mude? Qual sua explicação, ou sua leitura, sobre o processo que leva ao arrefecimento dessas lutas sociais sob o comando da igreja? E aqui não estou a fazer referência ao arrefecimento dos que foram devidamente formados no seio da igreja para essa cultura da reivindicação, da luta por direitos, da luta visando a construção de uma nova sociedade. Refiro-me a mudança de atitude da igreja mesmo. Como o senhor apresentou até aqui, a igreja conduzia o processo de transformação. Mas, a partir dos anos 90, década de 1990, ela deixa de ser a protagonista das lutas sociais. Qual a sua leitura sobre isso?

— *Eu acho que teve dois enfoques. Um foi exatamente a igreja [...] A igreja toda antes eram as CEBs. A igreja é CEBs vamos dizer assim, depois isso foi mudando. A igreja toda, e aí o próprio episcopado, o padre ele era mais homogêneo no sentido da luta libertadora. Depois a própria igreja, pela nomeação de bispos e pela entrada de movimentos da Europa, que tinham medo ainda do comunismo, começaram a vir esses movimentos para dentro da igreja, que são os carismáticos, os populares e todos esses movimentos de fora, dos outros países, vieram se implantando e foram amenizando, como dizem, a situação e o próprio episcopado começou a se dividir muito. Hoje, por exemplo, você pergunta quem é o bispo? É o profeta? Você pode contar nos dedos que aponta o bispo que ainda hoje é o profeta. Hoje os bispos todos estão aquietados. Não têm mais aquele profetismo que tinha aqui também com Dom Elias Chaves que de cadeiras de rodas ele foi na frente dos palácios, na frente de polícia, enfrentamento, greves. Hoje, você não vê mais nenhum bispo ou padre nesses vários enfrentamentos que tem por aí. Você não encontra ninguém mais. Então, por um lado, essa parte da igreja (porque eu acho que a igreja de certa maneira, eu até senti um pouco também, a igreja) acha que ela já deu o impulso inicial para que o povo tivesse a caminhada na mão.*

— Entendo... um foi a igreja. Mas, e o outro? Foi o quê?

— *Outro contraponto, foi exatamente a questão política né? Mesmo que seja como for, com o Fernando Henrique, com o Itamar, o povo sentia que mesmo assim podia avançar e que a coisa, mais dia ou menos dia, ela iria se abrir mais e que ia chegar gente nossa, do povo, lá para fazer o que, como se diz agora, eles estão com a faca e o queijo na mão, então eles vão fazer a história. Então em vez de o povo avançar, continuar segurando juntos, o povo se retraiu, porque agora já tem o plano Itamar, já tem o plano real, já tem o Fernando Henrique, nós temos também vários políticos aí todos articulados, nós vamos agora assistir de camarote, todos os problemas irão ser resolvidos porque agora eles têm o poder de decisão nas mãos. Mas isso não era bem assim. De maneira que a história foi evoluindo, e esses caras, ou foram manobrados ou enrolados, ou foram vendidos ou comprados, ou então até se posicionando contra o próprio povo, ou seja, não levaram para a frente essa história. Então é isso, para mim esses dois. A igreja não deveria ter desistido da sua caminhada, ela também estava a ser pressionada internamente, então está tudo assim recente.*

— O senhor falou uma coisa importante, porque, num determinado momento houve uma estratégia de se expandir a partir das CEBs. Só que, em outro momento (se eu estiver errado o senhor pode até me corrigir), os leigos ganharam tal força e fruto dessa força, começaram a exigir um certo espaço e isso desagradou o alto clero, vamos dizer assim. Então, eles, os que comandam a igreja, percebendo isso disseram: “não, calma, vamos puxar um pouquinho aqui, porque isso de repente pode fazer com que a situação saia do controle”, “por enquanto a gente tem o controle disso aqui, mas, se a gente soltar mais um pouco talvez isso se torne uma coisa problemática”. Isso contribuiu para esse arrefecimento político, porque falar em arrefecimento político é falar no papel das CEBs, mas falar de crescimento político é também falar das CEBs. Foi isso que aconteceu?

— *Veja bem, Frei Amélio sempre ensinou isso para a gente, ele disse: “eu tenho curso, sai em vida, a palavra de Deus, análise de conjuntura, abrindo o leque, debates e tudo”. O povo foi fazendo as suas conclusões, suas caminhadas, suas propostas e implantando as propostas e sentindo o gostinho dessa nova sociedade, dessa nova sociedade surgindo. Então ele dizia: “eu estou hoje com a bíblia embaixo do braço e eu olho para um lado e olho para o outro e eu estou só, mas, se eu olho mais adiante um pouco eu vejo que aquele povo está no sindicato, está no partido, está nas lutas*

populares, está nas cooperativas, está na transformação da sociedade. Então, esse povo eu não posso perder, eu tenho que continuar animando ele. Porque eu as vezes estou triste, porque esvaziou, mas, quando eu vejo, eu não queria que eles fossem fermento? Então devo me alegrar porque eles estão exatamente nesse sentido. Eu devia ter um pouco de paciência porque quando eles voltarem eu estou de novo aqui dizendo como é bom louvar e agradecer, vamos pedir mais força, vamos ouvir, conte a sua história, conte a sua caminhada”. Então, a igreja vendo aquela caminhada, a igreja se sentiu como se estivesse perdendo o carisma, o poder e a autoridade, mas ela devia se alegrar porque o povo estava despertando. Porque eu sempre faço esta análise, hoje eu sinto a alegria do mundo e por termos explodido e hoje o povo, por exemplo, vai para a rua, reivindica, todo mundo está fermentando. Então eu vejo com alegria toda essa fermentação que a sociedade está passando, mesmo com altos e baixos e tudo mais. Que nem agora né?

— Padre Alírio em sua opinião a igreja do Xingu já usou todo o fermento? Faço esta pergunta em virtude do contexto de Belo Monte. Em outras palavras, a igreja fez tudo o que podia em relação a UHE Belo Monte?

— Então, eu dizia hoje para a dona Antônia Melo: “olha, nós trabalhamos aqui em Belo Monte em 1984, 1985 para a frente. Mais ou menos até em 1998, 12 anos com a irmã Dorothy e também nós abraçamos Brasil Novo e Belo Monte (refere-se a comunidade de Belo Monte do Pontal, localizada na divisa entre os municípios de Anapu e Altamira) e Anapu. Padre Luís Carlos, eu e depois o padre Pedro Paulo também estive um pouco junto conosco. Nós trabalhávamos com o travessão da CNEC¹¹⁴, isso era uma coisa tão inocente que nunca, nunca, nunca nos chamou a atenção. E nós abrímos os olhos agora”. Você sabe o que é a CNEC? É um centro de pesquisa para a implantação daquilo que futuramente será uma hidroelétrica e, diante disso, quando isso chegar, nós temos que está preparados. Então, como é que nós vamos nos preparar? Nós queremos ou não queremos? Se nós não queremos, então, nós temos que banir essa coisa daqui do nosso meio, arrancar tudo e não deixar mais ninguém pisar na nossa terra e tudo. Outra coisa, vamos nos regularizar, ninguém aqui pode ficar sem documentação em dia, pois no dia que o bicho chegar: “olha, aqui não! Aqui você não pisa não! Aqui tem dono”. E nós devemos estar bem articulados quando chegar. “Então, vamos sair todo mundo junto, mas, não vai sair ninguém fora do rebanho, nós vamos sair todos juntos. E queremos os nossos direitos!” Mas nós não, (aconteceu assim): “o senhor não pode, o senhor nos acompanha e acabou!” Quando o bicho veio quem estava preparado para pegar o trem? Ninguém! Mas a CNEC estava aí comendo junto né? Comendo no mesmo prato que nós, vivendo conosco. Então, quer dizer, nós não tivemos a perspicácia, como disse Jesus, vocês têm que ser simples como os pombos, mas têm que ser perspicaz como a serpente, mas nós não tivemos a esperteza da serpente. Nós só tivemos a mansidão da pombinha. De tal maneira que o nosso povo hoje está sofrendo. Quem aqui em Altamira, nessas baixadas todas fez levantamento, fez tudo? “Olha, você vai ter que ter a sua casinha aqui organizada, documentada, porque vai chegar uma ferra aí e vai devorar tudo!” Se tivesse sido né? Então, as audiências públicas seriam diferentes, eles teriam pisado com mais calma aqui no meio de nós. Eles teriam pensado duas ou três vezes antes de fazer esse empreendimento, eles teriam talvez partido para outras propostas.

— Muito interessante essa leitura Padre Alírio. Houve um erro em não preparar e pensar as coisas concretas, segundo o que dizes. A negação ao projeto houve desde que este foi proposto. Mas, a articulação para barrá-lo se deu mais em termos de ações escalares meso e macro, vamos dizer assim.

114 CNEC – Consórcio Nacional de Engenharia Consultores

As escalas cotidianas, as microescalas foram negligenciadas pelo movimento de resistência à barragem. Daí não ter havido essa mobilização maior e mais forte em relação à documentação da terra de cada um e, de acertar qual seria, em caso de pressão do “bicho devorador” como dizes, a estratégia de luta e negociação que seria adotada/utilizada pelo coletivo.

— E, qual a maior consequência desse erro em sua opinião?

— *Agora temos que administrar o que está aí, de uma ou de outra maneira nós temos que administrar, ou bem ou mal.*

— Ou seja, a maior consequência foi ter então que administrar os problemas. Porque não houve perspicácia em algum momento da organização da luta. Mas, e agora? O que Igreja e movimento social devem fazer?

— *Temos que nos posicionar ao lado dos desfavorecidos, ao lado dos injustiçados, ao lado dos pobres, ao lado dos marginalizados, ao lado dos que a sociedade vai jogar fora. Vamos ter que nos posicionar ao lado deles. E as condicionantes foram administradas de uma maneira onde tivemos só estrutura, mas, não estão em funcionamento porque uma coisa... é fácil construir um hospital, difícil é fazer funcionar esse hospital. É fácil, bom... a escola já é diferente. Porque as escolas estão, naturalmente, funcionando bem ou mal. Então, há uma nova estrutura escolar, claro, terão que fazer funcionar melhor, porém, a estrutura já está aí. E está, de certa maneira, melhor. A cidade também, está a explodir, alguma coisa está sendo feita para administrar tudo isso. Então, eu estou, como se diz, acompanhando não mais com aquele vigor de outrora e também eu não consigo mais acompanhar, como eu vou lhe dizer, **porque para mim a caminhada tem que adquirir nome, ela tem que adquirir consistência, ela tem que adquirir corpo se não ela não é caminhada, é apenas uma caminhada no ar.***

— Como assim Padre Alírio?

— *Por exemplo: “quem são os atingidos?” Vamos dizer, “onde estão as pessoas que tem consciência de serem atingidos?” [...] é uma coisa dissolvida. Por exemplo, chega aqui na cidade, (uma pessoa e diz) “escuta, com quem eu vou ter que conversar para que eu tenha uma visão dos atingidos?” “Com qualquer um?” Ou eu vou chegar com alguém que me diz: “olha, aqui nós temos tantas e tantas pessoas nesse grupo humano, nesse outro grupo humano; os problemas são esses e aqueles, aquilo, coisa e tal. As dificuldades que estamos passando são essas, as coisas boas que esse povo já conseguiu é isso aqui, quer dizer”... Então, ainda tem muita coisa aí no empreendimento que nós tínhamos que ter a história na mão para poder pesar sobre as diversas coisas que têm. Por exemplo, lá naquele travessão onde trabalho, lá no Assurini (comunidade rural de Altamira), onde tem um Travessão, eles estavam todos mais ou menos unidos e até rodeava o papo entre eles, “nós queremos sair juntos!”, “E fazer uma nova morada juntos também!”, “Para termos de novo os nossos vizinhos!” Quando foram “fritados os ovos” finais cada um “espocou” para o seu lado e sobrou quem sobrou. Pegou a sua indenização e fez os seus negócios e não perguntou mais nem onde ficariam os companheiros.*

— Mas esse processo aí, desse enfraquecimento dessa articulação política, penso não ser possível apontar uma única explicação. Por exemplo, entendo eu (e não sou o único que tem essa leitura), que a chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores em 2002, fez com que aquela militância antes muito

atuante, que reivindicava e tal, depois da chegada do Lula ao poder, vamos dizer assim, se acomodou. Então, houve um acomodamento e aí eu estou falando de Belo Monte. Esse grupo que historicamente se posicionou contra Belo Monte, depois, inclusive por serem em boa parte militantes do PT, militantes históricos, que construíram o partido, parece que se sentiram, eu não sei porque, eu não entendo direito isso, mas assim, eles “esqueceram” a realidade e passaram a não criticar o partido. Pelo menos abertamente eles não fazem isso. Porque isso de certa forma seria um sacrilégio para eles. Eu não posso criticar o PT porque o PT foi o partido que eu criei. Foi o meu partido. Eu militei e a gente conseguiu tantas coisas aqui! Mas, Belo Monte é filho do PT. E esses militantes não conseguem ir pra luta, não se mantiveram no enfrentamento. Então, há um contexto de mudança política que, de certa forma, desmobilizou os movimentos sociais. Um segundo elemento importante para se pensar sobre esse enfraquecimento da resistência em relação à barragem, para além de um erro de cálculo dos movimentos sociais, foi o fato de ter havido cooptação de algumas lideranças sociais. Lideranças foram compradas. Lideranças indígenas, lideranças sindicais, lideranças políticas. Os propositores de Belo Monte compraram a dignidade e o caráter deles, que eles próprios colocaram a venda, e tem gente que nem abre a discussão sobre isso. Mas, eles colocaram à venda. E uma das compensações, para esse silêncio é o tal do PDRS Xingu. Onde são distribuídas caminhonetes para prefeituras, uma caçambas para prefeituras, constrói uma escola ali, ajuda uma escolinha de futebol acolá, constroem igrejas inclusive. Dessa forma, por meio dessas práticas, eu garanto o silêncio do pessoal que antes ia para a rua, que antes chamava passeata, que antes denunciava na televisão. Coloco isso para dialogar com o senhor Padre Alírio. Para aproveitar o diálogo aberto que está aqui a ser desenvolvido.

— Bem... eu também gostaria de acrescentar um ponto as reflexões ou leituras de vocês. Gostaria de voltar a debater esse contexto de mudança política. E, embora eu vá tocar aqui na igreja, porque eu estou conversando com um religioso, mas, de forma alguma estou atrelando isso somente a igreja. Porém, aquela igreja do início da Transamazônica, que construía as coisas a partir do sofrimento, **hoje, parece que fez a opção por administrar o sofrimento**, ela não deseja construir mais. Eu espero que isso mude, eu tenho esperanças que este quadro de letargia passe. Mas, contraditoriamente ao que se apresenta na realidade, os impactos socioambientais da UHE Belo Monte, ainda conseguem provocar nas pessoas uma espécie de esperança, que eu não sei de onde eles tiram isso. Porque a realidade de descasos e violências promovidas pela hidrelétrica ao longo de todos esses anos, aponta exatamente em direção contrária à esperança. Mas, de alguma forma, a sociedade tem esperança de que findada a obra, esta deixará o dito desenvolvimento para a cidade de Altamira, para esta região. Bem... eu não acredito que isso vá acontecer. Porque a realidade está demonstrando que o caminho não é esse. Eu tenho esperança de que haja uma nova rearticulação, uma nova recomposição de forças e aí as pessoas passem a voltar a atuar, sair dessa letargia, desse sono e voltem a construir suas vidas. E penso isso por conta do histórico da região, apresentado em seu relato Padre Alírio, no relato de Dom Erwin e de Mariene. A narrativa escalar apresentada por vocês me permite pensar assim. Esta região não é um território região desprovido de luta política, ao contrário. Trata-se de um território construído a partir da luta política, mas que, por um determinado momento, acabou por ser sufocado pela mão de ferro do Estado, de um estado que se comportou como “estado de exceção” inclusive. Em outras palavras, o que estou a afirmar é que, o poderio econômico e militar do Estado Brasileiro e a articulação entre este e o grande capital da construção civil nacional e o capital internacional das commodities agrícolas e minerais, garantiu todos os meios para que a UHE Belo Monte fosse viabilizada. Donde ser bastante representativo de tudo isso a atuação da Força Nacional fazendo a segurança privada dos canteiros de obras da usina. Belo Monte, para mim, é sinônimo de impacto.

— *E este impacto veio como uma coisa incrível! Aqui foi neutralizado tudo. Não existia mais município, atividade municipal e nem nada, coisa nenhuma! Eram as empresas que comandavam tudo! Os vereadores e os prefeitos eram só de faixada. A empresa faz tudo. Então, eu acho também que no dia em que essas empresas se retirarem, vamos dizer, aí que o povo vai conseguir. Agora já está até começando, né? A empresa diz, olha, nós construímos hospital, mas quem tem que administrar é o município. Nós vamos dar a água mas, quem cuida de administrar é o município. Nós fizemos essas escolas mas, quem tem que administrar é o município. Tudo isso cada vez mais vai caindo no chão da realidade do município e quando o dinheiro acabar, quando parar de ser abastecido, eles terão que começar uma nova estruturação. Vai ser de um jeito bem pesado porque ainda há muita gente que foi indenizado e ainda está administrando aquela quantia que recebeu, conseguiu se estruturar e conseguiu as suas coisas devagarinho. Até comprou um carro ou comprou uma motinha e está por aí, mas, aos poucos esse dinheiro vai virando água, de repente seca tudo. E aí eles tem que começar, como eu disse, ver de novo, de onde é que vem esse dinheiro. O dinheiro vem fácil para muita gente e as vezes ele pensa que já administrou e que para os gastos vai dar, depois disso eu não sei no que vai dar. Mas em algo vai dar porque, até as igrejas, como, por exemplo, aqui no Xingu, alguma outra menos, mas a maioria das igrejas estão hoje em uma situação bastante confortável, até no seu próprio dízimo, [...] o carro é novo, a geladeira está cheia de coisa, o dízimo e as ofertas são bem gordinhas, então o padre está em uma situação confortável. Os pobres eu não sei onde estão, mas, “o que importa é eu estar bem” (sarcasmo, ironia).*

— Padre Alírio, gostaria de dividir uma angústia com o senhor. Eu fico pensando o seguinte: antes tínhamos um contexto, onde faltava tudo, de ausência das coisas mais essenciais, mas o povo se articulou e foi para a briga (e a igreja foi fundamental neste processo de organização do povo). Só que era um outro tempo. Era uma outra cabeça. Era um outro contexto político de país. Uma outra filosofia que imperava na igreja... E hoje? Eu pergunto ao senhor, é possível pensar em termos de uma rearticulação, de uma organização, de um emponderamento dessa sociedade novamente? No passado foi a igreja fundamental em relação a isso. E hoje? Quer dizer, não seria o caso da igreja começar a pensar nisso, em mobilizar o povo novamente? A preparar esse povo para enfrentar esse contexto de cegueira e enganação produzido por Belo Monte? Como o senhor entende esse novo contexto, o qual foi trazido por Belo Monte?

— *Hoje nós estamos em uma microarticulação, vamos organizar a catequese, vamos organizar o dízimo, vamos organizar o culto dominical. Então, se a gente não tiver horizonte, se a gente não tiver mapeado quais são os grandes problemas que nos atingem, isso é muito difícil. Então, eu vejo que os sindicatos, esse final de semana mesmo teve um encontro do sindicato, era para ser acho que o dia inteiro de encontro, mas eles conseguiram ir até ao meio-dia porque só apareceram 50 pessoas e a dona Antônia até disse: “mas esse povo se posicionou ao lado de quem? Para ajudar quem? O sindicato serve para quê?”. Então, quer dizer, que o movimento, o movimento mesmo de sobrevivência da transamazônica, será que ele tem consciência das grandes coisas ou... não sei como é que se devia articular isso. Nossa visão é muito míope, muito pequena. Então quando a gente não tem uma visão maior, a gente não consegue projetar. Eu vejo isso preocupante porque não se enxerga! E o que nós queremos com a Transamazônica daqui a 100 anos? Se a gente não tiver perspectiva, a gente vai se rastejando. Então, hoje, quer dizer, qual é a perspectiva? Nós estamos mais voltados para sermos bombeiros do que desbravadores, do que projetista. Hoje, não se senta mais junto para nada. Nem os amigos não sentam! A única coisa... até também quando nós trabalhávamos aqui na Transamazônica, um dia eu e o padre Oscar, nós gostávamos de juntar as*

nossas lideranças e entrar para o debate e elaborar e aprofundar, trazer alguém que nos iluminasse e essa coisa tudo e, depois com um outro padre, aí deu uma tal confusão com esse padre porque ele tinha uma maneira um pouco diferente, por exemplo, teologia da libertação, ele não falava muito não. Hoje em dia tem muito disso. Quem se mete nas organizações é ridicularizado. Até ser acabado. Assim aqui com os indígenas, os indígenas fecham as estradas, aí eles vão lá e perguntam (referência a empresa Norte Energia, empreendedor da UHE Belo Monte): “o que vocês querem? Ah tá... onde é para assinar?”. Aí sempre passam dez aqui e dez lá, pronto, está todo mundo em casa, uma desarticulação que é uma coisa filha da mãe!

— Triste e revoltante.

— É uma miséria! Então, você disse uma frase muito pesada, né? “Administrar o sofrimento”. Administrar. Então, hoje nós estamos um pouco aí, como se diz, administrando o sofrimento. Assistindo de camarote o sofrimento do povo, uma apatia, com uma insensibilidade, “quem pode, pode, quem não pode se sacode”. É uma coisa triste. Sinceramente, é isso para tudo que é lado. Eu sempre gosto de ajuntar os galhosinhos para fazer um fogueiro de novo acender. Então, eu cheguei em uma comunidade e perguntei: “escuta, como é que está por aí?”. “Ah padre aqui nós conseguimos juntar dois hectares de terra e plantar algo que vai beneficiar muito a gente”. “Nós conseguimos acesso de trator para todas as casas”, “hoje o senhor pode ir de carro para todas as casas”, “conseguimos acesso”. “Nós fizemos um levantamento de quem ficou para trás quando a energia passou aqui, nós fomos lá na CELPA (Centrais Elétricas do Pará, empresa responsável por distribuir energia junto aos consumidores) para reivindicar que a energia chegue nas casas desse povo. E tivemos a confirmação de que a energia vai chegar na casa desse povo e até os novos moradores também. Hoje nós não temos mais pau-de-arara. Hoje não. Nós agora já temos um ônibus que leva os alunos e essas coisas, nós estamos aqui com mais educação também”. Então ele fez todo esse mapeamento para mim e disse: “será que a nossa comunidade está funcionando?”. Eu disse: “olha, o cenário é bom”. Então, eu trabalho muito nesse sentido. Onde está, nessa perspectiva que eu antes falava, desse ponto de analisar tudo que é articulação, por pequena que seja, porque a gente sempre está vendo, essa área aqui do Assurini, ela é muito visada até pelo 51bis (Batalhão do Exército brasileiro). Ela é muito visada pela Universidade para fazer experiências lá. Ela é muito visada por esses cursos de SESI que pesquisam bastante nas comunidades. Ela é muito visada pelo sindicato, que vai buscar lideranças lá, a articulação sindical é bastante forte lá; até pela cooperativa ela é também a perspectiva de cooperativa. E eles estão também nesses projetos, vamos dizer assim, nas lutas por estradas, por escolas, por educação, por casas populares. Então, há uma articulaçõzinha por meio dessas coisas aí.

— Vejam uma coisa meus caros, a Transamazônica, então projeto canavieiro, se passou para o projeto (eu usava esse exemplo, que a luta do povo mudou até o projeto que o governo tinha implantado), canavieiro e, o povo mudou para o projeto cacauero. Hoje, um dos municípios do Brasil que tem mais cacau é Medicilândia. E é uma terra boa para cacau também. Então, aí um professor falou assim, usando da minha colocação, ele disse: “padre Alirio, eu quero lhe alertar uma coisa, vem urgente olhar a Transamazônica em Medicilândia” e saiu daqui dizendo: “deixa eles plantarem mais cacau, para um dia criarem um grande projeto cacauero, onde os pequenos trabalhariam e agora os grandes vem e vão apossar-se disso aí”. Como naquele tempo em que os canavieiros queriam ser donos da terra. E não receber a cana dos colonos. Comprar a cana de colono. O canavieiro não quer, ele quer ser o dono do canavial, ele quer ter pião que trabalhe para

ele, ou então, como hoje em São Paulo, que tem máquinas para tudo. Não precisa mais nem de peão, mas, ele quer ser dono da terra e não dos canaviais. Assim também um dia ele falou essa profecia lá, que um dia chegaram grandes magnatas e que vão perguntar: “quanto é que custa o seu lote? Eu quero um milhão, então vamos lá para fazer os papéis”. Então vão colocar cuias (desavenças) lá no meio do povo e vão comprar tudo né? Isso ele profetizou. Então, se o povo não se organiza para segurar juntos a realidade, é isso que acontece e que vai acontecer depois.

— Padre Alírio, diante tudo isso que discutimos, o que esperar do futuro?

— *Aí você devia falar com outras gentes e não eu. Porque eu só vou te dar as pinceladas do que está sendo projetado para esta realidade. Pelo lado de lá estão entrando os sojeiros. Não só da soja, mas os cerealistas, que vendem cereais. Que são: a soja, milho, sorgo, feijão e arroz. Mas isso eu falo só dos primeiros sojeiros. De lá para cá eles estão devorando a terra. Em Santarém, estão vindo do Mato Grosso e aqui entrando com dois grandes portos para desembarcar, porto de Santarém e de Itaituba, com esses grandes portos. Do lado de cá, lá embaixo, os garimpos. Nossa área aqui está toda minada, está toda furada, é uma via de minério nessa Transamazônica. Tudo e aí, eles estão projetando uma nova ferrovia, ferrovia que vai ligar o Carajás lá para frente e tudo aqui. Também, outra Transamazônica, maior do que esta que está aí, para expandir essa região toda. Então, aqui está pesando um grande “projeto” que, “Meu Deus do céu!”, é isso que eles estão inventando. Nós, esse povo pequeno que está aí, não vale nada. Nada, simplesmente nada. **Esta hidroelétrica aqui, ela foi construída para não acender nem uma lâmpada na casa de ninguém. Ela foi construída unicamente para explorar o minério que tem aqui no Xingu e para mandar energia para o sudeste, para as grandes empresas, agora em Manaus também, para as grandes empresas que precisam; do mesmo jeito que a Tucuruí foi construída para não acender nenhuma lâmpada na casa de ninguém, mas apenas para explorar o alumínio da ABRÁS/ALUNORTE que precisava desta energia.** Nós estamos sendo usados assim. Então, sobre essa região aqui, nós vivemos esses “projecinhos”, a abertura da Transamazônica, uma hidroelétrica agora, esses serão considerados futuramente migalhas diante desses projetos que estão sendo visados para cá para essa região, para esse povo todo aqui. Então hoje nós estamos aí, hoje nós estamos passeando de balsa, mas amanhã e depois terão pontes aí, para tudo que é lado. Porque o minério precisa, o povo não precisa de nada, porque pode ficar a pé se quiser. Agora, o minério precisa de ferrovia, rodovias e portos, tudo isso e amanhã terão grandes portos aí. Tudo tudo para o minério. Então, isso aí é o que está projetado.*

— Padre Alírio, uma última pergunta, que lições, em termos de movimento, (o senhor que participou desde o início desse processo, dessa mobilização e dessa organização aqui nesta região), em termos de movimento, que lições Belo Monte deixa?

— *Acho que a grande lição para mim é sempre a de que “quem não se previne, tem que remediar”. Tem que brigar por aí, tem que se prevenir, vigiar, está alerta. É como Antônia Melo disse: “mesmo que esse empreendimento não tenha mais volta” (como falaram no colóquio que tivemos com o pessoal da ONU), “nós podemos ser uma mensagem para as hidroelétricas que estão para serem projetadas para a frente, para elas se prevenirem”. Aqui também nós trazíamos as lições de Tucuruí para cá para abirmos os olhos do povo, mas parece que muitos poucos abriram os olhos, mas a nossa missão aqui, o nosso caminhar aqui, como disse Dom Erwin outro dia, “já está servindo para outras pessoas e para outras situações que terão a mesma situação que nós”. Então, é essa mensagem que a gente tem que estar prevenido. Mas o que significa isso? Isso significa ter a visão*

clara da realidade, preparar gente para ter o conhecimento para a realidade, está articulado se a gente não está. A gente tem que tomar posição. Então, se a gente não fizer esse processo, esse passos, a gente, como se diz, fica a mercê porque, esse povo vem preparado. Eles vem preparados para implantar um projeto. Eles vêm com todas as estratégias. Eles vêm com as suas liberações, com os encaminhamentos, com suas decisões, com o jurídico acompanhando eles. Se a gente não estiver preparado a gente não vai conseguir enfrentar um enfrentamento mais difícil. Mas, eu também vejo, na consumação da situação, eu acho que a missão grande é o nascimento de uma nova história aqui nessa terra. Eu acho que isso foi, acho que futuramente quando nós nos encontrarmos (como se diz) mais com nós mesmos, de novo, quando passar essa enxurrada, que nos golpeia, quando a hidroelétrica estiver funcionando e não precisar mais dessa massa volante, e todo mundo se localizar então, a gente vai reconstruir uma nova história aqui. Isso para mim é certo. E os “grandes projetos”, desde o Egito Antigo, sempre consomem quem os constrói. Isto foi uma missão que o faraó aplicou literalmente. Quem construía as pirâmides, era enterrado dentro delas. Então, hoje, essa é uma lição que está aí. Quem compactua, quem constrói os grandes projetos é enterrado junto com eles. Mais dia menos dia. E isso é uma lição que a história passa para a gente. Da nossa parte, nós não podemos ficar indiferentes. Nós devemos ser como o profeta, o profeta denuncia e anuncia. Mas ele também vai junto. Ele não abandona, ele não diz: “eu avisei”! Aqui nós estamos juntos. Agora, vamos fazer das cinzas uma nova história.

— Maravilha!

— Obrigado Padre. Esse é o caminho.

Continua...

TERCEIRA PARTE:

POR UMA INTERPRETAÇÃO ESCALAR DOS GRANDES PROJETOS

CAPÍTULO 4
DESENVOLVIMENTO, PROJETOS (NEO)DESENVOLVIMENTISTAS
E O PAPEL DA ESCALA

4.1 – Espacialidades subalternizadas: do jogo das escalas ao desenvolvimentismo às avessas, o (contra)exemplo de Belo Monte

Brandão (2009) em seu texto *“Desenvolvimento, Territórios e Escalas Espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar”* lança vários e importantes desafios à comunidade acadêmica. Em especial aos geógrafos. Propomos aqui uma discussão, tendo por base os principais elementos teórico-metodológicos do referido trabalho, objetivando estabelecer relação com nossa unidade dialética de interpretação da realidade (espaço, técnica e escala).

Mais que isso, pensamos ser possível discutir neste momento do trabalho, a partir das contribuições de Brandão, o nosso objeto de pesquisa, por meio do seguinte percurso teórico-analítico: buscar entender a proposição de desenvolvimento presente na prática do Estado brasileiro, quando da implantação de grandes objetos técnicos, a exemplo da UHE Belo Monte. Tendo por fim, evidenciar – quando da consideração de “grandes projetos” – como um território, e as territorialidades nele contidas, é concebido pelos agentes hegemônicos.

Demonstrando assim, como através de uma análise do espaço (espaço-tempo), elaborada por meio da observação das dinâmicas resultantes da técnica (de um dado objeto técnico), dotado de considerável poder des(re)estruturador, é capaz de desencadear efeitos em diferentes escalas. Podendo, ainda, possibilitar através de leituras escalares distintas, uma ação (ou um conjunto de ações) sobre o território, de forte dimensão e intencionalidade(s) política(s). É isso que nos propomos neste capítulo.

A partir do percurso analítico proposto, busca-se evidenciar que, a proposição do “Grande Projeto” (e a luta pela implantação da) UHE Belo Monte atende a interesses do grande capital industrial (agro-mínero industrial) que atua no Brasil, bem como, do capital financeiro, a partir da comercialização de ações, produtos e mercadorias via bolsa de valores. Atestando assim, que projetos, a exemplo da UHE Belo Monte, contemplam interesses outros, escusos à própria região. Em síntese, afirmamos representar a UHE Belo Monte, um modelo de projeto destinado a servir a interesses externos ao estado do Pará e à região amazônica.

Não obstante, este “grande objeto” ser a expressão do atendimento há projetos representativos de interesses exógenos ao espaço amazônico, fora este viabilizado

graças ao grande poder financiador do estado brasileiro. Vejamos, portanto, quais as implicações socioespaciais deste conjunto de ações – ações essas que se apresentam como de ordem “desenvolvimentista”, sendo, na verdade, “neodesenvolvimentista” (GONÇALVES, 2012a; 2012b; 2014) e (SAMPAIO JR, 2012)– à escala do território, ou dos territórios, e seus rebatimentos na escala da vida cotidiana de diferentes sujeitos e de distintos lugares, da unidade subregional da Transamazônica e Xingu.

Segundo BRANDÃO (2009), os últimos anos foram marcados pela reemergência e proliferação de temáticas relacionadas ao desenvolvimento e ao território onde, ora se buscou tratar destes (território e desenvolvimento) enquanto campos teóricos distintos ora enquanto tentativa de juntá-los. A partir de um único tronco analítico, qual seja, a abordagem do “desenvolvimento territorial”.

Dentro desta perspectiva (a que busca oferecer contribuição à temática do desenvolvimento territorial), avalia Brandão, que a construção de uma visão transdisciplinar tem muita a ganhar, caso incorpore a sua estrutura teórico-analítica, questões propostas pela economia política e pelo que concebe como geografia crítica. Afirmo o autor que, estes campos são negligenciados em grande parte da literatura, quando do tratamento do que chama de *“temática da dimensão territorial do processo de desenvolvimento”*.

Mesmo quando possuem muito a acrescentar a essa discussão já que, hierarquias, hegemonias, tensões e conflitos são reforçados em todas às escalas espaciais e as determinações mais gerais do movimento da acumulação de capital se fazem cada vez mais explícitas, inclusive em sua dimensão territorial. Destacando, inclusive, sobre a existência de uma

[...] importante literatura de economia política e da geografia crítica que tem procurado construir as mediações (históricas e teóricas) devidas entre a lógica da acumulação de capital, dos conflitos, coalizões e alianças de facções de classe em pauta, de um lado, e a construção social do espaço e do território, de outro. Essa literatura entende **a complexidade do desafio, pois, entre as transformações sistêmicas do desenvolvimento do(s) capitalismo(s) e suas repercussões na produção do(s) território(s) (manifestando-se em diferentes escalas), não pode haver determinações lineares e fáceis, reclamando-se estabelecer inúmeras mediações complicadas e delicadas entre essas duas dinâmicas** (BRANDÃO, 2009, p. 152, grifo nosso).

Propõe o autor ainda, que capitalismo e território devam ser tomados sempre no singular e no plural. Para que assim, se possa avançar sobre o entendimento da natureza do processo de desenvolvimento; dos desafios de sua apreensão teórica, a partir da

negação da existência de uma (única) teoria geral capaz de explicar o processo de desenvolvimento capitalista, o que implicaria conforme (MASSEY, 2004; 2008) em uma maneira de conceber o espaço (a espacialidade, o espaço-tempo) como fechado. Tendo em vista à existência de uma pluralidade de vias, trajetórias históricas e arranjos institucionais possíveis. Produtos da diversidade socioespacial do mundo contemporâneo.

Enfrentar essa diversidade e lograr bons resultados a partir dela, continua a ser um importante objetivo, conforme propõe, para que se possam alcançar outras formas de entendimento sobre o processo de *atuação* (“*a tua ação*”, *a ação do sujeito*) da “máquina capitalista”. Possibilitando-nos, assim, compreender o processo de desenvolvimento deste modo de produção, a partir de suas diferentes “formações econômicas” (composições específicas da escala tempo-espaço); das distintas divisões social/territorial do trabalho, credenciando-nos a tratar, assim, de questões ligadas ao território.

Considerados estes pontos, julgamos ser importante analisar que papel cumpre a escala geográfica nesse processo. A partir da proposição/formulação de uma teoria capaz de tratar sobre *decisões*; capaz de entender a dinâmica de agentes e sujeitos concreto diversos, classes sociais, grupos sociais e suas frações; que nos auxilie na leitura das hierarquias de poder de comando, das ações e cadeias de reações das decisões tomadas por diversos agentes e sujeitos sociais, capazes de agir/intervir em várias e diferenciadas escalas espaciais.

Buscamos a realização destes propósitos, por meio da análise de nossa realidade empírica, a unidade subregional da Transamazônica e Xingu e a partir de nosso objeto de observação, o grande projeto/objeto UHE Belo Monte. Tendo por objetivo assim “dar visibilidade ao fenômeno” (CASTRO 1995; 2014) objeto de nossa atenção, qual seja, os impactos socioespaciais, provocados pelo empreendimento técnico UHE Belo Monte, à escala da vida de sujeitos portadores de espacialidades (territorialidades, lugaridades) diversas.

O choque entre distintas concepções de desenvolvimento, presentes na materialização de um objeto, como a UHE Belo Monte, permite aos agentes que operam este (que comandam as ações) a defesa de determinadas práticas socioespaciais. Ao mesmo tempo, todavia, é permitido, como produto de uma contradição dialética, aos sujeitos que recebem os reflexos das ordens, se contraporem à concepções de desenvolvimento hegemônicas, subalternizadoras, como representantes de ordens alheias aos territórios socioespacialmente afetados.

Ou seja, têm-se de um lado os que concebem o objeto, a UHE Belo Monte, como a expressão de uma estrutura política de desenvolvimento. Cujos males potencialmente causados, são apresentados como (infinitamente) menores quando da consideração (também potencial) dos benefícios gerados, que se utiliza de uma forma de argumentar simples, acessível ao senso comum e de grande poder de convencimento. A partir do que se considera importante, atribui-se visibilidade a uma (única) perspectiva. Possibilitando “a lógica econômica” medir (e suplantar) uma perspectiva humanitária. Foi, exatamente, por meio desse percurso político discursivo e estratégico, de natureza escalar, que se viabilizou Belo Monte.

A lógica econômico utilitarista do “custo-benefício” suplantou, até mesmo, a compaixão cristã, pautada na defesa misericordiosa dos mais fracos, dos oprimidos. Em outras palavras, dizia-se: *“se for para gerar energia, tendo por intuito atender as necessidades residenciais e industriais do país, se for para gerar energia como forma (única forma) de salvaguardar ‘os interesses da nação brasileira’, constituída por mais de 200 milhões de habitantes, é perfeitamente compreensível que se castigue um ‘punhado de pessoas’”*.

As mais de 40 mil pessoas socioespacialmente atingidas pelas obras do objeto UHE Belo Monte, foram avaliadas (pelo empreendedor, pelo estado brasileiro e pela própria opinião pública), a partir da perspectiva utilitarista do custo-benefício. A máxima aplicada/seguida foi: é preferível que 40 mil sejam atingidos em seus modos de vida, sofrendo os mais diversos transtornos (sociais e psíquicos) do que 200 milhões. Defende-se “é o preço que deve ser pago pelo progresso” (outro jargão de grande aceite no senso comum). O caminho, em outras palavras, passa por “vender como simples” uma problemática de natureza (infinitamente) complexa.

Por meio de argumentos simplistas e falaciosos se promove no país a legitimação de processos espoliadores/desterritorializadores, criando-se assim o que estamos a chamar de refugiados de exceção (de um Estado de exceção) e refugidos por espoliação (vítimas de deslocamentos compulsórios produtos do “ajuste do capital”). Os grandes projetos de engenharia desenvolvidos no país, diretamente pelo Estado brasileiro ou com seu consentimento, funcionam como espécies de “minioficinas de holocausto”. Quadro/modelo que se mantém não (necessariamente) por falta de informação. As pessoas sabem cada vez mais dos impactos causados pelos “grandes projetos”.

Estes são denunciados pelos movimentos sociais, por instituições e organizações da sociedade civil organizada, pela mídia (pelas mídias) e pela academia. Por que então continuam a ser reproduzidos? Porque a grande maioria das pessoas os tem como “o amargo do remédio”. Acreditam que estes projetos constituem-se no preço a ser pago pela “modernização”, pelo “desenvolvimento” de uma cidade e/ou região. Conclusões alimentadas por uma concepção fechada de espaço-tempo. A que advoga que não é possível mudar as coisas e, por não ser possível, deve-se seguir caminhando pela única estrada visível a seus olhos: a que é oferecida pelo capitalismo. Arrolada em um entendimento que concebe o “desenvolvimento” enquanto sinônimo de “crescimento econômico”. Visão de mundo bastante criticada e/ou negada por autores como Milton Santos, Lefebvre e Doreen Massey, todos, defensores de uma proposição aberta de espaço.

Porém, se entendermos que o desenvolvimento é um processo multifacetado de intensa transformação estrutural e que, resulta de distintas e complexas interações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade, a concepção acima proposta não pode ser tida como sendo de desenvolvimento. No melhor das hipóteses seria um contraexemplo disso. Posto que, uma política de desenvolvimento deva ser capaz de proporcionar a ativação de recursos materiais e simbólicos, bem como, a mobilização de sujeitos sociais e políticos (tendo por intuito ampliar o campo de ação de uma dada coletividade), a partir do aumento da autodeterminação desses sujeitos sobre suas práticas socioespaciais e do aumento, simultâneo, da liberdade de decisão dos mesmos (BRANDÃO, 2009). Nesse sentido,

[...] o verdadeiro desenvolvimento exige envolvimento e legitimação de ações disruptivas, e, portanto envolve tensão, eleição de alternativas e construção de trajetórias históricas, com horizontes temporais de curto, médio e longo prazos. Essa construção social e política de trajetórias sustentadas e duradouras deve ser dotada de durabilidade orgânica, sendo permanentemente inclusiva de parcelas crescentes das populações marginalizadas dos frutos do progresso técnico, endogeneizadora de centros de decisão e ter sustentabilidade ambiental. Seu estudo **(no que acrescentaríamos sua proposição!)**, portanto, exige ênfase em processos, estruturas e na identificação dos agentes cruciais e das interações entre decisões e aquelas estruturas, procurando revelar os interesses concretos em jogo.

É fundamental que esse processo transformador seja promovido simultaneamente em várias dimensões (produtiva, social, tecnológica etc.) e em várias escalas espaciais (local, regional, nacional, global etc.), robustecendo a autonomia de decisão e ampliando o raio de ação dos

sujeitos concretos produtores de determinado território (BRANDÃO, 2009, p. 154, grifo nosso).

“Portanto, deriva daí uma perspectiva segundo a qual desenvolvimento envolve tempo e espaço nas decisões de como alocar (intertemporalmente, interespacialmente, intersetorialmente etc.) recursos produtivos e econômicos, e excedente social” (BRANDÃO, 2009, p. 155). Porém, mais do que isso, devem as políticas de desenvolvimento ser dotadas de capacidade de ler o mundo de hoje, entender o espaço-tempo de nossos dias, buscando contemplar suas demandas, a partir de análise e ponderações do contexto real dos nossos dias.

Para tanto, é necessário tomar a escala enquanto um instrumento problematizador (questionador) constante frente a nossas teorizações e fenômenos analisados. Bem como, ser importante ainda, ter a técnica, enquanto um mediador entre uma leitura totalizante de uma dada realidade (seja esta qual for), e sua expressão mais concreta, empírica, localizada. Buscaremos agora, a partir de elementos mais concretos da pesquisa, dar inteligibilidade ao aqui exposto.

Faremos isso por meio da apresentação dos principais agentes envolvidos no processo de concepção, construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, bem como também, dos efeitos des(re)estruturadores deste “grande objeto”, entenda-se, seus impactos sobre a sociedade local. Mas, apresentaremos/trataremos também acerca dos socioespacialmente atingidos. Cada um dos agentes possui uma narrativa, representativa de uma estratégia escalar. Optamos por priorizar a narrativa dos subalternizados por entender que, ali se encontra, mesmo que sob a forma de concepção/projeto, o caminho para a construção de um novo espaço-tempo, mais associado ao meio ambiente e mais solidário ao meio social.

E recorreremos às narrativas, não a partir da perspectiva da análise do discurso, mas, concebendo-as enquanto *uma estratégia intelectual para abordar o real*, evocada pelos diferentes sujeitos envolvidos na querela representada por Belo Monte. A narrativa aqui é a expressão do polimorfismo do espaço a partir da consideração do discurso e prática destes. As distintas narrativas dos agentes e sujeitos refletem uma dada forma de operar a escala, refletem o que cada um destes *elege como significativo no fenômeno*, do que *deva ter visibilidade*.

A narrativa dos agentes em outras palavras é uma expressão da escala geográfica (CASTRO, 2014). Assim, *“numa perspectiva conceitual, é possível, por meio da escala,*

refletir sobre o problema da polimorfia do espaço, sendo a articulação entre escalas um complexo jogo de relações entre fenômenos de amplitude e natureza diversas” (CASTRO, 1995 apud CASTRO, 2014, p. 92).

O governo brasileiro, por exemplo, define Belo Monte como “uma obra de dar orgulho”¹¹⁵. O empreendedor a classifica como “estratégica e fundamental para o país”. Os movimentos sociais se referem à UHE Belo Monte como “Belo Monstro”, obra geradora de miséria e violência. O Ministério Público Federal a acusa (desde sempre) de passar por cima da constituição e a tem como “uma obra etnocida”, etnocídio promovido pelo próprio governo brasileiro. A sociedade atingida a tem como destruidora de lares e sonhos, como aniquiladora de lugares, lugaridades, só para termos um parâmetro das impressões e dos sentimentos gerados pelo objeto UHE Belo Monte.

A questão que se coloca é, pois. Sobretudo, uma questão de método, isto é, da construção de um sistema intelectual que permita, analiticamente, abordar uma realidade, a partir de um ponto de vista. **Este não é um dado em si, um dado a priori, mas uma construção. É nesse sentido que a realidade social é intelectualmente construída** (SANTOS, 2004b, p. 77, grifo nosso).

Daí ser importante, quando da consideração das análises sobre as escalas da vida, o conhecimento do objeto UHE Belo Monte, a partir das falas dos principais envolvidos na temática. “Falas” essas expressas nos discursos desses agentes, em seus documentos oficiais e em suas práticas socioespaciais.

4.2 – A Usina Hidrelétrica Belo Monte para o Governo Brasileiro

“Essa usina, ela é... do tamanho desse povo, ela é grandiosa! É uma usina grandiosa! A melhor forma de descrever Belo Monte é essa palavra: grandiosa!”. A partir dessa combinação de palavras, a então presidenta do Brasil, a senhora Dilma Rousseff deu vida a Belo Monte. O coração mecânico da usina começou a bater no dia 05 do mês de maio do ano de 2016.

Em momento de muito entusiasmo, em relação à inauguração da primeira etapa da UHE Belo Monte, a chefe do poder executivo do estado-nação Brasil, assim se

¹¹⁵ Trecho da fala da presidenta Dilma Rousseff no dia da inauguração da UHE Belo Monte: “(...) Além disso, eu quero dizer que esse empreendimento Belo Monte me orgulha muito pelo que ele produziu, de ganhos sociais e ambientais (...)”.

pronunciou quando do momento de inauguração da obra (uma das mais controversas da história do país como estamos a demonstrar), deixando claro o que representava, por meio de seu pronunciamento (de sua narrativa escalar), para o governo brasileiro, a construção e entrada em funcionamento da UHE Belo Monte:

Ela é grandiosa como uma obra de engenharia. Ela... causa grande impacto, eu estive aqui em 2014¹¹⁶ quando ela estava sendo construída e, o impacto provocado nas pessoas que assistiram depois as cenas de Belo Monte, foi muito grande, nós recebemos uma série de mensagens falando do tamanho, da grandiosidade dessa obra que mostra que o povo brasileiro, o povo aqui dessa região é capaz de produzir uma obra desse porte. Além disso, ela é grandiosa para o país, para todo o país! Porque ela garante uma coisa importantíssima que a gente só dar valor quando falta, que é energia elétrica. Todo mundo acha que a energia elétrica tá ali, que é garantida, que a gente não precisa de se preocupar, mas, vocês aqui sabem o tanto de trabalho que vocês investiram para construir essa usina. Ela nos dá então Segurança! Ela dar segurança para o Brasil! Ela também... Ela é grandiosa porque o Brasil tem uma característica que o distingue de todos os países do mundo, o fato que a sua geração de energia elétrica é feita, principalmente, por fontes sustentáveis, fontes muito menos poluentes que aquelas usadas nos países desenvolvidos.¹¹⁷

É importante destacar os principais “elementos de visibilidade do real” presentes no discurso da presidenta. Primeiramente, ela enfoca, a partir de uma perspectiva modernizadora, a grandiosidade técnica/tecnológica da Usina. Atrelado a este simbolismo moderno, presente nesse objeto técnico, é conferido destaque à capacidade técnica e intelectual exercida pelo “povo da região”, a intenção aqui é demonstrar que, não mais existem limitações técnicas e/ou intelectuais entre as regiões brasileiras. Já que “o norte”, e “o povo dessa região” foi capaz de construir um dos objetos mais sofisticados tecnologicamente do planeta, a UHE Belo Monte, em plena Amazônia.

Segundo o Ministério de Minas e Energia (MME)¹¹⁸, a UHE Belo Monte é um empreendimento com mais de trinta anos de planejamento, que busca conjugar, em sua concepção eficiência técnica tecnológica à promoção e apoio ao desenvolvimento regional sustentável.

116 A presidenta se refere aqui, ao seu primeiro programa político, televisionado e retransmitido em rádio nacionalmente, quando de sua candidatura à reeleição, no que se apresentava como sendo o programa de abertura do segundo turno das eleições presidenciais do ano de 2013.

117 Passagens do discurso da presidenta Dilma Rousseff durante cerimônia de início da operação comercial da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Município de Vitória do Xingu/PA, em 05 de maio de 2016.

118 Órgão da Administração Federal Direta, representante maior da União como Poder Concedente, responsável por formular políticas públicas, bem como induzir e supervisionar a implantação de políticas no segmento para aproveitamento de energia hidráulica, dentre outras.

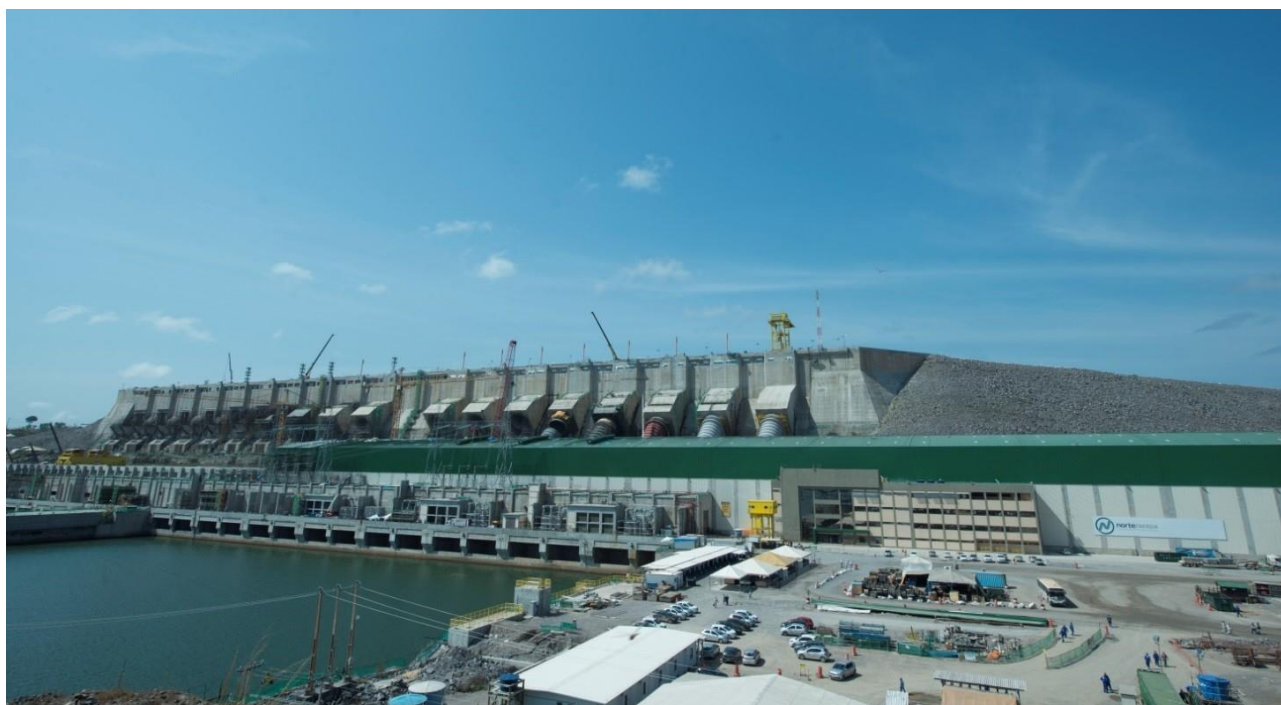
Outro momento de “visibilidade conferido ao real” pela presidenta dar-se, quando esta apresenta, o qual, na visão de seu governo, deveria ser o papel primordial exercido pela região ao país: a segurança energética. E, após pontuar a sofisticação técnica da obra, de elogiar o nível intelectual e técnico da sociedade local, de valorizar a função estratégica que a região cumpre ao país, que é, dentre outras, a de operar enquanto bacia energética, a presidenta ainda atribuiu ao objeto UHE Belo Monte, um importante significado paradigmático. A Usina representava uma forma sustentável de geração de energia elétrica. No jargão ecológico, a usina gerava uma “energia limpa”. Belo Monte apresentava-se, sempre, enquanto uma obra iluminada. Uma obra que deu certo. De céu ensolarado e azul (Tal qual a figura abaixo busca representar).

Como já demonstrado, os estudos para o aproveitamento hidrelétrico da bacia do Rio Xingu tiveram início ainda na década de 70 do século XX. O projeto inicial, elaborado entre anos de 1975 e 1980, identificava há época, seis possíveis sítios de aproveitamento hidrelétrico para a região da bacia do rio Xingu, com previsão de inundação de terras indígenas. Para o MME ocorreram expressivos avanços¹¹⁹ nas discussões em torno do projeto, principalmente durante a década de 1990 do século passado. Avanços esses que trouxeram ao projeto, significativas mudanças e adaptações.

Em sua nova versão, a hipótese de inundação de terras indígenas foi descartada, mesmo se mantendo a diretriz de aproveitamento do potencial energético da bacia, ou seja, sem que houvesse a diminuição do número de hidrelétricas previstas no projeto original. Não obstante, como o projeto do Complexo Hidrelétrico do Xingu continuava a ser objeto de inúmeras críticas, por parte da sociedade civil local/global, ao longo de sucessivos governos, seguiu o projeto sendo aperfeiçoado.

119 Os tais “avanços” a que se refere o Ministério de Minas e Energia são na verdade, as tentativas do governo brasileiro em dar respostas às pressões da sociedade civil organizada do Brasil e do mundo. Pressões estas feitas e encabeçadas por meio dos povos indígenas, de setores progressistas da Igreja Católica e de inúmeros e distintos movimentos sociais, inclusive de celebridades da mídia brasileira e internacional, contrários à construção de um complexo hidrelétrico na bacia do rio Xingu, expressas no histórico encontro dos povos indígenas de 1989, ocorrido em Altamira. Construindo dessa forma, para o mundo e o país, a concepção de que o projeto inicial fora profundamente alterado, sendo agora viável a exploração energética da bacia do rio Xingu.

FIGURA 11: a UHE Belo Monte, obra orgulho do governo brasileiro.



Fonte: <http://bancoimagemens.norteenergiasa.com.br/bancoimg/>, acessado em 20 de março de 2016.

Até que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), órgão colegiado vinculado à Presidência da República, determinou, por meio da Resolução nº 18, de 17 de dezembro de 2002, que a empresa “Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte” adotasse as providências necessárias à continuidade do desenvolvimento da UHE Belo Monte.

Definindo-se, naquela oportunidade, esse aproveitamento hidrelétrico como o único a ser construído na bacia do Rio Xingu. A usina hidrelétrica, modificada em vários aspectos, inclusive em sua denominação, não mais invocava um grito de guerra Kaiapó (que tantos danos lhe causaram, qual seja, “kararaô”), mas sim, invocando a crença de que o projeto agora era um “belo” projeto, econômica e ambientalmente falando, tendo vista ter sido, por vários anos, reajustado em relação a sua concepção original.

Como os estudos iniciais, para a implantação do referido empreendimento, previam a inundação de vastas porções de terras indígenas com o alagamento para a constituição do reservatório da usina hidrelétrica, o Congresso Nacional autorizou o Poder Executivo, em 2005, por meio do Decreto Legislativo nº 788, a implantar o Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte, após a realização dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA),

Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), Avaliação Ambiental Integrada (AAI) da bacia do Rio Xingu e estudo de natureza antropológica, atinente às comunidades indígenas localizadas na área sob influência do empreendimento. O Decreto Legislativo previa, ainda, a oitiva das comunidades indígenas da zona de influência do empreendimento.

A partir de então, *segundo o MME*, iniciam-se os estudos exigidos pelo referido Decreto Legislativo. No mês de fevereiro do ano de 2006, dar-se início à elaboração do Estudo de Impacto Ambiental, com a primeira vistoria técnica realizada pelo IBAMA, órgão licenciador, em março de 2006. *Segundo o Governo*, as demandas sociais e ambientais levantadas nos inúmeros fóruns de debates e nas reuniões com as comunidades interessadas, e junto à comunidade científica que se opunha ao projeto, foram fundamentais para a formulação de mudanças importantes na concepção do projeto.

Sendo as principais alterações as seguintes: a) redução da área de inundação do reservatório de 1.225 km² para 516 km²; b) não inundação de Terras Indígenas – nos estudos de engenharia dos anos 80, parte das terras indígenas Paquicamba, Arara da Volta Grande do Xingu e Trincheira Bacajá seriam inundadas; e c) revisões no projeto de engenharia e dos Estudos de Inventário da bacia do Rio Xingu, aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica, definindo a construção de uma única usina no rio Xingu – a UHE de Belo Monte (o inventário original, feito na década de 80, concebia seis aproveitamentos no rio Xingu).

Além dessas mudanças, segundo o Ministério de Minas e Energia (segundo, portanto o Governo Brasileiro), o direito à informação e à participação da população interessada foi exercido ao longo dos processos de formulação e de licenciamento da Usina, cujas implicações modificaram o próprio planejamento do setor elétrico brasileiro. Foram realizadas consultas junto às comunidades indígenas, entre os anos de 2007 e 2011 e estabelecidos um plano e um programa de comunicação para as comunidades indígenas, com foco no esclarecimento das diferenças entre os projetos anteriores e o atual.

Conforme, ainda, o Governo Brasileiro, um número expressivo de audiências públicas foram realizadas, entre o mês de dezembro do ano de 2007 e o mês de outubro do ano de 2009, além de 42 reuniões de consulta realizadas pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, foram também realizadas quatro audiências públicas previstas pelo EIA-RIMA, envolvendo as comunidades indígenas e a sociedade local, nos municípios

paraenses de Brasil Novo, Vitória do Xingu e Altamira – tendo em vista conformarem área direta e indireta do empreendimento – e na capital do estado do Pará, Belém.

Sendo ainda, no período de abril de 2007 a dezembro de 2008, realizados 12 eventos, entre fóruns técnicos e reuniões públicas, onde se buscou garantir a ampla participação da sociedade. *No âmbito dos Estudos de Impacto Ambiental, a participação das comunidades interessadas contribuiu para a formulação de soluções que promoveram novos aprimoramentos do projeto de engenharia e da operação da UHE de Belo Monte, mitigando os impactos negativos sobre o meio ambiente e a população.*

Para o governo brasileiro todos os eventuais problemas ligados à obra tinham sido superados, inclusive o da falta de informações sobre o projeto. Ou seja, a partir de “todas as modificações técnicas realizadas no projeto” e “do exaustivo debate feito junto à sociedade” (incluindo à comunidade acadêmica), não mais existiriam razões para se postegar, ponderar sobre construção de Belo Monte. Obra considerada estratégica, para o desenvolvimento do país.

As palavras da presidenta Dilma Rousseff em seguida, corroboram o aqui exposto:

Nós sabemos que essa usina foi objeto de controvérsias, ela foi objeto de controvérsias muito mais pelo desconhecimento do que pelo fato dela... dela ser uma usina problema. **As pessoas desconheciam o que era Belo Monte.** E vejam vocês o que aconteceu... com Belo Monte nós evitamos de poluir não só aqui a região, não só o Pará, não só a região norte, nós evitamos de poluir todo o Brasil! Porque ela é uma das mais importantes hidrelétricas do nosso país. Nós sabemos e queremos que, a partir de hoje, essa usina se transforme em uma segurança pro nosso país. Eu estava vendo que só essa primeira unidade, só ela é capaz, tem... produz energia suficiente para abastecer, por exemplo, a capital de Pernambuco, o Recife. Imaginem vocês quando todas as 24 unidades estiverem operacionais. Elas serão uma segurança para o nosso país, uma segurança para garantir o crescimento do país, para garantir que haja energia disponível (Trechos do discurso da presidente Dilma Rousseff durante cerimônia de início da operação comercial da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Município de Vitória do Xingu/PA, em 05 de maio de 2016, grifo nosso).

Ou seja, a UHE Belo Monte se apresenta como sendo uma obra, um empreendimento, um objeto técnico imune às críticas, posto que “só a critica quem não a conhece”. Tendo em vista ser um objeto técnico/tecnológico pautado no paradigma da sustentabilidade, tendo em vista ser proveniente de fonte renovável, os rios e do paradigma da energia limpa, expressos na frase “*nós evitamos de poluir todo o Brasil!*”.

Buscando elucidar, evidenciar, o discurso oficial do Estado, apresentamos abaixo, o slogan conferido à época à Usina.

FIGURA 12: *Slogan oficial da Usina Hidrelétrica Belo Monte.*



Fonte: Norte Energia, disponível em: <http://norteenergiasa.com.br/>.

A construção da UHE Belo Monte carrega a expressão de um país forte economicamente, seja para os brasileiros, seja para os investidores do país. Força esta que se busca materializar a partir da defesa da ideia de “segurança”. O discurso presidencial destaca mais alguns pontos relativos à importância de uma obra como a UHE Belo Monte. Vejamos:

[...] Além disso, eu quero dizer que esse empreendimento Belo Monte me orgulha muito pelo que ele produziu, de ganhos sociais e ambientais, (...). Eu queria dizer pra vocês algumas coisas que nós... que nós fizemos aqui na região. Por quê? Por que a... a Usina de Belo Monte não é um projeto isolado. É um projeto de desenvolvimento pro Brasil e pra aqui pra região Norte do país, que tradicionalmente, não era uma região que as... as pessoas que antes governavam o Brasil davam atenção. Nós não! Tanto no governo do presidente Lula como no meu, nós demos importância, (grande importância!) ao Norte e ao Nordeste [...] e quero dizer aqui pra vocês que também demos destaque ao Norte, a Usina Belo Monte é um exemplo disso! Aqui do Oeste do Pará essa usina vai garantir energia para o país. Nós conseguimos avançar com o ‘Luz Para Todos’, em toda essa região, eu não estou falando só nessa aqui, mas estou falando em toda região do Pará, nós chegamos a 78 mil domicílios com o ‘Luz Para Todos’, são 390 mil pessoas que tiveram acesso à energia

elétrica. [...] Eu quero, e eu falo esses números por que eu acho importante destacar que com Belo Monte nós não levamos só energia pro resto do Brasil, nós criamos aqui uma riqueza única, que é tornar disponível, colocar à disposição das empresas que quiserem vir aqui, colocar o seu negócio, participar desse Estado que tem grandes reservas minerais, grandes potencial agrícola, podem vir aqui porque não vai faltar energia. (Trechos do discurso da presidente Dilma Rousseff durante cerimônia de início da operação comercial da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Município de Vitória do Xingu/PA, em 05 de maio de 2016, grifo nosso).

Neste momento do discurso da presidenta, se materializa muitas das intencionalidades que historicamente definem a Amazônia. E, fazemos isso a partir da “fala da presidenta”, como uma maneira de ressaltar que esta expressa uma visão do Estado brasileiro sobre a região. Visão esta que se constrói desde, pelo menos, o fim do século XIX e que substancialmente se mantém: “a de que esta porção do espaço brasileiro, a Amazônia, constitui-se enquanto um espaço estratégico para a ação do Estado”.

E que, as transformações promovidas pelo Estado no espaço, embora busquem contemplar uma parcela da sociedade (de forma direta ou indireta) serve, em primeiro lugar, para garantir os meios necessários à atuação (reprodução ampliada) do capital que atua no país, a partir da exploração da Amazônia, de seus povos e sociedades, por meio da viabilização do território para a ação do grande capital de atuação internacional. Seja a partir de uma concepção que a toma enquanto bacia energética e de minérios e/ou a concebe como a nova fronteira de expansão do agronegócio voltado à exportação.

A partir do que se apresenta é possível afirmar que,

As técnicas participam na produção da percepção do espaço, e também da percepção do tempo, tanto por sua existência física, que marca as sensações diante da velocidade, como pelo seu imaginário. Esse imaginário tem uma forte base empírica. O espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de “viver bem”. Como meio operacional, presta-se a uma avaliação objetiva e como meio percebido está subordinado a uma avaliação subjetiva. Mas o mesmo espaço pode ser visto como o terreno das operações individuais e coletivas, ou como realidade percebida. **Na realidade, o que há são invasões recíprocas entre o operacional e o percebido. Ambos têm a técnica como origem e por essa via nossa avaliação acaba por ser uma síntese entre o objetivo e o subjetivo** (SANTOS, 2004b, p. 55).

Daí ser importante conhecer como cada agente costuma se referir as mudanças impostas ao espaço por meio da técnica. E como, a depender do agente, aspectos

operacionais (objetivos) acabam por alimentar a construção de narrativas sobre uma percepção do espaço. E, quando isso acontece, o jogo das escalas, se mostra (se traduz) a partir de uma guerra de argumentos. Construídos a partir do lugar que se ocupa no território. Daí a diferença entre a fala de um agente viabilizador de uma grande obra, de um grande objeto técnico, objeto representativo de ordens que são estranhas ao lugar e a fala de sujeitos, e/ou grupos sociais, que, por serem endógenos, são socioespacialmente impactados por este mesmo objeto.

Para uns “este objeto”, a usina, simboliza a representação do moderno, do progresso, do desenvolvimento; para outros o avesso disso. Considerando-se os elementos ora apresentados, pergunta-se: qual concepção de espaço alimenta a ação de um Estado, de um Governo, quando da proposição de projeto(s) como a UHE Belo Monte?

A que concebe o “grande projeto” como “recurso”, “meio isotrópico” ou a que o entende enquanto “abrigo”, “espaço vivido”, portador de múltiplas territorialidades?

Qual escala é mais representativa desta proposição estatal/governamental?

A que se limita a seguir parâmetros dimensionais estanques, tais como: local, regional, nacional, internacional, simplificando, assim, a leitura da escala, mascarando infinitos processos; ou a que caminha para além da concepção que trata a escala enquanto “medida de proporção”? Buscando definir as variáveis que conformam uma dada realidade, em cada situação contexto; a partir de uma consideração analítica que entende implicar, a “mudança de escala”, o estabelecimento/eleição/escolha de outras variáveis significativas, já que: variáveis explicativas para fenômenos numa escala não serem possíveis de transferência para o “mesmo fenômeno ou para outro”, em outra escala. Já que, quando se considera “não haver hierarquias entre escalas”, considera-se, por conseguinte, que cada escala revela um conjunto de causalidades específicas. Conclusão importante, uma vez que se toma a “microescala” como não menos complexa em relação a uma macroescala (CASTRO, 1995; 2014).

E, por fim, poderíamos perquirir se é possível, por meio de um objeto técnico, a promoção (o alcance) do desenvolvimento em um território? E qual(is) o(s) parâmetro(s) deveriam/poderiam ser usados para medir e/ou sentir este desenvolvimento junto ao território (aos territórios)? Segundo Santos (2004b; 2008a; 2008b) a complexidade

estrutural de um objeto é sua informação. A partir desta se estabelece a comunicação com outro objeto, uma pessoa, empresa ou instituição.

A informação (no sentido de ordem) trabalha diretamente sobre o objeto e, mesmo de longe, tem comando sobre operações econômicas e sociais locais que guardam relação com este. Quanto mais estruturalmente complexo é um objeto mais eficaz e rapidamente oferece uma resposta adequada.

Portanto, sim, um objeto pode promover o desenvolvimento do território. Entretanto, pode igualmente este, levá-lo a ruína. O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes (SANTOS, 2004b). O desenvolvimento (desenvolvimento territorial) proposto a partir dos grandes projetos, grandes objetos, não nos parece contribuir para o alcance de um desenvolvimento territorial efetivo. É possível que as transformações impulsionadas por um grande objeto ao território rendam a este crescimento econômico.

Mas, se este não for capaz de estabelecer conexões locais-regionais ou mesmo nacionais-globais, incorporando “projetos outros”, aqueles ligados à interesses endógenos historicamente perseguidos, é bem provável que, os números (as estatísticas) cresçam e ganhem a mídia, como resultado de um processo de concentração e centralização do capital. E que a pobreza, a histórica pobreza de regiões como a Amazônia, não somente perdure vindo mesmo a ter significativos acréscimos. Possibilitando assim, a região crescer como rabo de cavalo: “cresce, mas para baixo”¹²⁰. Vejamos agora, como o empreendedor deste “grande projeto” entende e concebe esta obra, bem como, a dinâmica que advém desta.

120 Expressão utilizada pelo jornalista amazônida Lúcio Flávio Pinto, como crítica ao modelo de extração mineral e produção de energia existente no estado do Pará. O referido modelo permite ao estado do Pará ocupar posições de destaque no cenário nacional e internacional, colocando este entre os maiores produtores de minérios do planeta, sendo a principal bacia energética do país hoje, em virtude, das hidrelétricas de Tucuruí e Belo Monte. Não obstante, este quadro pouco (ou quase nada) contribui para o enfrentamento da pobreza histórica de sua população e, para a integração, sob condições menos marginais desiguais, do referido estado à economia brasileira.

4.3 – A Usina Hidrelétrica Belo Monte para o Empreendedor

Trazemos para análise agora, o empreendedor de Belo Monte, a empresa Norte Energia¹²¹. Interessa-nos também conhecer a narrativa escalar deste agente, buscando desvendar a partir desta sua concepção de espaço-espacialidade e desenvolvimento; bem como, sua escala de operação principal. A empresa Norte Energia S.A (NESA) é responsável pela implantação, construção e operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, localizada no Rio Xingu, sudoeste do Estado do Pará. Conforme já apresentado neste trabalho, o objeto técnico UHE Belo Monte (antiga Kararaô) é estudado desde o final dos anos de 1970.

Ao longo dos anos, conforme já apresentamos, o projeto original sofreu segundo o empreendedor várias modificações para que se pudessem adotar todas as medidas necessárias para a redução dos impactos sociais e ambientais, decorrentes da implantação da UHE Belo Monte sobre o território e a região. Isso propiciou, conforme a empresa Norte Energia S.A (NESA), a manutenção das condições de vida e dos territórios das etnias indígenas e das comunidades que habitam a região do entorno da usina, na chamada Volta Grande do Xingu.

Para a empresa, o fato do projeto original da UHE Belo Monte ter passado por vários aprimoramentos para que não houvesse inundação das terras indígenas “Paquçamba” e “Arara da Volta Grande” confirma a preocupação do Governo Federal em assegurar os interesses dos povos indígenas, bem como em manter a preservação de suas terras e de seus direitos. É importante destacar, a parceria, para nós simbiose, existente entre a empresa (que teoricamente seria privada) e o Estado brasileiro.

121 Todas as informações oficiais referentes à empresa Norte Energia S.A, a exemplo das apresentadas neste item do trabalho, foram retiradas junto ao site da NESA, disponível a quem possa interessar a consulta, na rede mundial de computadores, através do seguinte endereço: <http://norteenergiasa.com.br/site/>.

FIGURA 13: O SIGNIFICADO DA UHE BELO MONTE PARA O EMPREENDEDOR: a Usina representa a mais relevante obra do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.



Fonte: Norte Energia, disponível em: <http://bancoimagemnorteenergiasa.com.br/bancoimg/>, acesso em 20 de março de 2016.

A empresa ainda afirma, que sob a coordenação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e com o apoio do Instituto Brasileiro e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), os povos indígenas do entorno da região do empreendimento tiveram livre e amplo acesso para conhecer o grande projeto, tendo assim, plenas informações sobre os impactos do mesmo. A Norte Energia afirma terem ocorrido mais de 30 reuniões com essa finalidade, realizadas nas terras indígenas: Paquiçamba, Arara da Volta Grande do Xingu, Juruna do Km 17, Trincheira Bacajá, Cachoeira Seca, Kararaô, Koatinemo, Araweté/Igarapé Ipixuna e Apyterewa.

O que garantiu, conforme a empresa, o livre arbítrio desses povos indígenas quanto à decisão de apoiar a implantação da UHE Belo Monte no entorno de seus territórios, preservando assim seus direitos fundamentais, bem como, a qualidade de vida dessa população. Além do fato de terem sido realizadas quatro audiências públicas no

ano de 2009, nas sedes dos municípios paraenses de Brasil Novo, Vitória do Xingu, Altamira e Belém, com cerca de oito mil participantes, com a presença, dentre esses, de aproximadamente 200 representantes de comunidades indígenas locais.

Segunda a NESA¹²², a Usina de Belo Monte proporcionará desenvolvimento a toda a sua área de influência, melhorando, em Altamira (em sua área periférica urbana), a condição de vida, de cerca de cinco mil famílias que antes viviam em palafitas erguidas sobre os igarapés que cortam a cidade; e de centenas de famílias indígenas citadinas, antes sujeitas aos ciclos anuais de alagamentos promovidos pela cheia do rio Xingu, sem nenhuma estrutura de saneamento básico e outros serviços essenciais.

A Usina Hidrelétrica Belo Monte terá, quando concluída, potência instalada de 11.233,1 MW, sob os quais será assegurada disponibilidade média de 4.571 MW. A usina conta com duas casas de força, sendo a principal localizada no sítio Belo Monte, com 11.000 MW de potência instalada e a complementar no sítio Pimental, com 233,1 MW. Trata-se, conforme a empresa, de um projeto moderno e totalmente dentro dos princípios da sustentabilidade¹²³, viabilidade técnica e econômica, baixo impacto socioambiental e de grande alcance social para a região. Sendo, ainda, mais do que isso,

A UHE Belo Monte é também **a solução encontrada para gerar energia limpa e renovável necessária ao desenvolvimento do Brasil**, com área alagada de apenas 502,8 km², dos quais quase a metade, 228 km², corresponde ao leito natural do Rio Xingu. A UHE Belo Monte **é um empreendimento com gestão responsável e que respeita os direitos e a cultura das populações tradicionais da região** (p. 04, Publicação CONHEÇA A UHE BELO MONTE. Norte Energia S.A, S/D, grifo nosso).

122 A concessão para a construção da hidrelétrica, no município de Vitória do Xingu, foi objeto de leilão realizado no dia 20 de abril de 2010. A outorga coube à Norte Energia S.A por um prazo de 35 anos. A Norte Energia S.A, composta por empresas estatais e privadas do setor elétrico, fundos de pensão e de investimento e empresas autoprodutoras, firmará contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado, com as concessionárias de distribuição, no montante de R\$ 62 bilhões, relativos ao fornecimento de 795 mil Mwh. Para explorar o potencial hidrelétrico, a concessionária recolherá à União, como pagamento pelo uso de bem público, o valor anual de R\$ 16,6 milhões. A Norte Energia pagará também cerca de R\$ 200 milhões à União, ao estado do Pará e aos municípios impactados como compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.

123 Segundo a Norte Energia, os benefícios do projeto Belo Monte transcendem à implantação de uma fonte de geração renovável e econômica para suprir necessidades do Estado do Pará, da região Norte e do Brasil. Somente a título de pagamento da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), mais conhecida como *royalties*, a Norte Energia S.A contribuirá anualmente com cerca de R\$ 160 milhões, sendo R\$ 70 milhões destinados ao estado do Pará e outros R\$ 88 milhões aos municípios da área de influência da usina.

Cumpra ser importante dizer que o sistema elétrico brasileiro é atendido fundamentalmente por meio da geração hidroelétrica (cerca de 80%). Sendo complementado pela produção de energia a partir de usinas térmicas e fontes alternativas das quais destacaríamos: a eólica e biomassa. Segundo apregoa a Norte Energia, se considerássemos todas as outras fontes energéticas disponíveis para a geração de energia elétrica, a que ofereceria as condições mais favoráveis, para fazer frente a demanda capaz de atender o crescimento socioeconômico previsto para os próximos anos, em termos de custo (competitividade econômica), viabilidade ambiental, baixo índice de emissão de gases do efeito estufa e confiabilidade no suprimento, seria a hidroeletricidade.

Para a NESA, empreendedor da usina,

Belo Monte oferece a alternativa de geração de energia mais econômica em comparação a qualquer outra fonte energética disponível no país. A mesma quantidade de energia, 4.571 MW médios, apresentaria um custo de 73% superior se produzida em pequenas centrais hidrelétricas, e ainda mais elevado caso fosse gerada utilizando a biomassa, gás natural, energia eólica ou nuclear. Considerando-se a energia solar, o custo alcançaria mais de seis vezes o valor contratado para Belo Monte (p. 06, Publicação CONHEÇA A UHE BELO MONTE. Norte Energia S.A, S/D).

Ainda segundo a empresa, o projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, *segue em completa conformidade a legislação adotada no país, pertinente aos impactos sociais e/ou danos ambientais promovidos por grandes empreendimentos técnicos*. E adota todo o cuidado necessário para que, durante o processo de implantação da Usina, não sejam causados nenhum impacto sobre as terras indígenas¹²⁴.

Com a participação da Fundação Nacional do Índio (Funai), **a Norte Energia S.A. garantiu os direitos fundamentais, a qualidade de vida e a integridade dos povos indígenas localizados na área de influência direta e indireta do empreendimento** (...) (p. 11, Publicação CONHEÇA A UHE BELO MONTE. Norte Energia S.A, S/D, grifo nosso).

O empreendedor afirma ser Belo Monte é a mais relevante obra do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC¹²⁵. Significando a obra, para as pessoas que vivem na região do Xingu, o mesmo que progresso. Materializado por meio da construção de mais

124 Aqui entendidas como (tão somente) o local onde estão as aldeias. E “nenhum impacto” significando o não alagamento dos territórios indígenas.

125 O empreendimento integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que é uma prioridade do governo federal. Quando entrar em operação por completo, Belo Monte será a maior usina hidrelétrica 100% brasileira e a terceira maior do mundo. Sua construção gerou, durante o pico da obra, 30 mil empregos diretos, segundo dados do Consórcio Construtor Belo Monte – CCBM.

escolas e postos de saúde, **saneamento básico** e por proporcionar uma vida mais digna, longe das palafitas. Para a empresa Norte Energia S.A “Belo Monte é a resposta à demanda energética do Brasil a região” (p. 23, Publicação CONHEÇA A UHE BELO MONTE. Norte Energia S.A, S/D).

Ressalte-se ainda que, a UHE Belo Monte está inserida no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS Xingu)¹²⁶, compondo parceria estabelecida entre Governo Federal e Governo do Estado do Pará, parceira esta que possui por objetivo: a) “promover o desenvolvimento sustentável da região”; com foco b) na melhoria da qualidade de vida dos diversos segmentos sociais; a partir c) de uma gestão democrática, participativa e territorializada. O quadro abaixo traz as empresas e/ou associações (os acionistas) de Belo Monte.

QUADRO 06: COMPOSIÇÃO ACIONÁRIO UHE BELO MONTE

Grupo Eletrobras	Eletrobras: 15,00% Chesf: 15,00% Eletronorte: 19,98%
Entidades de Previdência Complementar	Petros: 10,00% Funcef: 10,00%
Sociedade de Propósito Específico	Belo Monte Participações S.A. (Neoenergia): 10,00% Amazônia (Cemig/Light): 9,77%
Autoprodutoras	Aliança Norte Energia S/A (Vale/Cemig): 9,00% Sinobras: 1,00%
Outras Sociedades	J.Malucelli Energia: 0,25%

Fonte: NORTE ENERGIA S.A, elsrortsdo/sdspesdo pelo sueortc

A partir de uma linha do tempo proposta pela Norte Energia, portanto, a partir da versão do empreendedor, pode-se visualizar abaixo (nas figuras 14, 15, 16 e 17) todas as etapas concernentes às fases que antecedem à implantação da UHE Belo Monte. Desde o início dos estudos, feitos ainda na década de 1970 do século passado, até o momento da assinatura de contrato de concessão ocorrido no dia 26 de agosto de 2010. A cronologia segue a narrativa proposta/feita pela empresa. A qual é apresentada sem

¹²⁶ A participação da Usina Hidrelétrica Belo Monte no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu está associada ao *Eixo Temático 2* Infraestrutura para o Desenvolvimento/Energia, no qual a Norte Energia deve aportar, segundo estabelece o edital do Leilão, cerca de R\$ 500 milhões, ao longo de 20 anos.

qualquer referência aos (inúmeros) entraves sociais e jurídicos ocorridos durante os anos de construção do “grande projeto”.

FIGURA 14: LINHA DO TEMPO UHE BELO MONTE (1)



Fonte: (Publicação CONHEÇA A UHE BELO MONTE. Norte Energia S.A, S/D).

FIGURA 15: LINHA DO TEMPO UHE BELO MONTE (2)



Fonte: (Publicação CONHEÇA A UHE BELO MONTE. Norte Energia S.A, S/D).

FIGURA 16: LINHA DO TEMPO UHE BELO MONTE (3)

Fonte: (Publicação CONHEÇA A UHE BELO MONTE. Norte Energia S.A, S/D).

FIGURA 17: LINHA DO TEMPO UHE BELO MONTE (4)

Fonte: (Publicação CONHEÇA A UHE BELO MONTE. Norte Energia S.A, S/D).

Não obstante, a partir do que foi apresentado neste subitem, é importante analisar qual a concepção de “espaço” do empreendedor? E, em que escala(s) podemos situar

suas ações? E, por fim, é importante analisar, ainda, que concepção de desenvolvimento, a Norte Energia, o empreendedor (oficial) de Belo Monte representa?

Partimos da consideração do espaço como sendo a representação materializada de uma estrutura formada por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações¹²⁷; não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. Tal qual o concebe Santos (2004b). Estrutura esta aberta e constante devir. Devir este que marca as transformações na escala do espaço, das espacialidades e que é ligada à modernização/sofisticação do objeto, dos objetos ao longo do tempo. Partimos, portanto, de um tempo (período) marcado pela força de “objetos naturais”, para atingirmos um tempo/período marcado pela presença (onipresença) e força de objetos humanizados (objetos geográficos¹²⁸).

A transformação de um meio técnico, entretanto, não se dá de forma simultânea. Fazendo-se presente em todos os lugares ao mesmo tempo. E, mesmo que se dê instantaneamente, sua assimilação, por parte das distintas temporalidades locais, acompanha/obedece a ritmos diversos. Os objetos, portanto, interferem com intensidades distintas, a depender do grupo social, junto às realidades locais.

Por meio da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é redefinido em sua dinâmica. Em síntese, mudanças na estrutura, promovem processos geradores de formas novas, portadoras de funções novas. Esse acréscimo técnico (de técnica) ao(s) espaço(s) lhe atribui um conteúdo cada vez mais pragmático e funcional, dado por meio de ações de mesma intencionalidade.

127 Sobre a ação (sistemas de ações) e a relação que guardam com os objetos (sistemas de objetos) Santos nos explica que: “A ação é o próprio do homem. Só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade. A natureza não tem ação porque ela é cega, não tem futuro. As ações humanas não se restringem aos indivíduos, incluindo, também, as empresas, as instituições. Mas os propósitos relativos às ações são realizados por meio dos indivíduos, (...). As ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam a funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos. Realizadas através de formas sociais, elas próprias conduzem à criação e ao uso de objetos, formas geográficas [...]” (SANTOS, 2004b, p. 82-83).

128 Mas, devemos perguntar-nos, haverá, mesmo, um objeto geográfico? Os objetos que interessam à Geografia não são apenas objetos moveis, mas também imóvel tal uma cidade, uma barragem, uma estrada de rodagem, um porto, uma floresta, uma plantação, um lago, uma montanha. **Tudo isso são objetos geográficos.** Esses objetos geográficos são do domínio tanto do que se chama a Geografia Física como do domínio do que se chama a Geografia Humana e através da história desses objetos, isto é, da forma como foram produzidos e mudam, essa Geografia Física e essa Geografia Humana se encontram. Para os geógrafos, **os objetos são tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou.** Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida, em ambos os casos uma exterioridade (SANTOS, 2004B, P. 72-73, grifo nosso).

Exigindo destes, dos espaços-espacialidades, dedicação ao mundo do trabalho, entenda-se, ao mundo do mercado. Suplantando, assim, as múltiplas e diversas situações/contextos que antes existiam. É o espaço do empreendedor, portanto, um espaço funcional aos desígnios do capital. Um espaço mercadoria. Um espaço recurso. Espaço recurso este que serve a ações cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar.

Daí a **necessidade de operar uma distinção entre a escala de realização das ações e a escala do seu comando**. Essa distinção se torna fundamental no mundo de hoje: muitas das ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da Terra (SANTOS, 2004b, p. 80, grifo nosso).

Segundo Santos (2004b), as dinâmicas vivenciadas no presente momento histórico, são resultantes do distanciamento (esquizofrenia) em relação ao processo criador dos eventos. Eventos estes desencadeadores de ações capazes de promover dinâmicas novas, geradoras de alienação local/regional. Alienação concebida aqui como

[...] o efeito necessário de certas estruturas ou formações sociais que, embora sendo produto da ação humana, **têm por efeito tornar o homem estranho a si mesmo, e o resultado de suas ações, modificados e eventualmente invertidos em relação a suas intenções, desejos ou necessidades** (BOUDON, R. e BOURRICAUD, F, 1993, p. 324, grifo nosso).

O mundo do empreendedor é o mundo do agente que decide. E aqui interessa-nos distinguir entre “os agentes que decidem” e “os outros” (os socioespacialmente atingidos). Conforme Santos (2004) temos que,

Um decididor é aquele que pode escolher o que vai ser difundido e, muito mais, aquele capaz de escolher a ação que, nesse sentido, se vai realizar. Essa ideia é desenvolvida por J. Masini (1988, pp. 112 -113) que inclui, entre os grandes decididores, os governos, as empresas multinacionais, as organizações internacionais, as grandes agências de notícias, os chefes religiosos... **A escolha do homem comum, em muitas das ações que empreende, é limitada**. Frequentemente, o ator é apenas o veículo da ação, e não o seu verdadeiro motor. Mas é sempre por sua corporeidade que o homem participa do processo de ação. Essa categoria de corporeidade está ganhando espaço nas ciências do homem nesta fase da globalização. A geografia também começa a incorporá-la. Neil Smith (1984, ed. bras., 1988) ao escrever sobre o problema das escalas, considera que estas conhecem uma progressão que vai do corpo do homem ao próprio mundo, tomado como um todo. **A corporeidade do homem é um instrumento da ação. Mas é sempre preciso levar em conta que o governo do corpo pelo homem é limitado, nos dias**

atuais, e que é lento o progresso na produção de normas legais para protegê-lo (SANTOS, 2004b, p 80, grifo nosso).

Sendo assim, as ações são cada vez mais precisas e, também, mais cegas, porque obedientes a um projeto alheio ao lugar. A proposição de um projeto tal qual o da UHE Belo Monte é, neste sentido, emblemático.

Em virtude do exercício de funções cada vez mais técnicas dos objetos, a ação é cada vez mais racional, sendo frequentemente, uma *razão* técnica. “*Dentro de uma ordem pragmática, a racionalidade do que é fim para outrem acaba sendo a racionalidade do meio e não a do sujeito*” (SANTOS, 2004b, p. 81). Não obstante, é importante considerar a ação humana como não exclusivamente racional (utilitarista). Estamos aqui advogando sobre a necessidade de tratar/conceber o espaço para além de uma racionalidade técnica econômico utilitarista (racionalidade que baseia a concepção de desenvolvimento do empreendedor).

Concepção esta que se faz sentir junto ao(s) território(s) por meio de três ordens. A ordem da forma técnica, a ordem da forma jurídica e a ordem do simbólico. Segundo Santos (2004b; 2008) a espacialidade cotidiana das sociedades ocidentais se dá mediante essas três ordens. As ordens técnica e jurídica impõem-se como dados, como coercitivas e exteriores, como verdadeiros “*atos sociais*”. Todavia, a força de transformação e mudança, a surpresa e a recusa ao passado, provêm de uma ordem simbólica, fruto da afetividade, de modelos outros de significação e representação.

O que projetos como a UHE Belo Monte fazem é destruir ou suplantar a ordem simbólica. Destruindo sua rede (historicamente construída) de significado e representação socioespacial. Em outras palavras, o que move a concepção de desenvolvimento do empreendedor é a hegemonia da ordem técnica perante as demais. A ordem técnica impõe ao território um dado agir técnico, relacionado a interações formalmente requeridas pela técnica.

A ordem técnica exige um agir formal, subserviente a ordenamentos e formalismos jurídicos, econômicos e científicos. Esse “agir hegemônico” subalterniza um agir simbólico, este, não regulado por cálculo, alimenta-se de formas afetivas, emotivas, rituais, determinadas pelos modelos gerais de significação e de representação socioespacial. O triunfo do agir técnico e do agir formal sobre o agir simbólico é representativo da concepção de desenvolvimento que alimentou o projeto e a obra da UHE Belo Monte.

Mas se, por um lado, a ordem técnica e a ordem da norma (as ordens hegemônicas), impõem-se como *dados*, por outro lado, a força de transformação e mudança, a surpresa e a recusa ao passado, vêm do agir simbólico. A força dos socioespacialmente atingidos e suas estratégias de luta e resistência em relação ao projeto da UHE Belo Monte, e o desenvolvimento deste junto ao território, demarcam outras escalas geográficas.

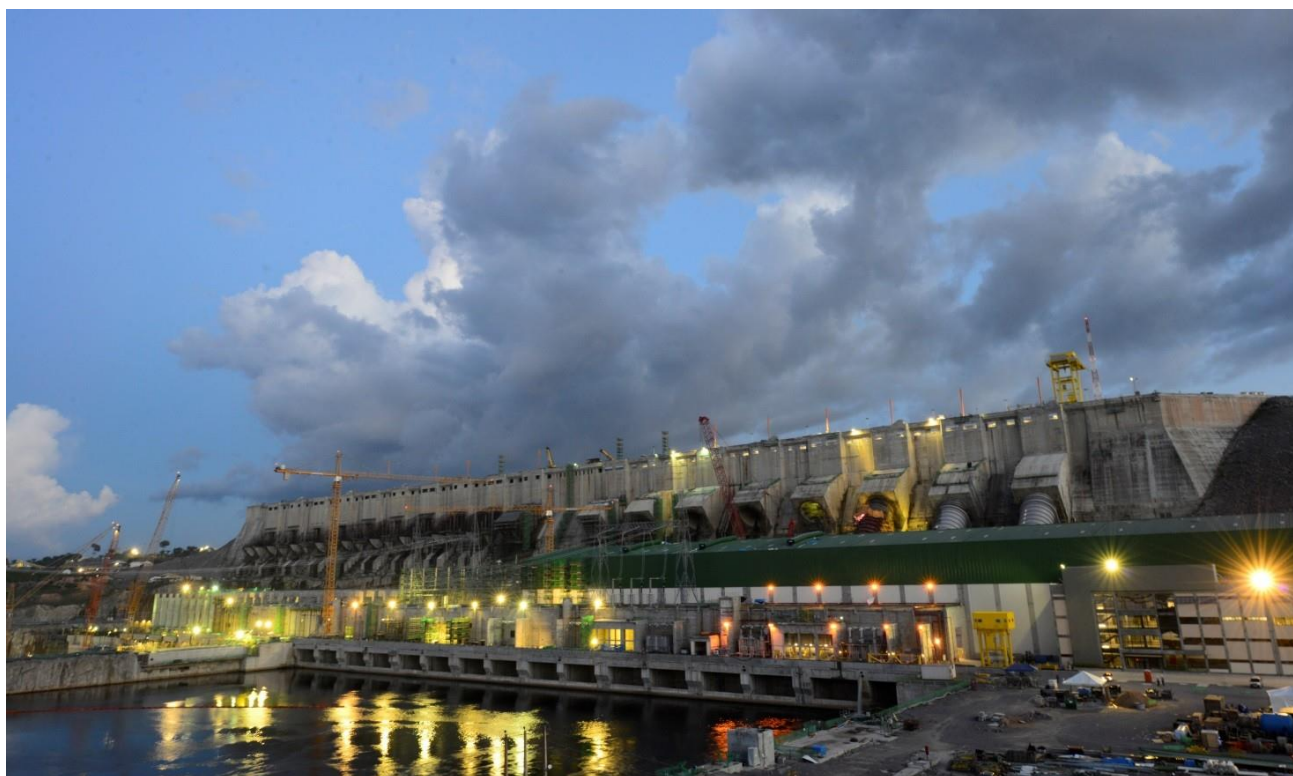
Escalas estas representativas de diversas estratégias de enfrentamento e bloqueio em relação ao projeto da UHE Belo Monte. Estratégias de enfrentamento que inclusive se fizeram por meio de parcerias e/ou formação de grupos acadêmicos independentes. A luta contra o projeto representado pela UHE Belo Monte, e o “modelo” que representa, ganhava outro patamar.

As batalhas continuaram a ser travadas nas ruas, nos rios e florestas, no “cyber espaço”. Na Amazônia ou em outras regiões do país. No Brasil ou no exterior. Nos tribunais e/ou nas universidades. Todos foram convidados a se posicionar, pulverizando desta forma a noção de escala enquanto dimensão, medida. Vejamos agora como, um grupo (considerável e respeitável) de cientistas avaliou o “grande projeto” UHE Belo Monte.

4.4 - A Usina Hidrelétrica Belo Monte para os Cientistas

O projeto sobre o aproveitamento hidrelétrico do rio Xingu, o complexo UHE Belo Monte, foi submetido no ano de 2009 à análise do IBAMA. O conjunto de obras previstas para dar vida ao projeto representa uma intervenção de obras civis sobre um monumento da biodiversidade – a Volta grande do Xingu (PAINEL, 2009). O projeto de Belo Monte é uma das mais complexas e controvertidas obras da história brasileira, complexidade essa mantida por décadas.

FIGURA 18: Por outros Projeto-modelos de desenvolvimento, a UHE BELO MONTE enquanto a face espoliadora do capital.



Fonte: <http://bancoimagemens.norteennergiasa.com.br/bancoimg/>, acessado em 20 de março de 2016.

O Estudo de Impacto Ambiental de Belo Monte tem mais de 35 volumes, constituindo mais de 20.000 páginas. Em outubro do ano de 2009 fora produzido, por um conjunto de cientistas, um minucioso estudo, de cunho técnico acadêmico, sobre os principais aspectos do que se apresentava (na ocasião) como “o projeto” da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Este conjunto de cientistas, todos dotados de experiência em estudos de temáticas relacionadas aos impactos de “grandes projetos” no Brasil e em outros países (impactos de natureza socioambiental e econômica), dedicou-se a análises do Estudo de Impacto Ambiental de Belo Monte, apresentados pela empresa ELETROBRÁS junto ao IBAMA (órgão fiscalizador/autorizador). A este grupo de pesquisadores chamou-se “Painel de Especialistas”¹²⁹.

129 O fruto do trabalho de um conjunto de pesquisadores gerou uma publicação, chamada de “PAINEL DE ESPECIALISTAS: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo

Respondendo aos apelos dos movimentos sociais que atuavam na região da Transamazônica e Xingu, bem como à solicitação de diferentes organizações de defesa dos direitos humanos e de práticas de uso sustentável do meio ambiente, os “especialistas” expuseram os resultados de suas análises sobre os Estudos de Impacto Ambiental (EIA), no âmbito do processo de licenciamento para a implantação do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte, no Rio Xingu.

Dentre os temas analisados pelo “Painel de Especialistas” estão: a) a viabilidade econômica do projeto; b) os impactos da construção do projeto sobre uma área que abrange mais de 1000 km²; c) os impactos sobre povos indígenas; d) os impactos causados pela imigração de mais de 100.000 pessoas para a região (e os problemas decorrentes disso) e pelo deslocamento forçado de mais de 20.000 pessoas, fruto da intervenção do objeto técnico UHE Belo Monte sobre o território; e) os impactos sobre peixes e fauna aquática em geral; f) a possibilidade de extinção de espécies da fauna e flora; g) emissões de grandes quantidades de gases de efeito estufa; h) a insegurança hídrica e alimentar, dentre outros.

O objetivo era evidenciar para a sociedade local, regional, nacional e internacional as falhas, omissões e lacunas destes estudos (o EIA) visando assim subsidiar um processo de decisão, pautado por um amplo debate público, sério e democrático, antes que fosse emitida pelo IBAMA a autorização para o início das obras da UHE Belo Monte.

O painel era constituído de acadêmicos com larga experiência em pesquisa na Amazônia, e/ou nesta região em particular, a região da Transamazônica e Xingu. A partir da análise do EIA de Belo Monte foram feitas considerações graves ao ponto de, colocarem em questão a qualidade e a confiabilidade dos dados apresentados pelos estudos da ELETROBRÁS. Passavam a ser objeto de ponderação todas as questões relativas à dimensão dos impactos da obra e de seus potenciais programas de mitigação propostos e expressos no EIA da UHE Belo Monte.

Importante ressaltar que, o Painel de Especialistas, fora constituído de pesquisadores voluntários, *surgindo a partir da demanda dos movimentos sociais de Altamira*. Como forma de viabilizar a análise do EIA e organizar a rede de pesquisadores formada; bem como, de pensar na divulgação dos resultados alcançados recorreu-se ao apoio de diversas organizações, tais como: à Fundação Viver, Produzir e Preservar

Monte”. Que consistiu em um conjunto de pareceres assinados por 28 pesquisadores, de um grupo de apoio composto de 42 pesquisadores de várias universidades brasileiras e algumas do exterior. Este conjunto de pareceres foi protocolado no dia 1 de outubro de 2009 no escritório do IBAMA em Belém (PA/Protocolo 02018.005622/09-72) e também junto ao Ministério Público Federal em Altamira.

(FVPP) de Altamira¹³⁰; ao Instituto Sócio Ambiental (ISA)¹³¹ de Altamira; à International Rivers¹³², ao WWF¹³³, à FASE¹³⁴ e; à Rede de Justiça Ambiental¹³⁵.

Ressalta-se ainda, que ao longo do tempo, diversos grupos de cientistas foram formados e mobilizaram-se para tornar públicas (o que à época eram) as possíveis consequências socioambientais do barramento do Rio Xingu, em seu trecho denominado Volta Grande. Constituísssem exemplos deste tipo de trabalho as publicações: “As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas” de 1989, organizada por Lúcia Andrade e

130 A Fundação Viver Produzir e Preservar é uma organização sem fins lucrativos, situada na Região da Transamazônica, com sede no município de Altamira, Oeste do Estado do Pará. Foi fundada em 1991 pela iniciativa das organizações camponesas, movimentos pastorais e populares urbanos e de educadores da Rodovia Transamazônica e do Rio Xingu, mas sua atuação enquanto movimento social organizado ocorre desde a primeira metade da década de 80 do século passado, após o abandono do projeto de colonização da região pelo governo federal. Sua atuação inicial contou com o apoio de movimentos pastorais das Comunidades Eclesiais de Bases da Igreja Católica, movimentos políticos e sociais que lutavam pela redemocratização do país estando, sua atuação social e política, em sintonia com os demais movimentos de organização social que eclodiam no Brasil e na América Latina.

131 O Instituto Socioambiental (ISA) é uma organização da sociedade civil brasileira, sem fins lucrativos, fundada em 1994, para propor soluções de forma integrada a questões sociais e ambientais com foco central na defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. Desde 2001, o ISA é uma Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) com sede em São Paulo (SP) e subsedes em Brasília (DF), Manaus (AM), Boa Vista (RR), São Gabriel da Cachoeira (AM), Canarana (MT), Eldorado (SP) e Altamira (PA).

132 Organização não governamental que, desde 1985, tem estado no centro da luta global para proteger os rios e os direitos das comunidades que dependem deles. Trabalha a partir de uma rede internacional de pessoas afetadas por barragens, organizações de base, ambientalistas, defensores de direitos humanos visando barrar projetos de grandes impactos socioambientais. Está localizada em quatro continentes, com experiência em temas relacionados a grandes barragens, políticas energética e aproveitamento hídrico, mudanças climáticas e instituições financeiras internacionais. Atua oferecendo apoio a organizações parceiras e pessoas afetadas por barragens, por meio de aconselhamento psicológico, treinamento, assistência técnica e advogando em seu nome contra governos, bancos, empresas e agências internacionais. Sua escala de atuação mais densa são os países latino-americanos, asiáticos e africanos.

133 O WWF-Brasil é uma ONG brasileira, participante de uma rede internacional dedicada à defesa e conservação da natureza dentro do contexto social e econômico brasileiro.

134 A FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – fundada em 1961 é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua em seis estados brasileiros. Desde suas origens, está comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo. Ao longo da década de 1960, a resistência à ditadura e a formação das oposições sindicais e dos movimentos comunitários de base passaram a ser o foco principal da entidade. Na década de 1970, apoiou o movimento de organização social que enfrentou o trabalho infantil e as desigualdades econômicas e sociais. Com grande presença junto ao campesinato no norte do Brasil, aos trabalhadores rurais do nordeste, aos trabalhadores da construção civil e das indústrias metalúrgicas do sudeste e aos movimentos de associações de moradores de norte a sul do país contribuindo para a formação de lideranças. Nos anos 1980 participou de todo o processo que levou à anistia, à constituinte e às eleições diretas. Ao longo da segunda metade dos anos 80 e nos anos 90 do século XX, passou a desenvolver ferramentas e metodologias educativas voltadas para o controle popular e a participação da cidadania no âmbito das questões urbanas e rurais. O tema do desenvolvimento social e ambientalmente sustentável, a luta pela ação afirmativa de movimentos sociais de mulheres, afrodescendentes e indígenas, bem como a ação pela exigibilidade em Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, vêm marcando a sua atuação no quadro de luta contra as desigualdades e diferenças.

Leinad Ayer Santos da Comissão Pró-Índio de São Paulo; e o livro “TENOTÃ-MÕ: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu”, organizado por A. Oswaldo Sevá e Glenn Switkes de 2005.

Um dos aspectos mais sensíveis e inéditos do então projeto UHE Belo Monte era o seccionamento do rio Xingu na ilha Pimental, o que deixaria 70% do trecho do rio, denominado Volta Grande, com cerca de 100 km de extensão, com a vazão reduzida a um mínimo de 700m³/s. Prevendo-se como fruto do barramento a diminuição dos níveis de água neste trecho seccionado do rio, bem como, a significativa diminuição do lençol freático, além da redução de níveis de água de até cinco metros em trecho entre a barragem Pimental proposta e a foz do rio Bacajá.

O Relatório de Impacto Ambiental divulgado e distribuído nas audiências públicas não permitia a um público leigo, o entendimento sobre consequências ambientais e sociais à semelhança das apresentadas no parágrafo acima. Além do fato de não conter referências a locais conhecidos pela população local, contribuindo assim, para o não entendimento da geografia na qual se situa o projeto. Por este motivo, é importante apresentar “a fala” deste Painel, ou seja, o que destacaram os especialistas, ainda no ano de 2009, **antes, portanto, da construção da UHE Belo Monte.**

4.4.1. O que viu e sobre o que alertou o “Painel de Especialistas”?

Vamos, nesta seção do trabalho, apresentar os principais aspectos destacados pelos especialistas, a partir da análise do EIA de Belo Monte. Eventualmente, por meio da apresentação de “boxes”, buscar-se-á da ênfase a determinadas partes deste estudo, qual seja, o documento produzido a partir da atuação do Painel. A finalidade de assim procedermos visa demonstrar que, vários e importantes alertas foram feitos e levantados na ocasião.

135 A RBJA (Rede Brasileira de Justiça Ambiental) consolida-se em 2002, como um espaço de identificação, solidariedade e fortalecimento dos princípios de Justiça Ambiental (marco conceitual que aproxima as lutas populares pelos direitos sociais e humanos, a qualidade coletiva de vida e a sustentabilidade ambiental). Constituiu-se como um fórum de discussões, de denúncias, de mobilizações estratégicas e de articulação política, com o objetivo de formulação de alternativas e potencialização das ações de resistência desenvolvidas por seus membros — movimentos sociais, entidades ambientalistas, ONGs, associações de moradores, sindicatos, pesquisadores universitários e núcleos de instituições de pesquisa/ensino. A RBJA opera como uma articulação horizontal e conta com uma Secretaria Nacional que tem como atribuição facilitar o intercâmbio de informações, potencializar a articulação dos membros e apoiar as ações coletivas da RBJA.

Alertas sobre os quais, como demonstraremos mais à frente (quando da apresentação dos principais pontos do Dossiê produzido pelo ISA e de dados levantados pela Fundação Getúlio Vargas), não foram considerados. E por não o serem, acabaram por resultar em problemas e impactos socioambientais graves, mesmo que tenham sido previamente alertados pelos especialistas.

O Painel, documento escrito, está estruturado e dividido da seguinte forma: a) apresentação: onde se critica o cronograma de disponibilização pública do EIA; a desconsideração do IBAMA quando do processo de licenciamento pela ELETRONORTE; a desconsideração pela proponente das considerações do Tribunal de Contas da União; além de uma nota de esclarecimento sobre falhas, omissões ou ausências no Estudo de Impacto Ambiental; A parte I b) onde são discutidas a omissão e falhas na análise de situações e dados sociais, econômicos e culturais – composta por sete artigos/pareceres; a parte II c) denominada “Povos Indígenas: desastre anunciado, prenúncio de direitos violados” – composta por dois artigos/pareceres; a parte III d) chamada “Saúde, Educação e Segurança: Riscos Excessivos” composta por três artigos/pareceres; a parte IV e) intitulada “Graves Problemas: Hidrograma da Volta Grande do Xingu e Aumento dos níveis de água em Altamira”, composta por um artigo/parecer; a parte V f) responsável por tratar sobre a viabilidade técnica e econômica da obra que, segundo o Painel não foi demonstrada, composta por quatro artigos/pareceres; a parte VI g) que trata da fauna aquática, alertando sobre os riscos e omissões neste campo de análise, composta por três artigos/pareceres; a parte VII h) intitulada “Ameaças à Biodiversidade”, composta por um artigo/parecer; i) além de perguntas e anexos no momento final do estudo.

Dos vários pontos que mereceram atenção por parte dos especialistas destacam-se, os seguintes: atestou-se no “Painel” que o Estudo de Impacto Ambiental (bem como, seu relatório subsequente o RIMA – do à época Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte), no concernente à produção de conhecimento capaz de orientar a intervenção na realidade social analisada no mesmo, ignorava uma vasta bibliografia nacional e internacional existente sobre a região.

E mais, a bibliografia consultada e as diferentes metodologias utilizadas e expostas no EIA/RIMA, não refletia as práticas correntes nas ciências sociais de interpretação da diversidade social; bem como subestimava, como fruto de interpretação teórica e aplicação metodológica equivocada, à população atingida e os impactos provenientes da

construção da Obra. Além de, não especificar os programas e projetos de mitigação dos impactos decorrentes do “grande objeto” (SANTOS, 1995).

Fora destacado pelos pesquisadores do “Painel” que, o EIA, enquanto um “gênero” de produção de conhecimento que visa a orientar a intervenção no espaço social, não poderia carecer de fundamentos considerados básicos para este tipo específico de produção, quais sejam: amplo levantamento bibliográfico e documental sobre a área de estudo e de técnicas metodológicas clássicas e/ou renovadas quando da coleta de dados e do levantamento das informações que comporiam o EIA. Tendo em vista ser esta região, a da Transamazônica e Xingu, objeto de uma intensa produção acadêmica.

Produção está justificada do ponto de vista histórico (já que grande parte da produção relativa ao Programa de Colonização oficial e ao avanço da fronteira amazônica passa por entender a história e a dinâmica social desta); mas também, por ter sido a região de Altamira palco de um importante projeto de cooperação técnico-científica desenvolvida entre o Brasil (por meio do Museu Paraense Emílio Goeldi e da Universidade Federal do Pará) e a França, a partir da segunda metade dos anos 1990. Parceria esta que rendeu vários trabalhos acadêmicos¹³⁶ mais densos, tais como: publicações de artigos e/ou livros, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

A não leitura desta produção possibilitou aos elaboradores do EIA/RIMA, conclusões apressadas e/ou equivocadas sobre a região (segundo entendimento da equipe de cientistas que analisou o EIA a partir do “Painel de Especialistas”). Dificultando assim, o entendimento sobre os agentes, e sobre os processos socioespaciais, da mesma. Resultando, ainda, na impossibilidade em apontar, com segurança, quais seriam

136 Dois quais podem ser citados, somente a partir dos anos 1990, segundo (MAGALHÃES *et. Al.*, 2009, p. 31, in: MAGALHÃES e HERNANDEZ, 2009): ALMEIDA, M.P., 1999; ARAÚJO, A.; OLIVEIRA, A. N.; BARBOSA, D.; WAGNER, D.; OLIVEIRA, D. L., 2006; ARNAULD DE SARTRE, X., 1999, 2003., CASTELANET, C; HÉBETTE,; HENCHEN,, 2000; CASTELLANET, C. 1998; CASTELLANET, C.; SIMÕES, A.; FILHO, P. C. 1994; CASTRO, E.; MONTEIRO, R. E CASTRO, C. P. , 2002; FERREIRA, J. B. M.; CARVALHO, S. A.; OLIVEIRA, R. P.; ISHII, S. Y. 1995; FURTADO (1993); GALDINO XAVIER DE PAULA FILHO, 2006; GALVÃO, E. B. 2004; GODARD, O. 1997; HÉBETTE, J, MAGALHÃES, S, MANESCHY, 2002 ; HÉBETTE, J. (2004); HENCHEN, MÁRIO J., 2002; HERRERA, J. A. 2004; HURTIENNE, 1999 ; IONE VIEIRA ET ALII., 2008; JONES, A. S. 1997; LAET, 2003, 1998; LE BORGNE - DAVID, ANNE. 1998; LÉNA, PHILIPPE; MACIEL DA SILVEIRA, 1993; LEROY, JEAN P., 1995; MARTINS, E.C., 2000, MONTEIRO, RAIMUNDA. , 1996; OLIVEIRA, 2006; ORBEN, E., 2000; PEIXOTO, LECIR APARECIDA, 2002 ; PHILIPPE SABLAYROLLES, 1995PINTON, F. AND L. EMPERAIRE 2000; ROCHA, C.G.S., ZAQUIEU, J.H., ALBUQUERQUE, J., 1995; RIBEIRO, BEATRIZ MARIA DE FIGUEIREDO , 2003; ROCHA, 2003; ROY, GÉRARD, 2002; SABLAYROLLES, PHILIPPE; ROCHA, CARLA , 2003 ; SABLAYROLLES, P., DUFUMIER, M., 1995; SABLAYROLLES, P.; ROCHA, C., 2003; SANTOS, NEILA REIS CORREIA., 2006; SOARES, A. F.; SANTOS, I. V.; PEREIRA, J. C.; BATISTA, M. B., 2006; SOUSA, B. A., 1992; SOUZA NASCIMENTO, POLLA, SILVA, HERRERA, 2004; SOUZA, SANTOS., 2006; VEIGA, J., J. F. TOURRAND, M. G. PIKETTY, R. POCCARD-CHAPUIS, A. M. ALVES, AND M. C. THALES., 2004.

as transformações sociais e, principalmente, as consequências do empreendimento UHE Belo Monte, para os diversos grupos sociais e suas dinâmicas territoriais.

O Painel apontou ainda erros “graves” e “elementares” quando da interpretação sobre os grupos sociais pesquisados. O que acarretou em subestimação dos dados da população rural na Área Diretamente Afetada (ADA) pela obra, a Volta Grande do Xingu. O EIA elaborou todas as análises referentes à população, utilizando a média de 3,14 pessoas por grupo doméstico. *Que, segundo os especialistas é proveniente de grave equívoco metodológico.* Na verdade, cada grupo familiar rural é composto, em média, na região, por sete pessoas, dependentes da renda agrícola para sua manutenção.

O Painel apontou ainda que a força de trabalho feminina presente na unidade de produção familiar rural era classificada como “dona de casa” no EIA. Ou seja, se quer fora feito uso de conceitos ligados à economia camponesa para saber minimamente com que tipo de população se estava trabalhando, para assim poder melhor caracterizá-la. Os especialistas classificaram esses estudos (presentes no EIA/RIMA) como “samba do crioulo doido”, tendo em vista o uso de diversos conceitos e categorias utilizados na análise do EIA de maneira incorreta, quando, por exemplo, do tratamento enquanto sinônimos de: “grupo doméstico” e “família”; “unidade de produção familiar” e “estabelecimento agrícola”; “chefe domiciliar”, “proprietário” e “representante do grupo doméstico”.

Apontaram os especialistas que, pelo fato dos dados não terem sido construídos a partir de referências, de estudos e pesquisas já realizados na região e, pelo fato das análises do Estudo de Impacto Ambiental não fazerem uso de referências reconhecidamente relevantes no campo das ciências sociais (tendo em vista não refletir as práticas correntes nas ciências sociais de levantamento e análise de materiais e informações para interpretar a diversidade social), além de terem ignorado a bibliografia nacional e internacional sobre a região (a partir do uso de dados oficiais de modo incompleto e inconsistente), o EIA, impedia assim, que os dados apresentados pudessem ser validados. Posto que levava ao ocultamento deliberado de uma miríade de situações sociais e históricas já apontadas em outros estudos.

O “Painel de Especialistas” alertou também sobre os riscos que a construção da UHE Belo Monte representava para região enquanto uma situação geradora de diversidade e de tensão entre a massa de pessoas que chegariam atraídas pelo grande projeto e o choque desse evento frente a população residente na/da região. O que

poderia resultar em conflitos e ou violências, com repercussões na ordem pública e na saúde psíquica e mental da população. Afirmavam os especialistas que as transformações ocasionadas pelo empreendimento poderiam mudar a escala das representações dessas populações locais de traços culturais mais enraizados, ou seja, o seu conjunto de valores, crenças, concepções, em relação a todo o seu mundo sócio biótico.

O documento destacava ainda que o EIA fixava somente “um bem”, “a propriedade imóvel”, como item possível de ser indenizado, omitindo e/ou excluindo todos os outros bens, todas as outras categorias de bens que estão previstos no direito, incluindo o bem moral. Concepção que guarda relação com o uso das categorias “Atingido Direto”, “Atingido Indireto” presente no EIA, posto que estas transformariam os sujeitos sociais em categorias físico espaciais, sem qualquer consideração em relação às sociedades humanas, cuja realidade socioespacial está para além de uma concepção baseada no entendimento do espaço como sendo materialidade apenas, tal qual o absoluto newtoniano. E que, em virtude dessas concepções desumanizadoras, as medidas mitigadoras propostas seriam parciais e contribuiriam para deformar a realidade social, somente servindo a um dos agentes envolvidos na dinâmica da obra, o próprio empreendedor.

No EIA de Belo Monte não se faz presente a expressão “população atingida”. Esta fora substituída pelos termos: área de influência direta, área de influência indireta e área diretamente afetada. Qual o objetivo disso? Dar visibilidade aos impactos sobre o território, concebido enquanto espaço físico, sem significado social e cultural algum. Ao subtrair do texto a expressão “atingido”, subtraía-se de maneira objetiva, ainda que sutil, as pessoas, os sujeitos socioespaciais impactados pela obra. Ou seja, a Área Diretamente Afetada eram às áreas das obras da estrutura de engenharia: barragens, canteiros, estradas de acesso, áreas de bota-fora e áreas de inundação. Um dos objetivos da narrativa escalar, dos proponentes do projeto UHE Belo Monte era, portanto, invisibilizar as diferentes sociedades que seriam, potencialmente, impactadas pelo “grande projeto”.

Enquanto que as áreas de influência “direta e indireta” são definidas como áreas vizinhas à usina e ao reservatório. Mascarando-se assim, invisibilizando assim, os diversos e distintos sujeitos sociais que conformam e usam o território. Além do fato de que, a proposição de áreas de “influência direta e indireta” não levar em consideração os impactos cumulativos da obra que sobre grupos indígenas e populações tradicionais,

tendo em vista estarem estes localizados fora da chamada área de influência direta ¹³⁷. Assim, das nove terras indígenas afetadas pelo projeto UHE Belo Monte, apenas duas estão dentro da área de influência direta, restando, não obstante, outras sete na Área de Influência Indireta.

Ainda sobre os atingidos, faz-se importante ressaltar que:

(...) em última análise os EIA-RIMA funcionam como documentos do empreendedor no sentido de referendar legalmente a realização da obra, os atingidos são definidos em função do menor custo possível. Segundo este cálculo econômico – que deveria ser feito após extensiva investigação sobre quem são os atingidos do ponto de vista dos próprios sujeitos afetados – os atingidos são definidos como uma variável-custo definida *a priori*. [...] **Assim, por exemplo, no caso dos reassentamentos compulsórios, troca-se supostamente — terra por terra. Desconsidera-se toda a história da relação daqueles grupos com o território, seus aspectos simbólicos, morais e afetivos. Dimensões incomensuráveis da existência são reduzidas a um valor numérico que contabiliza apenas o tamanho da terra, omitindo-se quanto à responsabilidade pela total desestruturação dos modos de viver e produzir a ser desencadeada pelos projetos** (ACSELRAD e MELO, 2009, p. 43, grifo nosso).

Quando da análise do meio físico, do meio biótico e do meio socioeconômico, o EIA/RIMA acaba por separar processos biofísicos e socioculturais. O meio físico é concebido por meio dos rios da região, de seu regime de chuvas e tipos de terrenos. O meio biótico pelos seus tipos de florestas, vegetação e espécies da fauna. Enquanto que o meio socioeconômico traz o perfil demográfico e lista as atividades produtivas e os serviços da região.

Porém, a inter-relação entre esses três meios não é explorada no documento do empreendedor de Belo Monte, ou seja, não é descrito como o modo de vida da população potencialmente atingida se relaciona com os recursos hídricos, o regime de cheias e vazantes e os recursos da fauna e da flora, acessados pelos moradores.

Apenas no trecho do RIMA referente às comunidades indígenas se menciona brevemente esta relação – as diferentes espécies de peixes que existem na região estão entre as principais fontes de proteína dos

137 A região da Volta Grande é considerada pelo empreendedor como ADA – Área Diretamente Afetada. No entanto, os povos indígenas Juruna do Paquichamba, Arara da Volta Grande e as famílias indígenas Xipaya, Kuruaya, Juruna, Arara, Kayapó, etc. como também a população ribeirinha em geral, que habitam em localidades diversas (Garimpo do Galo, Ilha da Fazenda, Ressaca, etc.) não são consideradas como diretamente afetadas, mas sim como apenas localizadas na Área de Influência Direta. Ora, a Volta Grande se constitui no principal alvo do AHE Belo Monte – onde estão localizados barragem, diques, canais, canteiros, etc. Todas as principais obras ficarão no limite das Terras Indígenas, sujeitas aos impactos físicos da obra e, sobretudo, aos impactos sociais e culturais que a proximidade do canteiro de obras, afluo de população empregada e em busca de emprego, dentre outros, sabidamente provocarão. Por que razão não considerá-la – Área Diretamente Afetada? (MAGALHÃES, 2009, p. 61, grifo nosso).

indígenas da TI Paquiçamba, que também dependem dessas espécies de peixes como uma das fontes de renda dessas famílias.

Os métodos convencionais de avaliação de impacto das atividades produtivas e projetos de desenvolvimento têm sido fortemente criticados por separarem o meio ambiente de suas dimensões sociopolíticas e culturais. Produzem com frequência uma separação indevida entre os processos biofísicos e a diversidade de implicações que os mesmos têm quando referenciados aos modos de uso e significação próprios aos distintos grupos sociais que compartilham o território. Os diversos elementos do meio, vistos normalmente como bióticos ou abióticos, lênticos ou pedológicos etc. não são, via de regra, associados à diversidade sociocultural dos que dele dependem, seja em termos de renda, gênero ou etnia (ACSELRAD e MELO, 2009, p. 43, grifo nosso).

No RIMA de Belo Monte, delega-se aos Planos e Programas o papel de mitigar os impactos de ordem socioambiental. Ao todo, são apresentados 19 Planos ligados à Gestão Ambiental e afirma-se que todas as ações contidas nos planos são de responsabilidade do empreendedor! Vejamos, a partir sempre das considerações do “Painel de Especialistas”, como foram pensadas no RIMA de Belo Monte, por parte do empreendedor, as políticas de compensação e reparação da população atingida. O quadro abaixo nos permite a visualização do comentado aqui.

QUADRO 07: PLANOS E PROGRAMAS DE REPARAÇÃO E/OU COMPENSAÇÃO

CONTEXTO/SITUAÇÃO	REPARAÇÃO/COMPENSAÇÃO
Em Altamira, afirma-se que poderiam ocorrer inundações até a cota 100, em função do reservatório do Xingu. O que afetaria cinco mil imóveis, habitados por 16.420 pessoas; seriam afetados ainda 348 estabelecimentos comerciais e, por conseguinte, 1130 trabalhadores. Todos esses estabelecimentos, de moradia e/ou comércio seriam deslocados.	Remete-se a solução deste problema para um plano: o Plano de Atendimento à População Atingida.
A poluição das águas dos igarapés do trecho do reservatório dos canais, provenientes dos impactos das obras (deslizamentos de terra e erosões), mudaria a qualidade das águas, ficando essas escuras e com grande quantidade de sedimentos.	Remete-se a solução deste problema a três programas: Programa de Monitoramento das Encostas, Programa de Monitoramento dos Igarapés Interceptados, e Programa de Conservação e Manejo.
Em relação aos peixes dependentes dos igarapés e das planícies que seriam inundadas, estes sofreriam graves consequências, com o desaparecimento de espécies. A mudança na qualidade das águas comprometeria a pesca, que é uma fonte de subsistência e renda muito importante para os indígenas e alteraria a qualidade da água, tornando-a imprópria para consumo humano.	Remete-se a solução deste problema a um programa: o Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas.

Todas as benfeitorias e terras afetadas deveriam ser avaliadas e indenizadas. As formas de aquisição ou indenização dar-se-iam por meio de indenização em dinheiro ou compra de terra.	Remete-se a solução deste problema a um plano: o Plano de Atendimento à População Atingida e; a um programa: o Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural.
Muitas seriam as perdas não materiais sofridas pelas pessoas atingidas, perdas relacionadas à cultura e ao sentimento das pessoas com a região a ser afetada. Fato que este deveria ser recompensado materialmente.	Remete-se a solução deste problema a um projeto de reparação de perdas não materiais.

Fonte: “Painel de Especialistas” a partir de (ACSELRAD e MELO, 2009). Adaptado pelo autor.

A partir do exposto no quadro acima, os cientistas que compuseram o painel buscam destacar o seguinte: a abordagem empregada pelos elaboradores do EIA se resume a contagem das famílias nucleares, remetendo-as ao princípio da propriedade privada, desconsiderando assim, os grupos sociais mais amplos e as suas condições de reprodução. Seguindo e atendendo a esta lógica, nos casos de reassentamentos compulsórios, trocava-se terra por terra. Desconsiderando-se dessa forma toda a história da relação que aqueles sujeitos socioespacialmente guardavam com o território, bem como seus aspectos simbólicos, morais e afetivos.

Dimensões incomensuráveis a escala da vida cotidiana de um sujeito e ou comunidade, eram reduzidas no EIA/RIMA a valores numéricos, onde quase sempre se contabiliza tão somente o tamanho da terra. Desconsiderando-se, portanto, os modos de viver e produzir existentes antes do projeto e, eximindo de responsabilidades maiores o empreendedor, maior culpado pela total desestruturação promovida pelo projeto à escala do território(s) e a escala da vida das pessoas.

Em relação ao tal projeto de reparação de perdas não materiais, este representa um exemplo claro da tentativa de monetarização de perdas não monetizáveis (ACSELRAD e MELO, 2009). Mas, supondo que pudéssemos quantificar (monetarizar) essas perdas, cabe perguntar: quanto valeria um rio? Rio da pesca, das atividades do dia a dia, do lazer, dos encontros de sociabilidades. Quanto valeria uma amizade construída ao longo de muitas décadas e da vivência de muitas situações? Tendo em vista um deslocamento compulsório? Quanto valeria o abolir (a supressão) de uma comunidade inteira? Quanto valeria a separação definitiva de parentes, pais e filhos de contato cotidiano? Quanto valeria a separação de uma mãe, de um pai, do lugar onde foi sepultado seu filho/filha? Qual a cifra disso?

O painel também dedicou atenção aos riscos representados pela expansão do desmatamento na região da Transamazônica e Xingu, caso se efetivasse a construção da UHE Belo Monte. CASTRO (2009) fala sobre o desmatamento no Pará e na Amazônia, a partir da relação com os “grandes projetos” de reestruturação. O desmatamento é resultado de diversas ações promovidas por distintos sujeitos. Diversidade essa que acaba por traduzir a complexidade que envolve os diferentes agentes e seus interesses na Amazônia brasileira.

Como produto deste processo, o desmatamento, a fronteira (lugar de encontro, de oportunidades e de capitalização por vias legais e ilegais) potencializa-se enquanto lugar de tensão e conflito, concomitantemente. É possível apontar uma combinação de fatores que, por guardarem estreita relação são capazes de explicar o desmatamento e capazes ainda de dar pistas para o entendimento sobre as razões do contínuo avanço da fronteira em direção a áreas novas, como por exemplo, o oeste e noroeste da Amazônia. O desmatamento da Amazônia é produto histórico, da expansão de grandes fazendas de gado, da exploração madeireira e de “grandes projetos”.

Grandes projetos que não geraram o propagandeado desenvolvimento regional. Os índices de pobreza pouco se alteraram em quatro décadas (1969-2009) na Amazônia proporcionalmente à riqueza perdida, seja esta de recursos florestais, minerais e energéticos. A alteração deste cenário passa pelo controle e diminuição do desmatamento. Porém, o Estado brasileiro precisaria tomar medidas concretas, entre elas a de rever seus planos de implantar hidrelétricas na Amazônia (CASTRO, 2009).

Há, quando se adota uma abordagem específica sobre a relação entre grandes projetos hidrelétricos e desmatamento na Amazônia, uma relação direta que promove grandes efeitos socioambientais. No Box abaixo CASTRO (2009), nos oferece maior riqueza de detalhes sobre este assunto.

BOX 09: GRANDES PROJETOS E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA

As hidrelétricas têm sido um fator de atração de mão de obra. Quando termina a obra, esses trabalhadores, desempregados, permanecem na região. E some-se a eles, em grande parte, os membros das famílias que acaba vindo também. E ainda, o que não tem sido contado nos EIAs RIMAs de hidrelétricas, e na de Belo Monte se verifica o mesmo, é a população atraída, para além daquele montante que consegue se empregar na obra, atraídos por novas oportunidades de trabalho, em empregos indiretos, no mercado informal, ou ainda na busca de terra e de assentamentos rurais. **Essa migração que permanecerá na região deve ser, necessariamente, contada para efeito de impacto da obra hidrelétrica por vários motivos; representa pressão e demanda por serviços em geral, de educação, saúde, transporte, habitação etc., e, sobretudo sobre a terra, potencializando o desmatamento. Então os impactos da Usina de**

Belo Monte no aumento do desmatamento da região do Xingu, e nas taxas do Pará comparativamente à Região Amazônica, precisam ser vistas desses dois ângulos principais: 1 – Desmatamento para implantação dos canteiros de obras, estradas, núcleo habitacional; e 2 – Atração de população e pressão desta por recursos naturais sejam a terra, a exploração florestal, garimpo, agricultura e, em particular, aumento da pecuária que é, de longe, o principal fator de desmatamento. Essa correlação se verificou em Tucuruí, mas também em grandes projetos de mineração, como o complexo Carajás, com inúmeros assentamentos no entorno, exploração madeireira e grande pecuária que acabou por dizimar as florestas de Açailândia à Marabá. Assim, do ponto de vista do desmatamento, a hidrelétrica de Belo Monte será uma catástrofe ambiental.

Fonte: “Painel de Especialistas” a partir de (CASTRO, 2009) “Belo Monte e efeito sobre o desmatamento no Pará e na Amazônia”. Adaptado pelo autor. Grifo nosso.

É preciso, portanto, conforme assinalou BERMANN (2002 apud BAINES, 2009), dizer que a construção de grandes obras de engenharia no Brasil são grandes geradoras de impactos socioambientais. E que embora o projeto em termos de engenharia da UHE Belo Monte tenha sido modificado ao longo dos anos, sua concepção sobre o aproveitamento do potencial hidrelétrico do Xingu se manteve, já que, a estratégia, inclusive de ocupação do território, foi mantida. Ou seja, a transformação do rio Xingu numa grande “jazida de produção de megawatts”, a partir da construção na região de um complexo de hidrelétricas está posta, mesmo que o Estado brasileiro não admita.

Segundo a análise feita por diferentes pesquisadores do “Painel de especialistas”, Belo Monte é (somente) a primeira usina a ser construída no rio Xingu. Posto que, conforme os estudos do “painel”, a UHE Belo Monte não é viável economicamente sozinha, precisando, portanto, da construção das hidrelétricas há muito planejadas (anos 70 do século XX). Belo Monte não é capaz de assegurar energia firme suficiente ao longo de todo o ano, em virtude, da variação do/no regime hidrológico do Xingu. Daí a necessidade da construção de outras barragens, e de outros muitos impactos, a montante de Belo Monte.

Impactos que seriam mais sentidos pelas populações camponesas, ribeirinhas, e pelos povos Indígenas. Quando da análise do EIA/RIMA pelo painel atestou-se que, sobre os seguintes povos indígenas, quais sejam: Assurini do Xingu, os Araweté, os Parakanã, os Kararaô, os Arara, os Arara de Cachoeira Seca não se apresentava nenhum estudo, mais detalhado, sobre as possíveis consequências que a obra (ou o conjunto de obras) poderia, por ventura, provocar sobre o Rio Iriri, sua ictiofauna, a floresta, ou seja, sobre o espaço de reprodução material e simbólica destes povos.

Nesta região em particular, **as interrelações entre a Bacia do Xingu e o Rio Iriiri são evidentes, seja do ponto de vista físico, seja do ponto de vista das relações sociais entre as populações que ali habitam. A saber: indígenas, populações tradicionais, pescadores e outros** (MAGALHÃES, 2009, p. 67, grifo nosso).

Podendo inclusive o acima destacado ser mais um elemento, caracterizador, da unidade subregional da Transamazônica e Xingu. É importante ressaltar ainda, que não existe, no Estudo de Impacto Ambiental, qualquer análise referente ao Rio Iriiri, embora a presença de Terras Indígenas de etnias importantes, a exemplo dos: Kararaô, Arara e Cachoeira Seca estejam localizadas às suas margens. Situação mais preocupante ainda é a dos povos Xipaya e Kuruaya, estes inexplicavelmente foram excluídos do estudo.

Para o Painel de Especialistas era inconcebível a proposição de um empreendimento como a UHE Belo Monte na região, tendo em vista todas suas potenciais consequências. A existência de Terras Indígenas não demarcadas, demarcadas e intrusadas, com revisões de limites pendentes etc, tornava só mais inviável a proposição de Belo Monte. O EIA/RIMA de Belo Monte fora construído a partir de um entendimento que os problemas gerados seriam pontuais. Mas, não há, quando da consideração de uma obra como Belo Monte, impacto que se manifeste enquanto um efeito isolado ou estático, atingindo assim um determinado e restrito espaço¹³⁸.

O impacto sobre um determinado trecho da bacia, por exemplo, pode desencadear uma miríade de problemas, em escalas diversas e de complexa intensidade. As considerações do Painel de Especialistas, sobre a influência do UHE de Belo Monte sobre a ictiofauna e seus ambientes, são a expressão do que hora se afirma.

Segundo o Painel (2009), o rio Xingu é um dos afluentes do sistema amazônico com maior diversidade de peixes e de ambientes aquáticos do mundo. Formado por inúmeras redes de ilhas, pedrais e florestas fluviais, está localizado entre a zona sedimentar da bacia amazônica ao norte e a zona do planalto central brasileiro, ao sul. Apesar de ser o rio Xingu objeto de inúmeras pesquisas acadêmico-científicas, seus peixes continuam por serem pouco conhecidos do ponto de vista biológico e ecológico. Sabe-se, no entanto, que nele há várias espécies endêmicas dentre as quais, cita-se: o acari zebra (*Hypancistrus zebra*), os tucunarés (*Cichla melaniae*, e *C. mirianae*) e o pacu

138 [...] É preciso reconhecer de uma vez por todas que a Volta Grande do Xingu é **uma área indígena por excelência. É preciso reconhecer que os povos indígenas que ali vivem, aldeados ou não, utilizam toda essa extensão do Xingu e as suas ilhas como fonte de alimentação e de geração de renda** (MAGALHÃES, 2009, p. 65, grifo nosso).

capivara (*Ossubtus xinguensis*). Sendo também um rio de intensa (e histórica) atividade pesqueira.

A contribuição dos estudos dos ictiólogos, do quadro de pesquisadores do “painel”, revelou que o chamado hidrograma artificial proposto – paradoxalmente chamado de “hidrograma ecológico” – não era capaz de manter a diversidade de espécies existentes no rio Xingu, bem como sua dinâmica natural. Os volumes e níveis de água ficariam comprometidos, refletindo sobre a manutenção da floresta aluvial e sobre a dinâmica das águas. Prejudicando, sobremaneira, todo o ambiente através do qual numerosas e distintas espécies evoluiu, formando a exuberante biodiversidade da Volta Grande.

Os especialistas apontaram que, por ocasião do barramento do rio na região da Volta Grande do Xingu, as vazões no TVR (trecho de vazão reduzida), ou seja, a quantidade de água que seria liberada pela barragem, para poder assim realizar a grande volta do Xingu, não passaria de 8.000 m³/s. Bem abaixo do valor máximo da cheia natural do rio Xingu, em torno de 23.000m³/s. É possível concluir, portanto, que o TVR nunca seria capaz de garantir e/ou reproduzir as condições naturais existentes anteriormente (antes de o rio ser barrado), impactando de forma extrema o desenvolvimento da fauna e a flora. O painel, de maneira categórica, afirmava não ser possível a sobrevivência de espécies de peixes no trecho de vazão reduzida.

Alertaram os cientistas do painel também sobre: a) os riscos de erosão das encostas dos igarapés; sobre b) o assoreamento destes corpos d’água; sobre c) o aumento de turbidez da água do rio e de igarapés e; sobre d) à redução dos teores de oxigênio no rio e nos igarapés. Sendo essas transformações, ou melhor, todas essas transformações, resultantes do conjunto de obras de engenharia da UHE Belo Monte. O painel também pontuava sobre uma possível mortandade de peixes e outros animais nos trechos dos canais de derivação – canais responsáveis por aumentar a velocidade dos corpos d’água –, em especial, na estação de baixa precipitação, quando do longo período de residência da água nos canais. O aumento da temperatura da água e, por conseguinte, a perda de oxigênio, resultaria na morte de peixes.

Por ser o Xingu um rio de corredeiras, seriam impactadas as espécies de peixes que tem seus hábitos reprodutivos ligados às variações do nível ou da dinâmica das águas, o que poderia levar a um colapso nas populações dessas espécies de peixe em

curto e médio prazo, resultando assim, em perdas de comunidades inteiras de peixes que viviam nos igarapés. Sendo essas perdas irreversíveis¹³⁹.

Provocando imensuráveis impactos socioambientais sobre povos indígenas e comunidades ribeirinhas. No Box abaixo estão presentes as conclusões (além das já apresentadas) a que chegaram os cientistas integrantes do “Painel de Especialistas”, quando da análise sobre os (à época, ano de 2009) potenciais impactos sobre comunidades de “peixes migradores”.

No que se destaca também, como consequência óbvia deste cenário, o comprometimento da atividade da pesca e a diminuição do pescado para atender as necessidades dos grupos humanos locais. O que possivelmente levaria a uma mudança de hábito alimentar da população, bem como a possíveis migrações de distintos grupos sociais. *Não consta no EIA/RIMA estudos sobre possíveis perdas sociais e culturais que o empreendimento poderia desencadear em uma região que se distingue por sua diversidade étnica, social e histórica.*

BOX 10: EFEITOS DO BARRAMENTO DO RIO SOBRE A ICTIOFAUNA

Em suma, o impacto do represamento do rio sobre os peixes migradores é inquestionável. Tanto os peixes que se movimentam na direção de jusante para montante da barragem (em busca de sítios para desova), como também os que se movimentam no sentido inverso, de montante para jusante (em busca de sítios para alimentação) serão afetados.

Os impactos devem ocorrer com os peixes adultos e reprodutores e principalmente com as larvas, alevinos e jovens, que se deslocam de montante para jusante. Para esses, não somente a redução da vazão no canal de desvio se constitui num grande impacto, mas também o próprio reservatório, o qual terá condições ecológicas distintas, notadamente o maior volume d'água, diminuição da correnteza e alterações bioquímicas delas resultantes.

Normalmente, os peixes que migram para a desova são muito sensíveis a variações das condições ambientais e, por isso, é provável que o processo reprodutivo das espécies migradoras do rio Xingu seja severamente afetado com a construção da hidrelétrica. A consequência disso não será apenas a diminuição das populações dos peixes migradores, mas também de seus predadores e vários outros componentes da mesma rede trófica.

139 A bacia hidrográfica do Rio Xingu apresenta uma das maiores riquezas de espécies de peixes já observada na Terra, com cerca de 4 vezes o total de espécies encontradas em toda a Europa (EIA – Vol. 19, pag. 173). Esta riqueza pode estar representada também em outros grupos de seres vivos aquáticos menos estudados. A introdução de espécies alóctones (de outras regiões) é a principal causa extinção de espécies em ambientes aquáticos em todo o mundo (CARLTON & JONATHAN, 1993). Considerando a alta diversidade do Rio Xingu as perdas causadas por tais introduções são inaceitáveis. Além dos impactos na biodiversidade, a introdução de espécies alóctones em ambientes aquáticos continentais causam prejuízos sócio-econômicos expressivos [...] (MEDEIROS, 2009, p. 168).

Fonte: “Painel de Especialistas” a partir de (SANTOS, 2009) “Análise do EIA/RIMA: Ictiofauna”. Adaptado pelo autor.

Diversidade que é “singular” em termos da sociabilidade presente na região. Além deste fato, o Painel apontou ainda haver no EIA/RIMA da Usina Hidrelétrica de Belo Monte inúmeras contradições:

(...) no texto do EIA, há uma contradição: os impactos caracterizam as Terras Indígenas como diretamente afetadas e a delimitação da área as exclui. **Na verdade, o que se tem é que empreendimentos desse porte têm mantido ao longo dos anos a errônea premissa de considerar como áreas diretamente afetadas aquelas que são inundadas pela formação do reservatório.** Como tal empreendimento (presumivelmente) não inundará toda a Volta Grande do Xingu então, **por pressuposto dos administradores do empreendimento, e só deles, ela não é considerada diretamente afetada.** No caso de Belo Monte, isto se torna tanto mais grave porque o empreendimento vai modificar a vazão do Rio Xingu e de seus afluentes neste trecho, provocando um estado de – verão permanente – diminuição do lençol freático, mudanças nos trechos navegáveis, importante perda de fauna aquática e terrestre, escassez de água, etc. Isto é, perda de recursos naturais, inclusive hídricos, que incidem diretamente sobre os padrões da vida social destes índios (MAGALHÃES, 2009, p. 64, grifo nosso).

Tanto o Governo Brasileiro como o Empreendedor afirmavam (orgulhosos) que o projeto UHE Belo Monte não iria inundar terras indígenas. Porém, o desvio do rio provocaria uma redução de 70% da vazão deste, repercutindo de maneira direta sobre as populações indígenas. Populações estas, é importante lembrar, protegidas por direitos constitucionais. Os povos indígenas localizados na Volta Grande não são considerados “diretamente atingidos” pelo projeto. Mesmo que a empresa, contraditoriamente, apresente programas de compensação e minimização de impactos sobre esta população.

A partir da análise do EIA/RIMA, portanto, no que concerne, em especial, aos povos indígenas, tem-se a impressão que a solução geral apontada é de subordinar os indígenas inúmeros programas capazes de mitigar e compensar os impactos da grande obra de Belo Monte, em vez de possibilitar aos indígenas uma inserção política mais igualitária e equitativa, tratando-os, assim, como povos cujos direitos devem ser respeitados, inclusive quando da não aceitação de grandes obras hidrelétricas em suas terras.

Segundo (ACSELRAD, 2009, p. 54, grifo nosso),

A retórica ambientalizada do RIMA não consegue, afinal, esconder o fato que **a sustentabilidade da barragem depende da destruição da**

sustentabilidade das populações afetadas. Ou seja, nos próprios termos do glossário do RIMA, a continuidade econômica e ambiental da barragem se alimenta da descontinuidade econômica, social, ambiental e cultural dos grupos sociais atingidos. Tudo o que o grande projeto pode fazer é buscar oferecer uma compensação das perdas absolutas, intangíveis e incomensuráveis que serão impostas a estes grupos. **É indispensável sublinhar, porém, que tal compensação será a tradução monetária ou material de experiências e valores absolutamente incompensáveis.** Dada à natureza de tais perdas, os paredões, brejos, veredas, lagoas marginais etc., quando submersos, farão submergir também **os fluxos materiais e imateriais dos quais os grupos sociais atingidos desde sempre retiraram sua identidade.**

Destaca-se, além disso, ser o Brasil um dos campeões em desperdício de energia elétrica e que, a destinação da maior parte da energia produzida na Amazônia ser direcionada a grandes conglomerados agrominerometalúrgicos multinacionais e internacionais. Em que pese a retórica do “apagão” e do atendimento à população brasileira, este é o fim principal da energia gerada a partir dos rios e das vidas na Amazônia. Além do fato de não existir no Brasil, uma proposição por parte do governo, que busque contemplar a participação da população atingida por esses grandes projetos hidrelétricos na concepção e no planejamento destes.

4.4.2 – “Participação” da Sociedade Civil e Invisibilidade Social

Quando da análise dos mecanismos de participação expressos EIA/RIMA de Belo Monte, o “Painel de Especialistas” defendia que a participação da sociedade civil deveria começar por ocasião da concepção do planejamento, a partir da discussão sobre programas estaduais e nacionais. Defendem os pesquisadores ainda, que a participação da população deva ser prevista na fase da concepção do projeto. Para o caso do projeto de aproveitamento hidrelétrico Belo Monte, não existia quaisquer informações sobre a participação da população nos estudos para o aproveitamento hidrelétrico da bacia do rio Xingu. Para os pesquisadores deveria ser feita a discussão sobre a UHE Belo Monte por meio de análise da obra (o complexo hidrelétrico), e não a partir de seu produto (a energia elétrica).

Defende (ACSELRAD, 2009), em seu artigo/parecer, a realização de um amplo debate público junto à sociedade, em distintas escalas, sobre quais setores são responsáveis pelo aumento da demanda por energia no Brasil. Para que assim, fosse

possível debater sobre a legitimidade desta demanda e, se a demanda justificaria todos os impactos sociais e ambientais que promove. Além de ter que apontar ainda, que tipo de energia seria o mais apropriado para cada realidade e quais as formas social e ambientalmente seguras de obtê-la.

O EIA de Belo Monte faz referência ao grupo de pessoas atingidas pela obra enquanto “população”. Este termo mascara no Estudo de Impacto Ambiental a complexa realidade empírica impactada pelo projeto, ao mesmo tempo em que desobriga seus proponentes, o empreendedor, da elaboração de uma taxonomia capaz de contemplar os diversos grupos sociais existentes, associando-os às suas formas de vida. Omitindo assim quais as categorias teriam seus modos de vida ameaçados pela construção da Hidrelétrica. No Box abaixo é possível constatar o que representa “sustentabilidade” no projeto UHE Belo Monte.

BOX 11: A noção de “sustentabilidade” presente no documento AHE Belo Monte

A “sustentabilidade” segundo o glossário apresentado à página 196 do referido documento, é definida como “a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana”. Ora, em se tratando da “sociedade humana”, em seu sentido amplo, o impacto de uma barragem só poderia ser medido no longo prazo, e assim mesmo, como uma pequena parte contribuinte de todo um modelo de apropriação do espaço, de ecossistemas e de fluxos de matéria energia – modelo este, segundo indicam pesquisas científicas, capaz de alterar a resiliência dos sistemas terrestres. Mas se, ao contrário, falarmos da continuidade de grupos sociais específicos e localizados, grandes barragens como a de Belo Monte constituem **um objeto técnico de conhecido e indiscutível poder de ruptura de continuidades – da continuidade de rios, por suposto, mas também de modos de vida, de cadeias tróficas, de dinâmicas reprodutivas de seres vivos em geral e de grupos humanos, em particular. As grandes barragens, portanto, são, por excelência, fatores de destruição da “sustentabilidade”, nos próprios termos definidos pelo glossário do RIMA de Belo Monte.**

Apesar disso, o documento intitulado “RIMA do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte” afirma a pretensão do empreendedor “contribuir com o investimento em alternativas de sustentabilidade econômica, social e ambiental para as populações que tiverem suas atividades afetadas” (...). Ora, a continuidade a que a noção de sustentabilidade se refere não é, ao contrário do que sustenta o documento do RIMA, simplesmente “dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade” cada um de per si. **A continuidade a que o debate sobre “desenvolvimento sustentável” se refere diz respeito às práticas espaciais dos diferentes grupos sociais – ou seja, às práticas que condensam, ao mesmo tempo e de forma indissociável, dimensões territoriais e culturais, materiais e simbólicas da existência das populações. Estas são, pois, as dimensões de cujo entrelaçamento e ação recíproca depende a reprodução sócio-cultural e material dos grupos atingidos.**

Fonte: “Painel de Especialistas” a partir de (ACSELRAD, 2009, p. 53-54) “A noção de ‘sustentabilidade’ presente no documento intitulado ‘RIMA do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte’”. Adaptado pelo autor.

Sustentabilidade também não procurada quando do trato sobre a dimensão da saúde das pessoas que viviam dentro da área de influência direta do empreendimento. O EIA de Belo Monte não incluía, segundo o “Painel de Especialistas” um diagnóstico situacional de saúde da população. Utilizando-se de dados secundários, não confiáveis, por não representarem a realidade a partir da dinâmica social proposta pela obra, o EIA se apresentava enquanto um modelo de diagnóstico falho em sua metodologia. E, por conseguinte, constituía-se enquanto um parâmetro insuficiente para se pensar o planejamento à saúde da população. Não bastasse isso, a atenção à saúde vislumbrada no EIA, restringia-se à atenção primária, sem a indicação de como seria buscado (e garantido) o atendimento relacionado à urgência e emergência.

Além desta possibilidade de crime contra a população, qual seja a inexistência de um planejamento sólido sobre a estrutura de saúde que atenderia (deveria atender) Altamira e as demais cidades da região, no EIA, segundo o Painel, se faz presente também, possíveis crimes de ordem ambiental. Há uma inconsistência entre o que é discutido no Estudo de Impacto Ambiental e seus efeitos sobre o ecossistema terrestre. O EIA de Belo Monte confirma que as florestas sujeitas à inundação seriam perdidas, mas por outro lado, não se apresenta no documento a proposição de novas unidades de conservação, que poderiam servir como medidas compensatórias.

A equipe de pesquisadores do painel ressaltava que, o Brasil, quando do momento de formulação de seu planejamento energético, acaba por se submeter ao atendimento da oferta e não se questiona e/ou aprofunda análises maiores sobre a demanda. A oferta então passa a delinear um arranjo entre o planejamento do governo e o mercado. O que gera como consequência a destruição de sua riqueza natural, bem como graves violações de direitos e garantias constitucionais (na escala nacional e internacional), além de múltiplos impactos socioambientais.

O Painel (2009) fecha seu conjunto de análise a partir do levantamento de algumas questões, direcionadas ao governo e ao empreendedor de Belo Monte. O box 12 abaixo traz algumas das “68 perguntas” formuladas pela equipe de cientistas independentes que formaram o Painel de Especialistas. Escolhemos as que, sob nosso olhar, são as mais significativas.

BOX 12: PERGUNTAS DO “PAINEL DE ESPECIALISTAS”

Questão 02: O paradigma da complexidade vem se impondo principalmente em se tratando do respeito ao meio ambiente e ao diálogo social que deva ser feito para que as ações governamentais se executem com maturidade. Pensar usina hidrelétrica como fornecedora de energia a qualquer custo rompe com este conceito. Que parâmetros além do energético justificam obra de tamanho impacto e com tamanhas contradições?

4. A expansão prevista das indústrias eletrointensivas na Amazônia está dentro das previsões no Plano Decenal? Este deve ser o destino da energia da Belo Monte (se for construída), fornecer energia subsidiada para indústrias que empregam pouco?

Questão 59: Qual a garantia real e legal de que não serão construídos outros barramentos futuros acima de Altamira, já que a energia firme de Belo Monte é apenas 39% da potência instalada e precisaria de mais água para turbinar? A resolução do Conselho Nacional de Política Energética não é suficiente. Trata-se de Conselho Consultivo da Presidência da República que se reúne com a frequência que se queira e pode revogar suas decisões anteriores, não é instância superior ao Congresso Nacional nem às altas esferas do poder judiciário.

Questão 63: Como fica o esgoto sanitário de Altamira com o aumento dos níveis de água. Vai funcionar? Não vai haver brotamento de água na cidade?

Questão 64: O RIMA (...) não fala nada em risco hidrológico na Volta Grande, após a barragem principal. Vai ter água para poços, a que profundidade, com que qualidade?

Questão 67: Não se sabe bem qual o custo financeiro do AHE de Belo Monte, mas se sabe que oscila na casa de dezenas de bilhões. Também o custo ambiental, se fosse transformado em dinheiro, serão outras dezenas de bilhões. Apesar disso, o governo está seriamente empenhado na sua construção. Ou seja, parece que a energia elétrica é o bem mais valioso a ser extraído do Xingu e isso a qualquer preço. Dependente ou mesmo independente de seu custo, é preciso saber, para quem ou para que esta energia está sendo produzida. Informação sobre isso é um direito do cidadão (sobretudo daquele que vive na região) e um dever do governo democrático. O que o governo tem a dizer sobre isso?

Questão 68: Quando e como serão realizadas as oitivas indígenas?

Fonte: “Painel de Especialistas” (MAGALHÃES e HERNANDEZ, 2009, p. 185, 190 e 191) “PERGUNTAS DO PAINEL DE ESPECIALISTAS”. Adaptado pelo autor.

Após a apresentação das principais conclusões a que chegaram os pesquisadores do Painel de Especialistas, quando da análise do EIA/RIMA de Belo Monte, **portanto, antes da obra ter sido construída**, apresentar-se-ão em seguida, os principais resultados do levantamento realizado pelo Instituto Socioambiental – ISA (2015) e pela fundação Getúlio Vargas (2016), sobre os efeitos socioespaciais das obras e da dinâmica imposta pelo “grande objeto” Belo Monte, **a partir de sua viabilização por parte do Estado brasileiro e de um grupo de empreiteiras, ou seja, a partir da construção da UHE Belo Monte**. Objetiva-se demonstrar que muitos dos alertas feitos, pela equipe de cientistas que conformaram o painel, não só se concretizaram, mas sim, que estes foram

potencializados! Seja pelo empreendimento, seja pela dinâmica reestruturadora que o acompanhou.

4.5 – Belo Monte na prática: os estudos do ISA e FGV

Nesta seção, como indicado, faremos a apresentação dos principais dados provenientes de pesquisas feitas pelo Instituto Socioambiental e pela Fundação Getúlio Vargas. Além de apresentar, também, as principais conclusões a que chegaram à equipe de pesquisadores envolvida no levantamento de informações e geração de dados acerca dos impactos socioambientais promovidos pela UHE Belo Monte à cidade/sociedade de Altamira e região.

O documento do ISA analisado foi o “DOSSIÊ BELO MONTE: não há condições para a Licença de Operação”. Segundo a entidade o documento representa (ou representava a época de seu lançamento) um alerta da sociedade civil organizada para o IBAMA. Mostrando a este que não havia condições objetivas suficientes para autorização do início do enchimento dos reservatórios da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, por meio do desvio definitivo do rio Xingu, previsto para o primeiro semestre do ano de 2015.

O Dossiê destaca em suas páginas iniciais que, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) que tornou Belo Monte realidade, continua a ser, cinco anos depois do leilão para construção e operação da usina, símbolo de inadimplência socioambiental e desrespeito às populações atingidas. A partir da colaboração de pesquisadores, técnicos, antropólogos, jornalistas, advogados, representantes de movimentos sociais, defensores e gestores públicos foram levantados dados que evidenciavam um claro descompasso entre o ritmo em que a obra era tocada (desenvolvida), de considerável rapidez, e as ações e obras de minimização dos impactos de Belo Monte (de responsabilidade do empreendedor e do poder público em diferentes escalas), de inaceitável morosidade.

O Dossiê do ISA representa, portanto,

[...] uma síntese das conclusões de pesquisadores, técnicos, antropólogos, jornalistas, advogados, representantes de movimentos sociais, defensores e gestores públicos que acompanham o processo de licenciamento e os impactos da usina desde a concessão da primeira licença referente ao empreendimento, em 2010. Para produção do presente material, a equipe do Instituto Socioambiental se pautou em mais de cinquenta entrevistas e em duas dezenas de artigos inéditos produzidos por esses especialistas e

atores regionais, compilados na publicação *Vozes do Xingu – Coletânea de artigos para o Dossiê Belo Monte*.

[...] com o intuito de promover um debate qualificado, que possa influenciar o planejamento, a execução, a fiscalização e o controle social de Belo Monte e de outras obras de infraestrutura previstas para a Amazônia.

O documento está estruturado em três partes (capítulos), que são: “Belo Monte: da promessa à realidade” – primeira parte; “Consequências do descumprimento das condicionantes de Belo Monte” – segunda parte e; “Lições aprendidas de Belo Monte: problemas institucionais que precisam ser superados e não podem se repetir” – terceira parte. Segundo o Instituto Socioambiental o Dossiê não tem por objetivo ser um inventário completo do que se materializou, ou do que deveria ter se materializado, nem busca contemplar todas as visões sobre as consequências de Belo Monte para a região. Para o ISA este tipo de esclarecimento compete à empresa responsável pela usina e ao governo brasileiro.

A estes agentes cabe a prestação de contas junto à sociedade acerca dos volumosos recursos gastos em medidas socioambientais que não conseguiram atingir os objetivos de minimizar e/ou compensar de forma justa os impactos negativos da obra. Segundo o ISA, ainda, resta à sociedade civil o papel de pressionar a empresa e o estado brasileiro sobre o que eventualmente entenda ter acontecido de maneira arbitrária e socioambientalmente indesejável, tendo, por fim, corrigir os erros e violências cometidas, para que, desta maneira, os mesmos não venham a se repetir.

4.5.1 – Contextualizando o Dossiê

No ano de 2010, o IBAMA concedeu a licença prévia da UHE Belo Monte a partir de um conjunto de medidas obrigatórias que tinham por intuito mitigar e/ou compensar os impactos socioambientais provenientes da Usina ou da dinâmica impulsionada por esta. Chamou-se a este “conjunto de medidas” de “*condicionantes socioambientais de viabilidade da usina*”.

Dentre as condicionantes previstas, destacavam-se as direcionadas: a saúde, a educação e ao saneamento básico que, conforme fora pactuado pelo empreendedor e o IBAMA, deveria preparar a região para receber a obra, prevenindo e minimizando assim os principais impactos sobre esses serviços públicos, decorrentes do inevitável aumento populacional advindo da implantação da Obra e de seu conjunto de obras¹⁴⁰.

140 Segundo a prefeitura de Altamira a população da cidade dobrou com o processo de construção da UHE Belo Monte. Em 2010, a população da cidade era da ordem de 85 mil habitantes. Em 2012, dados da

Para sermos suficientemente claros, as tais condicionantes deveriam ser todas construídas antes do desenvolvimento do empreendimento. “Condicionantes” vêm de “condição para”. Não obstante, durante o processo de proposição do projeto e da obra de Belo Monte o não cumprimento das tais condicionantes, sempre foi motivo de preocupação. Estas, portanto, não foram vistas, como **condição para** a viabilização de algo e sem as quais o algo não aconteceria. Mas sim, como **meras prerrogativas formais** dentro de um processo de licenciamento ambiental.

Ressalte-se ainda a definição de um Projeto Básico Ambiental (PBA) – para além das ações antecipatórias (das condicionantes). O PBA composto de planos, programas e projetos socioambientais (previstos nos Estudos de Impacto Ambiental e no Relatório de Impacto Ambiental), foi formulado tendo por objetivo prevenir, mitigar e compensar os impactos da obra, inclusive em relação aos povos indígenas, através de um PBA exclusivo para estes povos – trata-se do Projeto Básico Ambiental do Componente Indígena – PBA-CI. No caso de Belo Monte, os custos para a implementação do PBA (incluindo o PBA-CI) foram estimados no valor de R\$ 3,2 bilhões.

A construção da UHE Belo Monte teve início em fevereiro de 2011, a partir da instalação dos canteiros de obras. O atraso nas obras obrigatórias (ou mesmo o não atendimento de algumas condicionantes nos setores da saúde, da educação e do saneamento básico, bem como no desenvolvimento de ações de regularização fundiária e proteção das Terras Indígenas e Unidades de Conservação impactadas pela Obra), persistem até os dias atuais, mesmo que já tenhamos mais de seis anos de emissão da licença prévia.

O atraso nas ações antecipatórias obrigatórias, as condicionantes, promoveu uma sobrecarga nos equipamentos públicos, provocando também uma intensa degradação ambiental na região, o que gerou a piora na qualidade de vida da sociedade local; Além da perda de recursos naturais essenciais à manutenção das formas de vida dos povos indígenas e comunidades tradicionais da região.

Segundo o Dossiê (2015) elaborado pelo ISA, a infraestrutura de saúde construída pelo empreendedor demonstrou ser insuficiente para evitar, nos momentos de maior

prefeitura, apontavam que a cidade tinha entre 140 a 150 mil habitantes. A prefeitura de Altamira estimava a população a partir de dados relativos ao crescimento pela demanda de serviços (coleta de lixo, educação e saúde), medidos a partir das seguintes variáveis: tonelada de lixo doméstico produzido por número de habitantes, aumento da demanda por matrículas nas escolas e aumento da demanda nos atendimentos de hospitais e postos de saúde.

demanda (os anos de 2012, 2013 e 2014) a sobrecarga dos equipamentos existentes ¹⁴¹. Como fruto da pressão dos movimentos sociais, e da revolta dos socioespacialmente atingidos, a empresa Norte Energia e o Estado (em suas várias escalas de atuação e representação) buscaram dar respostas à pressão social, promovendo a entrega de parte das obras de mitigação e compensação que há muito deveriam ter sido entregues.

Os atrasos na entrega desses equipamentos, e as dificuldades da gestão municipal para garantir seu funcionamento, acabaram por comprometer a efetividade dos investimentos realizados em setores considerados básicos e estratégicos, como a saúde, por exemplo. O Hospital Geral de Altamira, para título de ilustração, foi concluído (somente) em março de 2015 e inaugurado quase dois anos depois de sua entrega.

Ou seja, nos momentos mais agudos em termos de aumento da demanda por serviços de saúde (compreendido entre os anos de 2012 e 2014) este Hospital em nada pode contribuir. Sua não existência física à época, e depois seu não funcionamento (não existência operacional), implicaram na sobrecarga do já superlotado e incapaz de responder as demandas, Hospital Municipal São Rafael (o mais antigo da cidade).

Este, aliás, mais parecia hospital em área de guerra, tendo em vista seus corredores sempre cheios, seus leitos insuficientes, e seu quadro profissional diminuto que realizava esforço sobre-humano para dar conta de enfrentar a demanda (sempre muito diversa), onde um esfaqueado, uma gestante com bolsa rompida e uma vítima de atropelamento, por exemplo, “disputavam” qual seria o caso mais prioritário dentre as prioridades existentes. O box abaixo traz maiores informações sobre este caso.

BOX 13: do atraso nas condicionantes (1): lamentar o intolerável.

Entregue há um ano, Hospital Geral de Altamira ainda não funciona

Obra condicionante para a construção de Belo Monte foi entregue em 2015. MPF recomenda que hospital passe a atender a população em até 60 dias.

Nesta quarta-feira (29), representantes da prefeitura de Altamira, Ministério Público, IBAMA, Governo do Estado e da Norte Energia se reuniram agora a tarde, em Altamira, para discutir a abertura do Hospital Geral do município. A unidade, construída pela empresa responsável pela obra de Belo Monte, foi entregue há um ano à prefeitura, mas até agora não funciona. São 104 leitos, que poderiam estar ajudando muitos moradores. O Ministério Público Federal chegou a enviar uma recomendação com prazo de sessenta dias para que as autoridades colocassem o hospital para funcionar. A expectativa é que depois dessa reunião se tenha uma posição oficial sobre esse prazo.

141 “R\$ 485 milhões foram investidos em obras de saneamento básico. Foram construídos 220 km de redes de esgoto e 170 km de redes de abastecimento de água – mas nenhuma casa foi ligada ao sistema. A estação de tratamento de esgoto está construída, mas sem as ligações domiciliares o sistema não pode receber o esgoto e funcionar” (DOSSIÊ BELO MONTE, 2015).

Fonte: Disponível em <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2016/06/entregue-ha-um-ano-hospital-geral-de-altamira-ainda-nao-funciona.html>, acesso em 29 de junho de 2016.

No campo da educação, segundo o Dossiê (2015), os equipamentos que foram construídos e/ou reformados pelo empreendedor de Belo Monte na cidade de Altamira (por exemplo), não conseguiram atender o aumento na demanda por serviços educacionais e, portanto, não conseguiram evitar a queda na qualidade do ensino. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), mostram que a fase de instalação da usina foi acompanhada pelo aumento da demanda por vagas no ensino fundamental ofertado no espaço urbano, provocando assim, aumento do número de alunos nas salas de aula das escolas da cidade. Foi atestado também piora dos indicadores “abandono” e “reprovação escolar”, bem como do índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Na área do saneamento básico foi imposta, ao empreendedor, a necessidade de implantar as redes de tratamento de esgoto e água potável na cidade de Altamira – a mais intensamente impactada pela construção da UHE Belo Monte. O empreendedor até hoje (agosto de 2017) não conseguiu cumprir esta obrigação. Segundo o Dossiê (2015), as estações de tratamento de água e esgoto já foram concluídas, mas não há perspectiva de funcionamento nos próximos anos, devido à ausência de ligação dos domicílios à rede de tubulações.

Isto implica um risco real e potencial na piora da qualidade da água no reservatório e seus impactos nos igarapés Ambé, Altamira e Panelas (igarapés que cortam a cidade), bem como, nas águas subterrâneas (lençóis freáticos) que servem à cidade de Altamira, o que poderia delegar como resultado, um verdadeiro colapso sanitário à cidade e seus moradores, que dependem da água do rio Xingu para consumo e outros afazeres. O box abaixo traz uma análise completa desta situação.

BOX 14: das promessas à realidade: o saneamento básico da cidade de Altamira.

MPF pede paralisação de Belo Monte por risco de colapso sanitário

6 anos depois do início das obras, Altamira permanece sem saneamento básico e o enchimento do reservatório pode causar contaminação das águas e uma crise na saúde pública

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública pedindo paralisação emergencial do barramento do rio Xingu por agravar a poluição do rio e lençol freático da cidade de Altamira com

esgoto doméstico, hospitalar e comercial, já que a condicionante de implantação de saneamento básico, que evitaria esse impacto, até hoje não foi cumprida. Nas licenças ambientais, assim como nas propagandas da Norte Energia S.A e do governo federal, a promessa era de que a cidade teria 100% de saneamento antes da usina ficar pronta. Até hoje, Altamira continua sem sistemas de esgoto e água potável. A condicionante do saneamento básico, considerada uma das mais importantes de Belo Monte, estava prevista desde a Licença Prévia do empreendimento, concedida em 2010. Pelos prazos do licenciamento, a usina deveria ter entregado sistemas de fornecimento de água potável e esgotamento sanitário **no dia 25 de julho de 2014**. Ainda não entregou. Mesmo sabendo disso, **o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) liberou a operação da usina e o barramento do rio Xingu no final do ano passado**. Na Licença de Operação, emitida em novembro de 2015, o Ibama deu prazo até setembro de 2016 para que o saneamento de Altamira esteja concluído. Para o MPF, o novo prazo do Ibama é fictício. “Para concluir as obras do saneamento, a Norte Energia deverá implementar o fornecimento de água encanada e rede de esgotamento sanitário em mais de 24.250 domicílios altamirenses, até setembro de 2016, fazendo no curto prazo de 6 meses o que não fez, em 1 domicílio, no prazo de 6 anos”, diz a ação judicial assinada pelo procurador da República Higor Rezende Pessoa. Segundo o Ministério Público Federal, a recusa da Norte Energia em realizar parte essencial das obras do saneamento básico (ligações dos domicílios aos sistemas de água e esgoto) é ilegal. Para o MPF, “a NESA tem o dever de, segundo o PBA (Plano Básico Ambiental) fornecer água potável com maior garantia de qualidade e quantidade para todos os moradores da sede municipal”, não havendo dúvidas de que “é obrigação do empreendedor eliminar os sistemas atuais de disposição final de esgoto na cidade de Altamira, por intermédio da implantação de rede de esgotamento sanitário e estação de tratamento de esgoto, rede esta que deve ser construída por completo, o que, obviamente, envolve as ligações intradomiciliares”. A situação em Altamira sem as ligações dos domicílios aos sistemas de água encanada e esgoto é, portanto, a mesma de 104 anos atrás, quando a cidade foi fundada. Esgoto – doméstico, comercial e hospitalar - despejado nas ruas, no solo, no rio Xingu e nos igarapés que cortam a área urbana. Consumo humano de água do lençol freático contaminada pelo esgoto lançado no solo. A ação do MPF mostra que até mesmo em frente ao escritório do Ibama na cidade corre esgoto a céu aberto. O risco de prosseguir com o barramento do rio Xingu nessas condições é de contaminação das águas subterrâneas pela parte sólida do esgoto acumulado por décadas nas fossas rudimentares, já que o lençol freático vai subir e as fossas serão “afogadas”, causando doenças sérias que podem levar a morte, já que é do lençol freático de Altamira que a maior parte da população retira a provisão de água para consumo. Desde o início das obras da usina hidrelétrica de Belo Monte, tanto o governo quanto a empresa responsável sabiam dos riscos apontados na ação civil pública ajuizada pelo MPF. Parecer do Ibama de 2009 e estudo do Painel de Especialistas de 2010, em que 40 cientistas analisaram os impactos de Belo Monte, já apontavam a necessidade de estudos mais detalhados sobre os poços artesianos na cidade de Altamira e o possível impacto do barramento do rio Xingu sobre o lençol freático, já fortemente contaminado por esgoto doméstico. Para o MPF, “a resolução do problema está na identificação, limpeza e desativação de todas as fossas rudimentares e outros meios inadequados de disposição e destino final de esgoto, combinado com a efetiva ligação das residências altamirenses à rede coletora de esgotamento sanitário. Conjuntamente, deve haver a conclusão do sistema de abastecimento de água potável da cidade de Altamira, fornecendo a população água tratada com a respectiva limpeza e desativação dos poços artesanais, que funcionam sem nenhum controle sanitário e de outorga da União”. Durante as investigações sobre a situação do saneamento básico em Altamira, o MPF constatou que a Norte Energia, após construir o reassentamento urbano coletivo Jatobá, lançava esgoto diretamente em um dos igarapés da cidade. O Ibama multou a empresa em R\$ 2,5 milhões por lançar resíduos em desacordo com a legislação ambiental. O MPF pede na ação que a Justiça não aceite como argumento válido a ameaça de “apagão”, levantada pelo governo federal em todos os processos que tratam das condicionantes de Belo Monte, até porque as linhas de transmissão de Belo Monte apenas estarão concluídas em abril de 2017, conforme detectado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Segundo o MPF, o uso desse argumento pelo governo, que deveria cobrar o cumprimento das condicionantes por ele mesmo impostas, “faz nascer no

empreendedor uma segurança quase inabalável quanto à continuidade da obra, mesmo diante do descumprimento reiterado do PBA [Plano Básico Ambiental] e constatação de irregularidades gravíssimas, que põem em risco a vida e a saúde das pessoas”. A ação civil pública lembra ainda que a Organização das Nações Unidas “reconhece o direito à água potável e limpa e ao saneamento como um direito humano que é essencial para o pleno gozo da vida e de todos os direitos humanos” e que a situação da cidade paraense gera grave violação a esse direito, além de desrespeitar o direito ao meio ambiente, à saúde e educação das pessoas. Altamira pode engrossar uma triste estimativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), de que 1,5 milhão de crianças entre zero e cinco anos morrem todos os anos em decorrência da diarreia, uma doença evitável com saneamento básico e acesso a água potável. O MPF faz 15 pedidos liminares (urgentes) à Justiça. Quer a suspensão da licença de operação e a paralisação imediata do barramento do rio Xingu, além de suspensão dos incentivos e benefícios fiscais da Norte Energia por descumprimento das condicionantes referentes ao saneamento básico até que sejam cumpridas as obrigações de limpar e desativar as fossas rudimentares existentes, limpar e desativar os poços de água, fornecer água potável encanada e fazer funcionar o sistema de esgotamento sanitário em todo o perímetro urbano de Altamira. O MPF quer também a integral recuperação ambiental do lençol freático, igarapés e rios contaminados por esgoto e completa análise de poços tubulares e cisternas existentes hoje em Altamira, assim como a publicação do plano de saneamento da cidade pela prefeitura. A ação pede ainda a implementação de Campanha de Educação Ambiental no Município e que a Norte Energia faça um “Pedido Formal de Desculpas” aos cidadãos altamirenses, por todos os transtornos causados pelo não cumprimento, até o momento, da condicionante do saneamento básico. São réus na ação, além do Ibama e da Norte Energia, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), o município de Altamira e a União.

Essa é a 25ª ação judicial do MPF apontando irregularidades em Belo Monte. Processo nº 269-43.2016.4.01.3903

Fonte: Disponível em <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-pede-paralisacao-de-belo-monte-por-risco-de-colapso-sanitario>, acesso em 10 de março de 2016, grifo nosso.

No que concerne à segurança pública, o Estado do Pará e a Norte Energia estabeleceram termo de cooperação técnico financeira que, desde maio de 2011, determina que a empresa concessionária viabilize a implantação de ações – aquisição de novos equipamentos e melhora da estrutura físico-operacional da Polícia Militar – visando assim o fortalecimento dos órgãos responsáveis por combater o crime e prevenir a violência, a partir do repasse pela empresa aos cofres do referido Estado, entre os anos de 2011 a 2015, de mais de 115 milhões de reais.

Parte de recurso, mais precisamente 39 milhões de reais foi usado para adquirir um helicóptero para a secretaria de Segurança do Estado. De 2011 (ano onde foi firmada a cooperação técnico-financeira entre NESA e o Governo do Pará) a 2014, mais de 70% dos recursos haviam sido aportados ao que se chamou “Plano de Segurança Pública no Entorno de Belo Monte”.

Não obstante, Altamira ter continuado a registrar indicadores elevados, em termos de violência urbana e rural. Os casos de homicídios, acidentes de trânsito, violência

contra mulheres e adolescentes, furtos e roubos quase que duplicam desde o início da construção da UHE Belo Monte. De 2011 a 2014, o quantitativo de assassinatos/ano registrados em Altamira, saltou de 48 casos (2011) para 86 casos (2014). Como apresentado no capítulo 1 deste trabalho.

Segundo o Dossiê do ISA, o processo de reassentamento das pessoas removidas de seus lugares, localizados em área rural e/ou urbana¹⁴² – pessoas que foram obrigadas a sair de suas casas em virtude da construção do conjunto de obras da UHE Belo Monte, e/ou do enchimento da área do reservatório da Usina –, se configurou como um processo traumático, bem como desorganizado para as famílias, registra-se: mais de oito mil famílias foram impactadas socioespacialmente pelo empreendimento UHE Belo Monte (2015).

O estudo feito pelo ISA constatou a época que o Programa de Realocação Urbana proposto pelo empreendedor foi inadequado, deu-se de forma desorganizada, podendo ser classificado como pouco transparente. Desde o ano de 2014 mais de 3.000 famílias residem nos novos loteamentos (chamados de Reassentamentos Urbanos Coletivos – RUCs), sem serviços públicos adequados, incluindo transporte, saúde e educação. Outras tantas milhares de famílias aguardam a realocação, em um processo que, segundo o ISA, teria sido subdimensionado pelo empreendedor, já que este teria, no cadastro inicial, feito o registro de 5.141 moradias consideradas como atingidas, entretanto, contratou a construção para somente 4.100 casas. Além dos casos em que famílias denunciam não terem sido cadastradas (DOSSIÊ BELO MONTE, 2015).

Conforme o Dossiê, as famílias que foram atingidas socioespacialmente e aceitaram as indenizações em dinheiro, em boa medida, o fizeram por indução e/ou falta de esclarecimento sobre as alternativas a que teriam direito e, por isso, acabaram por receber valor insuficiente para a compra de outro imóvel, em virtude da acentuada especulação imobiliária gerada pela dinâmica da UHE Belo Monte. Somam-se a isso as desiguais negociações entre os socioespacialmente atingidos e o empreendedor de Belo Monte, que se deram sem assistência jurídica, por meio de instituições públicas.

142 Muitas famílias ribeirinhas moram parte do tempo nas ilhas do Xingu, onde pescam e plantam, e parte na cidade, onde vendem o peixe e usam os serviços urbanos. [...] Quem está em área que será alagada na cidade ou nas ilhas poderia optar por receber indenizações ou uma casa construída pela empresa em um reassentamento longe do rio. A indenização das ilhas só compensa as construções e não o valor da terra, resultando em baixos valores. [...] Como o boom econômico da obra encareceu as terras e imóveis da região, a opção de indenização não permite que a população removida possa adquirir uma nova casa ou lote na beira do rio. [...] O reassentamento, longe do rio, obriga os pescadores a deixarem de pescar, inviabilizando o modo de vida ribeirinho (DOSSIÊ BELO MONTE, 2015).

A Defensoria Pública Estadual foi desativada em Altamira no segundo semestre de 2014, por ordem do governo do Estado do Pará, justamente durante o período de maior demanda, tendo em vista o processo de reassentamento promovido em virtude da obra. Sem a devida assistência jurídica e sem ter acesso à informações importantes, as famílias afetadas nas áreas rurais, nas ilhas e/ou a beira-rio optaram majoritariamente pela indenização.

Segundo o Dossiê do ISA aponta, não foi respeitado o direito de agricultores e ribeirinhos diretamente afetados a serem reassentados em condições semelhantes as encontradas onde antes moravam. Os reassentamentos rurais coletivos não foram implantados. Embora tenham sido previstos no PBA, sendo inclusive formalmente apresentados como opção junto às famílias que deviam optar por uma forma de compensação aos danos causados pelo “grande projeto”. O processo de deslocamento compulsório das famílias que viviam a beira da estrada ou a beira rio, desconsiderou por completo o modo de vida destes sujeitos. Submetendo estes a desinformação, constrangimento e pressão psicológica. O que fez com que várias dessas famílias fossem induzidas a aceitar baixas indenizações.

Já que, não aceitá-las significaria lutar na justiça contra uma grande empresa, sem acesso à assistência jurídica gratuita, tendo em vista a não existência, há época, da Defensoria Pública na região. É importante destacar que uma equipe itinerante da DPU foi montada para atender os socioespacialmente atingidos por Belo Monte. Mas, esta era delegada ao atendimento de casos urbanos, ou seja, as milhares de famílias que moravam e tinham suas vidas à beira da estrada ou a beira rio não podiam/puderam ser atendidas e/ou acompanhadas pela DPU (DOSSIÊ ISA, 2015).

As pessoas que moravam nos RUCs ficaram por meses desassistidas quanto a transporte público e água. Hoje possuem transporte público, mas, o tempo de espera por um ônibus dura mais de uma hora para quem precisa ir à área central da cidade. Além do fato dos ônibus serem de péssima qualidade para a prestação de um serviço importante a sociedade local. A população reclama ainda do preço da tarifa, três reais durante o momento do levantamento de dados. Muitos foram os flagelos gerados pelo programa de reassentamento urbano de Belo Monte, porém, o mais grave talvez consista em ter deixado milhares de famílias ribeirinhas, cuja atividade da pesca era em demasia importante, sem rio e, portanto, sem ter acesso à sua principal fonte de renda, a pesca.

Entenda-se sem dignidade. Seja enquanto trabalhador seja enquanto “ser” no/do mundo. Buscando retratar este quadro, a jornalista Eliane Brum, do Jornal El País, quando de reportagem sobre os impactos da UHE Belo Monte, contou a história de seu Otávio, do filho Francisco e demais familiares, retratando o drama vivido por este. No box abaixo é possível sentir, a partir da força da narrativa escalar apresentada pela jornalista, a situação de “lamento e dor” (MAGALHÃES, 2007) de muitos atingidos socioespacialmente pelo objeto UHE Belo Monte.

BOX 15: “O PESCADOR SEM RIO E SEM LETRAS”

Otávio das Chagas tornou-se um não ser. A hidrelétrica de Belo Monte o reduziu a um pescador sem rio, um pescador que não pesca, um pescador sem remos e sem canoa. A ilha do amazônico Xingu, no Pará, onde cresceu, amou Maria e teve nove filhos não existe mais. Entre ele e o peixe não há mais nada. [...] Ele manda trazer uma boróca (bolsa) onde guarda os papéis. Está numa casa na cidade de Altamira pagando aluguel, a família ao redor dele, estranhando-se na paisagem. Otávio espera que os papéis possam salvá-lo, comprovar que viveu, atestar que pescava, dar conta dos surubins, dos matrinxãs, dos tucunarés e dos curimatãs que o rio lhe deu para encher a barriga de seus meninos. Comprovar até que tinha uma casa de palha onde a mulher atava as redes embaixo de pés de jaca. Otávio não sabe o que os papéis contam dele. Mas espera que digam algo de bom, algo que devolva a ele um sentido, desfça a contradição e, por fim, retornem-no a si mesmo. [...] – *Não tenho leitura* – ele avisa, oferecendo a mim os hieróglifos que dizem dele para que eu os desvende. Há algo de violento naquilo que se escreve sobre os que não se leem em papéis, naqueles que até o nome é escrito por outros. Recuso por enquanto aquela porta. Peço ao pescador que já não pesca que se documente em seus próprios termos. Otávio então busca marcas que não são letras. Seu pai está sepultado numa ilha que também já foi engolida pela usina, o corpo do pai jaz sob o paredão de concreto. Otávio descobre que a geografia inteira de sua vida sumiu, que seus mortos já não têm lugar. E que toda a enormidade do que perdeu foi calculada em R\$ 12 mil. Aos 61 anos, ele agora só tem memória. E as chagas do nome já não consegue curar. [...] Aquele que migra, ainda que saiba que talvez não exista retorno para a terra que deixou, conta com a concretude do passado. Há um lugar, há a carne e os ossos dos que ficaram. Aqueles que perdem uma ilha, perdem com ela tudo o que contava deles. Desfazem-se. Resta uma memória que só se expressa pela oralidade – e a oralidade tem menos valor no Brasil dos letrados, no universo dos cartórios, em que a justiça legitima o documento escrito. É do lugar dos que não têm mais mundo que fala Francisco. E ele fala em torrente, porque é mais rio do que terra. E não é papel.

[...] Nós não conhece essas coisa, nós não somo dessas coisa, nós somo morador. Você bem sabe que morador da colônia não é entendido em certas coisa. Ainda mais em negócio de leitura. [...] Porque gente pobre não tem outro serviço. Passei fome enquanto não achava esse trabalho. Cheguei a passar um dia e uma noite sem nada, sem um prato. **Sabe como é maldade? Pra mim é maldade. Nós tudo com fome. Sem nada. Porque lá todo dia nós dormia de barriga cheia. Todo dia nós almoçava, jantava, merendava. Nós tinha a nossa brincadeira, a nossa alegria. Fumo expulso de lá e no dia em que eu não arrumo nada pra comprar janta aqui, passamo fome.** Agora eu trabalho junto com os outro, fazendo bico, sabe como é bico? Não tenho meu serviço fixo. Eu trabalho pra um, desmanchando casa, trabalho pra outro, assim. Até que enfim agora a diária tá 50. Eu e meu irmão, o Zé, a gente trabalha assim. Nós vamo ser expulso que nem uns bicho bruto no meio do mundo? Nós não somo que nem cachorro, somo filho de gente. E nós nascemo e se criemo, tudo filho do lugar. O que fizeram com nós foi assim...

Eu não posso nem lhe dizer, porque eu não entendo desse negócio. Eu não entendo. Isso aí foi assim: eu pego um saco de bagulho e boto fora. Foi o que fizeram com nós. Eu não tenho nem o que dizer. Sou um homem sem voz.

A família está reunida na parte da frente da casa alugada num dos bairros mais violentos da periferia de Altamira. No “baixão”, como se diz ali, onde eles temem sair. Eles, para quem uma casa era o dentro e também o fora, era um lugar inteiro, agora têm medo do fora. Contam que pagam 500 reais de aluguel, mas que não têm conseguido inteirar o valor. Otávio, o pescador que não pesca, deu a canoa e o motor para o dono da casa. A maior parte dos 12 mil que receberam da empresa foi gasta com uma doença no coração de uma das meninas, que levaram para ser salva em Teresina, “com Deus e os doutor”. Não há cadeira para todos. Então, o lugar sentado é para o pai, que “sofre da próstata”, e para o filho, que sustenta a família. A mãe, Maria, fica em pé. A tarde já avança, mas eles ainda não almoçaram. No fogão, um pouco de feijão chia na panela de pressão. Só feijão, comprado fiado. Maria chora. Um choro bem quieto, de quem tem pudor de se mostrar, encostada na porta, querendo sumir.

- Minhas criança não passava fome lá. Eu toda vida gostei de planta, de criação. Aqui não tenho terrinha pra trabalhar. A gente anda com fome, porque não tem onde plantar. E os filho pede comida pra mãe, não pro pai. A pequena diz: “Mamãe, quero comer. Mamãe, quero comer”. Eu não tenho de onde tirar. Quando a gente come bem, assim, a gente dorme de noite. Mas, se a gente não come nada, não dorme.

Quem olha para as casas dos ribeirinhos, com os conceitos do seu próprio umbigo, pode não compreender o que é uma casa para quem vive no mato, à beira de um rio, ou numa ilha, onde a comida está por toda parte, e só o que se precisa é um teto de palha pra dia de chuva e uns palanques pra atar a rede. Para alguns, isso é pobreza. Só pobreza. Mas corre o risco de a pobreza estar mais no jeito de olhar para o outro, o que pode revelar um outro tipo de analfabetismo. Para Maria, a casa dela era a casa dela. A dimensão de uma casa só a pessoa que vive nela saber dizer.

- Eu varria o quintal todinho. Atava a rede pros menino embaixo de uns pé de jaca. Ou ia pescar. A gente saiu e derrubaram a casa todinha. Eu chorei.

[...] “remoção”. Belo Monte, uma das maiores e mais controversas obras do Brasil atual, “removeu” e ainda “removerá” milhares de pessoas de suas terras e de suas casas sem que o governo federal tenha garantido à população o seu direito à assistência jurídica. Como Otávio das Chagas, muitos não sabem sequer ler. Cada cidadão brasileiro conhece o quanto o caminho da justiça é espinhoso. Mesmo quem empilha títulos acadêmicos, com frequência se descobre analfabeto para a linguagem jurídica. Pode então imaginar o que significa esse processo para pescadores e agricultores, assim como para moradores urbanos, que estavam ou ainda estão no caminho de uma obra com custo previsto de R\$ 28,9 bilhões e no caminho de todos os poderosos interesses que uma soma desse porte movimentaria. Homens e mulheres desamparados diante das demandas da Norte Energia (NESA), sozinhos com a ampla equipe de advogados a serviço da concessionária, que se expressam com as palavras do seu mundo e por documentos que muitos não são capazes de ler. Não é preciso ser doutor para perceber a violência e a violação de direitos. [...] O senhor Otávio e seus nove filhos viveram a vida toda na Ilha da Maria, uma das 400 ilhas do Xingu, assim como os seus ascendentes. Ele explicou que, por conta do barramento do rio, a água subiu mais, destruindo a casa dele. Ele a reconstruiu, mas, no ano seguinte, a enchente também destruiu a casa dele. Ele então passou a construir uma casa mais simples, de palha e madeira. Nunca as alegações do senhor Otávio foram sequer reduzidas a termo pela empresa. Dentre outras coisas, alegaram que “no local sequer havia fogão”, o que comprovaria que ele ali não residia. Se tivesse um fogão, provavelmente exigiriam uma geladeira ou uma máquina de lavar para considerar a construção uma moradia. O fato de ele e sua família se ausentarem da ilha regularmente sempre que o rio subia, mas não no nível que passou a subir após o início do barramento, foi o suficiente para descaracterizar a residência. E, para piorar, ele

ainda foi cadastrado por engano como proprietário de um terreno rural às margens de uma estrada, onde era caseiro parte do ano. Esse caso sintetiza a total falta de compreensão quanto às particularidades do modo de vida dos habitantes das ilhas do Xingu. Quando os técnicos da empresa estiveram lá para elaborar o laudo/perícia, o senhor Otávio ainda montava a estrutura simplificada que utilizava para dormir, já que desistira de reconstruir a casa, seguidamente levada pelo rio. Para eles, residir é morar no local todos os 365 dias do ano. Para eles, casa significa um local com paredes de concreto ou alvenaria, jamais de palha, e “pelo menos um fogão”. Para eles, um pescador com mais de 60 anos e semianalfabeto pode se reinserir no mercado de trabalho ou sobreviver com uma indenização de doze mil reais ou um aluguel social de 800 reais mensais por apenas um ano. Quando eu falo “eles” aqui, estou falando menos do empreendedor e mais do governo, verdadeiro responsável pelas injustiças observadas em Belo Monte. [...] A leitura complexa da floresta e do rio de pessoas como Otávio é descartável para quem sequer reconhece a sua casa como uma casa. Para quem possui todas as letras, ele é só mais um analfabeto, já que não percebem que, na floresta, quem pode ler é Otávio e os analfabetos mudam de lugar. A pergunta é: para o Brasil de hoje, qual é o tamanho de uma vida humana?

Título original “O PESCADOR SEM RIO E SEM LETRAS” disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/16/opinion/1424088764_226305.html.

Fonte: Disponível em http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/16/opinion/1424088764_226305.html, acesso em 16 de fevereiro de 2015. Grifo nosso.

O box acima nos remete a pensar na condição subalternizada de determinados sujeitos na Amazônia. Em especial, os mais “precariamente incluídos” junto à sociedade (SOUZA, 2002). Esta categoria, a de subalternizado, que emprestamos junto a Gramsci, ajuda-nos no entendimento sobre a condição espacial das populações tradicionais na Amazônia, para o caso acima retratado, das populações ribeirinhas. Na obra gramsciana, as primeiras noções sobre o termo “subalterno” são usadas quando da referência à submissão de uma pessoa a outra, por exemplo, nos casos de respeito à hierarquia militar. Não obstante, este autor amplia o significado desse conceito, demarcando seus nexos dialéticos com o Estado, a Sociedade Civil, a Hegemonia, a Ideologia, a Cultura e a Filosofia da práxis (SIMIONATTO, 2009)¹⁴³.

A categoria “subalterno” e o conceito de “subalternidade” servem-nos aqui quando da discussão sobre os sujeitos socioespacialmente atingidos pelos efeitos re(des)estruturadores de “grandes projetos”, a exemplo do objeto UHE Belo Monte. Tanto a categoria quanto o conceito têm exercido importante função quando das análises de

¹⁴³ Este autor sugere, para os casos de estudo das classes subalternas, “a observação de uma série de mediações, tais como suas relações com o “desenvolvimento das transformações econômicas”; sua “adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes”; as lutas travadas a fim de “influir sobre os programas dessas formações para impor reivindicações próprias”; a formação de “novos partidos dos grupos dominantes, para manter o consenso e o controle dos grupos sociais subalternos”; a caracterização das reivindicações dos grupos subalternos e “as formas que afirmam a autonomia” (GRAMSCI, 2002, p.140). Tais indicações, não têm por proposição um programa de estudos historiográfico, mas remetem à complexa tessitura do pensamento gramsciano, em que as reflexões sobre a subalternidade aparecem dialeticamente interligadas com o Estado, a sociedade civil e a hegemonia” (SIMIONATTO, 2009, p.42).

fenômenos sociopolíticos e culturais (do mundo contemporâneo). Sendo utilizados quando da interpretação e análise da condição de vida de grupos e camadas de classe delegadas a situações de exploração e/ou destituição dos meios (julgados suficientes) para uma vida digna.

E, é justamente neste ponto, o do “suficiente para uma vida digna” que as populações tradicionais da Amazônia, que vivem da dinâmica da floresta, da terra e do rio, se diferenciam em termos de análise em relação a outros grupos sociais. Estas por terem um modo de vida integrado ao território sofrem mais com os impactos, com as ações que implicam a inserção destes de maneira fragmentada junto aos territórios. Posto que para estes sujeitos, sua condição espacial, contém as demais dimensões da vida, tais quais a social e a ambiental. Elas são indissociáveis umas a outra.

Sujeitos como seu Otávio não concebem o espaço de forma fragmentada, as necessidades dos sujeitos são integradas aos diferentes usos que estes atribuem ao seu meio circundante. Condição e concepção espacial que está em total desacordo com a dos sujeitos hegemônicos promotores de projetos desenvolvimentistas, a exemplo da UHE Belo Monte. Para estes, situados e/ou movidos em/por outras escalas geográficas, as problemáticas social e ambiental não se misturam. O meio se reduz ao papel de equacionar os limites impostos pela escassez de recursos materiais e energéticos. E, tal qual o meio, o humano é tido como recurso a ser explorado e ou superado – caso os agentes hegemônicos o tenham como entrave.

Há no mundo uma distribuição desigual do poder na apropriação dos recursos tidos como estratégicos para dinâmica da sociedade atual. E projetos hegemônicos, de agentes hegemônicos, produzem impactos indesejáveis para toda a sociedade e para os grupos mais vulneráveis em particular. Situação/contexto para qual o conceito de “desigualdade ambiental” (ACSELRAD *et al*, 2012) permite elucidações, tendo em vista que, o fato de o capitalismo fazer com que os danos decorrentes de práticas poluentes incidam, predominantemente, sobre grupos sociais vulneráveis, conforma uma distribuição desigual dos benefícios e malefícios de um dado modelo de desenvolvimento econômico, aqui chamado “neodesenvolvimentismo”.

Estando os benefícios destinados a grandes interesses econômicos (redes de empresas ligadas ao setor elétrico e a interesses de empreiteiras e grupos agrominerometalúrgicos que atuam por meio do capital financeiro); e os danos a grupos sociais despossuídos (caso de camponeses, ribeirinhos, indígenas e os pobres das cidades). O caso de seu Otávio e de seus familiares, bem como, de milhares de outros

socioespacialmente atingidos por Belo Monte, é representativo desse contexto, que delega a Amazônia e suas populações, uma condição subalterna dentro do cenário nacional e internacional.

Outro impacto decorrente da nova dinâmica trazida por Belo Monte foi à exploração de Terras Indígenas e Unidades de Conservação por madeireiros para a prática da exploração ilegal de madeira. Problemática histórica da região, que se potencializou, tendo em vista que a instalação da usina ocorreu na ausência de medidas efetivas de controle e fiscalização sobre os recursos florestais. Além disso, o não aproveitamento da madeira extraída, dentro dos próprios canteiros de obras da UHE Belo Monte, levou o empreendedor a obter milhares de metros cúbicos de madeira no mercado regional, reforçando a pressão sobre os recursos florestais e alimentando o comércio ilegal de madeira (cenário previsto, como vimos, pelo “painel de especialistas”).

É importante ressaltar que, foi pensado um conjunto de medidas de mitigação e compensação aos povos indígenas, proposto pela própria Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Essas medidas somavam 31 condicionantes, todas de responsabilidade do empreendedor, a Norte Energia e do Poder Público Federal; além de ter sido pensado um Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI), com previsão de 35 anos de duração. Segundo o Dossiê do ISA (2015), parte significativa dessas ações sequer saiu do papel. No mês de abril do ano de 2015, praticamente a metade das condicionantes indígenas previstas não haviam sido contempladas e/ou estavam com alguma pendência.

Ainda sobre o PBA-CI, o estudo do Instituto Socioambiental afirma que o cumprimento deste começou de fato somente após dois anos do início da instalação da usina. A empresa Norte Energia afirmava a época (2015) ter gasto o montante de 212 milhões de reais com os povos indígenas. Todavia, este recurso não foi investido de forma estruturada na mitigação e/ou compensação dos impactos. Os recursos foram usados na compra de bens de consumo duráveis e mercadorias perecíveis (até o mês de março do ano de 2015, segundo o ISA, tinham sido comprados 578 motores para barco, 322 barcos e voadeiras, e utilizados o valor de 2,1 milhões de litros de gasolina), solapando um padrão clientelista de relacionamento entre empresa e povos indígenas.

Segundo o ISA ainda, os recursos foram distribuídos por um período de dois anos, de outubro de 2011 a setembro de 2013. o valor do repasse mensal era de 30 mil reais para cada aldeia. Esta ação do o empreendedor, sob a conivência do Estado brasileiro, tinha por intuito diminuir ou mesmo acabar com processos de organização e resistência por parte dos indígenas. O que resultou como marca a desestruturação social e o

enfraquecimento dos sistemas de produção de alimentos nas aldeias, o que colocou em risco a saúde, a segurança alimentar e a autonomia desses povos.

Segundo o Dossiê do ISA, nos cinco anos seguintes à emissão da licença prévia, poucas foram as ações executadas tendo por objetivo prevenir ou diminuir os impactos aos povos indígenas. Tais ações só eram executadas quando ocorriam protestos nos canteiros de obras organizados pelos indígenas, ou ocorriam intervenções do Ministério Público Federal (MPF) ou decisões judiciais.

É importante exemplificar o afirmado acima. O Ministério Público Federal, em diversas ocasiões, precisou intervir para exigir a assinatura de um termo de compromisso para que assim pudesse ser implantado o PBA-CI. Através deste, buscava-se garantir o cumprimento das medidas de mitigação. Este termo de compromisso, devia ter sido assinado em até 35 dias após a emissão da licença de instalação da obra (concedida em janeiro de 2011), sua concretização ocorreu, no entanto, três anos após o início da obra, em março de 2014, quando mais de 300 indígenas ocuparam os escritórios da Norte Energia em Altamira, forçando assim a NESA a cumprir com suas obrigações.

Ou seja, “as condicionantes”, que nada mais são do que obrigações do empreendedor e do Poder Público Federal, tiveram que ser conquistadas pelos indígenas, tendo em vista não serem garantidas por quem direito as devia garantir. Servindo como exemplo do que estamos chamando neste trabalho de centralidades insurgentes. Ou seja, toda ação organizada e pensada pelos de baixo, para os de baixo. Tendo por intuito garantir algum direito constitucional cerceado ou corrigir visíveis casos e/ou situações de injustiça cometidas à população socioespacialmente atingida, pela dinâmica reestruturadora do “grande projeto” Belo Monte. As centralidades insurgentes em outras palavras, são o virar a mesa de negociações, mesa esta pautada na hegemonia do capital e do mercado. Possibilitando a ascensão, mesmo que como resistência, de outras intencionalidades políticas. Invertendo assim, a lógica de submissão dos mais pobres, dotando-os de autonomia e protagonismo frente ao debate sobre sua própria história.

A Norte Energia, como estratégia para frear a ação de lideranças indígenas contrárias a construção de Belo Monte, a partir do ano 2010 passou a destinar para as aldeias impactadas por Belo Monte, um montante mensal no valor de 30 mil reais. Este recurso, que teve duração em seu repasse de dois anos, consistiu na prática, em dotar os povos indígenas de um poder de consumo exercido por meio da aquisição dos mais diversos produtos. As lideranças indígenas eram liberadas a pedir tudo o que bem desejassem. Essa prática teve como produto a introdução descontrolada de alimentos

(industrializados) nas aldeias. O que levou ao abandono, por parte dos povos indígenas, do trabalho junto a suas roças, bem como, da prática da pesca e da caça.

No intervalo dos anos que durou o repasse (2010 a 2012), constatou-se que a desnutrição infantil junto aos povoados indígenas havia crescido 127% e que um quarto (1/4) das crianças encontrava-se em estado crítico de desnutrição. Provocando, no período do “plano emergencial”, o aumento de dois mil por cento (2000%) nos atendimentos de saúde aos indígenas que se destinavam à cidade de Altamira. Constatou-se ainda, que os 212 milhões gastos, não se concretizaram na construção de escolas e postos de saúde nas aldeias. A construção desses espaços foi feita de maneira tardia em relação ao início da obra. Construções estas que em nada respeita aspectos culturais destes povos. Sob as terras indígenas, fora constatado ainda o aumento da degradação ambiental e da prática criminosa do desmatamento (DOSSIÊ, 2015).

Os ribeirinhos, que tinham na pesca sua principal fonte de renda, foram em demasia afetados pela construção da UHE Belo Monte. Durante a etapa de construção da barragem, o uso de explosivos, a excessiva iluminação, e a redução da transparência da água, bem como a dragagem de praias inteiras, dentre outras intervenções diretas causadas ao meio ambiente, contribuiu para o afugentamento e morte de grande quantidade de peixes, suprimindo áreas inteiras destinadas à pesca, tradicionalmente, pelos ribeirinhos-pescadores do Xingu.

FIGURA 19: DOS IMPACTOS AOS POVOS INDÍGENAS

Enquanto isso, no período do plano emergencial (2010-2012):

Aumento de 2000% nos atendimentos de saúde
a indígenas na cidade



Faltam escolas e postos de saúde nas aldeias

Aumento da degradação e desmatamento
nas Terras Indígenas

Fonte: Extraído de Dossiê Belo Monte, disponível em:
<https://www.socioambiental.org/pt-br/dossie-belo-monte>.

O monitoramento realizado pela empresa para “medir” os impactos da obra à pesca, simplesmente não avalia a perda de áreas tradicionais de pesca. Os pescadores tiveram que ir a justiça lutar pelo direito de serem reconhecidos como impactados socioespacialmente por Belo Monte. Outro exemplo em que uma centralidade insurgente se fez notar. O IBAMA após ter ficado por mais de três anos em silêncio sobre este assunto (o caso/situação dos pescadores) foi obrigado, a reconhecê-los, como atingidos tendo em vista o robusto material preparado pelo Ministério Público Federal e por uma equipe multidisciplinar de cientistas.

No box abaixo, trazemos para conhecimento, alguns pontos destacados pelo MPF como fundamentais para abertura de Inquérito Civil Público contra os impactos socioespaciais do objeto UHE Belo Monte, elegendo como réus o IBAMA e a empresa Norte Energia, dos quais se exige reparação, material e moral, à população de pescadores impactada pelo empreendimento.

BOX 16: A PESCA PARA ALÉM DO PEIXE: como quantificar conhecimentos que, permitem a existência e reprodução social de gerações de comunidades de ribeirinhos-pescadores.

Antes de adentrarmos na análise dos fatos desta investigação, mister elucidar o que é a pesca e quem são os pescadores. **“A pesca representa uma atividade tradicional e antiga, passada de geração em geração”** (EIA Vol. 29, p. 153). Segundo o estudo da UFPA intitulado **“Impactos da Usina Hidrelétrica de Belo Monte sobre os pescadores”**, juntado as fls. 66/79 do Inquérito Civil Público em epígrafe, “os pescadores têm duas características principais que os definem enquanto tal: **são detentores de um conhecimento técnico e ecológico ligado a pesca** e, no caso da pesca artesanal, **são proprietários dos meios de produção e de sua força de trabalho**, o que está intimamente vinculado a detenção do conhecimento relativo ao universo da pesca.”

Vale dizer que tais profissionais são exímios conhecedores do conhecimento tradicional relativo à pesca, herdados muitas vezes de avô/pai/ para netos/filhos, sendo, em sua maioria, proprietários dos meios de produção para o exercício de seu ofício. **Tais características lhes habilitam a exercer a profissão da pesca de forma livre**, sem que haja chefes sobre eles ou horários fixos, dando-lhes uma configuração de vida pessoal e profissional da qual, geralmente, se orgulham. Essas circunstâncias peculiares fazem o pescador enxergar a atividade de pescar não só como meio de sustento legítimo para si e sua família, como também guarita firme para possíveis adversidades, já que depende apenas dele “pescar mais” e fazer “mais renda” (respeitadas às leis de regência), caso assim as circunstâncias exijam. Ademais, por conhecerem o rio em que pescam de forma minudente, utilizam-no para recrear com sua família, sendo o conhecimento tradicional que possuem o vetor, não só do exercício da profissão, como também de uma parcela importante do lazer familiar. Ressalte-se que os locais em que comumente pescam, denominados **pontos de pesca, são aqueles em que esses profissionais, por conhecimento tradicional que lhes foi repassado, sabem que tem peixe e quais espécies lá vivem**. Caso haja alguma intervenção no rio que aniquile algum ponto de pesca, perde-se não só o conhecimento tradicional a ele associado, como também a parcela do sustento que advinha daquele local, tendo o pescador que “descobrir por si”, onde compensará a falta do pescado específico. Quanto a esse ponto, o estudo **Atlas dos Impactos da UHE Belo Monte sobre a Pesca** afirma que: **Ao retirar um pescador de seu lugar, de seu “setor”** (conjunto de pontos de pesca conhecidos e manejados por um pescador ou um grupo de pescadores), **todo o conhecimento acumulado ao longo de**

sua experiência e o aprendizado transmitido por gerações são descontextualizados (...).

Portanto, a aniquilação de qualquer ponto de pesca e, a um só tempo, a destruição de fonte de renda e de lazer dos pescadores que dele usufruem, perdendo-se o conhecimento tradicional a ele associado, gerando graves consequências nas vidas das comunidades que sobrevivem da pesca.

Fonte: Inquérito Civil Público nº 1.23.003.000446/2014-68 (páginas 7, 8 e 9). Grifo nosso.

Para os ribeirinhos que viviam da pesca em seus moldes tradicionais coube a procura/busca por novos locais de pesca em Terras Indígenas e Unidades de Conservação. A procura por novas áreas, por parte de ribeirinhos-pescadores desterritorializados de seus locais originais, acabou por gerar conflito entre indígenas e ribeirinhos, e entre os próprios ribeirinhos já que, o que era tido como “novas áreas de pesca” para uns consistia em “antigos territórios de pesca” para outros.

Ou seja, Belo Monte provocou o acirramento dos conflitos sociais a partir das disputas por territórios de pesca. Na verdade, o desconhecimento do território por parte do governo e do empreendedor de Belo Monte levou a intensificação dos conflitos sociais na região socioespacialmente atingida pelos efeitos re(des)estruturadores do objeto UHE Belo Monte.

Quando o assunto é saúde pública, o Dossiê (2015) destaca que a insuficiência no reforço dos equipamentos de saúde para atender a sobredemanda de atendimentos causada pela dinâmica da obra foi agravada pelo atraso na entrega de hospitais. O que gerou transtornos à população da região, intensamente afetada pela construção de Belo Monte, especialmente, na cidade de Altamira, onde a estrutura de saúde não deu conta de responder à demanda gerada pela obra. Ficando seus hospitais e postos de saúde constantemente lotados.

Dados do próprio **Hospital Municipal São Rafael** mostram a dimensão dessa pressão: entre 2009 e 2014, o número de atendimentos (atendimentos hospitalares, emergenciais e ambulatoriais) cresceu **101%**. Para os gestores públicos, profissionais da saúde e para a população em geral a estrutura de saúde disponível em Altamira durante a obra foi **insuficiente. Onde se destacar a falta de itens básicos**, como leitos para atendimento e internação dos que precisavam. O aumento do número de acidentes de trânsito e da violência urbana colocou em evidência a insuficiência do número de leitos nos hospitais. Durante os anos de 2011 e 2014 o número de acidentes de trânsito em Altamira aumentou de 456 ocorrências para 1.169. O que representa um aumento de 144%. Segundo dados do Hospital Regional de Altamira, o número de pacientes vítimas

de acidente de trânsito que ingressaram no hospital aumentou 213% de 2013 para 2014 (DOSSIÊ, 2015).

O estudo do Instituto Socioambiental aponta ainda, que as populações indígenas e tradicionais, quando da necessidade de irem a cidade buscar atendimento médico, são duplamente afetadas pela superlotação de postos de saúde e hospitais. O acesso a esses serviços, que já era precário, inadequado e insuficiente para atender a demanda de Altamira e região antes da instalação da UHE Belo Monte, ficou ainda mais precarizado após a implantação da mesma. Já que, essas populações viajam grandes distâncias até Altamira e não têm condições de permanecer períodos longos e/ou mesmo indeterminado na cidade. O que implica, para estes grupos, em ter de deixar suas atividades na floresta, atividades essas fundamentais para a geração de renda e, portanto, para a garantia da sobrevivência dessas populações.

FIGURA 20: dados relacionados a piora no quadro da saúde indígena (1).

Número de Partos por Local (Cidade e Aldeia) e Proporção de Partos nas Aldeias

Número de Partos por Local (Cidade e Aldeia) e Proporção de Partos nas Aldeias						
Ano	Parto Hospitalar	Parto na Aldeia	Parto Vaginal	Parto Cesárea	Total de Partos	Proporção de partos nas aldeias
2009	45	104	139	9	148	70%
2010	62	52	111	3	114	46%
2011	56	87	129	13	142	61%
2012	72	84	142	4	146	58%
2013	85	67	140	12	152	44%
2014	98	44	119	16	135	33%

Fonte: DSEI Altamira/2015: Dado disponível no Parecer nº 57/2015/DIPROSI/DASI/SESAI/MS, incluído na Informação nº223/2015/ CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ

Fonte: Extraído de **Mapas dos Caminhos: saúde indígena**, 30 de setembro de 2015.
Disponível em: <http://indicadoresdebelomonte.eco.br/>.

Os números da figura acima demonstram que o vetor de atendimento voltado para a cidade tem trazido preocupantes consequências para saúde da população indígena, por exemplo. Os dados caminham na contramão em relação aos princípios e metas norteados pelo PISI – **Programa Integrado de Saúde Indígena**, elaborado pelo empreendedor (a

Norte Energia) como parte integrante do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI), apresentado ao IBAMA, quando da solicitação da Licença de Instalação (LI) – que defende um atendimento com qualidade nas aldeias. Verifica-se ainda, expressivo aumento nos casos de doenças diarreicas a partir de 2011. Ainda que a incidência tenha baixado em 2014, o número é 11 vezes maior do que o constatado em 2010.

Preocupa as secretarias municipais da região, o custeio dos novos equipamentos de saúde. Segundo o DOSSIÊ (2015) há grande risco de que hospitais entregues pelo empreendedor sejam subutilizados ou até mesmo inutilizados, já que as prefeituras não possuem orçamento para geri-los. O Ministério da Saúde (MS) repassou recursos, nos anos de 2012 e 2013, visando compensar o afluxo de migrantes aos municípios diretamente impactados pela Usina, tendo como prioridade o repasse de recursos para a atenção básica e vigilância em saúde. Não obstante, os recursos além de provisórios, foram insuficientes para atender a demanda real/efetiva gerada por Belo Monte.

FIGURA 21: dados relacionados a piora no quadro da saúde indígena (2).

Incidência de Doenças Diarreicas em Menores de 5 Anos										
Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Nº de casos	75	85	424	54	44	35	186	587	661	386
População [1]	*567	*603	*635	*581	*570	*557	*561	*636	**3.165	*665
Coeficiência de Incidência (CI)	147,1	154,8	212,7	92	77,2	62,8	331,6	922,2	208,8	580,5

[1]*População menor de 5 anos / ** População geral

Fonte: DSEI Altamira/2015: Dado disponível no Parecer nº57/2015/DIPROSI/DASI/SESAI/MS, incluído na Informação nº223/2015/ CGLIC/DPDS/FUNAI-MJ

Fonte: Extraído de **Mapas dos Caminhos**: saúde indígena, 30 de setembro de 2015.
Disponível em: <http://indicadoresdebelomonte.eco.br/>.

Em relação à educação, o DOSSIÊ do ISA apresenta números preocupantes. As taxas de reprovação escolar nos cinco municípios na Área de Influência Direta da UHE Belo Monte cresceram 40,5% no Ensino Fundamental, entre os anos de 2011 e 2013. O percentual é de 73,5% quando da análise do ensino médio para o mesmo intervalo de tempo. As taxas de abandono escolar sofreram também um aumento. A cidade de

Altamira atestou crescimento de 57%, de 2011 para 2013, no ensino fundamental e, quando da consideração da Área de Influência Direta, a taxa cresceu em 7,7%, entre 2010 e 2013, para o Ensino Médio, de acordo com dados do Inep.

Os professores das redes públicas de ensino denunciaram que um grande número de alunos adolescentes trocou a escola pelos canteiros de obras da usina. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (Sintepp), seção de Altamira, relatou dificuldades associadas ao fluxo irregular de alunos, que ingressavam e saíam da escola em harmonia (ou seria desarmonia?) com o ritmo das obras de Belo Monte, causando prejuízos consideráveis a estes e ao Estado.

De acordo com dados do Inep, após o início da construção da usina, nas áreas urbanas dos municípios da Área de Influência Direta da UHE Belo Monte, registrou-se sobrecarga de alunos no Ensino Fundamental. Cidades como: Altamira, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu passaram a ter uma proporção de alunos por turma (ensino fundamental) superior ao recomendado pelo Ministério da Educação (MEC). Não obstante, contraditoriamente, existiam denúncias sobre equipamentos de educação ociosos, que foram construídos, porém não utilizados.

Na cidade de Vitória do Xingu, há escolas rurais desativadas. Com a implantação do “grande projeto” UHE Belo Monte registrou-se o aumento de oportunidades de emprego para as mulheres. Mas, registrou-se também, uma intensificação na vulnerabilidade das crianças, que, antes, ficavam geralmente sob os cuidados das mães.

Situação que poderia ter sido evitada ou amenizada caso o aumento do número de vagas em creches fizesse **parte das obrigações** do empreendedor por meio do PBA. Em 2013, no pico das obras, houve sobrecarga no ensino infantil urbano em Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu, todos municípios situados na AID, assim como em Placas, Porto de Moz e Uruará.

É importante ressaltar que, no ano de 2014, o Conselho Tutelar de Altamira, composto por somente cinco (conselheiras) mulheres, atendeu dois mil e trezentos (2.030) casos de crianças e adolescentes em situação de risco. A maioria das ocorrências estava relacionada a casos de abandono por parte dos pais e a situações claras de maus-tratos. Sem mencionar o fato de que, o desafio lançado à Saúde se aplica também a Educação.

O DOSSIÊ (2015) destaca que as medidas de mitigação pensadas para o setor da educação, o foram, quase exclusivamente, enquanto reforma e ampliação da infraestrutura física dos espaços, das escolas e salas de aula. O componente humano,

mais uma vez, fora deixado de lado, tendo em vista a desconsideração (por meio da oferta de cursos e capacitação, por exemplo) do corpo docente da região e “o zero de ação” pensada sobre os impactos e mudanças impostas aos processos pedagógicos de ensino por Belo Monte. Comprometendo assim o processo de ampliação da cobertura e manutenção da qualidade educacional durante os anos de construção da UHE Belo Monte.

Segundo o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), a chegada de um grande número de migrantes poderia agravar condições precárias preexistentes, como a quase total falta de serviços de água e esgoto nos municípios sob influência direta de Belo Monte e a prevalência de fossas rudimentares (sem revestimento) e poços artesianos.

O impacto diz respeito à qualidade da água para os diferentes usos do Rio Xingu e à saúde da população, num cenário de sobrecarga para os serviços públicos. Além disso, a coleta e a destinação inadequadas de resíduos sólidos associados ao risco de enchentes, na ausência de sistemas eficientes de drenagem, podem causar o aumento no quadro de doenças ligadas a ausência de uma estrutura de saneamento.

Há por parte da população de Altamira o temor de que o barramento do rio Xingu reduza a capacidade (natural e histórica) deste de dispersar poluentes, gerando possíveis efeitos sobre os igarapés na cidade de Altamira. A condicionante 2.10 (estabelecida por ocasião da Licença de Instalação ainda) determinava a implantação da infraestrutura de saneamento básico. Até hoje (dezembro de 2017) não concluída. É o que retrata o quadro 08 abaixo.

QUADRO 08: DO SANEAMENTO DA CIDADE DE ALTAMIRA

Na cidade de Altamira, 220 quilômetros de redes de esgoto e 170 quilômetros de redes de água potável foram instalados...	Não há, entretanto, perspectiva de que esses sistemas entrem em funcionamento antes do barramento do rio Xingu...	Qual o risco? A poluição da qualidade da água dos aquíferos subterrâneos e do reservatório do Xingu, que atendem a população da cidade de Altamira... 
Portanto, o empreendedor, a NORTE ENERGIA, deve prever articulação junto à PREFEITURA DE ALTAMIRA visando à implantação de 100% dos ramais domiciliares¹⁴⁴.	O IBAMA declarou, ser essencial o pleno funcionamento do sistema de saneamento, antes do enchimento do reservatório. Devendo assim os domicílios estarem conectados à rede de coleta e tratamento de esgotos.	As estações de tratamento estão prontas, PORÉM as tubulações não foram conectadas aos domicílios e imóveis comerciais para receberem o esgoto! Os ramais e ligações domiciliares seguem sendo feitos pelo empreendedor, atendendo assim, a determinação do IBAMA e, tendo em vista a morosidade e os prejuízos causados, da Justiça. 

Fonte: Dossiê ISA 2015. Elaborado pelo autor.

4.5.2 – Dos casos de “deslocamento compulsório”

Para dar lugar aos canteiros de obras de Belo Monte e aos reservatórios da Usina, 1.934 famílias foram cadastradas para remoção no meio rural-ribeirinho até janeiro de 2015. O deslocamento compulsório de populações está entre os impactos mais graves da construção de barragens no Brasil. Tendo em vista promover/provocar a perda das relações sociais e econômicas no interior das comunidades, bem como, a perda de atividades produtivas e terras agricultáveis, dentre outros fatores. Para o Projeto Básico Ambiental (PBA), as condições de vida das famílias atingidas deveriam ser **“preferencialmente melhores e minimamente iguais”** às constatadas antes da remoção (INDICADORES DE BELO MONTE, 2016).

144 Brasil, Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Relatório do Processo de Licenciamento. Processo administrativo nº 02001 001848/2006-75. Brasília, 21 jan. 2011, p. 21.

Para estes casos a mitigação, compensação, implica a justa indenização e a garantia de acesso aos programas de recomposição de atividades produtivas e reintegração comunitária. O que, para os casos gerados por Belo Monte, não se atingiu. Quadro que explica o excessivo número de ações indenizatórias, por parte da população atingida, junto à justiça. Grande parcela da população foi indenizada em dinheiro e apenas 3% optaram pelo reassentamento rural coletivo. Tal quadro é preocupante, uma vez que o efetivo reassentamento é o que apresenta as melhores condições para reprodução e manutenção de meios e modos de vida, premissa definida no licenciamento ambiental (INDICADORES DE BELO MONTE, 2016). A oferta, por parte da empresa, de áreas consideradas ruins para cultivos e a localização distantes do rio e de boas estradas explicam o pífio percentual mencionado (3%).

As casas construídas para receber a população reassentada, é outro importante ponto a ser destacado. Segundo atesta o estudo do ISA, a definição sobre material utilizado na construção e dimensão das casas, deu-se de maneira unilateral, colocando em cheque informações de divulgação e propaganda do próprio empreendedor nos mais diversos meios de comunicação. Conforme o material de divulgação entregue as famílias pela empresa Norte Energia, as casas seriam todas em alvenaria (entenda-se concreto e tijolos), teriam três modelos de construção (sendo de tipo e tamanho diferentes) – como forma de atender a variedade de famílias –, sendo feitas em terreno de 300 metros quadrados (10x30) de área total.

A empresa afirmou e propagandeou que as casas seriam de dois, três e até quatro dormitórios (medindo, respectivamente, 60, 69 e 78 metros quadrados). Não obstante, a casa entregue as famílias socioespacialmente atingidas, consistiam em modelo único, sendo construídas de forma pré-moldada a base de concreto. O Dossiê pontua que, a ausência de participação e controle social foram marcas desse o processo.

QUADRO 09: SOBRE O PROCESSO DE REASSENTAMENTO DA POPULAÇÃO RURAL-RIBEIRINHA

COMO DEVERIA SER (I)	COMO (EFETIVAMENTE) SE DEU (I)
O processo do cadastramento dos atingidos socioespacialmente deveria refletir a realidade local e ser capaz de orientar padrões de reassentamento mais justos e adequados aos modos de vida das populações contempladas.	Não obstante, houve distorção e distanciamento da realidade além de ausência de reconhecimento, no processo de realocação, do modo de vida das populações ribeirinhas do rio Xingu. O PBA não tratou os ribeirinhos como uma categoria socioeconômica e cultural específica – negando o próprio PBA quando da fala/defesa da manutenção ou melhoria das condições de vida dos atingidos – uma vez que não foram oferecidas opções de reassentamento na beira do rio ¹⁴⁵ .

COMO DEVERIA SER (II)	COMO (EFETIVAMENTE) SE DEU (II)
As formas particulares de ocupação e uso do território por parte da população ribeirinha deveriam figurar nos instrumentos de avaliação de impactos e desenho de medidas de mitigação e compensação do PBA, bem como em seus instrumentos de identificação e qualificação da população atingida, aparecendo no cadastro socioeconômico dos atingidos.	O Rio Xingu, contempla significativa diversidade sociocultural e modos de habitação sazonais, com deslocamentos entre o rio e a cidade, entre a pesca e a roça, entre “a casa de cima e a casa de baixo”, por parte da população ribeirinha. Ambas são moradias e ambas são de suma importância para essas pessoas. Porém, os moradores de ilhas e margens de rio (e igarapés), que vivem também na cidade de Altamira durante parte do tempo, a partir da posse-ocupação-uso de duas moradias, foram enquadrados na mesma categoria que os agricultores da área rural, tendo recebido como opções de indenização, carta de crédito ou reassentamento longe do rio. Trata-se de falha grave do processo de licenciamento.
COMO DEVERIA SER (III)	COMO (EFETIVAMENTE) SE DEU (III)
Os ribeirinhos não entendem suas casas na beira do rio como “pontos de apoio”, mas sim como moradia, usadas para acessar seus territórios de pesca e coleta de produtos extrativos, descobertas há muito por estas populações. Espaços estes de suma importância para a garantia do sustento e do lazer, do imaginário sociocultural das famílias ribeirinhas. Dentro do processo indenizatório deveriam, portanto, ter sido indenizados em relação aos dois locais de moradia e trabalho.	O empreendedor, não obstante, opera com o entendimento de que as famílias moram apenas em uma casa/lugar, usando a outra como “ponto de apoio”, conceito formulado pela própria empresa. Com isso o empreendedor induziu a população socioespacialmente atingida a escolher se se considera urbana ou rural, o que implica abrir mão de uma parte de sua própria identidade. Não foi assegurada dupla opção de reassentamento a quem possuía dupla moradia.
COMO DEVERIA SER (IV)	COMO (EFETIVAMENTE) SE DEU (IV)
No que concerne à localização dos novos bairros construídos para a prática do reassentamento, dos atingidos socioespacialmente por Belo Monte, a empresa definiu no PBA, que, os novos bairros estivessem a uma distância de até dois quilômetros da área central da cidade, mantendo-se assim próxima aos serviços. Tendo por intuito diminuir o máximo os impactos na vida dos ribeirinhos.	O processo de implantação dos RUCs na cidade deu-se de maneira atropelada. Tal processo de realocação impede que os pescadores continuem exercendo sua atividade (tornando-se “pescadores sem rio”), tendo em vista a grande distância que guardam em relação ao rio (para alguns casos de 7 km), podendo ter como uma de suas consequências a extinção desse modo de vida tradicional e a pauperização dessa população, que não tem outro ofício além da pesca.

Fonte: DOSSIÊ BELO MONTE, 2015. Adaptado pelo autor.

A política adotada para a realização do reassentamento da população atingida dos baixões da cidade de Altamira se deu de maneira fracionada, por meio da remoção aleatória de moradores junto aos bairros. A falta de sincronia e planejamento durante a condução do remanejamento acabou por levar ao impedimento dessa população socioespacialmente atingida, em relação à escolha (algo previsto no PBA) por morar nos mesmos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs) de conhecidos seus. Fragmentando assim, relações sociais há muito construídas, seja por laços familiares ou por laços de afetividade relacionados à ajuda mútua que existia entre os antigos vizinhos. Promovendo assim considerável impacto imaterial, de difícil mensuração.

145 Algo só recentemente conquistado por meio da formação do “Conselho Ribeirinho”, cuja pauta principal é a realocação deste grupo social junto ao rio novamente.

Não bastasse, tudo o que foi dito, o Dossiê atestou ainda, que os novos bairros construídos não continham, quando do recebimento de seus moradores, todos os equipamentos sociais necessários para receber um expressivo quantitativo de pessoas. E as três Unidades Básicas de Saúde (UBS) que foram construídas pela empresa Norte Energia, em parceria com a prefeitura de Altamira, não davam conta de atender a demanda posta pela nova realidade, entenda-se, não dar conta de atender a população dos novos bairros.

Quando da remoção das famílias para os novos bairros, atestou-se ainda não ter sido concluído nestes a construção das escolas previstas para os RUCs e, que estes não possuíam linha de transporte público instituída. Ou seja, as crianças e jovens continuaram estudando em suas antigas escolas (localizadas agora distantes de suas casas), tendo agora que depender de transporte para chegar à escola. O PBA preconizava *que todos os serviços, deveriam estar prontos e instalados antes da chegada das famílias a suas novas moradias*, mas a empresa descumpriu o próprio PBA.

A ausência de transporte público conectando os RUCs ao centro da cidade de Altamira provocou graves transtornos à população dos RUCs, que teve que se deslocar a pé por vários quilômetros, cotidianamente, ou arcando com o ônus financeiro da utilização diária de outros meios de locomoção. No box abaixo é possível acompanhar o drama de seu Leonardo, indígena, ribeirinho e pescador atingido socioespacialmente pelas obras da UHE Belo Monte. Entrevistamos este em seu novo local de moradia, o RUC Jatobá, periferia de Altamira. O drama vivido por seu Leonardo está ligado às transformações, coerções e violências advindas com “grandes projetos” como Belo Monte. Projetos que impõe mudanças socioespaciais que tanto mal acarretam à escala da vida de sujeitos mais territorialmente enraizados na/da Amazônia.

BOX 17: das transformações (agressões à espacialidade) promovidas pela UHE Belo Monte às escalas da vida.

Eu morava na Ernesto Acioli, nesse tempo a água estava dando 30 metros longe da minha casa, eu chegava dez horas da noite, eu chegava duas horas da madrugada, a hora que eu chegasse, eu tinha certeza que eu estava no porto da minha casa, ali eu não tinha preocupação com nada. E, se eu e minha parceira, a Maria, minha mulher, chegasse lá (refere-se à localidade onde moravam as margens do rio Xingu), e não desse certo, que Deus o defenda, acontecesse alguma coisa, eu dizia: “vamos embora para casa”. Nós chegávamos e estávamos em casa, não precisava de carroça, não precisava de transporte, não precisava de nada, só o transportezinho do rio mesmo e ali nós ficávamos. Aí... onde foi que nós viemos parar? Aqui é 60, o menor preço

é 50 reais, 60, 70, já teve pessoas que me cobrou até 80 reais para trazer nós para cá, nós pagamos 10 reais por noite para ficarem tomando de conta do nosso barco lá.

60 a 80 é o preço do quê?

Do transporte... a gente pesca. Eu tenho esse motorzinho, esse 15 aí, mas o vinte mesmo, ele está lá na poupa da voadeira lá. Aí, nós vamos levar isopor, nós vamos levar as coisas daqui para lá, até a malhadeira a gente já deixa para lá para diminuir mais o custo da gente. O frete daqui para a beira do rio é 50, 60 reais. 50 reais é daquelas pessoas mais amigas, se não, é 60 reais que nós pagamos por aí para chegar até na beira do rio. Quando nós vem, é outro 60 de lá para cá. Isso daí não existia na nossa vida. Nós fechamos um acordo com o rapaz lá da beira, nós pagamos 10 reais por mês para ele ficar olhando o nosso barco. Isso daí nós não pagávamos pra ninguém, o nosso gasto era com nós mesmo porque nós morávamos lá (refere-se à beira do rio). Outra, se você vai pagar um boleto, aqui (referência ao RUC, seu novo local de residência) não tem uma casa lotérica. Eu pago 59 reais desse celular aí, do boleto dele, se eu tiver os 60 reais para pagar, só os 60, eu vou ter que ir a pé daqui até em uma lotérica lá (referência ao centro comercial de Altamira).

Quantos quilômetros daqui para lá?

Daqui para lá, eu... eu sei que daqui para lá, para onde eu mando puxar esse boleto é uma hora e meia à pé.

Uma hora e meia a pé!?

A pé! Eu gasto uma hora e meia de pé daqui lá, porque é lá na Pedro Gomes (refere-se a uma das principais avenidas da cidade; onde estão concentrados vários serviços), lá perto do regional, que eu mando puxar. Aí, se eu for pagar um mototáxi, aí já não vai ficar por 60, vai ficar por 80, porque eu pago 10 reais para lá e dez para cá. Isso tudo foi um conflito que entrou na nossa vida, que eles deveriam ver e não viram, esse lado eles não estão levando em consideração (referência ao Governo Federal e a Norte Energia).

E tem transporte público? Te ônibus que faz linha para cá?

Não. Aqui tem um circular...

Um circular?

É, um circularzinho que vem só até lá na entrada (refere-se ao início do Ruc Jatobá; a casa de Leonardo fica distante do ponto de referência mencionado), e também não passa no centro da cidade, ele vem e rodeia a transamazônica. E tem que ter a hora marcada, ele sai as sete e meia (da manhã) daí, só volta onze e meia.

De quatro em quatro horas?

É... E a gente não se acostuma com isso, a gente não... **nós estamos aqui, estamos, mas foi porque nós fomos obrigados, é uma coisa obrigada, vão se acostumar aqui? Não, isso daí eu garanto para vocês que não, nós não vamos nos acostumar**, primeiramente, 56 anos nascidos e criados na beira do rio, para eu me acostumar aqui, depois de 56 anos, é meio difícil, esse meu netinho aí... até o meu filho, que tem 20 e poucos anos, ele pode se acostumar, porque, né? Já é outra coisa... agora, a pessoa de 56 anos ou de 60 ou até de 80 anos, como muitos vieram para cá, ele não vão se acostumar, se ele é... do jeito em que nós morávamos, lá, nós nascemos lá no pé da cachoeira...

[...] quem viu isso daqui, minha mulher sempre fala, rapaz... porque ela era lá da ilha da fazenda, em 92 (1992), quando nós chegamos aqui, era muito animado, era tanto trajeto, colégio aí na beira do rio, estrada aqui, era uma animação doida e hoje em dia, você se vê sozinho, desprezado. Descia, para aquelas ilhas... como eu falei: "gente, cada uma dessa que vocês estão destruindo, vamos dizer assim, é como se vocês tivessem tirado um pedaço de nós". Porque

nessas ilhas aí, eu tinha mais de 10 anos, nove... dez anos, eu não podia pegar a faca para cortar a seringa lá, porque eu não era alto, mas eu andava com o meu saquinho aqui, arrancado o sernambi, a mamãe arrancava, me dava e eu botava dentro do saquinho, de qualquer maneira eu estava trabalhando, parece que aquilo nunca sai da lembrança da pessoa, o que passa na vida da gente, a gente nunca esquece e eu conferi que... eu falei com o Henrique do IBAMA, falei: **“Henrique, eu só queria lhe dizer uma coisa que você sabe muito bem, nós sempre zelamos, cuidamos, preservamos. Se hoje em dia, ainda tem algum pedaço de mata aqui, nós agradecemos a vocês, porque nós éramos parceiros, eles nos deram uma ajuda muito grande para, nós indígenas, ainda termos algum pedaço de terra, mas agora eu te pergunto, para quê vocês fizeram isso? Vocês ajudaram tanto nós a cuidar e zelar e preservar para depois vocês mesmo virem e destruírem? Pelo amor de Deus !”**. Eu não entendo! Eu não entendo o que foi que aconteceu, de repente, vocês eram nossos amigos e viraram contra nós... Por que destruir uma ilha com tantos seringais que tinham ali, isso é crime! É uma coisa que não tem dinheiro que pague isso, a gente cuidou, a gente zelou, a gente preservou aquilo, igualmente nós cuidamos, zelamos e preservamos o nosso rio para tudo ficar nessa situação, ainda por cima de tudo, cadê os direitos? Não existem! Não tem! O direito que nós temos é esse aqui agora, até o nosso defeso (refere-se ao seguro defeso) foi cortado. É meio triste a situação, é meio doloroso, porque, a gente sabe que existe justiça; é como eu falo, nós obedecemos a lei e acreditamos na justiça, mas que ela seja feita em relação a nossos direitos, por que, a minha preocupação é que nem eu falei lá na reunião (refere-se a sua participação em uma audiência pública), no tempo que nós usávamos a flecha, o arco, a lança, a borduna, que realmente eu tenho aí, nós tínhamos os nossos direitos garantidos. Mas, nós entregamos, porque que nós entregamos? Obedecemos a lei. E acreditamos na justiça e a minha preocupação é que tenha uma revolta e volte tudo como era antes. Isso daí é uma decepção para a gente, uma coisa que a gente não quer, mas a gente está vendo uma hora a gente ser obrigado a fazer (como muitas coisas que a gente faz aí e é obrigado) reivindicando os direitos da gente, e a gente também fica muito revoltoso, porque quando nós saímos daqui, que vai pra ensecadeira, que vai para porta do escritório, reivindicar o seu direito, nós não somos recebidos como cidadãos, nós somos recebidos como criminosos! Que nem um mafioso, como essas coisas, porque eles botam logo um monte de polícia. Eu quero que as autoridades também vejam isso, que nós estamos ali, mas nós estamos reivindicando os direitos, nós somos cidadãos, nós não somos pessoas do mal. Nós somos tratados dessa maneira, até atiraram na perna de um parente nosso lá na ensecadeira, no Xicrin.

Quem atirou? A Força Nacional?

Isso. Foi com bala de borracha, mas não pode fazer isso, não pode. Porque se a pessoa está ali, porque aquilo é nosso, eu falei com um guarda lá uma vez que eu encostei lá no barramento, ele chegou e disse: “ei, não pode subir aí não”. Como é que é? “Não, aqui não pode subir”. “Meu amigo me desculpa, vá fazer o seu trabalho, deixa o meu, quem é você para dizer se eu posso ou não posso subir onde eu quiser”, eu disse: “isso daqui é meu, só quem deve me embargar aqui é a marinha, porque eu estou no rio, o seu serviço é de guarda, seja lá de onde for, mas o seu serviço é seu, aqui no rio quem manda somos nós, só podemos obedecer aqui à marinha, não vocês, eu estou em cima do barramento aqui, mas aqui era lugar de nós passarmos para cima e para baixo, não estou fazendo nada, não estou destruindo, apenas estou espiando como é que está a situação aqui em baixo”. Então ele veio me barrar para eu não subir, não... eu vou subir sim, **agora se eu tivesse aqui fechando essa rodovia ou destruindo alguma coisa, eu concordaria com vocês, agora você quer empatar de nós andarmos na terra onde nós nascemos e nos criamos, não... espera lá meu amigo!**

[...] desde que eu vim para cá (refere-se a sua atual residência) perdi os contatos, até mesmo a

minha sogra, ela mora lá no Bela Vista, de lá do Bela Vista, de onde nós moramos lá para o Bela vista, de mototáxi você pagava 10 reais, para a filha dela ir vê ela lá, daqui, eles estão cobrando 15 a 20 reais para ir visitar a mãe que mora lá. A mãe! Vamos fazer um ano que estamos aqui, ela está com três visitas aqui na nossa casa, a minha sogra, três vezes só, que ela veio aqui e a filha dela, nem uma vez, durante o tempo que nós passamos aqui, que vai lá, porque ela, que ainda tem o filho dela aqui que mora perto do Bela Vista que tem a motinha e traz ela e aqui se eu for tirar 20 reais para levar e 20 para trazer, são 40, quem vive, como se diz o outro da pesca, não dá. A nossa energia lá (refere-se a antiga casa), vinha talão de 35, quando chegava um talão de 50 reais, Deus o livre, era uma briga, aqui estou nessa situação, eu não sei nem se está aqui o talão ainda, ainda nem o paguei, um talão que venceu no dia 4, hoje é 20 (20 de dezembro de 2015), ainda não paguei esse talão, por quê? Porque a gente não está tendo condições de pagar, a nossa renda era o peixe, o peixe sumiu, talão aqui de 150 reais tem aqui. É tanto documento que nós temos aí meu irmão (procura o boleto de luz), que tudo... é declaração indígena, é... está aqui oh (momento em que encontra o boleto de cobrança da energia), vocês podem ver, ainda não está nem pago e o vencimento foi no dia 4. Aí é aquela confusão, a gente paga quando tem, quando não tem não paga, porque se cortar... Aí isso é um absurdo! É como a gente tem debatido, gente... nós nos perguntamos: “como é que veio essa barragem para gerar energia para a melhoria do Brasil e os brasileiros ficarem nessa situação? Principalmente nós, porque é dentro do que é nosso e nós pagamos a taxa de energia mais cara que existe no Brasil?”

(trechos da entrevista feita com seu Leonardo, seu Aranor, ribeirinho pescador e indígena da etnia Juruna, hoje morador da periferia de Altamira, localizado a sete quilômetros de distância do rio).

Fonte: Pesquisa de campo, cidade de Altamira 20 de dezembro de 2015. Grifo nosso.

Este quadro, que poderia ter sido evitado, a partir de planejamento prévio à ocupação dos RUCs, impossibilitou aos pescadores a continuidade de suas atividades, dada a distância de suas novas moradias em relação ao rio Xingu. Quadro de convulsão social, provocado pela transformação abrupta no modo de vida de milhares de pessoas que antes viviam, nos travessões, na beira do rio, nos baixões da cidade de Altamira.

Inconformados com essa a realidade, a qual classificam violenta, os movimentos sociais, em especial o Movimento Xingu Vivo Para Sempre e o Movimento Atingidos por Barragens de Altamira passaram a organizar os socioespacialmente atingidos, como forma de aumentar a pressão junto ao empreendedor de Belo Monte e perante o poder público (em suas diferentes escalas).

Tendo por objetivo exigir destes agentes que apresentassem soluções para as inúmeras dificuldades (para alguns mazelas) as quais foram relegadas à população “remanejada”, bem como, que buscassem cumprir o PBA. Na verdade, o termo remanejado reflete um modo de operação do processo de “espoliação” (HARVEY, 2004) promovido pelo capitalismo.

Uma das reivindicações dos movimentos consistia em fazer a empresa concessionária de Belo Monte cumprir os termos do PBA. Por meio da construção de um novo bairro (um novo Reassentamento Urbano Coletivo), devendo este ser construído de modo a salvaguardar o modo de vida de seus moradores. O novo RUC chamado de “RUC Pedral” está sendo construído às margens do rio Xingu para atender às populações de indígenas citadinos e ribeirinhos que vivem da pesca.

Embora este bairro não contemple todas as demandas das populações beiradeiras e extrativistas, sua construção representa uma conquista dos socioespacialmente atingidos diretos e “indiretos”, quando de sua luta por respeito às “condições espaciais” (condições existências) historicamente construída e desenvolvida por estes e que lhes fora abruptamente ceifadas; bem como representa ainda, a luta pela garantia de medidas de mitigação/compensação, reparos sempre imperfeitos do contexto espacial anterior à espoliação gerada em suas escalas da vida por objetos técnicos, tais como, a UHE Belo Monte.

Chamamos aqui de “atingidos indiretos” todas as pessoas diretamente envolvidas com a causa dos socioespacialmente atingidos. Estando estas em Altamira e região ou em qualquer outro local do planeta. Ativistas de direitos humanos, Organizações não governamental, movimentos sociais dentre outros que buscaram, de alguma forma e por algum meio – cotidiano real ou cibernético –, contribuir junto à luta dos socioespacialmente atingidos por Belo Monte, representando assim o que SMITH (2000) chama de “conexão ativa das escalas”. Conexão que permite aos diretamente atingidos “convocarem” a luta, todos os potencialmente envolvidos e identificados/tocados por sua causa. Flexibilizando assim o “dentro” e o “fora”, por meio da desconsideração as fronteiras, sejam estas físico territoriais ou político-jurídico institucionais. Momento que demarca a passagem do direito a insurgência a escala das conquistas sociais.

Na figura abaixo é possível acompanhar a última informação, apresentada pelo empreendedor, sobre o RUC Pedral. A narrativa escalar eleita é a que apresenta a empresa como uma grande benfeitora. Para os que acompanham a saga das famílias e dos grupos sociais socioespacialmente atingidos pelo empreendimento, a construção de um RUC antes não previsto, e somente construído por determinações exógenas, representa o grito ouvido, sob muita insistência (resistência) dos que foram desterritorializados e deslugarizados, sendo mais um caso do que estamos a chamar de centralidades insurgentes.

Figura 22: a narrativa escalar do empreendedor.

Imprensa

Desenvolvimento Social

Obras do bairro do Pedral recebem visitantes de Altamira

16.05.2017

Curtir 0

Compartilhe

Tweet

Autor: Norte Energia

O Grupo de Trabalho formado para discussões e acompanhamento da implantação do Reassentamento Urbano Coletivo do Pedral realizou a primeira visita, no dia 14 de maio, ao canteiro de obras do sexto bairro que está sendo implantado pela Norte Energia em Altamira. Projetado para 150 residências, o Pedral atenderá prioritariamente índios citadinos e pescadores.



Área do novo bairro Pedral, o sexto Reassentamento Urbano que será construído pela Norte Energia em Altamira
Foto: Norte Energia

Como nos demais bairros implantados pela Norte Energia em Altamira, o Pedral contará com lotes de 300 metros quadrados e casas de 63 metros quadrados. Seguindo os padrões construtivos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), as residências terão sala e cozinha conjugadas, dois quartos e uma suíte, banheiro social. Haverá casas adaptadas para pessoas com deficiência. A empresa concedeu, por meio de doação, duas áreas para construção de sedes de associações e outras estruturas de uso comunitário.

A Norte Energia contratou as empresas responsáveis pela implantação e o canteiro de obras já foi instalado pela construtora. O novo bairro terá a mesma infraestrutura dos cinco reassentamentos já construídos em Altamira: Jatobá, São Joaquim, Casa Nova, Água Azul e Laranjeiras. O bairro contará também com uma escola, uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e quadra esportiva, além de ruas pavimentadas e calçamento, energia elétrica, iluminação pública e redes de tratamento de água e coleta de esgoto.

A construção do bairro do Pedral é mais um dos atendimentos da Norte Energia às condicionantes da Licença de Operação da UHE Belo Monte.

Fonte: Norte Energia S.A. Extraído de <http://norteenergiasa.com.br/site/2017/05/16/obras-do-bairro-do-pedral-recebem-visitantes-de-altamira/>, acessado em 20 de maio de 2017.

Dos que tem plena consciência que o que passou não volta. Mas que mesmo assim, continuam a lutar, alimentados pela esperança de voltar à vida, pelo menos a vida que os possibilita se enxergar vivos. Vida essa relacionada à sua condição espacial plena, integradora, que concebe a casa para além de um objeto ou forma. A casa é um espaço aberto, em diálogo-relação constante com a floresta, a terra e o rio (daí a construção de muitas delas sequer possuírem paredes). A casa é onde não há fome, violência ou humilhações. A casa é a escala da vida da dignidade, onde eu me encontro, reconheço-me, sou feliz.

4.5.3 – Degradação Ambiental e Desestruturação dos Territórios Indígenas

Continuando a falar dos dados, produto dos estudos realizados pelo Instituto Socioambiental (DOSSIÊ, 2015) e pela Fundação Getúlio Vargas, iremos tratar agora sobre as consequências aos territórios indígenas, geradas pela construção da UHE Belo

Monte. Segundo estes estudos houve, por parte do empreendedor e do poder público, em suas diferentes escalas, falhas e/ou omissões graves em relação às medidas de controle a expansão da exploração da madeira na região.

O que acarretou no aumento da degradação ambiental e na intensificação da comercialização de madeira de origem não legalizada. Ações que deveriam ser desenvolvidas, pela empresa Norte Energia, quando da necessidade de destinar finalidade à madeira produzida a partir do desmatamento direto da Usina de Belo Monte, não o foram. Ou seja, o empreendedor, quando da construção dos canteiros de obras e dos reservatórios, não reaproveitou a expressiva quantidade (toneladas!) de madeira obtida junto às áreas objeto de intervenção pela engenharia da obra.

O quadro de intensa degradação e comercialização florestal, já presente na região¹⁴⁶ do empreendimento, foi intensificado pelo “grande projeto” UHE Belo Monte, o que acarretou casos de ameaça a indígenas e ribeirinhos por parte de grupos madeireiros que atuam na região. A NESA destinou o montante de 126 milhões de reais como medida de compensação pelos impactos socioambientais gerados pela construção da Usina de Belo.

Porém, parte deste recurso foi direcionado para fora da região de influência da Usina. Para o ISA (DOSSIÊ, 2015) este recurso deveria ter sido utilizado em medidas de proteção para as Unidades de Conservação já existentes e servir para viabilizar a implantação das Unidades de Conservação da Terra do Meio¹⁴⁷, já que estas foram/são afetadas pelo empreendimento UHE Belo Monte.

Porém o IBAMA direcionou os recursos para outras Unidades de Conservação, que sequer estão inseridas na bacia do Xingu. Ação, nada estratégica, ou de crasso erro

146 No estado do Pará há cerca de trinta e uma etnias indígenas espalhadas em 298 povoados, totalizando mais de 27 mil índios, de acordo com dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). É um dos Estados onde existe maior número de famílias sem-terra acampadas – 18.126 famílias em 191 acampamentos em 58 municípios –, e que têm um dos maiores índices de violação dos direitos humanos, relacionados aos conflitos por terra.

147 “Localizada no centro do Pará, a Terra do Meio é uma região importante para a conservação da sociobiodiversidade da Amazônia. Situa-se entre o rio Xingu e seu afluente Iriri, abrangendo ainda trechos dos municípios de Altamira e São Félix do Xingu em meio a oito terras indígenas. A partir dos anos 70 e 80 interesses econômicos voltaram-se para a região da Terra do Meio estimulados pelo minério e pela madeira. Em função da abertura de estradas e da implantação de projetos agropecuários promovidos pelo governo federal na região houve um crescimento de núcleos urbanos ao redor da região Terra do Meio, que passou a sofrer com a ocupação ilegal de terras, com a exploração madeireira, o avanço da pecuária, o comércio e grilagem de áreas públicas. Somente a partir dos anos 2000, o governo federal passa a desenvolver políticas públicas de ordenamento territorial, com os estudos e criação de unidades de conservação, criação de reservas extrativistas, etc, abrindo caminho para a legalização fundiária” (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Comissão Especial “Terra do Meio”. *Relatório de impressões sobre as violações dos direitos humanos na região conhecida como “Terra do Meio” no Estado do Pará*. Brasília, 2011, p. 3).

estratégico, teve como produto o aumento da degradação florestal e da exploração ilegal de madeira na região de influência da obra. Só na Terra Indígena Cachoeira Seca, que, desde 2009, deveria ter sido objeto de ações do governo para a retirada de ocupantes não indígenas –, foram extraídos 200 mil metros cúbicos de madeira, somente no ano de 2014. Quantia que equivalente a 13 mil caminhões carregados de madeira.

Esse quadro, causa preocupação a política do Ministério do Meio Ambiente (MMA), que se restringe quase exclusivamente a ações contra o desmatamento, deixando os índices de degradação florestal dispararem, sem a devida resposta do Estado. A degradação florestal, além de gerar sérios problemas ambientais – como o aumento da vulnerabilidade da floresta a queimadas e a redução da biodiversidade –, traz consigo intensa violência contra os moradores das áreas em que os madeireiros atuam, incluindo tentativas de intimidação e cooptação de lideranças (DOSSIÊ ISA, 2015).

Medidas, previstas no PBA – Componente Indígena, destinadas à proteção de territórios indígenas (por meio de regularização fundiária e fiscalização eficiente) e mitigação dos impactos socioambientais da obra, não foram cumpridas pelo empreendedor de Belo Monte. Isso resultou na perda do controle, por parte dos índios, de parcela considerável de seus territórios e, por conseguinte, dos recursos nele existentes.

Os povos indígenas, que estão na área de influência direta de Belo Monte, correm riscos em relação à segurança alimentar; sobre estes, atestou-se ainda, a piora no que concerne ao atendimento à saúde. Levando o Distrito de Saúde Especial Indígena de Altamira (DSEI) a concluir-afirmar-alertar que, *“devido ao abandono de roças e atividades tradicionais de pesca e caça e à introdução descontrolada de comida industrializada nas dietas das famílias indígenas, a segurança alimentar das aldeias está em risco”* (DOSSIÊ ISA, 2015).

A FUNAI (por meio de parecer técnico publicado em março de 2015) mostrou que, entre os anos de 2008 e 2013, a prática do desmatamento no interior das terras indígenas situadas na área afetada pela UHE Belo Monte foi de 193,4 Km², o que representava um crescimento acumulado de 16,31% durante o período mencionado, aumentando assim o desmatamento ilegal nas Terras Indígenas: Apyterewa, Trancheira Bacajá e Cachoeira Seca.

No ano 2013, a Terra Indígena Cachoeira Seca foi apontada como a mais desmatada do país. Tendo sido identificados casos de corte raso, queimadas e extração irregular de madeira (DOSSIÊ ISA, 2015). De acordo (ainda) com o órgão indigenista, para o período em destaque aumentaram: as invasões de caçadores; a expansão de

loteamentos rurais nas TIs Arara, Koatinemo e Ituna/Itatá; além do aumento de invasões de pescadores comerciais nas TIs Trinchira Bacajá, Paquçamba e Arara da Volta Grande. Cresceu também a extração ilegal de madeira nas TIs Cachoeira Seca, Paquçamba, Arara, Trinchira Bacajá, Xipaia e Curuaia; e intensificou-se a presença de garimpos ilegais nas TIs Xipaia, Curuaia e Arara.

Tal situação, segundo a Funai, coloca em risco a vida dos grupos indígenas em situação de isolamento que vivem na TI Ituna/Itatá. Em decorrência do atraso na contratação do PBA-CI, foi implementado um Plano Emergencial, com 24 meses de duração. Em seu âmbito, deveriam ser levadas a cabo algumas ações de mitigação, antes do início efetivo do projeto. Seu desenvolvimento, porém, deflagrou um dos processos mais perversos de cooptação de lideranças indígenas e desestruturação social promovidos por Belo Monte (DOSSIÊ ISA, 2015).

O tal “Plano Emergencial” promoveu vários impactos à organização socioeconômica e a autonomia política de diversas sociedades indígenas, resultando em alguns casos, até mesmo, na perda da capacidade de produzir alimentos destes povos, como já relatado aqui alhures. Não por acaso aumentaram os índices de desnutrição infantil nas aldeias, quando da vigência do Plano Emergencial (de 2010 a 2012).

Tal situação se expressa na taxa de mortalidade infantil indígena em Altamira, quatro vezes superior à média nacional. Quadro confirmado por técnicos da FUNAI, que, em 2014, foram vistoriar os programas do Plano Básico Ambiental (Componente Indígena) relacionado à segurança alimentar e ao desenvolvimento de projetos produtivos. Após a vistoria os técnicos recomendaram à distribuição de cestas básicas às aldeias, tendo em vista o grave e alarmante quadro de vulnerabilidade alimentar encontrado nas comunidades visitadas¹⁴⁸.

Conforme alertou o Painel de Especialistas em 2009, a UHE Belo Monte se construiria/implantaria em uma região marcada por intensos conflitos agrários, onde o assassinato de lideranças é uma realidade; onde os povos indígenas estão sujeitos à violência de uma política estatal que não os contempla em suas (históricas) demandas, ao contrário, os coloca em situação de acentuada vulnerabilidade. Belo Monte seria, portanto, um acelerador, de uma miríade de problemas locais/regionais que seriam potencializados pela dinâmica desestruturadora da Obra.

148 Brasil, Ministério da Justiça, Fundação Nacional do Índio. “Relatório de avaliação das atividades e projetos apoiados pela Norte Energia referentes ao Programa de Atividades Produtivas do Componente Indígena do Plano Básico (PBA-CI) da UHE Belo Monte nas Terras Indígenas Apiterewa, Araweté, Arara, Kararáo, Koatinamo e Trinchira Bakajá.” Julho/Agosto de 2014, p. 73.

Em relação especificamente as sociedades indígenas, a nova e intensa dinâmica transformadora do empreendimento seria insuportável, fazendo com que estas sociedades não conseguissem se adaptar a suas novas vidas. Sobre este ponto ainda, o dos impactos aos indígenas, é oportuno acompanhar alguns trechos da entrevista concedida pela procuradora de Altamira (MPF de Altamira).

Lembra-nos ela que Belo Monte foi diagnosticado para os indígenas como uma obra de altíssimo risco a sobrevivência étnica desses povos. Diagnóstico presente nos estudos de impacto ambiental – no EIA da Obra. Porém, conforme pontua a procuradora da república, apesar de no EIA constarem indicados uma série de medidas mitigatórias (indispensáveis!) para a viabilidade da Usina de Belo Monte, estas não foram concretizadas pelo empreendedor.

O que levou a desestruturação social, econômica e cultural de sociedades inteiras, levando ao MPF de Altamira concluir se tratar de obra etnocida¹⁴⁹. No box abaixo, a procuradora da república Thaís Santi, fala sobre o “Plano Emergencial” e explica os motivos que a levaram a esta conclusão. Segundo a procuradora, a cooptação de algumas lideranças indígenas (antes resistentes à obra); o poder econômico do empreendedor (que tudo fez para viabilizar Belo Monte); e “a mão de ferro” do Estado Brasileiro durante o período de implantação da obra, constituem-se em fatores centrais para o alcance desta compreensão.

BOX 18: o objeto UHE Belo Monte enquanto representação do Etnocídio Indígena

[...] No contexto de Belo Monte, o Plano Emergencial foi estratégico para silenciar os únicos que tinham voz e visibilidade: os indígenas. Porque houve um processo de silenciamento da sociedade civil. Tenho muito respeito pelos movimentos sociais de Altamira. Eles são uma marca que faz Altamira única e Belo Monte um caso paradigmático. Mas hoje os movimentos sociais não podem nem se aproximar do canteiro de Belo Monte. Há uma ordem judicial para não chegar perto¹⁵⁰. Naquele momento, os indígenas surgiram como talvez a única voz que ainda tinha

149 “Em análise do corpo de peritos do MPF comparando o PBA aprovado pelas autoridades e o plano operativo feito pela empresa, 37 ações de saúde indígena foram apagadas unilateralmente pela empresa. O resultado foi que até agora (dezembro de 2015), concedida a Licença de Operação para Belo Monte, as ações de saúde indígena mal foram iniciadas, apesar da gravidade dos impactos já registrados, desde aumento da mortalidade infantil até o surgimento de doenças como alcoolismo, hipertensão e DSTs, que nunca tinham sido registradas em áreas indígenas. O MPF diz ser evidente que ao apresentar o Plano Básico Ambiental, a empresa queria obter a autorização para iniciar as obras. Mas nunca teve intenção de cumpri-lo” (<http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2015/mpf-denuncia-acao-etnocida-e-pede-intervencao-judicial-em-belo-monte>).

150 A Justiça Federal de Altamira, atendendo a solicitação da Norte Energia, por meio da atuação da AGU – Advocacia Geral da União – impôs sobre alguns Movimentos Sociais (os mais atuantes) e militantes e/ou representantes da Sociedade Civil Organizada “interdito proibitório”. Estes não poderiam assim, sequer se aproximar das áreas consideradas pertencentes à Empresa Norte Energia, incluindo os canteiros de obras da UHE Belo Monte, sob pena de prisão. Isso limitou a ação de militantes de maneira mais próxima aos

condição de ser ouvida e que tinha alguma possibilidade de interferência, já que qualquer não índio receberia ordem de prisão. E o Plano Emergencial foi uma maneira de silenciar essa voz. A cada momento que os indígenas vinham se manifestar contra Belo Monte, com ocupação de canteiro, essa organização era, de maneira muito rápida, desconstituída pela prática de oferecer para as lideranças uma série de benefícios e de bens de consumo. Porque os indígenas têm uma visibilidade que a sociedade civil não consegue ter. Vou dar um exemplo. Houve uma ocupação em que os pescadores ficaram 40 dias no rio, na frente do canteiro, debaixo de chuva, e não tiveram uma resposta. Aquele sofrimento passava despercebido. E de repente os indígenas resolvem apoiar a reivindicação dos pescadores, trazendo as suas demandas também. E, de um dia para o outro, a imprensa apareceu. *Os indígenas eram a voz que ainda poderia ser ouvida e foram silenciados.*

[...] Eu realmente acho que existe uma tragédia acontecendo aqui, que é a invasão das terras indígenas, é a desproteção. A gente vê a madeira saindo. As denúncias que recebemos aqui de extração de madeira na terra indígena Cachoeira Seca, na terra indígena Trinchreira Bacajá, elas são assustadoras. E eu realmente me pergunto: como? A pergunta que eu tinha feito para o juiz nesse processo era isso: “Belo Monte se sustenta no quê, se essa condicionante, que era a primeira, não foi implementada?”. *Belo Monte se sustenta no fato consumado. E numa visão equivocada de que, em política, não se interfere. Como se aquela opção política fosse também uma opção por desrespeitar a Lei.* Eu te digo: é estarrecedor.

[...] Quando a Hannah Arendt estuda os regimes totalitários, ela faz uma descrição do nazismo, ela faz uma descrição da política de Hitler que é muito interessante. O Hitler afirmava que tinha descoberto uma lei natural, e que essa lei natural era uma lei da sobreposição de uma raça, de um povo sobre o outro. Os judeus seriam um obstáculo que naturalmente seria superado por essa lei natural. Quando eu digo que os estudos de Belo Monte identificaram um processo de desestruturação dos povos indígenas da região, que já tinha começado com a Transamazônica, e que Belo Monte só acelera esse processo, me vem essa imagem de Hannah Arendt dizendo que Hitler apenas descobriu uma forma de acelerar o processo de uma lei natural que ele afirmava ter descoberto. E aqui, o que Belo Monte faz a esse processo de desestruturação iniciado com a Transamazônica é acelerá-lo a um ritmo insustentável para os indígenas. [...] *O que me assusta é a forma como a sociedade naturaliza esse processo com uma visão de que é inevitável que os indígenas venham a ser assimilados pela sociedade circundante, pela sociedade hegemônica (...). Então, esse processo de etnocídio é naturalizado e, por ser naturalizado, não dói para as pessoas. Não dói o fato de os índios estarem morrendo.* Numa sociedade de consumo, desde que não se perca o eu hegemônico de cada um, a morte cultural de um povo não dói. Então, o que eu sinto é isso: é extremamente assustador a forma como a sociedade aceita esse processo.

[...] *Um etnocídio! Essa é a conclusão a que cheguei com o Inquérito Civil que investigou o Plano Emergencial. Belo Monte é um etnocídio num mundo em que tudo é possível.*

Fonte: BELO MONTE: BRUM, Eliane. A anatomia de um etnocídio, disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/01/opinion/1417437633_930086.html, acesso em 02 de dezembro de 2014. Texto adaptado pelo Autor. Grifo nosso.

Temos, portanto, a confirmação dos prognósticos negativos apontados no EIA (inclusive) e, especialmente, pelo Painel de Especialistas (2009). As ações equivocadas da empresa Norte Energia e do Estado brasileiro, em suas diferentes esferas e escalas de atuação, causaram significativos impactos aos povos indígenas. A construção de infraestrutura de serviços públicos nas aldeias demorou muito (mais de seis anos) para serem concluídas e os projetos produtivos que deveriam fortalecer a segurança alimentar,

trabalhadores da Usina e as comunidades que viviam no entorno da obra.

melhorando assim as condições de subsistência material dessas populações, conforme previsto no PBA-CI, não foram implantados.

A interrupção do rio, o seu barramento, associado à ausência e/ou implantação tardia das ações previstas, prejudicou em demasia os diferentes grupos indígenas cujos territórios estão na área de influência direta e indireta de Belo Monte. O Ministério Público Federal de Altamira moveu junto à Justiça Federal da mesma cidade, uma ação judicial cujo propósito é o reconhecimento de que a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, na região da Transamazônica e Xingu, constitui uma ação etnocida do Estado brasileiro e da empreendedora de Belo Monte, a empresa Norte Energia perante os povos indígenas da região de influência direta e indireta da Usina. O MPF afirma que se restou demonstrado a destruição da organização social destes povos, bem como, de seus costumes, línguas e tradições.

A ação do MPF solicita ainda que, tendo em vista a comprovação dos abusos e violência contra as sociedades indígenas do Xingu, seja decretada intervenção judicial imediata, por meio de uma comissão externa, sobre o Plano Básico Ambiental do Componente Indígena de Belo Monte, o chamado PBA-CI, ou Programa Médio Xingu, aprovado em sua concepção teórica pelos órgãos licenciadores do empreendimento, todavia, implantado de outra maneira pela empresa, diferentemente do que fora (previamente) acordado perante o órgão licenciador (IBAMA), consistindo em ação em irregular, segundo o MPF.

O pedido de intervenção judicial solicitado pelo MPF tem por objetivo: fazer, com que, o empreendedor de Belo Monte, promova a readequação dos programas de compensação e mitigação pensados; e funcione como uma auditoria externa independente para garantir a transição da situação atual, de ilegalidade e ação etnocida (onde, segundo o MPF deveria haver mitigação e compensação), para uma situação em que o dinheiro público que financia a obra seja, efetivamente, usado em benefício dos povos afetados por esta. Devendo se dá por meio de instauração de um Comitê Interventor.

Este Comitê Interventor (ou Comitê de Transição para o Programa Médio Xingu) teria como mantenedor a Norte Energia, sendo composto por equipe multidisciplinar, possuindo em seu quadro membros indicados pela FUNAI, pela ABA (Associação Brasileira de Antropologia), pela SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), pelo CNDH (Conselho Nacional de Direitos Humanos), por entidades indigenistas e da sociedade civil, por meio de participação paritária de indígenas tudo isso sobre o acompanhamento do Ministério Público Federal. Devendo ainda a empresa Norte Energia ser obrigada a comprovar que possui condições para garantir, os recursos

necessários, para implantação do programa ao longo de 35 anos. O tempo de existência do contrato de concessão de Belo Monte.

Esta ação judicial contou com a participação de procuradores da República e peritos do MPF que concluíram, não restar dúvidas sobre a existência de vários e graves impactos às sociedades indígenas. Ou seja, o PBA-CI que deveria servir para proteger os indígenas, na verdade acabou por contribuir para a violação das tradições culturais e o risco de desaparecimento desses povos. Efeitos atrelados, segundo ao MPF, a forma como o licenciamento ambiental foi conduzido pelo empreendedor, que negligenciou informações e orientações presentes (já) no Eia-Rima e expressamente mencionados no licenciamento.

Conforme o entendimento do MPF, uma ação etnocida fora movida em relação aos nove povos indígenas que vivem na região de Belo Monte. Tendo esta, a ação, sido causadas graças à ausência de rigor por parte do Governo Brasileiro, quando do processo de licenciamento da usina que promoveu, sob o discurso da proteção ao interesse nacional, à postergação ou modificação das obrigações do empreendedor. Não obstante, quando o próprio Governo Brasileiro, deixava de cumprir com suas obrigações, dentre as quais, cita-se: possibilitar o fortalecimento da FUNAI, o fortalecimento do IBAMA e, a retirada de invasores de terras indígenas acabava este por contribuir, de forma direta, para com a destruição cultural das etnias.

O MPF afirmou ainda que a Norte Energia e o governo brasileiro conduziram a implantação de Belo Monte por meio da violação da Constituição de 1988, por meio da manutenção de práticas políticas assimilacionistas, que forçaram a destruição cultural de grupos indígenas, conduzindo assim a um processo de extermínio étnico, pelo qual o Governo Federal dá continuidade às práticas coloniais de integração dos indígenas à sociedade hegemônica. Integração, subalternizada, diga-se de passagem, segundo uma lógica que advoga que os povos tradicionais devem ser incorporados aos mesmos padrões culturais da “sociedade mais civilizada”.

Como exemplo, cita-se o fato da empresa Norte Energia ter construído casas sem nenhuma adequação às culturas indígenas nas aldeias do médio Xingu. A empresa fabricou casas de madeira cobertas com telhas de fibrocimento, sem nenhuma fiscalização da FUNAI e/ou do IBAMA, o que foi considerado pelo MPF como um caso de extrema gravidade. Além do revoltante caso de uma índia de 17 anos, que engravidou de um funcionário de uma das empresas que trabalharam em Belo Monte. O referido operário não tinha autorização para ingresso em Terra Indígena.

Foi objeto de denúncia e posterior comprovação, por parte do Ministério Público Federal, a utilização de mão de obra indígena sem contrato formal de trabalho nas obras

das aldeias, a desorganização das atividades produtivas das comunidades indígenas, o despejo de resíduos de construção em locais não apropriados, a derrubada de madeira sem autorização pelas autoridades competentes. A situação levou a FUNAI de Altamira a emitir relatório onde atesta que a execução inadequada das ações previstas (porém não seguidas) no PBA-CI promoveu, em algumas terras indígenas, impactos socioambientais mais severos e significativos que os causados em função do conjunto de obras do empreendimento.

Abaixo trazemos, por meio de uma tabela, o que deveria ter sido feito pelo empreendedor, quais as ações que deveriam ter sido realizadas por este e, qual a real situação a que estão relegados os povos indígenas.

TABELA 02: DAS AÇÕES PREVISTAS A SITUAÇÃO REAL.

AÇÕES PREVISTAS	O QUE DEVERIA TER SIDO FEITO	QUAL A SITUAÇÃO REAL
Proteção Territorial Indígena	Esta ação foi pensada como essencial para evitar invasões, roubo de madeira e outros recursos florestais, além de proliferação de doenças e perdas culturais previstas com a implantação da UHE Belo Monte. Devendo ser implantada até o ano de 2012.	Até o momento (Julho de 2017) a Norte Energia não implementou a ação. Há entrada indiscriminada de não índios em todas as terras indígenas, provocando o aumento do desmatamento ilegal em terras indígenas. A TI Cachoeira Seca é, atualmente, a mais desmatada do Brasil.
Fortalecimento do Órgão Indigenista	Deveria ter sido feito antes do início das obras. O MPF tem ação judicial específica sobre o tema na Justiça, pedindo a reestruturação física e a contratação de pessoal para a FUNAI.	A FUNAI tem 72% menos funcionários para atuar com os nove povos indígenas afetados. Em 2011 eram 60 servidores, desde o ano de 2015 são 23.
Regularização Fundiária de Terras Indígenas	A obrigação de regularizar as terras dos povos afetados por Belo Monte figura como condicionante da obra desde a primeira licença em 2010.	Até hoje, quase nada foi cumprido. Todas as medidas dependem única e exclusivamente do governo brasileiro: a homologação e extrusão da Terra Indígena Cachoeira Seca; a extrusão e demarcação física da Terra Indígena Paquicamba; a conclusão do processo de extrusão da Terra Indígena Arara da Volta Grande, a garantia de acesso dos Juruna da T.I. Paquicamba ao

		reservatório de Belo Monte.
Plano Emergencial	Deveriam ter sido implantadas ações voltadas ao etnodesenvolvimento, para sustentabilidade alimentar e econômica dos povos indígenas afetados, de acordo com as características culturais próprias e o tempo de contato com a sociedade envolvente.	Não obstante, foi estabelecido um balcão de negócios na cidade de Altamira, sob controle direto e exclusivo da empresa Norte Energia, onde eram distribuídos todos os meses, R\$ 30 mil para cada aldeia, em mercadorias. Como resultado, índios que nunca tinham estado na cidade foram obrigados a se deslocar com frequência até Altamira, muitos pararam de plantar e pescar, as aldeias ficaram entupidas de lixo, houve proliferação de várias pestes por causa do lixo, doenças como hipertensão, obesidade e diabetes começaram a surgir com a modificação da alimentação tradicional, a mortalidade infantil disparou, assim como o alcoolismo, o consumo de drogas e a prostituição, o atendimento à saúde foi inviabilizado.

Fonte: Disponível em <http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2015/mpf-denuncia-acao-etnocida-e-pede-intervencao-judicial-em-belo-monte>, acesso em 26 de dezembro de 2015. Adaptado pelo autor

Em síntese, o Ministério Público Federal concluiu que a usina de Belo Monte, descumpriu pontos importantes do PBA-CI, tais como: a não instalação (e proteção) dos territórios indígenas, a não estruturação do órgão indigenista responsável pela coordenação do Programa Médio Xingu, que garantiria ao PBA a capacidade mitigatória necessária para tornar a UHE Belo Monte aceitável dentro de uma perspectiva constitucional e humana.

O MPF classifica ainda o Plano Emergencial aplicado pela Norte Energia como “trágico” as sociedades indígenas do médio Xingu (PRPA-ASCOM, 2015). Por meio da distribuição indiscriminada de mercadorias para os índios, a empresa Norte Energia configurou uma política de pacificação e silenciamento destes povos que em muito se assemelha aos momentos de maior violências orquestradas durante a colonização do

território brasileiro (para mais informações consultar a ACP de nº 0003017-82.2015.4.01.3903).

4.5.4 – O NADA “BELO” DE BELO MONTE: os impactos as atividades pesqueiras e a escala da vida dos ribeirinhos do Xingu

Nos municípios de Altamira e Vitória do Xingu, mil novecentos e quinze (1.915) ribeirinhos, cadastrados como pescadores profissionais, ativos junto à colônia de pescadores, foram atingidos socioespacialmente pelas obras da UHE Belo Monte. A pesca, atividade cotidiana, era usada para se alimentar e como meio de sustento de inúmeras famílias que dependiam da atividade. Porém, as alterações promovidas pela instalação da Usina, tais como: barramento do rio, dinamitação do rio, aterramento de igarapés etc, impactaram em demasia a atividade pesqueira na região de implantação do complexo hidrelétrico.

O barramento definitivo do rio, não implicou somente o barramento das águas, mas sim, o barramento de muitas vidas que precisavam e desenvolviam há gerações, a atividade pesqueira, como fonte de reprodução social e econômica. Mas, por que esta atividade foi prejudicada?

A construção do empreendimento, dentre outros impactos, gerou: a) alterações na turbidez da água em toda a região onde foram realizadas intervenções diretas nos cursos hídricos; b) a intensa iluminação proveniente dos locais de obras (os canteiros) tornou inviável a pesca de peixes de hábito noturno; e c) o barulho intenso e as vibrações promovidas pelas explosões, em locais de construção, afastaram os peixes e destruiu os pedrais (locais propícios à alimentação e reprodução de certas espécies da ictiofauna).

É importante ressaltar ainda, que esses impactos provenientes da instalação da UHE Belo Monte foram previstos nos Estudos de Impacto Ambiental e, a época classificados como danosos à fauna aquática e/ou ao meio ambiente. Ou seja, foram desconsiderados os graves efeitos advindos das alterações do complexo hidrelétrico junto atividade pesqueira e, por conseguinte, a escala da vida de milhares de ribeirinhos, que tem na pesca, a principal atividade de sustento ou reprodução social.

Falar em impactos à atividade pesqueira é falar de impactos às atividades humanas! Para o empreendedor não interessava aspectos relacionados à vida de milhares de ribeirinhos ou qualquer outro grupo social que dependesse da pesca. O

empreendedor nunca esteve preocupado em propor políticas de desenvolvimento territorial. O que sempre motivou a ação desse agente foi dar conta das muitas obrigações legais exigidas em todas as etapas que envolvem a proposição, implantação e funcionamento de um objeto técnico, do peso de uma hidrelétrica para, poder assim, comercializar o produto gerado pelas turbinas do leviatã que habita os rios da Amazônia.

A lógica desenvolvimentista, ligada, portanto a interesses outros, externos ao lugar, ligadas à concepção de desenvolvimento que defende a reprimarização de nossa economia, é a que exerce hegemonia. E, dentro dessa lógica, interessa mais falar sobre outras espécies do meio biótico do que de vidas humanas. Estas passam a interessar somente quando compõe “a legislação tal”, da “página tal”, do item “obrigações do empreendedor”. Sim, uma racionalidade técnica e pragmático utilitarista, alimenta projetos como Belo Monte.

Qualquer outra política de desenvolvimento territorial poderia ser facilmente aplicável na região. A partir da proposição, discussão e implantação de projetos há muito aventados. Projetos que são fruto de construção coletiva, de uma coletividade que trata e concebe de maneira integrada o uso do ambiente e as necessidades dos distintos grupos humanos que o produzem e organizam. Sem necessidade de barragens, de deslocamentos compulsórios, de processos de des(re)territorialização traumáticos e espoliadores.

Tais quais às proposições e projetos encampadas pelo Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu. Apesar de a narrativa escalar, dos agentes hegemônicos, Governo Federal e Norte Energia, o desenvolvimento dos territórios e da região, nunca foi o principal objetivo. Outras intencionalidades explicam e justificam Belo Monte. Intencionalidades que são contrárias e contrapostas aos interesses do lugar. Tratam-se de “verticalidades” (SANTOS, 2004b) opressoras do lugar.

O “homem” que conta para projetos desenvolvimentistas é “o abstrato”, o quantitativo. Daí sua consideração, enquanto sujeito socioespacial concreto, ser negligenciada, ignorada. Para a racionalidade técnica que opera o mundo onde Belo Monte é objeto sagrado, o importante é cumprir o “diz o manual”. Sendo que, para o caso de Belo Monte e de tantas outras obras no Brasil e de outros países, em especial, as obras relacionados a barramentos de rios para produção de energia, isso continua a ser o grande desafio.

A empresa Norte Energia, por meio de sua equipe técnica de monitoramento, reconheceu as alterações geradas/ocasionadas à dinâmica da fauna aquática. Mas, por

meio do mesmo monitoramento, a empresa, afirma também, que a atividade pesqueira não sofreu dano algum. Não obstante, como ela chegou a essa conclusão? A empresa limitou-se/limita-se a coletar dados a partir do “desembarque pesqueiro” que ocorre nos principais portos e/ou trapiches da região, como forma de medir/monitorar os impactos à pesca (DOSSIÊ, 2015). Como os dados obtidos junto a esses locais atestam pouca, ou nenhuma, mudança em relação ao quadro anterior existente, antes do barramento do rio pelas obras da UHE Belo Monte, a conclusão da empresa é a de que não houve impactos.

No entanto, pescadores e/ou atravessadores vindos de outras cidades e mesmo de outros estados, portanto, vindos de fora da área de influência de Belo Monte, comercializam seus peixes, nos mesmos portos, que são objetos de averiguação do empreendedor. Ou seja, a empresa, a partir de dados provenientes de outras áreas, externas à região de Belo Monte, constrói seu banco de dados tendo por intuito demonstrar que, não houve impactos à atividade pesqueira. Os resultados dos monitoramentos realizados pela empresa demonstram inclusive, que houve aumento e/ou estabilização na quantidade de pescado que chega aos principais portos e/ou trapiches da região (Altamira e Vitória do Xingu). Por essa razão, apregoa o empreendedor, que a atividade pesqueira não sofreu impacto da construção do objeto técnico UHE Belo Monte.

Conforme, não obstante, o DOSSIÊ do ISA (2015), a conclusão da empresa, é objeto de contestação por pescadores e pesquisadores já que, “as áreas de pesca” (trechos específicos do rio em que se desenvolvem as atividades pesqueiras mais proveitosas), não estarem sendo devidamente monitoradas pelo empreendedor. Esse fato, o não monitoramento das áreas de pesca, não permite que as mesmas sejam acompanhadas, passando, assim, a não constituir banco de dado (importante!) para a empresa, bem como, para o órgão licenciador, o IBAMA.

Os impactos diretos, provocados pela instalação da UHE Belo Monte, desencadearam, na região, graves conflitos sociais já que, cada uma das áreas de pesca, tradicionalmente é explorada por determinado grupo de pescadores. De modo que, a destruição de certas áreas, tem levado os pescadores que ali exerciam suas atividades, a migrar para as áreas já exploradas por outros, gerando conflitos por áreas de pesca. Como a delimitação das “áreas de pesca” dar-se a partir do estabelecimento de relações de poder, preferimos chamar as áreas de “territórios de pesca”.

Essa grave situação foi levado ao conhecimento do IBAMA. Este demorou, no entanto, mais de dois anos para se pronunciar sobre os programas de monitoramento da

pesca e a responder a questionamentos levantados por indígenas, extrativistas e pescadores quando da ocorrência de reuniões e/ou comunicações por escrito. A pressão popular das associações de pescadores e dos movimentos sociais da região de Altamira, em especial o Movimento Xingu Vivo Para Sempre, tendo em vista a não obtenção de resposta satisfatória do IBAMA, decidiu por judicializar a questão.

Foi necessário o acionamento do MPF por meio de nova Ação Civil Pública, para que, ao menos uma parte desses ribeirinhos-pescadores passasse a ser tratados, pelo empreendedor e pelo IBAMA, como sujeitos de direitos e dignidade. Os ribeirinhos que tem às margens dos rios Xingu, Iriri e Riozinho do Anfrísio como seus lugares, bem como os que vivem na cidade de Altamira (especialmente em bairros próximos ao rio, próximos a beira-rio), nas margens da Volta Grande do Xingu e a jusante da casa de força principal de Belo Monte compõe, junto com as diversas etnias indígenas da região, um conjunto amplo de sujeitos sociais socioespacialmente atingidos por Belo Monte.

E, como tais, constituem-se em objeto de preocupação por parte dos movimentos sociais que lutam por “justiça socioambiental”. Outra questão problemática levantada pelo estudo do ISA, refere-se aos moradores da Unidade de Conservação Terra do Meio. Durante o EIA-RIMA de Belo Monte, não foram realizados estudos específicos acerca dos impactos da usina sobre as Unidades de Conservação localizadas na área de influência indireta do meio socioeconômico da obra.

Com o passar do tempo, entretanto, as transformações impulsionadas pela instalação do grande projeto UHE Belo Monte, têm gerado impactos diretos e indiretos as populações que vivem nas unidades de conservação da região. Impactos sobre o modo de vida dessas populações, em especial, em razão do padrão de residência sazonal dos ribeirinhos. Estes, apesar de morarem nas Resex, deslocam-se regularmente à cidade de Altamira, tendo por intuito a utilização de serviços básicos como: educação, saúde e/ou para receber o Bolsa Família.

De 2012 a 2015 o acesso dos ribeirinhos ao sistema de saúde pública sofreu uma significativa piora, já que, a superlotação dos equipamentos de saúde aumentou o tempo de espera para atendimentos. A necessidade de permanecer na cidade de Altamira para agendar consultas e realizar exames acabou por aumentar o custo destas famílias com transporte, alimentação. Isto implica aos ribeirinhos terem de parar, temporariamente, suas atividades produtivas, tais como: como a roça, a pesca, a coleta da castanha, da seringa, entre outras. São essas atividades as responsáveis pela garantia de renda e subsistência as famílias. Para os casos em que não é possível esperar, estes sujeitos

acabam retornando às Resex ainda doentes, sem terem realizados os exames necessários, bem como, sem receber o tratamento devido (DOSSIÊ, 2015).

Além dos impactos mencionados, frisa-se ainda o aumento das dificuldades enfrentadas pelos ribeirinhos que foram realocados na cidade por conta das ações de remanejamento do empreendedor. Os ribeirinhos que possuíam casas na cidade, na área central de Altamira ou próximos a esta (em locais chamados de “baixões”), hoje moram nos novos bairros (os RUCs), localizados muito distantes do rio, não assegurando às populações ribeirinhas as condições para manter seu modo de vida. Segundo o (DOSSIÊ, 2015) todos os impactos gerados pela UHE Belo Monte junto às populações ribeirinhas das Resex, não recebiam as devidas medidas de mitigação, compensação ou ações preventivas por parte do empreendedor.

Esta realidade, marcada pela negligência da empresa em relação aos socioespacialmente atingidos passou a mudar somente quando, estes grupos começaram a se articular a partir das diferentes associações de pescadores, dos sindicatos, junto a cientistas independentes e sociedades científicas, junto, em síntese, a uma gama de defensores de direitos humanos e movimentos sociais. A conquista do RUC Pedral (cuja construção não foi prevista pelo empreendedor) e o a constituição do Conselho Ribeirinho, são representativos dessa conjunção de forças. Sendo mais um exemplo, um dos mais emblemáticos, do que estamos a chamar de centralidades insurgentes.

O fato é que, desde o início da construção da UHE Belo Monte, resta-se confirmado o notório descompasso existente entre, as obrigações socioambientais presentes no licenciamento e que, portanto, deveriam receber atenção e providência por parte da empresa Norte Energia; e o ritmo acelerado com que a obra foi sendo desenvolvida. Não há correspondência entre o ritmo das medidas de mitigação junto aos atingidos socioespacialmente e o cronograma de obras e comercialização de energia por parte do empreendedor.

Parece-nos que em Belo Monte, como em outros “grandes projetos” na Amazônia, as hidrelétricas de Girau e Santo Antônio, por exemplo, os marcos temporais para a construção da usina e para a venda de energia definidos no contrato de concessão não guardam relação com medidas de mitigação antes previstas. As ações antecipatórias e de compensação dos impactos acabam tendo de se adaptar ao cronograma energético imposto pelo governo, e não o contrário, como seria o correto.

A obra atrasou um ano seu cronograma em relação ao planejamento inicial, presente no contrato de concessão. A empresa Norte Energia justificou à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que o atraso deu-se devido à demora na emissão de autorizações ambientais pelo Ibama e pela Funai, bem como, por culpa de protestos organizados por indígenas, das ações judiciais propostas por pescadores e das greves de trabalhadores no canteiro de obras. Ações essas que, segundo o empreendedor de Belo Monte, não tinha responsabilidade alguma (DOSSIÊ ISA, 2015).

A empresa esquece que a viabilidade socioambiental do empreendimento depende da eficácia do empreendedor em atender as condicionantes recomendadas pelos órgãos ambientais. O monitoramento e fiscalização das medidas aviltadas dificilmente podem ser plenamente realizados pelos órgãos competentes, sem a participação ativa e integral do empreendedor do “grande projeto”. Segundo o estudo do ISA o IBAMA, responsável pela fiscalização do empreendimento, não tem presença constante na região afetada. Nem suporte técnico necessário para acompanhar a totalidade das medidas. Sua equipe de sete analistas ambientais, designada apenas para acompanhar Belo Monte – fica em Brasília-DF, na sede da diretoria de licenciamento ambiental, limitando-se a realizar vistorias semestrais, sobre o que julgar importante, a partir das leituras dos relatórios técnicos, fornecidos pela Norte Energia.

A gravidade dos fatos descritos nesta seção do trabalho exige que os descumprimentos, atrasos, omissões e negligências do processo de licenciamento, instalação e controle social da usina hidrelétrica de Belo Monte sejam superados. É inadmissível ignorá-los. A obra já está em operação, e um conjunto de ações julgadas como fundamentais para salvaguardar os direitos das populações socioespacialmente atingida estão atrasadas ou simplesmente inexistem ainda.

A somatória de erros e omissões cometidas pelos agentes proponentes de Belo Monte, não pode se repetir nas demais obras de infraestrutura planejadas para a Amazônia. A ausência de um planejamento socioambiental responsável e o desrespeito às instituições democráticas, práticas comuns em Belo Monte, seguem na contramão do que se concebe, mesmo em termos conjecturais, como propostas/projetos de desenvolvimento para essa região e/ou para o país.

No capítulo seguinte, vamos continuar a expor os impactos causados as escalas da vida das pessoas de Altamira e região pelo “grande projeto” UHE Belo Monte. A partir da análise sobre as populações das áreas periféricas da cidade de Altamira. Os moradores dos baixões serão nosso foco de análise a partir de agora. A partir, sempre, da

consideração dos “grandes projetos” como expressão da força espoliadora do capital e da ação de um “estado de exceção”, que cria como produto de sua dinâmica, o que estamos a chamar aqui de refugiados de exceção e/ou refugiados por espoliação.

PRÓLOGO

(último momento)

A DOR DE QUEM É ARRANCADO DO LUGAR: os efeitos desestruturadores do Grande Objeto UHE Belo Monte às escalas da vida.

— Que falas essas do Padre Alírio e de Dom Erwin! Estou pensando aqui até agora, em tudo o que eles nos disseram e levantaram como reflexão.

— Depoimentos fortes de quem toca na ferida e expõe os conflitos e contradições presentes ao longo de todo o processo de implantação de “grandes projetos” nessa região, entenda-se: a implantação da rodovia Transamazônica e da Usina Hidrelétrica Belo Monte e, concomitantemente, a estes eventos, à formação (construção) da caminhada da Igreja e dos Movimentos Sociais.

— A fala dos dois religiosos foi realmente muito elucidativa da temporalidade desta formação socioespacial.

— Bem, já estamos quase em Altamira. Já passamos da cidade de Anapú, muito marcada por conflitos de terra. Aqui, a mando de fazendeiros, foi assassinada (e está enterrada) irmã Dorothy, por exemplo. Estamos nos aproximando do povoado de Belo Monte do Pontal. Depois que pegarmos a balsa em direção a Altamira, estaremos a um passo da UHE Belo Monte e, a dois passos da “capital do Xingu”¹⁵¹.

— Tomara que a fila para balsa não esteja muito grande. De qualquer forma, a gente aproveita a oportunidade para fazer um lanche e usar o banheiro.

— E conversar amigo (risos). E conversar.

— Sim (risos). Verdade. Falando em conversar, deixa eu apresentar você para aquela família que está sentada mais ao fundo do ônibus. Conheço a história deles e tenho certeza que o amigo vai gostar de conhecer também. Bom dia!

— Bom dia!

— Opa, bom dia!

— Bem, vou cumprimentar dona Conceição pois, sei que é ela quem manda na casa (risos).

151 Como é conhecida a cidade de Altamira na região da Transamazônica e Xingu.

— Verdade meu amigo (risos).

— Tudo bem com vocês pessoal?

— Nós vamos levando. Depois de Belo Monte eu ainda não conseguir dizer: “está tudo bem”. Eu digo: “estamos levando”.

— Pessoal eu gostaria que vocês contassem para o meu amigo aqui, como era a vida de vocês antes e depois de Belo Monte. Estamos, ao longo de toda a viagem, conversando sobre este “grande projeto”. Pensando sobre a natureza do legado deixado por este a essa região. Vocês poderiam falar?

— Claro! Só não digo que será um prazer porque falar sobre o que este projeto proporcionou a mim e minha família, de maneira geral, não pode ser classificado como prazeroso. Mas, terei muito gosto em conversar com os senhores, apresentar meu relato, e minha experiência vivida.

— Obrigado! Como é mesmo seu nome?

— *Meu nome é Ernestina da Conceição Feitosa Silva (47 anos).*

— Popularmente conhecida por Rita!

— Sim (risos).

— Nascida e criada em Altamira?

— *Não, eu nasci em Almeirim, mas, me criei aqui em Altamira. Eu vim para cá com 3 anos de idade. Meu pai trabalhava com lavoura, sempre trabalhou. E a minha mãe era dona de casa.*

— Seu pai era lavrador?

— *Sim. Ele tinha a lavoura dele, tinha um pequeno lote, até aos 75 anos de idade, que foi a época em que ele se aposentou. Aí ele vendeu o lote. Antes de ele ter esse lote dele, que eram as terras dele, ele trabalhava nas fazendas. A gente morava aqui na cidade. Ele ficava lá (referência ao lote) direto.*

— E qual foi o período em que a tua família chegou, mudou-se, da cidade de Almeirim, em direção a Altamira?

— *Em 1972.*

— Então foi no contexto de abertura da Transamazônica?

— *Isso. Foi nesse período em que o meu pai veio para cá, ele veio para trabalhar na Transamazônica, ele e meus dois irmãos. Aí eles mandaram buscar a gente e nós viemos morar para cá em Altamira. Foi por volta de 1970 que ele passou dois anos aqui para depois, mandar buscar a gente.*

— Entendo...

— *Era no período em que eu estava com três anos de idade.*

— *Dona Conceição, como vocês faziam para se manter nesta época?*

— *O pai e os irmãos trabalhavam na Mendes Júnior.*

— *Na empreiteira Mendes Júnior?*

— *Isso. Ele trabalhava na Mendes Júnior. O meu irmão se acidentou com um machado. Ele cortando aquelas árvores, o machado “foi” e partiu o pé dele no meio. O pé dele se esbagaçou. Aí, foi nesse período que ele parou de trabalhar na estrada, aí ele veio para trabalhar na lavoura e os meus irmãos ficaram também trabalhando em lavoura junto com ele. Mas, não tanto quanto o meu pai, porque a minha mãe contava era isso... que eles ficavam mais em casa e o meu pai trabalhando na lavoura e ela tomando dê conta da gente.*

— *A casa de vocês, aqui em Altamira, estava localizada onde?*

— *Olha, a gente morava na Intendente Floriano (rua localizada próximo a área central da cidade de Altamira). A gente sempre morou de casa alugada, tinha outro lugar que você pegava e ficava com um terreno do tamanho que fosse porque, Altamira naquela época estava em fase de construção. Então, em Altamira, onde você chegava, você podia pegar um terreno e morar onde você quisesse. Mas...¹⁵² só que o meu pai era daquelas pessoas conformadas. Aí a gente sempre morava em uma casinha, mas sempre alugada. Aí foi o período que Altamira começou a crescer e crescer, mas ele começou a trabalhar sempre em roça, sempre em roça para os outros e, nunca construiu uma casinha própria para ele. A última casinha que ele teve foi essa lá no açazal (fragmento socioespacial do bairro central de Altamira). E aí foi que a gente cresceu lá, quando eu cheguei lá para o açazal, acho que eu estava com 12 anos, por aí assim.*

— *E lá no Açazal, a casa era de vocês?*

— *Lá era nosso. A área que o meu pai pegou, era uma área grande. Era uma área tão grande que deu para ele dar um terreno para cada um dos filhos, mesmo sendo uma área baixa. Porque lá, antigamente, não alagava, ela ficava assim... só tinha uma parte que alagava, a outra não, que era inclusive nessa parte que a gente morava.*

— *Quantos filhos vocês eram?*

— *Seis filhos. Três mulheres e três homens. Quando a gente se mudou para o açazal, foi em 1982, morava de casa alugada ainda, aí quando surgiu essa área lá, que não morava ninguém pois, era um baixão (área sujeita a inundação sazonalmente) e tinha um senhor chamado de seu João Pato que morava aqui. Ele era meio envolvido na política aqui de Altamira. Então, ele chamou o meu pai... e, o seu Salomão, que também na época era envolvido como vereador (e ele era amigo do meu pai), aí ele falou com o meu pai, ele disse: “olha” (porque o nome do meu pai era Feitosa, está com 5 anos que ele faleceu), ele disse: “seu Feitosa, se o senhor quiser o senhor pode tirar o tanto que o senhor quiser dessa área, que essa área aqui, ela é da união. Então o senhor pode tirar qualquer quantia*

¹⁵² As reticências significam quebras num determinado assunto, mudança de assunto, sem concluir o último.

para o senhor fazer a sua casa”. Foi quando ele tirou um terreno bem grande para ele e para a minha irmã, para a outra minha irmã que na época não quis, porque lá era um baixão. E assim ele foi distribuindo para cada um de nós. Mas, como eu morava com ele, aí eu não quis o terreno porque, eu já morava com ele nessa época. Até que eu me casei. Quando eu me casei, já estava tudo cheio de gente lá (refere-se a área do Açaizal). Mas, esse terreno que eu comprei, que era a minha casinha, era de um irmão meu, era de um irmão. Então, ele pegou e vendeu para o meu marido esse terreno. Foi onde a gente construiu a nossa casinha.

— E isso faz quanto tempo?

— *Trinta e dois anos*¹⁵³.

— Trinta e dois anos morando no Açaizal?

— *Isso.*

— E aí veio Belo Monte. E com Belo Monte a ordem para que Dona Conceição e a família deixassem a casa. Pois, a área onde se localizava a moradia de dona Conceição estava abaixo da “cota 100”. Área que ficaria, a partir do enchimento do reservatório da usina, permanentemente alagada. Sendo assim, todos os moradores do Açaizal tinham que deixar suas casas. Todos tiveram que sair dali. Uma comunidade inteira.

— *Sair, sair de lá. Porque eu sempre me pergunto assim... porque quase todas as pessoas que moravam lá, dizem assim: “eu não trocava aquele lugar por uma casa dessa” (referência a casa que recebeu como compensação pelos danos materiais causados pelo “grande projeto” Belo Monte). Era o costume... lá era muito bom, apesar de ser uma área baixa, uma área que alagava. A minha casa mesmo, não alagava não. Em vinte anos ocorreram três vezes de alagar, e a gente ter que sair. Entendeu? Era esporadicamente que acontecia isso. Não era sempre. Tinha período que passava quatro, cinco anos sem acontecer. Era um lugar muito bom, onde eu criei os meus filhos. Todos eles...*

— Quantos filhos a senhora teve?

— *Quatro. Duas meninas e dois meninos.*

— Dona Conceição vou fazer uma pergunta bem objetiva a senhora. O quê representava a casa do Açaizal para vocês? Qual o significado daquele lugar para vocês?

— *Olha, apesar de eu gostar muito daqui, como eu já falei, eu não trocava aquele lugarzinho por esse. Eu praticamente cresci, tive os meus filhos lá, né? Meu pai e minha mãe, eles morreram lá naquele lugarzinho. Ali traz uma lembrança assim tão grande, que logo que eu vim para cá, quando eu ia lá eu chorava. Eu vinha chorando para cá. Ainda hoje quando eu passo lá (...) o coração dá*

153 Entrevistei dona Conceição Feitosa em sua casa, no RUC Jatobá, no dia 21 de dezembro de 2015. Estavam presentes na ocasião da entrevista, o companheiro de dona Conceição, conhecido como Van e o filho de dona Conceição, Bruno Feitosa. E, mais dois alunos de graduação em Geografia do campus universitário de Altamira, que estavam me auxiliando durante a pesquisa de campo, Marcelo Barbosa e Odete Rios. Aos quais serei eternamente grato.

uma mexida muito grande, a gente custa... eu sei que aqui é lugar bem melhor, com saneamento e tudo, tem posto de saúde perto, melhorou bastante, mas, ali foi aonde meus filhos nasceram, se criaram, ali vivi a minha adolescência e metade da minha infância, a minha adolescência... vi os meus sobrinhos crescendo, vi aqueles menininhos crescendo, netos também que nasceram lá. Então, era uma parte de mim. Agora eu olho para lá, eu não vejo mais onde que era a casa da minha mãe¹⁵⁴, onde era a minha casa, onde eram as casas dos meus amigos que todo mundo se repartia, um foi para um lado e outro foi para o outro.

— Sua vizinhança era uma boa vizinhança?

— *Era uma boa vizinhança. **Como eu era agente de saúde**, todo mundo se ajudava. São muitos anos de convivência. Todo mundo se conhecia e também, como eu comecei a trabalhar lá, eu peguei um certo apego, sabe? Porque aquele negócio de fazer visitas, todo o santo dia, a gente não se torna só o agente de saúde, a gente se torna o amigo. O médico também porque, muitas vezes eu ia lá e eles queriam que eu levasse medicação, eles me falavam o que eles tinham e queriam que eu dissesse... e a gente se torna, assim, bem íntimo daquelas famílias, né? Isso para mim que foi mais difícil. Foi difícil eu ter que visitar outras pessoas que eu não conhecia, porque eu já trabalho doze anos nesse trabalho, né? Só que aqui eu já estou me adaptando, sabe? Aqui a gente começa também a ir ver que a realidade de lá, daquele povo do Açaizal, não é diferente também daquele povo que saíram de outras áreas baixas. A realidade de vidas são quase que as mesmas, só que aqui, como lá não era muita gente, era um grupo de pessoas assim, um bairro, que eu já conhecia e para cá vieram vários bairros, várias localidades, então veio todo tipo de gente sabe? **Aqui (RUC Jatobá) eu tenho uma faixa de dez acamados.***

— O que são “acamados” Dona Conceição?

— ***Acamados são aquelas pessoas que não podem ir no médico. Que a gente tem que levar o médico em casa. Lá (no Açaizal) eu tinha dois, eu tinha 150 famílias, 380 pessoas. Aqui eu tenho 150 famílias e 720 pessoas, entendeu? Para trabalhar.** Há muitas pessoas deficientes mentais, inclusive, eu tenho um caso de um deficiente que ele era lá do bairro Aparecida¹⁵⁵. Lá o menino comia com a própria mão, o menino se arrastava na casa, ele era alegre. A mãe me conta né? Quando o menino veio para cá (referência ao RUC Jatobá), o menino entrou em depressão. Hoje ele está acamado. Ele come agora por uma sonda. A tristeza foi tão grande para ele, aquela mudança foi tão grande, que ele não conseguiu se adaptar aqui de forma alguma, então ele está, tipo assim, em estado vegetativo. Esse rapaz, que já está com 22 para 23 anos, por aí assim... nessa faixa.*

— A senhora acompanha esse rapaz por quanto tempo?

— *Eu estou acompanhando desde que eu vim para cá (desde a chegada ao RUC Jatobá). As coisas pioraram depois que ele chegou aqui, ele era bom, ele era normal. Ele era deficiente, ele teve uma paralisia e já nasceu com um problema no cérebro dele, mas, ele se movimentava dentro de casa, ele*

154 Com a remoção da Comunidade do Açaizal, comunidade que fazia parte do Bairro Central de Altamira, as casas foram todas demolidas. Houve uma mudança completa na dinâmica do espaço nesta porção da cidade, bem como, da paisagem urbana da cidade de Altamira.

155 Como a população de Altamira se refere a comunidade do Açaizal. O bairro do Açaizal em si, não existe legalmente, não era instituído pelo poder público. Ele compunha um fragmento socioespacial que integrava o Bairro Central.

se arrastava. Ele ia para a praia, entendeu? Aí, como ele está acamado, apareceu uma ferida assim nas costas dele, porque ele fica muito tempo deitado e aquilo está comendo tudo por dentro. Inclusive a médica nossa já disse que ele não tem muito tempo de vida mais, entendeu? Outro caso também, de uma moça que morava lá perto da nossa casa, ela entrou em depressão, quando ela veio para cá. A casinha dela lá fazia até dó, era uma “palafitazinha” muito humilde mesmo. Mas, pensa em uma mulher que era feliz. Ela veio e ganhou uma dessas, dessas casas aqui. Eu gosto, eu adoro a minha casa, mas, nem todos são iguais a nós. Ela chegou, ela entrou em depressão e foi parar no hospital, entendeu? Um outro senhor também, que quem visita lá é uma amiga minha (outra agente comunitária de saúde – ACS), ela me conta que ele abria a porta da casa dele, ele olhava e dizia: “será que esta casa é minha mesmo? Essa casa é minha?”. Ele entrou em depressão. E o que aconteceu com ele? Ele morreu. Sabe... de tanta tristeza. Porque... porque ele estava adaptado lá! Ele gostava de onde ele morava! Como eu também gostava.

— Nesse conjunto de mudanças impostas as pessoas, os idosos, sentiram mais. Sentiram a quebra do cotidiano. Sofreram muito com isso. Isso me lembra “Saudosa Maloca”¹⁵⁶...

156

**“Saudosa
Maloca”**

Adoniran Barbosa (1910-1982)

Se o senhor não tá lembrado
Dá licença de contá
Que acá onde agora está
Esse edifício arto
Era uma casa véia
Um palacete assobradado

Foi aqui seu moço
Que eu, Mato Grosso e o Joca
Construímos nossa maloca
Mas um dia, nós nem pode se alembrá
Veio os homis c'as ferramentas
O dono mandô derrubá

Peguem os todas nossas coisas
E fumos pro meio da rua
Apreciá a demolição
Que tristeza que nós sentia
Cada táuba que caía
Doía no coração

Mato Grosso quis gritá
Mas em cima eu falei:
Os homis tá cá razão
Nós arranja outro lugar
Só se conformemo quando o Joca falou:
“Deus dá o frio conforme o cobertor”

E hoje nós pega páia nas gramas do jardim
E prá esquecê, nós cantemos assim:

Saudosa maloca, maloca querida
Dim-dim donde nós passemos os dias feliz de nossa vida
Saudosa maloca, maloca querida
Dim-dim donde nós passemos os dias feliz de nossas vidas.

— Porque foi tudo de uma hora para outra. Avisaram que você tinha que sair e, daqui a três dias, eles chegavam e você tinha que sair (refere-se ao processo de remoção das famílias). A gente já estava esperando. Já sabia mais ou menos como seria. Mas, tem muita gente que não. Foi por isso que aconteceram esses vários casos de pessoas com depressão. **Pessoas que chegaram na casa, pegaram de novo a sua mudança e foram para o meio da rua, porque já tinham derrubado a casa. Já pensou essa situação? A pessoa não conseguia... não conseguia ficar! Não conseguia mentalizar o quê tinha acontecido com eles.** Houve o caso de uma senhora, chamada Júlia, que foi levada para o São Joaquim (referência ao RUC São Joaquim). Essa senhora, ela simplesmente arrumou um carro, colocou as coisas dela dentro, e foi para frente da casa da filha dela, no meio da rua. A casa dela, já tinha sido derrubada. Eu fiquei... a gente... todo mundo ficou olhando... e eu digo: “gente, essa coisa aí de você morar 40, 50 anos e você ser uma pessoa, aquela pessoa assim, que não procura se informar e mentalizar as coisas. Porque assim, a pessoa fica assim meio...”

— Que relato forte Dona Conceição. Que relato triste. A senhora tem informação sobre Júlia?

— Ela vendeu a casa e foi embora para outro lugar, não conseguiu ficar. E até agora ela anda em uma tristeza danada, a gente olha para ela e ela está magrinha. Ela chora...

— Antes de Belo Monte, quantas pessoas eram classificadas, após serem atendidas, com quadro de depressão?

— Olha, **com quadro de depressão era muito raro. É, praticamente, zero viu?** Porque na minha área, lá onde eu trabalhava, **não existia não.** Quando, se tinha um caso assim, era porque a pessoa era doente mental, ela tinha que procurar o CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), **mas não porque estava dando tristeza, estava entrando em depressão, porque era ruim, entendeu? Então era zero, não existia isso.**

— E agora?

— **Agora cresceu muito.**

— Das 150 famílias que a senhora acompanha aqui no RUC Jatobá, quantas, seguramente, apresentam esse quadro?

— **Olha, cerca de 10%.** Aqui (refere-se ao RUC Jatobá) tem uma senhora aí, que ela, praticamente, vive sozinha. Porque ela veio para longe dos filhos dela. Ela não quer morar com eles de jeito nenhum, porque lá ela tinha a casinha dela [...] Então ela mora sozinha, os filhos vêm ver ela nos finais de semana ou então à noite e eu canso de... inclusive eu até falei para ela, para a filha dela, para arrumarem uma pessoa para tomar de conta dela porque, eles vinham me incomodar até de noite em casa, né? Dez, onze horas da noite a menina estava batendo aqui para que eu fosse lá porque, a velhinha estava morrendo. Entendeu? Chegava lá e a pressão estava lá em cima e não tinha nenhum filho para reparar. Se fosse uma ou duas vezes ainda dava, mas isso já se tornou assim... rotineiro, entendeu? Aí eu tinha que estar lá direto, aí a velhinha... era tanto que quando eu chegava lá ela já começava a chorar e eu tive que chamar a filha dela, eu disse: “olha, se você não pode cuidar, um de vocês, paga uma pessoa. Porque eu tenho um monte de gente. Quase que... **porque os idosos estão quase todos na mesma situação dela,** então eu não tenho tempo para eu está direto aqui na casa da sua mãe. Ou tu arruma uma pessoa para cuidar dela ou vem um de vocês

morar aqui, porque se não eu vou ter que chamar a assistente social e passar o caso dela, porque isso já é abandono de incapaz”. É uma tristeza!

— Dona Conceição me permita fazer outra pergunta. Apesar da violência do processo de deslocamento compulsório das famílias, é possível afirmar que os RUCs são melhores que os baixões? Por exemplo, do ponto de vista da saúde, já que a senhora é agente comunitário de saúde, quais eram, os casos mais comuns? Nos baixões predominavam as verminoses, por exemplo?

— *Para falar a verdade, apesar de lá ser um baixão, quase a gente não via tipos de doenças assim. Dava normal, como dar aqui também, lá dava, sabe, mas era verminose, mas não era assim, aquela coisa assim de alarmar, era normal. Era “uma pressão”, “uma diabete”. Aqui (RUC Jatobá) aumentou muito os casos de pressão alta, diabético então... mas, a pressão alta aumentou muito.*

— Se pudéssemos comparar os dois locais onde você trabalhou como ACS, qual o percentual de aumento das ocorrências? De seus atendimentos?

— ***Acho que 80%. Lá (referência ao Açaizal) os principais eram casos de pressão alta. Aqui a principal é o diabete. Muitos idosos vieram para morar sozinhos. E, por incrível que pareça, o índice de “minazinhas” na faixa de doze a quinze anos, grávidas, aumentou muito.***

— Doze a quinze anos?

— *De 12 a 15 anos. Tanto é que lá no posto a gente nem fica mais assim surpreso. Quando chega uma menina de 12, 13 anos grávida.*

— Dona Conceição, essa realidade existia antes de Belo Monte?

— ***Era raro! Lá na área onde eu trabalhava, era raro, sabe? Assim... é, droga, muito... o pessoal falava muito do nosso bairro Açaizal, que era o bairro da bandidagem. Mas, não se compara com esses lugares (refere-se aos RUCs). Se juntaram todos, né? Aí esses “meninozinhos” crescendo aí. Muito dinheiro correndo na cidade, eles não pode trabalhar, o quê eles vão fazer? É um absurdo, um absurdo!***

— Mas, pelo que lembro, a empresa, a Norte energia, quando começou a planejar o remanejamento das pessoas dos baixões para os RUCs, disse que a pessoa, o atingido, poderia escolher a vizinhança que ela queria. As famílias, poderiam ficar todo mundo próximo etc e tal. Porém isso acabou por não funcionar. Quando começou, de fato, o remanejamento, mudou tudo! A empresa aplicou “outros métodos”. O que provocou muitos conflitos. Por exemplo, as pessoas que moravam em Altamira em uma localização que pode ser classificada de boa para excelente, em seus antigos bairros, sentiram-se prejudicadas com o processo de remanejamento. Pois, afirmavam que tinham perdido algo importante, a localização estratégica de seu imóvel, durante o remanejamento para os RUCs. Muitas pessoas tinha comércio e/ou prestavam algum tipo de serviço em suas antigas casas. E, a localização é de suma importância para quem sustenta a família a partir de uma atividade que é organizada na própria residência. Isso rendeu muitas reclamações. Porque, essas pessoas que prestavam serviço ou eram comerciantes já tinham seus clientes ou fregueses. Mas, com a mudança completa da dinâmica de vizinhança imposta pela remoção, essas pessoas tiveram que começar do zero suas vidas e atividades. Sob condições muito diferentes das que tinham antes. Sem falar dos casos em que, as

peessoas foram indenizadas por suas moradias, mas, não por seus pontos comerciais. Não foi indenizada a oficina, o restaurante, a mercearia. Entendes?

— Que absurdo.

— Foi o caso do marido de dona Conceição, por exemplo. A indenização que eles receberam foi somente correspondente ao imóvel. O marido de dona Conceição possuía uma oficina de conserto de aparelhos eletrônicos. E, por ele não se encontrar em seu local de trabalho, no momento da realização do cadastro pela empresa, acabou por não ser indenizado. Mesmo que depois ele tenha procurado a empresa para explicar e tentar resolver a situação cadastral.

— A empresa não aceitou cadastrá-lo, é isso?

— Exatamente.

— Dona Conceição, deixa ver se estou entendendo. A indenização que eles, a empresa, deu a você e sua família, foi qual?

— *Foi só uma casa! Só trocou uma casa na outra! Ou pegava o dinheiro, o valor que eles ofereceram lá, que foi de 65 mil reais, ou pegava a casa, não tinha outra coisa, entendeu? Aí você imagina. Eu estava no centro da cidade, meu marido tinha os clientes dele lá. Vamos dizer que nós ficamos em uma situação bem difícil mesmo.*

— Mudou totalmente a vida de vocês...

— *Radicalmente! A complicação maior é a água, você não vive sem ela (referência ao fato de faltar, constantemente, água junto as casas). E, em um lugar desse, o lugar mais alto da cidade, tudo distante, as coisas aqui, dali para cá, dobram de preço, alguém coloca um comércio onde um pacote de macarrão que custa dois reais, ele vende a quatro aqui. Quem tem o meio de transporte para ir lá embaixo comprar ainda vai. E quem não tem? A energia, tem muita gente vendendo casa porque não está dando conta de pagar a energia. A energia aqui antigamente (referência ao período pré Belo Monte) não era esse absurdo. Altamira, antigamente, não era esse absurdo não. Era um lugar maravilhoso para a gente se viver. A gente podia andar qualquer hora do dia ou da noite que você chegava na sua casa inteirinho. Agora, a gente já fica... quando o filho sai, pedindo para todos os santos e para Deus proteger, porque a gente não sabe se o filho chega. De tão absurdo que está aqui nessa cidade (referência ao aumento da violência). Eu várias e várias vezes, eu já chamei, Van (refere-se ao marido), vamos embora daqui. Vamos procurar um outro lugar para a gente viver. Porque aqui não dá mais, aí ele diz: “vamos embora”. Aí depois, porque tudo que eu falar para ele (para o marido), vamos fazer, ele diz: “vamos”. Aí eu penso nos meus meninos (pensa nos filhos). Será que eu vou conseguir carregar os outros dois daqui? Eles não vão comigo, não vão. Então, eu vou ficar por aqui, sabe... e pedir a Deus que um dia volte ao normal essas coisas.*

— Dona Conceição, como era Altamira antes de Belo Monte?

— *Antes do empreendimento ter vindo para cá, Altamira, ela tinha aquele clima de cidadezinha mesmo do interior. Era difícil passar um rosto, totalmente, desconhecido por você. Você sempre tinha a impressão de que você já tinha visto aquela pessoa. Só isso aí, já gera uma confiança para*

você andar na rua. Para você cumprimentar as pessoas, para você parar para conversar com alguém. Hoje, se você for observar direitinho, você não ver ninguém parado no meio da rua, sentado numa moto ou numa bicicleta, conversando tranquilamente. Então, isso daí gera um desconforto, para dizer o mínimo, em qualquer pessoa que morava aqui antes, você não era acostumado com isso. Então, a mudança... apesar de ter gente que até está conseguindo ganhar dinheiro com isso, que veio para cá, esse monte de gente e tal, mas ele percebe a mudança, de certa parte, porque você via ali, na beira do cais mesmo, quando tinha algum tipo de evento, as pessoas chegavam nos seus carros, sentavam nas mesas, toda a família e você não via arrastão¹⁵⁷. Você não via chegar ninguém assaltando o seu cordão, roubando ou querendo pegar a sua carteira. Você não via isso não! Era difícil. Assassinato aqui na cidade era raro. A hidrelétrica, para algumas pessoas, é muito boa. Mas, eu acho que para o pessoal aqui de Altamira mesmo, acho que quem se beneficiou, acho que se deu bem mesmo foi uns 20% da população...

— *Eu ainda acho que não, Seu VAN (marido de dona Conceição Feitosa). Porque é o seguinte, muitas pessoas estão achando que foi bom, de serem tirados de onde foi desapropriado, por um dinheiro (refere-se a indenização recebida por algumas famílias). Só que a maioria das pessoas, inclusive alguns eu até conheço, não sabe lhe dar com dinheiro. Porque “eles” tinha outra vida. “Ele” tinha o lote dele, “ele” plantava lá, “ele” cuidava das criaçõezinhas dele, “ele” plantava a lavourazinha dele lá. E “ele” pegou um dinheiro e, muitos “deles” eu até conheço (como eu falei), não tem mais dinheiro. Já não está nem sabendo como é que “ele” vai fazer para continuar vivendo. Então, vamos ver daqui há alguns anos. Porque, ninguém consegue... Mesmo você com dinheiro, mas se você não sabe lhe dar, se você não têm, não é comerciante, você não sabe investir dinheiro para pegar mais lá na frente, então você irá só gastar. “Ela” não tem outra alternativa. O dinheiro vai acabar porque o dinheiro é assim, se você só gasta, ele acaba. Daqui a cinco ou seis anos, a coisa vai está... porque hoje que “ele” está dizendo que está ótimo. Lá no futuro “ele” vai ter outra ideia, porque isso vai acontecer.*

— *Vou fazer uma última pergunta para vocês. Se vocês pudessem escolher, se existisse uma lâmpada mágica que, após esfregar vocês pudessem escolher. Qual seria a escolha? A vida antes de Belo Monte ou a vida depois de Belo Monte?*

— *“A minha, eu preferia antes!” (Dona Conceição Feitosa).*

— *“Sem dúvidas antes!” (seu Van, marido de dona Conceição). Porque não tem nada que alguém possa me fazer ou me falar para fazer eu mudar de ideia. Não é nem pela questão financeira ou... não tem, não tem argumento. Eu preferia antes! Pode ter certeza disso. Se você voltar daqui a dez anos para conversar aqui comigo, eu vou te falar a mesma coisa! E olha que eu já refletir bastante a respeito dessa situação. Eu mesmo, sozinho, pensando, mas não tem como, não tem como eu escolher errado. No meu caso não, é uma opinião minha. Não sei os outros, mas eu não, para mim, eu não escolho outra não, sério mesmo.*

— *E qual é a saudade maior? Qual é a saudade maior dessa vida que foi embora e que agora mora somente na lembrança?*

157 Roubos organizados por um grupo de pessoas visando assaltar dezenas de outras pessoas, em curto espaço de tempo.

— (Dona Conceição Feitosa) *A saudade maior é olhar para aquele lugar que eu tive os meus filhos. Que não existe mais. Dói muito! Inclusive, eu também cair em depressão um pouquinho, quando eu vim para cá... eu ia para lá e eu... porque quando eu vim para cá, eu continuei trabalhando lá. Porque ainda tinha gente perto, porque mesmo sendo remanejado, todo mundo ainda continuava indo lá. Quando todo mundo foi remanejado, que eu voltava, eu me sentava, assim, num comércio, para ver notícias do que tinham derrubado (refere-se as casas dos bairros que foram derrubadas durante o processo de remanejamento das famílias socioespacialmente atingidas) e eu ficava por horas lá, aí todo mundo dizia: “Ah! Mas lá onde tu mora, tem isso, tem aquilo!”. **Mas, sabe... a dor era muito forte. Ela não passa não!** (aqui, neste momento da entrevista, Dona Conceição se emociona e chora). **A gente se acostuma, sabe, vai se acostumar. Porque tem que se adaptar a aquela outra vida que te deram, porque não foi a que você escolheu.** E sem falar, também, que eles (refere-se a empresa Norte Energia) não tiveram um pinga de respeito pela pessoa, porque quando a gente falou lá... no dia que a gente negociou lá a noite, porque a gente negociou a noite. Aí, quando foi oito horas da manhã, sem a gente ter organizado nada, chegaram lá com um cafezinho, como se a gente fosse um morto de fome: “pega as tuas coisas e bota no baú que já está na hora de vocês irem para casa”. Aí, como tinha a eletrônica na nossa casa, era um monte de aparelho, onde que a gente ia colocar aquele monte de coisas. [...] E a gente só não passou mais dificuldades aqui, porque eu trabalho, todo mês eu recebo. Aí, a gente foi regrando, o meu menino ajudava de um lado, a irmã de outro e o meu irmão de outro e a gente foi assim. Agora não, a gente já está se estabelecendo, a gente já está bem melhor, graças a Deus.*

— Quanto tempo levou para vocês reorganizarem a vida?

— Um ano depois (Dona Conceição Feitosa).

— Um ano depois (seu Van). *E isso para uma família, eu e ela, o meu menino e a outra menina ali que estuda, é... agora você imagine dez pessoas, em uma família onde ninguém tem ninguém. Onde ninguém conversa com ninguém... essa é a situação. Se nós estamos reclamando dessa circunstância, você imagina as pessoas bem mais, digamos assim... menos esclarecidas. Aí sim, aí tem problema. Sério, esse problema... esse negócio de Norte Energia, não foi fácil não.*

— *Falar daquela antiga Altamira, daquele meu lugar, me dar uma tristeza, dá muita, muita, muita tristeza mesmo. As vezes eu desço para lá e vejo, essa Altamira é uma Altamira muito triste, não é aquela minha Altamira. Não conheço praticamente ninguém e, quem eu conheço, todo mundo mora... inclusive quando eu chego lá na rua São Joaquim, que era a área que eu trabalhava, né? Toda rua que eu passo é um grito: “ei dona Rita!” (forma como é popularmente conhecida dona Conceição Feitosa). Eu olho de longe e eu conheço, sabe, mas, entre eles misturou-se também muita gente. Para cá vieram cerca de umas vinte famílias só de lá.*

— Eu gostaria de participar da conversa. É possível?

— Claro, fique à vontade pra dar seu depoimento, apresentar suas leituras do processo vivido por você e sua família. Bruno é filho de dona Conceição Feitosa.

— (Bruno Feitosa) *Então, o que eu vejo assim de um lado, assim positivo, para algumas pessoas, não para a maioria, é de ter uma casa, digamos que melhor. Mas, só no espaço físico também. Naquele local, no terreno da gente que não tinha lugar para plantar alguma coisa, e agora têm. Só que não*

“vence” aquela parte emocional. O trabalho que a pessoa tinha lá, uma logística. O preço que era dos produtos, então, a troca desse terreno, dessa casa, para aquela vida que se tinha lá, não foi justo, nem a longo prazo, médio ou pequeno. Não tem como medir porque, a princípio, só cresce, só cresce. Porque hoje, eu não vejo um produto diminuir na cidade (de preço). Todo produto só aumenta. Os estudos, o transporte só aumenta, a gente... eu pagava um mototáxi que no máximo era cinco reais ali no centro, hoje é quinze, vinte. Então, a casa é confortável sim. Para quem não tinha quase nada é, mas, é o suficiente? Ou melhor, compensou o que se tinha lá antes? Não, não compensou!

— (Dona Conceição Feitosa) *E tem gente vendendo para ir embora porque, não consegue chegar até lá, sabe? É muito dificultoso a distância dos comércios, o preço dos “comerciozinhos” do local onde a gente está morando agora. Então, estão indo embora, procurando... agora, eu não sei onde é que eles estão. Porque eles vendem uma casinha dessa numa faixa de 50 a 60 mil reais. Lá fora, se lá, os preços das casas, você não conseguir comprar com 50 ou 60 mil reais uma casa, onde é que esses coitados estão comprando? Para onde é que eles estão indo?*

— (Bruno Feitosa) *Ontem eu estava fazendo o cálculo que desta rua aqui, já foram vendidas doze casas... só desta rua, entendeu? De uma rua, cerca de umas 60 a 70 mais ou menos, cerca doze a quinze moradias, até o momento, já foram vendidas, numa rua. Então, é gritante você ver que ninguém... as poucas pessoas que moram aqui, já ver que está impossibilitado de morar. A vizinha aqui do lado está vendendo a dela, a vizinha do lado. E o vizinho do lado ela, é uma casa comprada que era de um terceiro. A outra vizinha do outro lado, também foi vendida. Quer dizer, de cinco casas, já foram vendidas três, cinco casas juntas, próximas, quer dizer, mais de 50% de uma pequena área.*

— (Dona Conceição Feitosa) *Estão indo embora, esse pessoal, a gente não sabe para onde.*

— para onde estão indo vocês não sabem, mas, vocês saberiam dizer quem veio morar no RUC Jatobá? Quais os bairros/comunidades estão dentro do Jatobá?

— (Bruno Feitosa) *Cerca de uns oito bairros mais ou menos. Pra cá veio Peixaria, Açaizal, Aparecida, Invasão dos Padres, Seis Metros e Jardim Primavera. Jardim Primavera é o pessoal da Transamazônica. Pessoal que morava ao redor da Transamazônica. E ainda veio gente do São Domingos também. No bairro Jatobá (...) são pessoas totalmente distintas. Da região de Altamira que, não tinham contato. Por exemplo, os meus vizinhos, os meus cinco vizinhos dos lados, eu nunca vi. Nunca vi, nunca tive contato. Eu conheço o pessoal que está saindo do **Jatobá, do Casa Nova, do São Joaquim, do Laranjeiras** (referência aos novos bairros construídos pelo empreendedor de Belo Monte na cidade de Altamira), que era do meu bairro, do Açaizal, que eu ainda consigo ter contato através de uma rede social, de um telefone. Mas, o pessoal está indo embora, tem gente que está indo para outras cidades.*

- (Dona Conceição Feitosa) *E o pessoal da Norte Energia, eles falaram que esse povo ia ser assistido. Eu já cansei de ir lá no balcão de informação, eu já cansei de ir atrás das assistentes sociais deles e eu não consigo um! Sabe o quê que eles me fala?: “Ah não, a gente já sabe desse caso”. Enquanto isso, tem gente passando fome, porque está abandonado por todo mundo. Pela família que ficou longe, mora só, dentro da casa, não tem um carro para levar ao hospital. A gente, o nosso trabalho, todo mundo sabe que o SUS, no nosso país, é o pior trabalho do mundo, a gente trabalha porque a gente é guerreiro, a gente vai lá e trabalha mesmo e faz, mas eu trabalho*

praticamente só. Vou lá vejo o que está acontecendo, corro lá com a minha coordenadora que também coitada, se faz das tripas ao coração, o secretário de saúde que diz: “olha, vocês têm que cortarem o máximo que vocês puderem de medicação e visitas”. Quer dizer, eles vão empurrando com a barriga! E esse povo sofrendo. A Norte Energia não faz nada não. Eles simplesmente jogaram esse povo todo aqui nessas casinhas, inclusive, quando vem algum administrador, eles ficam dizendo que: “a gente teve sorte de está morando em uma casa dessas, porque a gente morava em uma porcária de uma palafita. E não teria nunca condições de ter uma casa dessas, que devia até levantar as mãos para o céu por ter uma casa dessas”. Os próprios funcionários que estão lá em cima é que dizem! Isso já escutei, não foi nem uma, nem duas vezes não. Inclusive aqui, quando o meu marido estava fazendo o muro, quando veio um tal de vigia patrimonial, ele chegou e falou para o meu marido assim: “que o meu marido não tinha o direito de tirar uma cerca de arame, que ele não podia e ele ia chamar a polícia se o Van não colocasse a cerca de volta”. Aí o que foi que o meu marido disse: “não rapaz, eu só estou tirando essa cerca porque tem que cavar a vala no local. Eu não vou tirar nenhum centímetro do terreno, da rua de vocês, eu só estou querendo o que é meu!”. Aí eu disse assim: “olha moço, a gente só está querendo construir no nosso local, onde é meu, eu não estou querendo pegar nada de ninguém. Já que me tiraram de lá e me botaram aqui e disseram que isso aqui é meu, então isso aqui é meu! O senhor não tem o direito de vir aqui e esculachar com a gente”. Eu falei para ele, aí ele pegou e falou assim: “Vocês moravam num lugar daquele lá e ganham um desse bem aqui e a gente vem só conversar com vocês, falar o que vocês podem e o que vocês não podem fazer e vocês vêm com ao maior grosseria!”. Eu disse: “moço a gente não está com nenhuma grosseria com o senhor, eu só estou lhe falando que lá onde eu morava também, a minha casa era toda cercada, eu tenho que cercar essa daqui também”. Ele olhou para mim e disse: “eu posso até imaginar como é que era o lugar onde vocês moravam!”. Então, eles não fizeram isso só comigo, eles fizeram isso com um monte de gente aqui na rua. O Bruno até sabe disso. Sabe, eles falam da gente assim, como se todo mundo que veio para cá era o pobre, do pobre, do pobre, que não tivesse condições de nada. E que a gente não merecia isso aqui.

— (Bruno Feitosa) *E uma coisa que eles fazem de dois em dois meses, na verdade, não é só aqui no Jatobá, mas em todos os loteamentos, eles fazem aquela política do pão e circo. Quando a gente passa aqui, quem compreende, eu não participo dos eventos deles porque, eu entendo que aquilo ali é para tirar fotos e postar no Blog's deles ou no site. Eles fazem uns cursos de dois dias, sábado e domingo, aí fazem um lanchezinho, chamam um bocado de criancinhas para comerem o lanche, cachorro quente com refrigerante, aí, faz lá um dia, levam um dentista para tirar a cárie do pessoal. Chamam ali uns palhaços para ficar... é um teatro! Aquilo ali é um teatro! Aí, trazem helicópteros e o Papai Noel sai do helicóptero e desce nos bairros, entregando aqueles carinhos bem baratos. Então, eles procuram fazer com que esse sofrimento, porque tem gente que ainda compreende um pouco o sofrimento dessas pessoas...*

— (Dona Conceição Feitosa) *Eles querem demonstrar que o povo está feliz ali.*

— (Bruno Feitosa) *Eles levam o médico na casa do doente, levam um ou dois doutores nesse período, aí, algumas vezes trazem uma comidinha e tiram uma foto ali e pegam aquela parte em que a pessoa está agradecendo. Então, é meio assim, é de propósito. Então é assim, eu não... de vez em quando você ver eles chegarem na sua casa e dizer: “olha, hoje vai ter uma palestra de corte e costura para as senhoras”, aí chega lá e tem uma pessoa que muitas pessoas falam que é até mal educado, aí fazem ali um lanchezinho, tira a foto e te dar um certificado.*

— (Dona Conceição Feitosa) *Dão um certificado de algo que a pessoa nem aprendeu, porque em um curso de uma semana, ninguém vai aprender nada.*

— *Mas, tem uma coisa que me chamou muita atenção em seu relato Bruno. Eles, a empresa, tiraram os moradores de um bairro pobre, pessoas pobres, de um bairro que foram remanejadas para outro bairro. Eles fizeram dessas pessoas pobres, pessoas miseráveis. Sem rumo e sem endereço. Então, nesses novos bairros não tiveram condições de viver. Por falta de políticas públicas, por falta de saneamento, por falta de estrutura de trabalho e a ausência da família. Hoje, esse povo que foram remanejados para ficar aqui, parte dele pobre, se tornaram miseráveis e sem endereço. Ninguém sabe onde encontrar mais essas pessoas, perderam o seu rumo. Porque era o bairro em que eles viviam e conviviam, que tinham esses laços de afetividade, vizinhança, nasceram, tiveram seus filhos e criaram os netos e hoje esse pessoal perdeu a identidade! Perderam o endereço! O interesse pela vida. Deixaram de ser pobre também, mas para se tornarem miseráveis dos miseráveis, sem rumo e sem endereço!*¹⁵⁸

— Isso é muito forte... Pessoal, muito obrigado pela atenção e por ter compartilhado, junto a nós, suas experiências. O relato de vocês são muito fortes. E, demonstram a violência de um “grande projeto”. O que, quase sempre, não encontramos nos livros. E, muito menos compõe os documentos oficiais, os formulados pelo empreendedor ou pelo Estado. Desejo um presente e um futuro melhor a todos. Que o tempo possa enterrar os acontecimentos ruins vividos. E conservar as lembranças de uma vida que, embora não possa voltar ou ser recuperada, possa ao menos ser respeitada em sua memória. Agradeço do fundo do coração a vocês: dona Conceição, seu Van e Bruno. Muito Obrigado.

— Gente, não sei o que dizer. Mas, é claro, agradeço a fala de todos.

— (Motorista) Chegamos em Belo Monte do Pontal. Dez minutos para os que precisarem ir ao banheiro, antes de pegarmos a balsa.

— Estamos quase lá, na princesinha do Xingu. E já se foram 18 horas de viagem.

— Olá pessoal. Todos Bem por aqui?

— Boa tarde.

— Boa tarde Antônia. Como estás?

— Levando...

— Conheces Antônia Melo meu amigo?

— Claro, quem nessa região não a conhece?

158 Intervenção de Odete Rios, professora e geógrafa, durante a entrevista realizada junto à família de dona Conceição Feitosa, no ano de 2015, em sua casa no RUC Jatobá, que incorporamos aqui ao diálogo tendo em vista a profundidade de sua inflexão. O comentário de Odete está consubstanciado de uma discussão de base “escalar” fantástica. O que, nos possibilita pensar a “escala geográfica”, e os impactos aos socioespacialmente atingidos, a partir de diferentes níveis e densidade de análise.

— De fato meu amigo. Antônia Melo é a mais importante militante social desta região. Tendo dedicado uma vida à defesa dos direitos humanos. Direitos tão ameaçados nos dias de hoje...

— Ameaçados e ridiculamente questionados, completaria.

— Melo, permita-me chamar como todo o povo desta região te chama, estamos conversando sobre as mudanças que o grande objeto Hidrelétrica de Belo Monte proporcionou a esta região. Mas, não somente isso, estamos procurando saber também, como se davam as coisas na região da Transamazônica e Xingu, como as pessoas viviam; se melhorou a vida delas; se a cidade de hoje, pós Belo Monte, é melhor, enfim essas coisas.

— É, estamos a querer saber, diretamente das pessoas desta região, em especial, dos ribeirinhos, dos indígenas e dos moradores da cidade de Altamira, qual o legado de Belo Monte? Ou melhor, qual o legado deste modelo de desenvolvimento, baseado em grandes obras, os “grandes projetos”, adotado há muito pelo governo brasileiro. Quando se faz o balanço e se colocam na mesa, todos os elementos que precisam ser analisados, o que se conclui?

— Este modelo deve permanecer ou deve o mesmo, ser, definitivamente, abandonado, como meio para se alcançar o dito desenvolvimento?

— Interessante...

— Você poderia conversar um pouco com a gente, compartilhar suas memórias e opiniões? Essa viagem não pode terminar sem sua fala.

— Posso sim!

— Sente-se em meu lugar. Fico de pé. Assim você fica mais à vontade pra falar.

— Obrigada.

— Conte-nos um pouco sobre você, sobre sua vida, para começarmos.

— Quando quiser Antônia.

A NARRATIVA ESCALAR DOS SOCIOESPACIALMENTE ATINGIDOS: do autoritarismo das políticas desenvolvimentistas às centralidades insurgentes.

O povo “do Xingu” se mantêm de pé

— Bem... Eu cheguei aqui nesta terra de Xingu em 1953 com o meu pai, minha mãe e meus, na época, oito irmãos, vindos da cidade de Piripiri no Piauí. Os meus pais são cearenses, mas mudaram para Piripiri no Piauí em busca de um pedaço de terra para trabalhar e mesmo assim meu pai não conseguiu terra. Ele ficou trabalhando com meus irmãos em um pedaço de terra de um tio nosso. A família crescendo, meu pai com muitas dificuldades de criar a família, trabalhava na linha de ferro de lá do Piauí. Então... nessa época eu tinha um tio, irmão de minha mãe, que morava aqui em Altamira, aqui no Xingu. Então, esse tio chamou o meu pai, mandou notícia para o meu pai, que viesse embora para cá, para o Pará, aqui para Altamira, que aqui tinha muita terra e, foi isso que meu pai fez. Entramos no trem, viemos e chegamos até Teresina, de Teresina viemos de carro e de barco, enfim, chegamos a Belém. E, quando chegamos aqui em Altamira, também de barco pelo rio Xingu, em, não sei bem o mês, mas o ano foi em 1953, eu tinha apenas quatro anos de idade e desde esses quatro anos de idade que eu moro aqui nessa terra. Meu pai sempre foi agricultor, conseguiu uma terra, os vizinhos ajudaram, conseguiram uma terra. Então, meu pai se localizou em uma área que é a 16 quilômetros daqui de Altamira para os lados da Betânia (zona rural de Altamira). E, lá então nasceram mais cinco irmãos, nós somos 13 (filhos). E, eu me criei aqui (refere-se à Altamira) desde os quatro anos de idade, estudei aqui no Maria de Matias¹⁵⁹. Nessa primeira escola fui interna, porque eu morava na roça, então eu tinha que vir para o internato. Então, há toda uma história assim de como, da época que eu acompanhei Altamira, ainda lembro dos quatro anos de idade quando cheguei aqui, era muito difícil, mas meu pai conseguiu equilibrar a nossa família e continuamos trabalhando na agricultura.

— E você se lembra de como era a cidade à época?

— Altamira nessa época, era uma “vilazinha” apenas. Ficamos uma semana na casa de pessoas conhecidas (refere-se ao momento de chegada à cidade de Altamira), de pessoas que conheciam o meu tio e nós ficamos, mas, depois fomos para a roça, onde a gente foi muito bem apoiado pela vizinhança. Os vizinhos faziam mutirão de trabalho para fazer a roça para o plantio, para colheita, enfim. E, Altamira era apenas uma vila. Então, eu vim ser interna para o internato do Instituto Maria de Matias com nove anos de idade, então eu cresci aqui, parte da minha infância, da minha adolescência e juventude foram aqui em Altamira. Via muito esse rio Xingu, era a época em que tinha muita borracha, muita castanha, tinham os seringalistas que ocupavam esse espaço chamado, antes eles chamavam “o Alto Xingu” e hoje tem o nome de “Terra do Meio”. Chegavam dezenas e dezenas de barcos cheios de castanhas, com aquelas bolas de borracha, tudo isso era colocado na beira do rio, não tinha cais, era a beira do rio contemplado com inúmeras mangueiras à margem do rio Xingu, aqui na chamada “Rua da Frente” (Avenida João Pessoa). Tinham animais, galinhas, caças, tartarugas, tracajás, jabutis e eram muitos esses produtos. Também tinham os indígenas que vinham também com as suas... com os seus produtos, a castanha também

159 Primeira escola de Altamira; construída pela Prelazia do Xingu (Igreja Católica).

para vender. Então, essa era a economia daquela época, da década de 50, 60, 70. A gente vivia em uma paz, em uma tranquilidade, era o céu aqui em Altamira. Era um lugar realmente magnífico, com esse rio, com as suas ilhas, florestas, era muito prazeroso a gente ir à beira do rio e ficar tomando banho, as amizades, os familiares, a escola, enfim.

— Isso antes da abertura da rodovia?

— *Sim. Antes da abertura da Transamazônica... Na década de 70, quando foi a abertura da Transamazônica pelo Governo Militar, as coisas começaram a mudar. **Altamira começou a ficar, a dar início a sua desfiguração... começou a desfigurar.** A paisagem, enfim, a população, foi chegando gente, famílias e famílias, as ruas, enfim tudo aqui era cheio de militares. Eu visualizei os indígenas sendo colocados em carros para serem expostos aqui na Rua Sete de Setembro, por motivo de, vamos dizer, de vingança ou castigo. Milhares de índios, acreditamos, foram mortos na abertura da Transamazônica (refere-se aos conflitos entre os indígenas e as forças armadas por ocasião da abertura da rodovia Transamazônica).*

— Foi um período bastante tenso da história da cidade e da região. Agora Antônia, eu já ouvir você dizer, já vi você apresentar uma espécie de “periodização” dos momentos de ocupação da região, mas, a partir do que você chama de “**ciclos de crimes**”.

— Interessante. Fale-nos sobre isso Antônia. Quais seriam esses ciclos? Quando começa?

— *Primeiro foi o crime que eu não visualizei, mas tem a história, que foi o da borracha, do soldado da borracha, da castanha também, onde milhares de indígenas foram mortos por seringueiros nessa área hoje chamada Terra do Meio. Os seringalistas se diziam donos dessa grande área de seringa e castanhas. E então, com a Transamazônica, a situação já mudou. Aumentaram muitas famílias, era muita gente, começou a violência, principalmente, em relação ao assassinato dos índios, assassinato dos indígenas (!) e era muita confusão aqui em Altamira. Era uma confusão generalizada, pessoas chegando, mortos, pessoas sendo mortas em acidentes na estrada, enfim, uma situação mesmo, que se diz, de guerra dentro da gestão do governo da ditadura militar. Passando essa época, aí vem a pior situação que foi quando o governo, abrindo a Transamazônica, trazendo milhares de famílias para essa região, jogando aqui e virando as costas, indo embora e deixando o povo aqui sozinho, abandonado sem a saúde, sem educação, sem transporte, sem estrada e uma situação muito grave.*

— Só pra organizar o entendimento do “ciclo de crimes”, tivemos então destacados até aqui, **três momentos**: um relacionado à exploração da borracha e da castanha, marcado pela atuação dos grandes seringalistas, grandes latifundiários aviadores; e outros dois relacionados à Transamazônica. Um ligado ao momento de abertura da estrada, marcado pela morte, pelo assassinato de muitos indígenas e, outro relacionado às ações (ou a ausência de ações) do Estado, do Poder Público, especialmente à esfera Federal. Momento este marcado pela ausência de respostas efetivas às demandas da população atraída para região, graças a forte propaganda governamental, feita à época pelos militares, que afirmava ser a Amazônia “uma terra sem homens, para homens sem-terra” e, pelo expressivo aumento dos conflitos fundiários.

— *Eu não posso deixar de mencionar aqui uma das grandes lutadoras dessa época, de acolher a população, de procurar fazer o máximo para dar vida, acolher a população doente, massacrada, jogada, vinda da Transamazônica sem atendimento de saúde, doente, ferrada, picados de pium (referência a uma espécie de mosquito, Simulium spp. que, ao picar as pessoas provoca nelas sangramentos)... a Irmã Serafina. Religiosa da “Congregação do Preciosíssimo Sangue de Cristo”. Ela era enfermeira e se dedicou muito a essa luta, a esse acolhimento das pessoas, conseguiu uma casa onde as pessoas vinham doentes das estradas, “das picadas” da Transamazônica (refere-se a caminhos estreitos abertos na mata, na floresta) e ficavam abrigadas nesta casa e, ela então (Irmã Serafina), procurava conseguir alimentação para essas famílias, remédios, consultas, enfim, acolher essas famílias. Então hoje, ela é chamada de “o anjo da Transamazônica” e, é muito certo mesmo! Hoje ela é beata, consagrada beata, a irmã Serafina.*

— A Igreja tão presente na fala de Mariene, de Dom Erwin e Padre Alírio se faz, igualmente, presente na fala de Antônia. Só para título de registro.

— Importante registro! Mas Antônia, por gentileza, continue.

— *Então, nessa época Altamira já mudou, já desfigurou, já não era mais aquela cidade das ruazinhas... não mais! E aí também surgiu junto de tudo isso, as ocupações, as ocupações. Ocupações porque as famílias, grande parte delas, que vieram aqui trabalhar na estrada, não tiveram mais como voltar, também não tinham um pedaço de terra, nessa bagunça elas não tinham. Então elas começaram a ocupar espaços de um lado e de outro da estrada. Então, também já tinha por trás, dessa abertura da Transamazônica, os grandes latifundiários que iam tomar conta desses espaços da estrada, as margens da estrada e isso geraram muitos conflitos, aconteceu muita violência, tinha pistoleiros aqui, contratados, principalmente aqui na Rua Sete de Setembro, uma coisa horrível! Os pistoleiros ficavam na esquina acordando o trabalho da “pistolagem”, para matar trabalhadores, trabalhadores rurais.*

— A mando dos fazendeiros.

— *Dos fazendeiros!*

— Entendo.

— *Então, aconteceu violência mesmo, muitas mortes e quem também saísse em defesa desses trabalhadores era ameaçado de morte, assim como nosso bispo Dom Erwin, que foi ameaçado de morte naquela época e hoje ainda. Essas ameaças de outras formas, como a situação da defesa da Amazônia e defesa contra Belo Monte continuam ameaçados e, outras tantas e tantas pessoas que foram ameaçadas e tantas que foram mortas também.*

— E o que foi feito a época para enfrentar essa situação?

— *As famílias que aqui ficaram e que não tiveram mais condições de voltar para os seus estados, para as suas terras, elas foram obrigadas a se juntar. Nos anos 80 (1980), final dos anos 70 (1970) e a década de 80, foram anos em que as famílias a partir de todos esses conhecidos, de Rurópolis, Placa, Uruará, Medicilândia, Brasil Novo que eram pequenos municípios se formando e outros também como Anapú, Pacajá.*

— E você saberia dizer onde começou essa mobilização?

— Essa organização dos trabalhadores **se iniciou em Rurópolis com os trabalhadores e famílias rurais**. Iniciou-se então uma organização e nessa época também a Igreja Católica, (como sempre, com o bispo Dom Erwin) sempre deu muito apoio a todas essas lutas de organização em defesa da vida, em defesa dos direitos, pela garantia dos direitos. Nessa época, a igreja tinha uma... essa linha da igreja chamada “Comunidade Eclesiástica de Base”, as chamadas CEBs, então eram muito forte as CEBs com a participação de vários padres, como o padre Oscar, o padre Alírio e outros, o próprio Dom Erwin, as irmãs religiosas que foram para esses municípios, principalmente em Uruará e Medicilândia, Brasil Novo para ajudar o povo. Então, muito forte cresceu essa organização, os trabalhadores conseguiram se organizar, tomar os sindicatos que estavam na mão de pessoas que não representavam a luta dos trabalhadores, tomaram os sindicatos, então, cresceu muito essa organização dos trabalhadores e trabalhadoras. Veio também à organização dos educadores, o chamado SINTEPP, a organização da juventude, da igreja, das pastorais, a organização das mulheres que sempre foram grande linha de frente nessa região, nas lutas também. Então, junto com as Comunidades Eclesiais de Base, essa organização, houve um grande fortalecimento que, no final da década de 80, teve o nome de **“Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica”**. Com esse movimento, grande movimento que juntando todas essas lutas, todas essas organizações para pressionar o governo, trazer o governo aqui (refere-se à Altamira e região), isso aconteceu em 90 (1990), enfim, trazer o governo aqui para os trabalhadores fazerem uma pauta de propostas para a melhoria de Altamira e região.

— E qual a resposta do poder público para as reivindicações?

— Então... isso aconteceu (refere-se as mobilizações, ao fortalecimento dos movimentos sociais, sindicatos, das CEBs, etc.), mas os governos sempre de costas, muitas vezes o movimento foi a Belém, foi a Brasília reivindicar os direitos e levar a proposta para que essa região não ficasse tão abandonada, e as famílias tão abandonadas e os direitos dessa população fosse garantido através da Educação, da Saúde, enfim. Formou-se essa grande organização, diante dessa situação emergencial de abandono do governo nessa região e, isso foi crescendo (refere-se à mobilização). Então Altamira (a cidade) também foi crescendo e, com essa luta dos trabalhadores e trabalhadoras, de todas as categorias, trouxe para cá melhorias na educação. **Então se hoje aqui nós temos as universidades, foi uma luta deste grande movimento regional; se hoje aqui nós temos Hospital Regional, foi uma luta desse movimento, desse grande movimento regional, do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica; se hoje nós temos, não só aqui na região, mas no Brasil todo, os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), foi uma luta desse grande movimento, nasceu aqui** (refere-se a ter partido da região) **essa proposta de agentes comunitários de saúde**.

— As tais “centralidades Insurgentes” de que o amigo tanto fala.

— Exatamente! Que bom que lembrastes.

— Mas Antônia, qual o motivo disso, ou seja, o quê explica esse movimento, essa mobilização toda?

— *Porque na região, com a abertura da Transamazônica, das vicinais, as famílias foram muito para dentro dos travessões. Era muito difícil o acesso para se chegar ao hospital, no posto de saúde. A proposta foi formar pessoas da comunidade, nas ações básicas de saúde, para que elas ajudassem naquela comunidade às famílias a melhorar as suas condições de saúde e, assim, adoecer menos. Isso foi uma proposta vitoriosa que saiu daqui, desse grande movimento da região da Transamazônica.*

— Interessante perceber que, o ora apontado apresentado como as principais conquistas para a sociedade, relacionadas à educação, à saúde etc., foram conquistas da própria sociedade. Não nasceu de nenhum político influente, ou veio por meio de um governo benevolente às causas populares.

— Sim! As falas de Antônia, Padre Alírio, Dom Erwin e Mariene representam isso! Mas... os tais “ciclos de crimes”, findam com a Transamazônica?

— Não, não... tem Kararaô (Belo Monte) ainda! Continue Antônia...

— *No final da década de 80 o governo também já anunciou depois que construiu Tucuruí, que construiria as barragens no rio Xingu. Então isso também trouxe muita gente para cá. E, também muita violência. Muitas situações desagradáveis que fez os indígenas se manifestarem. Teve um grande encontro aqui (refere-se à cidade de Altamira) em 89 (1989). Onde os indígenas denunciaram o governo (brasileiro) no Banco Mundial. Eles (refere-se aos indígenas) realizaram aqui em fevereiro de 89 (1989), um grande encontro chamado o “I Encontro dos Povos Indígenas do Rio Xingu”. Eles não queriam barragens!*

— Esse encontro é famoso, por tudo que representou. Construiu-se uma mobilização que ultrapassou fronteiras e deu-se em distintas escalas. O evento foi local, mas, a mobilização pelo “não a Kararaô” a época foi global. Indigenistas, ambientalistas, sindicatos, partidos políticos, celebridades do Brasil e do exterior se mobilizaram contrariamente à obra. Foi muito forte esse encontro. Fortemente simbólico.

— *Grande simbolismo feito pela índia Tuíra de um lado com o seu facão, do outro, um representante do governo da Eletronorte, na época dizendo que... quando perguntado na língua indígena se Kararaô atingiria as terras indígenas, ele disse que não... Tuíra então o chamou de mentiroso! Se levantou, foi até ele com o seu facão, encostou na sua face e o chamou de mentiroso. Então, isso foi um gesto heroico, guerreiro da índia Tuíra e de todo o seu povo que cancelou, por mais de dez anos, essas ameaças de barragens no rio Xingu. Veio à década então de 90, já se ouvia rumores de que o governo construiria as barragens no Rio Xingu, mas que não seria, mas, com o nome de Kararaô porque, os indígenas Caiapós proibiram que se falasse esse nome. Então, na década de 90 começou a se ouvir rumores de que o governo na década de 2000, que o governo (do presidente) Fernando Henrique Cardoso, antes de sair do governo e terminar o seu mandato, anunciou que construiria a grande obra que seria a barragem, o complexo Belo Monte no rio Xingu. O governo anunciava que ia construir barragem no Rio Xingu e se quer tinha falado com os movimentos sociais, com os povos indígenas, com ninguém! Anunciou que construiria e pronto. Então, nós (refere-se aos movimentos sociais de Altamira e região) nos apressamos a conversar para saber o que era isso. Aconteceu então o grande encontro do movimento social com presenças*

de indígenas, com presença de ribeirinhos aqui da Volta Grande, da Terra do Meio, hoje chamada Terra do Meio, que hoje constitui as RESEX – Reservas Extrativistas. Foi com a presença desses atores para que nós pudéssemos discutir, em três dias, o que seria, qual seria a nossa posição, do movimento social, do movimento indígena diante de mais um projeto do governo, uma vez que ainda não se tinha conseguido nem a terça parte das reivindicações para melhoria das condições de vida da população de Altamira e região. Então, nos três dias decidiu-se que o movimento social continuaria firme, esse movimento pela sobrevivência da transamazônica continuariam firme nessa luta, denunciando, propondo melhorias, pressionando os governos, as autoridades. Esse projeto passou então a se chamar de **“Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu”**. Então, a partir daí, esse grande movimento regional de lutas, aglutinou na sua essência, na sua luta, do seu objetivo, da sua missão, “o Xingu”. Porque antes era só a Transamazônica, a gente não falava nas lutas do Xingu. Então o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu, não se queria somente mais sobreviver, mas sim desenvolver! Mas, a nossa ótica, o nosso objetivo da palavra desenvolvimento, “o desenvolver” não era dessa forma que o governo está projetando nos seus projetos para a região Amazônica, não era isso.

— E qual era então? De que forma os movimentos enxergavam o desenvolvimento da região?

— Era uma forma onde as pessoas que aqui moram, em Altamira e região, tivessem as condições dignas de viver com seus direitos garantidos, qualidade de educação, de saúde, enfim, de toda a infraestrutura da cidade que ainda era muito precária, tanto de Altamira como das cidades da região, das condições de melhoria. Enfim, era isso, um desenvolver, era um bem-estar garantido pela democracia dos direitos fundamentais para a população da região, isso, com certeza, não melhorariam só as condições de vida nossas, dessa região, mas também, de todo o estado (referência ao estado do Pará) e de todo o Brasil. Porque, com melhores investimentos para a agricultura familiar e para outras formas de investimentos da riqueza que a nossa região tem, tanto na questão madeireira, quanto na questão do cacau, nos minérios, em fim, a própria situação da energia com modalidades alternativas de se fazer energia para melhorar as condições de vida das populações que moram nos finais dos travessões, em fim, todas essas políticas de melhorias, políticas públicas, isso que nós sonhávamos. Essa era a nossa proposta para a região, o desenvolver nosso era isso, mas não, foi tudo diferente. Então, esse grande movimento continuou dizendo que era contra esse modelo de gerar energia através de barramentos de rios e destruição de rios, das comunidades tradicionais, como o nosso Rio Xingu.

— E o que aconteceu? O presidente FHC conseguiu tirar da gaveta o projeto?

— Eles tiveram problema com o processo de licenciamento da Obra, tiveram problemas e aí...

— O Ministério Público Federal entrou com a ação e o projeto foi embargado pela justiça porque como sempre, e até hoje Belo Monte, Kararaô, **Belo Monte é um projeto da ditadura militar e assim continua, com todas as letras, com todas as vírgulas e todos os pontos, continua um projeto da ditadura militar**. Então, a justiça conseguiu embargar, por uma série de irregularidades que as empresas e o governo estavam fazendo. Então Fernando Henrique saiu, então entrou o presidente Lula e isso foi uma grande esperança para esse movimento, praticamente todo esse movimento sendo base do Partido dos Trabalhadores, sindicatos, enfim, com esses movimentos vem uma grande esperança de que esse governo, que era um governo eleito pelo povo, um governo popular,

não iria passar adiante em nada sem ouvir a população ou a decisão da população, dos povos indígenas e de toda a população. E, para a nossa grande decepção, foi o que mais andou esse projeto de Belo Monte, foi nesse governo, no governo do PT. Aí então, em 2005, juntamos, o movimentou juntou vários especialistas, vários especialistas e escreveram um livro mostrando que Belo Monte continuava sendo o mesmo Kararaô e que seria tão prejudicial, tão nocivo, tão inviável como Kararaô. Então, esse livro¹⁶⁰, esse documento foi lançado em 2005 como um alerta para o governo. Mas, o governo ignorou e daí então o governo (refere-se ao governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva) só avançou na propaganda para construir as barragens no Rio Xingu, o complexo Belo Monte.

— O governo veio decidido a fazer. Essa é a verdade.

— Concordo! Lembra-se do que relatou a Mariene? Essa linha de atuação do governo fragmentou o movimento social da região inclusive.

— Sim, sim, mas... e os indígenas? Eles deram outra visibilidade ao evento de 89, contrapondo-se ao governo localmente e denunciando este globalmente. Esses agentes calaram-se também?

— Não, não. Continuavam muito fortes.

— *Em 2008 os indígenas, vendo que o governo avançava e que não ia ouvi-los e que não ia respeitar as leis (refere-se à consulta aos povos indígenas, determinada pela Constituição Federal e não realizada, para os casos de projetos em áreas indígenas), convidou os movimentos sociais para realizarmos um grande encontro nos moldes do encontro de 89, de Kararaô. Esse encontro aconteceu de 19 a 23 de fevereiro de 2008 e esse encontro foi programado com os povos indígenas da Bacia do Xingu, os Caiapós (um das etnias indígenas do Xingu), os povos indígenas daqui e os movimentos sociais dessa região, o grande Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu.*

— Esse encontro embora não tenha tido a mesma repercussão do encontro de “89”, foi um marco na internacionalização da luta contra a construção de Belo Monte. Ele internacionalizou “a pauta Belo Monte”. E, consolidou a junção de diferentes organizações, instituições, movimentos que passaram a ter uma atuação local, regional, nacional e internacional. Este encontro proporcionou a internacionalização da luta, de uma resistência à Belo Monte. Fazendo com que, a partir daquele momento, a resistência ao projeto UHE Belo Monte se desse em distintas escalas de atuação. Sendo denunciado nas ruas pelo mundo afora, nas instâncias judiciais, nas redes sociais, etc.

— O interessante é o protagonismo dos povos indígenas durante todo esse processo de resistência, que negou a obra por mais de trinta anos. Mas, nesse encontro de 2008, o que fizeram, exatamente, os indígenas?

— *Então... esse encontro foi programado e os povos indígenas do encontro lançaram um nome “Encontro Xingu Vivo Para Sempre”, porque eles (os índios) queriam um rio vivo para sempre! Para os seus familiares e para seus descendentes. E assim aconteceu esse encontro com mais de*

160 Referência à publicação “**Tenotã-mõ**: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no Xingu”, organizado pelo professor Oswaldo Sevá Filho, publicado pela International Rivers Network, no ano de 2005.

três (3) mil pessoas, mais de mil indígenas de toda a bacia do Rio Xingu e de outros povos de outros rios como o Tocantins, Rio Madeira que aqui vieram ser solidários com os povos do Xingu. E, desde aí então, nesse encontro, os povos indígenas proclamaram que, a partir daquela data, esse grande movimento em defesa do Rio Xingu, da bacia do Rio Xingu, em defesa dos povos, em defesa da vida, passaria a se chamar de **“Movimento Xingu Vivo para Sempre”** porque eles queriam proclamá-lo novamente, eles queriam o rio Xingu, que é um rio indígena, eles queriam esse rio vivo para sempre. Então, isso foi uma corrente muito forte que se formou naquele momento, dos povos indígenas e dos movimentos sociais e de todos os segmentos da sociedade que apoiam essa causa, os agricultores, em fim.

— E o governo, o quê fez?

— Como resposta a esse grande encontro o Governo Lula conseguiu, dentro do judiciário, desembargar a ação que estava embargada a pedido do Ministério Público Federal e, desde aí, nunca mais parou até agora. O governo conseguiu com as suas empresas, porque a Norte Energia, as empresas do governo, elas dizem que elas são de iniciativa privada, mas a maior parte dessa empresa, a Norte Energia, é de órgãos do Governo Federal, bancados com dinheiro público da população brasileira, através do BNDES. O governo ganhou sempre todas as ações na justiça; o governo conseguiu, junto com essas empresas, dividir todos os povos aqui no Xingu, os povos indígenas entre eles mesmos e os povos indígenas contra os movimentos sociais que apoiavam a causa indígena e, começou a dizer que era apenas Belo Monte, que não ia alagar e nem prejudicar nenhuma comunidade indígena. Mas hoje, como o governo e a suas empresas ganharam todas as licenças, licenças criminosas! Licenças ilegais! Hoje, o governo já diz, a própria Norte Energia já diz que hoje é um “complexo Belo Monte”. Continua aquilo que sempre nós falamos: “Belo Monte é Kararaô, é o projeto da ditadura militar, com todos os seus adendos para serem realizados como está sendo nesse governo” (referência ao governo da presidenta Dilma Rousseff). Belo Monte hoje tem mais de 23 ações (26 até o momento de conclusão deste trabalho) na justiça do Ministério Público Federal e de outras entidades, demonstrando irregularidades. Tem ações na ONU, na corte americana mostrando as irregularidades, as violações dos direitos humanos. Belo Monte, hoje a última ação no Ministério Público foi uma ação dizendo que... denunciando a empresa Norte Energia, o Governo Federal de que Belo Monte está trazendo o etnocídio para os povos indígenas do Rio Xingu. É isso que está acontecendo. É um desmanche de violação de direitos, então, muita coisa o governo passou por cima, a empresa, com toda a sua ditadura, passou por cima das leis e dos direitos. Hoje, esse é um projeto que veio para exterminar Altamira. Para exterminar a identidade da população de Altamira, a identidade dos povos indígenas, veio para exterminar as culturas aqui existentes. Tudo isso esse projeto veio trazer. E se pode dizer que eles, no seu grande poder ditatorial, do governo e das empresas, se pode dizer que eles estão exterminando realmente com as culturas, com identidades, com vidas!

— Por que você afirma isso Antônia?

— Porque matar o Rio Xingu é matar a identidade dos povos do Xingu. Tirar as famílias de onde elas moravam, principalmente, os ribeirinhos que há centenas de anos foi passando de pai pra filho, descendente para descendente, e jogá-los aqui em uma cidade como fizeram com os ribeirinhos, um peixe fora da água. As famílias estão doentes, estão passando fome, estão

morrendo, estão adoecendo, isso é matar, isso é matar! É matar sua identidade! É matar seus modos de vida! Então, infelizmente essa região foi marcada pela ditadura militar, pelas regras econômicas do poder deste planeta, das grandes corporações, que devoram esses governos e mesmo o governo considerado como um governo popular. Um governo como o do PT, Lula e Dilma, esses governos se deixaram se absorverem por esses crimes das corporações, do grande poder, do grande capital, porque o capital tem nome e endereço. Então, Belo Monte é um projeto de corrupção, de propinas e corrupção, de crimes, de irregularidades. Então, tudo isso é uma morte para nós, nós deveríamos viver com dignidade, um governo desse que se deixa a cumprir as regras, a cartilha da ditadura, a cartilha das corporações, a cartilha do grande capital é um governo que realmente é um governo criminoso! É um governo ditador! É um governo que não merece o apoio da população desse país, que tanto tem sofrido e lutado pela democracia desse país, pela liberdade. E, esses projetos são projetos ditatoriais! Então, tudo isso veio trazer para Altamira hoje a desfiguração total da nossa cidade (quarto momento dos “ciclos de crimes” mencionado aqui), jogar as famílias para qualquer lugar, violar os direitos das famílias, isso não se faz, isso não tem remédio, isso não tem perdão! Isso não tem perdão! (Neste momento da entrevista Antônia Melo se emociona e chora, fica em silêncio por um longo tempo).

— Antônia, viveu isso tudo muito de perto. Muitos a consideram, junto com Dom Erwin (que hoje é bispo emérito do Xingu), a maior liderança viva da região Transamazônica e Xingu. Antônia tem muitos anos dedicados ao movimento, aos movimentos sociais desta região. A fala forte, a tristeza, a revolta que demonstra em seu depoimento, são representativos de quem acompanhou, e acompanha a mais de 30 anos, as transformações nas vidas de pessoas, de comunidades inteiras, de etnias indígenas etc., da cidade, do campo, das florestas. As lágrimas, de tristeza e revolta, que banham o rosto de Antônia são as lágrimas de todos aqueles que vislumbram outro modelo de desenvolvimento para Amazônia, para o Brasil e para o planeta. Desenvolvimento concebido como sinônimo de dignidade humana. Entendo a revolta dela. Embora seja incapaz de sentir sua dor. A dor sentida por Antônia deve-se aos anos de sua vida, dedicados à luta por direitos. Por justiça social e ambiental. E tem mais, Antônia milita há anos junto aos movimentos sociais, é tida como liderança na maior parte deles e é atingida também. Uma das milhares de casas destruídas na cidade de Altamira, em virtude das obras de Belo Monte, foi a dela. Ou seja, como liderança Antônia carrega a carga dos outros, além de sua própria carga.

— É, é difícil mesmo. Mas, dona Antônia, me diga uma coisa... e as compensações feitas pelo empreendedor aos atingidos? E as obras e benfeitorias feitas pelo poder público seja este municipal, estadual ou federal? Todas as ações feitas não serviram ao menos para minimizar os impactos da obra junto à população?

— ***O mínimo que eles façam hoje para reverter à situação, minimizar os impactos, não existe! Ninguém minimiza impactos! Porque os impactos sofridos hoje, os afetados, eles ficam para sempre nas pessoas, eles ficam para sempre nos olhos das pessoas. As pessoas olham Altamira hoje e não é aquela Altamira nossa. Eu tenho escutado muito na cidade: “Meu Deus essa cidade parece uma cidade em guerra, é uma cidade em guerra!” Não se conhecem! As pessoas não se conhecem mais. É todo mundo estranho... Uma violência que ultrapassa... ultrapassa os graus de uma vida, de um direito à vida com dignidade. À criminalidade, à violência, à carestia, enfim, a violação dos direitos humanos, socioambientais, culturais, sociais, ambientais, tudo isso, tudo***

isso é uma violação sem precedentes. Então, isso custa para nós, para os nossos descendentes, as histórias têm que serem contadas, para que eles saibam o que foi que o poder (do Estado e do Capital) determinou para o povo dessa região. Os soldados da borracha; a matança dos gados para fazer dinheiro, dos animais; a destruição da floresta com a grilagem e com as madeiras para destruir as nossas florestas, tirar madeiras ilegais, tudo isso com a conivência de poderes; a destruição, a abertura da Transamazônica jogando pessoas aqui para ficar à míngua, à morte. Quando se vai levantando da destruição que a Transamazônica trouxe, das irregularidades, da violação dos direitos, quando estamos nos levantando, o povo de Altamira e dessa região, o Governo (referência à União, ao governo Federal) joga outra bomba relógio aqui, de destruição daquilo que nós tínhamos conquistado, de anos de lutas, de sofrimento com o projeto Belo Monte com o Complexo Belo Monte. Então, para nós (realmente) se constitui em um castigo, eu chamo isso de praga, de desgraças porque traz mais desgraças do que benefícios, do que vida para a população e é assim que eu vejo; enquanto a luta que venho travando desde a década de 80, junto com os movimentos, movimentos de mulheres que foi um movimento criado, eu faço parte da criação do movimento de mulheres de Altamira e da região com toda essa luta, dos crimes que se cometeram contra as mulheres, assassinatos das mulheres e que nós conseguimos com a organização diminuir esses crimes, com o assassinato das crianças de Altamira, os casos dos “emasculados” que, com a organização da nossa luta, nós conseguimos parar esses crimes! Então, hoje, nós estamos vendo que esse projeto desenvolvimentista, chamado de progresso ainda, não enxergam que realmente é “progresso”, “não é vida”! Estamos vendo hoje nossa juventude sendo assassinada, assassinando no mundo do crime, enfim, cometendo crimes contra as pessoas contra os próprios seres da sua região, contra os próprios Altamirenses aqui e sendo assassinados perdendo as suas vidas. As crianças sendo abusadas sexualmente, a prostituição infantil. As mulheres sendo novamente assassinadas violentadas, é uma insegurança total, são as políticas públicas que aqui não funcionam, nem saúde, nem educação, nem segurança, é a falta de moradia de qualidade, jogaram as famílias em bairros distantes sem condições e sem infraestruturas, sem transportes, sem saneamento adequado, sem água, os bairros sem água, sem escolas, sem atendimentos da saúde também, pagando altas taxas de iluminação, de energia. Isso é uma contradição! Isso é uma violência (grande) contra a nossa vida! Por que estão construindo aqui a maior hidrelétrica desse país, a terceira maior do mundo e o povo aqui sendo subjugado a pagar a energia mais cara desse país? Então, isso é uma morte! Isso é uma morte! Então, com tudo isso, que nada de benefício trouxe para a população, hoje a própria população diz isso, foi um grande engodo, uma grande violência, uma grande enganação (refere-se ao legado de Belo Monte). Estamos perdendo aquilo que nós ganhamos, aquilo que nós lutamos tanto, nesses anos todos para conseguir depois da Transamazônica. Estamos perdendo... estamos perdendo as famílias que foram embora para mais distante, os laços familiares... estão tentando acabar com a nossa identidade, com as culturas, enfim. É uma luta muito grande, é um desafio muito grande, mas de uma coisa é certa, este governo, essa empresa, tudo o que eles estão fazendo aqui de extermínio, eles não passarão impunes! Eles vão receber a recompensa deles! Porque nós também não vamos deixar de continuar nessa luta pela vida, pela garantia dos direitos. Doa a quem doer, doa a quem doer! Pela garantia dos direitos, denunciando sempre, denunciando sempre os crimes que estão sendo feitos aqui pelo Governo e pelas empresas, pelas corporações com esse projeto Belo Monte, estamos formando uma grande rede a nível nacional e internacional contra esse modelo, esse projeto de destruição da vida, estamos em uma grande luta de redes sociais, de

organizações para que a nossa voz não se cale e que ela seja sempre forte. Aqui e em qualquer lugar tem gente gritando, tem gente falando contra esse modelo de destruição e morte que tem como o exemplo vivo, triste, mas real “Belo Monte”. E, para nós Belo Monte não é fato consumado. Porque essa luta não acaba aqui. Ela está continuando e ela vai continuar para sempre. Porque nós temos um compromisso e um dever de continuar lutando para que, as nossas, presentes e futuras gerações, para que elas possam também ter vida, para que elas possam também ter dignidade de um meio ambiente saudável, de água e de tudo isso.

— Entendes agora caro amigo? Entendes que não se trata de uma obra apenas? Entendes que não se trata simplesmente de construir uma Hidrelétrica? Há coisas que estão muito além do que a construção de um “simples objeto técnico”; que envolve(em) concepção(ções) de desenvolvimento, de espaço-espacialidades, de lugar-lugaridades, de representações de Amazônia(s), de entendimento muito diferentes do que representa e de como se alcança e garante, ao menos em termos de possibilidade, à dignidade humana. A concepção apresentada por Mariene, por Dom Erwin, por Raimunda e, agora, por Antônia, fala-nos de um espaço de encontros, que vislumbra um futuro aberto. Onde tempo e espaço são tratados em inter-relação constante...

— Mas a construção de uma obra dessa envergadura, uma obra de mais de 30 bilhões de reais, funciona como um vetor de desenvolvimento. E não somente, para a região onde se instala, mas sim, para o país como um todo. Muitas escolas foram construídas e reformadas; muitos postos de saúde foram construídos e reformados; se aparelhou melhor as polícias; o dinheiro que circula em uma obra dessas dinamiza a economia de muitas cidades, permitindo o surgimento de novas lojas e o melhoramento/modernização dos serviços oferecidos à população. E sem falar que o país não pode parar de crescer! Precisa de energia para continuar a movimentar sua economia, aumentar suas exportações, gerando assim mais empregos, seja no local onde a hidrelétrica é feita ou como fruto de sua construção. Ou seja, abertura de novas empresas, de novas oportunidades de trabalho. Para você iniciar algo, precisa de energia, de uma “taberna” que seja, precisa de energia. Isso pra mim é desenvolvimento.

— É? Isso pra mim é “desenvolvimentismo” amigo! E não desenvolvimento! O que deve ser posto em primeiro plano, o que deve ser prioridade, sempre(!) diga-se de passagem, são as pessoas. É a dignidade humana. Esses grandes projetos, esses megaempreendimentos, essas grandes obras a exemplo da UHE Belo Monte, suprimem espaços! E apontam em uma única dimensão de futuro. Tem, portanto, uma concepção limitada de espaço e fechada de tempo. O espaço deve poder continuar a proporcionar encontros, e por proporcionar encontros, deve continuar a produzir multiplicidades, diferenças. Este modelo de desenvolvimento que decide sobre a vida de uma dada sociedade local estando a milhares de quilômetros de distância dessas sociedades, permite-nos voltar ao passado. Os colonizadores europeus imaginavam que estavam levando a civilização a seus colonizados. O pensamento expresso nas vozes de Antônia, Dom Erwin e Mariene, no entanto, aponta para outro caminho. Eles não querem “o bolo pronto”, ao contrário, querem “fazer o bolo”. E, acima de tudo, querem debater sobre o que conterà o bolo, qual será seu sabor, se deve ser feito a mão ou em uma batedeira, se deve ser feito em fogo alto, médio ou baixo etc. A concepção de espaço deles é aberta. A concepção de tempo deles é, igualmente, aberta. Eles não se vê em como “atrasados” posto que, isso implica sempre uma comparação com “o avançado”. Eles se vê em como diferentes. E como diferentes que são, querem propor e construir, a partir do que possuem a

sua disposição. Dentro do que se apresenta estrutural e conjunturalmente a eles. Em outras palavras, suas narrativas não possuem um final ainda. Isso não é objeto de preocupação, não é o fundamental. Eles querem, e isso é o fundamental, que seja garantido voz e vez. Para que todos possam contribuir na construção de um espaço-tempo aberto. Capaz de contemplar seus sonhos, angústias e projetos.

— O amigo sabe que as coisas não funcionam assim... Nesse mundo de interesses, políticos e empresariais, estamos sempre com pressa...

— *“A força dos fracos estar em seu tempo lento”*¹⁶¹.

— Como?

— Uma frase amigo. Só uma frase dita há muito tempo, que me veio à cabeça devido sua validade/atualidade/vitalidade. Mas veja, quando você diz: “o mundo é assim e sempre vai ser assim”, você fecha o espaço-tempo. E ao não vislumbrar, sequer como possibilidade, a construção de um futuro novo, o amigo faz a opção por viver sem esperança. E isso, eu não me permito! E digo mais, a possibilidade que temos hoje de construir um mundo novo, é muito maior que a encontrada em qualquer outro tempo-espaço. Posto que, a possibilidade de pensar o local, o regional e o global etc., não é possível sem a conexão de diferentes perspectivas de análise, vindas de diferentes lugares, vindas de diferentes sujeitos sociais. A última ordem, não é dada a partir de uma empresa ou coisa parecida, não é dada pela economia. O Capital é eminentemente político! O espaço não está dado caro amigo, continua em construção. É uma construção social. Portanto, é um produto de inter-relações, e como tal, gerador de diferenças que se encontra sempre em processo de devir, nunca se encontra fechado. Conceber o espaço-tempo como abertos, nos coloca o desafio de conceber a política, uma nova política, como em constante processo de renovação. Em síntese, as prioridades do mundo não são ditadas em última ordem pela economia, mas sim, pela política. Por isso eu digo e afirmo: “há esperança!”

— Estou realmente pensando sobre tudo o que você está a falar.

— *“O tempo é o veículo da mudança, mas não a causa”*¹⁶².

— Como?

— Lembrei-me de outra frase, só isso... A nossa melhoria como sociedade, como nação, não está nos aguardando em uma esquina mais à frente na escala do tempo, mas sim, depende de nossos esforços, de nossa luta cotidiana na escala do espaço.

— E você Antônia, o que pensas sobre isso? O que pensas sobre o que estamos a conversar, debater? É possível oferecermos outro planeta as gerações futuras?

— *Salvar o planeta, ainda é possível, não é possível na sua totalidade, mas, é possível que possa parar toda essa destruição e morte, a exemplo de Belo Monte, que está sendo implantada em todos os continentes. Todos os continentes se manifestando, o que acontece na Europa e em todos os continentes. O que acontece aqui na Amazônia, no Xingu, no Brasil, está acontecendo em todos os*

161 Milton Santos.

162 Doreen Massey.

continentes, só muda o endereço e os lugares. Mas, a forma ditatorial, de destruição e morte da vida e do planeta, está em todos os continentes. Portanto, é importante que essa luta cresça, porque está muito claro para nós, quem se constitui a maior autoridade de uma cidade, de uma comunidade, de um país, de um mundo, de um planeta: é o povo. Essa é a maior autoridade, mas quando ele está unido e organizado no objetivo comum. E é isso que precisamos aprender, não só aprender, mas exercer, fazer, agir.

— Antônia, responda-me uma coisa, e os tais “representantes do povo” da Transamazônica e Xingu? A região não tem representantes políticos? Como você definiria a atuação desses políticos?

— *Uma atuação covarde! São todos covardes. E eu digo é para eles, são covardes! Só porque um projeto desses é do governo do PT eles se calaram e viraram as costas para essa população de Altamira e região. Eles nunca foram capazes de ir em um meio de comunicação e defender, chamar a atenção da empresa Norte Energia, chamar atenção do seu próprio governo, pelos crimes que eles estavam fazendo aqui com a população, com o meio ambiente e tudo. Nunca foram capazes disso, nunca foram. Então, eles se calaram, eles fazem parte dessa destruição e morte que é esse projeto Belo Monte para nós. Nós, em Altamira e região, ficamos órfãos de representação política na câmara em Altamira, na assembleia legislativa desse estado e na câmara federal, nós ficamos órfãos de representação política! Por isso é que o povo, as organizações sociais não têm que se tornarem movimentos governistas. A organização social é do povo, o povo é que decide, o povo é que faz.*

— Você diz que os políticos se acovardaram, mas, eu pergunto, e os intelectuais daqui da região, os estudiosos, “os mais esclarecidos” etc., o que fizeram? Que postura adotaram?

— *Os intelectuais silenciaram-se, porque, com certeza, eles receberam benesses ou dinheiro para construir universidades, para isso e aquilo outro. Houve uma série de situações que aconteceu que foram postas pelo governo, pelas empresas para silenciar. Para que o governo e as empresas não tivessem preocupação com essas pessoas; que essas pessoas continuassem denunciando, ajudando a população, os movimentos sociais. E que, assim, não dessem trabalho. Não fossem a voz da população, não ajudassem a denunciar, a falar, a esclarecer para a população, o que estava acontecendo em Belo Monte. Então, eles preferiram receber essa benesses e se calaram.*

— Antônia, você como liderança social antiga da/na região da Transamazônica e Xingu em algum momento pensou em desistir? Desanimou... cansou de lutar? Não cansa lutar pelos outros e vê que os outros não lutam com a mesmo vigor com o que você luta?

— *Não. A luta não cansa. Muitas vezes a gente tem que parar um pouco para respirar, para refletir, para renovar as forças, isso que impulsiona muito, a fé, a esperança, isso eu aprendi bastante nas “Comunidades Eclesiais de Base”. Olha, a sua vida, ela não pode está desligada da fé e a fé não pode está desligada da vida, **então a sua vida e a fé, é ação.** Então, esse compromisso, essa aprendizagem eu levo todos os dias e todas as horas comigo. **Sua vida, sua fé, é sua ação. Fé e ação!***

— Já vi que você não vai parar nunca...

— *A gente não pode parar! A gente tem que dar a nossa contribuição para melhorar as condições de vida, para melhorar em si a vida, a dignidade. A justiça tem que acontecer e a gente não pode se calar diante das injustiças. A gente tem que acreditar, a gente tem que denunciar. A justiça quem faz somos nós. Só o povo unido e organizado é capaz de fazer a paz e a justiça acontecerem e isso tudo é uma caminhada que não pára, não pode parar*¹⁶³.

— Antônia, Obrigado! Para quem acredita em um espaço-tempo aberto, e na construção de uma nova política, sua fala é uma injeção, em dose alta, de esperança! Obrigado por conversar conosco. Obrigado por esta “oferta”. Te dedico este poema Melo... guarde-o muito além de sua bolsa... guarde-o dentro de seu coração¹⁶⁴.

163 A entrevista de Antônia Melo, usada no prólogo, foi realizada pelo Professor Dr Enilson Sousa, em 29 de março de 2016. E, encontra-se publicada na íntegra no YouTube, no seguinte endereço: https://www.youtube.com/watch?v=M8_AXrT1934, tendo sido acessada em 30 de março de 2016. Realizamos inúmeras conversas e atividades, além de uma longa entrevista gravada, junto a Antônia Melo. Mas, este material (a entrevista) sofreu extravio em uma de nossas viagens a cidade de Altamira. Na verdade, o gravador utilizado por nós foi furtado, junto com nossa máquina fotográfica. Por isso a utilização de entrevista feita por outrem e não a nossa. Em que pese o lamentável ocorrido, classificamos como excelente, a entrevista feito pelo colega Enilson Sousa, ao qual somos muito gratos por, ter o mesmo, publicado essa importante fonte de informação e pesquisa.

164

**“Ofertas de
Aninha
(aos moços)”**

Cora Coralina

Eu sou aquela mulher
a quem o tempo
muito ensinou.
Ensinou a amar a vida.
Não desistir da luta.
Recomeçar na derrota.
Renunciar a palavras e pensamentos negativos.
Acreditar nos valores humanos.
Ser otimista.
Creio numa força imanente
que vai ligando a família humana
numa corrente luminosa
de fraternidade universal.
Creio na solidariedade humana.
Creio na superação dos erros
e angústias do presente.
Acredito nos moços.
Exalto sua confiança,
generosidade e idealismo.
Creio nos milagres da ciência
e na descoberta de uma profilaxia
futura dos erros e violências
do presente.
Aprendi que mais vale lutar

— Também agradeço muito a atenção dedicada a nós. E, seu depoimento e de outros aqui estão levando-me a pensar e enxergar outras perspectivas. Talvez minha opinião refletisse um único lugar. E, ao ouvir outros lugares, começo a pensar, a repensar(!) algumas situações. E agora passo a enxergar os motivos de resistência tão grande a este projeto, a este modelo de desenvolvimento.

do que recolher dinheiro fácil.
Antes acreditar do que duvidar.

QUARTA PARTE:

O LAMENTO E DOR DOS SOCIOESPACIALMENTE ATINGIDOS

CAPÍTULO 5

USINA HIDRELÉTRICA BELO “MONTE” OU BELO “MONSTRO”?

5.1 – A UHE Belo Monte para os Socioespacialmente Atingidos.

Quando nos dizem que as hidrelétricas vem trazer para o país e para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração do mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, vem exatamente destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais.

Milton Santos

Esta seção do trabalho é dedicada a análise das transformações impostas, pelo “grande projeto” UHE Belo Monte, à dinâmica socioespacial da vida de milhares de pessoas, estabelecidas na cidade de Altamira e região. Destacando como o processo de reestruturação¹⁶⁵ urbana e da cidade imposto, por meio da implantação do “grande objeto” hidrelétrico, desfigurou a vida urbana, rural e ribeirinha que antes existia. A Usina Hidrelétrica de Belo Monte foi erguida no município de Vitória do Xingu, sudoeste paraense, mas, os impactos da obra, se fizeram/fazem sentir, de maneira mais intensa, na cidade de Altamira. Cidade polo da unidade sub-regional da Transamazônica e Xingu.

Demonstrar-se-á que, da relação estabelecida entre Estado (em suas diferentes escalas de atuação) e uma empresa (a Norte Energia), e apesar dos bilhões de reais gastos, em medidas de mitigação de impactos, o que se gerou, por ocasião da construção da UHE Belo Monte, foram “lamento e dor” (MAGALHÃES, 2007). Produzidos a partir do “deslocamento compulsório” das famílias, evento que, além de involuntário (por isso forçado) é constrangedor. Desencadeando quadros coletivos de “sofrimento social”, como os descritos por (MAGALHÃES, 2007).

Em outros termos, podemos afirmar que, os casos de “deslocamentos compulsórios” de indígenas, ribeirinhos e dos moradores “dos baixões” da cidade de Altamira, constituem-se em exemplos de processos de “desterritorialização”, dotados de forte carga de violência (simbólica inclusive). Os socioespacialmente atingidos, pelas obras da UHE Belo Monte, são sujeitos “desterritorializados”, já que estes foram subtraídos de seu território. Entendemos e concebemos (neste trabalho) o território “a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações

¹⁶⁵ O conceito de reestruturação é concebido aqui aos moldes de Soja, para quem “reestruturação” traz implícita a ideia de “fredda e mudança”, ruptura de tendências seculares. Mudança em relação à determinada ordem que se configura diferentemente na vida social, econômica e política (TRINDADE JR, 1996).

econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2004, p. 79).

Mostrar-se-á que, esta condição de “lamento e dor” possui uma intrínseca condição espacial e que, este “lamento e dor” estão relacionados há uma espacialidade que não mais existe, espacialidade essa que é a base de referência territorial e identitária para muitos, e diversos, grupos e sujeitos socioespacialmente atingidos. Que tiveram abalada sua territorialidade, que refere-se, entre outros aspectos, ao modo como as pessoas utilizam o território, organizam o espaço e conferem sentido e significado ao lugar.

Será demonstrado ainda, que as mazelas sociais de antes da implantação da obra, foram potencializadas, graças à existência de um jogo de empurra-empurra de responsabilidades institucional territorial que se estabeleceu entre os agentes hegemônicos do projeto, durante o processo de implantação da obra. E que este “jogo de escalas” delegou à população de Altamira e região, uma situação de precariedade, no concernente à manutenção e garantia de uma série de direitos constitucionais, aumentando assim, a tensão no espaço, entre os sujeitos espoliadores e os que resistem, intensificando (e atribuindo outro patamar) aos conflitos socioambientais do planeta.

Segundo Magalhães (2007, p. 139),

Na atualidade, vários pesquisadores e ambientalistas, no Brasil, estão discutindo o que chamam de “passivo ambiental” (IPPUR, 2005 apud Magalhães, 2007, p. 139), preponderantemente uma equação que pretende rever a concepção de energia hidrelétrica como “energia limpa” - uma discussão que mobiliza os argumentos ambientais, evidentemente prevalentes na arena pública. E, na Europa (...) prevalece a ótica da proteção dos direitos humanos, através de um estatuto jurídico de proteção – o refugiado ambiental.

Aqui, emprega-se a expressão refugiados de exceção ou refugiados por espoliação, para demarcar que, essas pessoas, os socioespacialmente atingidos, são um “produto defeituoso” do estado, e do modo de produção capitalista em si. Daí, também, a importância em utilizar no trabalho a expressão “jogo de escalas”. Esta tem por propósito “conferir visibilidade ao real” (CASTRO, 1995; 2014), demonstrando assim, ser este real, somente compreensível por meio de uma leitura de base escalar, capaz de superar os clássicos dualismos presente e contido nas interpretações sociológicas.

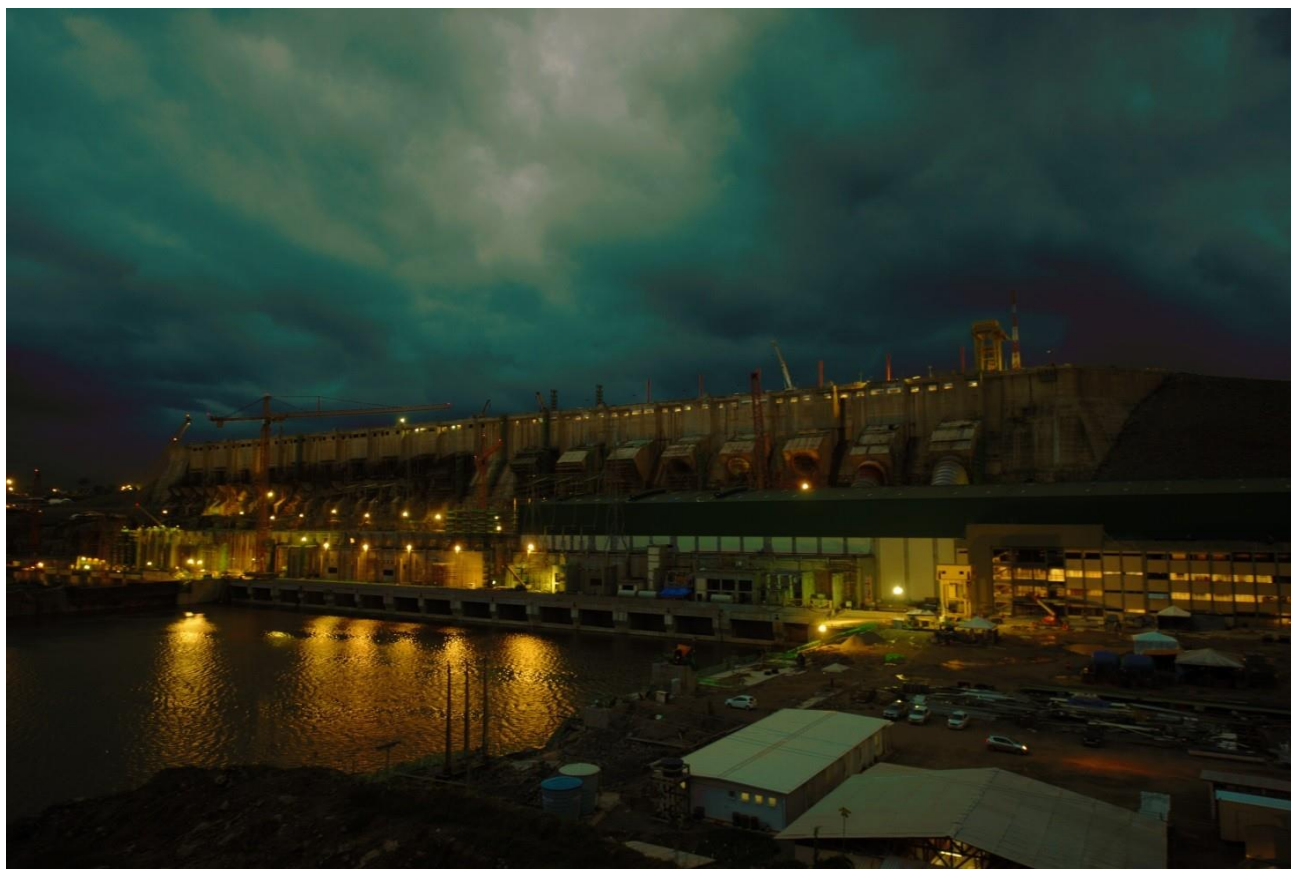
Por meio de uma concepção do espaço como aberto, como constituído de poros, por onde atravessam influências outras. Acreditamos ser possível, se aproximar da leitura sobre uma dada realidade, sobre um real que é contextual, e que não pode ser alcançado em sua plenitude, tendo em vista, ser o espaço, uma instância em constante mudança e devir. O que o torna uma arena política por excelência. Arena esta que exige de seus tradutores o uso de “retóricas estratégicas” (LATOUR¹⁶⁶, 1995 apud MAGALHÃES, 2007, p. 18) sempre novas, capazes de expressar, igualmente novas, interpretações acadêmico-filosóficas, bem como, novos discursos políticos.

Os efeitos gerados, na Amazônia, pelos “grandes projetos”, deixam marcas no “sistema de objetos” e no “sistema de ações” existente. Promovendo mudanças na espacialidade (nas espacialidades), as mais acentuadas e intensamente dadas, tal qual a velocidade do capital, transformando o espaço a partir da suplantação do que antes existia. Um espaço de “verticalidades violentas” se impõe, acabando por sangrar “o espaço lento” de outrora (SANTOS, 2004b). Buscando, assim, atender aos desígnios do capital.

O operador (o agente) das modificações no/do espaço vimos ser o Estado. É ele o grande responsável pelas mudanças feitas no espaço. Já que é este quem comanda os “grandes projetos”. É sob o comando deste agente que dar-se a alteração no espaço, na paisagem, na espacialidade, em outras palavras, constitui-se o Estado em elemento operacional central do “processo de espacialização” (Santos, 2008), desde ao menos o início do século XX e, de maneira mais veemente, a partir da abertura dos grandes eixos rodoviários na/da região, pós década de 1960.

166 “Este autor, estudando as controvérsias científicas, evidencia os diversos mecanismos ou ‘atividades táticas’ dos autores para fazer valer a plausibilidade de seus argumentos. E, quantos mais se acirra a controvérsia, mais se obrigam os autores a aprofundar seus argumentos e a aumentar a retórica; e mais se impõe a necessidade de alianças. Na proposição de Latour, inserida no que se convencionou chamar de sociologia da tradução, para se estudar uma controvérsia é necessário desvendar como cada um desloca o argumento dos outros, construindo cadeias de tradução (*chaînes de traduction*). A tradução, neste caso, é um processo mais do que um resultado. Permite, portanto, do ponto de vista analítico, compreender os processos de troca entre os protagonistas da controvérsia e, sobretudo, as metamorfoses discursivas que precedem a constituição das boîtes noire”. “Por boîte noire, Latour designa as proposições científicas prontas, acabadas, fechadas, que subsumem o processo mesmo de fazer ciência”. (MAGALHÃES, 2007, p. 18-19).

FIGURA 23: Não há céu azul em Belo Monte, os impactos socioespaciais as escalas da vida.



Fonte: Norte Energia. Disponível em <http://bancoimagem.norteenergiasa.com.br/bancoimg/>, acesso em 20 de março de 2016.

Segundo (MESQUITA et al, 2013, p. 01), quando de suas análises sobre o significado dos “grandes projetos” propostos para a Amazônia,

[...] dois atores, de reconhecida importância, estão no seu no cerne: a grande empresa e o Estado. Os instrumentos governamentais de base fiscal e monetário além de outros utilizados pela política de desenvolvimento regional, como peça de atração aos capitais que desejam vir a Amazônia, comuns e essenciais no período da SUDAM, continuam sendo a marca registrada na atração de megas investimentos em pleno século XXI. Apesar das distorções ocasionadas, anteriormente e nos dias atuais, por essa lógica de enclaves, o produto desta política tem como resultado, uma somatização de novos problemas, como a questão urbana, uma desindustrialização, devastação ambiental e a ampliação da crise social. Na época da ditadura, dois elementos lideram esse processo com apoio das políticas governamentais, a pecuária extensiva e a instalação da Zona Franca de Manaus. No período atual são megaprojetos do PAC (Programa de aceleração do crescimento) e as empresas globais que lideram esse processo. Em ambos a marca registrada é o financiamento público e o caráter predatório dos empreendimentos, o desrespeito a

sociedade local e a ausência de uma proposta de desenvolvimento que atenda aos interesses da maioria. Sem dúvidas mudanças significativas se processam na Amazônia, sob todos os aspectos, mas, a questão das desigualdades, da exclusão social; da destruição da biodiversidade e, portanto, da concentração da riqueza tem se agravado.

O texto acima, permite-nos entender o porquê do Governo Federal, e da empresa Norte Energia, ocupar lugar cativo na fala dos socioespacialmente atingidos por Belo Monte. A produção do espaço, operada pós 60, na Amazônia brasileira, em sua porção oriental, apresenta-se como exemplo da ação re(des)estruturadora do capital. A política dos “Grandes Projetos”

[...] foi uma dessas modas que conquistou o país inteiro; espalhou-se em todas as instâncias do Governo até se apagar a fúria do Grande com o esgotamento das energias e reservas. Poucos foram atores desse grande espetáculo; poucos até tiveram o privilégio de assisti-lo de mais ou menos perto: de longe, muito longe, ouviram o som da música e viram o fulgor das luzes. Passada a onda, muitos ficaram com os restos da festa; o que foi quebrado, o que foi jogado, o que foi rasgado, o que foi abandonado; com o sujo e o mau cheiro. De toda parte da Amazônia, em particular, há povo que chora, trabalhadores que protestam, lideranças que denunciam, intelectuais que criticam e políticos insatisfeitos. Não é apego ao passado, romantismo ecológico, horror ao moderno. Todos querem estradas, energia, transporte e trabalho; mas não da maneira como foi feito, nem com o custo com o que foi feito, nem com as consequências que estão sofrendo, mas com senso do real, atenção à saúde, preocupação com a educação e respeito à cidadania. Enfim, com democracia (HÉBETTE, 1995, s/p).

Os “grandes projetos” são a expressão dos sistemas técnicos atuais, dos sistemas técnicos dominantes, os que servem aos agentes hegemônicos da economia capitalista mundial, propondo para o restante do mundo um modelo de cultura, de política e de organização social. Tendo, nos dias de hoje, a mesma configuração em todos os lugares. Mas, segundo Santos (1995) não era assim no passado. Neste, os sistemas técnicos eram diversos segundo os lugares. Outra marca dos sistemas técnicos atuais é que estes, cada vez mais, exigem unidade de comando. Embora apresentem-se, cada vez mais desconcentrados, são igualmente mais centralizados, ou seja, possuem um único comando.

Para Santos (2004b) essa tendência, não é exclusiva de apenas um sistema técnico, a exemplo dos que comandam e operam o setor elétrico brasileiro, por exemplo,

mas abarca a totalidade dos sistemas técnicos, funcionando em sincronia com o sistema de ações, igualmente dotado de capacidade de comando. O que, nos ajuda a entender como, as regiões periféricas do país, Amazônia e Nordeste, por exemplo, se inserem junto à vida econômica nacional.

Segundo Santos, os objetos do período técnico atual são criados com intencionalidades precisas, tendo objetivos claros e previamente estabelecidos. Sendo ainda, cada objeto localizado de uma maneira que produza os resultados, que dele se esperam. Afirma este autor que,

[...] No passado, os objetos nos obedeciam no lugar onde estávamos, e onde os criávamos. Hoje, no lugar onde estamos, os objetos não mais nos obedecem, porque são instalados obedecendo a uma lógica que nos é estranha, uma nova fonte de alienação. Sua funcionalidade é extrema, mas seus fins últimos nos escapam. Essa intencionalidade é mercantil, mas é também, frequentemente simbólica. Aliás, para ser mercantil, frequentemente necessita ser simbólica antes. Quando nos dizem que as hidrelétricas vem trazer para o país e para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração do mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, vem exatamente destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais (SANTOS, 1995, p. 15-16).

A modernização do território, e de seus sistemas técnicos pelo Estado, desempenha etapa importante na viabilização/preparação deste ao capital. E, é claro, deixa muitas marcas, verdadeiras cicatrizes na alma. Tendo em vista constituir o ser humano um sujeito espacial, as transformações na escala do lugar, o afeta intimamente. Provocando estranhamento, desorientação e sofrimento às escalas da vida. Segundo Carlos, isto ocorre porque

[...] as relações sociais se materializam em um território real e concreto, o que significa dizer que, ao produzir sua vida, a sociedade produz/reproduz um espaço através da prática socioespacial. A materialização do processo é dada pela concretização das relações sociais produtoras dos lugares, esta é a dimensão da produção/reprodução do espaço, passível de ser vista, percebida, sentida, vivida. O homem se apropria do mundo através da apropriação de um espaço-tempo determinado, que é aquele da sua reprodução na sociedade (CARLOS, 2007, p. 20-21).

Vejamos, então, a partir da análise dos dados obtidos em nossa pesquisa de campo, feita nos RUCs na/da cidade de Altamira, o que representou/representa o grande objeto/projeto UHE Belo Monte, para significativa parcela da população deste município.

E, como a sociedade subalternizada avalia “o projeto de desenvolvimento” e “o modelo de desenvolvimento” bancado, pelo Governo Brasileiro, através da UHE Belo Monte.

5.2 – Os novos bairros de Belo Monte e as velhas lógicas hegemônicas: da *casa lar* a *casa prisão*

Com o objetivo de entender as marcas, objetivas e subjetivas, provocadas e deixadas, em virtude do conjunto de obras que consolidou a implantação da UHE Belo Monte junto à população de Altamira e região, aplicamos um questionário semiestruturado (aberto a comentários) junto às famílias atingidas socioespacialmente, pela construção da UHE Belo Monte. A coleta das informações abarcou o número de 200 famílias e foi realizada em todos os novos bairros construídos pelo empreendedor.

Nos cinco Reassentamentos Urbano Coletivo (RUCs), foram visitadas, de maneira aleatória, um conjunto de casas, para realizar a pesquisa. Porém, somente foram aplicados questionários nas residências onde todos ou a maioria dos membros da família se faziam presentes, para que assim, a partir da fala do/da representante do grupo familiar, pudéssemos conceber, o que representou Belo Monte, para todas as pessoas que foram compulsoriamente deslocadas pelo “grande projeto” UHE Belo Monte. Deslocamentos por espoliação como preferimos.

Este caminho metodológico fora escolhido tendo por intuito dar visibilidade a voz do interlocutor-chave da casa e, portanto, da família (em alguns casos das famílias já que, em algumas das casas visitadas existia mais de um grupo familiar). Para que assim pudéssemos, a partir das respostas do “eleito” pela família para falar, termos a dimensão da carga de sentimentos expressa, não somente individualmente por meio dos depoimentos, mas também, coletivamente. Visando assim conferir centralidade a narrativa escalar destes, expressa pelos sujeitos, por meio das respostas e depoimentos dados as equipes de pesquisa.

Quando da realização da pesquisa nos novos bairros construídos pelo empreendedor da usina, buscamos, ainda, contemplar o maior número de pessoas/famílias possível nestes. Como os custos para realização de levantamento de

dados em Altamira são altos, devido à cidade ter expandido bastante sua área urbana ou, em virtude do aumento do custo de vida proporcionado pela chegada ao território do “grande objeto” Belo Monte, montamos duas equipes para a coleta de dados junto às casas. Agimos assim tendo por intuito a otimização do tempo de levantamento dos dados e informações, e a diminuição dos custos com combustível, já que, a exceção dos RUCs Jatobá e Água Azul, os demais RUCs são muito distantes entre si, o que dificulta e onera em demasia a prática do trabalho de campo.

A escolha das casas dava-se de maneira aleatória, não obstante, como já mencionado, priorizávamos as casas com maior representatividade familiar, ou seja, as casas onde tinham mais pessoas, na ocasião da pesquisa. Como a estrutura dos RUCs segue a um padrão espacial clássico de loteamento, onde temos blocos de quadras com casas de um lado e de outro das vias, dividimos as equipes em relação à cobertura de casas que estivessem à direita e a esquerda da via de circulação¹⁶⁷. Por meio das imagens abaixo é possível imaginar como se concebeu e operou o trabalho de campo (a coleta de dados e/ou informações) e se desenvolveu a pesquisa.

FIGURA 24: Os RUCs, os novos bairros da cidade de Altamira-PA.



Fonte: Pesquisa de campo. A imagem a esquerda do observador foi feita no RUC Lago Azul e a direita do observador foi feita no RUC Jatobá.

Em alguns casos foi solicitado, pelos próprios moradores, o registro audiovisual da aplicação dos questionários. Eles queriam assim se certificar que “seus recados” fossem

¹⁶⁷ A orientação dada era que, para cada casa coberta, fossem saltadas 04 casas. Ou seja, de cinco em cinco casas, era feito o levantamento das informações e a coleta dos dados. Garantindo assim o caráter de amostragem da pesquisa.

repassados a quem de direito fosse o responsável pelas transformações impostas à escala de suas vidas. Um dos entrevistados, visivelmente revoltado/indignado com sua nova situação, disse a seguinte frase: *“eu quero que eles – os responsáveis por Belo Monte – saibam o que eu penso deles. O que eu penso do que eles fizeram aqui. Eu quero que eles saibam que isso não vai ficar assim! Que eles vão pagar. Seja pela justiça dos homens, seja pela justiça de Deus”*.

Os entrevistados expressam um quantitativo de pessoas muito diverso em termos de:

A) **Faixa Etária:** as tabelas abaixo trazem os intervalos e o quantitativo de pessoas entrevistadas em relação à faixa etária¹⁶⁸.

TABELA 03: FAIXA ETÁRIA DOS ENTREVISTADOS (INTERVALO I)

Até 20 anos	04
De 21 a 30	51
De 31 a 40	57
De 41 a 50	44
De 51 a 60	21
Mais de 60	19
TOTAL	196

Fonte: Pesquisa de campo.

É possível perceber que, a maior parte das pessoas entrevistadas, se insere na faixa de idade compreendida entre 21 e 40 anos. O que nos remeteu a pensar como hipótese que este público se expressaria, de forma massiva, favoravelmente as transformações de Belo Monte. Como veremos, mas adiante, não foi o aconteceu.

A partir da “faixa etária” dos entrevistados, os agrupamos em diferentes intervalos, de modo a poder melhor observar a posição dos sujeitos, considerando a diferença de idade. Tínhamos, por exemplo, como hipótese que, a população idosa expressaria maior resignação frente a Belo Monte. Enquanto que a população jovem ou adulta se apresentaria mais conformada e/ou satisfeita com a nova vida. As respostas se confirmaram para um grupo e, apontaram situações mais complexas para outro.

¹⁶⁸ O número de 200 pessoas fora entrevistado. Na ocasião, quatro pessoas não declararam a idade.

TABELA 04: FAIXA ETÁRIA DOS ENTREVISTADOS (INTERVALO II)

De 0 a 20	04
De 21 a 40	108
De 41 a 60	65
Mais de 60	19
TOTAL	196

Fonte: Pesquisa de campo.

B) Procedência:

Dentre as 200 famílias submetidas à aplicação dos questionários, 26 famílias se autointitularam ribeirinhas ou beiradeiras. Sendo 142 destas provenientes dos bairros da cidade de Altamira, destruídos em virtude das obras de Belo Monte. No âmbito desta pesquisa, concebemos como população ribeirinha o sujeito socioespacial, coletivo ou individual, que possui as seguintes características; é dotado dos seguintes conhecimentos; e domina as seguintes técnicas:

[...] a sua moradia pode ser aberta, porque é ventilado e seguro o beiradão. Ela pode ser coberta de lona, de cavaco, de palha ou de telha. Ao fazer sua casa, o ribeirinho sempre sabe de que lado a sombra vem. De que lado a chuva vem. Então tem um jeito de colocar a casa no lugar. O ribeirinho mora na beira do rio. Tanto na terra como na ilha. Ele planta, ele pesca. Ele vive da terra dele. A casa do ribeirinho não precisa ser na área rural, porque muitas vezes o ribeirinho está na cidade, como é o caso de doença. Então o ribeirinho vive entre o rio e a cidade. O ribeirinho tem um modo próprio de falar, tem um sotaque. Umas palavras que são do beiradão. O ribeirinho tem canoa e sabe remar. Ele sabe tratar e ticar um peixe. Ele amola faca na pedra. Ele sabe tirar uma macaxeira. Ele tem um jeito de cozinhar, que é na pedra, no chão, no fogão a lenha. O banheiro do ribeirinho é no mato. O ribeirinho tem uma história, ele tem um tempo de moradia no local, ele tem vizinhança, ele tem comunidade. Porque ribeirinho é família. O ribeirinho não vive sozinho. O ribeirinho não é só pescador. Ele é uma mistura. De pescador com agricultor, criador, caçador e extrativista. Ele vive na comunidade. E é na comunidade que ele divide a comida. E a comida ela não é comprada. É o peixe, é a caça, é a farinha, é a fruta do mato. O ribeirinho tem uma casa na rua, que é um ponto de apoio para acessar saúde, educação, vender o peixe, a farinha, comprar gasolina. O ribeirinho tem um conhecimento. Coisas que ele sabe fazer. A canoa, o remo, a vassoura, o abano de fazer o fogo, a peneira para tirar o

açaí, a bacaba, a tapioca. Sabe fazer farinha, sabe fazer um balaio, uma esteira, tipiti, sabe remar e andar de canoa, sabe fazer malhadeira, emendar malhadeira e tarrafa. Sabe fazer a flecha, sabe fazer a moradia dele, que é bater e tecer a palha para fazer o japá. Sabe fazer um fogão a lenha, sabe tecer o japá para fazer o capote. Sabe fazer a casa de tábua, de taipa. Sabe criar. Cria galinha, cria pato, cria porco, cria gato e cria cachorro. O ribeirinho pode criar gado, mas ele nunca sobrevive do gado, e o gado é sempre um pouco para alimentação, coalhada para alimentar a galinha ou uma poupança em caso de precisão. Sabe fazer o próprio remédio. O ribeirinho é diferente do pescador. Porque o pescador só pesca. E o ribeirinho é um pouco de cada coisa. Sabe um pouco de cada coisa para sobreviver do rio e da terra. Se ele fugir disso ele não é ribeirinho. E não consegue viver ali. O ribeirinho pode estar caseiro, pode fazer uma diária pra alguém, pode ter outra fonte de renda, mas ele tem uma vida e uma história no beiradão. O ribeirinho não tem empregado, mas pode trocar uma diária e trabalhar em mutirão. O ribeirinho ele preserva o lugar dele. A mata. Preserva porque ele sobrevive dali. O modo de vida ribeirinho é sobreviver do seu lugar. Tudo o que ele tem ele tira de lá. Ele planta e tira o seu alimento dali, e também o seu remédio. O que sobra ele vende na cidade. Ribeirinho tem história. Tem uma vida no rio. Um tempo prolongado no local. O que define o ribeirinho é a sua história, e não a casa ou o fato de estar na ilha num certo dia. A vida do ribeirinho é o rio (CONSELHO RIBEIRINHO DO RESERVATÓRIO DA UHE BELO MONTE, 2017, p. 17).

A maioria, no entanto, é proveniente dos baixões da cidade de Altamira, 142 duas pessoas. A população que antes habitava os baixões da cidade foi toda removida de seus antigos locais de moradias. Locais estes que do ponto de vista da infraestrutura eram bastante precários. Com a presença de várias palafitas, em locais sem saneamento e/ou tratamento de esgoto.

Não obstante, é importante destacar que os baixões estavam localizados ou no centro da cidade ou próximo a este. Os locais onde antes eram os baixões, as áreas periféricas da cidade de Altamira com maior concentração populacional, deram lugar a parques, quadras e praças. Como uma área de tamanho considerado, ainda não foi utilizada, vislumbra-se que, possivelmente, sejam colocadas ao atendimento dos interesses do capital imobiliário.

O que, não seria surpresa, já que, estas áreas, melhoradas do ponto de vista de sua infraestrutura, portanto, bem diferentes de quando seus antigos moradores a usavam, agora estão prontas para servir como locais de moradia urbana novamente. Como já ressaltado, possuem uma ótima localização em relação a área comercial e de serviços da cidade. O quantitativo de 54 famílias foram identificadas como sendo provenientes da

zona rural – terra firme e/ou da zona rural – ribeirinha. Quatro das famílias não disseram a procedência. O que nos remete a pensar que são de outro município, não eram, portanto, moradores de Altamira.

TABELA 05: PROCEDÊNCIA DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS

BAIXÕES DA CIDADE	142
OUTROS LOCAIS (VICINAIS E BEIRO-RIO)	54
NÃO INFORMARAM	04
TOTAL	200

Fonte: Pesquisa de campo.

Sobre a “procedência” dos entrevistados ainda, tínhamos como hipótese, por exemplo, que os moradores de áreas mais enraizadas, tais como: vicinais e a beiradões (beira-rio), estariam mais insatisfeitos, tristes e/ou revoltados com a mudança de vida imposta por Belo Monte. E que a população procedente dos “baixões da cidade”¹⁶⁹, tendo em vista estarem sujeitas a precárias condições de habitação e as inundações sazonais do rio Xingu, tenderia a ser mais favorável as mudanças impostas por Belo Monte. As respostas, não obstante, apontaram em outra direção. Novamente se confirmando para um grupo porém e, se mostrando de natureza complexa e diversa para outro.

Em relação a divisão por sexo dos entrevistados, em 111 ocasiões foi a mulher que representou a família. Em 88 ocasiões, a família foi representada por um homem. Fato que, particularmente, nos alegrou já que, visitamos casas, não poucas, em que a mulher conduzia sozinha sua família. “O companheiro”, o “pai dos filhos”, ou o “filho dos idosos” daquela casa, não se fazia presente. Ou seja, o relacionamento acabou e coube a mulher assumir o sustento da casa, dos filhos e, em alguns casos, inclusive dos antigos sogros.

¹⁶⁹ As áreas densamente ocupadas dentro da cidade, sujeitas à inundação sazonais. Áreas que durante três ou quatro meses do ano alagavam em virtude do período de cheia do rio Xingu. Em que tinham, em virtude dos alagamentos, o deslocamento de parte significativa de seus moradores, para outros locais, provisoriamente montados pelo poder público municipal (e não menos precários em termos condições de habitação), tais como: ginásio e parque de exposição da cidade. É de suma importância destacar, entretanto, que todas essas áreas sujeitas à inundação estavam localizadas na área central da cidade ou próximas a área central.

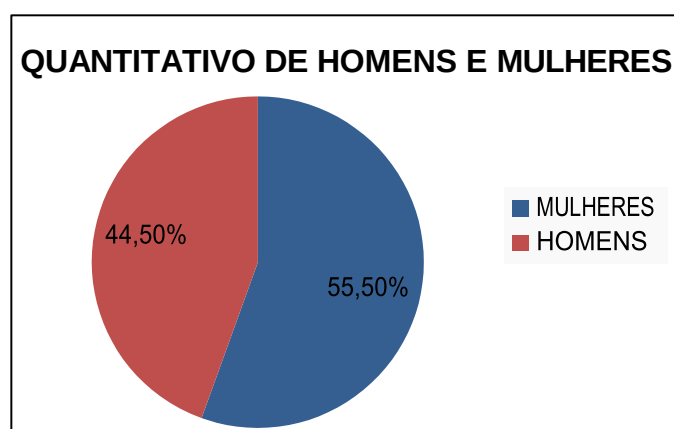
c) Gênero:

TABELA 06: O QUANTITATIVO DE HOMENS E MULHERES

MULHERES	111
HOMENS	89
TOTAL	200

Fonte: Pesquisa de campo.

GRÁFICO 01: percentual de homens e mulheres entrevistados



Fonte: Pesquisa de campo.

Objetivava-se, por meio da aplicação de questionários, reunir o maior número de informações possíveis em relação ao quê, essas pessoas, os removidos por espoliação, pensavam sobre o “grande projeto” UHE Belo Monte. Buscando, assim, entender diferentes aspectos da realidade estudada e, as distintas concepções dos sujeitos entrevistados. Por meio da leitura dos gráficos e tabelas abaixo, é possível desenvolver melhor compreensão sobre o que estamos a tratar ao longo do trabalho.

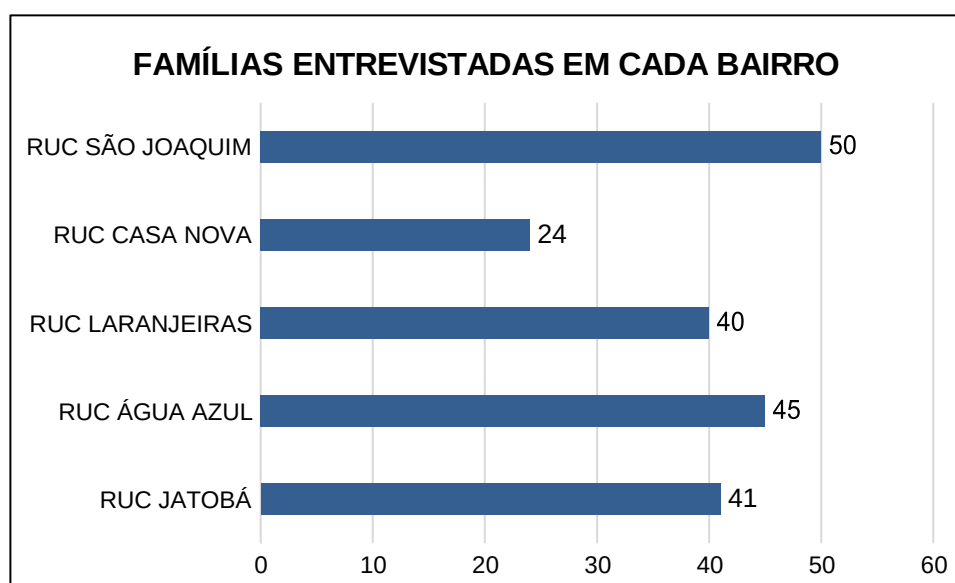
Ainda sobre a pesquisa realizada nos RUCs, estabelecemos como meta cobrir um número de mínimo de 50 casas em cada RUC, porém, por motivos diversos, não conseguimos cumprimos a meta estabelecida. Dentre os motivos destaca-se: o clima tenso, em alguns bairros, relacionado à violência urbana¹⁷⁰. Além da violência, houve

¹⁷⁰ Em especial, nos bairros Jatobá e Água Azul. Em um dos dias destinados a prática do trabalho de campo, houve o assassinato de um casal ligado, segundo informações repassadas pela polícia local, ao tráfico de drogas no bairro Jatobá. Em outro, uma integrante de nosso grupo de pesquisa foi assaltada. Esses eventos implicaram na diminuição do número de questionários previstos. Como o medo tomou conta da equipe da pesquisa, os questionários antes aplicados em dupla, o que representava quatro equipes de

casos de alegação de cansaço por parte das famílias como justificativa para não responderem a pesquisa (em especial nos RUCs Casa Nova e Laranjeiras)¹⁷¹; bem como de estarem ocupadas.

A pesquisa era feita nos fins de semana, como forma de encontrar, com maior facilidade, as pessoas em suas casas. Não obstante, para muitas delas, o fim de semana, em especial o domingo (já que no sábado, muitas delas ainda trabalham), constitui-se no único dia disponível para a realização de seus “afazeres domésticos” e outras atividades, tais como: lavar roupa, limpar a casa, construir um muro, fazer reparos na casa, preparar uma pequena horta no quintal, etc. Sendo assim, e a partir do que foi supramencionado, apresenta-se, na gráfico abaixo, o quantitativo de casas-famílias consultadas em cada bairro.

GRÁFICO 02: FAMÍLIAS ENTREVISTADAS EM CADA BAIRRO



Fonte: Pesquisa de campo.

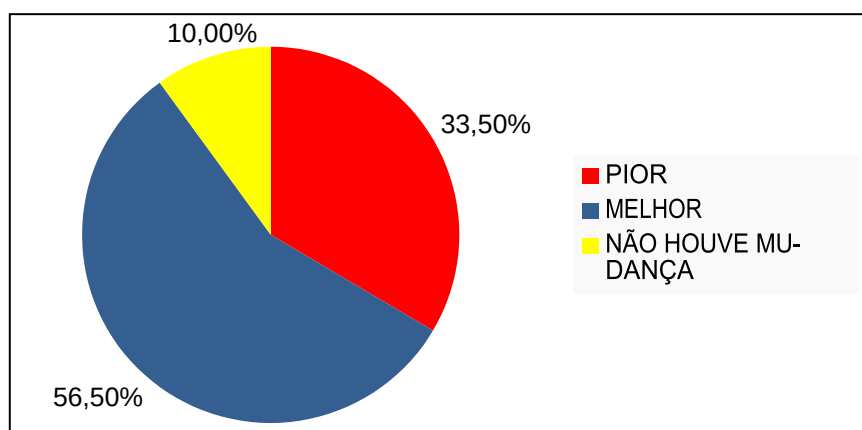
Contudo, a “sensação de insegurança” vivida pela equipe, no momento da realização do levantamento de dados e informações, foi o principal motivo para que nós não conseguíssemos atingir a meta de 50 questionários por RUC (só atingindo este objetivo no RUC São Joaquim).

duas pessoas, tiveram que ser aplicados por meio da formação de somente dois grupos, de quatro pessoas.

¹⁷¹ Alegação julgada por nós como perfeitamente compreensível tendo em vista serem os bairros, consideravelmente, distantes em relação à área central da cidade, em especial os: Casa Nova, São Joaquim e Laranjeiras.

Passemos agora a apresentação e análise, dos dados relacionados a opinião das pessoas, em relação às mudanças promovidas pela UHE Belo Monte. Foi solicitado a cada uma das famílias, para que estas classificassem suas vidas antes da implantação da UHE Belo Monte e, antes dos efeitos desestruturadores impulsionados por este “grande projeto”. Segundo 10% destas (para 20 famílias) não houve mudanças significativas. O percentual de 33,50% das famílias abordadas (67 famílias), afirmou que suas vidas, antes da implantação da UHE Belo Monte, era pior. Fatores como a falta e/ou a precariedade de infraestrutura urbana e os altos índices de violência urbana, nos antigos bairros ou locais de moradia, foram apontados como sendo os principais motivos para classificar a vida antes de Belo Monte como pior.

GRÁFICO 03: COMO CLASSIFICA A VIDA ANTES DE BELO MONTE



Fonte: Pesquisa de campo.

Mas, o percentual de 56,50% das famílias entrevistadas afirmaram que suas vidas eram melhores, antes da implantação da UHE Belo Monte. A rapidez do processo de implantação da usina, e de seus desdobramentos socioespaciais, promoveu grandes e distintos impactos à vida das pessoas, que antes viviam nas vicinais, nos beiradões e/ou nos baixões de Altamira. A morosidade na condução e entrega das condicionantes por parte do empreendedor; o maltrato nas questões ligadas às negociações entre empresa e os socioespacialmente atingidos, em relação à indenizações e/ou reparações; o aumento dos casos de violência urbana; a distância dos RUCs em relação ao centro da cidade; as dificuldades de dialogar junto a empresa e ao Estado (Governo Federal) quando do trato de algum direito, ou garantia constitucional, e; a saturação dos serviços, bem como, o

aumento do custo de vida das/nas cidades da região, foram os elementos mais apontados pelas famílias que disseram ter uma vida melhor antes de Belo Monte.

A tabela 07 apresenta um comparativo entre os argumentos dos que dizem que a vida era melhor antes de Belo Monte e, os do que afirmaram ter uma vida pior, antes de Belo Monte. Identificamos as falas dos sujeitos segundo a procedência destes.

TABELA 07: Como os moradores dos RUCs avaliavam sua situação ANTES de Belo Monte.

PROCEDÊNCIA	POR QUAIS MOTIVOS ERA MELHOR	PROCEDÊNCIA	POR QUAIS MOTIVOS ERA PIOR
Açaizal	“Sem comparação, vivo isolado, distante de tudo, apesar de não alagar, mas eu não gosto, minha vida está sem graça”	Açaizal	“Morava em área alagada todo ano alagava, eu e minha família passávamos dois meses fora de nossa casa por que esse período minha casa tava cheia de água”
Aparecida	“Mais próximo do centro, comércio, hospitais, questão financeira, gastava menos gasolina”	Invasão dos Padres	“Nossas condições de vida era horrível, muito lixo embaixo das casas”
Aparecida	“Antes era tudo mais fácil, tudo era perto, comércio, farmácia, amigos, tudo era melhor”	Aparecida	“Era só cabaré encostado, muita bandidagem”
Boa Esperança	“Tudo era melhor, comércio, amigos, vizinhos, energia mais barata”	Açaizal	“Não tinha casa própria, morava com meus avós, meu emprego antigo me pagavam pouco. Hoje tenho minha casa própria e meu emprego atual me paga bem”
Baixão do Tufi	“Porque gostava da minha casa e do meu bairro”	Açaizal	“Eu morava nos fundos da casa da minha sogra, estava desempregado, hoje sou comerciante”
Beira-rio	“Achava melhor porque eu morava na beira de rio e vivia da pesca”	Jardim Independente II	“Na minha casa antiga tinha muita lama, qualquer chuva alagava minha casa, não tinha para onde ir, tinha muita muriçoca”
Aparecida	“Porque morava no bairro há mais de 10 anos, tinha bom convívio com os vizinhos e não dependia 100% de transporte”	Jardim Independente II	“Por causa dos alagamentos na rua”
Aparecida	“A parte financeira era melhor, logística para o centro próxima, a criminalidade cresceu muito, melhor lazer, tinha melhor infraestrutura a cidade e os bairros eram próximos”	Boa esperança	“Onde morava era difícil, perigoso e alagava no inverno”
Igarapé Ambé	“As coisas eram perto de casa, o material da casa era melhor, correio era perto, banco perto, sem transporte regular de duas vezes ao dia”	Jardim Independente II	“Casa estava querendo cair”
Baixão do Tufi	“Não tinha muita coisa, mas tinha	Açaizal	“Eu morava no alagado”

	<i>tudo perto, fazia pescaria no rio, a alimentação era melhor, trazida da colônia</i>		
<i>Açaizal</i>	<i>“lá era no centro, aqui é muito longe, lá tinha mais emprego”</i>	<i>Açaizal</i>	<i>“Eu ficava em um pequeno quarto com meu marido. Hoje tenho uma casa”</i>
<i>Aparecida</i>	<i>“Na época nós tinha nossas terras, lavouras de cacau, vivia da roça, muita fartura, agora bagunçou muito”</i>	<i>Açaizal</i>	<i>“Porque lá todo ano alagava e uma vez perdemos tudo por causa disso”</i>

Fonte: Pesquisa de campo.

Os relatos demarcam que, tanto uma vida quanto a outra é/era prenhe de dificuldades. Expressa no alívio de quem não terá sua casa alagada no período da cheia do Xingu. Não terá que deixar a casa temporariamente, por dois, três meses até a água baixar. Não terá que conviver com o lixo embaixo da casa e com a ausência de saneamento básico. Não obstante, a mudança dos que viviam nos baixões, por exemplo, para nova moradia nos RUCs, está longe de proporcionar a estas famílias, o fim de suas reclamações sobre os elementos mais básicos à condição humana e para uma vida digna.

Estas não se viram livres da violência urbana, por exemplo, ao contrário, esta aumentou consideravelmente, a partir dos RUCs. Não estão livres de conviver com traficantes e, não estão livres, os socioespacialmente atingidos, das execuções comandadas seja por traficantes seja por milicianos. Sim, existe milícia para além do Rio de Janeiro, existe milícia em Altamira. E, existe o produto perverso das milícias, o extermínio de pessoas inocentes, trabalhadoras, jovens, negros(as) e pobres.

Os RUCs estão longe de possibilitar a liberdade a seus moradores. Hoje, trancados em suas casas, mais do que não época em viviam nos baixões. Falta água potável nos RUCs, abastecidos de forma deficiente seja pela empresa (a Norte Energia) seja pelo poder público municipal (a prefeitura de Altamira). Para alguns a estrutura da casa melhorou. Em especial, para os que habitavam as tradicionais palafitas, localizadas às margens e/ou sobre os igarapés Altamira, Ambé e Panelas. Para outros a estrutura é pior. Suas casas eram maiores e com material de melhor qualidade, eram feitas de tijolos e não, somente, de concreto. Tinham mais de cinco anos de garantia. Nelas era possível dormir em redes. Nas novas casas, essa prática, cotidiana e banal, não é possível. A espessura das paredes não possibilita colocar redes em casa.

Nas novas casas sair para comprar algo e fazer algo é atividade que precisa, agora, ser planejada. Não podendo mais ser feita no impulso. As distâncias em relação a comércios, lojas e serviços já não mais permite o impulso, o “vou ali e volto já”. As distâncias dos RUCs em relação a centro da cidade, hoje, consome muito tempo e dinheiro das pessoas. Transporte público não há. Ônibus que passa a cada quatro horas, custam 3 reais por pessoas ao dia, sem direito a meia passagem, seja para estudantes seja para idosos etc., não pode ser assim classificado.

E, o que dizer do aumento do custo de vida, em relação: a comida, ao transporte e a energia elétrica. Não é possível defender que a vida, quando da análise de aspectos mais globais, sofreu melhora. Os RUCs de Altamira reproduzem uma lógica comum a outros loteamentos pelo país afora. Estão distantes do centro urbano. A acessibilidade a estes é ruim. Sendo desassistido de uma condição que possa ser classificada como digna, aos que ali moram. São produtos perversos do “ajuste do capital” e de uma intencionalidade excludente do Estado. E aqui, estamos a falar de distância física. De limitações promovidas por mudanças provocadas no espaço absoluto. Mas, e a distância afetiva?

Como mensurar essa distância? A distância do rio, do sítio cuidado por trinta, quarenta anos. A distância do (local onde está enterrado um) parente morto. A distância do local que alimentava a memória da infância, da adolescência, de parentes e amigos, da antiga casa. A distância de um espaço-tempo que habita (somente) a memória dos sujeitos socioespacialmente atingidos. O espaço percebido é outro. O espaço concebido é alimentado pela tristeza. O espaço vivido é marcado pelo ato de resistir. Em especial, para os mais territorializados, sair de suas casas de forma compulsória, forçada, pela ação autoritária de um Estado que faz parte do “jogo de escalas” de um, igualmente, autoritário processo de expansão capitalista, é muito carregado de sofrimento. A tabela 08 abaixo traz o relato de alguns antigos moradores da zona rural de Altamira e região. Demonstrando como, para estes, as transformações impulsionadas pelo “grande projeto” Belo Monte causa “lamento e dor”. Demarcando uma profunda saudade do “tempo da terra livre”.

Magalhães (2007, p. 244), quando de sua tese de doutorado, analisou o significado da mudança de vida sofrida pelos camponeses que foram impactados pela UHE de Tucuruí. E, como este grande objeto, promoveu mudanças estruturais em suas vidas. A

autora relata que, durante o processo de entrevistas juntas aos sujeitos socioespacialmente atingidos,

[...] a retórica construída pelos camponeses sobre a construção da barragem está ancorada na construção de um passado evocado como *tempo da terra livre*, no descumprimento das promessas de bem-estar social e desenvolvimento feitas pela ELETRONORTE¹⁷² e na violação dos direitos – de acesso à terra. Reiterava estes fundamentos, tentando evidenciar o conteúdo de sofrimento social que parece ser intrínseco à desestruturação das relações e das condições sócio-espaciais provocada pela construção da barragem. Tal desestruturação, por sua, vez, exacerbada pelos procedimentos operacionais da empresa. (grifo do autor)

A desestruturação da realidade socioespacial anterior provoca, nos sujeitos socioespacialmente atingidos, um sentimento saudosista. Este sentimento é intrinsecamente espacial. E pode ser visualizado no relato desses sujeitos, dos refugidos por espoliação. É a saudade da casa e/ou do bairro; a saudade de um ambiente tranquilo; saudade de uma “situação geográfica” que unia uma condição de morar a uma condição de existência (SILVEIRA, 2006), expresso no conhecimento profundo do bairro e das pessoas, no relacionamento sólido junto aos vizinhos; saudade das facilidades em termos de acesso aos serviços urbanos; da proximidade dos clientes. A frase “*Era melhor em tudo*”, dita por um senhor de 49 anos, embora não aponte nada em específico, não destaque nada em particular, diz tudo sobre a condição de ser socioespacial deste(s) sujeito(s).

TABELA 08: A FALA DOS ENRAIZADOS (OS TERRITORIALMENTE IDENTIFICADOS): os antigos moradores da beira-rio/beiradões, dos travessões e vicinais

“Porque gostava da minha casa e do meu bairro”	N. T, 54 anos
“Era simples, mas muito boa, não tinha tanta violência”	F.N, 22 anos
“Achava melhor porque eu morava na beira de rio e vivia da pesca”	R.S.B, 28 anos
“Porque morava no bairro há mais de 10 anos e por lá criei laços que hoje não tenho mais, devido a toda essa distância”	J.A.M, 47 anos
“Porque morava no centro da cidade e tinha encanamento de água, telefone com facilidade de sinal ficava perto do hospital e pontos de compra”	I.L., 47 anos
“Porque morava perto do centro e onde moro agora é longe de tudo”	E.C.D, 30 anos
“As coisas eram perto de casa, o material da casa era melhor, correio era perto, banco perto, sem transporte regular de duas vezes ao dia”	J.C.F, 30 anos

172 Empresa (estatal) responsável pela condução do “grande projeto” UHE Tucuruí.

<i>"Eu trabalhava, tinha dinheiro para me manter, tinha serviço na olaria, não fui indenizado, perdi o chão com a obra de Belo Monte"</i>	G.S.M., 56 anos
<i>"Não tinha muita coisa, mas tinha tudo perto, fazia pescaria no rio, a alimentação era melhor, trazida da colônia"</i>	S.S.P., 46 anos
<i>"Era melhor em tudo"</i>	F.L.S., 49 anos
<i>"Menos desemprego"</i>	J.R.S., 47 anos
<i>"Na época nós tinha nossas terras, lavouras de cacau, vivia da roça, muita fartura, agora bagunçou muito"</i>	E.S.C., 40 anos
<i>"Tinha mais lugar para mim passear, tinha mais emprego, muito longe, não ficava desempregado"</i>	M.V.S., 30 anos
<i>"Minha casa é melhor, as pessoas ganharam melhores casas, mais é apenas as casas as outras coisas pioraram muito"</i>	R.C.S., 32 anos
<i>"Morava perto do rio, lá era bom pra pesca e tinha muito peixe lá"</i>	J.A.S., 27 anos
<i>"As coisas era mais fácil, o bairro é muito sem movimento e não consigo vender no meu mercado"</i>	C.P.S., 30 anos

Fonte: Pesquisa de campo.

Os RUCs são o resultado de uma lógica dos "grandes projetos", de uma lógica de pensar medidas mitigadoras, de pensar compensações aos socioespacialmente atingidos. Lógica esta, que é a mesma dos anos 60, 70 e 80 do século XX. Pautada no estabelecimento de enclaves, voltadas ao atendimento de uma demanda externa, na dependência do investimento público, em que não há espaço, para uma proposta alternativa de desenvolvimento. A tendência deste perfil atual (de concentração e apropriação da riqueza e, de desigualdade e de renda) é aprofundar os problemas na esfera ambiental, social e econômica. Garantindo assim, a reprodução do modo de produção capitalista, a partir de sua natureza desigual e excludente.

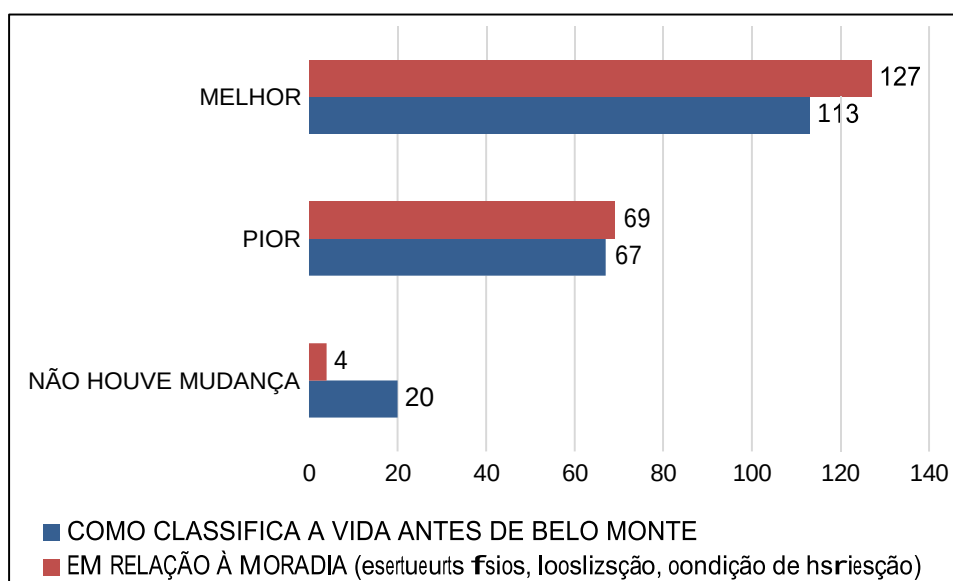
Em outras palavras, para mudar esta lógica das/nas coisas é preciso o envolvimento da sociedade, de maneira ampla e efetiva, nas tomadas de decisão, quando da proposição de medidas mitigadoras, compensadoras etc e tal, relacionadas aos impactos de "grande projetos" desenvolvimentistas. O que somente pode ser feito, de forma a não repetir os erros do passado, por meio da adoção de duas medidas importantes: garantia de canais de participação popular, para os socioespacialmente atingidos, dando a estes, voz e vez; e, repensando toda a forma de conduzir e gerenciar um "grande projeto".

Para isto será preciso, em alguns casos, começar do zero literalmente. Este repensar, não deve ser feito a partir de gabinetes com portas fechadas, mas sim, a partir

de um amplo e permanente fórum de discussão que, contemple a participação de diferentes sujeitos e instituições, e envolva um pensar/agir a partir de distintas escalas de atuação.

Pedimos aos sujeitos socioespacialmente atingidos por Belo Monte para classificarem sua condição de moradia antes e depois da obra. Para 127 das famílias entrevistadas, a condição de moradia era melhor antes de Belo Monte. Já para 69 famílias, a condição de moradia era pior antes da UHE. O gráfico abaixo traz esses números e os relaciona a pergunta anterior. O resultado é que, para a maioria das famílias entrevistadas, tanto “a condição de moradia” quanto “a vida” pós Belo Monte piorou, quando comparada a vida anterior a implantação do “grande projeto”.

GRÁFICO 04: EM RELAÇÃO À MORADIA (estrutura física, localização, condição de habitação). Comparando os dois momentos, antes e depois de Belo Monte.



Fonte: Pesquisa de campo.

Um ponto curioso sobre esta pergunta, acerca da condição de moradia, foi que a variável “localização” foi destacada de maneira bem diferente, por parte dos sujeitos socioespaciais da pesquisa. Em relação ao antigo local de moradia das famílias deslocadas à localização ora aparecia como sendo um elemento positivo, donde o destaque a proximidade de serviços, comércios, locais de venda etc. Ora aparecia como negativo, sendo relacionada a condições precárias de habitação, a incidência de muitos

insetos, ao fato de ser área sujeita a territorialidade do tráfico de drogas e alagamentos sazonais.

Ou seja, as respostas sobre a variável “localização”, ao mesmo tempo em que recebiam/continham uma leitura objetiva sobre a realidade pretérita deste sujeitos, eram permeadas por julgamentos subjetivos, por parte dos mesmos sujeitos. Que, sem negar a existência de pontos negativos, em seus antigos locais de moradia, acabavam, após “colocar na balança” a localização, por concluir que, apesar de algumas situações classificadas como não ideais, a condição de moradia anterior, de maneira geral, era melhor.

Quando as famílias foram perguntadas sobre seus gastos com alimentação, transporte e serviços, as respostas foram as seguintes. Houve um nítido aumento do custo de vida pós Belo Monte. O número de 173 famílias (86,50%) afirmou que, seus gastos com: alimentação, transportes e serviços aumentou após a barragem. O número de 22 famílias (11%) disse que os seus gastos não sofreram mudanças/alterações significativas. E o quantitativo de 05 famílias (2,5%), não soube responder.

TABELA 09: GASTOS COM ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E SERVIÇOS¹⁷³

MESMA COISA	22
AUMENTOU DEPOIS DE BELO MONTE	173
NÃO SOUBE RESPONDER	05
TOTAL	200

Fonte: Pesquisa de campo.

Quando perguntamos as famílias se estas consideravam justas a indenizações recebidas, as respostas foram as seguintes. Para 107 delas (53,50%) a indenização foi justa. Consideraram a indenização injusta, o número de 87 famílias, 43,50% das casas entrevistadas. O quantitativo de 6 famílias (3%) não soube responder a pergunta. Temos várias interpretações podem ser usadas para ler a tabela 10. Para a maioria das famílias a indenização foi considerada justa pois, quando do cálculo do valor, no momento da

¹⁷³ Energia, água, atendimento médico e ambulatorial.

entrevista, estas apontavam somente o valor material de suas moradias. Ou seja, o valor do imóvel em si. Se fosse considerado pela empresa o local de moradia destas famílias, o valor a ser indenizado seria, substancialmente maior. Como se tratam de pessoas humildes, analfabetas ou semianalfabetas, este fator, a localização do imóvel, acabou por não ser considerado pelo empreendedor. Ou seja, este, o empreendedor, aproveitou-se do nível de instrução baixo dos socioespacialmente atingidos, para conferir valores indenizatórios baixos as famílias.

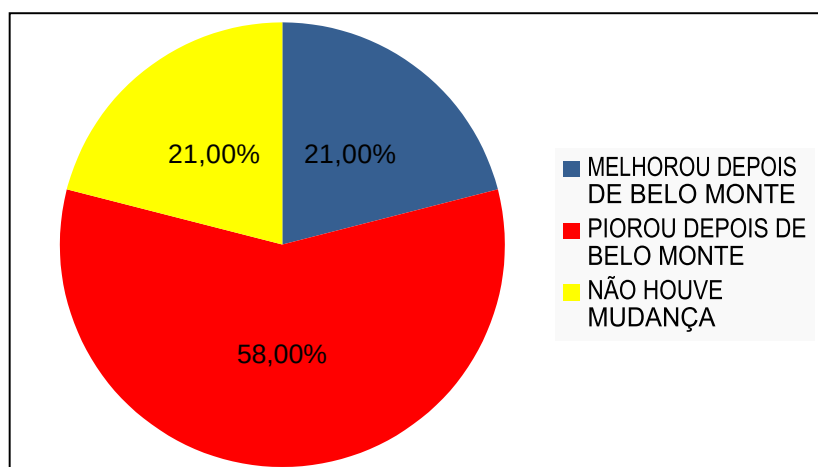
TABELA 10: EM RELAÇÃO À INDENIZAÇÃO RECEBIDA

CONSIDEROU JUSTA	107
CONSIDEROU INJUSTA	87
NÃO SOUBE RESPONDER	06
TOTAL	200

Fonte: Pesquisa de campo.

As famílias que consideraram as indenizações injustas disseram, no momento da entrevista, que a empresa somente indenizou sua moradia e não sua casa. A casa para quem vive nas margens do rio e das vicinais e rodovias é mais do que a moradia, área construída. É o dentro e o fora da moradia. É toda a porção de terra que foi limpa, trabalhada de sol a sol, que tem plantação e criação de animais. A casa destes podia ser deixada só que ninguém “mexia”, seja pela tranquilidade do local seja pela ajuda de parentes e amigos que moravam próximos. A casa para estes sujeitos não mede 10x30. Não pode ser mensurada tendo em vista, não ser constituída de objetividade apenas. Suas casas, para além de palha, barro, madeira e tijolos, são constituídas de sentimento e história.

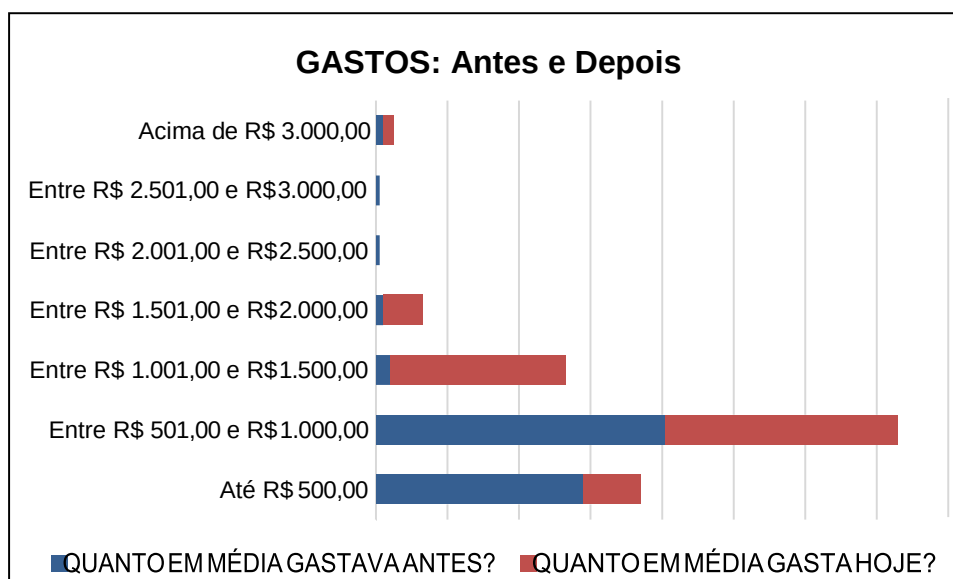
Foi perguntado as famílias ainda, sobre sua situação financeira após a implantação da UHE Belo Monte. E, 21% (42 famílias) disseram, no momento da entrevista, que sua situação financeira melhorou após a construção da usina. Outros 21% (42 famílias) afirmaram não ter ocorrido grandes mudanças em relação a sua situação financeira. Já para 58% (116 famílias) houve piora em relação a situação financeira.

Gráfico 05: EM RELAÇÃO À SITUAÇÃO FINANCEIRA DEPOIS DE BELO MONTE

Fonee: Pesquis de osmpoc

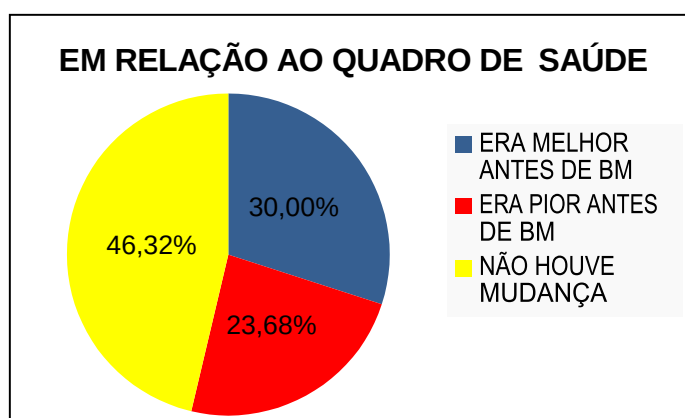
O aumento de gastos foi comandado pela energia elétrica, pelo transporte (seja este pessoal ou público/coletivo), e com alimentação. O gráfico abaixo traz um comparativo entre os gastos declarados pelas famílias durante a entrevistas, em um cenário antes e depois da implantação da UHE Belo Monte.

É importante dizer também que, para parcela significativa das pessoas, que foram deslocadas de seus antigos lugares para os RUCs, houve mudanças estruturais em seus modos de vida. Antes essas pessoas pescavam, plantavam, caçavam, colhiam e comercializam seus produtos nas feiras e/ou diretamente junto a mercados e restaurantes da cidade de Altamira. O processo de deslocamento compulsório promovido pela implantação da UHE Belo Monte tirou e/ou impossibilitou à parcela significativa das famílias, continuarem seus antigos modos de vida e, por conseguinte, continuarem a ter condições financeiras para cobrir os custos com transportes, energia, alimentação etc e tal.

GRÁFICO 06: GASTOS DAS FAMÍLIAS ANTES E DEPOIS DE BELO MONTE.

Fonte: Pesquisa de campo.

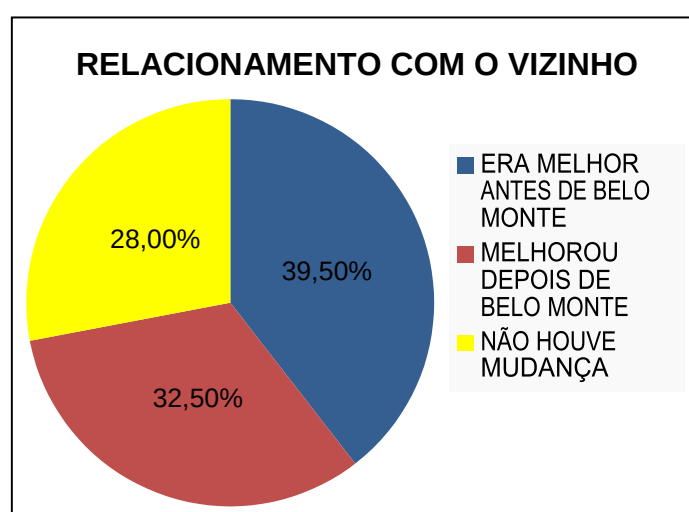
Às famílias solicitou-se, também, que comentassem sobre aspectos relacionados a saúde do núcleo familiar. Para 46,32% (88) não houve grandes mudanças em relação a ocorrência de doenças e, conseqüentemente, não houve aumento de gasto com remédios. Para 23,68% das famílias entrevistadas (45), a situação antes de Belo Monte era pior em relação a saúde. E para 30% das famílias (57), afirmaram que seu quadro de saúde era melhor antes da construção da usina.

GRÁFICO 07: EM RELAÇÃO AO QUADRO DE SAÚDE DA FAMÍLIA.

Fonte: Pesquisa de campo.

Foi solicitado as famílias, durante o momento da entrevista, que comentassem sua relação com os vizinhos. Sempre a partir de uma dinâmica comparativa. Ou seja, queríamos saber se, em relação aos laços de vizinhança, a situação tinha melhorado ou piorado, tendo Belo Monte como uma referência temporal de análise. Para 28% (56 famílias) das famílias não houve grandes mudanças. Para 32,50% (65 famílias) o relacionamento com os vizinhos melhorou, após a implantação da UHE. E 39,50% (79 famílias) afirmaram que, o relacionamento com a vizinhança era melhor, antes da construção da usina.

GRÁFICO 08: COMO CLASSIFICA O RELACIONAMENTO COM OS VIZINHOS?



Fonte: Pesquisa de campo.

Quando perguntamos as famílias se gostariam de ter sua vida antiga de volta, ou seja, a vida que tinham antes de Belo Monte de volta, as respostas foram as seguintes: para 06 famílias era indiferente. Das 200 entrevistadas, 77 famílias disseram não querer sua antiga vida de volta. E, 117 famílias afirmaram querer sua antiga vida de volta. As que responderam não, argumentaram, durante a entrevista, que a casa e o local onde mora atualmente é melhor. Por isso, disseram não querer suas antigas vidas de volta. Algumas destas famílias antes dividiam casa. E, após a usina, receberam uma casa para sua própria família. E, todos os que responderam pelo não, eram moradores dos baixões. Os moradores das margens dos rios, dos beiradões e, das margens das estradas e vicinais, todos responderam que queriam ter a antiga vida de volta.

Já a fala/depoimento dos socioespacialmente atingidos, que responderam pelo sim, foi carregada de subjetividades. A leitura que fazemos deste processo é que, para

empreendedor de Belo Monte, o espaço geográfico representa um espaço que é homogêneo, composto por uma sociedade abstrata, é contínuo/isotrópico, é o espaço físico, dito natural. O empreendedor não entende o espaço como os socioespacialmente atingidos, para quem o espaço é habitado, percorrido (tem história), é humanizado (SILVEIRA, 2006).

O empreendedor concebe os RUCs como “lugares” e não como “lugar”. “A distinção entre lugar e lugares é fundamental” (RELPH, 2014, p. 22). Quando falamos em “lugares”, estamos a falar sobre os diferentes lugares do mundo, a partir de um olhar que os descreve e compara em relação a outros lugares. Quando falamos de “lugar” estamos a falar, estamos a conceber a maneira pela qual os seres humanos se relacionam com o que classificam como o seu lugar. Este agente, o empreendedor, é despossuído desta relação ou, deste nível de relação que se estabelece, por exemplo, entre os sujeitos que antes eram territorializados. Não estamos com isso cobrando que o mesmo, o empreendedor, possa “sentir” o lugar tal qual os sujeitos socioespacialmente atingidos, isso é impossível. Mas, é perfeitamente possível, respeitar o significado de lugar destes sujeitos. Já que a empresa reuniu informações um cabedal de informações sobre essa população que seria objeto de deslocamento compulsório, por parte do empreendedor.

Faltou a empresa usar os conhecimentos que ela própria levantou, faltou a empresa perspicácia na condução do processo de remanejamento das famílias, faltou-lhe sensibilidade, humanidade. O espaço, o antigo lugar e território, destes sujeitos, não é apenas um cenário onde a vida se desenvolve. O lugar e o território do sujeito que estar no mundo e é do mundo, define a condição existencial deste. Ou seja, quando este ser afirma que deseja a antiga vida de volta ele, consciente ou não, está desejando também a sua condição existencial de volta. Ele quer se enxergar no mundo novamente, como parte deste. Seja como ribeirinho, como lavrador, como indígena e/ou morador do baixão. Ele deseja que o vejam, que o tratem para além de um número. Ele não é a “compensação de número tal”, que consta em uma planilha de uma empresa terceirizada que presta serviço a outra empresa. Ele/ela são sujeitos do mundo e como tal, querem continuar. Mas para isso é preciso devolver a estes sujeitos sua arma para enfrentar o mundo. Em outras palavras, é preciso devolver a este a identidade.

TABELA 11: VOCÊ GOSTARIA DE TER SUA VIDA ANTIGA DE VOLTA?

SIM	117
NÃO	77
NÃO HOUVE MUDANÇA	06
TOTAL	200

Fonte: Pesquisa de campo.

Às famílias remanejadas para os RUCs foi feita a seguinte pergunta: você venderia sua casa para morar em outro local? Como respostas obtivemos o seguinte: 72, das 200 famílias entrevistadas, disseram que não venderiam suas casas. Já 120 famílias, disseram que venderiam suas casas. É importante mencionar o fato de que, uma família entrevistada disse morar de aluguel. E outras 07 famílias disseram não saber responder. Quando da aplicação dos questionários junto às famílias, percebemos muitas casas com placa de venda, aluguel ou troca. Em especial no RUCs mais distantes em relação ao centro da cidade d Altamira. O principal motivo para pôr o imóvel a venda era o alto custo de vida nos RUCs e as dificuldades de ganhar dinheiro nestes locais.

TABELA 12: EM RELAÇÃO À VENDA DA CASA PARA MORAR EM OUTRO LOCAL

VENDERIA	120
NÃO VENDERIA	72
NÃO SOUBE RESPONDER	07
MORA DE ALUGUEL	01
TOTAL	200

Fonte: Pesquisa de campo.

Perguntamos, por fim, para as famílias, se estas eram mais felizes antes ou depois de Belo Monte. As respostas foram as seguintes: para 80 famílias não houve mudança em relação a este aspecto. Já 39 famílias declararam ser mais felizes, depois da implantação da UHE Belo Monte. E, 77 famílias declararam ser mais felizes, antes da implantação do “grande projeto”.

TABELA 13: ERA MAIS FELIZ ANTES OU DEPOIS DE BELO MONTE?

ANTES	77
DEPOIS	39
NÃO HOUVE MUDANÇA	80
NÃO SOUBE RESPONDER	04
TOTAL	200

Fonte: Pesquisa d campo.

As respostas acima podem, do ponto de vista da forma, serem classificadas como simples, já que, objetivamente o foram respondidas. Mas, a verdade é que, as respostas das famílias carregam muitas complexidades em suas respostas. Não há nada de objetivo, em suas respostas. Há sim, um conjunto de lembranças de situações vividas, avaliadas como sendo produto de experiências boas ou ruins, julgadas justas e injustas. Isso nos lembra Silveira para quem:

Os traços fundamentais de uma situação nunca são estáticos nem inexoráveis. A vida que se desenvolve numa situação nunca foi o produto de uma escolha única, de uma situação imutável, inexorável, sempre houve um conjunto de possibilidades. Todavia, segundo a situação da qual partimos, conforme nossa posição na sociedade, o grau de constrangimento não é o mesmo. Existem mais caminhos possíveis dos que, de fato, foram concretizados ou geografizados. Mesmo quando nos referimos ao que está aí, ao prático-inerte, sabemos que também foi produto de uma escolha entre possibilidades (SILVEIRA, 2006, p. 87).

Assim, buscamos interpretar as respostas e fazer a leitura/interpretação dos comentários das 200 famílias que, por nós, foram visitadas e entrevistadas. Já que e, a partir de nossa concepção de geografia, que expressa a forma como fazemos geografia, é a “totalidade da existência” que interessa.

Daí termos procurado, ao longo de todo este trabalho, concentrar nossa análise em três pontos, trazidos a nós por Lefebvre, quando de nossas análises sobre o espaço, a partir do que foi destacado por (SCHIMID, 2012), quando da interpretação por este, do que chamou de “característica tridimensional da teoria da produção do espaço Lefebvrina”: a prática espacial; a representação do espaço e; os espaços de representação.

A Prática espacial designa a dimensão material da(s) atividade(s) e das interação(ões) sociais. Em termos concretos, é possível pensar o funcionamento das redes de interação e comunicação sociais, que erguem-se na vida cotidiana dos mais diferentes sujeitos socioespaciais, nas mais distintas situações relacionadas ao cotidiano destes. A representação do espaço forma a imagem e define o espaço. São análogas à dimensão paradigmática da linguagem, podendo emergir ao nível do discurso, da fala e concomitantemente, podem encerrar formas verbalizadas, tais como: descrições, definições e, especialmente, teorias científicas do/sobre espaço (SCHIMID, 2012).

Os espaços de representação são, a terceira dimensão da produção do espaço que é definida por Lefebvre como a inversão (terminológica) da “representação do espaço”. Trata-se da dimensão simbólica do espaço. De acordo com isso, espaços de representação não se referem aos espaços propriamente, mas a algo mais: um poder divino, o logos, o Estado, o princípio masculino e feminino e outros. Esta dimensão da produção do espaço refere-se ao processo de significação que se conecta a um símbolo (material) (SCHIMID, 2012, p. 99).

Procuramos apresentar os diferentes agentes envolvidos na implantação da UHE Belo Monte, bem como, a forma como estes concebem e usam o espaço. Além de falar, descrever e analisar o papel de distintos sujeitos socioespacialmente atingidos seja pela intencionalidade perversa dos “grandes projetos” seja pela ação subalternizadora dos agentes que propõe suas racionalidades. Valorizando com a mesma intensidade, suas práticas espaciais, suas representações do espaço e seus espaços de representação.

Pensamos valorizar assim a importância da escala como categoria de análise e perspectiva metodológica central à Geografia. A partir da leitura do território, das escalas e do desenvolvimento como construtos sociais conflituosos e produções humanas coletivas, dinâmicas, multidimensionais, falamos aqui sobre os efeitos, os impactos desestruturadores da UHE Belo Monte, a vida das pessoas de Altamira e região.

Demonstrando como, distintos agentes e sujeitos, de trajetórias históricas em disputa, em movimento processual aberto, produzem o espaço nesta porção do território amazônico, a partir da dinâmica de um grande objeto técnico. Segundo Brandão (2009) estamos, no momento atual, diante de um campo complexo de determinações, donde a existência de paradoxos, tendências e contra tendências. Diante de um jogo de negações e reafirmações de distintas racionalidades (sendo uma mais e outras menos técnicas).

Jogo este que envolve a enorme contradição dialética entre fixos e fluxos do movimento (concreto) do capital e o uso que este faz do território, em suas várias e distintas escalas espaciais.

O capital continua a buscar o comando de todos os processos e a transformar tudo em seu mero predicado, incluindo o território. Procurando manter assim as velhas lógicas hegemônicas de sempre. Que, em síntese, pode ser resumida da seguinte forma de “pensar”: “tudo pode ser compensado”. Nos termos de Brandão (2009) o capital procura consolidar a atopia/distopia, a acronia e a espacialidade. Contudo, tal desígnio não se dá sem tensões, ações recalcitrantes e contra-movimentos. Sob a ação, reação, resistência, re-existência insurge uma outra lógica. Que não é nova temporalmente posto que, já existe há muito. Sua novidade, sua “boa nova”, prenhe de esperança, é a marca das lutas sociais do presente. As centralidades insurgentes, protagonizadas por sujeitos subalternizados, capazes de erguer projetos utópicos, reforçar historicidades e lutar pela construção coletiva de direitos aos territórios, são a expressão de um espaço que se mantém vivo e se faz político por essência (BRANDÃO, 2009).

É este novo espaço, este novo lugar mundo, construído sob o comando dos movimentos sociais da região da Transamazônica e Xingu, a partir dos de baixo, a partir da “força do tempo lento”, que nos espera mais a frente. Seja depois dobrar a esquina de uma grande cidade, manifesto na força das ocupações urbanas. Seja o que vem em forma de alimento orgânico nos desintoxicar, expressão da força dos assentamentos rurais. Seja o que vem pintado de índio, de ribeirinho, de periferia, de povo. Em Altamira ou Hollywood, no Pará ou no Brasil, na síria ou Amazônia. Chegou o momento, do “tempo lento” governar o mundo. Façamos isso ou seremos construtos malfeitos, deformados, cadavéricos de um “ajuste espacial” qualquer.

Buscamos, ao longo deste trabalho, tratar sobre os impactos de natureza socioespacial, a escala da vida de distintos sujeitos sociais que fazem as porções centro oriental da Amazônia brasileira. A partir da análise e consideração do espaço, da técnica e (do papel) da escala geográfica. Concebemos o espaço geográfico como sendo “a totalidade verdadeira, porque dinâmica, resultado da geografização da sociedade sobre a configuração territorial” (SANTOS, 2008, p. 85). Conforme este autor ainda, referência na ciência geográfica no debate sobre espaço e técnica, cabe a um “sistema de engenharia”, atribuir densidade a um dado contexto socioespacial.

Densidade esta que deve estar ou ser incorporada a seu “sistema de trocas” e “normas”, a seu “sistema de relações”. Uma hidrelétrica, tal qual a UHE Belo Monte, é um exemplo típico de um “sistema de engenharia” que foi concebido, em diferentes lugares do mundo, para atender a lógica sempre expansiva do capital. Quem “venceu ao avesso” a “guerra dos lugares” e tornou-se assim, a região mais estratégica do globo, no que concerne a produção de energia, para atender aos interesses das indústrias eletrointensivas de atuação nacional e internacional, foi a (complexa) Amazônia.

As hidrelétricas existentes e planejadas afetam as partes da Amazônia que concentram as maiores populações de povos indígenas. Os povos indígenas e a população ribeirinha vivem, em geral, ao longo dos rios e sendo totalmente dependentes de peixes e outros recursos dos rios para sua subsistência. Projetos como a UHE Belo Monte promovem a expulsão destas populações de seus territórios.

O impacto social da expulsão de pessoas que vivem, por gerações, em um determinado lugar é extremamente agressivo a estas sociedades. E implica para elas ter de desenvolver outras habilidades. A pesca, a caça, a coleta e a prática de cultivo e da criação de animais deixam de ser a forma habitual para muitas famílias em seu contato com o mundo. E, se já bastassem os casos classicamente tratados na literatura acadêmica sobre o processo de deslocamento compulsório, promovidos por hidrelétricas, nos últimos anos a metilação de mercúrio passa a representar a mais nova preocupação, quando da construção de hidrelétricas na Amazônia. A metilação que está ocorrendo em reservatórios, como indicado por altos níveis de mercúrio em peixes e em cabelos humanos em Tucuruí e as concentrações de Hg em cabelo humano na cidade, já são

mais que o dobro daquelas consideradas suficientes para causar dano fetal, e/ou retardamento psicomotor em humanos (FEARNSIDE, 2015).

As hidrelétricas costumam, após serem implantadas em um dado território, intensificar ou promover, em regiões tropicais, o desmatamento. Prática que ocorre devido, a construção de estradas dar acesso a cada sítio de construção da barragem. Um número considerável de pessoas tem que ser deslocada em áreas de hidrelétrica, o que intensifica o surgimento de novos assentamentos ou a abertura de novos locais para o desenvolvimento das atividades humanas. Em suma, hidrelétricas, em especial na amazônica, causam perda de vegetação não só pela inundação direta, sofrido graças ao enchimento da área de reservatório de uma usina, mas também, por causa do desmatamento estimulado pela atração e o deslocamento da população e da abertura de estradas até os canteiros de obras das barragens. Segundo pesquisas conduzidas na região,

As barragens também permitem a abertura de hidrovias que permitem tráfego de barcas em rios que eram anteriormente não navegáveis. A expansão da soja está intimamente relacionada com o custo de transporte, levando ao desmatamento pela conversão direta de floresta em soja e pela conversão de pastagens em soja, deslocando assim, as áreas de produção animal para a floresta em outras partes da Amazônia (FEARNSIDE, 2015, p. 20).

Em síntese, “altera-se a relação capital-trabalho, isto é, a equação dos empregos, e muda a estrutura profissional, levando ao aumento de número dos técnicos, administradores e outros trabalhadores terciários” (SANTOS, 2008, p. 90), em geral de fora da região. O território se torna estranho a seus antigos moradores. O território deixa de ser “abrigo” e, converter-se em (mais) um “recurso”.

Ou seja, durante todo o momento deste trabalho, em que foi abordada a relação grandes projetos e impactos socioespaciais, era de espaço e técnica que estávamos a falar e tratar. Sem deixar de considerar, o papel fundamental de outro elemento de nossa tríade proposta no início deste trabalho, a escala geográfica (trabalhada não, necessariamente, enquanto um dado espacial, mas, sobretudo, enquanto um dado temporal). A escala corresponde a um determinado nível de intencionalidade das ações de agentes e/ou sujeitos socioespaciais diversos.

Pois entendemos, em conformidade com Santos (2008), ser a noção de escala essencial para se entender a dessemelhança e o encontro de distintas intencionalidades,

em distintos níveis. Intencionalidades reveladas por meio de decisões que se expressam na ordem econômica, cultural, política e moral, bem como, na ordem territorial. O que implica na obrigatoriedade de tratar, diferentemente, os espaços, tendo em vista estes serem portadores de singularidades e particularidades específicas e, diretamente, relacionadas à formação socioespacial que integrar/representar.

Quando vemos que um espaço como a Amazônia está sendo tratado como um espaço qualquer, percebemos como as classes dominantes concebem o espaço. Para estas, o espaço, é um instrumento, utilizado para vários fins tendo, no entanto, um único propósito: conservar as relações de produção capitalistas (LEFEBVRE, 2016). O que fazer diante de um cenário nada promissor. Pensar a construção proposição de um a “nova geografia política”. Em que, o estado-nação deixe de ser o protagonista do/no debate sobre a direitos sociais e a cidadania. Passando a ocupar este espaço os diferentes movimentos comandados pelos subalternizados em diferentes lugares do/no mundo.

Nos acostumamos a mapear e interpretar nosso mundo político com base na teoria da soberania dos estados nacionais, que apregoa ser a comunidade política do estado a única capaz de exercer autoridade sobre uma determinada jurisdição territorial e comunitária, sendo esta ainda a grande responsável por propor políticas de desenvolvimento. Não obstante, algumas políticas de desenvolvimento promovem o contra-desenvolvimento. Das quais, os “grandes projetos” são exemplos. Há uma proposição alternativa, ou uma série delas, que surge a partir e pelos de “de baixo”, que questiona o protagonismo da nação estado enquanto agente propulsor de políticas de desenvolvimento. A partir desta observação pensamos estar em curso a construção de uma nova espacialidade política, concebida a partir de processos dados localmente e globalmente.

Há muito que, “os processos de globalização” promovem de forma mais ou menos intensa e, mais ou menos desigual, a interconexão entre distintos países e lugares no mundo. Estes “processos” refletem uma multiplicidade de ligações e interconexões nas quais eventos, decisões e atividades em uma parte do globo podem acarretar importantes consequências em lugares bastante distantes dessas ações. A proposição, em grande escala, da construção de centenas de hidrelétricas para Amazônia, é um reflexo destes “processos de globalização”. Sendo assim,

[...] a globalização está desafiando tanto a soberania da nação-estado como a habilidade da nação-estado de tomar decisões autonomamente tanto em relação ao seu lugar dentro da economia mundial como sobre o cotidiano social, político e cultural da vida das localidades (SMITH, 1996, p. 68).

Não obstante e buscando responder a este processo formas localizadas de ação política coletiva passam a conflitar com a nação-estado. Estas ações políticas insurgentes estão estreitamente ligadas ao impacto dos processos de globalização e a maneira pela qual os diferentes lugares estão, cada vez mais, sujeitos a uma inexorável e desigual lógica globalizadora (SMITH, 1996). Na verdade, expressam as diferentes maneiras de resistir à força dinâmica que se impõe aos territórios pela globalização.

Esta força contra-hegemônica questionam a ideia-força que defende ser a soberania estatal a única capaz de se expressar sobre o significado da cidadania e dos direitos, das obrigações e sobre as identidades territoriais. A cidadania e as questões que esta força contra-hegemônica traz, por meio da atuação dos chamados movimentos sociais, “parecem cada vez menos apropriada e capaz de refletir o princípio da soberania como simplesmente inerente e especialmente ligado à nação-estado (SMITH, p. 68-69). Estes movimentos, distintos em seus objetivos e estratégias, comungam do mesmo propósito, qual seja, o desejo de estabelecer novos espaços políticos, a partir das transformações socioespaciais promovidos pela dinâmica estruturadora, reestruturadora da globalização.

A globalização representa um conjunto de estratégias adotadas pelo capital para sustentar um sistema mundial interdependente e interestatal em que, os processos econômicos e sociais em uma parte do mundo são, sistematicamente, relacionados a processos em outros lugares. E onde, os estados nacionais, cumprem um papel essencial dentro da economia capitalista, que é o de assegurar a sobrevivência dos mecanismos de produção da riqueza e manutenção de privilégios às grandes empresas e aos estados nacionais mais fortes. Ou seja, “o papel fundamental do estado, enquanto instituição na economia capitalista mundial, é de aumentar as vantagens de uns contra outros no mercado... isto é, de reduzir a liberdade do mercado” (WALLERSTEIN, 1979, p. 291 apud SMITH, 1996, p. 70). Não obstante, e é importante destacar que,

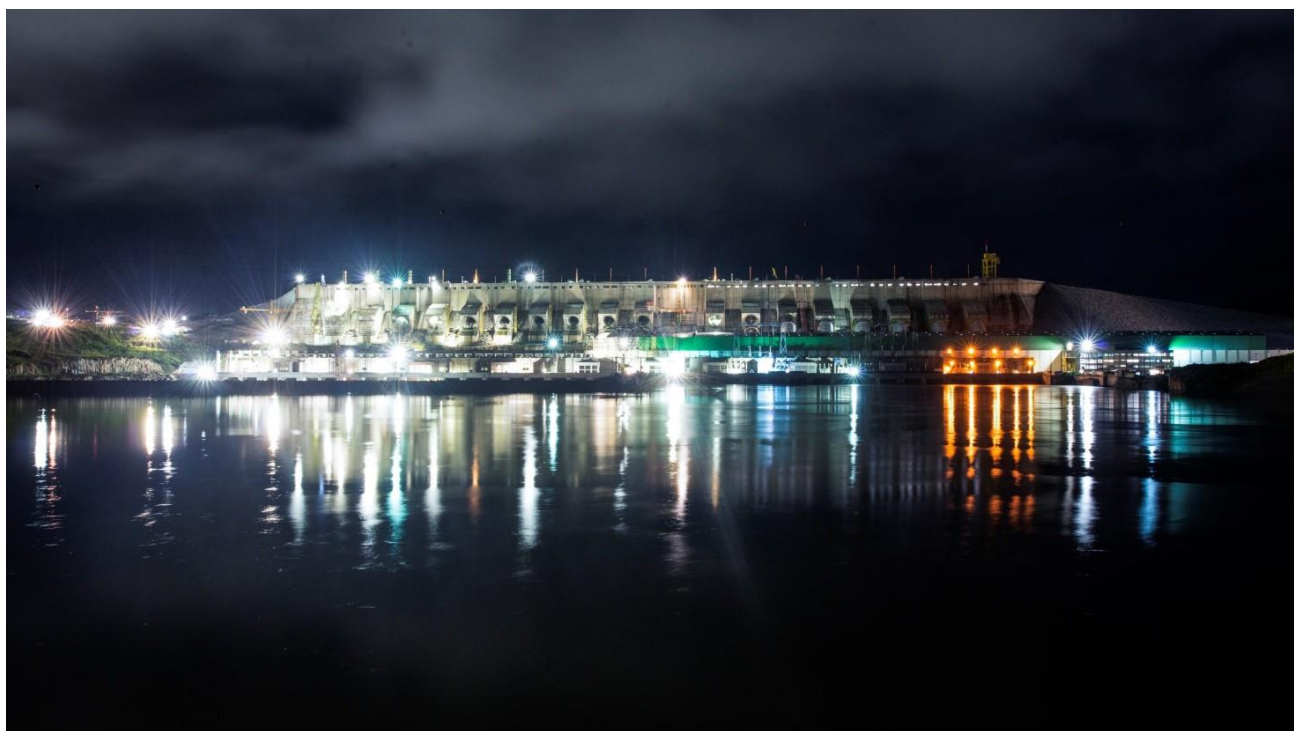
[...] o sistema interestatal e a competição global entre estados só pode ser compreendida dentro do contexto estrutural de relações de mercado em que estados, com diferentes graus de sucesso, competem dentro de uma economia mundial global para assegurar a acumulação de capital (p. 70).

Além disso, é importante destacar também, o papel desempenhado pelas corporações e instituições transnacionais na globalização da produção e das finanças no mundo. Em um mundo em que as empresas multinacionais tornam-se os agentes mais poderosos, e centrais, dentro do jogo de escalas do mercado global, o estado nacional tornou-se vulnerável aos interesses das corporações. Já que estas, também passam a ser agentes do imperialismo. Expandindo seus domínios sobre sociedades e territórios. Difundindo assim, uma nova cultura global. Sobre esta Smith (1996, p. 75) teceu o seguinte comentário,

[...] há um aspecto adicional da globalização inserido na noção de “uma cultura global”. Os imperialismos culturais tornaram-se menos referentes a algum lugar, mais destituídos de um lugar fixo. Pois essencial, para o funcionamento de empresas transnacionais em um mercado mundial competitivo, é a sua habilidade de usar uma tecnologia comunicativa que contenha imagens adequadas bem acondicionadas e uma grande quantidade de símbolos para vender seus produtos.

É esta “cultura de globalidade”, que emana dos centros do capitalismo mundial (Estados Unidos, União Europeia e Japão) a grande responsável pela venda, exportação e imposição de determinados “modelos de desenvolvimento” mundo afora. É esta cultura da globalidade, reprodutora de uma lógica hegemônica, que defende dever ser a Amazônia usada e explorada enquanto bacia energética. Hoje, a principal bacia energética do planeta. Entretanto, sobre esta “cultura da globalidade” se insurge a partir de diferentes formas de resistência local, não só por parte de nações estado, mas também, a partir de uma pluralidade de movimentos étnico regionais, territoriais e linguísticos. Como fruto de identidades coletivas busca-se conservar o significado dos mais distintos lugares mundo afora. Bem como, as identidades territoriais de distintas comunidades, reafirmando assim, o senso de diferença, a partir de termos (altamente) políticos. São estas identidades coletivas que negam modelos de desenvolvimento pensados tal qual a UHE Belo Monte. Para quem aliás, tendo em vista os muitos problemas gerados, é chamada de Belo Monstro. Monstro devorador de terras, rios, casas, em resumo, vidas e sonhos. Monstro sobre o qual paira um céu sombrio, prenhe de tristeza, violação de direitos e de processos de espoliação.

FIGURA 25: Belo Monstro de Violências.



Fonte: NORTE ENERGIA, disponível em: <http://bancoimagem.norteenergiasa.com.br/bancoimg/>, acesso em 20 de março de 2016.

Os impactos socioambientais nos locais afetados por estes “grandes projetos”, tem efeitos danosos em relação a estrutura dos estados democráticos. Com efeitos de longo alcance em todos os países da Amazônia. As deliberações sobre barragens precisam ser reformadas para evitar desenvolver opções que resulta em injustiça social, destruição do meio ambiente e benefícios locais mínimos. Para isso, é importante que seja incentivado e visto como natural a prática socioespacial de promoção de debates amplos, qualificados e transparentes sobre o uso da energia. Seguidos de uma avaliação equilibrada dos impactos e benefícios de várias energias alternativas (FEARNSIDE, 2015).

Como conseguir atingir estes propósitos? O que é preciso ser feito?

Em primeiro lugar, é necessário fortalecer o debate sobre que cidadania queremos. Esta deve servir a comunidade. Uma cidadania comunitária tem que possui por propósito o fortalecimento das obrigações cívicas e o aumento da responsabilidade (moral) do estado em prover os serviços coletivos básicos, nos campos, da saúde, educação e previdência. Devendo, a desagregação destes direitos sociais e suas implicações espaciais ocupar mais o interesse dos geógrafos (SMITH, 1996).

Já que, em nossa opinião, a variedade e o âmbito das habilitações exigidas por uma sociedade cada vez mais dispostas em camadas múltiplas, em distintas escalas (portanto), onde identidades se superpõem em uma complexa série de cenários socioespaciais, não pode ser, adequadamente, representada por um único *status* universal de cidadania. Daí ser importante estudar mais e melhor, por meio de outras metodologias, os movimentos sociais. Sendo estes produtos da contradição da economia capitalista mundial e da maneira como as ações do estado são confinadas por seu lugar dentro da economia mundial em que predomina o capitalismo, a ação política coletiva que destes emana, a partir de suas práticas, não podem continuar a ser explicadas como representativas de uma única estratégia e sem recorrer a leitura dos territórios e lugares, onde estes nascem e se desdobram.

Os movimentos sociais contemporâneos abrangem uma grande quantidade de formas frequentemente sobrepostas de “políticas oposicionistas”, mas todos questionam, de uma maneira ou de outra, a maneira como a política é atualmente constituída dentro de determinadas localidades. [...] Assim, embora o que constitua um movimento social esteja aberto a uma variedade de interpretações, para nosso propósito podemos defini-lo como “*um ator coletivo constituído por pessoas que se entendem e têm interesses comuns, e, por, pelo menos, uma parte significativa de sua existência social, uma identidade comum*” (SCOTT, 1990, p. 06 apud SMITH, 1996, p. 79, grifo do autor).

Dito isto é possível afirmar que, os movimentos sociais são tanto produto como agentes de transformação sócio-espaciais. E que, estando esses interessados em mudar ou defender a sociedade, precisam adotar algumas formas de identidade ou percepção coletiva. Percepção esta diretamente relacionada a demanda de um dado lugar, de uma dada região, de um dado país e/ou mesmo do mundo.

[...] Um movimento social dedica-se, ou tem o potencial para se dedicar, à mobilização das massas como uma fonte primordial de sanções sociais de atores coletivos como os grupos de pressão. E finalmente como defendido por Touraine (1985 apud SMITH, 1996, p. 80), a associação é captada a partir de grupos subordinados que constituem um movimento social precisamente porque eles traduzem sua exclusão e alienação em uma ação social concreta (SMITH, 1996, p. 80).

Nos países subdesenvolvidos a exploração imperialista e o predomínio de formas brutais e centralizadas de poder tendem, desde o início, a dotar os conflitos populares de um centro, com um inimigo único e bem definido, seja este uma grande empresa seja este o próprio estado. O grande projeto UHE Belo Monte expressa um caso emblemático desta assertiva. E, a atuação dos movimentos sociais durante todo o processo de implantação da

obra, em especial do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, representa esta força insurgente das camadas mais subalternas da sociedade. Não permitindo assim que a escala geográfica de ação comunitária e política seja confinada à especificidade política da nação-estado.

O movimento Xingu Vivo, a partir de sua atuação, promove uma rearticulação do espaço político e, concomitantemente, uma reconstrução da comunidade em níveis global, regional e local. Como expressão dos os “novos movimentos sociais” este movimento têm uma concepção que vai muito além das políticas de classe ou da divisão de trabalho. Estas novas formas de ações políticas coletivas estão abrindo espaço para novas espécies de geografias.

Ao contrário de movimentos sociais mais tradicionais que, historicamente consideravam o Estado tanto um meio para atualizar seus objetivos como um instrumento para assegurar o poder, os novos movimentos sociais são compostos de uma natureza ambivalente em relação aos caminhos para participação política. Seu propósito não é controlar ou tomar o poder. Mas sim, garantir a existência das condições materiais necessárias à reprodução das relações sociais mais gerais. Salvaguardando assim identidades, territórios e lugaridades.

Há, por parte das experiências promovidas a partir dos “grandes projetos” na Amazônia, certa “negação do espaço”. Ao mesmo tempo que se cria uma nova espacialidade, se nega e se subalternizam espacialidades pretéritas, mais enraizadas, tendo em vista a negação (pelo fato de não serem reconhecidos), do direito a outras espacialidades. Ou seja, o que está sendo defendido aqui, é que, “a verdadeira possibilidade de qualquer reconhecimento sério da multiplicidade e da diferença depende ele próprio de um reconhecimento da espacialidade” (MASSEY, 2004, p.10).

Sem este “reconhecimento” se nega o espaço, se nega a condição social de um dado sujeito social. E, muitas vezes este reconhecimento está implícito; em outras situações, em especial quando a própria espacialidade é uma das dimensões da construção da diferença, ele estará mais do que evidente. Em síntese, para que haja multiplicidade e diferença, deve existir espaço. E, Belo Monte, como exemplo de grande projeto que é, não possibilita isso, daí afirmarmos ser este “grande projeto” a negação do espaço.

Grandes projetos a exemplo da UHE Belo Monte são exemplos da contaminação do sentido de lugar. Revelado pela limpeza étnica e pelo deslocamento compulsório daqueles que são considerados estranhos, apenas porque são diferentes de alguma forma. Em outras palavras, lugar e envolvimento com o lugar podem ter aspectos profundamente repulsivos. É importante lembrar que lugar pode ter um lado negativo, ruim. Isto porque todo o lugar não é delimitado por limites precisamente definidos, mas, no sentido de ser o foco de intensas experiências, é ao mesmo tempo sem limites.

Por outro lado, o lugar é onde se dar a experiência cotidiana (individual e/ou coletiva), e também é neste que essa experiência deste sujeito existencial-espacial se abre para o mundo. E como o mundo é sinônimo de possibilidades, converte-se este em espaços de esperança também. Permitindo ao sujeito do mundo se articular, por meio de lugares específicos, a outros lugares. E, ainda que este sujeito tenha, sempre, que se estender para além “do seu lugar”, ele precisa interagir com outros lugares para compreender o significado da expressão “existir no mundo” (RELPH, 2014).

É importante lembrar que “existir no mundo”, em especial, para um sujeito territorializado/lugarizado significa “existir em reunião”. Talvez seja esta reunião dada a partir “dos de baixo” “para os de baixo”, as centralidades insurgentes, a arma mais poderosa para a superação das velhas lógicas hegemônicas que tanto oprimem nosso espaço banal. Que possamos, então, todos, ficar de pé e em reunião. Para assim propormos um novo mundo, mais fraterno, territorialmente inclusivo e com justiça socioambiental.

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, G. **Le capitalisme de demain**. Notes de la Fondation Saint-Simon. Nov. 2004.

AGAMBEN, G. **La fin des devises clés**. Paris: La Decouverte, 1986.

AGAMBEN, G.; ORLEANS, A.; OUDIZ, G. **Contraintes de change et regulations macroéconomiques nationales**. Recherches Economiques de Louvain, v. 46, n. 3, p. 175- 206, set. 1980.

ARAUJO, F. G. B e HAESBAERT, R. **IDENTIDADES E TERRITÓRIOS: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.

ARENTI, W. L. **Teorias da regulação capitalista, objeto e método: além do economicismo, estruturalismo e funcionalismo**. Textos de Economia, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 38-60, jan./jun. 2006.

AUGUSTO, A. G. **Fundamentos metodológicos da abordagem da regulação: origem histórica e questões fundadoras**. Ensaios FEE, Porto Alegre. v. 25, n. 2, p. 427-442, out. 2004.

ALVES FILHO, Armando; ALVES JÚNIOR, José; MAIA NETO, José. **Pontos de História da Amazônia**. 2 ed. rev. e ampl. Belém: Paka – Tatu, 2000. v. 2.

ALVES FILHO, Armando; ALVES JÚNIOR, José; MAIA NETO, José. **Pontos de História da Amazônia**. 3 ed. rev. e ampl. Belém: Paka – Tatu, 2001. v. 1.

AMARAL, M. Dinâmicas econômicas e (re) estruturas espaciais: a relação de Belém com as cidades médias Amazônia Oriental.. In: **XII Encontro de Geógrafos da América Latina – Caminando en una América Latina en Transformación**, 2009, Montevideo. Anais do XII Encontro de Geógrafos da América Latina, 2009.

BAHIANA, Luis Cavalcanti da Cunha. **Contribuição ao estudo da questão da escala na Geografia: escalas em Geografia Urbana**. 200 f. 1952. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. p. 1-93.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI. **Estudo da dimensão territorial para o planejamento: v. III. Regiões de referência**. Brasília, MP/SPI, 2008, 146 p. IBGE. **Regiões de Influência das Cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008 IBGE.

BECKER, B. **Fronteira e Urbanização Repensadas**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 47 (3/4): 357-371, julho/dezembro, 1985.

BECKER, B. A fronteira em fins de século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia. In: BECKER, B.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1990a.

_____. Grandes projetos e produção do espaço transnacional: uma estratégia do Estado na Amazônia. In: BECKER, B.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1990b.

_____. Geografia política e gestão do território no limiar do século XXI: uma representação a partir do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 169-182, jul./set. 1991.

_____. Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável na fronteira amazônica. In: BECKER, B.; MIRANDA, M. (Org.). **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 421- 443.

_____. Amazônia: mudanças estruturais e urbanização. In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antônio; GALVÃO, Antônio Carlos Figueira. **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003.

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. **Dicionário Crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.

BERCOVICI, G. **Constituição e Estado de exceção permanente: a atualidade de Weimar**. São Paulo: Azougue Editorial, 2004.

BOYER, R. **A teoria da regulação: uma análise crítica**. São Paulo: Nobel, [1986] 1990.

BOYER, R. Formes d'organisation implicites à la théorie générale. Une interprétation de l'essor puis de la crise des politiques économiques keynésiennes. In: BARRÉRE, A. (Ed.). **Keynes aujourd'hui: théories et politiques**. Paris: Economica, 1985. p. 541-559.

BRANDÃO, Carlos. **TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas-SP, editora da Unicamp, 2007.

_____. **TEORIAS, ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS REGIONAIS E URBANAS RECENTES: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, nº 107, p. 57-76, jul/dez de 2004.

_____. **ESCALAS DE PODER, INSTITUIÇÕES E TERRITÓRIOS: estratégias orientadas ao desenvolvimento**. O&S, vol. 11, edição espacial, 2004.

_____. **DESENVOLVIMENTO, TERRITÓRIOS E ESCALAS ESPACIAIS: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir uma abordagem disciplinar**. RIBEIRO, M, T, F; MILANI, C. R. S. In: **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2009. 312 p. ISBN 978-85-232-0560-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>, acesso em 20 de fevereiro de 2014.

BRAGA, J. C. de S. Temporalidade da riqueza – Uma contribuição à teoria da dinâmica capitalista. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 1985.

BRAGA, J. C. **A financeirização da riqueza** – a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais. Economia e Sociedade, Campinas, n. 2, 1993.

BRENNER, R. **The economics of global turbulence**: a special report on the world economy 1950-1998. New Left Review, n. 229, May 1998.

BRENNER, R. **O boom e a bolha**. Rio de Janeiro: Record, [2002] 2003.

BRUM, Eliane. **Um procurador contra Belo Monte**. Revista Época, Caderno Sociedade, disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2011/09/um-procurador-contra-belo-monte.html>, acesso em 13 de setembro de 2012.

_____. **Belo Monte, nosso dinheiro e o bigode do Sarney**. Revista Época, Caderno Sociedade, disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2011/10/belo-monte-nosso-dinheiro-e-o-bigode-do-sarney.html>, acesso em 20 de novembro de 2012.

_____. **Dom Erwin Kräutler**: “Lula e Dilma passarão para história como predadores da Amazônia. Revista Época, Caderno Sociedade, disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/06/dom-erwin-krautler-lula-e-dilma-passarao-para-historia-como-predadores-da-amazonia.html>, acesso em 04 de julho de 2013.

_____. **Belo Monte a anatomia de etnocídio**. Jornal El País, Caderno Opinião, disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/01/opinion/1417437633_930086.html, acesso em 01 de dezembro de 2014.

_____. **Belo Monte, Empreiteiras e espelinhos**: como a mistura explosiva entre o público e o privado, entre o Estado Brasileiro e as grandes construtoras, ergueu um monumento à violência, à beira do Xingu na Amazônia. Jornal El País, Caderno Opinião, disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/06/opinion/1436195768_857181.html, acesso em 7 de julho de 2015.

_____. **O pescador sem rio e sem letras**: à beira de Belo Monte uma história pequena numa obra gigante. Que tamanho tem uma vida humana? Jornal El País, Caderno Opinião, disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/16/opinion/1424088764_226305.html, acesso em 16 de fevereiro de 2015.

_____. **O dia em que a casa foi expulsa de casa**: A maior liderança popular do Xingu foi arrancada do seu lugar pela hidrelétrica de Belo Monte, a obra mais brutal – e ainda impune – da democratização do Brasil. Jornal El País, Caderno Opinião, disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/14/opinion/1442235958_647873.html, acesso em 14 de setembro de 2015.

_____. **O que Belo Monte delata sobre todos os lados**. Jornal El País, Caderno Opinião, disponível em: quando a narrativa da propina se impõe sobre a da violação dos direitos humanos, as contradições em jogo neste momento histórico são denunciadas. Jornal El País, Caderno Opinião, disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/11/opinion/1460390361_909016.html, acesso em 11 de abril de 2016.

_____. **A casa é onde não tem fome:** A história da família de rieirinhosque, depois de expulsa por Belo Monte, nunca consegue chegar. Jornal El País, Caderno Opinião, disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/18/opinion/1468850872_994522.html, acesso em 18 de julho de 2016.

_____. **Dilma compôs seu réquiem em Belo Monte:** O julgamento mais rigoroso da presidente e do PT, no tempo da História, será feito por brasileiros como João da Silva. Jornal El País, Caderno Opinião, disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/09/opinion/1462804348_582272.html, acessado em 09 de maio de 2016.

_____. **O ritmo da fome não é o da burocracia:** apoiados pela SBPC, refugiados de Belo Monte dão uma aula sobre tempo e palavra. - e exigem o direito de viver. Jornal El País, Caderno Opinião, disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/21/opinion/1479734590_770064.html, acesso em 22 de novembro de 2016.

BRUNO, M. A. P. Crescimento econômico, mudanças estruturais e distribuição: as transformações do regime de acumulação no Brasil. Tese (Doutorado)–Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, 2005.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte et al. Planos Diretores no Tucupí: a experiência de elaboração de planos diretores na região do Baixo-Tocantins, estado do Pará. In CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; CARVALHO, Guilherme. **Planos Diretores Participativos:** experiências amazônicas. Belém: EDUFPA, 2007.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte et al. **Concepção Integrada de Planos Diretores Municipais e Plano de Desenvolvimento Regional:** o caso do baixo Tocantins/PA. XI ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ANPUR. Salvador, 23-27 de maio de 2005 – Bahia – Brasil.

CARLOS, Ana Fani A. **O LUGAR NO/DO MUNDO.** São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/O_lugar_no_do_mundo.pdf, acessado em 13 de setembro de 2013.

CARLOS, Ana Fani A. **A CONDIÇÃO ESPACIAL.** São Paulo: Contexto, 2011.

CARNOY, M. **Estado e teoria política.** 2. ed. Campinas: Papirus, [1984] 1988.

CASTRO, E; MOURA, E. A. F; MAIA, M. L. S. **INDUSTRIALIZAÇÃO E GRANDES PROJETOS:** desorganização e reorganização do espaço. Belém: Editora da UFPA, 1995.

CASTRO, Iná Elias. O Problema da Escala na Geografia. In: CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia:** Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 117-140.

CASTRO, Iná Elias. ESCALA E PESQUISA NA GEOGRAFIA: problema ou solução? **ESPAÇO ABERTO**, PPGG – UFRJ, V. 4, N. 1, p. 87-100, 2014.

CEPAL. **Globalização e desenvolvimento.** Santiago: 2002.

CERQUEIRA *et al.* **ATLAS DA VIOLÊNCIA 2017**. Instituto de Pesquisa Econômico Aplicada (IPEA) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Rio de Janeiro: IPEA/FBSP, 2017.

CONSELHO RIBEIRINHO DO RESERVATÓRIO DA UHE BELO MONTE. **Relatório do Processo de Reconhecimento Social**. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2017/relatorio-de-reconhecimento-social-ribeirinhos>, acessado em 17 de maio de 2017.

CHESNAIS, F. Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica. In: CHESNAIS, F. (Org.). **A MUNDIALIZAÇÃO FINANCEIRA**. São Paulo: Xamã, 1998.

CHESNAIS, F. O CAPITAL PORTADOR DE JUROS: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (Org.). **FINANÇA MUNDIALIZADA**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Hinterlândia, Hierarquias e Redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

CHESNAIS, F. Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica. In: CHESNAIS, F. (Org.). **A mundialização financeira**. São Paulo: Xamã, 1998.

CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (Org.). **Finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CONCEIÇÃO, O. A. C. **Crise e regulação**: metamorfose restauradora da reprodução capitalista. Ensaios FEE, Porto Alegre. v. 8, n. 1, p. 155-74, 1987.

CONCEIÇÃO, O. A. C. **Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista**. 1. ed. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002. 228p.

DAMIANI, L.D, CARLOS, A.F.A, SEABRA, O.C.L (Org). **O ESPAÇO NO FIM DE SÉCULO**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 2ª ed, 2001.

FARIA, L. A. E. **A economia política, seu método e a teoria da regulação**. Ensaios FEE, Porto Alegre . v. 13, n. 1, p. 268-290, 1992.

FARIA, L. A. E. **As formas institucionais da estrutura: do micro ao macro na Teoria da Regulação**. Ensaios FEE, Porto Alegre.v. 22, n. 1, p. 187-204, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e Punir: história das prisões**. Petrópolis: Vozes, 37ª ed., 2009.

_____. **MICROFÍSICA DO PODER**. São Paulo: Graal, 27ª ed., 2013.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônias, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

GONÇALVES, Reinaldo. **DESENVOLVIMENTO ÀS AVESSAS: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: LTC, [Reimpr], 2014.

_____. **Governo Lula e o Nacional-desenvolvimentismo às avessas**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, São Paulo, nº 31, p. 5-30, fevereiro de 2012.

_____. **Novo desenvolvimentismo e o liberalismo enraizado**. Serv. Soc. Soc, São Paulo, nº 12, p. 637-671, out/dez de 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n112/03.pdf>, acesso em 16 de janeiro de 2016.

GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 6v.

GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. **GEOGRAFIA HUMANA: sociedade, espaço e ciência social**. Tradução Mylan Isaack. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

GUPTA, A.; FERGUSON, J. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 30 – 49.

HAESBAERT, Rogério. **O MITO DA DESTERRITORIALIZAÇÃO: do fim dos territórios à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **DA DESTERRITORIALIZAÇÃO À MULTITERRITORIALIDADE**. Anais do Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: Universidade de São Paulo, 20 a 26 de março de 2005, p.6774-6792.

_____. Muros, “campos” e reservas: os processo de reclusão e “exclusão” territorial. In: Silva, J et al. (orgs) **Panorama da Geografia Brasileira 1**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. Sociedades biopolíticas de in-segurança e des-controle dos territórios. In: Oliveira, M. et al. (org.) **O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, ANPEGE, 2008.

_____. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: Saquet, M. e Sposito, E. (orgs.) **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. Território, insegurança e risco em tempos de contenção territorial. In: Póvoa Neto, H. et al. (org.) **A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções**. Rio de Janeiro: Garamond, FAPERJ, 2010.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HARVEY, David. **Espaço de esperança**. Edições Loyola: São Paulo, 2004.

HARVEY, D. **Spaces of capital**: towards a critical geography. New York: Routledge, 2001.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, D. **Limits to capital**. London: Verso, [1982] 2006.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, [1989]1992.

HIRSCH, J. Forma política, instituições políticas e Estado. **Crítica Marxista**, n. 24 / 25 (publicado em duas partes), p. 9-36 e p. 47-73. [1994] 2007.

INDICADORES DE BELO MONTE, disponível em: <http://indicadoresdebelomonte.eco.br/>, acessado em 06 de janeiro de 2016.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA), de 14 de outubro de 2010, disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/>, acessado em 11 de fevereiro de 2011.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **DOSSIÊ BELO MONTE**: não há condições para a licença de operação. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/31046_20150701_170921.pdf, acesso em 03 de junho de 2015.

IPEA/IBGE/UNICAMP. **Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil**. Brasília: IPEA, 2001.

INDICADORES urbanos do Estado do Pará/ Instituto de Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental do Pará .- Belém: IDESP, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades, 2007**. Rio de Janeiro, 2008.

LACOSTE, Y. **A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Tradução Maria Cecília França. 18 ed. Campinas: Papirus, 1988.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. **A PRODUÇÃO DO ESPAÇO**. Tradução MARTINS *et al.* Núcleo de Geografia Urbana da UFMG, 2006.

_____. **ESPAÇO E POLÍTICA**: o direito à cidade II. Trad. Margarida Maria de Andrade, Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2 ed, 2016.

LENCIONE, Sandra. **Concentração e centralização das atividades urbanas:** uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. *Revista de Geografia Norte Grande*: 39: 7-20, 2008.

LIPIETZ, A. **Crise et inflation, pourquoi?** Paris: Maspero, 1979.

LIPIETZ, A. **Le monde enchanté.** De la valeur à l'envol inflationniste. Paris: La Decouverte/Maspero, 1983.

LUXEMBURGO, R. **Acumulação de capital.** São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MACHADO, A. M. F.; PEREIRA, B. R. e RAMOS, L. O. **USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE: implicações institucionais, econômicas e socioambientais.** Casoteca Direito GV – produção de casos 2011. Disponível em http://direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/belo_monte_narrativa.pdf, acessado em 15 de março de 2012.

MAGALHÃES, Sônia. Barbosa. **LAMENTO E DOR:** uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Tese de doutorado do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará em co-tutela com a École Doctorale Vivant et Sociétés da Universidade Paris 13. Belém: UFPA, 2007. 278 f.

MARANDOLA JR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de. **QUAL O ESPAÇO DO LUGAR?:** geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2014.

MARRE, Jacques A. L. A construção do objeto científico na investigação empírica. **Anais do Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná.** Cascavel: UNIOESTE, 1991.

MARRE, Jacques A. L. A construção do objeto científico na investigação empírica. **ANAIIS DO SEMINÁRIO DE PESQUISA DO OESTE DO PARANÁ.** Cascavel: UNIOESTE, 1991.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples:** cotidiana e história na modernidade anômala. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno a controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25- 70, Maio.1996.

MARTINS, Sérgio. Crítica da economia política. In DAMIANI, L.D, CARLOS, A.F.A, SEABRA, O.C.L (Org). **O espaço no fim de século:** a nova raridade. São Paulo: Contexto, 2ª ed, 2001.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (org.). **O ESPAÇO DA DIFERENÇA.** Campinas: Papius, 2000. p. 176 – 185.

_____. FILOSOFIA POLÍTICA DA ESPACIALIDADE: algumas considerações. **Revista GEOgraphia**, Ano VI, nº 12. Niterói/RJ: UFF/EGG, 2004.

_____. **PELO ESPAÇO:** uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.

MELAZZO, Everaldo S.; CASTRO, Clóvis Alexandre. A escala Geográfica: Noção, Conceito ou Teoria? **Revista Terra Livre**, ano 23, vol. 2, n. 29, ago/Dez de 2007. p. 133-144.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. KAMPEL, Silvana Amaral; CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO Antônio Miguel Vieira. Análise Espacial do Processo de Urbanização da Amazônia. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, **Relatório Técnico**, 2001.

NORTE ENERGIA. **PROJETO BÁSICO AMBIENTAL**. Versão Final, setembro de 2011.

OLIVEIRA, J. A. Espacialidades urbanas como urbanização da sociedade: as cidades e os rios na Amazônia. In: OLIVEIRA, M. P; COELHO, M. C. N; CORRÊA, A. M. **O Brasil, a América Latina e o Mundo:** espacialidades contemporâneas. Rio de Janeiro: Anpege, 2008.

OLIVEIRA, José Aldemir de. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. **Ciência e Cultura**, Campinas: SBPC, v. 58, n. 3, p. 27-29, jul./set. 2006. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n3/a13v58n3.pdf>>. Acesso em: jun. 2009.

OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHOR, Tatiana; COSTA, Danielle Pereira da. Cidades, Rede Urbana e Desenvolvimento na Amazônia dos Grandes Rios. In: TRINDADE JR, Saint Clair Cordeiro da et al. **Pequenas e Médias Cidades na Amazônia**. Belém: FASE; ICSA/UFGA; Observatório Comova, 2009.

OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHOR, Tatiana. Das cidades da natureza à natureza das cidades. TRINDADE JÚNIOR, Saint Clair da Trindade; TAVARES, Maria Goretti da Costa (Orgs). **CIDADES RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA:** mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008.

OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PAULANI, L. M. **Brasil delivery**. São Paulo: Boitempo, 2008.

POSTONE, M. **Teorizando o mundo contemporâneo:** Robert Brenner, Giovanni Arrighi, David Harvey. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 81, jul. 2008.

PRADO, E. F. S. **Desmedida do valor**. São Paulo: Xamã, 2005.

PINHEIRO, A, PENA, H, AMARAL, M, HERREROS, M. Dinâmica Urbana do Estado do Pará (200-2008). In: Org. PEREIRA, R, FURTADO, B. **Dinâmica urbano regional: rede urbana e suas interfaces** – Brasília : Ipea, 2011. (490 p) pp: 145-182.

PINTO, Lúcio Flávio. Grandezas e misérias da energia e da mineração no Pará. In: SEVÁ FILHO, A. Oswaldo (Org). **TENOTÃ-MÕ**: Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. 1ª ed., 2005.

PINTO, Lúcio Flávio. **De Tucuruí a Belo Monte**: a história avança mesmo? Boletim: Museu Paraense Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 7, n. 3, p. 777-782, set.-dez. 2012, acessado em 20 de outubro de 2013.

RACINE, J. B.; RAFESTIN, C.; RUFY. **Escala e ação**: Contribuição para a interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano 45, n. 1, p. 133-135, 1983.

RIBEIRO, Miguel Ângelo. A rede urbana amazônica – da rede dendrítica à configuração de uma rede complexa. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente SP: [s.n], 2001.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p. 672-688, out/dez de 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000400004, acesso em 15 de março de 2015.

SANTOS, OS GRANDES PROJETOS: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, Edna; MOURA, Edila; MAIA, Maria Lúcia (Orgs.). **INDUSTRIALIZAÇÃO E GRANDES PROJETOS**: desorganização e reorganização do espaço. Belém: EDUFPA, 1995. p. 13 – 20.

_____. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **Economia Espacial**: críticas e alternativas. 2ª ed. São Paulo, Edusp, 2003.

_____. **Pensando o espaço do homem**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2004a.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2004b.

_____. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 13ª ed. Rio de Janeiro Record, 2006.

_____. **O espaço do cidadão**. 7ª ed. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **Técnica, Espaço e Tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008a.

_____. **Espaço e Método**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008b.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6ª ed. São Paulo: 2008c.

_____. **Sociedade e espaço:** a formação social como teoria e como método, Boletim Paulista de geografia, nº 54, 1977.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOUSA, Marcelo Lopes de. Escala Geográfica, "Construção social da escala" e políticas de escala". In: **Os conceitos fundamentais da Pesquisa Socio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013. p. 179-216.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia:** contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SHOR, Tatiana; COSTA, Danielle Pereira da; OLIVEIRA, José Aldemir de. et al. **Notas sobre a tipificação da rede urbana na calha do Rio Solimões, Amazonas, 2006**. Manaus: NEPECAB/FAPEAM/PGCT/CNPq, 2006.

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículo dos sem teto e a construção da escala geográfica. In: ARANTES, A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 132 – 175.

TRINDADE JUNIOR, Saint Clair Cordeiro da. Pensando a Concepção de Amazônia. In: SILVA, José Borzachiello da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise (Orgs.). **Panorama da Geografia Brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 355- 364.

TRINDADE JR, Saint Clair Cordeiro da; MALHEIRO, Bruno Cezar Pereira. Entre Rios, Rodovias e Grandes Projetos: mudanças e permanências em realidades urbanas do Baixo Tocantins. In: TRINDADE JR, Saint Clair Cordeiro da et al. **Pequenas e Médias Cidades na Amazônia**. Belém: FASE; ICSA/UFPa; Observatório Comova, 2009.

TRINDADE JÚNIOR. **Boletim Paulista De Geografia**. AGB São Paulo, nº 74, 1996.

_____. **Baixo Tocantins:** Unidade Sub-Regional na Amazônia Oriental. Departamento de Geografia da Universidade Federal do Pará, 2005.

VICENTINI, Y. **Cidade e História na Amazônia**. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.



Campus de Presidente Prudente/SP

Tese de Doutorado: GRANDES OBJETOS NA AMAZONIA: das velhas lógicas hegemônicas às novas centralidades insurgentes, os impactos da UHE Belo Monte às escalas da vida.

Aluno: Marcel Ribeiro Padinha RG: 3515732 CPF: 788659132-15

COLETA DE DADOS: POPULAÇÃO ATINGIDA SOCIOESPACIALMENTE

RUC: _____

Nome/Idade do informante: _____

Onde morava: travessão/vicinal () beira de rio () baixões da cidade () outro local () qual? _____

Como você classifica a sua vida antes da barragem? Melhor () ou pior (). Por quê? _____

Em relação a sua casa de antes, você classifica como melhor () ou pior (). Por quê? _____

Você considera justo o que a empresa lhe ofereceu como compensação dos impactos gerados por Belo Monte? SIM () NÃO ().

Por quê? _____

Em relação a sua condição financeira, sua vida melhorou () ou piorou () depois de Belo Monte?

Por quê? _____

Em relação a gastos com alimentação, transporte e serviços (energia, água, atendimento médico e ambulatorial), pergunta-se: Quanto em média você gastava antes da barragem e quanto em média você passou a gastar depois da barragem?

Você ou os membros de sua família adoeciam mais antes () ou depois de Belo Monte ()?

Você gostaria de ter sua vida antiga de volta: () SIM () NÃO. Por quê?

Seu relacionamento com vizinhos melhorou () ou piorou ()?

Você venderia esta casa para morar em outro local: SIM () NÃO ()? Por quê?

Em relação à felicidade e bem estar, pergunta-se: você era mais feliz **antes** de Belo Monte ()?

Você passou a ser mais feliz **depois** de Belo Monte ()? Ou não se considera uma pessoa feliz ()?

Quem você elege (aponta) como o maior responsável pelas mudanças em sua vida? Por quê?

OUTRAS ANOTAÇÕES/INFORMAÇÕES:



Fonte: Pesquisa de campo, cidade de Altamira, dezembro de 2015. Imagens de um grupo de indígenas consumindo produtos industrializados e comprando cestas básicas na cidade. Prática regular hoje entre povos indígenas que antes, da implantação da UHE Belo Monte, era rara. Autor Marcel Padinha.



Fonte: Imagens fruto da pesquisa de campo realizada na cidade de Altamira em dezembro de 2015. Em frente a rodoviária da cidade se acumularam, durante os anos de construção da UHE Belo Monte, redes e sem teto. A paisagem registra uma marca da espoliação promovida pela lógica desenvolvimentista do capital, por meio dos “grandes projetos” implantados na Amazônia.



Fonte: pesquisa de campo realizada na cidade de Altamira, em dezembro de 2015. Aqui conversa junto a uma agente de trânsito da cidade, indagando sobre a situação do trânsito pós implantação da UHE Belo Monte. Os casos de violência no trânsito e de acidentes aumentaram muito depois da UHE. Aumentando por conseguinte, o número de vítimas sequeladas e fatais na cidade.



Fonte: pesquisa de campo. Visita ao movimento Xingu Vivo Para Sempre, em dezembro de 2015. Movimento social mais atuante na luta contra a implantação do “grande projeto” UHE Belo Monte no rio Xingu. Na imagem se fazem presentes as principais militantes deste movimento. Dentre as quais destacamos, da esquerda para a direita: Raimunda (de blusa preta), irmã Inês (blusa verde), Antônio Melo (ao centro da foto), Daniela (blusa estampada), Elena (blusa branca).



Fonte: Pesquisa de campo, cidade de Altamira, dezembro de 2015. Fazendo o registro visual e fotográfico das modificações na cidade de Altamira, tendo em vista à dinâmica re(es)truturadora da UHE Belo Monte. A cidade viveu um processo de “reestruturação urbana e da cidade”, duplicando sua população e sua malha urbana. Autor: Marcelo Barbosa.



Fonte: pesquisa de campo, cidade de Altamira, dezembro de 2015. Registro da entrevista feita junto à socioespacialmente atingida Raimunda Gomes, na residência dela e de seu esposo João. Raimunda teve a casa queimada pela empresa Norte Energia, em um momento em que as remoções nas ilhas estavam suspensas pelo IBAMA. Autor: Odete Rios.



Fonte: pesquisa de campo, cidade de Altamira, dezembro de 2015. Registro do momento das entrevistas realizadas junto aos socioespacialmente atingidos pelas obras da UHE Belo Monte. De cima para baixo, da esquerda para a direita temos: entrevista junto a professora Mariene, militante social histórica na região da Transamazônica, representante do movimento de mulheres. Seu Leonardo (seu Aranô) e esposa. Indígenas da etnia juruna. E abaixo, imagem centralizada, registro da entrevista feita na residência de seu Otávio, o “pescador sem rio e sem letras”. Autor: Marcelo Barbosa.



Fonte: pesquisa de campo, cidade de Altamira, dezembro de 2015. Registro de duas imagens/momentos da cidade de Altamira. A de cima, representa a nova Altamira, produzida por Belo Monte. A fotografia registra um dos seis reassentamentos urbanos coletivos (RUCs) sendo construídos na área de expansão da cidade de Altamira. A implantação dos RUCs registra um momento insustentável socioambientalmente para a maior parte da sociedade de Altamira. A imagem abaixo retratada a Altamira antiga, a que se apropriava de diversas formas do rio Xingu, a partir de práticas socioespaciais sustentável e simbólica.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

PAR. 02001.003656/2015-94 COHID/IBAMA

Assunto: Comunicação do Ministério Público Federal - Of. nº 374/2015/PRM/ATM/GAB1 - IC 1.23.003.000078/2015-39.

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

Ementa: Análise de denúncia acolhida pelo MPF-Altamira e encaminhada para o Ibama sobre retomada extemporânea da Norte Energia para demolição de casas em ilhas afetadas pela formação do reservatório Xingu.

I. INTRODUÇÃO

1. Este Parecer refere-se à denúncia acolhida pelo Ministério Público Federal em Altamira e encaminhada à Dilic por meio do Ofício nº 374/2015/PRM/ATM/GAB1. A denúncia afirma que a Norte Energia retomou demolição de casas em ilhas afetadas pelo futuro reservatório Xingu enquanto estava vigente a suspensão de remoção compulsória e demolição das casas nas ilhas interferidas pela UHE Belo Monte.

II. ANÁLISE

2. Frente ao relatado no ofício do MPF, que segue em anexo, e as ilhas mencionadas: Poção; Pau Rolado (Barriguda); Triunfo e uma quarta sem nome de referência, pode-se afirmar que todas serão interferidas pela UHE Belo Monte.

3. Esta quarta ilha, fazendo um cruzamento de dados entre o relatado no ofício e a listagem apresentada pela Norte Energia na pesquisa de desenvolvimento socioeconômico da população moradora/ocupantes de ilhas e margens do rio Xingu, em área diretamente afetada pelo empreendimento Belo Monte - versão revisada, pode ser o imóvel cadastrado pela Norte Energia como UHE-BM-IL-475. Apesar das semelhanças há uma pequena diferença no nome, que na pesquisa do empreendedor é apresentado como Maria Francineide dos Santos Cabrera. Contudo, acredito se tratar da mesma pessoa.

4. O mapa com a localização das ilhas Poção, Pau Rolado (Barriguda) e Triunfo encontra-se anexado a este parecer. Já a localização da possível ilha da Sra. Maria Francineide é dada pelas coordenadas: Latitude 03° 15' 30.0" S e Longitude 52° 02' 21.3" O (dados da SPU).

5. A denúncia é de retomada unilateral por parte da Norte Energia da demolição das casas nas ilhas interferidas pela UHE Belo Monte. Os relatos foram prestados por quatro pessoas, em dias diferentes:



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

- Sra. Maria Francineide dos Santos, no dia 24/agosto/2015, fora contatada pela Norte Energia para agendar a demolição de sua casa, contudo no relato apresentado aparentemente sua casa não fora demolida;
- Sra. Edimar Costa de Sales, no dia 26/agosto/2015, moradora da ilha Poção, noticiou que a casa ocupada pelo Sr. Manuel (segundo informação do MPF, foi visitado durante a vistoria interinstitucional de 01 a 03/junho/2015) havia sido demolida, não restando nada na ilha;
- Sra. Raimunda Gomes, no dia 31/agosto/2015, ex-moradora da ilha do Pau Rolado (Barriguda), noticiou e anexou fotos de sua casa demolida e queimada na mesma data. No relato, ela alegou ter solicitado a oportunidade de retirar alguns pertences. As fotos em anexo mostra uma trempe de fogão queimada junto com a casa. Há certidão de ocorrência registrada na Polícia Federal em Altamira;
- Sr. José Gomes do Nascimento, no dia 01/setembro/2015, morador da ilha do triunfo, noticiou que a Norte Energia o procurou informando que a "Norte Energia retomou os serviços de mudança" e que "nas ilhas que já estavam desocupadas, os trabalhos de limpeza (que incluem as demolições das casas desocupadas) em momento algum foram interrompidos".

6. De fato o Of. 02001.007279/2015-62 DILIC/IBAMA, de 06/julho/2015, impõe a suspensão de remoção compulsória e demolição das casas interferidas pela UHE Belo Monte. A retomada da remoção e demolição somente fora considerada apta, em 03/setembro/2015, por meio do Of. 02001.009885/2015-12 DILIC/IBAMA. Ambos ofícios anexos.

7. Segundo dados do empreendedor quando da revisão dos tratamentos ofertados aos atingidos, 126 famílias ainda permaneciam residindo/ocupando ilhas ou beiradões do rio Xingu neste período de suspensão.

8. O subterfúgio embutido na frase "nas ilhas que já estavam desocupadas, os trabalhos de limpeza (que incluem as demolições das casas desocupadas) em momento algum foram interrompidos" não confere com o imposto pelo Of. 02001.007279/2015-62 DILIC/IBAMA. Inclusive, durante o período de 06/julho/2015 e 03/setembro/2015, houve consulta informal por parte da Norte Energia sobre a possibilidade de limpeza e demolições em ilhas consideradas de lazer, com processo de negociação finalizado, e o Ibama orientou que não procedesse desta forma uma vez que a Norte Energia não havia restabelecido comunicação efetiva com moradores vizinhos, o que poderia gerar expectativas negativas a quem assistisse à demolição sem saber qual seria seu futuro.

9. Dentre os casos relatados, o único caso que comprovadamente houve demolição da casa, com agravo de ter sido queimada ao invés de enterrada, procedimento anterior efetuado pelo empreendedor, no período de suspensão de remoção compulsória e



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

demolições de casas nas ilhas, foi o da Sra. Raimunda Gomes.

10. A localização de sua moradia na ilha do Pau Rolado é dada pelas coordenadas: Latitude 03° 20' 36.25" S e Longitude 52° 12' 9.73" O. Quando da vistoria interinstitucional na casa da ilha, a Sra. Raimunda Gomes não morava mais lá pois o processo de negociação havia sido concluído, contudo levantou em seu depoimento situações que, juntas às outras descritas na NT 02001.001068/2015-16 COHID/IBAMA, levaram ao descumprimento do PBA pela Norte Energia e culminou no ofício para suspensão da remoção compulsória e demolição das casas nas ilhas.

III. CONCLUSÃO

11. Resta comprovado que a demolição e a queima da casa da Sra. Raimunda Gomes ocorreu na vigência do comando da Diretoria de Licenciamento Ambiental para a suspensão da remoção compulsória e demolição das casas nas ilhas.

12. Ressalta-se que o forte simbolismo de uma residência queimada provoca medo aos vizinhos e as informações por meio de comunicação desprovida de cuidados com a população atingida serve para disseminar maior desconfiança ao processo de remoção.

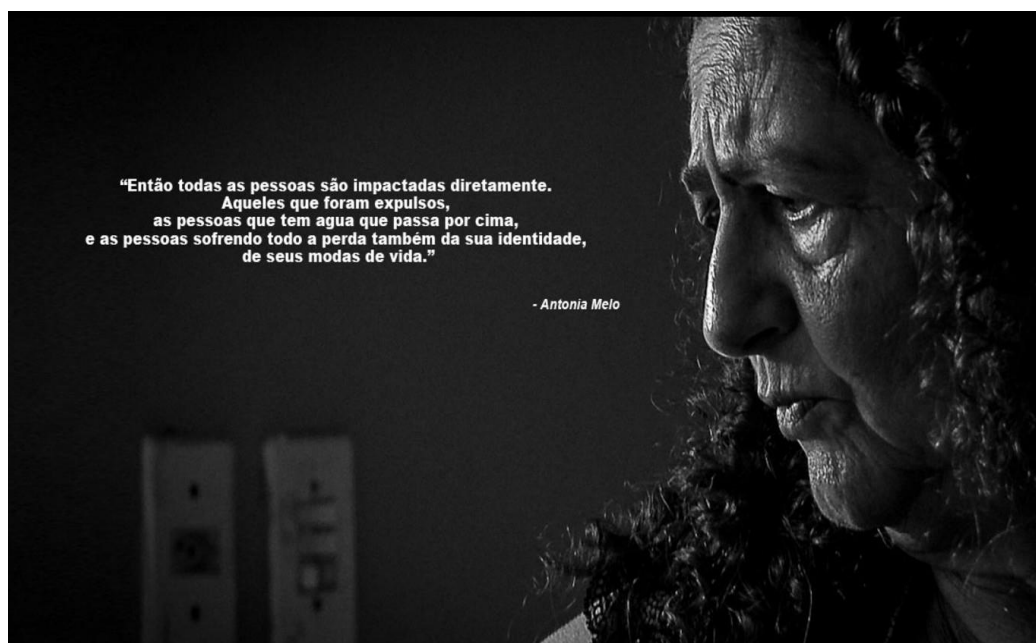
13. Recomenda-se que seja aplicada sanção administrativa em desfavor da Norte Energia, conforme requer o caso.

Brasília, 11 de setembro de 2015

Henrique Marques Ribeiro da Silva
Analista da COHID/IBAMA

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA EM RELAÇÃO AO ESTADO DO PARÁ.





Fonte: Extraído do documentário “Belo Monte: depois da inundação”.



Fonte: Extraído do documentário “Belo Monte: depois da inundação”.